



Universidade do Algarve
Faculdade de Economia

**TURISMO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL -
PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO E GOVERNANÇA NO
BAIXO GUADIANA**

Jorge José Horta Revez

Doutoramento em Turismo

Anexos
II Volume

Orientadores:

Professor Doutor João Albino Matos da Silva
Professor Doutor Adão de Jesus Gonçalves Flores

2013

Nota Introdutória

Como se referiu antes, desta investigação resultou um enorme conjunto de dados pelo que o caminho percorrido para a sua análise e interpretação acumulou um volumoso peso de informação. Quer os procedimentos organizativos que ajudam a perceber a estrutura do processo de investigação e adicionam elementos para a validação da qualidade do processo desenvolvido, quer os vários passos dados no tratamento e análise dos dados recolhidos, que fornecem referências e permitem aferir como evoluiu o processo de construção do saber, são essenciais para a compreensão do estudo. No entanto, tornam-no demasiado compacto, ocorrendo o risco de desviar a atenção do essencial.

Assim, optámos por organizar a investigação em dois volumes: o primeiro com o corpo principal, contendo a revisão da bibliografia, a metodologia de investigação, a apresentação e análise dos resultados, as conclusões e perspectivas de investigação futura, e, este segundo volume, de anexos, contendo a informação, identificada como em baixo se indica, necessária à compreensão do trabalho desenvolvido. Estamos convictos que esta opção torna mais fácil a leitura e interpretação do fenómeno em estudo e ao mesmo tempo facilita a consulta a dados que em muito complementam a informação do caminho percorrido, e de outros, que contribuem para um melhor entendimento da justificação da tese e do seu interesse para o território e para o investigador.

Índice

Anexo 1 – População Residente nos Concelhos de Inquirição.....	5
Anexo 2 – Inquérito.....	8
Anexo 3 – Exemplo de Guião das Entrevistas a Atores Chave.....	19
Anexo 4 – Guião do <i>Focus Group</i>	28
Anexo 5 – Guião Entrevistas a Presidentes de Câmara.....	32
Anexo 6 – Análise dos Resultados do Inquérito.....	40
Anexo 7 – Análise das Perguntas Abertas.....	60
Anexo 8 – Informação Estatística do Inquérito.....	66
Anexo 9 – Apresentação e Análise dos Resultados.....	126
Anexo 10 – Exemplo de Unidades de Registo.....	333
Anexo 11 – Análise de Conteúdo.....	357
Anexo 12 – Breve Currículo dos Entrevistados.....	518
Anexo 13 – Levantamento de Projetos do Baixo Guadiana.....	528
Anexo 14 – Curriculum Vitae do Doutorando.....	545

Anexo 1

Anexo 1 - População Residente nos Concelhos de Inquirição

Quadro extraído em 09 de Junho de 2011 (17:34:22)

<http://www.ine.pt>

Sexo	Grupo etário	População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário; Anual (1)			
		2010			
		Mértola	Alcoutim	Castro Marim	Vila Real Stº António
		N.º	N.º	N.º	N.º
HM	Total	7025	2967	6441	18650
	0 - 4 anos	189	58	258	1042
	5 - 9 anos	206	75	242	981
	10 - 14 anos	228	85	251	885
	15 - 19 anos	284	77	278	963
	20 - 24 anos	381	131	326	1030
	25 - 29 anos	434	144	391	1212
	30 - 34 anos	438	197	456	1497
	35 - 39 anos	471	177	473	1541
	40 - 44 anos	452	176	486	1313
	45 - 49 anos	491	168	413	1261
	50 - 54 anos	452	153	412	1257
	55 - 59 anos	398	175	377	1218
	60 - 64 anos	405	189	364	1117
	65 - 69 anos	365	186	376	961
	70 - 74 anos	467	240	382	819
	75 - 79 anos	529	286	432	725
	80 - 84 anos	434	240	301	503
	85 e mais anos	401	210	223	325
H	Total	3493	1580	3287	9193
	0 - 4 anos	103	28	121	526
	5 - 9 anos	107	31	109	517
	10 - 14 anos	122	54	135	434
	15 - 19 anos	167	53	150	485
	20 - 24 anos	202	81	174	521
	25 - 29 anos	220	71	227	621
	30 - 34 anos	237	118	263	775
	35 - 39 anos	274	112	256	789
	40 - 44 anos	243	105	260	695
	45 - 49 anos	259	104	217	620
	50 - 54 anos	247	79	214	639
	55 - 59 anos	207	88	197	617
	60 - 64 anos	194	94	175	553
	65 - 69 anos	157	100	189	475
	70 - 74 anos	201	117	176	379
	75 - 79 anos	222	149	193	274

M	80 - 84 anos	186	109	139	194
	85 e mais anos	145	87	92	79
	Total	3532	1387	3154	9457
	0 - 4 anos	86	30	137	516
	5 - 9 anos	99	44	133	464
	10 - 14 anos	106	31	116	451
	15 - 19 anos	117	24	128	478
	20 - 24 anos	179	50	152	509
	25 - 29 anos	214	73	164	591
	30 - 34 anos	201	79	193	722
	35 - 39 anos	197	65	217	752
	40 - 44 anos	209	71	226	618
	45 - 49 anos	232	64	196	641
	50 - 54 anos	205	74	198	618
	55 - 59 anos	191	87	180	601
	60 - 64 anos	211	95	189	564
	65 - 69 anos	208	86	187	486
	70 - 74 anos	266	123	206	440
	75 - 79 anos	307	137	239	451
	80 - 84 anos	248	131	162	309
	85 e mais anos	256	123	131	246

População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas Anuais da População Residente

Nota(s):

(1) Por questões de arredondamento a soma das parcelas pode não coincidir com o total.

Última actualização destes dados: 07 de Junho de 2011

AMOSTRA										
População residente a considerar (15 a 85 e mais anos)										
Sexo	Mértola		Alcoutim		Castro Marim		Vila Real Stº		Total	
	N.º	Nº Inq	N.º	Nº Inq	N.º	Nº Inq	N.º	Nº Inq	N.º	Nº Inq
HM	6402	80	2749	34	5690	71	15742	196	30583	381
H	3161	39	1467	18	2922	36	7716	96	15266	190
M	3241	41	1282	16	2768	35	8026	100	15317	191

Nota: Amostra estratificada por concelho de residência com um grau de confiança de 95% e um nível de erro aceitável em desvios-padrão de 0,1 para a população residente total. Neste tipo de estudo não se justifica o erro mais fino de 0,05.

Anexo 2

Anexo 2 - INQUÉRITO

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA – GOVERNANÇAS LOCAIS – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Este inquérito, para o qual pedimos a sua colaboração, insere-se no âmbito de um trabalho académico, enquadrado no Programa de Doutoramento em Turismo na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. As respostas destinam-se meramente para tratamento e análise nesta investigação, sendo garantida a sua confidencialidade. No entanto, esta é uma investigação-ação, pelo que as conclusões obtidas poderão contribuir para novas estratégias e metodologias de desenvolvimento deste território. Daí o interesse do seu contributo.

O objetivo deste inquérito prende-se com a avaliação da importância da participação pública e da governança para o desenvolvimento local sustentável. A investigação tem por alvo o território do Baixo Guadiana, abrangendo os concelhos de Mértola, Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de S. António.

NOTAS: As questões têm sempre por base o território objecto desta investigação: o Baixo Guadiana.

Os inquiridos devem residir num dos concelhos que fazem parte do território em estudo.

1. CARATERIZAÇÃO SÓCIO DEMOGRÁFICA

1.1 Género Masculino ☐ ₁ Feminino ☐ ₂ **1.2 Idade (anos)** _____

1.3 Nível de escolaridade:

1º ao 4º ano ☐ ₁ 5º ao 6º ano ☐ ₂ 7º ao 9º ano ☐ ₃ 10º ao 12º ano ☐ ₄

Ensino Médio ☐ ₅ Ensino Superior ☐ ₆ Outro ☐ ₇ (Qual?) _____

1.4 Atividade (se for «estudante» assinale no quadrado respetivo e passe à questão 1.6.)

Empresário ☐ ₁ Estudante ☐ ₂ Trabalhador por conta de outrem ☐ ₃ Profissional liberal ☐ ₄

Outra ☐ ₅ (Qual?) _____

1.5 Profissão _____ **1.6 Residência: Freguesia** _____ **Concelho** _____

1.7 Participa ou é membro de alguma organização?

Sim ☐ ₁ Não ☐ ₂ De que tipo? _____

1.8 Identifica-se ou sente-se ligado a algum “retalho” deste território?

Sim, no seu todo ☐ ₁ Sim, apenas em parte ☐ ₂ Não ☐ ₃

1.9 Em caso afirmativo, que intensidade atribuiria a esse sentimento?

Moderado ☐ ₁ Forte ☐ ₂ Muito Forte ☐ ₃

2. DIMENSÃO TERRITÓRIO – ABORDAGEM: RECURSOS

2.1 Conhece alguns recursos locais que sejam importantes para o desenvolvimento do Baixo Guadiana?

Mal ☐ ₁ Bem ☐ ₂ Muito bem ☐ ₃

2.2 Mencione dois:

Recurso A _____ Recurso B _____

2.3 Assinale (Sim/Não) se esses recursos estão a ser utilizados para o desenvolvimento do território? (se não sabe, passe à questão seguinte):

Recursos	Sim	Não
Recurso A		
Recurso B		

- 2.4 Sente-se suficientemente informado sobre os recursos do território?** Sim ☐₁ Não ☐₂
- 2.5 Já participou em reuniões sobre aspetos relacionados com os recursos locais (por exemplo o seu aproveitamento para a economia local, proteção, conservação, etc...)?**

Nunca ☐₁ Raramente ☐₂ Com Frequência ☐₃

(Se respondeu "Raramente" ou "Com Frequência", passe à pergunta 2.7)

- 2.6 Não participou porque? (refira no máximo duas):**

Nunca me convidaram ☐₁ Nunca me informaram como o posso fazer ☐₂
 Não tenho interesse ☐₃ As minhas opiniões não são levadas em conta ☐₄
 Não percebo destes assuntos ☐₅ As reuniões são longe da residência ☐₆
 Quem usufrui ou os explora é que se deve preocupar ☐₈
 Quem deve tratar destes assuntos são as Associações Locais ☐₉
 Quem deve tratar destes assuntos são as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia ☐₁₀

- 2.7 Considera que as pessoas participariam mais se (refira as duas mais importantes):**

Os recursos fossem mais importantes ☐₁ Houvesse menos restrição à exploração económica ☐₂
 Da sua exploração resultassem benefícios para a comunidade ☐₃ Houvesse mais informação ☐₄
 Houvesse mais confiança nas organizações e instituições ☐₅ Outro ☐₆ Qual? _____

3 DIMENSÃO ATORES - ABORDAGEM: CAPACITAÇÃO

- 3.1 Na sua opinião, a maior ou menor capacitação dos atores locais influencia o grau de participação pública?**

Sim ☐₁ Não ☐₁

- 3.2 Sente-se capacitado para se envolver em ações de participação pública** Sim ☐₁ Não ☐₂

NOTA: Se respondeu SIM, passe à pergunta 3.4

- 3.3 Refira, (X) de entre os aspetos seguintes, os três que mais contribuiriam para aumentar a sua capacitação para participar:**

Se percebesse melhor o que é isso e que resultados tem	☐	Se tivesse mais habilitações literárias	☐
Se sentisse que as minhas opiniões eram tidas em conta	☐	Se os assuntos não fossem tão politizados	☐
Se tivesse mais informação sobre os assuntos	☐	Se a participação fosse mais informal	☐
Se os assuntos se referissem mais ao dia-a-dia das pessoas	☐	Se estivesse mais habituado a participar	☐
Se estivesse mais envolvido com o que se passa no território	☐	Outro. Qual?	☐

- 3.4 Na sua opinião, uma maior capacitação dos atores locais para a participação neste território, poderá contribuir para (assinale (X) os TRÊS aspetos que considera mais importantes):**

Desenvolvimento local mais sustentável	☐ ₁
Políticas públicas mais adequadas ao território	☐ ₂
Tomadas de decisão mais eficazes e ajustadas	☐ ₃
Aumento da coesão social e territorial	☐ ₄
Mais igualdade de oportunidades	☐ ₅
Maior envolvimento dos cidadãos em causas públicas	☐ ₆
Um maior envolvimento dos cidadãos em actividades económicas locais	☐ ₇
Maior democracia participativa	☐ ₈
Melhores práticas de governança local	☐ ₉

4. DIMENSÃO ATORES – ABORDAGEM: CAPITAL SOCIAL

4.1 Que importância atribui aos seguintes aspetos no que se refere à sua influência na participação pública neste território?

Aspetos	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante
Acesso à informação e ao conhecimento	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Comportamentos e atitudes entre e dentro das organizações	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Confiança generalizada	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Ética nas práticas de governança local	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Interacções entre Público e Privado	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Sentido de pertença ao território	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Redes horizontais e verticais entre pessoas e organizações	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Redes sociais	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Responsabilidade individual e social	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Solidariedade	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Tolerância	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Os laços sociais entre pessoas e instituições	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
As dinâmicas associativas	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
A participação dos atores locais nas tomadas de decisão	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃

4.1.1 Dos seguintes aspetos, quais considera que existem neste território?

Aspetos	Sim	Não
As parcerias entre os atores locais	☐	☐
A ética na governança	☐	☐
A confiança entre os actores locais	☐	☐
A participação pública	☐	☐

4.2 Neste território e tendo em conta o conjunto de parâmetros apresentados, numa escala de 1 a 3, classifique o relacionamento de cada uma das seguintes organizações com a generalidade das que intervêm no território. (1 Relacionamento Fraco; 2 Relacionamento Médio; 3 Relacionamento Forte):

Parâmetros \ Organizações	Câmaras Municipais	Juntas de Freguesia	Coletividades locais	Associações de Desenvolvimento	Administração Pública Regional	Agrupamentos de Escolas	Empresas
Confiança	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Troca de informações	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Partilha de recursos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Desenvolvimento de projectos conjuntos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Estratégia comum	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Governança/Gestão partilhada	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

4.3 De uma forma geral o nível de envolvimento dos indivíduos neste território é:

Dimensões	Fraco	Médio	Forte
Na Participação Pública	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Na Governança Local	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
No Desenvolvimento Local	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃

5. DIMENSÃO ATORES – ABORDAGEM: PARTICIPAÇÃO/CIDADANIA

5.1 Diga por palavras “suas” o que entende por participação pública.

5.2 Tendo em conta o que entende por participação pública, classifique o seu nível de concordância com as seguintes expressões?

QUESTÕES	Discordo	Relativamente de acordo	Concordo em absoluto
A participação pública incentiva dinâmicas de desenvolvimento sustentável do território	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
A participação dos cidadãos é importante para a salvaguarda dos recursos locais	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
É mais importante a participação efetiva do que a participação por representação	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
O desenvolvimento dos territórios depende sobretudo da capacitação dos atores para promoverem o seu próprio desenvolvimento	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
O desenvolvimento dos territórios apoia-se, antes de tudo na formação dos atores e nas redes que estabelecem entre si	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃

5.3 Classifique o seu nível de concordância com as seguintes afirmações:

QUESTÕES	Discordo	Relativamente de acordo	Concordo em absoluto
A baixa escolaridade dificulta a participação	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
A linguagem demasiado técnica dificulta a participação	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
A participação normalmente é muito formal	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
A participação é para os políticos	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Deveriam existir mecanismos que ensinassem a participar	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Para participar é preciso conhecer bem os assuntos	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Para participar o que mais conta é a vontade de cada um	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Quando os assuntos nos dizem respeito ou estão mais próximos, há maior tendência a participar	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Quem exerce cargos está mais preparado para participar	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Só deve participar quem tem a responsabilidade de decidir	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
O Ensino deveria educar para a participação pública	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃

5.4 Tem conhecimento de processos de participação pública neste território?

Sim ☐₁ Não ☐₂

5.5 Já esteve envolvido em processos de participação pública neste território?

Sim ☐₁ Não ☐₂

NOTA: Se respondeu NÃO passe à pergunta 5.7

5.6 Relativamente à pergunta anterior, que sensação reteve dessa participação? (selecione APENAS UM item)

Tipo de Participação	X	Tipo de Participação	X
Apenas de informação	☐ ₁	Manipulada	☐ ₅
Apenas consultiva	☐ ₂	Interativa	☐ ₆
Espontânea/ Voluntária	☐ ₃	Imposta	☐ ₇
Passiva	☐ ₄	Valeu a pena	☐ ₈

5.7 Entende que a participação pública mobiliza o desenvolvimento do território?

Sim ☐₁ Não ☐₂ Porquê? _____

5.8 Já participou em atividades/iniciativas realizadas neste território?

Sim ☐₁ Não ☐₂

5.9 Que espaços considera mais adequados para a participação pública?

Espaços de Participação	Espaço menos eficaz	Espaço mais eficaz
Espaços privados (Associações)	☐ ₁	☐ ₂
Espaços privados (Sociedades Recreativas)	☐ ₁	☐ ₂
Espaços públicos (Largos, cafés, esplanadas,)	☐ ₁	☐ ₂
Institucionais (Administração regional)	☐ ₁	☐ ₂
Institucionais (Câmara Municipal)	☐ ₁	☐ ₂
Institucionais (Junta de Freguesia)	☐ ₁	☐ ₂
Redes sociais (De causas - tipo voluntariado)	☐ ₁	☐ ₂
Redes sociais (Internet)	☐ ₁	☐ ₂
Reuniões políticas	☐ ₁	☐ ₂
Outro (Qual?)	☐ ₁	☐ ₂

5.10 Tendo em conta o território a que se refere este estudo, assinale os TRÊS indicadores que considera mais limitativos à participação pública:

Baixo dinamismo empresarial	☐ ₁	Falta de civismo	☐ ₇
Baixo acesso à informação	☐ ₂	Pouca ligação com as universidades e institutos	☐ ₈
Dependência de empregadores	☐ ₃	Receio de represálias	☐ ₉
Dispersão populacional	☐ ₄	Reduzido acesso às Novas Tecnologias de Informação	☐ ₁₀
Elevada taxa de analfabetismo	☐ ₅	Elevada taxa de população idosa	☐ ₁₁
Baixa qualificação (em geral)	☐ ₆	Outro. Qual?	☐ ₁₂

5.11 Assinale os três aspetos que mais lhe parecem motivar a participação pública:

A capacitação	☐ ₁	O estatuto social	☐ ₇
A militância política	☐ ₂	O poder económico	☐ ₈
A oportunidade	☐ ₃	O género	☐ ₉
A profissão	☐ ₄	O nível de escolaridade	☐ ₁₀
A proximidade aos assuntos	☐ ₅	O conhecimento dos assuntos	☐ ₁₁
A utilidade do assunto	☐ ₆	A vontade	☐ ₁₂

5.12 De uma forma geral o nível de participação pública neste território é:

Fraco ☐₁ Forte ☐₂ Muito Forte ☐₃

5.13 Acha que a governança local será tanto mais legitimada quanto maior for a participação pública?

Sim ☐₁ Não ☐₂ Porquê? _____

6. DIMENSÃO REDES – ABORDAGEM: AÇÃO COLETIVA

6.1 Para tratar de assuntos relacionados com o território, o desenvolvimento local, a utilização dos recursos locais, as questões sociais e culturais, etc., refira a forma (apenas UMA) que considera ser mais facilitadora da participação pública:

Formas de Participação	X	Formas de Participação	X
Participação colectiva (de forma organizada)		Participação institucional	
Participação colectiva (espontânea)		Participação informal	
Participação individual		Participação por representação	
Outra (Qual?)			

6.2 Para tratar de assuntos relacionados com o território, o desenvolvimento, a utilização dos recursos locais, as questões sociais e culturais, etc. Refira as formas de participação pública que considera menos e mais eficazes:

Formas de Participação	Menos eficaz	Mais eficaz
Participação coletiva (de forma organizada)	☐ ₁	☐ ₂
Participação coletiva (sem organização)	☐ ₁	☐ ₂
Participação individual	☐ ₁	☐ ₂
Participação institucional	☐ ₁	☐ ₂
Participação informal	☐ ₁	☐ ₂
Participação por representação	☐ ₁	☐ ₂
Outra (Qual?)	☐ ₁	☐ ₂

6.3 Para o futuro deste território, em termos de desenvolvimento local, que importância atribui à ação coletiva das seguintes entidades:

ENTIDADES	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante
Associações de Desenvolvimento Local	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Câmaras Municipais	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Coletividades	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Empresas	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Juntas de Freguesia	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Organismos da Administração do Estado	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Sociedade Civil	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Outra (Qual?)	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃

6.4 Estaria disposto a participar em iniciativas ou atividades de ação (cariz) coletiva que abrangessem o território da Baixo Guadiana?

Sim ☐₁

Não ☐₂

NOTA: Se respondeu NÃO, passe à pergunta 6.5

6.4.1 E em que tipo de ações estaria disposto a participar? (selecione, no máximo, TRÊS ações)

Em atividades económicas	☐ ₁
De defesa do património	☐ ₂
Por causas públicas	☐ ₃
De governação	☐ ₄
Em Associações de Desenvolvimento	☐ ₅
Em Associações de carácter Cultural, Recreativo ou Desportivo	☐ ₆
De pressão política em defesa do território	☐ ₇
Outra. Qual?	☐ ₈

6.5 Considera que no território têm existido situações de participação pública comum?

Sim ☐₁

Não ☐₂

6.6 Se respondeu NÃO, identifique (X) as duas razões que considera mais explicativas:

Apesar de haver projetos/problemas comuns, não são postos para discussão conjunta	Há poucos projetos/problemas comuns	
Porque são duas regiões administrativas diferentes	Não há problemas comuns	
Não há articulação entre a sociedade civil	Por casualidade	
Não há articulação entre as entidades públicas	Outra. Qual?	

6.7 Refira os DOIS aspetos que mais poderiam ser fortalecidos com um envolvimento e participação conjunta?

QUESTÕES	X	QUESTÕES	X
A sustentabilidade dos recursos do território		Uma estratégia de desenvolvimento comum para o Baixo Guadiana	
O peso político/reivindicativo do território		Uma maior apropriação pelas comunidades	
O reforço da identidade/pertença regional		Uma maior capacidade de articulação com Espanha	
Um modelo de governação territorial		Outro. Qual?	

6.8 No que se refere ao desenvolvimento do território, de uma forma geral acha que no Baixo Guadiana existe ação coletiva?

Sim ☐₁

Não ☐₂

7. DIMENSÃO REDES – ABORDAGEM PARCERIAS

7.1 Atendendo à especificidade do Baixo Guadiana, que importância atribui às parcerias?

Nenhuma ☐₁ Pouca ☐₂ Muita ☐₃

7.2 Neste território, em que entidades/organizações as parcerias são mais visíveis

Câmaras Municipais ☐₁ Juntas de Freguesia ☐₂ Associações de desenvolvimento ☐₃

Outras associações/coletividades ☐₄ Empresas ☐₅ Outra. ☐₆ Qual? _____

7.3 Conhece uma boa parceria existente no território? Sim ☐₁ Não ☐₂

Se sim, refira-a? _____

7.4 Nas seguintes áreas, classifique os ganhos que o território poderá ter com parcerias mais robustas entre as instituições (significando 1 o mínimo e 5 o máximo):

ÁREAS	NÍVEIS				
Mais capacidade reivindicativa	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Maior coesão social	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Maior coesão territorial	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Menor isolamento	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Desenvolvimento Local mais acentuado	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Melhor governança territorial	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Fortalecimento da identidade territorial	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Maior peso nas relações com Espanha	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Crescimento na área do turismo	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Mais participação pública	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Mais peso político	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Sustentabilidade dos recursos	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Respostas mais eficazes para os problemas	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅

8. DIMENSÃO PROCESSOS – ABORDAGEM: INSTRUMENTOS

8.1 Em que medida poderão as seguintes afirmações representar meios facilitadores da participação pública em processos de desenvolvimento local (significando 1 o mínimo e 5 o máximo)?

QUESTÕES	NÍVEIS				
Existência de diversidade de organizações da sociedade civil	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Fortes possibilidades de informação, consulta e participação ativa do cidadão nas questões de interesse coletivo	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
As formas de governança, baseadas em parcerias e organizadas em rede, favorecem o estabelecimento de entendimentos e a criação de ambientes de confiança	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Os processos de desenvolvimento sustentável estimulam/convidam à participação pública	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅

8.2 Como meios facilitadores da participação pública no desenvolvimento do Baixo Guadiana, que importância atribui às seguintes afirmações?

QUESTÕES	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante
Existência de diversidade de organizações da sociedade civil			
Acesso facilitado à informação e consulta por parte dos cidadãos nas questões de interesse público e coletivo			
Formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede, que favoreçam consensos e criem ambientes de confiança			
A criação de uma estrutura coordenadora para todo o território			
Criação de um Encontro Anual onde os assuntos importantes do território fossem abordados			

8.3 Concorda que, em processos de desenvolvimento local em que os cidadãos e as organizações participam: (significando 1 o mínimo e 5 o máximo)

QUESTÕES	NÍVEIS				
Os atores locais assumem mais protagonismo?	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
O crescimento económico é mais rápido?	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
São menores as oportunidades de comportamentos oportunistas e de corrupção?	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Proporcionam mais lideranças locais?	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Geram mais iniciativas locais?	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Tendem a aumentar uma cultura de participação pública no território?	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Fortalecem a sociedade civil?	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Garantem uma maior sustentabilidade dos recursos?	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Os processos e as decisões tendem a ser mais morosos?	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Geram mais conflitos locais?	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅

8.4 Assinale as DUAS questões que mais podem contribuir para o desenvolvimento local sustentável neste território:

QUESTÕES	X
As que evitem concepções fulanizadas (personalizadas)	☐ ₁
As que promovam a igualdade de oportunidades	☐ ₂
As que promovam a participação de todos os atores locais	☐ ₃
As que promovam boas práticas de governança local	☐ ₄
As que promovam consensos, partilha e parcerias	☐ ₅
As que mais rentabilizem os recursos locais	☐ ₆
As que promovam uma gestão territorial conjunta para todo o território	☐ ₇

8.5 As boas práticas de governança local potenciam/facilitam o desenvolvimento sustentável?

Sim ☐₁ Não ☐₂ Porquê? _____

9. DIMENSÃO AMBIENTES – ABORDAGEM: ESTÍMULOS/LIMITAÇÕES

9.1 Em termos de MOBILIZAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA, neste território, que importância atribui aos seguintes fatores?

Factores	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante
Confiança generalizada entre as pessoas	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Criatividade e Inovação nos projetos e iniciativas que ocorrem	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Situação face ao emprego	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Ética e boas práticas na governação local	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Iniciativas e ações em curso no território	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Ter acesso ao máximo de informação	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Motivações políticas	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Contrariar a ideia que outros têm de que o território é deprimido e pobre	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Sentir ligação emocional com o território	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Sentir que vive num “território de projeto” (onde há projetos e estratégia)	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Sentir sustentabilidade (futuro) no processo de desenvolvimento	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Ser criada uma associação destes quatro municípios	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
O facto de ser uma região transfronteiriça	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃

9.2 Como classificaria cada uma das questões seguintes quanto ao seu ESTÍMULO PARA A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA:

QUESTÕES	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante
A proximidade entre os diferentes atores aos "acontecimentos"	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
A visibilidade e a eficácia dos resultados da participação pública	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
As tomadas de decisão mais próximas do cidadão e dos seus problemas	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Intervenções "de baixo para cima" e assentes em parcerias	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
A criação de orçamentos participativos municipais e regionais	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
A criação de um plano de Desenvolvimento Territorial para todo o Baixo Guadiana	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃

9.3 Numa PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO deste território, que relevo atribui aos seguintes fatores:

Fatores	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante
Confiança entre as pessoas	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Criatividade de iniciativas que ocorrem	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Inovação nos projetos dinamizados	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Situação face ao emprego	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Ética e boas práticas na governação local	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Iniciativas e ações em curso no território	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Ter acesso ao máximo de informação	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Motivações políticas	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
O território ser referenciado como deprimido e pobre	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Sentir ligação emocional com o território.	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Sentir que vive num "território de projecto".	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Sentir sustentabilidade (futuro) no processo de desenvolvimento.	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Ser criada uma associação destes quatro municípios	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
O fato de ser uma região transfronteiriça	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃

9.4 Identifique se os seguintes fatores/atributos estão presentes no território:

Fatores	Sim	Não
Confiança entre as pessoas da comunidade	☐ ₁	☐ ₂
Criatividade de iniciativas que ocorrem	☐ ₁	☐ ₂
Fortes lideranças locais	☐ ₁	☐ ₂
Ética e boas práticas na governança local	☐ ₁	☐ ₂
Boa qualidade de vida	☐ ₁	☐ ₂
Sustentabilidade (futuro) no processo de desenvolvimento	☐ ₁	☐ ₂
Transparência na gestão do território	☐ ₁	☐ ₂
Inovação nos projectos dinamizados	☐ ₁	☐ ₂
Ligação emocional com o território.	☐ ₁	☐ ₂
Ânimo para lutar pelo desenvolvimento do território	☐ ₁	☐ ₂

9.5 Classifique a intensidade com que os seguintes factores, neste território, podem constituir LIMITAÇÕES À PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (significando 1 o mínimo e 5 o máximo) :

FATORES	NÍVEIS				
Pressão de grupos, pessoas ou organizações (conflito de interesses)	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Dificuldades de acesso à informação	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Condições e oportunidades desiguais que se estabelecem entre os vários participantes	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Controlo dos processos por parte das entidades proponentes	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Os projetos de desenvolvimento estarem muito condicionados aos ciclos eleitorais	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Excesso de informações técnicas que permitem manipular os participantes	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Questões da legitimidade quando se trata da representação dos interesses colectivos	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Os formatos e os mecanismos e processos participativos na tomada de decisão	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Baixa densidade populacional	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Fraca cultura participativa	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅
Falta de unidade territorial do ponto de vista administrativo	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃	☐ ₄	☐ ₅

9.6 Em termos de ESTÍMULOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL deste território, como classificaria os seguintes aspetos:

Aspetos	Irrelevante	Relevante	Muito relevante
Um maior envolvimento das comunidades locais na definição e implementação de políticas públicas locais	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Um maior protagonismo dos actores locais quando se materializam projectos de desenvolvimento	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Uma forte sensibilização da população para a importância dos recursos locais no crescimento económico	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Formulação e implementação de políticas públicas conjuntas para todo o território	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Ambientes de confiança generalizada	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Fortes relações entre instituições locais	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
A capacitação da sociedade civil para encontrar estratégias próprias e exercer controlo sobre o processo de desenvolvimento do território	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃
Grau de capacitação da comunidade para identificar soluções adequadas para os problemas que a afetam	☐ ₁	☐ ₂	☐ ₃

10. DIMENSÃO AMBIENTES – ABORDAGEM: PERTENÇA/APROPRIAÇÃO

10.1 Que aspetos considera identificadores do Baixo Guadiana?

A _____

B _____

10.2 Considera que existem no território do Baixo Guadiana:

Aspetos	SIM	NÃO	Aspetos	SIM	NÃO
Dinâmicas de participação coletiva	☐ ₁	☐ ₂	Um sentimento de pertença	☐ ₁	☐ ₂
Um processo de desenvolvimento comum	☐ ₁	☐ ₂	Uma coesão social	☐ ₁	☐ ₂
Articulação nos processos de Planeamento e Ordenamento	☐ ₁	☐ ₂	Uma identidade regional	☐ ₁	☐ ₂

10.3 Sente-se cidadão do Baixo Guadiana? Sim ☐₁ Não ☐₂

Porquê? _____

10.4 Entende que a maior ou menor relação dos indivíduos com o território onde vive, influencia o seu grau de envolvimento e participação?

Sim ☐₁ Não ☐₂

10.5 Tem conhecimento de que a navegabilidade do Rio Guadiana está atualmente a potenciar um processo de desenvolvimento assente no turismo ?

Sim ☐₁ Não ☐₂

10.6 Se respondeu SIM, como tomou conhecimento? _____

10.7 Mesmo que indiretamente, sente-se envolvido de alguma forma neste processo de desenvolvimento?

Sim ☐₁ Não ☐₂

10.8 Se respondeu NÃO, o que consideraria necessário para se sentir envolvido? _____

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO

Jorge Revez

Contactos : jorgerevez@adpm.pt
967818958

Anexo 3

Anexo 3 - EXEMPLO DE GUIÃO DAS ENTREVISTAS: PAULO BERNARDO

Bloco I 5 min	Apresentação e justificação da entrevista. Questões prévias: objetivos, interesse para o território, tema central da investigação, tempo, confidencialidade...) Abordar conceitos essenciais particularmente de Governança Local.		
	QUESTÕES	PERGUNTAS	SUPORTES
Bloco II Recursos 10 min	Os recursos podem constituir-se como um verdadeiro capital nos territórios. O conhecimento e importância atribuídos aos recursos locais podem influenciar a participação dos atores locais.	1. Que opinião tem sobre os recursos do Baixo Guadiana no que se refere ao seu papel para o desenvolvimento do território? 2. Qual é a sua opinião sobre o modo como os residentes, os investidores, as associações vêm os recursos locais? 2.1 Participam em assuntos relacionados com os recursos? Se não, porquê? 2.1 Os recursos locais representam algum valor económico significativo e de criação de emprego, atualmente? 3. No futuro, os recursos deste território assumirão algum papel dinamizador/catalisador? O que poderá estimular um maior desempenho dos recursos locais? (quer do ponto de vista do interno dos próprios produtos quer de fatores externos que possam facilitar)	Há informação suficiente sobre os recursos? A quem serve ou beneficia esse conhecimento? Há relação entre o conhecimento dos recursos e o grau de participação pública dos indivíduos? A proximidade dos “assuntos” tende a influenciar a maior ou menor participação dos cidadãos? Porquê? E as tomadas de decisão próximas dos cidadãos também influenciam? Porquê? Que papel desempenham de facto os recursos locais na estratégia de desenvolvimento da Câmara?

Bloco III	Há fatores nas comunidades que facilitam a ação conjunta dos indivíduos na realização de objetivos comuns, tais como a confiança generalizada entre as pessoas e instituições, as redes sociais, as parcerias, as normas, a reciprocidade, ou os valores como a tolerância e a solidariedade. Estes fatores, propícios a uma maior participação das comunidades, quer pela sua importância social quer económica, poderão ter importância para o desenvolvimento local, representando mesmo um recurso produtivo, a par de outros, sejam eles naturais, culturais ou patrimoniais, do sistema socioeconómico.	4. Em termos de Capital Social (confiança entre os atores, objetivos comuns, dinâmicas coletivas, parcerias, redes, troca de informações), que fatores são importantes para as dinâmicas de desenvolvimento do território do BG? Porquê? 4.1 Como poderão ser estimulados esses fatores? 4.2 Como tem evoluído esse capital social (esses fatores) nas últimas décadas? Porquê? 5. Há um sentimento de pertença no BG? Há aspetos de identificação comum? 5.1 Que importância atribui a esses atributos em termos de desenvolvimento territorial? 5.2 Há um perfil dos investidores que potenciam os recursos locais? Se sim qual é, que características assumem?	No Baixo Guadiana, existe entre os atores locais: Confiança generalizada? Troca de informações? Estratégia de desenvolvimento comum? Desenvolvimento de projetos conjuntos?

Bloco IV Participação Cidadania Espaços 30 min	Uma comunidade de cidadãos informados e participativos contribuirá melhor para o desempenho das instituições, constituindo-se num terreno fértil para o desenvolvimento local. O grau de proximidade dos atores locais com os acontecimentos (decisões, estudos, processos, debates, etc.) aumenta a informação, mobiliza e estimula a participação.	6. O que é para si a Participação Pública? 6.1 Há participação pública no território? Se sim, como se manifesta? Se não, quais as razões? 7. Há algum processo de PP em que tenha participado que queira comentar? 8. Acha que, de uma forma geral, é incorporado o resultado da participação pública nos processos de governação? 9. Entende que a participação dos atores locais pode influenciar o desenvolvimento do território? Porquê? 10. Há maior legitimidade, particularmente nas tomadas de decisão, quando há de uma maior participação pública? 11. A participação pública pode influenciar as práticas de governação local? Como? 11.1 As empresas/empresários participam de alguma forma no “modelo de governação” no BG? Se não, porquê? Se sim, como? 11.2 O que poderia contribuir para aumentar a participação/envolvimento do sector privado na governança local? Que efeitos poderia ter no próprio desenvolvimento do território?	E particularmente sobre a utilização/rentabilização dos recursos locais? Terá reflexos no futuro, uma maior ou menor participação pública no desenvolvimento do território e na sua sustentabilidade? Em termos de desenvolvimento local, os processos de participação pública têm tradução prática? São consequentes? Porquê? Maior participação pública dá maior legitimidade à Governança Local? (há legitimidade política e social)

		12. Quanto aos cidadãos. Considera que as práticas atualmente existentes no território são propiciadoras ao envolvimento e participação dos cidadãos à escala do B G? Porquê? 13. Que fatores mais limitam e facilitam, neste território, a participação pública? 13.1 Que mecanismos poderiam ser adotados para fomentar a participação dos cidadãos? 13.2 Que papéis têm as autarquias locais nesse processo de formação? E a Escola? Outras entidades (ou locais/momentos) que possam ter esse papel?	De que formas se poderia assegurar uma participação relevante dos vários intervenientes na definição de uma visão estratégica partilhada do território, isto é, o que pode mobilizar/incentivar a Participação Pública em termos de Desenvolvimento Local no BG? Melhores práticas de Governança local? Mais e mais interveniente Sociedade Civil? Fusão de autarquias? Maior capacitação das comunidades?

<i>Bloco V</i> Ação coletiva Parcerias 10 min	É na ação coletiva baseada na confiança, reciprocidade e normas, que emergem fortes sistemas de participação cívica e que aumenta a eficiência da sociedade em solucionar seus problemas. O estabelecimento de sinergias de cariz participativo, com o objetivo de dar origem a uma rede de solidariedade ativa e geradora de dinâmicas de desenvolvimento integrado, permite respostas mais eficazes ao nível local.	14. Há parcerias ou práticas de Ação coletiva no BG? Se sim, quais? Se não, quais as razões? 14.1 que balanço faz dessas parcerias? Reforçaram a coesão territorial ao nível de todo o BG? 15. Alguma vez ocorreu um processo de participação coletiva, extensivo a todo o território do BG? Se Não, porquê? Se Sim, sobre quê? 16. Que importância poderão ter as parcerias locais em termos de Desenvolvimento e de Governança, no BG? 17. Como se poderiam estimular essas parcerias locais? E que ganhos teriam o território e as comunidades locais? (Sobretudo atendendo ao futuro)	Há projetos de Desenvolvimento, de Participação ou de Governança comuns? Se sim, exemplifique; se não, porquê? Como e porque surgem esses projetos comuns?
<i>Bloco VI</i> Pertença Apropriação 10 min	A existência de uma identidade territorial, a par de uma capacitação individual e coletiva, constitui uma vantagem competitiva para os territórios. Traduz-se na responsabilização das populações, o que aumenta o sentimento de pertença e coesão, proporcionando	18. Podemos falar numa identidade territorial regional no território do Baixo Guadiana? 18.1 Há um sentimento de pertença? Há aspetos de identificação comuns? 19. O B G pode ser visto como UM território? Porquê? 20. Que entendimento teria sobre um modelo de gestão conjunta (económica, social, política, de desenvolvimento, de pressão,) para o território? Concordaria? Porquê?	A maior ou menor relação dos indivíduos com o território onde vive, influencia o seu grau de envolvimento e participação? Há aspetos identificadores do

	maior envolvimento e facilitando a participação em termos de desenvolvimento local.	Que dimensão poderia assumir? 20.1 Que oportunidades e limitações vislumbra num processo desse tipo no BG?	B G? Quais? Esses fatores têm ou poderão ter algum relevo em termos de desenvolvimento do território? Ou apenas concordaria com práticas conjuntas? Até onde poderia ir esse modelo?
Bloco VII Governanças Locais 25 min	O que se pretende é saber a importância da participação pública para a boa governança (e desta) para o desenvolvimento sustentável no Baixo Guadiana. Se as práticas de governança locais influenciam a participação e o desenvolvimento no território? Como se processam? Que estímulos e limitações existem? Concluindo que sim, então averiguar se essa participação existe no território a propósito do processo de desenvolvimento turístico em curso. Concluir onde existe e não existe, como, porquê e quais as consequências em termos de	21. No território do BG há pressupostos que potenciem um processo de Desenvolvimento Sustentável? Quais? 21.1 Que aspetos considera relevantes para que tal se verifique? 22. Hoje fala-se muito de governança local. Que entendimento tem de governança local? 22.1 O que são para si boas práticas de governança local? 23. As práticas da governança local podem ser facilitadoras do Desenvolvimento Sustentável? Como? Quais? Explicitar. 23.1 E as práticas de Governança local podem minimizar, ou estimular, a participação pública? Como? De que forma? 23.2 E o inverso, isto é, os próprios processos de desenvolvimento sustentável,	A falta de uniformidade territorial do ponto de vista administrativo, que implicações tem em termos de desenvolvimento do B G? No futuro (e atendendo às estratégias territoriais da União Europeia) essa divisão administrativa tenderá a ser uma força ou uma fraqueza do território?

	desenvolvimento. Que modelo de governação para o território que reforce essa participação e confira maior sustentabilidade ao processo?	podem influenciar quer as práticas de governação quer a participação pública? Explicitar. (Como, de que forma, com que resultados).	Que formas de cooperação interterritorial podem contribuir para incentivar a mobilização e a participação de todos os atores locais para o desenvolvimento do B G?
Bloco VII I Território 30 min	Averiguar o entendimento sobre o nível de envolvimento dos atores locais/participação, a propósito do processo de desenvolvimento “turístico” em curso no território do BG. Indagar, a esse propósito, como, porquê e quais as consequências em termos de desenvolvimento. Que modelo de governação para o território que reforce essa participação e confira maior sustentabilidade ao processo?	24. A navegabilidade do Guadiana tem vindo a traduzir-se num crescimento de atividades turísticas geradoras de emprego e indiciadoras do potencial do território nessa área. Considera que os atores locais estão informados e envolvidos neste processo de desenvolvimento? Se sim, como? Se não, porquê? 24.1 E como se poderá incentivar a sua participação de forma a contribuir para a endogeneidade do processo e à geração de riqueza no território? 24.2 Em que medida a comunidade (empresas, autarquias, as associações) estão envolvidas nesse processo? (em termos de sustentabilidade, social, político, apropriação, visão). Se sim, como? Se não porquê? Apontar soluções ou estratégias. Referir mais pormenorizadamente os empresários. 25. Uma maior articulação territorial seria benéfica para este processo? Em que aspetos?	Que papel poderão ter as autarquias locais nessa mobilização? Ainda em relação a este tema, há articulação entre os órgãos da administração regional, as autarquias, a sociedade civil e as empresas? Se sim, como? Se não porquê? Apontar soluções ou estratégias.

		25.1 Este processo de desenvolvimento turístico do Guadiana poderá aumentar a participação dos atores locais no território do B G? 26. Se houvesse um modelo de gestão comum para o B G seria expectável que este processo de concretizasse mais rápida e eficazmente? Porquê? 27. Ainda sobre um modelo de gestão conjunta para o território (já anteriormente abordado), que legitimaria esse novo paradigma de governança no BG? 27.1 Quais seriam as características mais importantes de uma estrutura funcional ao nível do BG., tendo em atenção a necessidade de legitimação quer perante os atores territoriais, quer perante a administração central e regional? 27.2 Que passos seriam necessários para viabilizar uma experiência desse tipo? (questões políticas, económicas, de liderança, de poder, sociais, culturais, etc.). 28. Que ideia tem do papel que o turismo possa vir a representar como instrumento de desenvolvimento do BG? 28.1 Que outros fatores (materiais e imateriais) considera fundamentais para que o turismo seja de facto alavanca de um processo de desenvolvimento sustentável deste território?	O que obsta a essa articulação em termos de planeamento, ordenamento, de estratégia comum? Se a consulta pública assim o ditasse? Se lhe estivesse agregado um plano de ação e enquadrado em políticas públicas adequadas?

Anexo 4

Anexo 4 - GUIÃO DO FOCUS-GROUP

QUESTÕES	PERGUNTAS	SUPORTES
RECURSOS O conhecimento e importância atribuídos aos recursos locais influenciam a participação pública? A proximidade dos atores locais com os acontecimentos aumenta a informação, mobiliza e estimula a participação?	1. O conhecimento e a informação existente sobre os recursos locais estão a contribuir para o desenvolvimento do território do Baixo Guadiana? De que forma? 1.1. A quem ser ou quem beneficia dessa informação? 1.2. Quem detém esse conhecimento e quem beneficia dele?	Porquê? Como? A ciência, as Câmaras, a Administração central ou regional, as Adl, os empresários, a Escola?
PARTICIPAÇÃO PÚBLICA A participação pública, na medida que possa contribuir para a acumulação de capital social e para a articulação dos atores sociais regionais, facilitando a formação de compromissos básicos relevantes para o desenvolvimento, contribuirá também para reforçar as bases da competitividade de uma região. É essencial para a boa governança e pode fortalecer as comunidades locais. A participação deve ser vista como um instrumento importante para promover a articulação entre os atores sociais, fortalecendo a coesão da comunidade e para melhorar a qualidade das decisões, tornando mais fácil alcançar objetivos de interesse comum. A densidade das relações e instituições locais, que ao final expressam a densidade do capital social, contribui para a capacidade de a comunidade dispor de estratégias próprias e exercer controle sobre os caminhos do desenvolvimento local, não actuando como receptora passiva de interesses externos. (Baquero, 1999)	2. Há participação pública sobre a utilização/rentabilização dos recursos locais no BG? As pessoas e /ou as instituições participam (envolvem-se) em termos de desenvolvimento deste território? 3. Considera que o modelo de governanças existente no território é propiciador de práticas de envolvimento e participação dos cidadãos à escala do BG? Porquê? 4. De que formas se pode assegurar uma participação relevante das empresas, quer na definição de uma visão estratégica partilhada do território, quer na criação de negócios e de emprego? Isto é, o que pode mobilizar/incentivar a Participação Pública em termos de Desenvolvimento Local no BG?	Se não, porquê? Se sim, Quem, Como, em que Fases? Que reflexos (existindo ou não) terá no desenvolvimento do território e na sua sustentabilidade? Que fatores poderão estimular ou limitar a p. p.? Pressupondo que ocorrerá um processo de desenvolvimento sustentável, estruturado pela navegabilidade do Guadiana, tal poderá estimular a participação pública no território? Porquê? Melhores práticas de Governança local? Mais e mais interveniente Sociedade Civil? Fusão de autarquias? Maior capacitação das comunidades?

GOVERNANÇA LOCAL Os territórios que constroem ambientes criativos e inclusivos, promotores de boas práticas de ética e de governação, propícios à participação e envolvimento dos cidadãos e das organizações, aumentam as oportunidades de sustentabilidade do seu desenvolvimento. A governança territorial deve ser regida pela visão partilhada de todos os atores com responsabilidades sobre o território, com vista à potenciação dos seus recursos e à promoção dos fatores de desenvolvimento de forma equilibrada e sustentável (coesão territorial) a todos os níveis. Assim, um dos principais desafios consiste em promover a coordenação e ação coletiva de forma participativa e harmoniosa entre os vários intervenientes e nas distintas escalas territoriais.	5. Uma maior participação do sector privado pode contribuir para promover boas práticas de governança local no território? Porquê? 6. Como estimular essa participação? Atendendo à especificidade do BG, é de esperar que um progressivo aumento da participação pública contribua para um acelerar do desenvolvimento do território, ou, pelo inverso, só mesmo o decorrer deste, poderá estimular aquela?	O Inquérito realizado revelou estes resultados à pergunta: “Dos seguintes aspetos, quais considera que existem neste território?” Como interpreta estes dados numa ótica de governança local? O que poderia contribuir para aumentar positivamente estas percentagens? O aumento positivo das percentagens do quadro anterior teria tradução no processo de desenvolvimento de BG? Em que aspetos? É real ou é um sentimento generalizado sobre os políticos, a política e a sociedade?
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL Uma comunidade de cidadãos informados e participativos contribuirá melhor para o desempenho das instituições, constituindo-se num terreno fértil para o desenvolvimento local sustentável. A visão do território enquanto “capital territorial” gira em torno de um novo “modelo de inovação territorial”, entendido como a busca coletiva de um novo patamar de conhecimento, através da participação e de relações de cooperação entre os atores (públicos e privados, individuais e coletivos), que conduzem a inovações em termos de organização e gestão dos territórios. (Campanhe, 2001)	7. O BG pode ser visto como UM território? Porquê?	
TERRITÓRIO A coesão territorial procura alcançar o desenvolvimento harmonioso dos territórios e facultar aos seus habitantes a	8. Hoje, do ponto de vista de articulação nas práticas de projetos de desenvolvimento, de identidade, de coesão, de processo de desenvolvimento, o B G pode ser visto como	Há um sentimento de pertença? Há aspetos de identificação comum?

possibilidade de tirar o melhor partido das características de cada um deles. Nessa medida, a coesão territorial é um fator de conversão da diferença em vantagem, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável. A coesão territorial destaca a necessidade de uma abordagem integrada para a resolução dos problemas à escala geográfica mais adequada, o que pode exigir a cooperação das autoridades locais, regionais e mesmo nacionais. Agir para criação de uma identidade territorial positiva e para a capacitação individual e coletiva a partir das unidades territoriais e agir para a valorização da identidade territorial, para a sua incorporação na construção de vantagens competitivas terá tradução no envolvimento e participação de todos os intervenientes (Henriques 2008) e contribuirá para o próprio desenvolvimento local sustentável.	UM território? Porquê? 9. Concordaria com algum modelo de gestão conjunta (económica, social, política ou outra) para o território? Explicitar a opinião. 9.1. O que legitimaria esse novo paradigma de governança no BG? 10. Em termos técnico e empresariais (particularmente na área do turismo) quais seriam as características mais importantes de uma estrutura funcional ao nível do B.G?	Se a consulta pública assim o ditasse? Se lhe estivesse agregado um plano de ação e enquadrado em políticas públicas adequadas? Tendo em atenção a necessidade de coordenação entre escalas territoriais e também a importância de estar ancorada às instituições locais e nacionais existentes?

Anexo 5

Anexo 5 - ENTREVISTA AOS PRESIDENTES DE CÂMARA

Bloco I 5 min	Apresentação e justificação da entrevista. Questões prévias: objetivos, interesse para o território, tema central da investigação, tempo, confidencialidade...) Abordar conceitos essenciais particularmente de Governança Local.		
	QUESTÕES	PERGUNTAS	SUPORTES
Bloco II Recursos 10 min	Os recursos podem constituir-se como um verdadeiro capital nos territórios. O conhecimento e importância atribuídos aos recursos locais podem influenciar a participação dos atores locais. O grau de proximidade dos atores locais com os acontecimentos aumenta a informação e pode mobilizar e estimular a participação.	1. Que opinião tem sobre os recursos do Baixo Guadiana no que se refere ao seu papel para o desenvolvimento do território? 2. No futuro, os recursos deste território assumirão algum papel dinamizador? O que poderá estimular o desempenho dos recursos? 3. Qual é a sua opinião sobre o modo como os atores locais (os residentes, os investidores), as associações veem os recursos? 3.1. Participam em assuntos relacionados com os recursos? Se não, porquê?	Há informação suficiente sobre os recursos? A quem serve ou beneficia esse conhecimento? Há relação entre o conhecimento dos recursos e o grau de participação pública dos indivíduos? A proximidade dos “assuntos” tende a influenciar a maior ou menor participação dos cidadãos? Porquê? E as tomadas de decisão próximas dos cidadãos também influenciam? Porquê? Que papel desempenham de facto os recursos locais na estratégia de desenvolvimento da Câmara?
Bloco III Capital social	Há fatores nas comunidades que facilitam a Ação conjunta dos indivíduos na realização de objetivos comuns, tais como a confiança generalizada entre as pessoas	4. Em termos de Capital Social (confiança entre os atores, objetivos comuns, dinâmicas coletivas, parcerias, redes, troca de informações), que fatores são importantes para as dinâmicas de desenvolvimento do território do BG? Porquê? 4.1 Como poderão ser estimulados esses fatores?	No Baixo Guadiana, existe entre os atores locais: Confiança generalizada? Troca de informações? Estratégia de desenvolvimento comum? Desenvolvimento de projetos conjuntos?

10 min	e instituições, as redes sociais, as parcerias, as normas, a reciprocidade, ou os valores como a tolerância e a solidariedade. Estes fatores, propícios a uma maior participação das comunidades, quer pela sua importância social quer económica, poderão ter importância para o desenvolvimento local, representando mesmo um recurso produtivo, a par de outros, sejam eles naturais, culturais ou patrimoniais, do sistema socioeconómico.	5. Em termos da sustentabilidade do próprio processo de desenvolvimento, que importância/papel podem representar esses fatores?	

Bloco IV Participação Cidadania Espaços 30 min	Uma comunidade de cidadãos informados e participativos contribuirá melhor para o desempenho das instituições, constituindo-se num terreno fértil para o desenvolvimento local. O grau de proximidade dos atores locais com os acontecimentos (decisões, estudos, processos, debates, etc.) aumenta a informação, mobiliza e estimula a participação.	6. O que é para si a Participação Pública? 6.1 Há participação pública no território? Se sim, como se manifesta? Se não, quais as razões? 7. A sua Câmara Municipal promoveu, ou promove, algum processo de PP? Se não, porquê? Se sim, sobre que assuntos e como decorreu (e)? 8. Como incorpora o resultado da participação pública nos processos de decisão e gestão municipal? 9. Entende que a participação dos atores locais pode influenciar o desenvolvimento do território? Porquê? 10. Sente maior legitimidade por via de uma maior participação pública? 11. Considera que as práticas atualmente existentes no território são propiciadoras ao envolvimento e participação dos cidadãos à escala do B G? Porquê? 11.1 Que mecanismos poderiam ser adotados para fomentar a participação dos cidadãos? Que papéis têm as autarquias locais? E a Escola?	E particularmente sobre a utilização/rentabilização dos recursos locais? Terá reflexos no futuro, uma maior ou menor participação pública no desenvolvimento do território e na sua sustentabilidade? Em termos de desenvolvimento local, os processos de participação pública têm tradução prática? São consequentes? Porquê? Maior participação pública dá maior legitimidade à Governança Local? (há legitimidade política e social) De que formas se poderia assegurar uma participação relevante dos vários intervenientes na definição de uma visão estratégica partilhada do território, isto é, o que pode mobilizar/incentivar a Participação Pública em termos de Desenvolvimento Local no BG? Melhores práticas de Governança local? Mais e mais interveniente Sociedade Civil? Fusão de autarquias? Maior capacitação das comunidades?

<i>Bloco V</i> Ação coletiva Parcerias 10 min	É na ação coletiva baseada na confiança, reciprocidade e normas, que emergem fortes sistemas de participação cívica e que aumenta a eficiência da sociedade em solucionar seus problemas. O estabelecimento de sinergias de cariz participativo, com o objetivo de dar origem a uma rede de solidariedade cativa e geradora de dinâmicas de desenvolvimento integrado, permite respostas mais eficazes ao nível local.	12. Há parcerias ou práticas de ação coletiva no BG? Se sim, quais? Se não, quais as razões? 12.1 Que balanço faz dessas parcerias? Reforçaram a coesão territorial ao nível de todo o BG? 13. Que importância poderão ter as parcerias locais em termos de Desenvolvimento e de Governança, no BG? 14. Como se poderiam estimular essas parcerias locais?	Há projetos de Desenvolvimento, de Participação ou de Governança comuns? Se sim, exemplifique; se não, porquê? Como e porque surgem esses projetos comuns?
<i>Bloco VI</i> Pertença Apropriação 10 min	A existência de uma identidade territorial, a par de uma capacitação individual e coletiva, constitui uma vantagem competitiva para os territórios. Traduz-se na responsabilização das populações, o que aumenta o sentimento de pertença e coesão, proporcionando maior envolvimento e	15. Podemos falar numa identidade territorial regional no território do Baixo Guadiana? 15.1 Há um sentimento de pertença? Há aspetos de identificação comuns? 16. O B G pode ser visto como UM território? Porquê? 17. Que entendimento teria sobre um modelo de gestão conjunta (económica, social, política, de desenvolvimento, de pressão,) para o território? Concordaria? Porquê? Que dimensão poderia assumir?	A maior ou menor relação dos indivíduos com o território onde vive, influencia o seu grau de envolvimento e participação? Há aspetos identificadores do B G? Quais? Esses fatores têm ou poderão ter algum relevo em termos de desenvolvimento do território? Ou apenas concordaria com práticas conjuntas?

	facilitando a participação em termos de desenvolvimento local.	17.1 Que oportunidades e limitações vislumbra num processo desse tipo no BG? 18. Ainda sobre um modelo de gestão conjunta para o território (já anteriormente abordado), que legitimaria esse novo paradigma de governança no BG? 18.1 Quais seriam as características mais importantes de uma estrutura funcional ao nível do B.G., tendo em atenção a necessidade de legitimação quer perante os atores territoriais, quer perante a administração central e regional? 18.2 Que passos seriam necessários para viabilizar uma experiência desse tipo? (questões políticas, económicas, de liderança, de poder, sociais, culturais, etc).	Até onde poderia ir esse modelo?
Bloco VII Governanças Locais 30	O que se pretende é saber a importância da participação pública para a boa governança (e desta) para o desenvolvimento sustentável no Baixo Guadiana. Se as práticas de governança locais influenciam a participação e o	19. Hoje fala-se muito de governanças locais como novas formas de gerir os territórios. Que entendimento tem de governança local? 19.1 Em que medida acha que se distingue a governança da gestão municipal? 20. Que práticas da governança local podem ser facilitadoras do Desenvolvimento Sustentável? Explicitar.	A falta de uniformidade territorial do ponto de vista administrativo, que implicações tem em termos de desenvolvimento do B G? No futuro (e atendendo às estratégias territoriais da União Europeia) essa divisão administrativa tenderá a ser uma força ou uma fraqueza do território?

min	desenvolvimento no território? Como se processam? Que estímulos e limitações existem? Que modelo de governação para o território que reforce essa participação e confira maior sustentabilidade ao processo?	20.1 Como poderão as Câmaras Municipais contribuir para isso?	
Blo co VII I Território e Desenvol vimento Sustentável 30 min	Averiguar o entendimento sobre se há envolvimento dos atores locais/participação, a propósito do processo de desenvolvimento turístico em curso no território do BG. Indagar, a esse propósito, como, porquê e quais as consequências em termos de desenvolvimento. Que modelo de governação para o território que reforce essa participação e confira maior sustentabilidade ao processo?	21. No território do BG há pressupostos que potenciem um processo de Desenvolvimento Sustentável? Quais? 21.1 Que aspetos considera relevantes para que tal se verifique no BG? 22. A navegabilidade do Guadiana tem vindo a traduzir-se num crescimento de catividades turísticas geradoras de emprego e indiciadoras do potencial do território nessa área. Em que medida a comunidade (residentes, empresas, autarquias, associações) estão envolvidas nesse processo? (em termos de sustentabilidade, social, política, de apropriação, visão). Se sim, como? Se não, porquê? Apontar soluções ou estratégias 22.1 E como se poderá incentivar a sua participação de forma a contribuir para a endogeneidade do processo e para a geração de riqueza no território?	Que papel poderão ter as autarquias locais nessa mobilização? Ainda em relação a este tema, há articulação entre os órgãos da administração regional, as autarquias, a sociedade civil e as empresas? Se sim, como? Se não porquê? Apontar soluções ou estratégias. O que obsta a essa articulação em termos de planeamento, ordenamento, de estratégia comum?

		23. Uma maior articulação territorial seria benéfica para este processo? Porquê? 24. Se houvesse um modelo de gestão comum para o B G seria expectável que este processo de concretizasse mais rápida e eficazmente? Porquê? 25. Que ideia tem do papel que o turismo possa vir a representar como instrumento de desenvolvimento do BG? 25.1 Que outros fatores (materiais e imateriais) considera fundamentais para que o turismo seja de facto alavanca de um processo de desenvolvimento sustentável deste território?	Se a consulta pública assim o ditasse? Se lhe estivesse agregado um plano de ação e enquadrado em políticas públicas adequadas?

Anexo 6

Anexo 6 - ANÁLISE DOS RESULTADOS DO INQUÉRITO

Frequências Simples (com tabelas agregadas)

1. CARATERIZAÇÃO SÓCIO DEMOGRÁFICA

Questões	Respostas	
	Masculino	Feminino
1.1 Género	48,6	51,4

Questões	Respostas			
	15 - 29 anos	30 - 44 anos	45 - 59 anos	60 - 74 anos
1.2 Idade	21,8	29,7	25,7	22,8

Questões	Respostas					
	1º ao 4º ano	5º ao 6º ano	7º ao 9º ano	10º ao 12º ano	Ensino Médio	Ensino Superior
1.3 Nível de Escolaridade	6,0	5,2	8,4	43,2	4,6	32,6

1.4 Atividade Exercida

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Empresário	26	6,8	7,6	7,6
	Estudante	15	3,9	4,4	12,0
	Trabalhador por conta de outrem	278	73,0	81,5	93,5
	Profissional Liberal	22	5,8	6,5	100,0
	Total	341	89,5	100,0	
Missing	System	40	10,5		
Total		381	100,0		

1.6 Residência (Concelho)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Mértola	80	21,0	21,0	21,0
	Alcoutim	34	8,9	8,9	29,9
	Castro Marim	71	18,6	18,6	48,6
	Vila Real Santo António	196	51,4	51,4	100,0
	Total	381	100,0	100,0	

Residência (Freguesia)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Alcaria Ruiva	5	1,3	1,3	1,3
	Corte do Pinto	4	1,0	1,0	2,4
	Espírito Santo	1	,3	,3	2,6
	Mértola	58	15,2	15,2	17,8
	Santana de Cambas	2	,5	,5	18,4
	São João dos Caldeireiros	8	2,1	2,1	20,5
	São Miguel do Pinheiro	1	,3	,3	20,7
	São Pedro de Solis	1	,3	,3	21,0
	Alcoutim	16	4,2	4,2	25,2
	Pereiro	2	,5	,5	25,7
	Giões	5	1,3	1,3	27,0
	Martinlongo	6	1,6	1,6	28,6
	Vaqueiros	6	1,6	1,6	30,2
	Altura	14	3,7	3,7	33,9
	Azinhal	10	2,6	2,6	36,5
	Castro Marim	39	10,2	10,2	46,7
	Odeleite	7	1,8	1,8	48,6
	Vila Nova de Cacela	11	2,9	2,9	51,4
	Monte Gordo	20	5,2	5,2	56,7
	Vila Real Santo António	165	43,3	43,3	100,0
	Total	381	100,0	100,0	

Questões	Respostas	
	Sim	Não
1.7 Participa ou é membro de alguma organização?	35,1	64,9

Questões	Respostas		
	Sim, no seu todo	Sim, apenas em parte	Não
1.8 Identifica-se ou sente-se ligado a algum “retalho” deste território?	50,3	34,8	14,9

Questões	Respostas			
1.9 Em caso afirmativo, que intensidade	Moderado	Forte	Muito	Forte + M.

atribuiria a esse sentimento?			Forte	Forte
	26,3	46,3	27,3	73,6

Questões	Respostas			
	Mal	Bem	Muito Bem	Bem + Muito Bem
2.1 Conhece alguns recursos locais que sejam importantes para o desenvolvimento do Baixo Guadiana?	31,1	54,6	14,3	68,9

2. DIMENSÃO TERRITÓRIO – ABORDAGEM: RECURSOS

Recurso A

Património natural	17,5
Património histórico e arqueológico	3,3
Artesanato e produtos tradicionais	2,1
Gastronomia	2,4
Valores e tradições	1,5
Praias (incluindo barragens)	2,7
Rio	32,8
Caça e Pesca	11,2
Turismo	16,0
Região transfronteiriça	,6
Indústria e transportes	,3
Agricultura	1,8
Recursos humanos, organizações e equipamentos	8,0

Recurso B

Património natural	20,9
Património histórico e arqueológico	8,1
Artesanato e produtos tradicionais	6,1
Gastronomia	4,4
Valores e tradições	2,7
Praias (incluindo barragens)	3,4
Rio	10,4
Caça e Pesca	14,8
Turismo	13,1
Região transfronteiriça	1,0
Indústria e transportes	2,0
Agricultura	5,4
Recursos humanos, organizações e equipamentos	7,7

Questões	Respostas	
	Sim	Não
2.3 Utilização do Recurso A	66,6	33,4

Questões	Respostas	
	Sim	Não
2.3 Utilização do Recurso B	64,6	35,4

Questões	Respostas	
	Sim	Não
2.4 Sente-se suficientemente informado sobre os recursos do território?	43,8	56,2

Questões	Respostas

	Nunca	Raramente	Com Frequência	Raramente + Com Frequência
2.5 Participação em reuniões sobre recursos locais	43,4	38,6	18,0	56,6

Questões	Respostas	
	Sim	Não
2.6 Não Participação: Nunca me convidaram	55,3	44,7
Não Participação: Não tenho interesse	13,2	86,8
Não Participação: Não percebo destes assuntos	17,6	82,4
Não Participação: Quem usufrui ou os explora é que se deve preocupar	1,9	98,1
Não Participação: Quem deve tratar destes assuntos são as Associações Locais	8,2	91,8
Não Participação: Quem deve tratar destes assuntos são as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia	12,6	87,4
Não Participação: Nunca me informaram como posso fazer	44,7	55,3
Não Participação: As minhas opiniões não são levadas em conta	8,2	91,8
Não Participação: As reuniões são longe da residência	6,9	93,1

Questões	Respostas	
	Sim	Não
2.7 As pessoas participariam mais se: os recursos fossem mais importantes	6,1	93,9
As pessoas participariam mais se: houvesse menos restrição à exploração económica	17,5	82,5
As pessoas participariam mais se: da sua exploração resultassem benefícios para a comunidade	47,2	52,8
As pessoas participariam mais se: houvesse mais informação	58,1	41,9
As pessoas participariam mais se: houvesse mais confiança nas organizações e instituições	40,6	59,4

3. DIMENSÃO ATORES – ABORDAGEM: CAPACITAÇÃO

Questões	Respostas	
	Sim	Não
3.1 A maior ou menor capacitação dos atores locais influencia a participação pública?	83,5	16,5

Questões	Respostas	
	Sim	Não
3.2 Sente-se capacitado para se envolver em ações de participação pública?	65,8	34,2

Questões	Respostas	
	Sim	Não
3.3 Aumento da capacitação para participar - Se percebesse melhor o que é isso e que resultados tem	33,3	66,7
Aumento da capacitação para participar - Se sentisse que as minhas opiniões eram tidas em conta	26,8	73,2
Aumento da capacitação para participar - Se tivesse mais informação sobre os assuntos	52,0	48,0
Aumento da capacitação para participar - Se os assuntos se referissem mais ao dia-a-dia das pessoas	27,6	72,4
Aumento da capacitação para participar - Se estivesse mais envolvido com o que se passa no território	40,7	59,3
Aumento da capacitação para participar - Se tivesse mais habilitações literárias	8,9	91,1
Aumento da capacitação para participar - Se os assuntos não fossem tão politizados	42,3	57,7
Aumento da capacitação para participar - Se a participação fosse mais informal	16,3	83,7
Aumento da capacitação para participar - Se estivesse mais habituado a participar	20,3	79,7

Questões	Respostas	
	Sim	Não
3.4 Contributo da maior capacitação dos atores locais para a participação - Desenvolvimento local mais sustentável	62,3	37,7
Contributo da maior capacitação dos atores locais para a participação - Políticas públicas mais adequadas ao território	37,1	62,9
Contributo da maior capacitação dos atores locais para a participação - Tomadas de decisão mais eficazes e ajustadas	32,9	67,1
Contributo da maior capacitação dos atores locais para a participação - Aumento da coesão social e territorial	17,0	83,0
Contributo da maior capacitação dos atores locais para a participação - Mais igualdade de oportunidades	25,2	74,8
Contributo da maior capacitação dos atores locais para a participação - Maior envolvimento dos cidadãos em causas públicas	39,8	60,2
Contributo da maior capacitação dos atores locais para a participação - Maior envolvimento dos cidadãos em atividades económicas	30,5	69,5
Contributo da maior capacitação dos atores locais para a participação - Maior democracia participativa	18,0	82,0
Contributo da maior capacitação dos atores locais para a participação - Melhores práticas de governação local	32,9	67,1

4. DIMENSÃO ATORES – ABORDAGEM: CAPITAL SOCIAL

Questões	Respostas			
	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	Relevante + M. Relevante
4.1 Aspeto importante para a participação pública - Acesso à informação e ao conhecimento	2,7	34,7	62,6	97,3
Aspeto importante para a participação pública - Comportamento e atitudes entre e dentro das organizações	3,2	56,8	39,9	96,8
Aspeto importante para a participação pública - Confiança generalizada	4,0	54,1	41,9	96,0
Aspeto importante para a participação pública - Ética nas práticas de governança local	3,5	34,3	62,2	96,5
Aspeto importante para a participação pública - Interações entre Público e Privado	10,3	60,3	29,5	89,7
Aspeto importante para a participação pública - Sentido de pertença ao território	10,7	56,7	32,6	89,3
Aspeto importante para a participação pública - Redes horizontais e verticais entre pessoas e organizações	10,8	66,8	22,4	89,2
Aspeto importante para a participação pública - Redes sociais	17,3	61,7	21,0	82,7
Aspeto importante para a participação pública - Responsabilidade individual e social	4,3	50,5	45,2	95,7
Aspeto importante para a participação pública - Solidariedade	5,1	49,5	45,5	94,9
Aspeto importante para a participação pública - Tolerância	8,3	54,7	37,0	91,7
Aspeto importante para a participação pública - Laços sociais entre pessoas e instituições	5,3	57,8	36,9	94,7
Aspeto importante para a participação pública - Dinâmicas associativas	2,1	49,7	48,1	97,9
Aspeto importante para a participação pública - Participação dos atores locais nas tomadas de decisão	4,2	34,2	61,5	95,8

Questões	Respostas	
	Sim	Não
4.1.1 Aspeto importante para a participação pública existente no local - Parcerias entre atores locais	66,4	33,6
Aspeto importante para a participação pública existente no local - Ética na governança	38,6	61,4
Aspeto importante para a participação pública existente no local - Confiança entre atores locais	35,8	64,2
Aspeto importante para a participação pública existente no local - Participação pública	28,1	71,9

Questões	Respostas			
	Rel. Fraco	Rel. Médio	Rel. Forte	Rel. Médio + Rel. Forte
4.2 Nível de relacionamento das Câmaras Municipais - Confiança	27,1	56,1	16,8	72,9
Troca de informações	26,7	56,7	16,5	73,3
Partilha de recursos	32,3	50,4	17,3	67,7
Desenvolvimento de projetos conjuntos	32,1	48,9	19,0	67,9
Estratégia comum	45,4	45,2	9,4	54,6
Governança/Gestão partilhada	49,3	41,0	9,6	50,7

Questões	Respostas			
	Rel. Fraco	Rel. Médio	Rel. Forte	Rel. Médio + Rel. Forte
4.2 Nível de relacionamento das Juntas de Freguesia - Confiança	21,5	61,0	17,4	78,5
Troca de informações	30,1	53,9	16,0	69,9
Partilha de recursos	34,4	50,1	15,4	65,6
Desenvolvimento de projetos conjuntos	39,9	47,1	13,0	60,1
Estratégia comum	47,6	46,0	6,4	52,4
Governança/Gestão partilhada	49,2	43,3	7,5	50,8

Questões	Respostas			
	Rel. Fraco	Rel. Médio	Rel. Forte	Rel. Médio + Rel. Forte
4.2 Nível de relacionamento das Coletividades Locais - Confiança	22,3	56,7	21,0	77,7
Troca de informações	27,5	54,5	17,9	72,3
Partilha de recursos	32,1	49,9	18,1	67,9
Desenvolvimento de projetos conjuntos	35,4	52,8	11,9	64,6
Estratégia comum	47,2	43,3	9,4	52,8
Governança/Gestão partilhada	48,1	45,8	6,1	51,9

Questões	Respostas			
	Rel. Fraco	Rel. Médio	Rel. Forte	Rel. Médio + Rel. Forte
4.2 Nível de relacionamento das Associações de Desenvolvimento - Confiança	18,9	53,7	27,4	81,1
Troca de informações	19,6	53,6	26,8	80,4
Partilha de recursos	21,8	49,7	28,5	78,2
Desenvolvimento de projetos conjuntos	19,6	49,2	31,2	80,4
Estratégia comum	31,2	53,5	15,3	68,8
Governança/Gestão partilhada	36,4	50,0	13,6	63,6

Questões	Respostas			
	Rel. Fraco	Rel. Médio	Rel. Forte	Rel. Médio + Rel. Forte
4.2 Nível de relacionamento da Administração Pública Regional - Confiança	38,5	53,8	7,7	61,5
Troca de informações	39,8	52,5	7,7	60,2
Partilha de recursos	48,8	43,0	8,3	51,2
Desenvolvimento de projetos conjuntos	48,1	45,3	6,7	51,9
Estratégia comum	54,0	40,7	5,3	46,0

Governança/Gestão partilhada	58,6	37,8	3,6	41,4

Questões	Respostas			
	Rel. Fraco	Rel. Médio	Rel. Forte	Rel. Médio + Rel. Forte
4.2 Nível de relacionamento dos Agrupamentos de Escolas - Confiança	17,5	61,9	20,5	82,5
Troca de informações	27,0	57,0	16,0	73,0
Partilha de recursos	29,1	59,1	11,8	70,9
Desenvolvimento de projetos conjuntos	32,4	54,3	13,3	67,6
Estratégia comum	47,2	44,2	8,6	52,8
Governança/Gestão partilhada	46,1	46,9	6,9	53,9

Questões	Respostas			
	Rel. Fraco	Rel. Médio	Rel. Forte	Rel. Médio + Rel. Forte
4.2 Nível de relacionamento das Empresas - Confiança	39,7	47,9	12,4	60,3
Troca de informações	44,2	45,8	10,0	55,8
Partilha de recursos	53,5	38,2	8,3	46,5
Desenvolvimento de projetos conjuntos	50,4	42,6	7,0	49,6
Estratégia comum	57,8	38,3	3,9	42,2
Governança/Gestão partilhada	58,8	37,5	3,6	41,2

Questões	Respostas			
	Fraco	Médio	Forte	Médio + Forte
4.3 Nível de envolvimento dos indivíduos - Na participação pública	57,6	39,2	3,2	42,4
Nível de envolvimento dos indivíduos - Na governança local	54,0	41,5	4,5	46,0
Nível de envolvimento dos indivíduos - No desenvolvimento local	44,6	50,9	4,5	55,4

5. DIMENSÃO ATORES – ABORDAGEM: PARTICIPAÇÃO/CIDADANIA

Questões	Respostas			
	Discordo	Relativ. de Acordo	Concordo em absoluto	Relativ. de Acordo + Concordo em absoluto
5.2 A participação pública incentiva dinâmicas de desenvolvimento sustentável do território	1,6	40,2	58,2	98,4
A participação dos cidadãos é importante para a salvaguarda dos recursos locais	1,8	35,5	62,6	98,2
É mais importante a participação efetiva do que a participação por representação	8,9	44,9	46,2	91,1
O desenvolvimento dos territórios depende sobretudo da capacitação dos atores para promoverem o seu próprio desenvolvimento	3,7	46,0	50,3	96,3
O desenvolvimento dos territórios apoia-se, antes de tudo, na formação dos atores e nas redes que estabelecem entre si	6,8	53,8	39,5	93,2

Questões	Respostas			
	Discordo	Relativamente de Acordo	Concordo em absoluto	Relativamente de Acordo + Concordo em absoluto
5.3 A baixa escolaridade dificulta a participação	21,9	45,1	33,0	78,1
A linguagem demasiado técnica dificulta a participação	3,2	38,7	58,1	96,8
A participação normalmente é muito formal	11,6	62,4	26,1	88,4
A participação é para os políticos	80,4	13,3	6,4	19,6
Deveriam existir mecanismos que ensinassem a participar	7,0	52,1	40,9	93,0
Para participar é preciso conhecer bem os assuntos	15,4	51,9	32,7	84,6
Para participar o que mais conta é a vontade de cada um	11,1	46,9	42,0	88,9
Quando os assuntos nos dizem respeito ou estão mais próximos, há maior tendência a participar	1,3	26,8	71,8	98,7
Quem exerce cargos está mais preparado para participar	32,4	52,9	14,6	67,6
Só deve participar quem tem a responsabilidade de decidir	88,5	8,6	2,9	11,5
O Ensino deveria educar para a participação pública	2,4	31,4	66,2	97,6

Questões	Respostas	
	Sim	Não
5.4 Tem conhecimento de processos de participação pública neste território?	52,7	47,3

Questões	Respostas	
	Sim	Não
5.5 Já esteve envolvido em processos de participação pública neste território?	36,0	64,0

Questões	Respostas
5.6 'Sensação' de que a participação se caracterizou por ser: Apenas de informação	26,0
Apenas consultiva	16,8
Espontânea/Voluntária	16,8
Passiva	9,2
Manipulada	2,3
Interativa	9,2
Imposta	1,5
Valeu a pena	18,3

Questões	Respostas	
	Sim	Não
5.7 A participação pública mobiliza o desenvolvimento do território?	94,3	5,7

Questões	Respostas	
	Sim	Não
5.8 Já participou em atividades/iniciativas realizadas neste território	59,5	40,5

Questões	Respostas	
	Espaço menos eficaz	Espaço mais eficaz
5.9 Espaços de participação - Espaços privados (Associações)	21,7	78,3
Espaços de participação - Espaços privados (Sociedades Recreativas)	26,5	73,5
Espaços de participação - Espaços públicos (Largos, cafés, esplanadas)	54,3	45,7
Espaços de participação - Institucionais (Administração regional)	58,3	41,7
Espaços de participação - Institucionais (Câmara Municipal)	28,2	71,8
Espaços de participação - Institucionais (Junta de Freguesia)	24,4	75,6
Espaços de participação - Redes sociais (De causas - tipo voluntariado)	35,2	64,8
Espaços de participação - Redes sociais (Internet)	46,0	54,0
Espaços de participação - Reuniões políticas	71,8	28,2

Questões	Respostas	
	Sim	Não
5.10 Indicadores limitativos da participação - Baixo dinamismo empresarial	30,8	69,2
Indicadores limitativos da participação - Baixo acesso à informação	55,3	44,7
Indicadores limitativos da participação - Dependência de empregadores	13,4	86,3
Indicadores limitativos da participação - Dispersão populacional	33,7	66,3
Indicadores limitativos da participação - Elevada taxa de analfabetismo	26,3	73,7
Indicadores limitativos da participação - Baixa qualificação (em geral)	27,1	72,9
Indicadores limitativos da participação - Falta de civismo	30,0	70,0
Indicadores limitativos da participação - Pouca ligação com universidades e institutos	8,9	91,1
Indicadores limitativos da participação - Receio de represálias	19,7	80,3
Indicadores limitativos da participação - Reduzido acesso às NTIC	7,1	92,9
Indicadores limitativos da participação - Elevada taxa de população idosa	39,7	60,3

Questões	Respostas	
	Sim	Não
5.11 Indicadores de motivação da participação - A capacitação	24,0	76,0
Indicadores de motivação da participação - A militância política	20,6	79,4
Indicadores de motivação da participação - A oportunidade	25,3	74,7
Indicadores de motivação da participação - A profissão	16,6	83,4
Indicadores de motivação da participação - A proximidade aos assuntos	58,6	41,4
Indicadores de motivação da participação - A utilidade do assunto	34,6	65,4
Indicadores de motivação da participação - O estatuto social	8,4	91,6
Indicadores de motivação da participação - O poder económico	8,4	91,6
Indicadores de motivação da participação - O género	2,4	97,6
Indicadores de motivação da participação - O nível de escolaridade	15,3	84,7
Indicadores de motivação da participação - O conhecimento dos assuntos	46,7	53,3
Indicadores de motivação da participação - A vontade	36,7	63,3

Questões	Respostas			
	Fraco	Forte	Muito Forte	Forte + Muito Forte
5.12 Nível de participação pública no território	92,0	7,5	,5	8,0

Questões	Respostas	
	Sim	Não
5.13 A governança é mais legítima quanto maior a participação pública?	90,2	9,8

6. DIMENSÃO REDES – ABORDAGEM: AÇÃO COLETIVA

Questões	Respostas
6.1 Forma mais facilitadora de participação pública: Participação coletiva (de forma organizada)	79,3
Participação coletiva (espontânea)	9,0
Participação individual	5,8
Participação institucional	2,9
Participação informal	1,6
Participação por representação	1,3

Questões	Respostas	
	Menos eficaz	Mais eficaz
6.2 Fomas de participação pública mais e menos eficazes - Participação coletiva (de forma organizada)	6,4	93,6
Fomas de participação pública mais e menos eficazes - Participação coletiva (sem organização)	81,9	18,1
Fomas de participação pública mais e menos eficazes - Participação individual	67,3	32,7
Fomas de participação pública mais e menos eficazes - Participação institucional	22,0	78,0
Fomas de participação pública mais e menos eficazes - Participação informal	63,0	37,0
Fomas de participação pública mais e menos eficazes - Participação por representação	67,3	32,7

Questões	Respostas			
	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	Relevante + Muito Relevante
6.3 Importância para o desenvolvimento local da ação coletiva de entidades - ADL	4,3	34,1	61,6	95,7
Importância para o desenvolvimento local da ação coletiva de entidades - Câmaras Municipais	2,1	28,1	69,8	97,9
Importância para o desenvolvimento local da ação coletiva de entidades - Coletividades	5,9	53,6	40,5	94,1
Importância para o desenvolvimento local da ação coletiva de entidades - Empresas	9,0	42,0	48,9	91,0
Importância para o desenvolvimento local da ação coletiva de entidades - Juntas de Freguesia	7,5	46,6	45,8	92,5
Importância para o desenvolvimento local da ação coletiva de entidades - Organismos da Administração do Estado	11,8	48,8	39,4	88,2
Importância para o desenvolvimento local da ação coletiva de entidades - Sociedade Civil	4,8	38,6	56,6	95,2

Questões	Respostas	
	Sim	Não
6.4 Disponibilidade para participar em iniciativas/atividades de ação coletiva no BG	76,8	23,2

Questões	Respostas	
	Sim	Não
6.4.1 Disponibilidade para participar - Atividades económicas	30,8	69,2
Disponibilidade para participar - Defesa do património	52,7	47,3
Disponibilidade para participar - Causas públicas	53,1	46,9
Disponibilidade para participar - Governação	10,3	89,7
Disponibilidade para participar - ADL	54,1	45,9
Disponibilidade para participar - Associações de carácter cultural, recreativo ou desportivo	49,7	50,3
Disponibilidade para participar - De pressão política em defesa do território	20,5	79,5

Questões	Respostas	
	Sim	Não
6.5 No território têm existido situações de participação pública comum?	41,7	58,3

Questões	Respostas	
	Sim	Não
6.6 Razões da não participação comum - Apesar de haver projetos/problemas comuns, não são postos para discussão conjunta	68,5	31,5
Razões da não participação comum - Porque são duas regiões administrativas diferentes	18,3	81,7
Razões da não participação comum - Não há articulação entre a sociedade civil	41,8	58,2
Razões da não participação comum - Não há articulação entre as entidades públicas	40,8	59,2
Razões da não participação comum - Há poucos projetos/problemas comuns	16,9	83,1
Razões da não participação comum - Não há problemas comuns	,5	99,5
Razões da não participação comum - Por casualidade	5,2	94,8

Questões	Respostas	
	Sim	Não
6.7 Aspetos a fortalecer com envolvimento e participação conjunta:- A sustentabilidade dos recursos do território	55,4	44,6
O peso político/reivindicativo do território	19,3	80,7
O reforço da identidade/pertença regional	20,6	79,4
Um modelo de governação territorial	15,3	84,7
Uma estratégia de desenvolvimento comum para o Baixo Guadiana	64,1	35,9
Uma maior apropriação pelas comunidades	10,3	89,7
Uma maior capacidade de articulação com Espanha	11,3	88,7

Questões	Respostas	
	Sim	Não
6.8 De uma forma geral acha que no Baixo Guadiana existe ação coletiva?	42,9	57,1

7. DIMENSÃO REDES – ABORDAGEM PARCERIAS

Questões	Respostas			
	Nenhuma	Pouca	Muita	Pouca + Muita
7.1 Que importância atribui às parcerias	1,8	17,9	80,2	98,2

Questões	Respostas	
	Sim	Não
7.2 Entidade/organização em que as parcerias são mais visíveis - Câmaras Municipais	55,4	44,6
Entidade/organização em que as parcerias são mais visíveis - Juntas de Freguesia	14,8	85,2
Entidade/organização em que as parcerias são mais visíveis - Associações de Desenvolvimento	57,5	42,5
Entidade/organização em que as parcerias são mais visíveis - Outras associações/coletividades	11,3	88,7
Entidade/organização em que as parcerias são mais visíveis - Empresas	3,2	96,8

Questões	Respostas	
	Sim	Não
7.3 Conhece uma boa parceria existente no território?	39,6	60,4

Questões	Respostas						
	Nível 1	Nível 2	Fraco (1 + 2)	Nível 3 Médio	Nível 4	Nível 5	Forte (4 + 5)
7.4 Ganhos que o território poderá ter com parcerias mais robustas entre as instituições - Mais capacidade reivindicativa	1,6	5,9	7,5	31,9	29,5	31,1	60,6
Ganhos que o território poderá ter com parcerias mais robustas entre as instituições - Maior coesão social	1,1	4,3	5,4	29,4	40,1	25,1	65,2
Ganhos que o território poderá ter com parcerias mais robustas entre as instituições - Maior coesão territorial	1,1	4,9	6,0	22,7	43,2	28,1	71,3
Ganhos que o território poderá ter com parcerias mais robustas entre as instituições - Menor isolamento	2,2	5,4	7,6	23,6	38,5	30,2	68,8
Ganhos que o território poderá ter com parcerias mais robustas entre as instituições - Desenvolvimento Local mais acentuado	, 8	2,4	3,2	14,9	40,0	41,9	81,9
Ganhos que o território poderá ter com parcerias mais robustas entre as instituições - Melhor governança territorial	1,3	5,9	7,2	25,0	39,6	28,2	67,8
Ganhos que o território poderá ter com parcerias mais robustas entre as instituições - Fortalecimento da identidade territorial	1,1	4,3	5,4	24,5	43,8	26,4	70,1
Ganhos que o território poderá ter com parcerias mais robustas entre as instituições - Maior peso nas relações com Espanha	1,6	9,9	11,5	32,1	36,6	19,8	56,4
Ganhos que o território poderá ter com parcerias mais robustas entre as instituições - Crescimento na área do turismo	1,1	4,3	5,4	16,2	42,3	36,1	78,4
Ganhos que o território poderá ter com parcerias mais robustas entre as instituições - Mais participação pública	1,1	4,8	5,9	23,3	37,0	33,8	70,8
Ganhos que o território poderá ter com parcerias mais robustas entre as instituições - Mais peso político	4,6	11,8	16,4	34,4	31,7	17,5	49,2
Ganhos que o território poderá ter com parcerias mais robustas entre as instituições - Sustentabilidade dos recursos	1,3	5,4	6,7	20,8	41,5	31,0	72,5
Ganhos que o território poderá ter com parcerias mais robustas entre as instituições - Respostas mais eficazes para os problemas	1,4	4,1	5,5	13,0	41,6	39,9	81,5

Questões	Respostas						
	Nível 1	Nível 2	Fraco (1 + 2)	Nível 3 Médio	Nível 4	Nível 5	Forte (4 + 5)
8.1 Meios facilitadores da participação pública em processos de DL - Existência de diversidade de organizações da sociedade civil	1,9	8,1	10,0	38,2	35,8	16,1	51,8
Meios facilitadores da participação pública em processos de DL - Fortes possibilidades de informação, consulta e participação ativa do cidadão nas questões de interesse coletivo	,3	3,5	3,8	22,5	40,9	32,9	73,7
Meios facilitadores da participação pública em processos de DL - Formas de governança, baseadas em parcerias e organizadas em rede, favorecem o estabelecimento de entendimentos e a criação de ambientes de confiança	,8	2,9	3,7	24,9	44,7	26,7	71,4
Meios facilitadores da participação pública em processos de DL - Os processos de desenvolvimento sustentável estimulam/convidam à participação pública	,8	4,3	5,2	25,9	39,8	29,1	68,9

Questões	Respostas			
	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	Relevante + Muito Relevante
8.2 Importância para facilitar a participação pública - Existência de diversidade de organizações da sociedade civil	8,3	67,1	24,6	91,7
Importância para facilitar a participação pública - Acesso facilitado à informação e consulta por parte dos cidadãos nas questões de interesse público e coletivo	2,7	41,4	56,0	97,4
Importância para facilitar a participação pública - Formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede, que favoreçam consensos e criem ambientes de confiança	1,6	47,9	50,5	98,4
Importância para facilitar a participação pública - A criação de uma estrutura coordenadora para todo o território	9,1	52,2	38,7	90,9
Importância para facilitar a participação pública - Criação de um Encontro Anual onde os assuntos importantes do território fossem abordados	10,1	49,7	40,2	89,9

Questões	Respostas						
	Nível 1	Nível 2	Fraco (1 + 2)	Nível 3 Médio	Nível 4	Nível 5	Forte (4 + 5)
8.3 Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Os atores locais assumem mais protagonismo	3,7	12,0	15,7	31,5	37,9	14,9	52,8
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - O crescimento económico é mais rápido	3,2	17,2	20,4	38,3	31,6	9,7	41,3
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - São menores as oportunidades de comportamentos oportunistas e de corrupção	3,3	11,1	14,4	31,4	36,3	17,9	54,2
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Proporcionam mais lideranças locais	1,9	9,2	11,1	38,8	38,5	11,7	50,1
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Geram mais iniciativas locais	1,1	4,8	5,9	24,4	47,2	22,5	69,7
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Tendem a aumentar uma cultura de participação pública no território	1,3	5,6	6,9	20,2	42,1	30,8	72,9
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Fortalece a sociedade civil	,5	7,7	8,2	20,7	40,4	30,6	71,1
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Garantem uma maior sustentabilidade dos recursos	1,1	7,2	8,3	30,9	41,3	19,5	60,8
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Os processos e as decisões tendem a ser mais morosos	9,7	26,7	36,4	36,7	19,4	7,5	26,9
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Geram mais conflitos locais	12,9	28,3	41,2	37,7	16,4	4,6	21,1

Questões	Respostas	
	Sim	Não
8.4 Questões que mais podem contribuir para o DL - As que evitem conceções fulanizadas (personalizadas)	7,7	92,3
Questões que mais podem contribuir para o DL - As que promovam a igualdade de oportunidades	35,6	64,4
Questões que mais podem contribuir para o DL - As que promovam a participação de todos os atores locais	34,6	65,4
Questões que mais podem contribuir para o DL - As que promovam boas práticas de governança local	31,4	68,6
Questões que mais podem contribuir para o DL - As que promovam consensos, partilha e parcerias	26,9	73,1
Questões que mais podem contribuir para o DL - As que mais rentabilizem os recursos locais	41,2	58,8
Questões que mais podem contribuir para o DL - As que promovam uma gestão territorial conjunta para todo o território	22,7	77,3

Questões	Respostas	
	Sim	Não
8.5 As boas práticas de governança local potenciam/facilitam o desenvolvimento sustentável?	96,3	3,7

9. DIMENSÃO AMBIENTES – ABORDAGEM: ESTÍMULOS/LIMITAÇÕES

Questões	Respostas			
	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	Relevante + Muito Relevante
9.1 Mobilização para a participação - Confiança generalizada entre as pessoas	3,4	50,1	46,4	96,6
Mobilização para a participação - Criatividade e inovação nos projetos e iniciativas que ocorrem	6,1	50,7	43,2	93,9
Mobilização para a participação - Situação face ao emprego	9,7	49,1	41,3	90,3
Mobilização para a participação - Ética e boas práticas na governação local	2,9	37,7	59,4	97,1
Mobilização para a participação - Iniciativas e ações em curso no território	3,7	65,5	30,8	96,3
Mobilização para a participação - Ter acesso ao máximo de informação	1,8	40,1	58,0	98,2
Mobilização para a participação - Motivações políticas	32,6	51,2	16,2	67,4
Mobilização para a participação - Contrariar a ideia que outros têm de que o território é deprimido e pobre	12,7	50,3	37,0	87,3
Mobilização para a participação - Sentir ligação emocional com o território	6,1	52,5	41,4	93,9
Mobilização para a participação - Sentir que vive num “território de projeto” (onde há projetos e estratégia)	5,5	47,8	46,7	94,5
Mobilização para a participação - Sentir sustentabilidade (futuro) no processo de desenvolvimento	1,6	43,2	55,2	98,4
Mobilização para a participação - Ser criada uma associação destes quatro municípios	15,9	52,0	32,1	84,1
Mobilização para a participação - O facto de ser uma região transfronteiriça	19,8	50,9	29,3	80,2

Questões	Respostas			
	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	Relevante + Muito Relevante
9.2 Estímulo à participação - A proximidade entre os diferentes atores aos “acontecimentos”	5,0	59,3	35,7	95,0
Estímulo à participação - A visibilidade e a eficácia dos resultados da participação pública	2,6	52,0	45,4	97,4
Estímulo à participação - As tomadas de decisão mais próximas do cidadão e dos seus problemas	1,6	39,8	58,6	98,4
Estímulo à participação - Intervenções “de baixo para cima” e assentes em parcerias	6,1	59,9	34,0	93,9
Estímulo à participação - A criação de orçamentos participativos municipais e regionais	6,9	58,7	34,4	93,1
Estímulo à participação - A criação de um plano de Desenvolvimento Territorial para todo o Baixo Guadiana	4,0	40,1	55,9	96,0

Questões	Respostas			
	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	Relevante + Muito Relevante
9.3 Relevo numa perspetiva de DL - Confiança entre as pessoas	2,6	42,7	54,6	97,4
Relevo numa perspetiva de DL - Criatividade de iniciativas que ocorrem	3,7	54,1	42,2	96,3
Relevo numa perspetiva de DL - Inovação nos projetos dinamizados	4,2	49,9	45,9	95,8
Relevo numa perspetiva de DL - Situação face ao emprego	6,1	47,6	46,3	93,9
Relevo numa perspetiva de DL - Ética e boas práticas na governação local	1,9	34,2	63,9	98,1
Relevo numa perspetiva de DL - Iniciativas e ações em curso no território	4,3	60,8	34,9	95,7
Relevo numa perspetiva de DL - Ter acesso ao máximo de informação	1,1	39,5	59,4	98,9
Relevo numa perspetiva de DL - Motivações políticas	35,5	48,9	15,6	64,5
Relevo numa perspetiva de DL - O território ser referenciado como deprimido e pobre	28,9	49,2	21,9	71,1
Relevo numa perspetiva de DL - Sentir ligação emocional com o território	7,4	50,4	42,2	92,6
Relevo numa perspetiva de DL - Sentir que vive num “território de projeto”	5,6	48,4	46,0	94,4
Relevo numa perspetiva de DL - Sentir sustentabilidade (futuro) no processo de desenvolvimento	1,8	41,7	56,5	98,2
Relevo numa perspetiva de DL - Ser criada uma associação destes quatro municípios	13,2	53,8	33,0	86,8
Relevo numa perspetiva de DL - O facto de ser uma região transfronteiriça	16,4	50,4	33,2	83,6

Questões	Respostas	
	Sim	Não
9.4 Fatores presentes no território - Confiança entre as pessoas da comunidade	32,1	67,9
Fatores presentes no território - Criatividade de iniciativas que ocorrem	47,2	52,8
Fatores presentes no território - Fortes lideranças locais	39,8	60,2
Fatores presentes no território - Ética e boas práticas na governança local	40,1	59,9
Fatores presentes no território - Boa qualidade de vida	58,0	42,0
Fatores presentes no território - Sustentabilidade (futuro) no processo de desenvolvimento	39,8	60,2
Fatores presentes no território - Transparência na gestão do território	34,9	65,1
Fatores presentes no território - Inovação nos projetos dinamizados	48,4	51,6
Fatores presentes no território - Ligação emocional com o território	74,7	25,3
Fatores presentes no território - Ânimo para lutar pelo desenvolvimento do território	57,4	42,6

Questões	Respostas						
	Nível 1	Nível 2	Fraco (1 + 2)	Nível 3 Médio	Nível 4	Nível 5	Forte (4 + 5)
9.5 Limitações à participação - Pressão de grupos ou organizações (conflito de interesses)	4,6	10,7	15,3	27,6	30,3	26,8	57,1
Limitações à participação - Dificuldades de acesso à informação	2,2	7,5	9,8	31,7	33,9	24,5	58,5
Limitações à participação - Condições e oportunidades desiguais que se estabelecem entre os vários participantes	1,1	9,1	10,2	34,7	37,9	17,2	55,1
Limitações à participação - Controlo dos processos por parte das entidades proponentes	1,6	10,2	11,8	36,8	32,8	18,5	51,4
Limitações à participação - Os projetos de desenvolvimento estarem muito condicionados aos ciclos eleitorais	2,4	5,9	8,3	28,3	27,5	35,8	63,4
Limitações à participação - Excesso de informações técnicas que permitem manipular os participantes	2,7	13,1	15,8	35,9	33,2	15,0	48,3
Limitações à participação - Questões da legitimidade quando se trata da representação dos interesses coletivos	4,3	14,8	19,1	43,5	27,7	9,7	37,4
Limitações à participação - Os formatos e os mecanismos e processos participativos na tomada de decisão	1,9	9,7	11,6	43,9	33,7	10,8	44,5
Limitações à participação - Baixa densidade populacional	5,4	12,9	18,3	32,4	29,8	19,6	49,3
Limitações à participação - Fraca cultura participativa	4,3	8,3	12,5	26,5	28,9	32,1	61,0
Limitações à participação - Falta de unidade territorial do ponto de vista administrativo	3,2	10,7	13,9	37,4	27,5	21,1	48,7

Questões	Respostas			
	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	Relevante + Muito Relevante
9.6 Estímulos ao DL - Um maior envolvimento das comunidades locais na definição e implementação de políticas públicas locais	1,9	50,9	47,2	98,1
Estímulos ao DL - Um maior protagonismo dos atores locais quando se materializam projetos de desenvolvimento	7,0	58,6	34,5	93,0
Estímulos ao DL - Uma forte sensibilização da população para a importância dos recursos locais no crescimento económico	1,3	38,4	60,3	98,7
Estímulos ao DL - Formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede	4,8	46,7	48,5	95,2
Estímulos ao DL - Formulação e implementação de políticas públicas conjuntas para todo o território	3,5	57,7	38,8	96,5
Estímulos ao DL - Ambientes de confiança generalizada	1,9	48,7	49,5	98,1
Estímulos ao DL - Fortes relações entre instituições locais	2,7	46,6	50,7	97,3
Estímulos ao DL - Capacitação da sociedade civil para encontrar estratégias próprias e exercer o controlo sobre o processo de desenvolvimento do território	2,7	49,2	48,1	97,3
Estímulos ao DL - Grau de capacitação da comunidade para identificar soluções adequadas para os problemas que a afetam	2,9	50,8	46,3	97,1

10. DIMENSÃO AMBIENTES – ABORDAGEM: PERTENÇA/APROPRIAÇÃO

Questões	Respostas	
	Sim	Não
10.2 Existe no território do Baixo Guadiana - Dinâmicas de participação coletiva	33,3	66,7
Existe no território do Baixo Guadiana - Um processo de desenvolvimento comum	33,1	66,9
Existe no território do Baixo Guadiana - Articulação nos processos de Planeamento e Ordenamento	29,5	70,5
Existe no território do Baixo Guadiana - Um sentimento de pertença	65,3	34,7
Existe no território do Baixo Guadiana - Uma coesão social	31,4	68,6
Existe no território do Baixo Guadiana - Uma identidade regional	65,2	34,8

Questões	Respostas	
	Sim	Não
10.3 Sente-se um cidadão do Baixo Guadiana?	83,9	16,1

Questões	Respostas	
	Sim	Não
10.4 A maior ou menor relação dos indivíduos com o território onde residem influencia o seu grau de envolvimento e participação?	90,7	9,3

Questões	Respostas	
	Sim	Não
10.5 Tem conhecimento de que a navegabilidade do Rio Guadiana está atualmente a potenciar um processo de desenvolvimento assente no turismo?	61,4	38,6

Questões	Respostas	
	Sim	Não
10.7 Mesmo que indiretamente, sente-se envolvido de alguma forma neste processo de desenvolvimento?	64,8	35,2

Anexo 7

ANEXO 7 - ANÁLISE DAS PERGUNTAS ABERTAS

Pergunta 5.1 Diga por palavras suas o que entende por participação pública

RESPOSTAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
Participação dos munícipes nas actividades de desenvolvimento local	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	57
Participação praticada pela comunidade em geral para o seu bem estar e qualidade de vida	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	55
Envolvimento dos cidadãos nas tomadas de decisão em questões de interesse público	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	51
Ter conhecimento/informação, partilhar/interagir e opinar sobre as orientações para o território	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	42
Intervenção participativa da sociedade (pública e privada)	x x x x x x x x x x x x x x x x x x	25
Influenciar para que as decisões sejam ajustadas e melhores para toda a comunidade. Tomar posição. Ajudar a decidir	x x x x x x x x x x x x x x x x x x	23
Recolha de informações/opiniões	x x x x x x x x x x x x x x x x	14
Estar informado e exercer a cidadania	x x x x x x x x x x x x x x x x	13
Responsabilidades que pertencem a todos e não apenas a alguns	x x x x x x x x x x x	10
Incluir todas as pessoas		
Troca de experiências/aprendizagens/informação entre os actores	x x x x x x x x x x x x	10
Quando o cidadão pode falar/ Mais democracia efectiva	x x x x x x x x x x x	9
Contribuição na gestão de bens e serviços comuns	x x x x x x x x x x	8
Sem representatividade		13
TOTAL		330

Pergunta 7.3.1 Conhece uma boa parceria existente no território? Se sim, refira-a

Associações	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	70
Outras OSC	x x x x x x x	7
Câmaras	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	26
Administração regional	x x x	3
Eventos /projetos	x x x x x x x x x x x	10
Escola	x x x	3
Junta de freguesia	x x	2
Empresas	x x x	3
Imprecisos		18
TOTAL		142

Intra municipais		79
Inter municipais	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	27
Inter regional	x x x x x x x x x x x x x x x	13
Transnacional	x x x x x	5
Imprecisos		18
TOTAL		142

NOTAS: Muitas das parcerias referidas são a Odiana, as Terras do Baixo Guadiana e a ADPM

Questão 10.3 – Sente-se cidadão do Baixo Guadiana? Porque?

	Ocorrências
Resido/vivo cá/Pertenço aqui	73
Nasci cá/Sou de cá	30
Gosto de viver cá	10
Trabalho cá	12
Existem denominadores comuns com os quais me identifico	18
Identifico-me/Estou envolvido(a)	37
Orgulho-me/Sinto e adoro este território	21
Proximidade/Ligação ao Rio	11
Não acho que exista essa identidade/relação	15
Não me atrai	12
TOTAL	239

5.13 Acha que a governança local será tanto mais legitimada quanto maior for a participação pública? PORQUÊ?

PERGUNTAS	OCORRÊNCIAS	TOTAL
Se há mais cidadãos a tomar parte (mais opiniões), há mais legitimidade. Há menor margem de erro. É uma governança mais próxima dos cidadãos	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	28
Influencia as decisões. São decisões participadas e mais sustentadas. As pessoas revêem-se nas políticas adotadas pelo que as decisões são melhor aceites	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	25
É mais fácil e provável que as respostas sejam adequadas às necessidades e interesses dos cidadãos. Maior será a base de apoio e o consenso das estratégias	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	21
A participação é uma espécie de fiscalização que obriga a governança local a ser realizada com mais cuidado. Exerce ação política	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	20
Há debate, informação e maior compreensão pelos problemas. Ajuda nas tomadas de decisão	x x x x x x x x x x x x x x x x x x	18
A resolução/ tomada de decisão é feita de forma mais clara e transparente	x x x x x x x x x x x x x x x x	16
Maior nível de democracia e mais responsabilidade para quem governa	x x x x x x x x x x x x x	13
Porque as pessoas sabem mais o que se passa no território. Os interesses dos cidadãos ficam mais salvaguardados	x x x x x x x x x x	10
Envolve todos e responsabiliza todos de forma equitativa. Credibiliza	x x x x x x x x	8
Sem representatividade		69
TOTAL		159

Pergunta 5.7 Entende que a participação pública mobiliza o desenvolvimento do território? PORQUÊ?

PERGUNTAS	FREQUÊNCIA	TOTAL
Porque todos devem contribuir. É importante para o desenvolvimento do território	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	74
É positivo ter mais ideias e muitas opiniões. Há troca de informações e opiniões (trás valor acrescentado) e isso leva a melhores resultados	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	37
Se estiverem envolvidas, as pessoas motivam-se mais para resolver problemas comuns. Mais ânimo	x x x x x x x x x x x x x x x x x x	21
Todos juntos conseguem mais e fazem melhor	x x x x x x x x x x x x x x x x	15
Todos têm opinião sobre a terra onde vivem	x x x x x x x x x x x x x x x x	14
As pessoas ficam mais informadas e confiantes. Maior capacidade	x x x x x x x x x x x x x x	13
Responsabiliza. Mobiliza. Todos têm esse dever	x x x x x x x x x x x x x x x x	13
Pode alterar e melhorar decisões. As pessoas ficam mais conscientes	x x x x x x x x x x x x x x	12
Obriga a melhores práticas políticas (de governança) e aumenta o número de participantes nos processos de decisão	x x x x x x x x x x x x	10
Quem participa conhece e tem informação sobre os pontos fortes e contras	x x x x x x x x x x x x	10
Coloca a população mais próxima do território	x x x x x x x x x x x x	9
A administração pública não vale só por si. A opinião pública é importante	x x x x x x x x x x x x	9
Aproxima as pessoas e aumenta o sentimento de pertença. O que facilita consensos o que é importante para o desenvolvimento	x x x x x x x x x x x x	8
Quem manda (os políticos) decide sempre. As pessoas não têm peso na decisão. A participação é ilusória	x x x x x x x x x x x x	7
Todos pensam q sabem tudo e não se desenvolve o território	x x x x	3
Sem representatividade		
TOTAL		255

Q 8.5 As boas práticas de governança potenciam/facilitam o desenvolvimento sustentável? PORQUÊ?

RESPOSTAS	FREQUÊNCIAS	TOTAL
Geram mais confiança, justiça, motivação e vontade de participar no desenvolvimento do território	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	32
Só pode existir desenvolvimento sustentável se houver uma boa governação local. Garantem mais eficácia	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	28
Pressupõem maior conhecimento e eficácia na prossecução de políticas. São demonstrativas o que é muito importante	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	22
O futuro fica mais acautelado	x x x x x x x x x x x x x x x x x x	17
Rentabilizam/potenciam mais os recursos/processos existentes no território	x x x x x x x x x x x x x x x x	14
Promove uma gestão dinamizadora. Boas parcerias,	x x x x x x x x x x x x x x x x	13

bons resultados. Implicam melhor democracia e mais responsabilidade colectiva		
Uma governança local transparente atrai mais investidores, logo gera mais desenvolvimento. As pessoas sabem o que podem fazer	x x x x x x x x x x x x x x	13
Trabalhando em conjunto, percebem-se as falhas que existem. As tomadas de decisão e as atitudes são mais acertadas	x x x x x x x x x x x	11
Há participação de muitos actores e um acompanhamento constante. Anula a corrupção e o caciquismo. Aumenta a coesão social	x x x x x x x x x x x	10
As pessoas dão a sua opinião, sentem-se incluídas. Reforça a cidadania	x x x x x x x x x x x	10
Estimulam a criatividade e a inovação local	x x x x x x x x x	8
Imprecisos		15
TOTAL		

Questão 10.1 – Que aspectos considera identificadores do Baixo Guadiana?

Aspectos identificadores	Ocorrências
Rio Guadiana	159
Identidade e Cultura Local	63
Ambiente/Paisagem	56
Desertificação/População envelhecida/Baixa densidade	48
Património	38
Gastronomia/Artesanato/Produtos Locais	31
Clima/Fauna/Flora	28
Turismo	21
Fronteira/Proximidade com Espanha	17
Caça	13
Pesca	12
Agricultura	8
TOTAL	494

Questão 10.6 – Como tomou conhecimento?

	Ocorrências
Por observação directa	21
Através de conhecidos/Amigos	24
Por Associações em que participo	8
Comunicação Social	66
Através de Empresas de Turismo	11
Afluência de Turistas	17
Municípios	8
Pelo emprego/profissional	18
Pelas Associações do Território	19
Pela Internet	9
TOTAL	201

Questão 10.8 – O que consideraria necessário para se sentir envolvido?

	Ocorrências
Ter mais informação/conhecimento sobre esse processo	52
Se trouxesse mais benefícios para as comunidades	11
Houver mais participação e envolvimento	17
Se houvesse mais dimensão pública e transparência	8
Imprecisos	13
TOTAL	101

Anexo 8

Anexo 8 - INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DO INQUÉRITO: PARTICIPAÇÃO PÚBLICA – GOVERNANÇAS LOCAIS – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

A recolha da informação estatística quantitativa, foi operacionalizada num questionário predominantemente fechado, conforme já explicámos. Foi este, aliás, que melhor nos ajudou a formular as entrevistas e o *focus-group*, conforme também referimos no Capítulo da Metodologia. O questionário, para além da caracterização sócio demográfica dos inquiridos, permite avaliar a relação “*participação pública – governanças locais – desenvolvimento sustentável*” em cinco diferentes dimensões, a que correspondem nove abordagens (cf.) figura 1).

Figura 1 – Dimensões e Abordagens da análise da participação pública



Fonte: Elaboração do autor

As 317 questões (desdobradas) presentes no questionário distribuem-se da seguinte forma:

¹ O tratamento estatístico da informação foi efetuado com o software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)

- Dimensão território: 21;
- Dimensão atores: 138 (20 na abordagem capacitação, 63 na capital social e 55 na participação / cidadania);
- Dimensão redes: 58 (38 na abordagem acção colectiva e 30 na abordagem parcerias);
- Dimensão processos: 27 (abordagem instrumentos);
- Dimensão ambientes: 73 (63 na abordagem estímulos / limitações e 1º na pertença / apropriação)

1. Dimensionamento da amostra

A amostra foi efetuado a partir das Estimativas Anuais da População Residente por local de residência, sexo e grupo etário, obtidas no ‘sítio electrónico’ do INE a 07 de Junho de 2011. Tem em conta a população residente entre os 15 e 85 e mais anos, potencialmente mais participativa, estando estratificada por concelho de residência (cf. Quadro abaixo).

O grau de confiança da amostra é de 95% para um nível de erro aceitável em desvios-padrão de 0,1 (cf. Quadro 1). O número total de inquéritos considerado (381) é válido para uma população ≥ 20.000 hab. e $\leq$ a 50.000 hab, havendo um sobredimensionamento residual².

Quadro 1 – Dimensionamento da Amostra

População residente a considerar (15 a 85 e mais anos)										
Sexo	Mértola		Alcoutim		Castro Marim		Vila Real Stº António		Total	
	N.º	Nº Inq	N.º	Nº Inq	N.º	Nº Inq	N.º	Nº Inq	N.º	Nº Inq
HM	6402	80	2749	34	5690	71	15742	196	30583	381
H	3161	39	1467	18	2922	36	7716	96	15266	190
M	3241	40	1282	16	2768	34	8026	100	15317	191

Fonte: INE, 07 de Junho de 2011

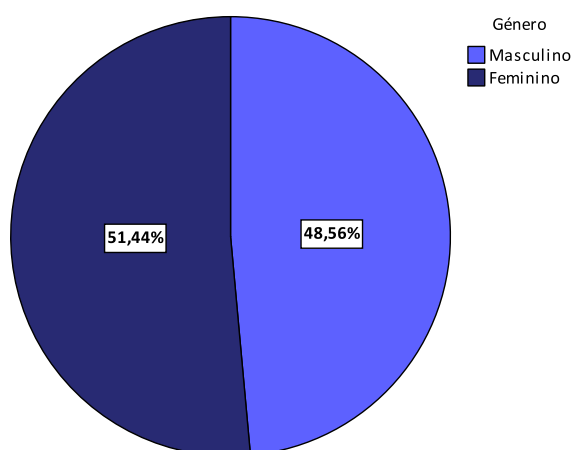
² Atendendo à tabela 1 sobre a dimensão da população a inquirir, verifica-se que a uma população de 20.000 habitantes correspondem 377 questionários e a 50.000 habitantes 381 questionários.

2. Perfil dos inquiridos

Os 381 inquiridos são maioritariamente do sexo feminino (196 - 51,4% - cf. Gráfico 1) e com idade superior a 45 anos (185 - 48,6% - cf. Gráfico 2), valor próximo do que ocorre para a população residente total considerada (17.255 habitantes, 56,4%).

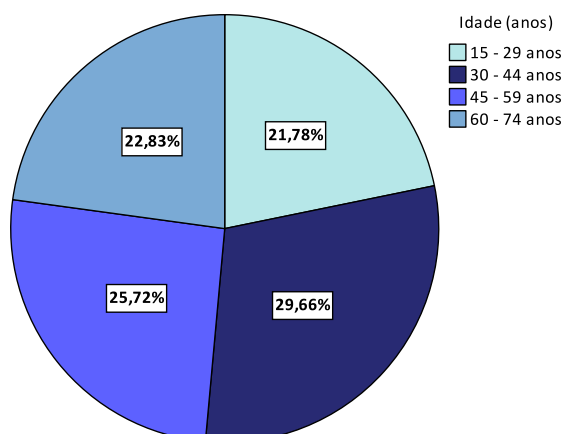
No que concerne ao concelho de residência (cf. Gráfico 3) e de acordo com a proporção definida aquando do dimensionamento da amostra, destacam-se em valor absoluto os residentes em Vila Real de Santo António (196 - 51,4%), seguidos dos residentes em Mértola (80 - 21,0%), Castro Marim (71, 18,6%) e Alcoutim (34, 8,9%). Foi com estas três variáveis descritivas que se ‘calibrou’ a amostra.

Gráfico 1 – Inquiridos por género



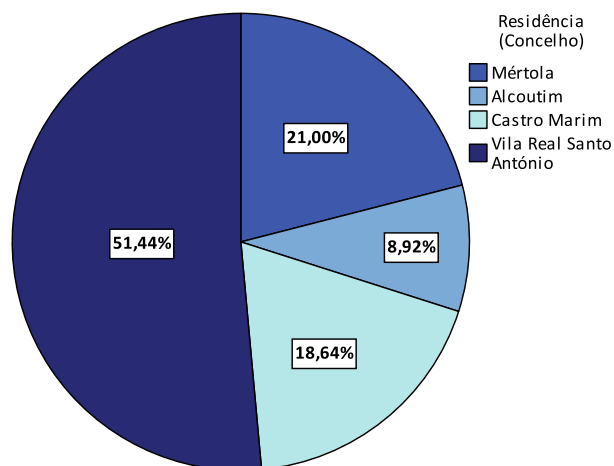
Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável”. Elaboração do autor

Gráfico 2 – Inquiridos por classe etária



Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável”. Elaboração própria

Gráfico 3 – Inquiridos por concelho de residência



Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável”. Elaboração do autor

Relativamente à escolaridade destaca-se o ensino secundário (43,2%), sendo igualmente de relevar o forte peso do ensino médio-superior (37,2%), sobretudo do ensino superior (32,6%). No ensino básico predomina o terceiro ciclo (7º ao 9º anos) com 8,4% (cf. Quadro 2).

Quadro 2 - Níveis de Escolaridade

Níveis	Nº	% do Total	% do Sub total
1º ao 4º ano	22	5,8	6,0
5º ao 6º ano	19	5,0	5,2
7º ao 9º ano	31	8,1	8,4
10º ao 12º ano	159	41,7	43,2
Ensino Médio	17	4,5	4,6
Ensino Superior	120	31,5	32,6
Sub total (A considerar)	368	96,6	100,0
Valores Perdidos	13	3,4	
Total	381	100,0	

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

A amostra tem um peso evidente de trabalhadores por conta de outrem (81,5%), seguidos (a grande distância) dos empresários (7,6%) e dos profissionais liberais

(6,5%) – cf. Quadro 3. O perfil sócio profissional dos inquiridos, de acordo com a Classificação Portuguesa das Profissões (INE, 2011), evidencia uma maior presença de ‘técnicos e profissões de nível intermédio’ (34,4%), seguidos dos ‘especialistas das actividades intelectuais e científicas’ (20,7%) e dos ‘trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores’ – cf. Quadro 4.

Quadro 3 - Atividade Exercida pelos Inquiridos

Actividade	Nº	% do Total	% do Sub total
Empresário	26	6,8	7,6
Estudante	15	3,9	4,4
Trabalhador por conta de outrem	278	73,0	81,5
Profissional Liberal	22	5,8	6,5
Sub total (A considerar)	341	89,5	100,0
Valores Perdidos	40	10,5	
Total	381	100,0	

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana Elaboração do autor

Quadro 4 – Categorias sócio profissionais (Classificação Portuguesa das Profissões)

Categoria sócio profissional	Nº	% do Total	% do Sub total
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	7	1,8	2,0
Especialistas das actividades intelectuais e científicas	71	18,6	20,7
Técnicos e profissões de nível intermédio	118	31,0	34,4
Pessoal administrativo	35	9,2	10,2
Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	39	10,2	11,4
Agricultores e trabalhadores qualificados da Agricultura, da Pesca e da Floresta	11	2,9	3,2
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	15	3,9	4,4
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	3	,8	,9
Trabalhadores não qualificados	2	,5	,6
Não enquadráveis na CPP	42	11,0	12,2

Sub total (A considerar)	343	90,0	100,0
Valores Perdidos	38	10,0	
Total	381	100,0	

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

A maior parte dos inquiridos (64,9%) assumiu que não participa nem é membro de nenhuma organização (cf. Quadro 5). Dos 35,1% que participam, destacam-se as organizações de carácter ‘cultural e ambiental’ (39,1%), seguidas das ‘desportivas e recreativas’ (15,7%) e das de ‘desenvolvimento’ e ‘sociais e/ou humanitárias’, ambas com 12,2% (cf. Quadro 6).

Quadro 5 – Participação dos Inquiridos em Organizações

Participação	Nº	% do Total	% do Sub total
Sim	130	34,1	35,1
Não	240	63,0	64,9
Sub total (A considerar)	370	97,1	100,0
Valores Perdidos	11	2,9	
Total	381	100,0	

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana Elaboração do autor

Quadro 6 - Tipo de Organizações em que os Inquiridos Participam

Organizações	Nº	% do Total	% do Sub total
Cultural e ambiental	45	11,8	39,1
Desportiva e recreativa	18	4,7	15,7
Profissional	8	2,1	7,0
Política	13	3,4	11,3
Desenvolvimento	14	3,7	12,2
Social e/ou humanitária	14	3,7	12,2
Cooperativa	3	,8	2,6
Sub total (A considerar)	115	30,2	100,0
Valores Perdidos	266	69,8	
Total	381	100,0	

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana Elaboração do autor

No quadro 7 deteta-se claramente o reconhecimento de uma identificação para com o Baixo Guadiana, no ‘seu todo’ (50,3%) ou ‘apenas em parte’ (34,8%), tendo este sentimento de pertença um peso estatístico muito relevante (85,1% - 313 inquiridos em 368).³

Também a medida da intensidade do sentimento confirma este ‘apego’ ao território, pois 73,6% dos inquiridos consideram-no ‘forte’ e ‘muito forte’ (cf. Quadro 8).

Quadro 7 - Identificação/Ligação a algum "retalho" do território do Baixo Guadiana

Identificação/Ligação	Nº	% do Total	% do Sub total
Sim, no seu todo	185	48,6	50,3
Sim, apenas em parte	128	33,6	34,8
Não	55	14,4	14,9
Sub total (A considerar)	368	96,6	100,0
Valores Perdidos	13	3,4	
Total	381	100,0	

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Quadro 8 - Intensidade do Sentimento

Intensidade	Nº	% do Total	% do Sub total
Moderado	83	21,8	26,3
Forte	146	38,3	46,3
Muito forte	86	22,6	27,3
Sub total (A considerar)	315	82,7	100,0
Valores Perdidos	66	17,3	
Total	381	100,0	

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

³ Admitindo-se a existência de uma relação entre identidade territorial e participação, na perspetiva de que quanto mais ligados estamos ao lugar onde nascemos, vivemos e trabalhamos, maior a disponibilidade para intervir, considerámos pertinente perceber como os inquiridos se sentem identificados/ligados a algum "retalho" do território do Baixo Guadiana, bem como a intensidade desse sentimento.

3. A participação pública no Baixo Guadiana: que tendências?

A interpretação das dimensões da participação assenta numa análise bivariada com a qual se pretende compreender a associação/descrição da relação entre duas variáveis, o que sucede quando a distribuição de valores de uma das variáveis está associada com a distribuição apresentada pela outra (Bryman & Cramer, 1992).

As duas técnicas não paramétricas utilizadas são as tabelas de contingência e o teste do Qui-quadrado de Person (*Chi-square Test* – χ^2), de forma a evidenciar a existência de associações significativas entre variáveis.

Nas tabelas de contingência cruzam-se as variáveis da caracterização sócio demográfica com outras que integram as diferentes dimensões/abordagens, obtendo-se ainda o valor do Qui-quadrado, graus de liberdade⁴ e nível de significância (α)⁵.

O Teste do Qui-quadrado permite avaliar a aderência entre uma distribuição amostral (valores observados) e uma distribuição teórica (valores esperados). A sua utilização implica a existência de uma hipótese nula (H_0) que supõe que não existe relação entre as duas variáveis em análise. Se H_0 for verdadeira há pequenas diferenças entre as frequências observadas e as esperadas e o χ^2 é baixo. Um χ^2 elevado é um indício de que há um desajuste entre a distribuição amostral e a teórica. Na prática, rejeita-se H_0 se o valor do χ^2 for superior ao valor crítico tabelado (cf. tabela 3) para um nível de significância considerado estatisticamente significativo: 0.05 e 0.01. O limite de 5% de probabilidade de erro ($\alpha = 0.05$) é considerado satisfatório e será o utilizado na presente análise.

Há duas grandes restrições à utilização do Teste do Qui-quadrado que, por questões de representatividade, foram igualmente tidas em consideração nesta análise:

- Nas variáveis com três ou mais categorias (ou mais do que um grau de liberdade) não se consideraram os casos em que as frequências esperadas (fe) eram inferiores a 1 ou em que mais de 20% eram inferiores a 5;
- Nas variáveis com apenas duas categorias (ou um grau de liberdade) apenas se consideraram os casos em que o número de casos nas categorias foi, no mínimo, igual a 5.

⁴ Graus de Liberdade (GL, DF): número de categorias da variável menos 1.

⁵ Nível de Significância (α): limites para afirmar que um certo desvio entre valores observados e esperados é decorrente do acaso ou não. O nível de significância deve ser estabelecido antes de se partir para o estudo e é o risco que se corre de rejeitar uma hipótese verdadeira ou aceitar uma hipótese falsa.

Os resultados do inquérito, com base nos valores do Qui-quadrado em relação aos valores críticos da distribuição para um nível de significância de 0,05 (cf. Quadro 9), permitiram detetar a existência de aproximadamente 29,0% de associações significativas (91), 6 na dimensão território, 38 na dimensão actores, 23 na dimensão redes, 2 na dimensão processos e 22 na dimensão ambientes.

Considerando as três variáveis descritivas (idade, género e escolaridade), os resultados demonstram que no Baixo Guadiana é a escolaridade que mais influencia os comportamentos participativos (55 associações), seguida do género (31 associações) e da idade (23 associações).

A atividade exercida pelos inquiridos, tendo em conta os Grandes Grupos da Classificação Portuguesa das Profissões, apesar de ser juntamente com a escolaridade um indicador de ‘estatuto’ socioeconómico, não revelou qualquer influência direta nos comportamentos participativos.

Tabela 1 – A Participação Pública no Baixo Guadiana

(Associações significativas com base no Qui-Quadrado de Pearson para um nível de significância de 0.05)

Questões	Idade	Género	Escolaridade
Dimensão Território – Abordagem Recursos			
Conhecimento de recursos importantes para o Baixo Guadiana	5,03	16,63	29,89
Utilização do recurso local B	0,27	0,89	6,46
Informação sobre os recursos locais	1,05	8,85	18,42
Participação em reuniões sobre recursos locais	4,60	13,64	34,93
Não participação – Não percebo destes assuntos	2,75	1,38	6,96
As pessoas participariam mais se houvesse menos restrição económica	12,56	0,72	0,78
Dimensão Atores – Abordagem Capacitação			
A maior ou menor capacitação dos atores locais influencia o grau de participação pública	0,76	1,31	6,92
Capacitação para o envolvimento em ações de participação pública	3,18	4,06	38,01
Aumentar a capacitação para participar - Se percebesse melhor o que é isso e que resultados tem	3,29	2,41	7,30
Aumentar a capacitação para participar - Se tivesse mais informação sobre os assuntos	12,72	0,86	0,24
Aumentar a capacitação para participar - Se estivesse mais envolvido com o que se passa no território	6,67	5,46	13,34

Questões	Idade	Género	Escolaridade
Aumentar a capacitação para participar - Se estivesse mais habituado a participar	9,77	0,55	0,65
Contributo de uma maior capacitação dos atores locais no BG - Políticas públicas mais adequadas ao território	2,25	0,53	7,32
Contributo de uma maior capacitação dos atores locais no BG - Mais igualdade de oportunidades	0,79	4,43	22,81
Contributo de uma maior capacitação dos atores locais no BG - Maior democracia participativa	9,44	0,05	0,76
Dimensão Atores – Abordagem Capital Social			
Aspetos que influenciam a participação pública - Interações entre Público e Privado	7,40	7,28	3,93
Aspetos que influenciam a participação pública - Tolerância	9,05	8,90	6,22
Aspetos que influenciam a participação pública - Os laços sociais entre pessoas e instituições	8,60	6,70	6,91
Aspetos que influenciam a participação pública - A participação dos atores locais nas tomadas de decisão	15,87	0,25	11,80
Nível de relacionamento da Câmara Municipal com a generalidade das organizações que intervêm no BD - Desenvolvimento de projetos conjuntos	6,44	14,03	14,08
Nível de relacionamento da Câmara Municipal com a generalidade das organizações que intervêm no BD - Estratégia comum	4,16	4,29	13,46
Nível de relacionamento da Câmara Municipal com a generalidade das organizações que intervêm no BD - Governação/Gestão partilhada	7,84	6,46	6,28
Nível de relacionamento da Junta de Freguesia com a generalidade das organizações que intervêm no BD - Partilha de recursos	7,28	0,09	20,39
Nível de relacionamento da Junta de Freguesia com a generalidade das organizações que intervêm no BD - Desenvolvimento de projetos conjuntos	9,53	0,79	15,52
Nível de relacionamento das Coletividades Locais com a generalidade das organizações que intervêm no BD - Estratégia comum	14,30	4,06	4,78
Nível de relacionamento do Agrupamento de Escolas com a generalidade das organizações que intervêm no BD - Troca de informações	9,05	3,16	12,94
Nível de relacionamento das Empresas com a generalidade das organizações que intervêm no BD - Troca de informações	13,50	1,65	4,44
Dimensão Atores – Abordagem Participação / Cidadania			
Nível de concordância - Para participar é preciso conhecer bem os assuntos	10,28	6,72	8,54
Nível de concordância - Quem exerce cargos está mais preparado para participar	6,86	0,31	12,29
Conhecimento de processos de participação pública no BG	5,05	4,88	23,74
Envolvimento em processos de participação pública no BG	4,25	12,97	22,22

Questões	Idade	Género	Escolaridade
A participação pública mobiliza o desenvolvimento do território	3,92	0,31	9,10
Participação em atividades/iniciativas realizadas no BG	4,07	5,01	22,37
Espaços de participação mais adequados - Privados (Associações)	0,91	0,47	8,62
Espaços de participação mais adequados - Privados (Sociedades Recreativas)	1,82	0,01	6,23
Espaços de participação mais adequados - Redes sociais (De causas - tipo voluntariado)	10,91	3,72	10,70
Espaços de participação mais adequados - Redes sociais (Internet)	8,32	1,68	1,73
Espaços de participação mais adequados - Reuniões políticas	0,21	0,84	0,92
Limitações à PP - Baixo dinamismo empresarial	9,89	0,01	1,85
Limitações à PP - Pouca ligação com as universidades e institutos	4,45	3,86	5,81
Motivações da PP - A profissão	1,59	0,51	8,78
Motivações da PP - A utilidade do assunto	3,24	1,36	11,62
Motivações da PP - O poder económico	4,84	1,71	7,57
Nível de participação pública no BG	5,35	0,06	8,53
Dimensão Redes – Abordagem Coletiva			
Formas de participação pública mais e menos eficazes - Participação individual	6,95	0,04	7,80
Formas de participação pública mais e menos eficazes - Participação informal	7,87	1,91	0,50
Formas de participação pública mais e menos eficazes - Participação por representação	2,86	0,04	6,75
Importância para o DL da ação coletiva das ADL	4,35	0,07	11,49
Importância para o DL da ação coletiva das Coletividades	2,16	7,87	13,33
Importância para o DL da ação coletiva das Juntas de Freguesia	0,97	11,46	4,42
Disponibilidade para participar em iniciativas/atividades de ação coletiva no BG	0,13	1,10	20,15
Disponibilidade para participar em ações relacionadas com atividades económicas	0,70	5,20	5,10
Disponibilidade para participar em ações relacionadas com defesa do património	9,58	0,50	2,83
Disponibilidade para participar em ações relacionadas com causas públicas	0,82	3,09	8,32
Disponibilidade para participar em ações relacionadas com governação	2,04	5,35	3,22
No território têm existido situações de participação pública comum	11,38	2,17	10,36
Razões da não participação comum - Apesar de haver projetos/problemas comuns, não são postos para discussão conjunta	10,01	0,29	11,51
Razões da não participação comum - Porque são duas regiões administrativas diferentes	17,30	0,00	2,62
Razões da não participação comum - Não há articulação entre as entidades	7,96	0,32	2,00

Questões	Idade	Género	Escolaridade
públicas			
Razões da não participação comum - Há poucos projetos/problemas comuns	7,03	0,88	12,16
Aspetos a fortalecer com envolvimento e participação conjunta - A sustentabilidade dos recursos do território	19,83	0,37	3,65
De uma forma geral há no Baixo Guadiana ação coletiva	4,34	7,34	4,90
Dimensão Redes – Abordagem Parcerias			
Entidades/organizações as parcerias são mais visíveis - Câmaras Municipais	0,61	4,72	0,75
Entidades/organizações as parcerias são mais visíveis - Juntas de Freguesia	5,89	2,39	7,21
Entidades/organizações em que as parcerias são mais visíveis - ADL	1,39	2,49	15,10
Entidades/organizações em que as parcerias são mais visíveis - Outras associações/coletividades	8,39	0,42	3,87
Conhecimento de uma boa parceria existente no território	8,84	0,07	15,35
Dimensão Processos – Abordagem Instrumentos			
Importância para facilitar a participação pública - Criação de um Encontro Anual onde os assuntos importantes do território fossem abordados	14,03	1,28	2,07
Concorda que em processos de DL em que os cidadãos e as organizações participam - Os atores locais assumem mais protagonismo	20,35	4,42	17,87
Dimensão Ambientes – Abordagem Estímulos / Limitações)			
Mobilização para a participação pública - Confiança generalizada entre as pessoas	2,78	9,12	6,64
Mobilização para a participação pública - Situação face ao emprego	7,48	7,06	0,78
Mobilização para a participação pública - Sentir ligação emocional com o território	21,07	8,82	6,08
Mobilização para a participação pública - Ser criada uma associação destes quatro municípios	6,10	6,55	4,35
Relevo numa perspetiva de DL - Inovação nos projetos dinamizados	1,25	0,16	23,74
Fatores/atributos presentes no território - Criatividade de iniciativas que ocorrem	3,34	0,25	6,48
Fatores/atributos presentes no território - Inovação nos projetos dinamizados	4,79	0,56	13,74
Fatores/atributos presentes no território - Ânimo para lutar pelo desenvolvimento do território	3,26	2,32	8,03
Limitações à participação pública - Pressão de grupos, pessoas ou organizações (conflito de interesses)	16,47	4,89	15,91
Limitações à participação pública - Excesso de informações técnicas que permitem manipular os participantes	12,62	0,44	21,78
Limitações à participação pública - Questões da legitimidade quando se trata da representação dos interesses coletivos	12,88	1,55	18,00
Limitações à participação pública - Os formatos e os mecanismos e processos	14,52	2,52	44,94

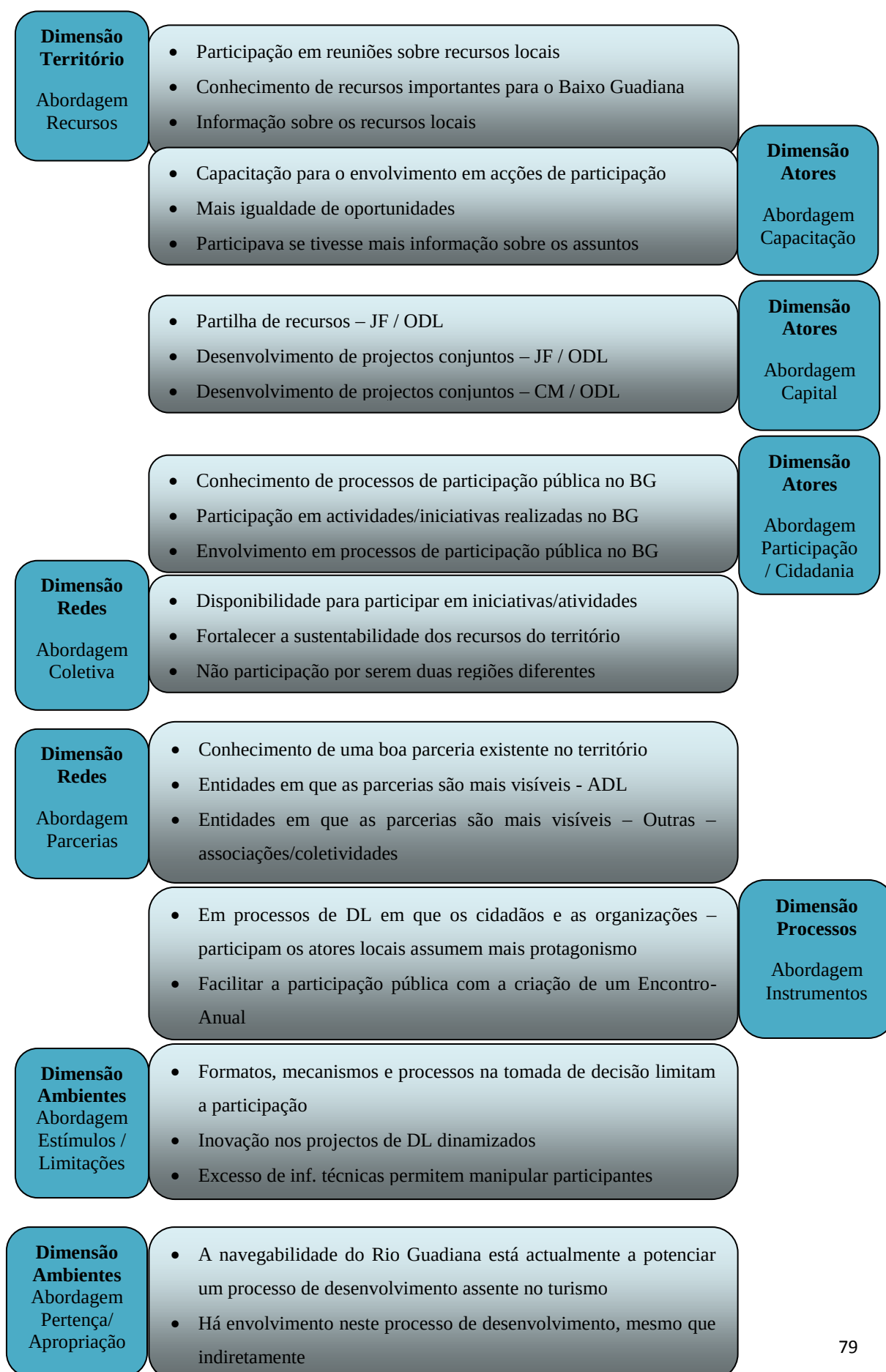
Questões	Idade	Gênero	Escolaridade
participativos na tomada de decisão			
Limitações à participação pública - Baixa densidade populacional	8,70	4,18	15,57
Limitações à participação pública - Fraca cultura participativa	13,60	13,16	12,78
Limitações à participação pública - Falta de unidade territorial do ponto de vista administrativo	10,73	8,13	16,11
Estímulos ao DL - Um maior protagonismo dos atores locais quando se materializam projetos de desenvolvimento	7,64	6,75	0,67
Dimensão Ambientes – Abordagem Pertença / Apropriação			
Existe no território do BG - Dinâmicas de participação coletiva	2,02	5,00	1,16
Existe no território do BG - Articulação nos processos de Planeamento e Ordenamento	0,13	7,39	4,73
Existe no território do BG - Uma identidade regional	2,45	6,86	0,44
A maior ou menor relação dos indivíduos com o território onde vive, influencia o seu grau de envolvimento e participação	4,64	3,17	6,93
Tem conhecimento de que a navegabilidade do Rio Guadiana está atualmente a potenciar um processo de desenvolvimento assente no turismo	8,56	0,42	2,98
Mesmo que indiretamente, sente-se envolvido de alguma forma neste processo de desenvolvimento	1,15	0,44	8,02

Fonte: Inquérito “*Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável*” efectuado no Baixo Guadiana Elaboração do autor.

-  Valores com associação significativa para um nível de significância de 0.05.
-  Valores rejeitados porque mais de 20% das frequências esperadas são inferiores a 5.
-  Valores com ausência de associação.

Atendendo aos três valores do Qui-quadrado com maior associação significativa por dimensão/abordagem, apresentam-se na Figura 2 as 25 principais evidências do modelo participativo que sobressaíram neste estudo.

Figura 2– Evidências da Participação no Baixo Guadiana



Este conjunto de evidências permite concluir que estamos perante um painel de inquiridos com conhecimento do meio local e que revelam capacitação e predisposição para participar em atividades, iniciativas ou reuniões, o que de certa forma pode ser motivado pelo conhecimento que têm do território do Baixo Guadiana em termos de potencialidades e do importante papel do Rio Guadiana e da sua navegabilidade no atual processo de desenvolvimento.

Contudo, salienta-se também a convicção de que a participação poderia ser mais efetiva se existissem menos restrições na exploração económica dos recursos existentes e uma maior informação sobre os diferentes assuntos que apelam ao envolvimento, o que indicia a necessidade de estruturar no Baixo Guadiana melhores mecanismos de comunicação ou de promover a elaboração de um Plano Estratégico para o afirmar, onde o Plano de Comunicação é um ‘apêndice’ imprescindível. A igualdade de oportunidades, reconhecida como obstáculo, é um outro aspecto a ter em conta na construção de qualquer modelo de participação.

Os inquiridos revelam ainda uma particular atenção para com as ODL (Organizações de Desenvolvimento Local), reconhecendo a sua importância e maior interação com as estruturas administrativas de proximidade, como as Juntas de Freguesia, quer na partilha de recursos quer no desenvolvimento de projectos conjuntos, esta última articulação igualmente reconhecida em relação às Câmaras Municipais, mas com menor relevância. Estamos efetivamente perante um conjunto de sujeitos que conhecem e aparentam estar relativamente envolvidos (disponíveis) em processos participativos no Baixo Guadiana, demonstrando este inquérito que há neste território, uma potencialidade de envolvimento que deve ser aproveitada no sentido de construir não só um desenvolvimento sub-regional tendo em conta as mais-valias resultantes da cooperação interterritorial com várias demonstrações de boas práticas.

Para além de transparecer a visão de que o desenvolvimento de *bottom-up* permite um maior envolvimento e protagonismo dos atores locais, o que está aliás amplamente demonstrado no quadro da Iniciativa Comunitária LEADER (cf. diferentes avaliações efectuadas), há igualmente a noção de que falta melhorar a comunicação, podendo a aposta em Encontros Anuais de Desenvolvimento Local ser um *leitmotiv* de motivação e envolvimento, apesar de já existirem inúmeras potencialidades virtuais, que se bem enquadradas e afinadas, podem ter um papel fundamental no desenvolvimento. O

recurso aos instrumentos que alavancam a Sociedade da Informação e do Conhecimento estão igualmente à disposição da construção de um desenvolvimento local/regional sustentado.

Em síntese, a leitura destas evidências aponta para um modelo de participação balizado pelos seguintes pressupostos:

- Há vontade e capacitação para participar;
- A participação pode ser potenciada melhorando os mecanismos de igualdade de oportunidades e de comunicação;
- Há conhecimento das potencialidades locais, expressas nos diferentes recursos, em que o Rio Guadiana tem um papel fulcral;
- A participação não pode ser desligada da utilização dos recursos e da existência de maiores facilidades na sua promoção económica;
- As ADL e ODL são reconhecidas como estruturas promotoras de desenvolvimento, pelo que são parceiros imprescindíveis em qualquer modelo de desenvolvimento local/regional/euro regional participado;
- As estruturas administrativas de proximidade, como as Juntas de Freguesia, ainda que menos apetrechadas em ‘massa critica’, são encaradas como facilitadoras de desenvolvimento, uma leitura que recomenda que se olhe para elas de uma forma menos administrativa e mais colaborativa, sobretudo quando está em causa um novo reordenamento do território.

4. A participação pública no Baixo Guadiana (por dimensão e abordagem)

A análise da participação pública no Baixo Guadiana, segundo as ‘dimensões/abordagens’ estruturadoras do inquérito, focou-se, sobretudo, nas associações mais significativas valorizadas pelo Qui-quadrado, mas também em aspectos qualitativos que fomos registando ao longo de todo o período de contactos com inquiridos.

4.1.A Dimensão Território

O território do Baixo Guadiana, tal como o entendemos, recordemos, é uma ‘sub-região’ compreendida entre Mértola e Vila Real de Santo António, envolvendo duas NUT contíguas, o Baixo Alentejo e o Algarve, os concelhos de Mértola (Baixo Alentejo), Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António (Algarve), bem como as Comunidades Intermunicipais do Baixo Alentejo e do Algarve, uma partilha administrativa com óbvios obstáculos em termos de decisões sobre qualquer processo de desenvolvimento interterritorial concertado, conforme ficou fortemente referido no corpo de tese.

Com uma área de 2.230,4 km² e 36.094 habitantes em 2011, apresenta densidades populacionais muito heterogéneas, conforme se pode verificar no quadro abaixo, o que reflecte o habitual confronto entre os concelhos do litoral e do interior.⁶

Tabela 2 - Indicadores Estatísticos Gerais do Baixo Guadiana em 2011

Indicadores	Mértola	Alcoutim	Castro Marim	VRSA
Superfície (km ²)	1.292,9	575,4	300,8	61,3
População residente	7.274	2.917	6.747	19.156
Homens (%)	49,41	79,91	49,74	47,81
Mulheres (%)	50,59	50,09	50,26	52,19
Densidade populacional (hab/km ²)	5,63	5,07	22,43	312,50
Nº de famílias	3.142	1.363	2.825	7.458
Dimensão média familiar	2,3	2,1	2,4	2,6
Nº de alojamentos	8.495	3.516	8.378	19.664
Nº de edifícios	8.354	3.460	6.765	8.148
Nº médio alojamentos	1,0	1,0	1,2	2,4

Fonte: Resultados Provisórios do Censos de 2011, INE, 07 de Dezembro de 2011.

⁶ Apesar das evidentes diferenças demográficas, na nossa perspectiva estamos perante uma ‘sub-região’ que deve ser conceptualizada tendo em conta a área de influência do Rio Guadiana navegável e dos seus afluentes que, segundo Estrabão, já era navegável até Mértola na antiga província romana da Lusitânia (Gil, 2008: 2), situação que se mantém hoje em dia, razão pela qual se considera admissível e vantajoso, por mais operacional, um reordenamento administrativo destes territórios, que facilite a cooperação e a gestão conjunta do desenvolvimento. Todavia, esta ‘unidade territorial’ que se advoga não é apenas determinada pela navegabilidade do rio, mas também pela paisagem e pela cultura existentes. Apesar de Ana Margarida ARRUDA (2008: 308) questionar a pertinência do conceito de Baixo Guadiana sob o ponto de vista estritamente geográfico, porque considera que o Guadiana português “*tem áreas muito diferenciadas, que podem corresponder a pelo menos três unidades de paisagem distintas: 1) da foz ao Pulo do Lobo; 2) o Baixo Alentejo; 3) o Alentejo Central*”; é mesmo assim possível “*deduzir que entre a área compreendida entre o Pulo do Lobo e a foz do Guadiana há uma unidade evidente ao longo do 1º milénio, parecendo clara a existência de uma entidade cultural comum, que é, aliás, partilhada também com os territórios litorais da Andaluzia Ocidental, desde Lepe até, pelo menos, à Baía de Cádiz*” (ARRUDA, 2008: 318).

Articular ‘participação dos cidadãos – governança - território - desenvolvimento local sustentável’ implica equacionar uma cultura local que dê valor ao cidadão e que encare a gestão conjunta / responsabilidade partilhada como uma mais-valia territorial.

A atitude participativa implica motivação, mas também conhecimento das dinâmicas e realidades locais, uma condição imprescindível para uma intervenção de qualidade.⁷

O conhecimento de ‘*recursos locais importantes para o desenvolvimento do Baixo Guadiana*’ é claramente evidente nos inquiridos, pois 68,9% consideram que os conhecem ‘bem / muito bem’, tendo 40,3% idades compreendidas entre os 30 e os 59 anos (cf. Quadro 9). Em termos de género, este conhecimento destaca-se nos homens (38,8%), existindo uma significativa percentagem de mulheres (20,6%) que admite ter um ‘mau’ conhecimento dos recursos locais (cf. Quadro 10).

A influência da escolaridade, com associações mais significativas no teste do Qui-quadrado, considerando-se a junção das modalidades conhece ‘bem/muito bem’ (cf. Quadro 11), evidencia um conhecimento muito partilhado entre o ensino secundário (25,3%) e o ensino médio-superior (29,7%).

Quadro 9 - Variação Percentual do Conhecimento de Recursos Importantes para o Baixo Guadiana, Segundo a Idade

15 – 29 anos			30 - 44 anos			45 - 59 anos			60 - 74 anos			Total		
Mal	Bem	Muito Bem	Mal	Bem	Muito Bem	Mal	Bem	Muito Bem	Mal	Bem	Muito Bem	Mal	Bem	Muito Bem
7,1	12,9	2,0	9,1	15,7	6,0	7,4	14,9	3,7	7,4	11,1	2,6	31,1	54,6	14,3

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana Elaboração do autor

Quadro 10 - Variação Percentual do Conhecimento de Recursos Importantes para o Baixo Guadiana, Segundo o Género

Sexo Masculino			Sexo Feminino			Total		
Mal	Bem	Muito Bem	Mal	Bem	Muito Bem	Mal	Bem	Muito Bem
10,6	29,7	9,1	20,6	24,9	5,1	31,1	54,6	14,3

⁷ Como refere a bibliografia que revimos, há um consenso de que o desenvolvimento local sustentável e sustentado é mais facilmente atingível numa lógica de *bottom-up* (baixo para cima), implicando os cidadãos e as coletividades territoriais em que atuam, promovendo a sua emancipação e utilizando a força conjugada dos seus conhecimentos, por oposição à postura onisciente e dirigista que caracterizou as intervenções de *top-down* (cima para baixo) dos anos 50-60 do século XX, suportadas numa tecnocracia que não entendia o cidadão como promotor de desenvolvimento mas antes como usufrutuário, encarando o planeamento como uma ‘modelação’ e a construção do desenvolvimento local como um ‘plano e uma normalização’, por oposição à ‘interação’ e aos conceitos de ‘processo’ e de que ‘flexibilização/ inovação’ que caracterizam a visão de *bottom-up* (Marques, 2002).

Nesta ótica, sem excluir a importância de outras escalas, considera-se que a intervenção do cidadão deve ser facilitada nos territórios de maior proximidade, onde a vivência pode potenciar uma participação de maior qualidade. É nestes quadros de vida em comum que se apresenta mais pertinente a tomada de decisões relacionadas com a utilização de recursos de uma comunidade que partilha um mesmo conjunto de condições e representações culturais. É nos territórios de proximidade (bairro, freguesia, concelho) que sobressaem práticas de cidadania individual e coletiva que são o pilar fundamental da democracia participada.

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana Elaboração própria.

Quadro 11 - Variação Percentual do Conhecimento de Recursos Importantes para o Baixo Guadiana, Segundo a Escolaridade

Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Médio-Superior			Total		
Mal	Bem	Muito Bem	Mal	Bem	Muito Bem	Mal	Bem	Muito Bem	Mal	Bem	Muito Bem
4,4	10,9	2,6	18,2	23,2	2,1	8,8	20,0	9,7	31,5	54,1	14,4

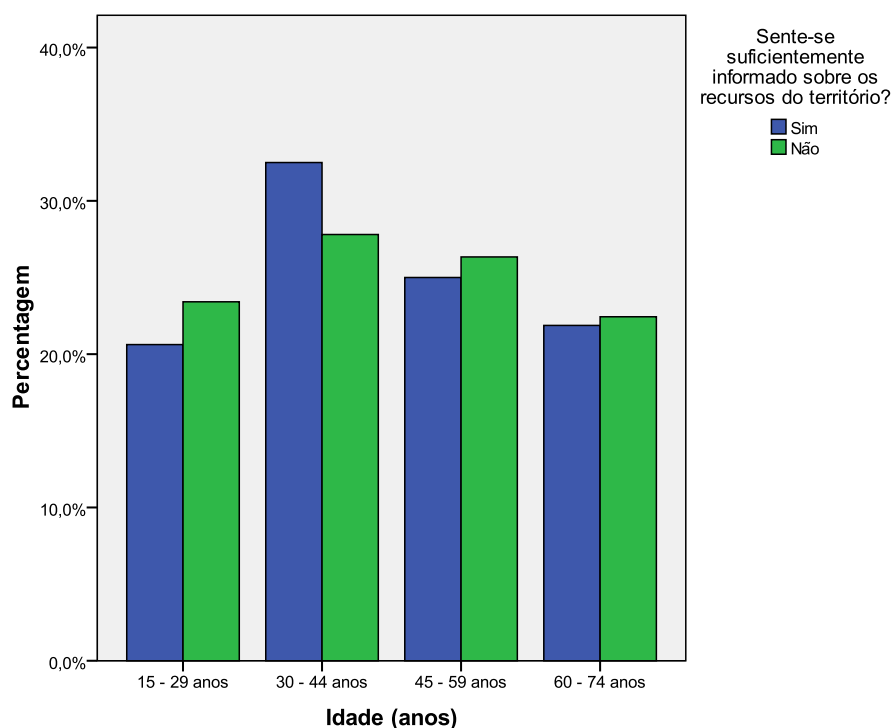
Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana Elaboração do autor

Duas outras associações a valorizar na ‘dimensão território’ são o nível de ‘**informação sobre os recursos locais**’ e a participação dos inquiridos em ‘**reuniões sobre recursos locais**’.

No primeiro caso é evidente o reconhecimento da falta de informação, que apenas tem menos significado nos sujeitos com idades entre os 30 e os 44 anos, em que 32,5% considera estar bem informado (cf. Gráfico 4), pelo que há um trabalho a fazer ao nível sub-regional, provavelmente através da promoção de um Plano Estratégico de Desenvolvimento e de um Plano de Comunicação.

Em termos de género, 58,1% dos homens admitem estar suficientemente informados (41,9% de mulheres) e 57,6% das mulheres reconhecem o contrário (42,4% de homens). A escolaridade reflecte uma maior discriminação, porque 50,0% dos inquiridos com o ensino médio-superior consideram-se suficientemente informados contra os 52,0% dos que possuem o ensino secundário e defendem o contrário (cf. Quadro 11).

Gráfico 4 - Informação sobre os recursos do Baixo Guadiana, segundo a idade (%)



Fonte: Inquérito

“Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável”. Elaboração do autor

Quadro 12 – Variação Percentual da Informação Sobre os Recursos do Território, Segundo a Escolaridade

Nível de Escolaridade	Sim	Não	Total
Ensino Básico	19,1	18,5	18,8
Ensino Secundário	30,9	52,0	42,9
Ensino Médio-Superior	50,0	29,5	38,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor .

No que concerne à participação dos inquiridos em ‘reuniões sobre recursos locais’, uma associação significativa com maior evidência para a escolaridade e o género, é clara a existência de um défice de participação, porque mais de 80% dos inquiridos ‘nunca’ participaram ou só ‘raramente’ o fizeram (cf. Quadros 13 e 14), motivo mais que suficiente para que se equacionem novas estratégias de motivação, em que não será despendendo o facto de se mostrar aos cidadãos que se lhes ‘reconhece utilidade’, um

aspecto particularmente importante em termos de poder local. Efectivamente é comum no quadro do poder local encontrar responsáveis que acreditam que dominam os mecanismos de participação e que são os cidadãos que por opção própria o não pretendem fazer, que somos naturalmente pouco participativos (ignorando-se várias demonstrações do contrário, algumas recentes), nem sequer equacionando eventuais falhas dos mecanismos implementados.

O défice de participação em reuniões sobre os recursos locais existentes no Baixo Guadiana tem uma matriz semelhante em termos de género, apesar de serem as mulheres que menos participam, o que tem sido amiúde justificado pela sua já grande acumulação de tarefas (trabalho – casa). Também o nível de escolaridade não evidencia alterações significativas, uma conclusão presente em estudos anteriores, apesar da menor participação estar claramente centrada no ensino básico (1,9%) e a participação ‘mais frequente’ no ensino médio-superior (11,2%).

Quadro 13 - Variação Percentual da Participação em Reuniões Sobre Recursos Locais, Segundo o Género

Sexo Masculino			Sexo Feminino			Total	
Raramente	Com Frequência	Nunca	Raramente	Com Frequência	Nunca	Raramente	Com Frequência
20,4	11,4	26,7	18,3	6,6	43,4	38,6	18,0

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana

Elaboração do autor

Quadro 14 - Variação Percentual da Participação em Reuniões Sobre Recursos Locais, Segundo a Escolaridade

Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Médio-Superior			Total		
Nunca	Raramente	Com Frequência	Nunca	Raramente	Com Frequência	Nunca	Raramente	Com Frequência	Nunca	Raramente	Com Frequência
9,3	7,7	1,9	24,1	15,6	3,8	10,7	15,6	11,2	44,1	38,9	17,0

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

4.2. A Dimensão Atores

O “jogo de atores” que se desenvolve à escala local / sub-regional assenta num conjunto de relações de força que são essenciais para evidenciar desafios estratégicos e colocar questões chave para o futuro. A capacitação dos actores, os seus níveis de interacção / relacionamento e as dinâmicas participativas que se instalam são aspectos basilares do desenvolvimento sustentável e de uma democracia participativa mais madura. É difícil desligar a capacitação do *empowerment*, porque este assenta na visão de dar aos cidadãos poder, liberdade e informação para tomarem decisões e participarem activamente nas suas organizações e territórios, fornecendo-lhes os instrumentos de capacitação indispensáveis para serem mais criativos, desenvolvendo os seus talentos e contribuindo para um colectivo com capacidade de construção de novas dinâmicas, em que os actores participam dos resultados do seu trabalho e são reconhecidos, na óptica de dar ‘mais valor às pessoas’, um pressuposto que deve ser incorporado na participação, para o seu crescimento e reprodução.

No que concerne à **capacitação**, os quadros 15 e 16 permitem extrair duas importantes conclusões, com expressão muito idêntica ao nível do género e da escolaridade (ensino secundário / ensino médio-superior):

- Há um significativo reconhecimento de que ‘a maior ou menor capacitação dos actores locais influencia a participação pública’ (83,5% / 82,9%);
- Com menor peso, há igualmente um reconhecimento por parte dos inquiridos de que estão capacitados ‘para se envolverem em acções de participação pública’ (65,8% / 64,8%).

Estes ‘actores locais’ destacam como contributos da maior capacitação para participar o ‘desenvolvimento local mais sustentável’ (62,3% / 62,1%) e o ‘maior envolvimento dos cidadãos em causas públicas’ (39,8% / 39,0%), advogando ainda que um aumento da capacitação para participar passa, sobretudo, pelo ‘fornecimento de mais informação sobre os assuntos’ (52,0% / 52,5%) e por um maior envolvimento individual sobre ‘o que se passa no território’ (40,7% / 40,2%).

Quadro 15 - Variação Percentual da «Dimensão Actores – Abordagem Capacitação», Segundo o Género

Questões	Sexo Masculino		Sexo Feminino		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
A maior ou menor capacitação dos actores locais influencia a participação pública?	42,3	7,0	41,2	9,5	83,5	16,5
Sente-se capacitado para se envolver em acções de participação pública?	34,2	14,1	31,6	20,2	65,8	34,2
Aumento da capacitação para participar - Se tivesse mais informação sobre os assuntos	19,5	22,0	32,5	26,0	52,0	48,0
Aumento da capacitação para participar - Se estivesse mais envolvido com o que se passa no território	22,0	19,5	18,7	39,8	40,7	59,3
Contributo da maior capacitação dos actores locais para a participação - Desenvolvimento local mais sustentável	31,0	17,2	31,3	20,4	62,3	37,7
Contributo da maior capacitação dos actores locais para a participação - Maior envolvimento dos cidadãos em causas públicas	19,1	29,2	20,7	31,0	39,8	60,2

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Quadro 16 - Variação Percentual da «Dimensão Actores – Abordagem Capacitação», Segundo a Escolaridade

Questões	Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino Médio-Superior		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
A maior ou menor capacitação dos actores locais influencia a participação pública?	14,8	3,9	34,2	9,2	33,9	3,9	82,9	17,1
Sente-se capacitado para se envolver em acções de participação pública?	9,9	9,3	23,1	20,1	31,9	5,8	64,8	35,2
Aumento da capacitação para participar - Se tivesse mais informação sobre os assuntos	15,6	12,3	28,7	27,9	8,2	7,4	52,5	47,5
Aumento da capacitação para participar - Se estivesse mais envolvido com o	4,1	23,8	27,0	29,5	9,0	6,6	40,2	59,8

que se passa no território								
Aumento da capacitação para participar - Se os assuntos não fossem tão politizados	8,2	19,7	24,6	32,0	9,8	5,7	42,6	57,4
Contributo da maior capacitação dos actores locais para a participação - Desenvolvimento local mais sustentável	10,4	8,8	28,0	15,4	23,6	13,7	62,1	37,9
Contributo da maior capacitação dos actores locais para a participação - Maior envolvimento dos cidadãos em causas públicas	7,4	11,8	17,9	25,5	13,7	23,6	39,0	61,0

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

A forma como os inquiridos encaram os relacionamentos existentes entre diferentes entidades existentes à escala local e interterritorial (Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Coletividades locais, ADL, Administração Pública Regional, Agrupamentos de Escolas, Empresas) está também condicionada pela sua visão de proximidade e de maior ou menor facilitação de participação, destacando as Juntas de Freguesia, Colectividade Locais e Câmaras Municipais.

As Juntas de Freguesia, pela sua proximidade aos cidadãos, podem ter um papel fundamental de estímulo à participação, o que tem sido amiúde sacrificado aos aspectos administrativos. As Câmaras Municipais, salvo raras excepções, não se têm evidenciado como garantes da participação, indo ao encontro dos cidadãos e criando uma visão de intervenção territorial de ‘baixo para cima’ (mais ancorada nas ADL e Coletividades locais). Actualmente há alguns ‘orçamentos participativos’ que estão a aproximar mais o ‘município dos seus munícipes’, mas as boas práticas são ainda residuais. Também o ‘municipalismo digital’ poderia ter um aproveitamento mais consentâneo com a estimulação da participação. Os mecanismos ‘oficiais’, porque mais ‘formais e políticos’, acabam por afastar / não atrair uma boa parte dos cidadãos.

A análise da abordagem ao **capital social** existente no Baixo Guadiana permite salientar em relação às Juntas de Freguesia (cf. Quadro 17 e 18):

- Em termos de género e de nível de escolaridade, não é reconhecida a existência de um ‘nível forte’ de relacionamento, destacando-se apenas com ‘relacionamento médio’,

significativo nos parâmetros ‘confiança’ (61,0% / 62,0%), ‘troca de informações’ (53,9% / 54,6%) e ‘partilha de recursos’ (50,1% / 50,7%);

- Em termos de escolaridade são os inquiridos com o ensino secundário que mais valorizam os aspectos anteriormente referidos;

- O fraco relacionamento ao nível das ‘estratégias comuns’ (47,6% / 47,0%) e da ‘governança / gestão partilhada’ (49,2% / 48,6%).

Quadro 17 - Variação Percentual da «Dimensão Actores – Abordagem Capital Social», Segundo o Género (Nível de Relacionamento das Juntas de Freguesia)

Questões	Género / Nível de Relacionamento								
	Sexo Masculino			Sexo Feminino			Total		
	Fraco	Médio	Forte	Fraco	Médio	Forte	Fraco	Médio	Forte
Nível de relacionamento da Juntas de Freguesia - Confiança	10,9	26,7	10,4	10,6	34,3	7,1	21,5	61,0	17,4
Nível de relacionamento da Juntas de Freguesia - Troca de informações	14,9	26,0	7,5	15,2	27,9	8,6	30,1	53,9	16,0
Nível de relacionamento da Juntas de Freguesia - Partilha de recursos	16,8	24,2	7,2	17,6	25,9	8,3	34,4	50,1	15,4
Nível de relacionamento da Juntas de Freguesia - Desenvolvimento de projectos conjuntos	19,9	22,7	5,5	19,9	24,4	7,5	39,9	47,1	13,0
Nível de relacionamento da Juntas de Freguesia - Estratégia comum	24,5	21,4	2,5	23,1	24,5	3,9	47,6	46,0	6,4
Nível de relacionamento da Juntas de Freguesia - Governança/Gestão partilhada	25,6	19,7	2,8	23,6	23,6	4,7	49,2	43,3	7,5

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Quadro 18 - Variação Percentual da «Dimensão Actores – Abordagem Capital Social», Segundo a Escolaridade (Nível de Relacionamento das Juntas de Freguesia)

Questões	Escolaridade / Nível de Relacionamento											
	Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Médio-Superior			Total		
	Fraco	Médio	Forte	Fraco	Médio	Forte	Fraco	Médio	Forte	Fraco	Médio	Forte
Nível de relacionamento das Juntas de Freguesia - Confiança	5,9	9,6	3,7	7,3	29,3	6,5	7,6	23,1	7,0	20,8	62,0	17,2
Nível de relacionamento da Juntas de Freguesia - Troca de informações	6,6	8,6	4,0	10,6	26,6	6,0	12,6	19,4	5,7	29,7	54,6	15,7
Nível de relacionamento da Juntas de Freguesia - Partilha de recursos	10,0	5,7	3,7	12,8	25,9	4,6	11,1	19,1	7,1	33,9	50,7	15,4
Nível de relacionamento da Juntas de Freguesia - Desenvolvimento de projectos conjuntos	11,2	5,2	2,6	15,2	23,2	4,9	13,2	19,5	5,2	39,5	47,9	12,6
Nível de relacionamento da Juntas de Freguesia - Estratégia comum	11,0	6,6%	1,7	20,2	20,5	2,3	15,9	19,6	2,3	47,0	46,7	6,3
Nível de relacionamento da Juntas de Freguesia - Governação/Gestão partilhada	11,2	6,0	2,0	20,7	20,1	2,3	16,7	17,8	3,2	48,6	44,0	7,5

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Com configuração semelhante, mas valores menos significativos, surgem as Colectividades locais (cf. Quadros 19 e 20) e as Câmaras Municipais (cf. Quadros 21 e 22).

Nas Colectividade locais destacam-se os relacionamentos médios dos parâmetros ‘confiança’ (56,7%% / 56,9%), ‘troca de informações’ (54,5% / 55,3%) e ‘desenvolvimento de projectos conjuntos’ (52,8% / 53,4%). Também nesta organização se evidencia o fraco relacionamento das ‘estratégias comuns’ (47,2%% / 47,1%) e da ‘governança / gestão partilhada’ (48,1% / 48,3%).

Quadro 19 - Variação Percentual da «Dimensão Atores – Abordagem Capital Social», Segundo o Género (Nível de Relacionamento das Colectividades Locais)

Questões	Género / Nível de Relacionamento								
	Sexo Masculino			Sexo Feminino			Total		
	Fraco	Médio	Forte	Fraco	Médio	Forte	Fraco	Médio	Forte
Nível de relacionamento das colectividades locais - Confiança	10,1	25,9	12,0	12,3	30,8	9,0	22,3	56,7	21,0
Nível de relacionamento das colectividades locais - Troca de informações	13,2	24,2	10,5	14,3	30,3	7,4	27,5	54,5	17,9
Nível de relacionamento das colectividades locais - Partilha de recursos	15,1	22,2	11,0	17,0	27,7	7,1	32,1	49,9	18,1
Nível de relacionamento das colectividades locais - Desenvolvimento de projectos conjuntos	16,9	24,9	6,4	18,5	27,9	5,5	35,4	52,8	11,9
Nível de relacionamento das colectividades locais - Estratégia comum	22,2	20,0	6,1	25,0	23,3	3,3	47,2	43,3	9,4
Nível de relacionamento das colectividades locais - Governança/Gestão partilhada	23,1	20,8	4,2	25,0	25,0	1,9	48,1	45,8	6,1

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Quadro 20 - Variação Percentual da «Dimensão Actores – Abordagem Capital Social», Segundo a Escolaridade (Nível de Relacionamento das Colectividades Locais)

Questões	Escolaridade / Nível de Relacionamento											
	Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Médio-Superior			Total		
	Fraco	Médio	Forte	Fraco	Médio	Forte	Fraco	Médio	Forte	Fraco	Médio	Forte
Nível de relacionamento das Colectividades Locais - Confiança	5,1	9,3	4,8	10,1	23,7	9,0	6,8	23,9	7,3	22,0	56,9	21,1
Nível de relacionamento da Colectividades Locais - Troca de informações	5,1	8,8	5,1	11,4	25,1	6,6	10,5	21,4	6,0	27,1	55,3	17,7
Nível de relacionamento da Colectividades Locais - Partilha de recursos	7,1	8,2	4,0	11,3	24,6	7,4	13,3	17,6	6,5	31,7	50,4	17,8
Nível de relacionamento da Colectividades Locais - Desenvolvimento de projectos conjuntos	8,3	8,0	2,6	14,0	25,4	3,7	12,6	20,0	5,4	34,9	53,4	11,7
Nível de relacionamento da Colectividades Locais - Estratégia comum	10,1	7,2	2,0	17,8	21,6	3,4	19,3	14,9	3,7	47,1	43,7	9,2
Nível de relacionamento da Colectividades Locais - Governação/Gestão partilhada	8,9	8,9	1,4	19,5	22,1	1,1	19,8	14,9	3,2	48,3	46,0	5,7

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

No que concerne às Câmaras Municipais (cf. Quadro 21 e 22) também sobressaíram os parâmetros ‘confiança’ (56,1%% / 56,5%), ‘troca de informações’ (56,7% / 57,3%) e ‘partilha de recursos’ (50,4% / 50,7%). A ‘governança / gestão partilhada’ é a menos evidente (49,3% / 48,7%), apesar de próxima da das Juntas de Freguesia, o que evidencia anomalias nas duas estruturas de suporte do poder local, comprovando a nossa tese de que é necessário melhorar a proximidade ao cidadão e promover uma governança que efectivamente estimule adequadas estratégias de participação.

Quadro 21 - Variação Percentual da «Dimensão Actores – Abordagem Capital Social», Segundo o Género (Nível de Relacionamento das Câmaras Municipais)

Questões	Género / Nível de Relacionamento								
	Sexo Masculino			Sexo Feminino			Total		
	Fraco	Médio	Forte	Fraco	Médio	Forte	Fraco	Médio	Forte
Nível de relacionamento das Câmaras Municipais - Confiança	14,4	25,7	8,1	12,7	30,4	8,7	27,1	56,1	16,8
Nível de relacionamento da Câmaras Municipais - Troca de informações	14,3	27,5	6,1	12,4	29,2	10,5	26,7	56,7	16,5
Nível de relacionamento da Câmaras Municipais - Partilha de recursos	14,8	25,2	7,9	17,3	25,2	9,3	32,1	50,4	17,3
Nível de relacionamento da Câmaras Municipais - Desenvolvimento de projectos conjuntos	16,8	25,8	5,2	15,4	23,1	13,7	32,1	48,9	19,0
Nível de relacionamento da Câmaras Municipais - Estratégia comum	23,5	21,6	3,0	21,9	23,5	6,4	45,4	45,2	9,4
Nível de relacionamento da Câmaras Municipais - Governança/Gestão partilhada	25,6	19,3	2,8	23,7	21,8	6,9	49,3	41,0	9,6

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana.

Elaboração do autor

Quadro 22 - Variação Percentual da «Dimensão Actores – Abordagem Capital Social», Segundo a Escolaridade (Nível de Relacionamento das Câmaras Municipais)

Questões	Escolaridade / Nível de Relacionamento											
	Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Médio-Superior			Total		
	Fraco	Médio	Forte	Fraco	Médio	Forte	Fraco	Médio	Forte	Fraco	Médio	Forte
Nível de relacionamento das Câmaras Municipais - Confiança	7,3	8,7	3,1	10,7	26,1	6,2	9,0	21,6	7,3	27,0	56,5	16,6
Nível de relacionamento da Câmaras Municipais - Troca de informações	7,4	8,8	2,8	10,5	26,2	6,3	8,3	22,2	7,4	26,2	57,3	16,5
Nível de relacionamento da Câmaras Municipais - Partilha de recursos	9,3	7,4	2,3	13,9	24,1	5,4	8,5	19,3	9,6	31,7	50,7	17,3
Nível de relacionamento da Câmaras Municipais - Desenvolvimento de projectos conjuntos	8,5	7,1	3,1	14,8	22,4	6,0	8,8	19,9	9,4	32,1	49,4	18,5
Nível de relacionamento da Câmaras Municipais - Estratégia comum	11,7	5,7	1,7	19,8	19,8	3,2	13,5	20,1	4,6	45,0	45,6	9,5
Nível de relacionamento da Câmaras Municipais - Governação/Gestão partilhada	10,3	6,6	2,3	22,8	16,2	4,0	15,7	18,8	3,4	48,7	41,6	9,7

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana do autor

Na **Abordagem Participação / Cidadania** evidenciaram-se: i) o conhecimento de processos de participação pública; ii) a participação em atividades/iniciativas realizadas; iii) o envolvimento em processos de participação pública;

Os inquiridos reconheceram de uma forma muito evidente que ‘a participação pública mobiliza o desenvolvimento do território’ (94,3% / 94,4% - 48,0% de mulheres / 40,5% Ensino Secundário) e que já ‘participaram em actividades/iniciativas realizadas neste território’ (59,5% / 59,9% - 31,6% de homens / 28,0% Ensino Médio-Superior), manifestando conhecimento de ‘processos de participação pública’ no Baixo Guadiana (52,7% / 52,4% - 28,5% de homens / 25,9% Ensino Médio-Superior) – cf. Quadros 23 e 24.

Quadro 23 - Variação Percentual da «Dimensão Actores – Abordagem Participação/Cidadania», Segundo o Género

Questões	Masculino		Feminino		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Tem conhecimento de processos de participação pública neste território?	28,5	20,2	24,2	27,2	52,7	47,3
A participação pública mobiliza o desenvolvimento do território?	46,4	2,4	48,0	3,2	94,3	5,7
Já participou em actividades/iniciativas realizadas neste território	31,6	16,8	27,8	23,8	59,5	40,5

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana. Elaboração própria.

Quadro 24 - Variação Percentual da «Dimensão Actores – Abordagem Participação/Cidadania», Segundo a Escolaridade

Questões	Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino Médio-Superior		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Tem conhecimento de processos de participação pública neste território?	7,8	11,1	18,7	24,8	25,9	11,7	52,4	47,6
A participação pública mobiliza o desenvolvimento do território?	17,0	2,5	40,5	2,0	36,9	1,1	94,4	5,6
Já participou em actividades/iniciativas realizadas neste território	10,6	9,0	21,3	22,1	28,0	9,0	59,9	40,1

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Em termos das **componentes da participação pública** que considerámos mais pertinentes no inquérito, os quadros abaixo evidenciam uma concordância muito expressiva com as questões colocadas ('relativamente de acordo' e 'concordo em absoluto'):

- Que a 'participação dos cidadãos é importante para a salvaguarda dos recursos locais' e que 'incentiva dinâmicas de desenvolvimento sustentável do território' (valores superiores a 98%);
- Que 'o desenvolvimento dos territórios depende sobretudo da capacitação dos actores para promoverem o seu próprio desenvolvimento' (valores superiores a 96%);
- Que 'o desenvolvimento dos territórios apoia-se, antes de tudo, na formação dos actores e nas redes que estabelecem entre si' (valores superiores a 93%).

Nas três associações há uma prevalência dos inquiridos do sexo feminino e dos de nível secundário.

Os resultados desta abordagem são um indicador precioso de que a participação pode ser potenciada no Baixo Guadiana, desde que se apliquem medidas propiciadoras de uma atitude que deixe de fazer parte da lógica do 'voluntariado', para integrar a 'consciência cívica'. É nesta mudança de paradigma que é necessário investir.

Quadro 25 - Variação Percentual da «Dimensão Actores – Abordagem Participação/Cidadania», Segundo o Género

Questões	Género / Nível de Concordância								
	Sexo Masculino			Sexo Feminino			Total		
	Discordo	Relativam ente de Concordo em		Discordo	Relativam ente de Concordo em		Discordo	Relativam ente de Concordo em	
A participação pública incentiva dinâmicas de desenvolvimento sustentável do território	1,1	18,8	28,8	0,5	21,4	29,4	1,6	40,2	58,2
A participação dos cidadãos é importante para a salvaguarda dos recursos locais	0,5	17,4	30,8	1,3	18,2	31,8	1,8	35,5	62,6
É mais importante a participação efectiva do que a participação por representação	3,9	22,3	22,3	5,0	22,6	23,9	8,9	44,9	46,2
O desenvolvimento dos territórios depende sobretudo da capacitação dos	2,1	21,2	25,1	1,6	24,9	25,1	3,7	46,0	50,3

actores para promoverem o seu próprio desenvolvimento									
O desenvolvimento dos territórios apoia-se, antes de tudo, na formação dos actores e nas redes que estabelecem entre si	4,6	25,1	18,6	2,2	28,6	20,8	6,8	53,8	39,5

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Quadro 26 - Variação Percentual da «Dimensão Actores – Abordagem Participação/Cidadania», Segundo a Escolaridade

Questões	Escolaridade / Nível de Relacionamento											
	Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Médio-Superior			Total		
	Discordo	Relativamente de Acordo	em Concorde absoluto	Discordo	Relativamente de Acordo	em Concorde absoluto	Discordo	Relativamente de Acordo	em Concorde absoluto	Discordo	Relativamente de Acordo	em Concorde absoluto
A participação pública incentiva dinâmicas de desenvolvimento sustentável do território	1,1	7,9	10,1	0,3	20,3	22,7	0,3	11,8	25,5	1,6	40,0	58,4
A participação dos cidadãos é importante para a salvaguarda dos recursos locais	0,5	7,6	11,4	1,1	16,3	25,9	0,3	11,2	25,6	1,9	35,1	62,9
É mais importante a participação efectiva do que a participação por representação	3,3	8,2	8,2	4,6	20,7	17,9	1,4	16,0	19,8	9,2	44,8	45,9
O desenvolvimento dos territórios depende sobretudo da capacitação dos actores para promoverem o seu próprio desenvolvimento	1,1	8,5	10,1	0,8	21,4	21,1	1,4	17,0	18,6	3,3	46,8	49,9
O desenvolvimento dos territórios apoia-se, antes de tudo, na formação dos actores e nas redes que estabelecem entre si	1,7	9,8	8,1	2,8	25,1	14,8	2,0	19,3	16,5	6,4	54,2	39,4

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efectuado no Baixo Guadiana Elaboração do autor

4.3. A Dimensão Redes

As redes têm um papel fundamental na consolidação da participação cívica, pela sua dinâmica colectiva, com expressão significativa no designado ‘terceiro sector’, onde interagem diferentes organizações: culturais, desportivas, lúdicas ou sociais. A organização em rede, ao facilitar a conectividade entre entidades/cidadãos, promove a cooperação, a interacção e a integração, maximizando o número de pessoas envolvidas nos projectos e os seus resultados. Um dos entraves à progressão do trabalho em rede é a ainda deficiente propensão que há em Portugal para as parcerias, com consequência directa no défice de comunicação e no ‘retorno’ socioeconómico que poderiam trazer. Promover as redes é, por isso, fomentar a confiança, a colaboração, o envolvimento e a interacção entre parceiros, ampliando resultados, atraindo mais intervenientes, dando maior visibilidade aos projectos, potenciando os impactos e a credibilidade.

No Baixo Guadiana (BG) a ‘dimensão redes’ tem uma expressão mais significativa na ‘abordagem colectiva’ do que na ‘abordagem parcerias’, destacando-se:

(a) Abordagem Ação Coletiva

- Disponibilidade para participar em iniciativas/atividades de ação coletiva no BG.
- Aspectos a fortalecer com envolvimento e participação conjunta - A sustentabilidade dos recursos do território.
- Razões da não participação comum - Porque são duas regiões administrativas diferentes.
- Importância para o Desenvolvimento Local da acção colectiva das Colectividades.

(b) Abordagem Parcerias

- Conhecimento de uma boa parceria existente no território
- Entidades/organizações em que as parcerias são mais visíveis – ADL

Mais uma vez se evidencia a ‘disponibilidade para participar em iniciativas/actividades de acção colectiva no Baixo Guadiana’ (questão 6.4) - cf. Quadros 27 e 28 - 76,8% de disponibilidade segundo o género e 76,3% segundo a escolaridade, com distribuições semelhantes consoante o género, ligeiramente superiores nas mulheres (38,0% homens

e 38,8% mulheres), bem como em termos de escolaridade, destacando-se os inquiridos com o Ensino Médio-Superior (33,5%), contra os 31,0% com o Ensino Secundário.

Quadro 27- Variação Percentual da «Dimensão Redes – Abordagem Ação Coletiva», Segundo o Género

Sexo Masculino		Sexo Feminino		Total	
Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
38,0	10,0	38,8	13,2	76,8	23,2

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Quadro 28- Variação Percentual da «Dimensão Redes – Abordagem Ação Coletiva», Segundo a Escolaridade

Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino Médio-Superior		Total	
Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
11,7	7,3	31,0	12,0	33,5	4,5	76,3	23,7

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

No que concerne às dimensões da participação (cf. Quadros 29 e 30) destaca-se em termos de género uma tríade de opções que se afigura particularmente relevante à escala do território objecto de estudo: *há disponibilidade para participar nas ações desenvolvidas pelas Associações de Desenvolvimento Local (54,1%), sobretudo em causas públicas (53,1%) e em ações de defesa do património (52,7%)*. Também nestas relações é o sexo feminino que se evidencia mais disponível, facto a que não será estranha a sua forte representação nas ADL.

A influência da escolaridade é pouco relevante, fazendo apenas sobressair a atracção pelas ‘associações de carácter cultural, recreativo ou desportivo’ (50,4%). Os sujeitos com o Ensino Secundário são mais atraídos pela ‘defesa do património’ (23,9%) e pelas associações anteriormente referidas (22,5%), enquanto os que detêm o Ensino Médio-Superior manifestam um maior envolvimento nas ‘causas públicas’ e nas ADL, ambas com 25.0%.

Quadro 29 - Variação Percentual da «Dimensão Redes – Abordagem Ação Coletiva», Segundo o Género

Questões	Sexo Masculino		Sexo Feminino		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Disponibilidade para participar - Actividades económicas	18,5	31,5	12,3	37,7	30,8	69,2
Disponibilidade para participar - Defesa do património	25,3	24,7	27,4%	22,6	52,7	47,3
Disponibilidade para participar - Causas públicas	24,0	26,0	29,1%	20,9	53,1	46,9
Disponibilidade para participar - Governação	7,2	42,8	3,1%	46,9	10,3	89,7
Disponibilidade para participar - ADL	24,3	25,7	29,8%	20,2	54,1	45,9
Disponibilidade para participar - Associações de carácter cultural, recreativo ou desportivo	24,3	25,7	25,3%	24,7	49,7	50,3
Disponibilidade para participar - De pressão política em defesa do território	12,0	38,0	8,6	41,4	20,5	79,5

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Quadro 30 - Variação Percentual da «Dimensão Redes – Abordagem Ação Coletiva», Segundo a Escolaridade

Questões	Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino Médio-Superior		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Disponibilidade para participar - Actividades económicas	2,5	13,6	13,2	27,5	13,9	29,3	29,6	70,4
Disponibilidade para participar - Defesa do património	8,2	7,9	23,9	16,8	20,7	22,5	52,9	47,1
Disponibilidade para participar - Causas públicas	10,7	5,4	17,9	22,9	25,0	18,2	53,6	46,4
Disponibilidade para participar - Governação	2,1	13,9	2,5	38,2	5,4	37,9	10,0	90,0
Disponibilidade para participar - ADL	8,9	7,1	20,7	20,0	25,0	18,2	54,6	45,4
Disponibilidade para participar - Associações de carácter cultural, recreativo ou desportivo	6,1	10,0	22,5	18,2	21,8	21,4	50,4	49,6
Disponibilidade para participar - De pressão política em defesa do território	4,3	11,8	8,9	31,8	7,5	35,7	20,7	79,3

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Há inúmeros aspectos que podem ser fortalecidos com envolvimento e participação conjunta. Todavia, tendo em conta os que foram seleccionadas para o inquérito (cf. Quadros 31 e 32), há uma evidente valorização da definição de ‘uma estratégia de desenvolvimento comum para o Baixo Guadiana’ (superior a 60%) e a ‘sustentabilidade dos recursos do território’ (superior a 55%).

Em termos de género é o sexo feminino que mais valoriza estas questões (33,0% e 29,3%), enquanto na escolaridade se destaca o Ensino Secundário (29,0% e 24,9%).

Quadro 31- Variação Percentual da «Dimensão Redes – Abordagem Ação Coletiva», Segundo o Género

Questões	Sexo Masculino		Sexo Feminino		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Aspectos a fortalecer com envolvimento e participação conjunta - A sustentabilidade dos recursos do território	26,1	22,4	29,3	22,2	55,4	44,6
Aspectos a fortalecer com envolvimento e participação conjunta - O peso político/reivindicativo do território	8,7	39,8	10,6	40,9	19,3	80,7
Aspectos a fortalecer com envolvimento e participação conjunta - O reforço da identidade/pertença regional	10,0	38,5	10,6	40,9	20,6	79,4
Aspectos a fortalecer com envolvimento e participação conjunta - Um modelo de governação territorial	7,9	40,6	7,4	44,1	15,3	84,7
Aspectos a fortalecer com envolvimento e participação conjunta - Uma estratégia de desenvolvimento comum para o Baixo Guadiana	31,1	17,4	33,0	18,5	64,1	35,9
Aspectos a fortalecer com envolvimento e participação conjunta - Uma maior apropriação pelas comunidades	5,3	43,3	5,0	46,4	10,3	89,7
Aspectos a fortalecer com envolvimento e participação conjunta - Uma maior capacidade de articulação com Espanha	5,5	43,0	5,8	45,6	11,3	88,7

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Quadro 32 - Variação Percentual da «Dimensão Redes – Abordagem Ação Coletiva», Segundo a Escolaridade

Questões	Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino Médio-Superior		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Aspectos a fortalecer com envolvimento e participação conjunta - A sustentabilidade dos recursos do território	8,7	10,7	24,9	18,3	21,6	15,8	55,2	44,8
Aspectos a fortalecer com envolvimento e participação conjunta - O peso político/reivindicativo do território	5,2	14,2	6,6	36,6	7,7	29,8	19,4	80,6
Aspectos a fortalecer com envolvimento e participação conjunta - O reforço da identidade/pertença regional	4,1	15,3	8,2	35,0	8,7	28,7	21,0	79,0
Aspectos a fortalecer com envolvimento e participação conjunta - Um modelo de governação territorial	4,1	15,3	5,2	38,0	6,3	31,1	15,6	84,4
Aspectos a fortalecer com envolvimento e participação conjunta - Uma estratégia de desenvolvimento comum para o Baixo Guadiana	12,8	6,6	29,0	14,2	21,9	15,6	63,7	36,3
Aspectos a fortalecer com envolvimento e participação conjunta - Uma maior apropriação pelas comunidades	1,1	18,3	3,8	39,3	4,6	32,8	9,6	90,4
Aspectos a fortalecer com envolvimento e participação conjunta - Uma maior capacidade de articulação com Espanha	2,2	17,2	6,0	37,2	3,6	33,9	11,7	88,3

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

A disponibilidade para participar e as dimensões mais valorizadas não encontram correspondência directa com a participação pública que tem existido no Baixo Guadiana. Na verdade, quer em termos de género quer de escolaridade (cf. Quadros 33 e 34), é considerado pelos inquiridos que não têm existido ‘no território situações de participação pública comum’ (58,3% em termos de género e 57,9% de escolaridade). São os homens (30,1%) e os inquiridos com o Ensino Secundário (24,5%) que mais influenciam esta relação.

Quadro 33 - Variação Percentual da «Dimensão Redes – Abordagem Ação Coletiva», Segundo o Género

Sexo Masculino		Sexo Feminino		Total	
Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
18,3	30,1	23,4	28,2	41,7	58,3

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Quadro 34 - Variação Percentual da «Dimensão Redes – Abordagem Ação Coletiva», Segundo a Escolaridade

Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino Médio-Superior		Total	
Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
5,0	14,5	18,9	24,5	18,1	18,9	42,1	57,9

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Quanto ao futuro do desenvolvimento local no Baixo Guadiana, se considerarmos a ‘relevância total’ (relevante e muito relevante), há uma perspectiva muito significativa de que a ação colectiva tem de envolver diferentes entidades (7 das 8 questões com valores superiores a 90%), havendo uma ligeira desvalorização do papel dos ‘Organismos da Administração do Estado’, por oposição às Câmaras Municipais (97,9%), ADL (95,7%) e Sociedade Civil (95,2%), que evidenciam maior relevância, perspectiva bastante consensual em termos de género e nível de escolaridade (cf. Quadros 35 e 36).

Quadro 35 - Variação Percentual da «Dimensão Redes – Abordagem Ação Coletiva», Segundo o Género

Questões	Sexo Masculino			Sexo Feminino			Total		
	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante
Importância para o desenvolvimento local da ação colectiva de entidades - ADL	2,1	16,3	30,1	2,1	17,9	31,5	4,3	34,1	61,6

Importância para o desenvolvimento local da acção colectiva de entidades - Câmaras Municipais	1,6	15,1	31,8	0,5%	13,0	37,9	2,1	28,1	69,8
Importância para o desenvolvimento local da acção colectiva de entidades - Colectividades	4,5	25,9	18,4	1,3	27,7	22,1	5,9	53,6	40,5
Importância para o desenvolvimento local da acção colectiva de entidades - Empresas	5,6	19,4	23,9	3,5	22,6	25,0	9,0	42,0	48,9
Importância para o desenvolvimento local da acção colectiva de entidades - Juntas de Freguesia	5,4	24,9	18,8	2,1	21,7	27,1	7,5	46,6	45,8
Importância para o desenvolvimento local da acção colectiva de entidades - Organismos da Administração do Estado	7,5	23,9	17,4	4,3	24,9	22,0	11,8	48,8	39,4
Importância para o desenvolvimento local da acção colectiva de entidades - Sociedade Civil	2,9	18,0	28,2	1,9	20,6	28,4	4,8	38,6	56,6

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Quadro 36 - Variação Percentual da «Dimensão Redes – Abordagem Ação Coletiva», Segundo a Escolaridade

Questões	Ensino Básico				Ensino Secundário				Ensino M. Superior				Total			
	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante		Irrelevante	Relevante	Muito Relevante		Irrelevante	Relevante	Muito Relevante		Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	
Importância para o desenvolvimento local da acção colectiva de entidades - ADL	1,9	7,5	9,9		1,1	16,9	24,9		1,1	9,7	27,1		4,1	34,0	61,9	
Importância para o desenvolvimento local da acção colectiva de entidades - Câmaras	0,5%	6,9	12,1		0,5	14,6	27,7		1,1	6,6	29,9		2,2	28,0	69,8	

Municipais												
Importância para o desenvolvimento local da acção colectiva de entidades - Colectividades	2,8	8,3	8,6	1,9	24,3	16,3	1,1	21,0	15,7	5,8	53,6	40,6
Importância para o desenvolvimento local da acção colectiva de entidades - Empresas	2,8	8,0	8,8	3,6	18,2	20,9	2,8	15,7	19,3	9,1	41,9	49,0
Importância para o desenvolvimento local da acção colectiva de entidades - Juntas de Freguesia	1,9	10,3	7,2	2,2	20,3	20,3	2,8	16,1	18,9	6,9	46,7	46,4
Importância para o desenvolvimento local da acção colectiva de entidades - Organismos da Administração do Estado	1,7	10,3	7,8	5,0	18,9	18,9	5,3	18,1	14,2	11,9	47,2	40,8
Importância para o desenvolvimento local da acção colectiva de entidades - Sociedade Civil	1,7	7,5	10,0	1,9	18,3	23,0	1,1	12,7	23,8	4,7	38,5	56,8

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Relativamente à ‘abordagem das parcerias’ distingue-se com um peso significativo a não existência de ‘uma boa parceria existente no território’, 60,4% em termos de género (31,5 % de mulheres) e 61,3% em termos de escolaridade (29,2% dos inquiridos com o Ensino Secundário) – (cf. Quadros 37 e 38).

Quadro 37 - Variação Percentual da «Dimensão Redes – Abordagem Ação Coletiva», Segundo o Género

Questões	Sexo Masculino		Sexo Feminino		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Conhece uma boa parceria existente no território?	18,4%	29,0%	21,2%	31,5%	39,6%	60,4%

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração própria.

Quadro 38 - Variação Percentual da «Dimensão Redes – Abordagem Ação Coletiva», Segundo a Escolaridade

Questões	Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino Médio-Superior		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Conhece uma boa parceria existente no território?	5,5%	14,5%	14,2%	29,2%	19,1%	17,6%	38,7%	61,3%

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Entre as entidades/organizações em que as parcerias são mais visíveis voltam a evidenciar-se as ADL (57,5% / 57,4%) e as Câmaras Municipais (55,4% / 56,3%). As mulheres destacam as Câmaras Municipais (31,1%) e os homens as ADL (30,1%). Também o nível de escolaridade tem ligeiras *nuances*: os inquiridos com o Ensino Secundário valorizam mais as Câmaras Municipais (24,6%) e os com o Ensino Médio-Superior as Associações de Desenvolvimento Local (26,0%) – (cf. Quadros 39 e 40).

Quadro 39 - Variação Percentual da «Dimensão Redes – Abordagem Ação Coletiva», Segundo o Género

Questões	Sexo Masculino		Sexo Feminino		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Entidade/organização em que as parcerias são mais visíveis - Câmaras Municipais	24,3%	24,5%	31,1%	20,1%	55,4%	44,6%
Entidade/organização em que as parcerias são mais visíveis - Juntas de Freguesia	5,8%	43,0%	9,0%	42,2%	14,8%	85,2%
Entidade/organização em que as parcerias são mais visíveis - Associações de Desenvolvimento	30,1%	18,7%	27,4%	23,7%	57,5%	42,5%
Entidade/organização em que as parcerias são mais visíveis - Outras associações/colectividades	5,0%	43,8%	6,3%	44,9%	11,3%	88,7%
Entidade/organização em que as parcerias são mais visíveis - Empresas	1,8%	47,0%	1,3%	49,9%	3,2%	96,8%

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Quadro 40 - Variação Percentual da «Dimensão Redes – Abordagem Ação Coletiva», Segundo a Escolaridade

Questões	Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino Médio-Superior		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Entidade/organização em que as parcerias são mais visíveis - Câmaras Municipais	11,7%	7,9%	24,6%	18,6%	19,9%	17,2%	56,3%	43,7%
Entidade/organização em que as parcerias são mais visíveis - Juntas de Freguesia	4,9%	14,8%	6,3%	36,9%	4,1%	33,1%	15,3%	84,7%
Entidade/organização em que as parcerias são mais visíveis – Associações de Desenvolvimento	8,7%	10,9%	22,7%	20,5%	26,0%	11,2%	57,4%	42,6%
Entidade/organização em que as parcerias são mais visíveis - Outras associações/colectividades	1,1%	18,6%	6,3%	36,9%	4,4%	32,8%	11,7%	88,3%
Entidade/organização em que as parcerias são mais visíveis - Empresas	1,1%	18,6%	1,4%	41,8%	,8%	36,3%	3,3%	96,7%

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

4.4. A Dimensão Processos

O conhecimento e valorização dos recursos locais, a promoção de iniciativas individuais e coletivas, o investimento na reanimação das capacidades locais, a parceria com agentes do exterior, a promoção e estímulo à cooperação, a participação e a procura de soluções, são factores fundamentais na prossecução do desenvolvimento local.

No que concerne ao envolvimento de cidadãos e organizações nos processos de desenvolvimento local e tendo em conta a menor relevância de respostas discordantes (níveis 1 e 2), optou-se por apresentar os resultados para os níveis 3 a 5 (cf. Quadros 41 e 42), valorizando-se a maior concordância (níveis 4 e 5), critério utilizado em todas as leituras subsequentes em que as questões têm uma apreciação por níveis.

Na ‘Abordagem Instrumentos’ e tendo em conta o Qui-quadrado, evidenciaram-se duas questões: i) o reconhecimento de que ‘em processos de DL em que os cidadãos e as organizações participam os actores locais assumem mais protagonismo’; ii) que a

participação pública pode ser facilitada através da promoção de um ‘Encontro Anual onde os assuntos importantes do território sejam abordados’.

Este foco nas pessoas e no território evidencia que há consciência de que estamos perante um processo de colaboração/cooperação, em que é fundamental que os cidadãos compreendam o ‘sistema’ para nele participarem. A importância dos sujeitos sai reforçada quando atendemos apenas à maior concordância (níveis 4 e 5), em termos de género e de nível de escolaridade. Com valores superiores a 70% evidencia-se que ‘tende a aumentar uma cultura de participação pública no território’ e que se ‘fortalece a sociedade civil’.

Quadro 41 - Variação Percentual da «Dimensão Processos – Abordagem: Instrumentos», Segundo o Género

Questões	Sexo Masculino			Sexo Feminino			Total		
	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 3	Nível 4	Nível 5
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Os atores locais assumem mais protagonismo	15,7	16,3	8,3	15,7	21,6	6,7	31,5	37,9	14,9
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - O crescimento económico é mais rápido	18,8	14,7	4,3	19,6	16,9	5,4	38,3	31,6	9,7
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - São menores as oportunidades de comportamentos oportunistas e de corrupção	15,4	18,2	8,4	16,0	18,2	9,5	31,4	36,3	17,9
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Proporcionam mais lideranças locais	16,8	20,1	5,1	22,0	18,4	6,5	38,8	38,5	11,7
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Geram mais iniciativas locais	9,9	23,6	11,5	14,5	23,6	11,0	24,4	47,2	22,5
Concorda que em processos de DL	9,1	21,7	14,2	11,0	20,4	16,6	20,1	42,1	30,8

em que cidadãos e organizações participam - Tendem a aumentar uma cultura de participação pública no território									
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Fortalece a sociedade civil	9,8	18,9	14,9	10,9	21,5	15,7	20,7	40,4	30,6
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Garantem uma maior sustentabilidade dos recursos	14,4	20,5	9,1	16,5	20,8	10,4	30,9	41,3	19,5
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Os processos e as decisões tendem a ser mais morosos	17,0	9,2	4,3	19,7	10,2	3,2	36,7	19,4	7,5
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Geram mais conflitos locais	17,5	10,0	1,3	20,2	6,5	3,2	37,7	16,4	4,6

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração própria.

Quadro 42 - Variação Percentual da «Dimensão Processos – Abordagem: Instrumentos», Segundo a Escolaridade

Questões	Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Médio-Superior			Total		
	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 3	Nível 4	Nível 5
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Os actores locais assumem mais protagonismo	6,4	5,5	2,8	13,3	14,4	7,2	12,4	17,7	5,0	32,0	37,6	14,9
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e	6,1	5,3	2,8	16,9	11,9	3,6	15,0	14,4	3,6	38,1	31,7	10,0

organizações participam - O crescimento económico é mais rápido												
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - São menores as oportunidades de comportamentos oportunistas e de corrupção	4,8	7,3	4,8	15,7	13,2	6,5	11,0	15,4	7,0	31,5	36,0	18,3
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Proporcionam mais lideranças locais	6,5	6,7	3,4	18,5	15,4	3,4	13,8	16,0	5,1	38,8	38,2	11,8
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Geram mais iniciativas locais	5,3	8,1	3,9	13,6	17,5	8,6	5,6	21,4	10,3	24,4	46,9	22,8
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Tendem a aumentar uma cultura de participação pública no território	5,8	5,8	5,8	10,3	14,2	14,4	3,9	21,4	11,1	20,0	41,4	31,4
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Fortalece a	5,2	6,1	5,8	9,4	14,0	15,4	6,1	20,4	9,4	20,7	40,5	30,6

sociedade civil												
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Garantem uma maior sustentabilidade dos recursos	7,7	6,9	3,3	14,4	15,5	8,0	9,1	18,2	8,6	31,2	40,6	19,9
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Os processos e as decisões tendem a ser mais morosos	6,4	4,2	2,5	15,1	9,2	2,8	15,6	6,4	2,5	37,2	19,8	7,8
Concorda que em processos de DL em que cidadãos e organizações participam - Geram mais conflitos locais	7,0	3,4	0,6	17,6	6,7	1,7	13,7	6,7	2,5	38,3	16,8	4,7

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Atendendo à maior relevância em termos de facilitação da participação pública (relevante e muito relevante), para além do já referido ‘Encontro Anual onde os assuntos importantes do território fossem abordados’ destacam-se, também, segundo o género e a escolaridade, os seguintes aspectos com valores superiores a 97% (cf. Quadro 43 e 44): i) Acesso facilitado à informação e consulta por parte dos cidadãos nas questões de interesse público e coletivo; ii) Formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede, que favoreçam consensos e criem ambientes de confiança.

**Quadro 43 - Variação Percentual da «Dimensão Processos – Abordagem:
Instrumentos», Segundo o Género**

Questões	Sexo Masculino			Sexo Feminino			Total		
	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante
8.2 Importância para facilitar a participação pública - Existência de diversidade de organizações da sociedade civil	4,0	31,3	13,9	4,3	35,8	10,7	8,3	67,1	24,6
Importância para facilitar a participação pública - Acesso facilitado à informação e consulta por parte dos cidadãos nas questões de interesse público e colectivo	1,6	21,2	25,7	1,1	20,2	30,2	2,7	41,4	56,0
Importância para facilitar a participação pública - Formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede, que favoreçam consensos e criem ambientes de confiança	0,8	25,1	23,0	0,8	22,7	27,5	1,6	47,9	50,5
Importância para facilitar a participação pública - A criação de uma estrutura coordenadora para todo o território	5,4	25,8	18,0	3,8	26,3	20,7	9,1	52,2	38,7
Importância para facilitar a participação pública - Criação de um Encontro Anual onde os assuntos importantes do território fossem abordados	5,6	24,7	18,4	4,5	25,0	21,8	10,1	49,7	40,2

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Quadro 44 - Variação Percentual da «Dimensão Processos – Abordagem: Instrumentos», Segundo a Escolaridade

Questões	Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Médio-Superior			Total		
	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante
8.2 Importância para facilitar a participação pública - Existência de diversidade de organizações da sociedade civil	0,8	14,1	4,7	4,4	25,8	12,2	3,0	27,1	7,8	8,3	67,0	24,7
Acesso facilitado à informação e consulta por parte dos cidadãos nas questões de interesse público e colectivo	0,5	9,1	9,9	1,1	17,6	24,2	1,1	14,8	21,7	2,7	41,5	55,8
Formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede, que favoreçam consensos e criem ambientes de confiança	0,6	10,2	8,9	0,6	21,9	20,5	0,6%	15,8	21,1	1,7	47,9	50,4
A criação de uma estrutura coordenadora para todo o território	0,8	12,3	6,7	3,1	20,9	18,4	5,3	18,4	14,2	9,2	51,5	39,3
Criação de um Encontro Anual onde os assuntos importantes do	1,4	10,7	7,2	4,1	20,9	18,2	4,4	17,6	15,4	9,9	49,3	40,8

território abordados	fossem												

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

A avaliação da «**Dimensão Processos – Abordagem: Instrumentos**» permite considerar que fomentar a participação no desenvolvimento local no Baixo Guadiana pode ter como retorno um maior protagonismo dos actores locais e uma maior cultura de participação pública, bem como uma sociedade civil mais robusta. Entre as estratégias de facilitação da participação há uma valorização significativa da ‘comunicação’ através de um Encontro Anual sobre temáticas relevantes para o desenvolvimento do território e de um acesso mais facilitado à informação e consulta de questões de interesse público e colectivo, bem como de uma ‘governança’ sustentada em parcerias e organizada em rede. A articulação ‘comunicação – governança’ é fundamental na estruturação de qualquer modelo de participação cidadã, assente numa administração de proximidade que faça crescer a nossa ‘ainda recente’ democracia, sendo necessário equacioná-la como uma dimensão estratégica do desenvolvimento local, porque entre outros aspectos melhora a confiança e a transparência. Aproximar as autarquias das populações, logo os eleitos dos eleitores, deve ser um princípio normativo da política autárquica, porque qualquer administração municipal ganha em ‘comunicar bem’ com os seus municípios, melhorando o seu conhecimento das diferentes realidades socio territoriais e tornando-se mais eficiente.

4.5. A Dimensão Ambientes

A sustentabilidade dos processos de desenvolvimento local refere a importância da criação de ambientes propícios à participação, criativos e inclusivos a novos conceitos e à constante actualização do conhecimento, e, por outro lado, a construção de uma cultura de ética social e de governação dos cidadãos e das organizações como vitais para o envolvimento das comunidades. A ‘Abordagem Estímulos / Limitações’ destaca duas ‘limitações à participação pública’, respectivamente, ‘os formatos, mecanismos e processos participativos na tomada de decisão’ e o ‘excesso de informações técnicas que permitem manipular os participantes’, relevando numa perspectiva de desenvolvimento local a ‘inovação nos projectos dinamizados’ e fazendo sobressair que

a mobilização para a participação pública implica ‘sentir ligação emocional com o território’. Ao encarmos a ‘motivação’ como um ingrediente da participação, considera-se fundamental reflectir nas possibilidades dos cidadãos terem comportamentos mais intervenientes e nos concomitantes mecanismos a implementar (estratégias?) para agirem em prol do local, quer numa perspectiva de afirmação pessoal quer de reconhecimento por parte da comunidade, mas sempre para alcançar o desenvolvimento.⁸

As maiores limitações à participação existentes no Baixo Guadiana, cruzando as associações mais significativas do Qui-quadrado com o critério da maior percentagem de concordância (níveis 4 e 5 superiores a 60%) são (cf. Quadros 45 e 46): i) Os formatos, mecanismos e processos participativos na tomada de decisão; ii) O excesso de informações técnicas que permitem manipular os participantes; iii) Os projetos de desenvolvimento estarem muito condicionados aos ciclos eleitorais; iv) Fraca cultura participativa.

Quadro 45 - Variação Percentual da «Dimensão Ambientes – Abordagem: Estímulos/Limitações», Segundo o Género

Questões	Sexo Masculino			Sexo Feminino			Total		
	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 3	Nível 4	Nível 5
Limitações à participação - Pressão de grupos ou organizações (conflito de interesses)	13,1	13,4	13,4	14,5	16,9	13,4	27,6	30,3	26,8
Limitações à participação - Dificuldades de acesso à informação	16,9	14,5	12,1	14,8	19,4	12,4	31,7	33,9	24,5
Limitações à participação - Condições e oportunidades desiguais que se estabelecem entre os vários participantes	16,9	18,0	8,3	17,7	19,9	8,9	34,7	37,9	17,2

⁸ Efetivamente, pensar na ‘mobilização’ dos cidadãos leva-nos a refletir sobre as estratégias de ‘motivação’, da *ação de pôr em movimento*, que tem uma abrangência significativa devido ao seu carácter polissémico, pelo que pode ser encarada sob diferentes pontos de vista/teorias, nomeadamente, a da aprendizagem, psicanalítica, de Abraham Maslow e cognitivista.

Para a *teoria da aprendizagem* (Hull) o comportamento motivado é explicado através do *ciclo motivacional* (há necessidades que se traduzem em motivos geradores de impulsos que visam restabelecer a satisfação) onde contam sobretudo os aspetos fisiológicos, visão homeostática independente da vontade do indivíduo e que centra a motivação na relação estímulo – resposta.

Segundo a *teoria psicanalítica* (Freud) o comportamento humano é motivado por razões irracionais, havendo por isso motivos dos quais não temos consciência (motivação inconsciente).

Maslow via o comportamento humano influenciado por elementos afetivos e esquematicamente suportava a sua perspetiva numa pirâmide de necessidades, desde as mais banais (fisiológicas) às mais exigentes (auto-realização), o que não implica que todos os indivíduos as consigam satisfazer.

Para a *teoria cognitivista* (Rotter) o comportamento humano resulta de uma aprendizagem como produto de interações com outros indivíduos, valorizando-se por isso o meio social.

Limitações à participação - Controlo dos processos por parte das entidades proponentes	16,7	16,4	8,3	20,2	16,4	10,2	36,8	32,8	18,5
Limitações à participação - Os projectos de desenvolvimento estarem muito condicionados aos ciclos eleitorais	12,9	13,7	16,7	15,4	13,7	19,1	28,3	27,5	35,8
Limitações à participação - Excesso de informações técnicas que permitem manipular os participantes	16,9	16,4	7,8	19,0	16,9	7,2	35,9	33,2	15,0
Limitações à participação - Questões da legitimidade quando se trata da representação dos interesses colectivos	21,0	12,9	5,6	22,6	14,8	4,0	43,5	27,7	9,7
Limitações à participação - Os formatos e os mecanismos e processos participativos na tomada de decisão	20,2	17,3	5,4	23,7	16,4	5,4	43,9	33,7	10,8
Limitações à participação - Baixa densidade populacional	13,4	15,5	10,5	19,0	14,2	9,1	32,4	29,8	19,6
Limitações à participação - Fraca cultura participativa	12,3	13,9	17,6	14,2	15,0	14,4	26,5	28,9	32,1
Limitações à participação - Falta de unidade territorial do ponto de vista administrativo	18,7	12,3	11,5	18,7	15,2	9,6	37,4	27,5	21,1

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Quadro 46 - Variação Percentual da «Dimensão Ambientes – Abordagem: Estímulos/Limitações», Segundo a Escolaridade

Questões	Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Médio-Superior			Total		
	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 3	Nível 4	Nível 5
Limitações à participação - Pressão de grupos ou organizações (conflito de interesses)	5,0	7,2	4,4	13,6	10,6	11,7	8,3	12,5	11,1	26,9	30,3	27,2
Limitações à participação - Dificuldades de acesso à informação	4,4	6,9	5,3	16,9	12,8	10,3	10,0	15,0	8,3	31,4	34,7	23,9
Limitações à participação - Condições e oportunidades desiguais que se	7,2	6,4	3,3	18,1	13,4	7,5	9,5	17,5	6,7	34,8	37,3	17,5

estabelecem entre os vários participantes												
Limitações à participação - Controlo dos processos por parte das entidades proponentes	7,5	5,3	2,8	16,7	13,6	7,5	12,8	13,9	7,8	37,0	32,9	18,1
Limitações à participação - Os projectos de desenvolvimento estarem muito condicionados aos ciclos eleitorais	5,6	5,9	5,3	13,4	9,2	16,8	8,9	12,8	13,7	27,9	27,9	35,8
Limitações à participação - Excesso de informações técnicas que permitem manipular os participantes	7,5	4,7	2,2	17,8	13,3	5,8	10,8	15,0	6,9	36,1	33,1	15,0
Limitações à participação - Questões da legitimidade quando se trata da representação dos interesses colectivos	7,5	5,8	1,7	18,7	9,7	3,6	17,3	12,5	4,5	43,5	28,1	9,7
Limitações à participação - Os formatos e os mecanismos e processos participativos na tomada de decisão	7,3	6,1	1,4	22,1	11,5	3,9	14,5	16,5	5,0	43,9	34,1	10,3
Limitações à participação - Baixa densidade populacional	7,2	5,0	3,9	14,7	12,5	8,6	10,8	12,8	6,7	32,8	30,3	19,2
Limitações à participação - Frac cultura participativa	6,1	4,4	5,3	12,2	11,1	14,4	8,0	14,1	11,6	26,3	29,6	31,3
Limitações à participação - Falta de unidade territorial do ponto de vista administrativo	8,9	4,2	3,9	16,1	10,5	10,8	11,6	13,6	6,4	36,6	28,3	21,1

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Recorrendo-se mais uma vez ao critério da maior relevância, para além da tónica já colocada na associação significativa da ‘inovação nos projectos dinamizados’ e da ‘ligação emocional com o território’, destacam-se com valores acima dos 98% (cf. Quadro 47 e 48): i) Ter acesso ao máximo de informação; ii) Sentir sustentabilidade (futuro) no processo de desenvolvimento; iii) Ética e boas práticas na governação local.

Quadro 47 - Variação Percentual da «Dimensão Ambientes – Abordagem Estímulos/Limitações», Segundo o Género

Questões	Sexo Masculino				Sexo Feminino				Total			
	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante		Irrelevante	Relevante	Muito Relevante		Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	
Relevo numa perspectiva de DL - Confiança entre as pessoas	1,8	18,2	28,8		0,8	24,5	25,9		2,6	42,7	54,6	
Relevo numa perspectiva de DL - Criatividade de iniciativas que ocorrem	2,1	27,4	19,3		1,6	26,6	23,0		3,7	54,1	42,2	
Relevo numa perspectiva de DL - Inovação nos projectos dinamizados	2,1	24,8	21,9		2,1	25,1	24,0		4,2	49,9	45,9	
Relevo numa perspectiva de DL - Situação face ao emprego	2,7	23,5	22,7		3,5	24,1	23,5		6,1	47,6	46,3	
Relevo numa perspectiva de DL - Ética e boas práticas na governação local	0,8	18,6	29,4		1,1	15,6	34,5		1,9	34,2	63,9	
Relevo numa perspectiva de DL - Iniciativas e acções em curso no território	1,6	30,1	16,8		2,7	30,7	18,1		4,3	60,8	34,9	
Relevo numa perspectiva de DL - Ter acesso ao máximo de informação	0,5	19,6	28,9		0,5	19,9	30,5		1,1	39,5	59,4	
Relevo numa perspectiva de DL - Motivações políticas	19,1	22,6	7,3		16,4	26,3	8,3		35,5	48,9	15,6	
Relevo numa perspectiva de DL - O território ser referenciado como deprimido e pobre	14,7	23,0	11,2		14,2	26,2	10,7		28,9	49,2	21,9	
Relevo numa perspectiva de DL - Sentir ligação emocional com o território.	4,2	24,8	19,8		3,2	25,6	22,4		7,4	50,4	42,2	
Relevo numa perspectiva de DL - Sentir que vive num “território de projecto”.	2,6	24,1	22,2		2,9	24,3	23,8		5,6	48,4	46,0	
Relevo numa perspectiva de DL - Sentir sustentabilidade (futuro) no processo de desenvolvimento.	1,1	19,3	28,5		0,8	22,4	28,0		1,8	41,7	56,5	

Relevo numa perspectiva de DL - Ser criada uma associação destes quatro municípios	7,4	25,6	15,8	5,8	28,2	17,2	13,2	53,8	33,0
Relevo numa perspectiva de DL - O facto de ser uma região transfronteiriça	9,0	25,5	14,6	7,4	24,9	18,6	16,4	50,4	33,2

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Quadro 48 - Variação Percentual da «Dimensão Ambientes – Abordagem: Estímulos/Limitações», Segundo a Escolaridade

Questões	Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Médio-Superior			Total		
	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante	Irrelevante	Relevante	Muito Relevante
Relevo numa perspectiva de DL - Confiança entre as pessoas	1,1	6,8	11,7	1,6	18,3	23,2	0,0	17,2	19,9	2,7	42,3	54,9
Relevo numa perspectiva de DL - Criatividade de iniciativas que ocorrem	0,8	12,6	6,3	2,2	25,4	15,3	0,5	16,1	20,8	3,6	54,1	42,3
Relevo numa perspectiva de DL - Inovação nos projectos dinamizados	1,1	11,5	7,1	2,2	24,9	15,8	0,8	13,1	23,5	4,1	49,5	46,4
Relevo numa perspectiva de DL - Situação face ao emprego	1,4	8,6	10,0	2,8	19,1	21,1	2,2	18,6	16,3	6,4	46,3	47,4
Relevo numa perspectiva de DL - Ética e boas práticas na governação local	0,3	8,2	11,3	1,4	14,0	27,2	0,3	11,5	25,8	1,9	33,8	64,3
Relevo numa perspectiva de DL - Iniciativas e acções em curso no território	1,1	12,7	5,5	1,4	26,2	15,5	1,9	21,8	13,8	4,4	60,8	34,8
Relevo numa perspectiva de DL - Ter acesso ao máximo de informação	0,0	10,7	8,8	0,3	14,6	28,0	0,8	13,5	23,4	1,1	38,7	60,2
Relevo numa perspectiva de DL - Motivações políticas	7,8	8,4	3,6	15,0	21,4	6,1	12,5	19,2	5,8	35,4	49,0	15,6
Relevo numa perspectiva de DL - O território ser referenciado como deprimido e pobre	5,5	9,1	5,0	11,6	20,8	10,5	11,6	18,8	6,9	28,8	48,8	22,4
Relevo numa perspectiva de DL	1,1	11,5	7,1	3,6	21,9	17,5	2,5	17,5	17,5	7,1	50,8	42,1

- Sentir ligação emocional com o território.												
Relevo numa perspectiva de DL - Sentir que vive num “território de projecto”.	1,6	11,2	6,8	2,2	20,3	20,3	1,6	17,0	18,9	5,5	48,5	46,0
Relevo numa perspectiva de DL - Sentir sustentabilidade (futuro) no processo de desenvolvimento.	0,3	9,8	9,6	1,6	16,7	24,6	0,0	14,5	23,0	1,9	41,0	57,1
Relevo numa perspectiva de DL - Ser criada uma associação destes quatro municípios	1,4	10,9	7,4	5,2	24,3	13,4	5,5	19,4	12,6	12,0	54,6	33,3
O Relevo numa perspectiva de DL - facto de ser uma região transfronteiriça	2,7	10,7	6,0	6,6	19,8	16,5	6,9	19,2	11,5	16,2	49,7	34,1

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

A existência de uma identidade territorial, a par de uma capacitação individual e colectiva, constitui uma vantagem competitiva para os territórios, traduzindo-se na responsabilização das populações, o que aumenta o sentimento de pertença e coesão, proporcionando maior envolvimento e facilitando a participação em termos de desenvolvimento local.

A análise da ‘Abordagem Pertença / Apropriação’ em termos de Qui-quadrado destaca com os valores mais elevados o ‘conhecimento de que a navegabilidade do Rio Guadiana está actualmente a potenciar um processo de desenvolvimento assente no turismo’ e que os inquiridos, ‘mesmo que indirectamente, se sentem envolvidos de alguma forma neste processo de desenvolvimento’.

Todavia, atendendo às percentagens dos cruzamentos com o género e a escolaridade, destacam-se dois outros aspectos bastante mais relevantes para este estudo: i) o peso dos inquiridos que se ‘sentem cidadãos do Baixo Guadiana’ (83,9% / 84,5%); ii) o facto da ‘maior ou menor relação dos indivíduos com o território onde residem influenciar o seu grau de envolvimento e participação’ (90,7% / 90,4%).

**Quadro 49 - Variação Percentual da «Dimensão Ambientes – Abordagem:
Pertença/Apropriação», Segundo o Género**

Questões	Sexo Masculino		Sexo Feminino		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Sente-se um cidadão do Baixo Guadiana?	42,5	7,4	41,4	8,7	83,9	16,1
A maior ou menor relação dos indivíduos com o território onde residem influencia o seu grau de envolvimento e participação?	42,7	5,8	48,0	3,4	90,7	9,3
Tem conhecimento de que a navegabilidade do Rio Guadiana está actualmente a potenciar um processo de desenvolvimento assente no turismo?	29,3	19,7	32,2	18,9	61,4	38,6
Mesmo que indirectamente, sente-se envolvido de alguma forma neste processo de desenvolvimento?	32,3	16,3	32,5	18,9	64,8	35,2

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

**Quadro 50 - Variação Percentual da «Dimensão Ambientes – Abordagem:
Pertença/Apropriação», Segundo a Escolaridade**

Questões	Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino Médio-Superior		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Sente-se um cidadão do Baixo Guadiana?	17,2	2,3	36,7	5,6	30,5	7,6	84,5	15,5
A maior ou menor relação dos indivíduos com o território onde residem influencia o seu grau de envolvimento e participação?	17,0	2,7	37,6	5,2	35,7	1,6	90,4	9,6
Tem conhecimento de que a navegabilidade do Rio Guadiana está actualmente a potenciar um processo de desenvolvimento assente no turismo?	12,7	6,9	24,5	18,7	24,5	12,7	61,7	38,3
Mesmo que indirectamente, sente-se envolvido de alguma forma neste processo de desenvolvimento?	12,4	6,9	24,9	18,2	27,6	9,9	64,9	35,1

Fonte: Inquérito “Participação Pública – Governança – Desenvolvimento Sustentável” efetuado no Baixo Guadiana. Elaboração do autor

Tabela 2- Dimensão da População a Inquirir

Relação entre a dimensão da população e o tamanho da amostra para 95%									
População	Nível de erro aceitável em desvios-padrão (e)								
	0,5	0,2	0,1	0,05	0,04	0,03	0,02	0,01	
10	6	9	10	10	10	10	10	10	
18	9	15	17	18	18	18	18	18	
20	12	17	19	20	20	20	20	20	
50	13	33	44	48	49	49	50	50	
100	14	49	80	94	96	99	99	100	
200	15	65	132	177	185	191	196	199	
275	15	71	160	233	247	258	267	273	
500	15	81	217	377	414	448	475	494	
1.000	15	88	278	606	706	810	906	975	
2.000	15	92	322	869	1091	1362	1655	1901	
4.030	15	94	351	1112	1504	2073	2839	3647	
5.000	15	94	357	1175	1622	2302	3288	4424	
10.000	15	95	370	1332	1926	2991	4898	7934	
20.000	15	96	377	1427	2143	3517	6487	13151	
50.000	15	96	381	1490	2290	3931	8054	21720	
100.000	15	96	383	1513	2344	4092	8759	27746	
200.000	15	96	383	1524	2372	4178	9160	32215	
500.000	15	96	384	1531	2389	4231	9419	35661	
1.000.000	15	96	384	1534	2394	4249	9509	36980	
2.000.000	15	96	384	1535	2397	4258	9554	37677	
5.000.000	15	96	384	1536	2399	4263	9582	38107	
10.000.000	15	96	384	1536	2399	4265	9591	38253	
20.000.000	15	96	384	1536	2400	4266	9595	38256	
50.000.000	15	96	384	1536	2400	4266	9598	38371	
∞	15	96	384	1536	2400	4266	9600	38400	

Determinação da dimensão da amostra

(Diogo de Abreu)

A média de uma amostra não é igual à média da população. Contudo, os erros, ou seja, as diferenças entre as duas médias, numa série de amostras, segue uma distribuição normal.

Sendo assim, considera-se a noção de erro-padrão da estimativa, que nos indica a probabilidade da média da população se encontrar num dado intervalo em redor da média da amostra.

Quando as populações são grandes $ERRO-PADRÃO = \sigma_m = \frac{\sigma}{\sqrt{n}}$

Quando as populações são pequenas $ERRO-PADRÃO = \sigma_m = \frac{\sigma}{\sqrt{n}} \cdot \sqrt{\frac{N-n}{N-1}}$

$$\text{em que } \sigma = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2}{n-1}} \quad N = \text{Tamanho da população e } n = \text{tamanho da amostra}$$

Para o dimensionamento da amostra teremos

para grandes populações $z^2 \cdot \sigma^2 = e^2 n$ e então, $n = \frac{z^2 \cdot \sigma^2}{e^2}$

para pequenas populações $e = z \cdot \left(\frac{\sigma}{\sqrt{n}} \cdot \sqrt{\frac{N-n}{N-1}} \right)$ e então, $n = \frac{N \cdot z^2 \cdot \sigma^2}{(N-1) \cdot e^2 + z^2 \cdot \sigma^2}$

Limite de Confiança	99.73%	99.00%	98.00%	96.00%	95.45%	95.00%	90.00%	80.00%
Z	3.00	2.58	2.33	2.05	2.00	1.96	1.645	1.28

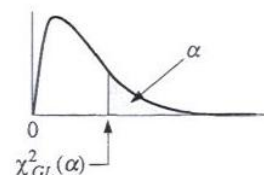
Fonte: SPIEGEL (1979)

Fonte: Prof. Dr. Diogo de Abreu, IGOT, Universidade de Lisboa, s.d. (policopiado).

Tabela 3 – Valores Críticos de Distribuição do Qui-quadrado (χ^2)

Rejeitar H_0 se $\chi^2 >$ valor crítico tabelado

Na tabela registam-se os valores $\chi^2_{GL}(\alpha)$ tais que $\alpha = \int_{\chi^2_{GL}(\alpha)}^{\infty} f(u) \cdot du$.



Graus de Liberdade (GL; DF)	Níveis de Significância (α)												
	Níveis de significância mais comuns												
GL ↓	0.995	0.990	0.975	0.950	0.900	0.750	0.500	0.250	0.100	0.050	0.025	0.010	0.005
1	0.000	0.000	0.001	0.004	0.015	0.102	0.455	1.323	2.71	3.84	5.02	6.63	7.88
2	0.010	0.020	0.050	0.103	0.211	0.575	1.386	2.77	4.61	5.99	7.38	9.21	10.60
3	0.072	0.115	0.216	0.352	0.584	1.213	2.37	4.11	6.25	7.81	9.35	11.34	12.84
4	0.207	0.297	0.484	0.711	1.064	1.923	3.36	5.39	7.78	9.49	11.14	13.28	14.86
5	0.412	0.554	0.831	1.145	1.61	2.67	4.35	6.63	9.24	11.07	12.83	15.09	16.75
6	0.676	0.872	1.24	1.64	2.20	3.45	5.35	7.84	10.64	12.59	14.45	16.81	18.55
7	0.989	1.24	1.69	2.17	2.83	4.25	6.35	9.04	12.02	14.07	16.01	18.48	20.28
8	1.34	1.65	2.18	2.73	3.49	5.07	7.34	10.22	13.36	15.51	17.53	20.09	21.96
9	1.73	2.09	2.70	3.33	4.17	5.90	8.34	11.39	14.68	16.92	19.02	21.67	23.59
10	2.16	2.56	3.25	3.94	4.87	6.74	9.34	12.55	15.99	18.31	20.48	23.21	25.19
11	2.60	3.05	3.82	4.57	5.58	7.58	10.34	13.70	17.28	19.68	21.92	24.73	26.76
12	3.07	3.57	4.40	5.23	6.30	8.44	11.34	14.85	18.55	21.03	23.34	26.22	28.30
13	3.57	4.11	5.01	5.89	7.04	9.30	12.34	15.98	19.81	22.36	24.74	27.69	29.82
14	4.07	4.66	5.63	6.57	7.79	10.17	13.34	17.12	21.06	23.68	26.12	29.14	31.32
15	4.60	5.23	6.26	7.26	8.55	11.04	14.34	18.25	22.31	25.00	27.49	30.58	32.80
16	5.14	5.81	6.91	7.96	9.31	11.91	15.34	19.37	23.54	26.30	28.85	32.00	34.27
17	5.70	6.41	7.56	8.67	10.09	12.79	16.34	20.49	24.77	27.59	30.19	33.41	35.72
18	6.26	7.01	8.23	9.39	10.86	13.68	17.34	21.60	25.99	28.87	31.53	34.81	37.16
19	6.84	7.63	8.91	10.12	11.65	14.56	18.34	22.72	27.20	30.14	32.85	36.19	38.58
20	7.43	8.26	9.59	10.85	12.44	15.45	19.34	23.83	28.41	31.41	34.17	37.57	40.00
21	8.03	8.90	10.28	11.59	13.24	16.34	20.34	24.93	29.62	32.67	35.48	38.93	41.40
22	8.64	9.54	10.98	12.34	14.04	17.24	21.34	26.04	30.81	33.92	36.78	40.29	42.80
23	9.26	10.20	11.69	13.09	14.85	18.14	22.34	27.14	32.01	35.17	38.08	41.64	44.18
24	9.89	10.86	12.40	13.85	15.66	19.04	23.34	28.24	33.20	36.42	39.36	42.98	45.56
25	0.52	11.52	13.12	14.61	16.47	19.94	24.34	29.34	34.38	37.65	40.65	44.31	46.93
26	11.16	12.20	13.84	15.38	17.29	20.84	25.34	30.43	35.56	38.89	41.92	45.64	48.29
27	11.81	12.88	14.57	16.15	18.11	21.75	26.34	31.53	36.74	40.11	43.19	46.96	49.64
28	12.46	13.56	15.31	16.93	18.94	22.65	27.34	32.62	37.92	41.34	44.46	48.28	50.99
29	13.12	14.26	16.05	17.71	19.77	23.57	28.34	33.71	39.09	42.56	45.72	49.59	52.34
30	13.79	14.95	16.79	18.49	20.60	24.48	29.34	34.80	40.26	43.77	46.98	50.89	53.67
40	20.71	22.16	24.43	26.51	29.05	33.66	39.34	45.62	51.81	55.76	59.34	63.69	66.77
50	27.99	29.71	32.36	34.76	37.69	42.94	49.33	56.33	63.17	67.50	71.42	76.15	79.49
60	35.53	37.48	40.48	43.19	46.46	52.29	59.33	66.98	74.40	79.08	83.30	88.38	91.95
70	43.28	45.44	48.76	51.74	55.33	61.70	69.33	77.58	85.53	90.53	95.02	100.4	104.2
80	51.17	53.54	57.15	60.39	64.28	71.14	79.33	88.13	96.58	101.8	106.6	112.3	116.3
90	59.20	61.75	65.65	69.13	73.29	80.62	89.33	98.65	107.5	113.1	118.1	124.1	128.3
100	67.33	70.06	74.22	77.93	82.36	90.13	99.33	109.1	118.5	124.3	129.5	135.8	140.1

Fonte: GUIMARÃES, Rui Campos; SARSFIELD CABRAL, José A. (1997). *Estatística*, Lisboa, McGraw-Hill, 621 p.

Anexo 9

ANEXO 9 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

TEMA: TERRITÓRIO

SUBTEMA: POTENCIAL ENDÓGENO

Um dos aspetos de maior relevo em qualquer investigação que se desenvolva no campo social relaciona-se com a percepção que os próprios habitantes e agentes de um dado território que é alvo de um projeto desta natureza têm em relação a ele. Quase poderá parecer redundante, mas o conhecimento local relativo ao potencial endógeno pode, em si mesmo, representar um potencial endógeno. Perceber se esse grau de percepção é profundo ou superficial, e se é crítico ou passivo, é uma etapa incontornável para o investigador; assim faz todo o sentido que a descrição das evidências resultantes da fase de trabalho de campo desta dissertação comece por esse aspeto.

Sub Tema: POTENCIAL ENDÓGENO

Categorias / Sub Categorias: - Conhecimento e valorização
- Usufruto expectável
- Constrangimentos
- Contributo para o Desenvolvimento Local

Conhecimento e valorização

Comunidade

A comunidade, em geral, manifestou-se como relativamente conhecedora dos recursos do seu território; efetivamente, 68.9 % dos inquiridos reconhecem os recursos locais e valorizam-nos como importantes para o desenvolvimento do território. Mas é também maioritária a opinião (58,9%) de que uma maior circulação da informação permitiria que as pessoas participassem mais em aspetos ligados ao aproveitamento económico dos recursos.

Técnicos/Empresários

O grupo dos técnicos e dos empresários, por sua vez, manifesta a opinião de que o conhecimento local sobre os recursos é “relativo”. Apesar de todo o trabalho de inventariação e divulgação, parece-lhes que estes estudos “não são suficientemente divulgados”. Do que resulta, como é evidente, que, do ponto de vista económico “não sejam suficientemente valorizados”. A tónica é igualmente colocada na pouca partilha da informação, apesar de reconhecerem que “as Associações desenvolvem um papel importante na divulgação, mas não partilham a informação”. Parece uma contradição, mas explicitam: “É importante que as comunidades locais conheçam e valorizem os recursos locais e que estes sejam aproveitados não só para o turismo”.

Distingue-se aqui, por isso, a dimensão da informação que é conhecida, tendo estes informantes a noção de que existe mais do que a que é divulgada e de que esse facto é, ou pode ser, decisivo. Portanto, deveria “haver mais partilha do conhecimento dos recursos, para que sejam mais valorizados e aproveitados”. Mesmo relativamente aos recursos humanos, manifestam uma opinião semelhante: o potencial é maior do que o que está a ser aproveitado. É evidente que para estes informantes “falta massa crítica”, que o “Baixo Guadiana tem massa crítica muito pobre; mas por isso mesmo é que é necessário “haver muito mais articulação e cooperação no território”.

Para este grupo, esse papel cabe decisivamente às Associações Locais, embora estas ainda “não partilham suficientemente as informações e o conhecimento que têm”. Muitas vezes entre si, mas também com as pessoas. Claro que neste domínio a situação é de responsabilidade partilhada, já que, por parte das ADL's, “há tentativa de partilha, mas as pessoas não aparecem. Há falta de hábito de participar”. De certa forma, há aqui uma modificação também na relação das pessoas com o território, resultado da desagregação da antiga estrutura económica: “Há 20 anos, os recursos eram coisas que as pessoas que viviam nos territórios, usavam. Estavam mais integradas”. Os novos usos e funções possíveis implicam muitas vezes uma abordagem diferente, e há vertentes que “estão a ser reaproveitadas e redescobertas”, por isso é normal que, em relação a elas, haja “menos conhecimento em profundidade e informação pela população habitante nos concelhos do que havia antes.” Daí que, para os técnicos e empresários, a importância do trabalho de divulgação é fundamental porque “leva as pessoas a descobrir” aspetos que podem ser importantes para a sua valorização.

As associações, na sua opinião, têm mostrado que os produtos regionais são geradores de riqueza”. Só que, muitas vezes, determinados aspetos não eram valorizados porque eram facetas comuns para todos, e só agora se começa a perceber a sua importância porque possuem características que as pessoas nunca valorizaram, apesar de serem ancestrais” e que podem contribuir para a economia do território: “Se as pessoas conhecerem os nossos recursos culturais e históricos”, a sua valorização é mais fácil e partilhada. E se estes valores “levam as pessoas ao nosso concelho e a permanecer alguns dias”, como referem, isso não poderá deixar de ser positivo. Mas mais uma vez se levanta a questão do conhecimento sobre a realidade local, e da sua divulgação e partilha, que não é ainda, na opinião de técnicos e empresários, nem generalizada nem homogénea: “Alguns têm conhecimento desses recursos, outros recursos deviam estar mais divulgados, até os residentes não conhecem”. E mesmo para muitos deles, que são naturais deste território, o reconhecimento das suas próprias lacunas foi assumido, e por um deles até com grande sinceridade: “Descubro ocasionalmente aspetos que não estão devidamente divulgados.”

Presidentes de Câmara

Os responsáveis autárquicos, por sua vez, reconhecem o papel relevante dos recursos “enquanto alavanca para o desenvolvimento mas [é também evidente que] as dinâmicas de desenvolvimento estão bastante aquém daquilo que é o potencial endógeno do território”, Na sua opinião, uma parte dessa deficiência deve-se a um motivo positivo: a diversidade dos recursos e dos distintos patrimónios locais. Para eles, não é fácil, num curto período de tempo, conseguir resultados efetivos em todos os domínios, “particularmente num território com a sua versatilidade, com o mar, o rio, a paisagem, a floresta, a caça, pesca, entre outros”. Por isso parece óbvia a conclusão, que um dos entrevistados destaca, de que “os fatores ou as dinâmicas de desenvolvimento que temos vindo a registar estão bastante aquém daquilo que são os recursos endógenos que nós efetivamente temos e os projetos de desenvolvimento económico e social que temos tido, ficaram aquém daquilo que é o potencial endógeno da região”.

Esta é uma visão comum a todos eles, e chegam mesmo a afirmar que há “ainda sectores emergentes que possam ser melhor agarrados, a caça também, e muitos recursos naturais. Há recursos que ainda não estão explorados”. Mas avaliado esse potencial de crescimento, logo afirmam que este não se poderá fazer sem as pessoas.

Efetivamente, como destacam, não se pode negligenciar a “relação específica das comunidades com os elementos do território”, “fundamental” quer na sua identidade, partilhada com o meio (“esta comunidade que aqui se fixou, fixou-se numa relação originariamente muito específica com esses elementos do território”), quer na compreensão do potencial económico existente e nas salvaguardas que têm que ser postas no terreno para garantir a durabilidade desses recursos. Estes “representam de facto um capital fundamental para o BG, cujo papel na economia local não está concluído. Para os responsáveis máximos das autarquias inquiridas, esse também é um aspeto que consegue o seu acordo: os recursos “têm tido um papel importante mas, podem ter ainda mais. Há recursos que ainda não estão explorados.”

Atores chave

Os atores chave partilham, de certo modo, as opiniões dos dois grupos precedentes: “há um relativo conhecimento de que o território tem recursos e que estes constituem uma fonte de riqueza potencial. Podendo, no entanto, não haver uma clara consciencialização do potencial desses recursos, é evidente a importância que estes assumem, particularmente o Rio Guadiana”. Por um lado, testemunham também claramente a diferença entre o conhecimento do território que a população tem, e a sua visão do potencial desses recursos como matéria-prima do desenvolvimento que, na sua opinião, uma grande maioria claramente não tem: “As pessoas que vivem lá não têm consciência daquilo que têm! Como sempre existiu...o território, as plantas aromáticas, a floresta, o rio, as pessoas não sentem [esse potencial]. Claro que nem todos os recursos são encarados com tanto desconhecimento, ou falta de uma opinião positiva. O Guadiana, segundo os atores chave, é um dos elementos que o comum dos cidadãos encara como tendo grande valor: Há uma noção! Em relação ao rio há uma noção de que é uma fonte de riqueza, de trabalho e de possibilidades. (...) As pessoas têm a noção que sim, que pode ser. (...) Creio que há esse sentimento”.

Essa noção mais objetiva de valor, na comunidade, também se estende, segundo este grupo, que aqui citamos, à criação de postos de trabalho associados diretamente ou derivados. Para as pessoas, “os recursos têm capacidade de criar emprego”. Esse maior pragmatismo dos locais, segundo os atores chave, contrasta com a busca de uma certa utopia que motiva a maior parte daqueles que vêm de fora para o Baixo Guadiana, “gente

de jovens que vêm já do meio urbano, mais ou menos empurrados pelo meio urbano donde vieram e que vêm à procura desse paraíso, dessas formas diferentes de viver”. Muitos deles tornam-se atores chave, e por isso têm “consciência do papel dos recursos locais no desenvolvimento”. Para os atores chave, a questão, no fundo, pode resumir-se a uma frase: “O Baixo Guadiana tem aqui potencialidades fantásticas”.

Usufruto expectável

Comunidade

A comunidade pronunciou-se na questão das expectativas em geral dando exemplos de recursos que, na atualidade, contribuem para o desenvolvimento do território, recursos que têm um valor económico. Respostas reveladoras de algum conhecimento sobre os potenciais existentes foram dadas por cerca de 65% dos inquiridos.

Técnicos/Empresários

Para os técnicos e empresários é evidente que tem havido, ao longo dos anos, investimento na divulgação dos recursos, mas sem uma estratégia de continuidade o que tem conduzido a alguma regressão: “Foi feito um investimento grande de divulgação dos recursos, caça, museus, igrejas... Houve afluência grande na sequência, mas com o passar do tempo a divulgação diminuiu”. Alguns apontam inclusive causas, em certa medida relacionadas com os receios que se verificaram com a capacidade de carga de certos recursos: “talvez por reflexo de crítica às coisas que estavam a ser divulgadas, hoje vê-se que o afluxo tem estado a regredir”. Assim, destacam, muitas vezes deixa de estar garantida a sustentabilidade e perde-se o esforço da promoção inicial que se fez à volta de determinados recursos. “E há regressão na afluência, também pode ser devido à atual situação, mas o nº de pessoas decaiu”. No rio também é visível essa diminuição: Havia mais barcos de turistas do que há agora”.

Para este grupo, um dos aspetos mais relevantes é a promoção ser feita nos locais adequados, “devia haver uma forte promoção em locais importantes para o turismo com perfil para este território”. Salientam também que devem ser feitos investimentos continuados já que, muitas vezes, essa diminuição do número de visitantes deve-se à pouca renovação, “as coisas são criadas e depois nunca mais se investe nelas”, vão

envelhecendo, o público já visitou certos sítios, não há nada de novo, nenhuma razão para voltar: “Os recursos em alguns aspetos já são rentabilizados, mas é preciso mais”.

Finalmente, destacam a necessidade de uma estratégia conjunta na promoção e na organização de programas a partir dos recursos locais: “Se fossem aproveitados em conjunto, seria mais fácil”. Esta articulação é tida como vantajosa dada a especificidade de cada concelho, porque criava maior diversidade e interesse na oferta, uma vez que “há várias coisas e produtos que cada concelho tem, o conjunto sairia reforçado”. Desta forma, poderiam “fazer-se programas para todo o território com os diferentes tipos de recursos que o BG tem”.

Presidentes de Câmara

A abordagem dos autarcas, devido às suas competências e capacidade de executar programas, é mais pragmática e centrada no “estamos a fazer”. Assim destacam a criação de espaços de dinamização do território, na serra, nas margens do rio, em pequenas bolsas agrícolas aproveitando a água dos açudes, “temos de criar espaços para poder dar vida à serra e aproveitar para a agricultura a água dos açudes”, numa perspetiva de dinamização (como destacam) da náutica de recreio, do turismo rural, e dão até exemplo concreto de um potencial que, na sua opinião, pode ser muito importante neste território, a captação de turistas na zona do Algarve, onde há parques de estacionamento cheios de ‘roulottes’. Essas autocaravanas teriam uma especial apetência para estar numa ribeira aqui, com uma vista natural, com uma ribeira a correr...”.

Outro dos sectores citado como já sendo alvo de investimento por parte das Autarquias, são as atividades de promoção dos recursos locais, e de apoio e sensibilização dos empresários, neste caso havendo já uma perspetiva bastante positiva: “os empresários já vão acreditando. Já têm vindo muitos investidores. Já vão existindo!”; esta ação é já particularmente visível num sector: “Há turismo rural”. Nas palavras de um dos autarcas: “Temos tido alguns casos, agora porventura mais paralisados pela força da crise, tivemos um conjunto de iniciativas privadas, estou por exemplo a referir os projetos dos núcleos de desenvolvimento turístico, no meu concelho junto ao rio Guadiana, e que pressupunham o rio funcional, o rio onde chegasse a náutica de recreio”. Segundo a opinião manifestada, os recursos, particularmente no campo do património e dos produtos “foram e estão a ser neste momento bem agarrados”. Mas, segundo estes informantes, as

Autarquias não podem fazer tudo sozinhas, o interior do País está dependente de não ser esquecido pelos Governos centrais. Nesta opinião todos os inquiridos deste grupo estão de acordo: “O melhor aproveitamento económico dos recursos depende da qualidade dos políticos que tenhamos a governar o nosso país”.

Atores chave

Para estes inquiridos, o território encerra um razoável potencial endógeno, disso não têm quaisquer dúvidas. O rio, a paisagem, o ambiente (um sector que tem gerado “uma linha de projetos de investimento em torno das energias alternativas”, bem como na valorização dos produtos locais, que podem proporcionar atividades turísticas e outros projetos de investimento conducentes com as características do território. Para os atores chave, em termos do segmento económico, o turismo rural assume já relevância: “estabeleceram-se aqui algumas iniciativas turísticas, explorando as condições ambientais, em termos de turismo rural”.

Interessante a perceção de que existem diferentes tipologias no conceito de ‘turismo rural’, e um desses atores traça mesmo um pequeno retrato da ascensão do Alentejo enquanto destino desse turismo rural que é interessante reproduzir na íntegra: “Começa a haver aqui uma proliferação estranhíssima de turismo rural. Por exemplo, o que é muito interessante, algumas partes no Alto Alentejo, que não tem nada a ver com este processo e que tem a ver com outras razões que estão ali perto de Lisboa, é moda do Alentejo, e começam a criar ali os seus montinhos privados, a fazer. Aqui é diferente! Isto aqui surgiu nesta dinâmica, nesta dispersão e este conjunto de atividades de turismo rural, principalmente que vão começar a ter cada montinho desses tem o seu território.”

Particularmente neste território do BG, o turismo rural tem sido sempre muito um turismo cultural, em que os visitantes são “já formados, já culturalmente interessados, tem vindo a aumentar lentamente. E dão sustentabilidade”. E esses, segundo os atores chave, complementam os que são atraídos pelo Guadiana, um segmento que é fundamental, pela ligação ao Algarve, e pelo crescente turismo fluvial, mesmo estrangeiro, que pode atrair: “Esse turismo fluvial tem uma importância muito grande. Os restaurantes também sabem que o rio e todo o fluxo turístico que vem pelo rio, são importantes. Há essa noção”.

Constrangimentos

Comunidade

A comunidade, em geral, refere sempre um aspeto recorrente, quando se trata de fazer um retrato de dificuldades existentes: não se sente suficientemente informada sobre os recursos existentes. Mas reconhece que, em grande medida, a responsabilidade também assenta na sua inação para a obtenção de maiores conhecimentos, talvez por hábitos já referidos noutros tópicos deste estudo, de pouca iniciativa pessoal. Parece uma leitura evidente, quando se comparam os dados obtidos: embora 56,2% afirmem estar insuficientemente informados, 82% referem jamais ou muito raramente ter participado em reuniões realizadas relativas ao tema dos recursos locais.

Técnicos/Empresários

Os técnicos e empresários, efetivamente, dão testemunho, na sua opinião, desta realidade dúplice, de haver insuficiência de divulgação por parte das entidades locais, em simultâneo com o fraco envolvimento da população: “A informação e o conhecimento servem aos que estão mais informados, aos que têm acesso a ela e aos que a eles estão mais próximos”. Neste campo particular, este grupo coloca grande assento na responsabilidade quer das ADL quer das Autarquias, pois, como afirmam, “as entidades locais não divulgam suficientemente, não fazem o trabalho que deviam fazer. Por vezes temos que sair da nossa terra para conhece-la melhor. (...) As Associações e as Câmaras Municipais não fazem o seu papel”. Segundo eles, o facto de não haver conhecimento dos recursos influencia, e muito, o desenvolvimento. Apesar de reconhecerem que há até muito trabalho feito no campo da investigação sobre os recursos, acham que esta não está a ser posta ao serviço dos territórios: “desenvolvem-se muitos estudos, muitos planos, investigação, mas que não têm chegado aos vários atores, empresários locais, à população. Há investimento mas não é aproveitado. Não há acompanhamento desse conhecimento que poderia ser uma mais-valia para o território”.

Segundo estes informantes, é também negativa a falta de monitorização dos investimentos que são feitos, a informação e o conhecimento apenas chegarem a alguns indivíduos e não estarem acessíveis a toda a comunidade de forma a serem valorizados, “não há encaminhamento, seguimento de planos que estão elaborados e capazes de gerar riqueza e desenvolvimento do território”. E também o facto de os estudos serem pouco

virados para aplicação prática, já que esse seria um aspeto importante para conseguir um maior envolvimento da comunidade e dos empresários, que reputam ser um constrangimento importante: “A maior dificuldade é envolver as pessoas”. Numa visão crítica também dentro do seu perfil de grupo, reconhecem que falta tecido empresarial resultante do aproveitamento dos recursos à exceção do turismo rural (“Temos de criar mais empresas a partir dos recursos”), mas destacam a quebra de dinâmicas por falta de meios financeiros, são os constrangimentos mais apontados. “Agora que não há dinheiro, há quebra financeira, e quebram-se as dinâmicas”. As políticas em curso não tinham atingido ainda o ponto de sustentabilidade, há que continuar esse esforço.

Presidentes de Câmara

Mais uma vez este grupo refere, com grande detalhe, toda uma série de constrangimentos, conhecimento que é uma consequência do papel que desempenham como gestores do território. Imediato destaque merecem as alterações, nos objetivos programáticos do Poder Central, no que se refere à Serra Algarvia e ao Alentejo, onde se enquadra o BG. Esta modificação é muito penalizadora, já que introduz um conjunto de instrumentos de ordenamento do território inibidores, o que condiciona o uso dos recursos económicos. Como um dos autarcas destaca: “estes instrumentos não permitem que se faça a intervenção necessária! Tudo é Rede Natura, tudo é reserva ecológica, tudo é domínio público e hídrico, tudo é leito de cheias... não faz sentido a cota de leito de cheias que há! Com a barragem do Alqueva o caudal do rio está regularizado. Mértola e Alcoutim são muito penalizadas pela enormidade da cota!”. Segundo eles, este rigor ‘pouco atualizado’, impede o desenvolvimento de determinados potenciais que o BG possui, com grande destaque para o próprio rio Guadiana: “Temos um recurso que não podemos aproveitar! Hoje quem fala em rio, fala em cinegética, na floresta, fauna, na pecuária... uma série de recursos que poderíamos aproveitar”.

Destacam ainda um conjunto de áreas, a frente de rio, as matas, o sapal onde se poderia fazer um parque urbano diferente, mais interessante, tudo com recursos endógenos, “os tais que supostamente devem ser a base do desenvolvimento endógeno e sustentável”, mas que dependem de aprovações de organismos estatais (IPTM, ICN, ICNB) que impedem essa ação. Na expressão engraçada de um autarca: “Tenho-os “à perna” que não me deixam tocar!”.

Na sua opinião, e não tivessem sido levantadas tantas barreiras, tantas dificuldades, permitindo que os investimentos fossem efetuados sem esse conjunto de barreiras que foram levantadas, inadmissíveis algumas, seria mais fácil fazer um aproveitamento desses recursos. E destacam ainda a burocracia que todos os processos envolvem, “porque é inconcebível que um processo leve 25 anos ou mais, isso é um terço da vida de um promotor! É mais de um terço da vida útil, é metade da vida útil, é inconcebível, é inaceitável!”. Para os autarcas há um défice de estratégia para divulgação e comercialização dos produtos e muita falta de políticas nacionais que incentivem nesse sentido. O que se cruza com a necessidade de uma visão diferente das políticas que permitam potenciar os recursos como o Guadiana, que permitissem uma visão não apenas municipalista ou regionalista mas a nível nacional.

Para os autarcas, a falta de políticas nacionais neste campo é um dos grandes constrangimentos existentes, porque entendem que os autarcas, ao contrário, têm tido sempre grande vontade de fazer progredir os seus territórios: “nós todos, os autarcas, todas as pessoas ligadas a estas responsabilidades têm essa vontade, acho que tem faltado um pouco de políticas nacionais, tem de haver uma visão diferente dos governantes”. Para os autarcas existem ainda alguns outros constrangimentos. Por exemplo, os atores locais, que, segundo eles, são fundamentais mas aos quais faltam competências para intervir no território, de uma forma qualificadora: “é importante que estejam reunidas as condições legislativas, para poder conseguir dar respostas às questões da burocracia”. Existe também, na sua opinião, falta de informação – “que é acima de tudo um problema cultural” -, não há cultura de participação (que reputam um grande constrangimento para o aproveitamento do potencial endógeno do território).

Atores chave

Para este grupo de entrevistados, figuram, entre outros, como constrangimentos, as políticas da administração central, por vezes demasiado restritivas na rentabilização dos recursos. “Particularmente na área do ambiente e do território, que têm sido muito madrastas para as perspetivas, que de um momento para outro se têm aberto, de investimentos importantes, criadores de postos de trabalho e que poderiam modificar um bocadinho a situação de despovoamento que estas regiões têm sido atingidas”. É criticada a dispersão de responsabilidades sobre o território, particularmente sobre o rio, o que condiciona o seu aproveitamento.

Segundo este grupo, a municipalização do país não contribui para uma visão de conjunto do BG, já que a maior parte das entidades e quem tem responsabilidades na sua gestão, não compreendem o que é um território, dando prioridade a lógicas meramente funcionalistas de transferências de verbas. Segundo eles “faz falta uma promoção ao nível do negócio, os empresários precisam que lhes facilitem a vida!”; e constataam que todos os processos relacionados com o aproveitamento do território têm muitos entraves, e que deveriam existir procedimentos mais simples, “não permitindo ilegalidades, mas não pedindo coisas absurdas. Porque os pareceres mesmo para um pequeno negócio são muitos, tudo agilizado e facilitado, as coisas funcionavam muito melhor”.

Para estes informantes, as políticas centrais parecem mais empenhadas mais em gerar dificuldades aos investidores, devido às quais “alguns não começam, outros começam e desistem pelo caminho”. Colocam a questão quase num quadro mental repressor da iniciativa: “Não devemos ter vergonha de fazermos coisas para ganharmos dinheiro. É lícito e para isso servem as empresas”. E a conclusão a que chegam, depois de tantos anos de dificuldades, não traça um cenário prospetivo animador: “as pessoas mais empreendedoras saíram!”. A falta de estratégias e de promoção para algumas fileiras é igualmente referida como, por exemplo, “toda a questão do rio...Praticamente: - Exploração zero! As florestas que estão agora a surgir, ninguém têm uma estratégia para aquilo”, bem como a falta de “espírito de aventura” dos que ficaram, tendo os mais empreendedores saído: “os que ficaram foram os que lhes falta espírito de aventura! Temos de ir buscar pessoas fora para dinamizar o território!”. E para os atores, esse cansaço de lutar contra as dificuldades não se cinge aos empresários: “Existem tantos entraves ao desenvolvimento do rio, que os políticos cansam-se. E quando se confrontam com a realidade que não mandam no rio, que tem muitas entidades que lá manda”. E apresentam mesmo uma solução, um caminho: “Falta *lobby*, falta pôr os presidentes todos a falar todos a mesma linguagem”.

Contributo para o Desenvolvimento do Território

Comunidade

Mais de dois terços dos inquiridos reconhecem o interesse dos recursos como potencial endógeno, que pode dar um grande contributo para o Desenvolvimento Local, embora, das suas respostas, tenha também resultado evidente a sua pouca mobilização nesse sentido. A opinião da comunidade é que, em geral, haveria necessidade de mais informação relativa aos recursos e aos processos que envolvem a sua dinamização, assim como consideram que uma confiança generalizada nas organizações e instituições são desejáveis, patamar que se deduz não ter sido, portanto, ainda atingido.

Técnicos/Empresários

Segundo os técnicos e empresários que operam neste território, os recursos já dão um bom contributo para o seu desenvolvimento, mas é necessário rentabilizá-los mais. É necessária mais informação e conhecimento junto das pessoas e articular com os seus saberes antigos, inovar e transformar em recursos os potenciais que não estão ainda a ser valorizados. Um dos passos que identificam como importantes para alterar essa situação passa por identificar os recursos: “Evoluir-se no sentido de não se fazer aquilo que tradicionalmente se fazia para outras atividades, para que fomos ensinados, que sempre soubemos fazer! Devemos inovar mantendo a tradição. Reconhecer que o mar tem outras coisas, que a caça tem outras coisas, muitas coisas associadas e que pode haver DS no BG. Em concreto, identificam que o BG tem potencial mas ninguém aponta caminhos para alicerçar esses recursos. E estamos afastados dos restantes recursos. Focalizou-se só no turismo. O turismo veio esconder nesta região os outros recursos”. Mas apontam uma solução – aumentar a difusão de informação relativa a todos estes aspetos, e de uma forma abrangente.

Por outro lado, criticam também as muitas falhas neste campo, que entendem ser fulcral para o DL: “Informação e conhecimento, devemos associá-los a uma realidade destes últimos anos todos, a informação sobre os recursos locais está afastada das pessoas. Quem habita os territórios não tem mais informação sobre os recursos”; tal como este grupo defende, mais informação e conhecimento contribuem sempre para o desenvolvimento; no Baixo Guadiana é um aspeto que pode ser decisivo devido às fragilidades existentes: “Deverá haver maior acompanhamento nas questões dos recursos, acompanhar melhor a forma de gestão”, aspeto que, alertam, tem tido resultados insuficientes porque “a informação só chega a alguns”.

Para os técnicos/empresários há potencial mas falta alicerçar e encontrar boas estratégias para esse potencial. É criticado o facto de os recursos serem encarados como moda ou como chavão que depois se esquece não sendo garantida a sua sustentabilidade: “No BG o desenvolvimento dos recursos tem funcionado por chavões. Mas os chavões passam de moda, não são eternos, está na moda mas depois passam muito rapidamente. Os recursos estão identificados, estão promovidos mas depois não foram sustentados”. É por existirem todas estas deficiências, destacam técnicos e empresários, que muitas pessoas não se interessam, não participam. Especialmente a falta de sustentabilidade, em termos económicos e de trabalho / emprego, uma vez que, entendem eles, isso as leva a pensar do seguinte modo: “se os recursos sempre estiveram presentes no território (e nunca despoletaram desenvolvimento) não será agora que o irão incrementar, é um constrangimento porque leva as pessoas a não acreditarem” no potencial desses recursos.

Presidentes de Câmara

Nestes aspetos mais gerais de enquadramento, a opinião dos autarcas não diferiu da que tinham manifestado na análise mais pormenorizada anterior. Continuaram a destacar o rio como possuidor de um potencial de desenvolvimento único, mas que, infelizmente, gera pouca riqueza. Conscientes, claro, de que essa situação se deve alterar, já que “é um capital que merece outra atenção distinta da que tem tido até aqui! Tendo tal peso e capacidades o Guadiana pode, afirmam, “potenciar a região, mas tem que ser bem trabalhado”, bem como outros recursos, tantas vezes escondidos, pouco divulgados, a tal ponto que um dos autarcas chega a afirmar: “Nós, parece que temos vergonha dos produtos! São às vezes coisas tão boas!”.

No entanto, e tal como haviam feito anteriormente, não deixam de apontar o dedo ao poder central. Surge mais uma vez a questão da qualidade dos governantes: “Depende da qualidade dos políticos que tenhamos a governar o nosso país”; destacam sempre este aspeto porque consideram que é da visão dos ministros e outros governantes que depende muito do que se possa fazer para um melhor aproveitamento económico dos recursos, porque “tem de haver uma visão não apenas municipalista ou regionalista mas a nível nacional porque só há incentivos se há políticas [públicas]” que dinamizem e dêem recursos a certos projetos, e a longo prazo. Há que olhar estes territórios com outro olhar: “Os decisores políticos nunca olharam para o território com a visão de que o território tem muito potencial para criar riqueza!”.

Atores chave

Estes intervenientes no processo do DL argumentam num sentido de alteração das linhas de ação, sugerindo que o modelo de desenvolvimento para o Baixo Guadiana tem que ser diferente daquele que se tem seguido até agora. Até como forma de superação dos constrangimentos existentes (já referidos). Como, na sua opinião “os territórios já estão suficientemente trabalhadores em ADL, e também pelas ONG”, o que agora se requer são parcerias mais fortes e duradouras, com objetivos fortes em termos de desenvolvimento.

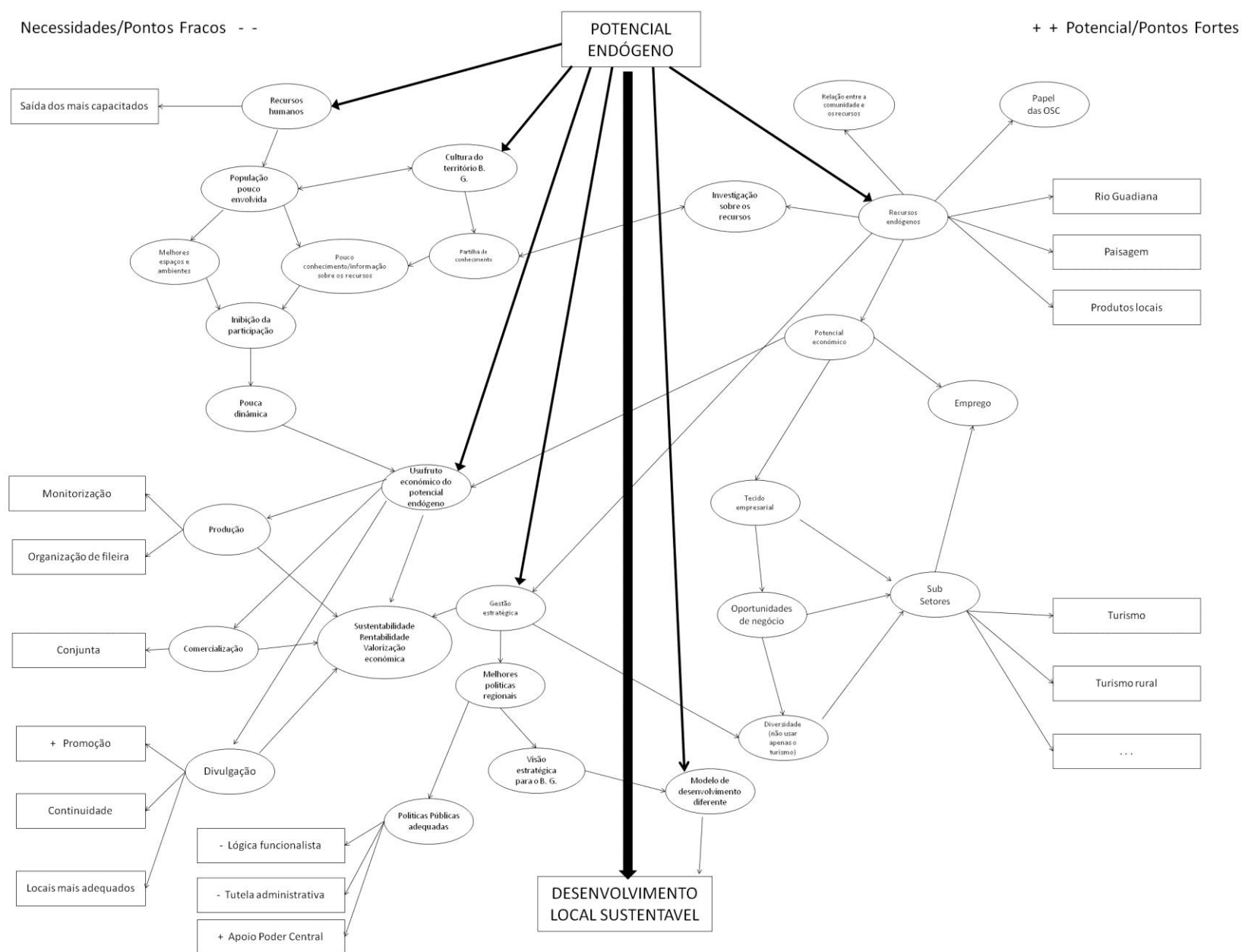
As parcerias são igualmente tidas como essenciais para um modelo de desenvolvimento diferente. Falta fluir a informação e as parcerias, bem como criar-se uma verdadeira cultura de participação do território: “Como há pouco trabalho em conjunto, pouca partilha e isto muitas vezes resulta da falta de confiança, a informação não flui de um lado para o outro. E se juntarmos a isto a tal falta de cultura do território, alguma ignorância ou arrogância perante modelos mais adequados a áreas frágeis de baixas densidades e procurando sempre as grandes intervenções de grande escala, pesadas..., então as dificuldades continuarão a ser muitas. Daí a sugestão dessa alteração.

Para os atores chave, os recursos endógenos são referidos como determinantes neste território e só a concretização do seu potencial pode criar emprego e fixar pessoas. “São vitais para o desenvolvimento deste território. Os recursos têm capacidade de criar emprego!” A título de exemplo, destacam uma das maiores riquezas potenciais da região, o subsolo, que seguramente contém recursos ainda por explorar (numa zona de história ligada à mineração), “mais uma que não está devidamente investigada”. Por último, referiram as pessoas, a necessidade de se motivarem as pessoas estejam elas onde estiverem: “Devemos explicar às pessoas como podem criar riqueza explorando os recursos locais”.

No entanto, sugerem uma alteração de linguagem, no modo de falar de certos assuntos, como a exploração desses recursos: “Há muita dificuldade em falar de lucro, criar riqueza. Falamos de forma muito abstrata, mas quando alguém quer fazer alguma coisa é uma complicação!” É preciso maior motivação para os negócios, particularmente àqueles que se organizam a partir dos recursos. Segundo eles, o salto da sustentabilidade só pode conseguir-se quando for gerada, por aqueles que intervêm no território, “força suficiente

para criar uma lógica de negócio (sem problema nenhum)”. Destacam que, nessa área de atividade, o turismo não é o único recurso (“Estamos numa região turística e estamos habituados a que tudo se resolva pelo turismo”), e que se for assim encarada de futuro isso será limitativo do potencial e da expressão que o BG pode atingir.

Figura 7.1. - Esquema do Subtema: Potencial Endógeno



SUBTEMA: TURISMO

O turismo assume para o território do Baixo Guadiana, na ótica desta investigação, um duplo papel: por um lado como atividade que pode efetivamente motorizar um processo de desenvolvimento territorial, usufruído pelas comunidades locais, que aproveite de forma integradora as potencialidades que o território oferece e que rentabilize os investimentos que de facto têm sido feitos, principalmente pelas Câmaras Municipais. Esta intervenção, com grande incidência no património histórico, ambiental e cultural, além de gerar assim riqueza, pode servir de eixo estruturante de um processo e num território que faz muito mais sentido se for considerado estrategicamente no seu conjunto, isto é, ser promovido, organizado e “vendido” enquanto unidade territorial, que lhe é conferida sobretudo pelos limites da navegabilidade do rio e que, de resto, a História confirma inexoravelmente.

Sub Tema: TURISMO

Categorias / Sub Categorias: - Recursos e estratégias

- Potencial do território para o turismo
- Impactos
- Fatores facilitadores
- Fragilidades
- Papel das autarquias e outros agentes
- Contributo para o Desenvolvimento

Recursos e Estratégias

Comunidade

Tendo a questão da participação e do envolvimento da comunidade do BG já sido referida algumas vezes, é interessante verificar até que ponto essa ligação é sentida pelos próprios. Um pouco mais de 90% dos inquiridos reconhece-se, de facto, como cidadão deste território, e uma percentagem também significativa (61,4%) entende claramente que uma maior relação com o território influencia o grau de envolvimento e participação nos projetos que se relacionam com o seu desenvolvimento. Dos respondentes, 110

indivíduos dizem mesmo que “pertencem aqui, se identificam, se sentem envolvidos”. Metade dos inquiridos sentem-se ligados a todo o território – todo sendo aqui um conceito importante, superando as barreiras administrativas municipais -, e 34,3% sentem esses laços com uma parcela do mesmo. Apenas 14.9 % não sentem essa ligação.

Técnicos/Empresários

Mais uma vez este grupo manifesta a sua opinião de que o Guadiana é o grande recurso, “o elemento estruturante, característico do território, o ponto identificador do Baixo Guadiana” e que a estratégia para o turismo deve passar muito pelo próprio rio “que é o grande potencial que temos!”. A navegabilidade pode servir de alavanca ao desenvolvimento, ela pode ser “a base de desenvolvimento desta região”. Não é desejável um turismo de massas, segundo este grupo, porque “se abrissemos esta região ao turismo de massas, deixava de ter as características que tem. Funciona em baixa escala! Se tivermos gente a mais pode acontecer o que aconteceu com o turismo da costa, da praia”.

O turismo deve servir de estratégia para potenciar todos os outros recursos que o território tem e não para os inibir. Há também o aspeto económico, que não deixam de referir: “O turismo pode ser a alavanca para a produção”. Bem como todos os aspetos ligados à qualidade e à excelência, que podem fazer a diferença: “Faz sentido ter turismo rural de qualidade no território. Turismo rural de qualidade já há muitos. [Queremos] que quem venha, parta do turismo rural para conhecer o território, que é complementar”. Revela-se aqui uma preocupação e uma visão (holística) que em muito pode beneficiar o desenvolvimento sustentável do território do BG.

Presidentes de Câmara

A opinião manifestada pelos autarcas é também no sentido de considerar o Guadiana como um recurso imprescindível, pela sua área navegável, por ser internacional, por ter um porto comercial em Alcoutim, e um outro cais (hoje um pouco abandonado) em Mértola. Como um desses autarcas destaca, sem haver grande ação de promoção já “há aqui dezenas de iates. É apetecível fazer um passeio de iate até aqui, vindos das marinas”. Portanto, destacam o que se poderia conseguir fazendo uma promoção adequada, na qual “o Sotavento e a Serra podem ser vendidos em conjunto” (venda do território enquanto estratégia). Além do que se poderia conseguir com o desassoreamento do Guadiana, uma vez que isso permitiria contactos com operadores comerciais e estes teriam a capacidade

de utilizar para fins turísticos todo o troço navegável do Guadiana, no fundo, como eles gostariam, “criar condições para que os turistas pudessem chegar também por essa via, era interessante, contactos nós temos com vários operadores, várias agências, pessoas ligadas ao turismo, é que seria excecional os turistas conseguirem chegar a Mértola”.

O rio é um dos recursos naturais que, na opinião dos Presidentes, mais merece ser valorizado e promovido. Outros produtos silvestres, como os cogumelos, os figos, o mel, o sal, são também considerados “muito importantes”. Outros, não sendo produtos, são atividades de lazer e culturais, que podem ter um impacto positivo em termos turísticos: “Têm de surgir dentro do turismo outras atividades em complemento, como estamos a fazer com o *Birdwatching* e outros temas, outras potencialidades”. Para lá dos potenciais de fauna e flora que existem na área do Parque Natural do Vale do Guadiana, que foram igualmente destacados pelos Autarcas, onde se inclui “toda a biodiversidade que se conseguiu defender para esta região. Temos valores naturais muito importantes”.

Atores chave

O ambiente em geral, na riqueza da sua diversidade, é destacado pelos representantes deste grupo de inquiridos como sendo um recurso de referência, a par do património e do rio: “O principal recurso local é o Guadiana. Independentemente da maneira como é tido em conta, e explorado, um recurso excecional, de uma importância que a história documenta e o bom senso demonstra a qualquer pessoa, além dos especialistas”. Para lá desta via fluvial, os atores chave entendem também destacar que, além de “um rio fantástico, temos a caça e outras coisas que poderão ser exploradas”. E colocam o acento tónico na possibilidade de interação com outros, sejam visitantes, ou especialistas, ou empresários: “Temos de procurar pessoas que queiram vir para cá! Mostrar-lhes que cá têm melhor qualidade de vida. Pessoas que já tenham experiência na atividade a desenvolver, porque já está posicionado no negócio e pode trazer outras pessoas”. Há atividades que destacam, pelo seu valor, não só económico, mas precisamente neste campo de colaboração com pessoas que sejam especialistas, como sejam o caso da “cinegética, o subsolo e a própria localização geográfica são também assinalados como recursos importantes a par de uma agricultura de qualidade”; por exemplo, “o subsolo não está suficientemente, já não digo explorado, digo: investigado”.

Estes informantes sugerem assim o desenvolvimento de um trabalho de parceria, mesmo com entidades externas, que permitam elevar o conhecimento relativo aos recursos, bem

como estudar os seus potenciais e os processos de os colocar em valor: “Identificar os produtos válidos e levar às universidades, aos grandes centros nacionais e internacionais, promovendo o território no sentido sempre de trazer pessoas.” É um discurso que revela já um pensamento estratégico em termos do BG: “Temos de ter produtos que nos diferenciem, que motive as pessoas a procurá-los. O território tem de ser divulgado!” - mas enquadrado por ideias que vão ainda mais longe na sua reflexão, uma visão na qual é apontada a necessidade de promover o território, a sua especificidade e qualidade de vida que pode proporcionar.

Um dos atores entrevistado revela essa visão, numa reflexão já com elevado nível de estruturação: “As questões ligadas a um território lento, um território onde os ritmos são completamente distintos das áreas de grandes intensidades das grandes cidades, das áreas muito dinâmicas do litoral do Algarve, ou da Andaluzia. Veja-se por exemplo, questões ligadas ao “*slow food*”, às “*slow cities*”, os territórios lentos, estou a dar um exemplo, como outra coisa qualquer, que é visto normalmente sempre como uma debilidade, como um constrangimento, pode também ter possibilidade de alguns dos seus segmentos serem desenvolvidos na área positiva”.

Segundo estes informantes, até os ritmos deste território podem constituir um recurso. Como um território distinto, que tem os seus ritmos, que tem preciosismos culturais...”. A construção deste processo assentaria, também, numa outra forma de tratar os recursos produzidos na região, defendendo os atores chave a introdução de uma nova agricultura, “que se baseie na qualidade e não na quantidade”, promovendo os pequenos espaços, as bolsas agrícolas melhores, porque, apesar de tudo, existe “um território agrícola que tem de desenvolver, que tem de alimentar os próprios turistas que vão chegando”, uma “massa imensa de terras de alta qualidade, que foram abandonadas pelos seus camponeses”, mas que, segundo eles, podem ser retomadas, numa lógica de produção distinta, mas de grande valor económico.

Um outro aspeto que, segundo este grupo de entrevistados, pode representar uma grande diferença qualitativa em relação a outros, é o “turismo científico”, que atraia um público diferente, pessoas que vêm para o interior por razões associadas à investigação, ao estudo, de um faceta deste território, “quadros que depois se formam, se casam, se adaptam, ficam, gostam! Esses são os melhores quadros que começam a inverter todo o movimento

de fuga e começam a contar para povoar e são quadros altamente qualificados. Em minha opinião, esses podem ser o futuro destas zonas, não só aqui”. Para os atores chave, essa relação entre os saberes locais e os daqueles que vêm de outros locais, podem gerar sinergias, porque “há aqui um choque curioso que pode ser vantajoso à região”.

Potencial do Território para o Turismo

Comunidade

Nos inquéritos realizados, os representantes da comunidade salientaram a importância do turismo e relevam o Rio Guadiana e o Património Natural como recursos turísticos mais significativos que aqui se podem identificar.

Técnicos/Empresários

O território tem potencial para o turismo, afirmam técnicos e empresários, mas é preciso melhorar o conhecimento que se tem dos recursos e do seu possível aproveitamento económico. É uma questão recorrente, e percebe-se que não se trata de não haver conhecimento, mas sim do modo como circula e é usado. Mais uma vez se escuta essa opinião, agora neste grupo: “Há pouca informação e a que há é pouco esclarecedora, não é sintética”. Porque, no seu modo de ver “com conhecimento tudo se desenvolve!” E referem, de novo, que é fundamental envolver as pessoas, consideradas como sendo o recurso mais importante. E porque “motivar as pessoas a partilhar o que sabem fazer é muito importante para o conhecimento [dos recursos], enquanto pessoas do território e enquanto região. Valorizar as pessoas leva-nos ao crescimento. Doutra forma, dificilmente poderemos crescer”.

Este aspeto, aliás, já tinha anteriormente sido apontado como um constrangimento, por não ocorrer, ou apenas de forma muito limitada, no BG. Este grupo de inquiridos igualmente acha que os recursos não estão a ser bem aproveitados para o turismo, nem bem divulgados (“Se entrássemos numa grande campanha de publicidade”). Claro que muitos deles estão alertados para os perigos que se podem correr: “Se abrissemos esta região ao turismo de massas, deixava de ter as características que tem”. Sabem bem que este território “funciona em baixa escala! Se tivermos gente a mais pode acontecer o que aconteceu com a praia” [referindo-se ao Algarve]. É salientado que os turistas valorizam

a diferença e que este território pode tirar partido disso podendo funcionar em baixa densidade: “As pessoas, hoje, querem a diferença”. É reconhecido, nas suas respostas, que muito tem sido feito, mas salientam, de igual modo, que é preciso articular tudo, aproveitar o Guadiana como meio estruturante de todo este processo. Para isso todo o Baixo Guadiana deve estar envolvido e as comunidades devem participar de forma ativa nessa estratégia. Cada concelho só por si dificilmente conseguirá: “É preciso ampliar a atuação no turismo apesar do que já se faz. E têm que ser os quatro concelhos em conjunto. Cada um por si é mais difícil. E aproveitar o eixo do Guadiana.”

Presidentes de Câmara

Os autarcas expressaram, nas suas respostas, uma visão genérica sobre este especto, com uma visão uniforme relativamente aos potenciais para o turismo. Para eles o Guadiana é o grande recurso endógeno deste território, de uma riqueza fantástica. Que permite o desenvolvimento de uma estratégia de contraponto ao sol e à praia. Para que tal se possa concretizar em pleno, referem a importância do desassoreamento do rio, a criação de condições logísticas de qualidade no acolhimento aos turistas, para que pudessem chegar também por essa via. Esta seria uma inovação de carácter interessante para tornar a região mais atrativa. Que assim ainda poderia tirar maior efeito das suas qualidades naturais e do nível elevado da sua preservação. Para os autarcas, as questões ligadas ao turismo/natureza têm uma grande mais-valia e potencial, dada a existência de espaços naturais de grande beleza, de atratividade muito elevada.

Atores chave

Os atores chave destacam o mesmo segmento. É unânime a aceitação de que o território tem potencial para o turismo e que o Guadiana assume um papel fundamental nessa estratégia: “Esse turismo fluvial tem uma importância muito grande”. Isto é afirmado porque o rio pode atrair e “conduzir turistas para o território”. O turismo cultural é tido também como interessante para o BG, porque, segundo eles, o número dos turistas “já formados, já culturalmente interessados, tem vindo a aumentar lentamente”. O aumento significativo do seu número, combinados em diferentes segmentos de interesses, pode dar “sustentabilidade”, um dos objetivos apontados como relevante.

Impactos

Comunidade

Em termos de desenvolvimento do BG, 64.8% dos inquiridos sente-se envolvido neste processo de desenvolvimento turístico no território do Baixo Guadiana.

Técnicos/Empresários

Para este grupo técnico e empresarial, o turismo tem impactos positivos se for bem pensado e se houver uma estratégia criada para todo o território e que seja participada pelas entidades e pessoas do território. Desta forma poderia “ter impacto no emprego - que aumentaria -, na coesão territorial e aproximarias as comunidades. Os produtos locais vendiam-se mais”. No entanto, é a sua ressalva neste domínio, deve ser acautelada a sustentabilidade dos recursos, ao mesmo tempo que se deve tirar partido da posição geográfica do BG. A economia, bem como a coesão social e territorial aumentariam, mas sem haver um foco exclusivo no turismo, destacam; é verdade que muitas vezes, “parece que o desenvolvimento do BG é só o turismo”. Mas, afirmam-no claramente, não é: “O turismo veio esconder nesta região os outros recursos”. E, segundo a sua opinião, é preciso contar com todos eles para o desenvolvimento do BG.

Presidentes de Câmara

Neste campo, os Presidentes das Câmaras cingiram-se a um aspeto que já havia sido referido e que poderá ter mais impacto: “o desassoreamento do rio”. Como referência, a ideia de que o turismo, muito ligado ao Guadiana e à sua potencial navegabilidade (se desassoreado) pode induzir um processo de desenvolvimento, com particular relevo nos concelhos do interior. São eles próprios que destacam: “O rio pode-nos levar o desenvolvimento, pode ser uma fonte geradora de riqueza e de bem-estar das zonas mais interiores do território, contribuindo para evitar este fenómeno do despovoamento que o território tem tido na parte interior”. Esta questão da fixação das pessoas surge aqui em destaque, com um impacto considerado fulcral, um impacto positivo que depende da criação de emprego, da viabilização económica dos recursos: “Neste momento o turismo já tem um papel importante em todo o território do BG. Os concelhos mais a sul têm uma lógica de turismo diferente. Pode haver realmente um trabalho maior”, potenciando as suas capacidades. Porque, para os autarcas, parecem não existir dúvidas: “O futuro passa por aí, pelo turismo”.

Atores chave

Os atores chave destacam a importância do turismo, particularmente do segmento fluvial, quer do ponto de vista económico quer de animação do território. “Esse turismo fluvial tem uma importância muito grande”. Até porque as atividades económicas associadas ao turismo beneficiariam disso, todos esses empresários “sabem que o rio e todo o fluxo turístico que vem pelo rio, são importantes” e que podem ser relevantes os impactos na economia local. Este grupo de entrevistados tem do turismo uma noção perfeita, em termos de impactos possíveis, e do modelo a seguir no futuro: “Inevitavelmente ligado ao turismo. Porque ele vem aí. Está a crescer”. No geral, a sua ideia sobre este facto é positiva, não que defendam uma ideia de massificação, nem que o encarem como uma panaceia mas sim de efeito alavancador e transversal. Mas acham (o que é de esperar dado tratar-se de um grupo que congrega pessoas cuja profissão é a atividade concreta e ativista no quadro do BG) que não deve haver uma atitude passiva face a este facto.

Para estes informantes, a sua opinião é quase um manifesto pelo desenvolvimento local: “Agora não fiquemos à espera, é colocar toda a nossa disponibilidade financeira, mental, criatividade, num projeto de dinamização da navegabilidade do Guadiana e das suas margens”. Mas alertam para a necessidade manter uma visão alargada da intervenção e dos projetos a promover. Não se pode ficar fechado sobre este projeto da navegabilidade “como se fosse a coisa prioritária a fazer para estes territórios, não! É mais uma área de intervenção, é mais outro nicho importante”. Até porque eles defendem uma visão holística para este espaço geográfico, em que a própria atividade de promoção do turismo deve ser encarada de forma sistémica e como enquadradora de um processo mais vasto.

Como um dos entrevistados destaca: “Não acredito no turismo para estes territórios como um sector único, quase como se fosse uma indústria transformadora, que funciona “per si” para se conseguir implementar, sustentar e aguentar-se neste território. Quanto mais criar efeitos dinamizadores de outras atividades a montante a jusante mais fácil será o seu equilíbrio, o turismo encarado como se fosse um chapéu-de-chuva que cobre outras atividades, aí sim! Não sectorialmente mas como algo transversal, aí faz todo o sentido”. Até porque, para estes agentes locais, também é evidente que “Mértola, Alcoutim, etc., não se limitam apenas à área de influência direta ou indireta do Guadiana. Há espaços territoriais aqui que se interligam e que é preciso fazer estes, coser, cerzir estas ligações”. É salientada a importância de entender o turismo como atividade que ligue o território vertical e horizontalmente, ligando as áreas do litoral com as do interior, para que haja

coesão entre todas as parcelas do território e todas as pessoas, para que se construa um sentido comunitário.

Fatores facilitadores

Comunidade

Uma vez que o rio Guadiana foi considerado fator principal, em termos de impactos para o desenvolvimento local, é normal que alguns outros aspetos inquiridos reportem diretamente a este recurso. Assim como parece também normal que, no seu conjunto de respostas, a comunidade tenha apontado muito favoravelmente - 61,4 % - no reconhecimento da importância da navegabilidade do Guadiana para o turismo.

Técnicos/Empresários

Para os técnicos e empresários, com grande pragmatismo, fatores facilitadores são: a evidente proximidade das costas algarvia e andaluzas, o ambiente, o clima: “É importante ter em conta as praias do Algarve e da Andaluzia e o património, os parques naturais”. Destacam o valor que têm, do ponto de vista desta atividade, a tranquilidade, as relações de vizinhança, a autenticidade do território e de muitos produtos, porque “as pessoas, hoje, querem a diferença”. A baixa escala do turismo neste território é um fator distintivo, que pode ser qualitativo. Mas para lá de fatores práticos – como a possibilidade da navegabilidade – destacam campos mais do domínio imaterial que não lhes passam despercebidos na sua importância como recurso: “Temos uma história e uma cultura muito antigas que devem ser aproveitadas. E há bom relacionamento entre as comunidades apesar de ser precisa mais articulação”.

Presidentes de Câmara

Para os Presidentes de Câmara, os fatores facilitadores são muitos, se bem que a sua referência a eles seja pouco mais que telegráfica. “Temos condições ímpares para complementar a oferta turística que se pratica no litoral”. Referem as condições paisagísticas, a facilidade de subir o rio (até ao Pomarão), o silêncio, ar puro, aspetos que na sua opinião são motivadores da procura, em especial daqueles que, no seu dia a dia, não dispõem dessas condições: “O turista estrangeiro procura ar puro, beleza natural,

silêncio, paz, o sol, e nós temos isso”. Por isso são da opinião que essa promoção deve ser uma das áreas de trabalho das ADL.

Nesse enquadramento, referem ainda os produtos locais, pela sua diferença e qualidade, e porque existe “um potencial em termos de produção associada ao mundo rural de coisas que poderiam ou podem ser fundamentais neste território”. Existe ainda o potencial cultural e patrimonial, “como Mértola, com as questões do património, com a questão da arqueologia, com os valores do passado, é muito interessante para o turista, um território destes”. Como é normal de esperar, os autarcas privilegiam um enquadramento mais institucional, e para eles é um fator facilitador a existência de uma Associação (ATBG) que engloba os quatro concelhos: “A associação [Associação Terras do Baixo Guadiana] pode agarrar nisso e promover” o território. Mas o seu fator facilitador último, ou primeiro, é o mais relevante: “Aqui há pessoas”.

Atores chave

O rio, o mercado espanhol, o já existir alguma prática de turismo, principalmente fluvial e patrimonial, o território estar abrangido pelo programa LEADER, a existência de algumas infraestruturas de apoio aos turistas, são razões apontadas como facilitadoras. Para os atores chave, estas são algumas das áreas com maior peso em termos de impactos sobre o conjunto dos recursos do BG. Vejamos as suas afirmações concretas. “No que respeita ao turismo fluvial, há bastante turismo que vem pelo rio. Nós recebemos aqui um navio-hotel que vem de Cádiz, durante todo o período do verão e que trás turistas. Há muitos pequenos cruzeiros que vêm de VRSA, de Ayamonte, hoje creio, que o Hotel Guadiana de Alcoutim vive muito deste turismo fluvial”. Essa prática regular gera uma grande dinâmica, que aproveita igualmente oportunidades transversais ao território, por exemplo “toda a margem direita do Guadiana, a começar por Mértola e a margem esquerda, isto tem potencialidades, são 1 milhão e tal de espanhóis que vivem aqui, nestas zonas”; a facilidade, atual, de passagem a quem vem de Espanha, pela ponte de Vila Real, um fator elucidativo do impacto positivo de certos projetos nem sempre bem integrados com as comunidades locais (“uma grande parte dos comerciantes não queria a ponte do Guadiana, nunca eles fizeram tantos negócios como depois da ponte”) mas o facto é que esta se tornou um fator facilitador de grande dimensão em toda esta zona do país.

Esse fluxo permite uma muito maior sustentabilidade do que anteriormente – um dos atores destaca que as estruturas de apoio ao turismo passaram a funcionar 7 dias por semana: “a casa de artesanato que está aberta ao fim-de-semana, restaurantes também há ao fim-de-semana”. A dinâmica económica aparente (“Sim, vê-se!”) vai-se assim consolidando, e todos os contributos são relevantes. Outro entrevistado destaca o aspeto de iniciativa privada também tirando partido destes aspetos facilitadores (ou fazendo da sua atividade um sucesso por introduzir fatores facilitadores): “outros trazem franceses, belgas e espanhóis, os que vêm de Cádis”.

Mas, para além desta prática atual de receber turistas estrangeiros, os atores locais destacam a tradição histórica do território enquanto porta aberta para o mundo, de alguma forma deixando o hábito do contacto com outros povos e outras culturas, aspetos que, segundo eles, também devem ser considerados como de efeito facilitador: “Historicamente era uma capital política, foi-o de uma certa importância, de um contacto e daí as suas especificidades. Estamos num sítio aberto ao mundo, isto sempre esteve aberto ao mundo através do comércio” [refere-se a Mértola, mas o facto afeta todo o vale do Baixo Guadiana]. Esse relevo do BG estende-se também aos vestígios físicos e culturais que o seu estatuto económico e político lhe deixou como herança: “a chegada aqui de todas as novas ideias, das novas religiões, dos novos contactos com tudo o que era civilização mundial da época do Mediterrâneo”. Hoje, essa herança é um facilitador na construção de inúmeros projetos, na atracção de investimentos e visitantes, um importante recurso endógeno para o desenvolvimento local.

Fragilidades

Comunidade

Para a comunidade o fator que mais se destaca, como fragilidade do processo de desenvolvimento local, é a falta de informação relativa aos recursos. Mais de 56 % dos inquiridos respondeu nesse sentido.

Técnicos/Empresários

Por sua vez, para os técnicos e empresários, não se trata apenas de mais informação, mas também de melhor informação, particularmente sobre o papel que o turismo pode ter no

desenvolvimento do BG: “Há pouca informação e a que há é pouco esclarecedora, não é sintética. É uma temática muito falada mas sem informação precisa que permita as pessoas conhecerem esses recursos. As pessoas perdem-se com facilidade. Descubro ocasionalmente aspetos que não estão devidamente divulgados”. Lacuna que entendem relevante no que respeita aos recursos locais. Além do mais, a questão da divulgação não pode, segundo eles, ficar imóvel no tempo, porque, inevitavelmente, acaba por se desatualizar, sendo nesse caso muitas vezes o impacto ainda mais negativo. Cita-se até um caso concreto: “Em Alcoutim foi feito um investimento grande de divulgação dos recursos, caça, museus, igrejas... Houve afluência grande na sequência, mas com o passar do tempo a divulgação, diminuiu, talvez por reflexo de crítica às coisas que estavam a ser divulgadas, hoje vê-se que o afluxo tem estado a regredir”.

Salientam estes informantes que a falta de atualização, efetivamente, representa (além da perda de qualidade) uma fragilidade importante num projeto deste tipo”. Os recursos devem ser mantidos sobre uma observação cuidada, permanentemente, como um dos técnicos referiu “deverá haver maior acompanhamento nas questões dos recursos”. Também foi considerada uma fragilidade o facto de haver alguma indefinição resultante da falta de estratégia de intervenção e de uma visão para todo o território: “É preciso encontrar um caminho conjunto para o BG, e clarificar por onde vamos em termos de turismo. O que se quer”. E, segundo este grupo participante neste estudo, evitar demasiada dependência do exterior, “contar mais com os que cá estão e podem investir. Pensar só no que vem de fora não é solução”.

Presidentes de Câmara

Para os líderes dos municípios, muitas das fragilidades do território do BG são-lhe exógenas. Porque, por exemplo, muitas delas se resolveriam com outra capacidade de investimento e existem muitas dificuldades a montante dos municípios. As políticas nacionais fazem depender muito se vem ou não um investidor, se vem ou não uma empresa, se vem ou não um financiamento europeu. O rio tem sido esquecido e não tem sido aproveitado e não tem havido visão para perceber o que é que o desenvolvimento do rio pode trazer para as comunidades. Dos representantes do poder central a opinião não é muito favorável: “São organismos que existem só para não fazerem nada, só para criarem dificuldades”. Que além de colocarem entraves burocráticos, na opinião dos autarcas, também não executam as tarefas que lhes estão incumbidas: “Algumas áreas naturais,

estão completamente votadas ao abandono, sem uma agenda própria, sem processos de inclusão de outros atores dentro das suas próprias atividades”.

As acessibilidades são algumas das fragilidades maiores, na perspetiva deste grupo de informantes, havendo, para o território do BG, duas obras fundamentais, que, para os autarcas, têm sido incompreensivelmente adiadas. O IC27, que nunca mais está concluído, e que causa dificuldades: “Não é fácil envolver os agentes de viagens e os operadores. As ligações, as acessibilidades, nomeadamente o IC27 tinha que ser continuado, até ligar à autoestrada mas, principalmente até Mértola”; e a resolução do problema da navegabilidade total do Guadiana, também até Mértola, porque “enquanto não for feita esta questão da limpeza do rio, do desassoreamento, acho que tudo aquilo que se faça, falta-lhe a âncora que é de facto a navegabilidade do rio”. Estas são duas das críticas que no decurso desta investigação, mais vezes foram referidas quanto ao desempenho dos organismos do Estado. Mas pelo desabafo de um dos presidentes, entende-se que as temáticas se poderiam alargar, fosse este estudo dedicada a outro tópico: “Para fazerem alguma coisa de útil, não existem!”.

Segundo estes dirigentes municipais, a alta política não se preocupa com a vida das pessoas destes pequenos territórios como é o caso deste: “E não têm noção, que eles não têm indicadores económicos a nível da macro economia sem por a funcionar estes pequenos territórios”. Na gestão dos recursos, feita localmente, os presidentes autárquicos também encontram algumas dificuldades, desta vez em partilha (um pouco tendenciosa...) com o tecido empresarial; para estes eleitos, “há que haver uma complementaridade entre câmaras e empresários na área, e os empresários também têm falhado muito, há pouca articulação entre a autarquia e os investidores privados” no que concerne à exploração/gestão dos recursos. É claro que eles entendem a perspetiva de quem tem que gerir um negócio, supostamente lucrativo, dando até um exemplo concreto: “Um investimento é mais fácil rentabilizar em Albufeira que aqui em Alcoutim”.

Por fim, a referência a um outro problema, mais do domínio da gestão articulada, que trás consigo também algumas fragilidades na eficácia dos projetos locais: “A não articulação funcional efetiva no território também não ajuda nada a este processo de desenvolvimento. E ainda temos de acrescentar a isso, um Guadiana Espanhol, um Guadiana Algarvio, um Guadiana Alentejano; de tudo isso resulta um conjunto de

dificuldades às ações que eventualmente se podiam criar. Porque os interlocutores e as jurisdições são tantas, que são esgotantes, que acabam por resultar em forças de bloqueio”. Aqui, por sua iniciativa, como reconhecem, as câmaras poderiam, por si mesmas, em conjunto, percorrer algum caminho.

Atores chave

Para os atores chave, as principais fragilidades do território resultam de este estar dependente das políticas e dos investimentos centrais, mais interessados no litoral que no interior, ou ainda da burocracia e restrições de variada ordem, sendo o desassoreamento o exemplo mais flagrante. Mas não o único: “também surgem dificuldades em relação aos projetos concretos que são apresentados”. E citam vários exemplos. A insuficiente definição do rumo a seguir, e dos recursos a usar, é um desses casos: “Em 1º lugar, o que definimos como turismo para este território? É importante perceber o que a gente tem! Temos de saber quais os produtos que podemos vender”, depois, a falta, ainda, de abertura e articulação entre diferentes atores que operam neste território: “as entidades têm de estar abertas e disponíveis aos que querem investir no território. Têm de ser mais flexíveis”; tirar mais partido do contexto geral, em termos geográficos e culturais: “Não potenciamos a nossa localização geográfica, temos de potenciar os nossos recursos”.

A não articulação dos vários recursos é também uma fragilidade. O Algarve não aposta muito no turismo de interior. A questão da fragilidade na prestação de cuidados de saúde é também referida como inibidora da atividade. Neste domínio, os atores locais deixam um alerta: o perigo que pode advir da “eventual massificação turística se a atividade não for acompanhada, dado que se trata de uma “indústria”. Para eles é de estar atento, porque “este braço do Sul que vem até Mértola e que vem até toda esta região está em perigo de poder entrar em toda esta massificação gigantesca do turismo de massas”; porque o turismo “está a crescer e pode crescer mal”.

Outra das fragilidades destacadas é a falta de concretização de certos projetos, que são falados, que levam a que investimentos privados sejam feitos na expectativa do seu aproveitamento, e depois esses projetos nunca se concretizam. Citam-se os exemplos da “ponte de Alcoutim - Sanlúcar, que chegou a determinar alguns investimentos”, e mais uma vez o Guadiana e a circulação fluvial, acerca da qual “há um projeto aprovado com fundos, sobre a navegabilidade, e nunca mais arranca”. Este facto, numa lógica

estritamente empresarial, dizem os membros deste grupo, leva a que não se consiga mostrar o potencial do Guadiana: “Nunca se conseguiu mostrar o potencial do Guadiana. Quando se está a ganhar dinheiro com o litoral, quem é que se vai importar com o interior?! Quem se vai preocupar com o Guadiana, se existe ou não existe! O rio tem de ser utilizado, senão não serve para nada!”. A impossibilidade logística do seu uso funciona de facto como uma fragilidade, afirmam.

É ainda curiosa a análise que fazem, também, da fragilidade da ação dos políticos relativamente a este tópico: “Os políticos estão como os empresários! Existem tantos entraves ao desenvolvimento do rio, que os políticos cansam-se. E quando se confrontam com a realidade que não mandam no rio, que tem muitas entidades que lá mandam... não se consegue desenvolver o rio!”

Papel das autarquias e outros agentes

Comunidade

Os inquiridos consideram muito relevante a ação coletiva das entidades locais no que se refere ao futuro do território. De fato, do inquérito resulta que todas as entidades referenciadas se constituem como relevantes/muito relevantes, desde os organismos da administração do Estado (que apresentam o valor mais baixo: 88.2%), até às Câmaras Municipais (como valor mais alto: 97.9%).

Técnicos/Empresários

Na opinião deste grupo de inquiridos, todos os ‘atores’ do território têm um papel importante, no qual, segundo a sua opinião, as autarquias assumem a relevância: “As autarquias têm um papel enorme. Mas as autarquias deviam ter uma maior capacidade de promoção e divulgação do território. Porque acabam por ser um suporte para dizer o que é bom, o que existe e visitável” É salientada por eles a necessidade de maior articulação quer das entidades locais quer com as regionais, para conseguirem uma maior “capacidade de comunicação e promoção do território. Demasiada burocracia (“complicam com papéis desnecessários”) e muitas entidades envolvidas atrasam os processos e inibem o desenvolvimento das atividades; ao invés, defendem que as

entidades “deviam funcionar como facilitadoras”. Também referem a existência de incompatibilidades de uso definidas por políticas públicas pouco adaptadas ao território.

Presidentes de Câmara

No geral, os autarcas acham excessivas muitas das funções de que acabam por ter que se encarregar. Há iniciativas, que, segundo a sua opinião, deviam ser responsabilidade do tecido empresarial, embora reconheçam que as condições não são fáceis. Mas acham que é preciso maior espírito de iniciativa por parte de outros agentes, até porque certas atividades são, para as autarquias, muito complicadas de gerir, mesmo do ponto de vista legal, para lá da sua logística.

Dão exemplos de pequenos negócios e iniciativas realizadas nos últimos anos (“Para se comprar um jornal em Alcoutim, teve a câmara de fazer um quiosque e concessioná-lo com a obrigatoriedade de vender jornais: para se comer em Alcoutim ao fim-de-semana, a câmara teve de fazer um restaurante e concessioná-lo com a obrigatoriedade de vender comida típica, inclusive para dormir, a câmara fez uma estalagem”), que atualmente entendem dever caber aos empresários. Às câmaras, entendem, deve caber o papel de “dinamizar a agenda” do território, investindo mais na articulação, do que na concretização de projetos deste tipo, da vertente dos negócios. Às câmaras competirá mais, na sua interpretação, “incentivar as pessoas a conhecerem o interior deste território” (embora alguns dos entrevistados defendam que isso deve ser feito através de uma empresa municipal, “obrigatoriamente”).

Atores chave

No que respeita ao papel que caberá às autarquias, na visão destes agentes que com elas cooperam num grau de elevada proximidade, e que se vêem a si mesmos como elos importantes na ligação com a comunidade, “as autarquias devem atrair investimentos públicos e privados, encontrar soluções para fixar pessoas, encontrar forma de haver clientes para aos negócios locais como é o caso do turismo”. No entanto, é salientado que não devem ficar à espera que o turismo resolva todos os problemas, as políticas de desenvolvimento devem ser diversificadas: “Os municípios têm de encontrar soluções”. Em primeiro lugar, para os atores locais, é necessário que as Autarquias se empenhem em “criar condições para que as pessoas não saiam dos territórios. Criar políticas que permitam as pessoas se fixarem no território. Parar este processo e inverter o ciclo”.

Em seguida, salientam o papel de dinamização dos recursos que os municípios devem exercer, em particular procurando “arranjar clientes para os empresários”. Defendem que os autarcas devem tomar consciência de certos aspetos do território, terem mais conhecimentos. Citam a necessidade de estes perceberem “que o Guadiana, em termos de desenvolvimento, é um espaço canal para as cidades de cariz histórico-cultural, são zonas de fronteira, são zonas de serra. É nesse sentido. Portanto: o “*small is beautiful*”, o lento não é mau aí”. E que, para outras políticas alternativas, os municípios precisam de incorporar este tipo de noções. Não perseguirem modelos de desenvolvimento pouco adequados ao território, nem ficarem “à espera que o turismo resolva todos os problemas. Devem tomar outras medidas”.

Contributo para o Desenvolvimento

Comunidade

É salientada a importância do turismo para o território. Da análise dos inquéritos ressalta que a comunidade reconhece a importância dos recursos locais, enquanto mais-valia dentro de uma estratégia de desenvolvimento turístico.

Técnicos/Empresários

Para os empresários, o turismo dará um bom contributo e pode servir de alavanca aos processos de desenvolvimento local. Mas deve ser entendido com transversal a um processo de desenvolvimento mais alargado, ser integrador, e considerar a componente da sustentabilidade. Deve ser planeado e participado, por forma a “trazer riqueza para o território e não pôr em causa outros modelos no futuro”. Este grupo, nas suas respostas, considerou que qualquer destes aspetos terá mais impacto, e uma maior rapidez na verificação desses mesmos impactos, se for implementado em conjunto [pelas diferentes entidades] no BG. Referem, inclusive, a necessidade deste tipo de abordagem no caso do turismo, sector onde, pelos anos de investimento que leva, já é possível definir rumos que se baseiam em alguma reflexão sobre o já realizado: “O turismo é importante e leva outras coisas atrás. Mas deve integrar outros valores e recursos. Se for planeado em conjunto vai ajudar muito e produzir emprego e riqueza para a região”.

Presidentes de Câmara

O turismo aparece inequivocamente como fator importante na ótica dos políticos (presidentes das CM) no desenvolvimento do território. As Câmaras desenvolvem um papel dinamizador e incrementador da atividade turística substituindo-se, por inexistência) aos empresários do sector, relevando assim a importância que atribuem a esta atividade no território. O papel que verdadeiramente esta atividade terá no território é ainda uma incógnita para os Presidentes de Câmara, denotando todos eles um empenho na seu crescimento mas, simultaneamente, uma demasiada expectativa que tudo se venha a resolver por via do turismo. Mais, apostando excessivamente que grandes investimentos externos dinamizem o setor.

Atores chave

Para os atores chave, a lista dos contributos para o desenvolvimento deste território tem alguma dimensão. A boa qualidade de vida é uma delas, “suficiente para trazer as pessoas de qualquer lado” e, por isso, há que trazer as pessoas”. Como estes agentes locais destacam hoje, apesar de tudo as distâncias já não se medem em quilómetros, “as distâncias são limitações psicológicas das pessoas que lá vivem”. Também uma nova agricultura - ligada às hortas – é apontada por alguns como um contributo que não deve ser negligenciado: “Não é a agricultura tradicional, é uma nova agricultura. Pequenas hortas. A água fantástica que existe, é uma água que existe em todo o lado, cheia de vales, de poços em todo o lado, etc., já com uma rede de pequenas barragens, que permite alimentar e desenvolver um tipo de agricultura minoritária e de qualidade”. Este contributo, que se reflete na possibilidade de uma gastronomia de receitas tradicionais da dieta mediterrânica, garante ainda a qualidade dos produtos que é possível oferecer à mesa: “o turismo cultural que procura este tipo de produtos e de experiências, podem ser contributos para o desenvolvimento”, afirmam os atores locais.

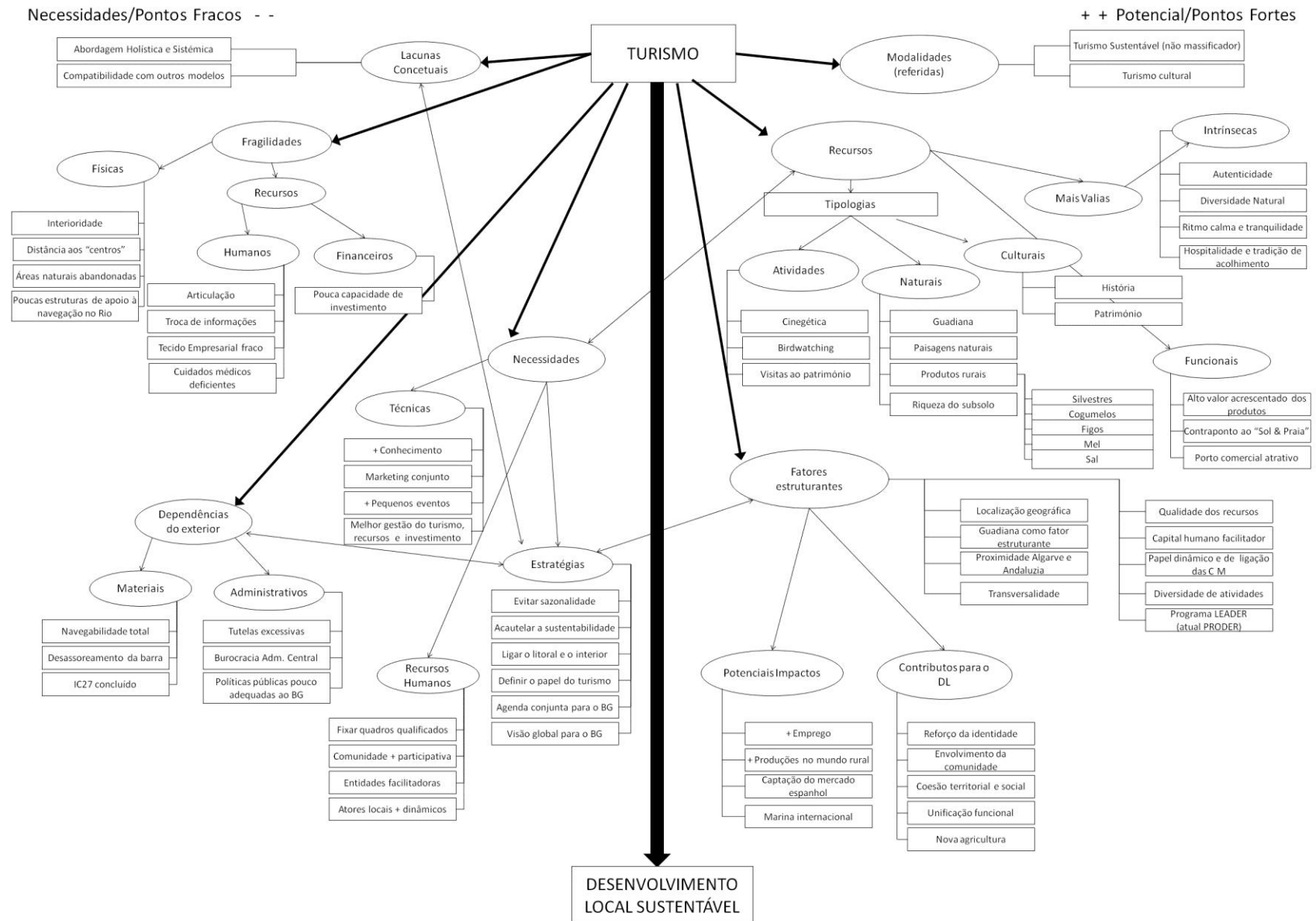
A cultura, o património as vivências com forte carga cultural podem ser atrativos para o turismo neste território, porque ainda existem. A complementaridade de todos estes fatores com a navegabilidade do Guadiana é tida como importante para o BG. As políticas públicas são tidas como ressalvas das possibilidades de desenvolvimento das zonas do interior como é o caso. Estes aspetos são fulcrais no contexto de uma estratégia de turismo, em que a vertente cultural é marcante. Porque, como disseram numa opinião testemunhada, “o turismo cultural vai à procura disso. Em primeiro lugar, porque o turista,

como qualquer animal, quer comer. E quer comer cada vez mais diferente do que come na cidade, do que come nos centros turísticos. Portanto, esta procura é aquilo que quer hoje o turista urbano cada vez mais”. Assim, entendem que este fenómeno vai ser a chave destas zonas do interior, que foram abandonadas, e que estão mais fora dos circuitos principais. Que “têm ainda uma carga cultural fortíssima e portanto, também condições de produção alimentar altamente qualificada. Todo este mundo que ainda existe nesta zona”.

No fundo, neste grupo expressa-se a valorização de algumas características locais que sobreviveram em consequência do abandono, que permitem que as pessoas venham aqui “mais ou menos empurrados pelo meio urbano donde vieram e que vêm à procura desse paraíso, dessas formas diferentes”. Onde ainda existe “uma qualidade ambiental muito alta pelo abandono, é o que acontece habitualmente com os próprios monumentos! A gente sabe que muitos dos nossos monumentos existem e são únicos e são belos, porque foram abandonados”.

Todos esses recursos antigos, com valor histórico e patrimonial, com cultura, tradicional e científica, são os grandes contributos existentes para o desenvolvimento, na opinião dos atores locais. Mas para eles, no que respeita à estratégia para o turismo, e independentemente do valor dos recursos que foi explanado, “o turismo [deve ser] visto sempre numa lógica o mais complementar possível relativamente àquilo que já está consolidado em destinos como o Algarve e a costa de Huelva”. Mas a sua visão, apesar de dotada de um certo otimismo, não é desprovida de realismo, nem é ingénua, e por isso também referem, com toda a clareza que, “naturalmente que isto tudo tem que ver depois com circunstâncias que não residem apenas no território. Tem que ver com as vontades políticas que se localizam no plano central, no plano regional”.

Figura 7.2. – Esquema do Subtema Turismo



Fonte: Elaboração do autor

SUBTEMA: COESÃO TERRITORIAL

A coesão territorial é tão importante para a eficácia de desenvolvimento de um território como é difícil de alcançar. Ingredientes vários, idiosincrasias próprias de cada ator, barreiras diversas, a própria história, o contexto económico, social e cultural ou contextos específicos, conduzem à velha máxima em que cada caso é um caso, e o território da Baixo Guadiana não é exceção. No entanto, a densidade da coesão territorial pode determinar a maior ou menor oportunidade que uma região tem para se desenvolver ou, pelo menos, o tempo que demora a fazê-lo, a profundidade e sobretudo a sustentabilidade desse “desenvolvimento”, aqui entendida nas dimensões ambiental, social, de equidade, de igualdade de oportunidades e de democracia.

No âmbito desta investigação e no que a este subtema diz respeito - Coesão Territorial - interessa-nos sobretudo averiguar se o BG é entendido como uma unidade territorial e que oportunidades são expectáveis de um modelo de gestão conjunto para o território que, como sabemos, inclui quatro concelhos de duas NUT e diferentes, com os estorvos que já anteriormente referimos e que o condicionam largamente. Lembremo-nos que o BG navegável tem uma história secular comum que lhe deu vantagens comparativas que a artificialidade das barreiras administrativas inibiu progressivamente e que partimos do pressuposto de que o desenvolvimento pode ser condicionado pelas práticas de governança e pela participação pública. Ora esta e aquela têm menos robustez em territórios de baixas densidades como é o caso, acrescentando o envelhecimento a que demograficamente tem vindo a ser sujeito (Alcoutim tem menos de três mil habitantes e Mértola diminuiu 14,6% segundo os censos de 2011).

Sub Tema: COESÃO TERRITORIAL

Categorias / Sub Categorias:

- Pertença, apropriação e identificação com o território
- Elementos identitários e estruturantes
- Indutora do desenvolvimento do território
- Identificação do Território do GB como Unidade
- Impacto no Desenvolvimento do Território
- Inibições/conflito de interesses
- Mecanismos de implementação e papel dos atores locais
- Legitimidade do modelo

Pertença, Apropriação e Identificação com o Território

Comunidade

Por parte da comunidade, a identificação com o Baixo Guadiana, enquanto espaço de vivência, é muito elevada: 83.9% sentem-se cidadãos desta zona territorial. No entanto, apenas 31,4% considera existir coesão social, o que significa que as relações concretas de facto são hoje muito menores. Percebe-se a diferença quando se compara a realidade com a emotividade, por isso se obtém, ainda, como resposta de 74,7% dos inquiridos, que a ligação emocional com o território está presente.

Técnicos/Empresários

As opiniões dividem-se sem serem diametralmente opostas. Embora alguns reconheçam que possa já não existir uma tão forte identificação com o território (“No passado houve identificação mais forte, hoje já não, tem-se perdido. Era necessário ligá-los mais”), outros destacam também que é diferente o sentir consoante a proximidade ao rio e às suas atividades (ou quando estas funcionavam em pleno), “para as pessoas mais afastadas do rio já não é tanto assim, por exemplo, as pessoas da serra”, para as quais o rio não surge tanto como um elemento identificador como para os restantes. Ou as variantes sentidas mesmo ao longo do curso do rio: “em Alcoutim e Mértola há sentimento de pertença. Em Vila Real há menos. Alcoutim e Mértola não eram a mesma coisa sem o rio. Alcoutim valoriza mais Mértola que Vila Real”, o que se explica, historicamente, com a pouca antiguidade de Vila Real, face às restantes. Claro que também há quem reconheça a existência dessas ligações históricas, que se davam muito no plano das “relações escolares e comerciais, havia uma identidade comum. O comércio era feito nos dois concelhos há uns anos. É bom sabermos do que estamos a falar quando falamos do Baixo Guadiana”, mas que, independentemente disso, não se sentem como pertencentes, na atualidade, a essa unidade: “Pessoalmente não me identifico”.

É entendida a necessidade de haver maior trabalho conjunto, mas alguns defendem a não criação de uma nova entidade administrativa, não a acham viável: “já existem alguns “embriões” a trabalhar para que isso seja possível. Existem vários territórios dentro deste

território com identidades diferentes mas, com diversas coisas comuns. Mas fazer dele Um, não!”. O que contrasta com aqueles que claramente entendem ser esse o caminho. “Como um território pode! Porque são muitas mais as características e afinidades que os unem do que as diferenças”. Percebe-se que é uma questão que teria ainda que percorrer um longo debate local, para lá de outras dificuldades políticas e administrativas (referem sempre as barreiras burocráticas).

O grupo dos técnicos e empresários preocupa-se sempre, nas suas respostas, com aspetos práticos das questões colocadas, e assim, não deixam de acentuar a vantagem que haveria numa articulação, já que todos aceitam que há variadíssimos aspetos em comum. Muitas das fragilidades são similares pelo que as respostas em comum seriam desejáveis: “Não há articulação. Há unidade das entidades mas não nas pessoas. Só fica na serra quem não consegue trabalho, quem não tem possibilidade de vir cá para baixo. Não há uma identidade comum”. Mas entendem que se poderia tirar partido de uma história comum, de um rio que os une, porque “envolve pessoas e tradições que devem perdurar. As características das pessoas são próprias do meio em que vivem. Um território, o espaço está definido, tem as suas características e não podemos fugir delas, nós só podemos ser transfronteiriços apenas pelo país”. Mesmo que não haja uma total identidade, muito se pensa no aspeto prático que seria tirar partido dela: “Identidade diferente, mas é o Guadiana que nos une...”.

Presidentes de Câmara

Este é um campo em que os Presidentes de Câmara optam por dar um grande destaque aos problemas e limitações que são originários da estrutura formal da organização administrativa, sendo, para eles, essas as verdadeiras barreiras: “Porque há o Algarve e o Alentejo, uma barreira administrativa. E há que vencer essa barreira! Não é fácil! Tal como o Alentejo e o Algarve. Vencer estas barreiras não é fácil”. Reconhecem que essas barreiras poderiam ser suprimidas, ou aligeiras, mas questionam a razão desse esforço. Um deles afirma mesmo: “Pode não haver. Essa identidade coletiva. Na minha infância havia uma ligação muito grande, mas agora não há um sentimento único. Sinceramente não lhe sei referir se há um sentimento de pertença nas pessoas ao BG, ou não”; pode mesmo ser mais negativa essa perceção: “As pessoas em geral, o público em geral, acho que não! Não há esse sentimento de pertença”. Esta noção leva a que julguem que não há necessidade de desenvolver o modelo de gestão do território, embora possa haver algum

investimento na procura de uma estratégia conjunta, e na execução de projetos em parceria, porque é consensual que estão presentes elementos fortes comuns.

Os entrevistados expressam a opinião que foi a realização de projetos deste tipo (intermunicipais) que deu azo à discussão e sugestão de ‘criar’ formalmente esse território: “Há elementos fortes comuns mas uma identidade própria não sei. A imagem de território do BG está muito associada a projetos, pelas pessoas que cá residem não é visto como um território, por nós que trabalhamos nisto todos os dias, por nós sim, vemos o BG como um território. Acho que as pessoas não têm essa identidade”. Mas há quem expresse a opinião de que é possível avançar nesse sentido, de gerar uma coesão nova, que pode ser vantajosa para as comunidades que vivem nesta zona: “acho que tradicionalmente o conjunto de atividades e produções que se desenvolviam no território eram aptas ou tinham capacidade, digamos assim, para produzir essa consciência, esse sentimento de pertença”.

Atores chave

Os atores chave, neste tópico, retomam as opiniões que já tinham expressado em quesitos anteriores: “Nas pessoas mais cultas, nas pessoas com uma certa informação, há esse sentimento! Depois ao nível do povo mais em geral, não creio! Há mais este sentimento de serem de Alcoutim ou de Castro Marim, serem transfronteiriços, de serem da raia, serem raianos”. Claro que sendo um grupo em si mesmo igualmente diversificado, não é unânime que exista um sentimento global de pertença, apropriação e identificação com o território do Baixo Guadiana, considerado como tal. A questão que levantam tem algum pragmatismo, já que questionam “como é que isso se traduz na consciência das pessoas, dos habitantes? É duvidoso que exista com essa dimensão. É muito difícil responder a essa questão!”. Quanto a eles, a possibilidade de criar uma identidade geográfica e económica dependerá da possibilidade de se envolver a população a um nível diferente daquele que está a ser conseguido: “Duma forma geral, as pessoas não estão a ser envolvidas nesta questão do Baixo Guadiana. Por isso duvido que haja essa identidade e pertença”.

Embora seja consensual, nas suas respostas, que existem traços fortes comuns e que historicamente essa identificação foi marcante, igualmente reconhecem que nas zonas limítrofes do Algarve e do Alentejo essa identificação é maior, tal como nas comunidades

mais ribeirinhas. Há identidades concorrentes fortes: alentejano, algarvio, português, espanhol. E de fronteira. Há até quem relate como era constante essa mescla de sentimentos: “Aqui no Algarve, antigamente dizia-se: “Os Mertolenses são Algarvios!”- porque era tão grande a ligação dos Mertolenses ao Algarve...aquele pessoal da baixa de Mértola, não sei se alguma vez ia a Beja, mas a VRSA iam constantemente”. Para os atores locais, por força da sua visão atuante sobre o quotidiano, existe a necessidade de se cultivar o sentimento de pertença e identidade, até porque o despovoamento e a escola são fatores que contribuem para a diminuição do sentimento de pertença ao território. “Neste momento o abandono do mundo rural, e não é só aqui, mas aqui é terrível, é dramático! É o despovoamento! É a fuga! E o ir embora”.

E apontam o dedo da responsabilidade: “A escola obrigou toda esta população a ir embora para a cidade” [Refere-se ao pape da escola como fator que em parte justifica a diminuição do sentimento de pertença ao território]. Defende-se, portanto, a reorganização das estruturas de ensino, que não sejam meras correias de transmissão de um viver urbano, metropolitano, exige-se que as “estruturas de ensino tenham também peso local e regional cada vez maior, ensinar, ou passar a ensinar também, coisas que são do seu meio, e o seu valor”. Há uma noção de que só desta forma se pode melhorar a ligação ao território: “Nestas zonas é preciso que a criança conheça! Conheça e não só, participe! Seja avaliada pela qualidade do território em que está, pelo que sabe deste território, pela pesca, pela agricultura, pelas formas de fazer e usar. Saberes que a gente nunca mais vai ter acesso. Portanto, estas questões são decisivas para criar o que se chama uma identidade e um orgulho de ser de uma região. Tem de ser através deste tipo de formação!”.

O desconhecimento dos aspetos identitários, segundo alguns atores, é que leva a que não exista identidade; não há construção simbólica sem essa relação com os saberes, com os objetos, com os monumentos e com os sítios. A visão dos mais velhos destes atores vai sempre mais no sentido da reconstrução da identidade; eles têm uma visão de um tempo passado onde essa coesão social e identidade dentro do território era mais forte e vivenciada (“Está latente! Já foi mais forte”), e portanto, o seu tom é sempre mais positivo em termos de um futuro com um território integrado: “Mas agora não quer dizer que não possa ser reforçado”.

Elementos Identitários e Estruturantes

Comunidade

Na avaliação feita junto da comunidade relativamente a este tópico, constata-se a existência de elementos identitários muito fortes, todos eles podendo igualmente ser considerados recursos locais, e que recebem elevado número de referências: Rio Guadiana 159, Identidade e Cultura Local 63, Ambiente e Paisagem 56, Demografia 48, Património 38.

Técnicos/Empresários

Este grupo concorda com a noção de que o rio é um elemento estruturante, que transmite identidade comum: “É o rio que valoriza este território, é o ponto identificador do BG”, separador até “Quando falo em rio falo nos 4 concelhos, não falo de Serpa”. Reconhecendo que ele foi também gerador de processos estruturadores, de génese e formação urbana: “Alcoutim e Mértola não eram a mesma coisa sem o rio”, assim como de valorização do território, “é um ponto de união comum muito forte, que atualmente já não se nota, desassoreado iria notar-se muito. A paisagem, o património também”. O rio possibilitou formas de vinda, um dos entrevistados dá um exemplo curioso, relacionado com uma atividade que foi tão marcante quer como identidade quer como oportunidade (por o rio ser fronteira), como geradora de elevada coesão social: “a atividade do contrabando foi uma prática comum destas zonas, e outras coisas que têm marcado este território.”

Presidentes de Câmara

Para os autarcas, o Guadiana é entendido como o grande elemento comum e identificador a todo o território: “O rio é um elemento comum e se as pessoas vão, se você vai perguntar às pessoas o que é o BG, certamente se lembram de imediato do rio Guadiana”. Mas referem o Guadiana enquanto espinha dorsal do território, assinalando claramente que: “pensa-se sempre no rio e na sua parte territorial, digamos assim, antes de chegar ao mar”. Daí que ainda haja ligações em função da atividade piscatória, a que houve e a que vai persistindo, bem como das marcas de outras atividades fluviais, como a navegação comercial: “Os pescadores de Mértola pertenciam à família de Alcoutim e pescadores da beira-mar, vinham vender peixe aqui. A atividade piscatória fazia uma ligação muito grande aqui”.

As atividades agrícolas, de igual forma, contribuíam para essa “consciência” comum: “As produções da terra, as várias coisas que a terra dava, quando o transporte era diferente daquilo que é hoje, quando as pessoas tinham que viver mais viradas para os recursos endógenos, como a caça, como a pecuária, como a floresta”. Tudo isso levava a uma vivência com um maior sentido comunitário, o que reforçava os laços entre as pessoas e o Baixo Guadiana, “com tudo isso, acho que essa consciência era mais acentuada que hoje”. Um deles aponta mesmo outras causas mais ‘contemporâneas’, a cada vez maior globalização, que, na sua opinião, funciona também com fator de distanciamento emocional ao território: “Existe a tendência para a nossa consciência caminhar mais para a globalização, para se libertar um pouco mais desse território”.

Atores chave

Uma vez mais surge, sem qualquer dúvida, e agora na opinião deste grupo, o rio como o principal elemento estruturante, o recurso que marca cultural, social e economicamente todo o território, que liga muito as pessoas e, muitas vezes, as famílias: “O rio liga essas pessoas. Às vezes há mais ligação que por vezes em freguesias vizinhas. O rio tem a característica de ligar as pessoas todas! Não se sente rejeição. Há pessoas do Algarve que se sentem mais próximas do Alentejo”. De facto, o rio é apresentado, por estes atores do BG como o elemento estruturante fundamental neste campo da identidade, porque a sua presença sente-se, não apenas naqueles que vivem na sua margens, mas igualmente nos outros cujo território tem sempre também alguma forma de sentimento de ligação, uma estrutura complementar ao leito fluvial principal: “o rio, o velho rio é uma espécie de árvore com ramos, portanto, há todo um conjunto de braços, de caminhos, de pequenas entradas, de ligações que levam ao tronco principal que é o rio. Ramos que se estendem para todo o território. É como acontece sempre em todas as bacias hidrográficas. Uma bacia hidrográfica é um território perfeitamente unido e unitário. Que foi de certa forma interrompido, politicamente com esta divisão entre o Algarve e o Alentejo”. Divisão que contestam, porque consideram mais relevante o seu papel como marco de ligação, porque o Guadiana foi um caminho historicamente relevante que permitia atravessar as barreiras naturais que separam o Alentejo da peneplanície, do Algarve: “este é um caso ainda mais espetacular, porque este rio é uma autoestrada que atravessa, que rompe uma cordilheira, que não é muito alta, as serras do Algarve, mas que é difícil de atravessar!”.

Um dos entrevistados destaca, a título de confirmação desta assunção o facto de que, do ponto de vista histórico, cultural e económico, Mértola pertencer mais ao Algarve do que ao Alentejo. A fronteira entre o Alentejo e o Algarve é sobretudo artificial: “Mértola foi sempre um “términus” da zona do mar e não o final, não um corte! Estas serras nunca cortaram! Cortam na zona do Barlavento. Nunca aqui o rio interrompe, ele faz a ligação. Houve sempre aqui um relacionamento através do rio, todo o comércio, os barcos que iam e vinham. Toda a gente tem familiares ao longo do rio, principalmente em VRSA que é o “términus” oposto”. Essa marca da atividade económica, por exemplo, é considerada muito marcante – o rio proporcionava profissões, ocupações, recursos, completamente distintos daqueles que são a marca tradicional do Alentejo agrícola: “O Alentejo tem uma estrutura própria, ao próprio, uma tradição, princípios práticos, princípios culturais, princípios alimentares, e isto, Mértola já o Guadiana tem a ver com o Sul. Tem a ver com esta bacia gigantesca, esta fantástica bacia hidrográfica à volta da qual, onde pontua Mértola como um polo agregador”. Esse papel de porto de saída dos recursos produzidos mais a norte, nos ‘barros de beja’ também é referido para reforçar esse papel aglutinador. Ao qual se junta o rio como referência, como ‘porto’ de toda a gente, identidade comum na região.

Na construção das citadas identidades, o papel do rio também era relevante por permitir a circulação não apenas das coisas, ou das pessoas, mas também das ideias, e um dos participantes nesta investigação dá um exemplo com curiosidade histórica: “na 2ª metade do séc. XIX, quando aparecia um partido político em Lisboa, passado uma semana, já havia partidários desse partido em Alcoutim. E porquê? Porque passavam por aqui os propagandistas e havia um contacto muito grande. O rio desempenhava esse importante papel da comunicação e um importante papel económico”. Um remate nesta questão: “esta fronteira ente o Alentejo e o Algarve é uma coisa perfeitamente artificial”. Em volta do rio, como dão testemunho, geravam-se ainda eventos, havia espaços e dias de convívios entre comunidades, porque “há muita coisa comum! A ribeira do Vascão é uma fronteira mas também é um traço de união. Aí há umas águas minerais que uma parte está num lado da ribeira, outra parte está noutro”.

As feiras que se realizavam ao longo de todo este espaço geográfico, apontam outros, foram um testemunho dessa identidade comum, e algo ainda subsiste, eram importantes momentos económicos desta bacia hidrográfica: “Havia aqui 3 eixos que eram muito

importantes na vida das pessoas, a Feira do Pereiro, que é em Abril; a Feira de S. Mateus, que é em Setembro e a Feira da Praia, que é em Outubro. As pessoas viviam muito à volta destes acontecimentos. Arranjava-se tudo para ir vender os marmelos, as romãs. Tanto que o cais enchia-se de canastras, uns dias antes já estava tudo arrumado para arrancar para as feiras. A do Pereiro, S. Marcos do pereiro é a 25 de Abril, por isso o 25 de Abril aqui é sempre uma festa, por causa de S. Marcos do Pereiro. O Pereiro é um bocadinho centro estratégico do concelho e também centro estratégico do território. Vem gente de Mértola, de VRSA, de Castro Marim, vem tudo ao S. Marcos do Pereiro. A Feira da Praia, em VRSA, ainda se faz também, uma grande Feira, por volta do dia 10 de Outubro”. Se se quer destacar a identidade deste território, não parece haver melhor forma de o fazer do que o modo que um dos testemunhos registado deixa transparecer: “Há uma coisa que sobretudo para essas pessoas que eu há pouco referi, o Guadiana diz-lhes muito! O Guadiana e as suas margens dizem-lhes muito”.

Indutora do desenvolvimento do território

Comunidade

O fator indutor do desenvolvimento neste território, para uma percentagem esmagadora da comunidade local, são as parcerias - 98.2% - cuja importância é complementada pela ‘certeza’ de que estas provocariam um DL mais acentuado, um crescimento na área do turismo, uma maior coesão social e territorial, bem com respostas mais eficazes aos problemas existentes.

Técnicos/Empresários

Para os técnicos e empresários, a consagração formal do território do BG, enquanto tal, seria um fator indutor do desenvolvimento. O território está identificado mas não definido estrategicamente nem dotado de uma gestão conjunta, promovida “pelas Câmaras, CCDR e por aí adiante. Mas hoje ainda não é assim”. Mesmo em termos sociais não há uma estratégia nem uma aceitação integral. O reconhecimento pelas entidades públicas é considerado, por este grupo, como peça essencial para a sua eficácia, não bastando definir-lhe limites e características, mais ou menos consagradas historicamente: “em termos funcionais não é um território. Devia ser mas não é, o problema é a gestão, a estratégia”. Mesmo para reforço das zonas mais fracas, afirmam, devia tirar-se maior

partido do rio, que pode potenciar os recursos existentes e ser indutor do desenvolvimento local para todo esse território: “O BG deve ser visto como uno. Apesar de ter recursos diferentes eles complementam-se, podendo participar no desenvolvimento do território. É o rio que valoriza este território, sem ele a serra não existe”.

Presidentes de Câmara

Na opinião dos autarcas, há desde logo uma razão prática que devia motivar um maior aproveitamento dessa eventual gestão conjunta do BG: o território deveria ser “vendido” em conjunto, por isso representa, quer em economia de recursos, quer melhores oportunidades de promoção e desenvolvimento para a região. Um deles afirma: “Acho que era fundamental ser vendido em conjunto, bem vendido, bem estruturado, até do ponto de vista financeiro era fundamental para dar escala”. Um dos fatores negativos apontados, que, a seu ver, impede que se dêem esses passos, é a falta de agenda própria, isto é, falta de objetivação de ações ancoradas numa estratégia e visão conjuntas, refletindo-se nessa lacuna a falta de concertação entre os atores locais: “Acho que não há uma agenda própria para o Baixo Guadiana! Não há uma agenda própria e isso não contribui para o desenvolvimento do território”. Apesar dos projetos em parceria, mais ou menos alargadas, que se têm vindo a fazer, o esforço está ainda longe do necessário: “A unidade homogénea que o BG é, enquanto região, devia passar por uma unidade de concertação entre os atores locais, com uma estratégia bem definida. E é insuficiente neste momento”.

Segundo os Presidente de Câmara há várias soluções, institucionais, ao alcance deste desiderato. Há modelos que permitem maior envolvimento dos executivos municipais, aliás; hoje em dia, a reforma que se está desenhando a nível da administração propende nesse sentido, já que favorecem experiências desse tipo, intermunicipais. Mas, segundo eles, “tem de haver, de facto, uma leitura dos interesses agregadores, o mais correta possível, que será melhorada quanto maior for a participação da população e a qualidade dessa participação”, concertação à qual tem que se acrescentar, a seu ver, a sensibilidade: “tem que ser sentida pelos vários executivos municipais com a mesma intensidade ou intensidades próximas, sob pena de depois andarmos a várias velocidades e as coisas não se fazerem”.

Atores chave

Os atores chave do território apresentam um conjunto mais diversificado de fatores indutores. São apontadas vantagens económicas de uma unidade territorial, nomeadamente a complementaridade entre as vocações de cada um dos concelhos “Precisamente! São complementares. Noutros períodos históricos, Tavira e Mértola articulavam entre si o transporte de bens e pessoas para os meios urbanos de maior dimensão”, destacando que essas localidades podiam voltar a construir projetos comuns nesse domínio, que “eles seriam indutores do desenvolvimento”. Um outro especto importante que este grupo destaca é a relação litoral/ interior, que permitiria capitalizar o polo que Vila Real constitui, e mesmo Tavira, salientando o facto de que essa interligação poderia constituir um mecanismo de desenvolvimento local. Com esse tipo de articulação seria possível vencer as “descontinuidades motivadas pelos bloqueios administrativos Alentejo/Algarve, se resolvermos isso, depois também em conjunto com Espanha poderemos ir para a frente”.

Este território, destacam os atores chave, não é diferente de outros em Portugal, em que se ‘construíram’ “grandes distinções: interior/litoral, com as características que normalmente nós próprios no nosso país damos a cada um dos espaços: o interior despovoado, o litoral com concentrações populacionais e económicas, por comparação, exageradas”. É um cenário que desmotiva, que acaba por gerar uma “falta de dinamismo ou o baixo dinamismo económico aqui, económico e empreendedor do Baixo Guadiana”, que também condiciona o processo de desenvolvimento local.

Para um dos entrevistados, um fator que poderia permitir trabalhar a necessária coesão, dar motivação, mesmo no plano social, e viabilizar investimentos económicos, particularmente ao sector turístico e dos produtos locais, seria a execução de um grande projeto comum ligado ao rio; ele explica: “Poderia ser o desassoreamento do rio. Com uma lógica dos parques empresariais e do desenvolvimento empresarial, da promoção do território... Poderia ter-se feito muita coisa”. Refere-se ainda à falta de uma visão conjunta do território, numa lógica de diversidade, e à forma como poderia ser indutora de desenvolvimento: “O problema é que não trabalhamos processos conjuntos, o que não quer dizer que não tenha fases parcelares que vão sendo resolvidas naturalmente mas tem que se chegar a um objetivo final, que é a navegabilidade, no caso do Baixo Guadiana só faria sentido se for até Mértola! Porque Alcoutim não tem escala, dimensão, capacidade atrativa para ser o sítio que estimula a navegabilidade de turismo. Ele ganha sempre mais

se estendermos até Mértola”. Partindo do Algarve, da boca do rio, onde, segundo os agentes locais, existem dois polos, por Tavira historicamente, e Vila Real de Santo António, funcionalmente, que não devem deixar de ser consideradas com vitais neste processo: “O Guadiana ainda marca profundamente a cidade atual de VRSA. Não é de excluir uma ligação direta, mas é também de envolver mais VRSA com o caso de Tavira. Que são as duas cidades do Sotavento que estão ligadas ainda diretamente ao Guadiana”.

Na opinião destes interventores, esse duplo polo poderia desempenhar um grande papel indutor do progresso de toda a região que lhe fica, para norte e para o interior, limítrofe, porque está firmado em tudo o “que tem a ver com o mar, com o grande turismo que hoje é o Algarve e por outro lado com um território interiorizado, desviado das grandes rotas do turismo, neste momento, e que pode criar sinergias próprias através de Castro Marim, Alcoutim e Mértola”. Essa estruturação, concertada a nível institucional, na sequência de projetos concretos, criaria uma nova frente de promoção do território, com características distintas, com inclusão, nesse dinamismo, de uma região ainda com qualidades que a zona costeira perdeu, “numa lógica de diversidade no território”. Mas, é de destacar, (fazem uma ressalva que já tinha sido também apontada relativamente a outros fatores): “É uma frente cujo grande sucesso - para cada um dos territórios - só pode resultar se trabalharem em conjunto, com a temática do Baixo Guadiana, do rio e das suas margens”, definindo uma estratégia conjunta para aproveitar aquele recurso com outros espaços concelhios, regionais e internacionais.

Identificação do Território do BG como Unidade Territorial

Comunidade

Nos inquéritos realizados junto da comunidade, 65.2 % dos respondentes considera que existe uma identidade territorial, verificando-se um valor praticamente idêntico (65,3%) na afirmação de que os entrevistados possuem um sentimento de pertença relativamente a esse mesmo território conhecido como Baixo Guadiana.

Técnicos/Empresários

Para o grupo dos técnicos e empresários não é consensual a questão de o Baixo Guadiana poder ser considerado como um território coeso e coerente. Um dos entrevistados duvida, “não sei se as pessoas sabem que fazem parte do território. Baixo Guadiana é uma identidade recente”; outro destaca que “os 3 concelhos têm pontos em comum e devem trabalhar no mesmo sentido”; mas uma terceira opinião parece colocar a questão verdadeiramente como ela parece ser, no concreto, avaliada: “É homogéneo! É um! Mas uns reconhecem-no e outros não. Na prática não é!”. Apesar de tudo, nas respostas fornecidas verifica-se uma tendência para aceitar que sim e que isso (a existência de uma unidade formal representativa da área geográfica do Baixo Guadiana) seria útil ao desenvolvimento do citado território. Algumas respostas destacam a proximidade vivencial partilhada por residentes em áreas concelhias distintas, como um fator de ligação, embora hoje mais fraco do que em tempos passados: “Acho que no passado as pessoas se identificavam mais do que agora. Mas todos sabem o que passa, os de Alcoutim sabem o que se passa em Mértola e vice-versa. A crítica vai no sentido de um funcionamento efetivo, que permita gerar sinergias do trabalho conjunto, que acreditam só ser eficaz se houver um funcionamento articulado.

Para este grupo de informantes, o território em si mesmo, pela sua dimensão e características de povoamento, cria dificuldades imensas a esse objetivo de coesão: “não passam de planos - porque há muita entropia, a população é dispersa e idosa ...na escola não há educação para o território”. Como outro entrevistado frisou: “A nível social não funciona”. É interessante igualmente verificar que, quando analisam o Baixo Guadiana em termos dos recursos existentes, há uma opinião unânime de que este é um território homogéneo. “Pode e deve ser visto como um território, os recursos são os mesmos. Há semelhanças entre Mértola, Alcoutim e Castro Marim”. Há mesmo quem sustente a sua opinião nos contextos do passado, em que o Guadiana desempenhava um papel gerador de coesão, e por isso afirma: “Existe fisicamente e historicamente também”.

Pelas respostas obtidas parece que as sínteses, seja qual for a sua especificidade, remetem sempre para uma visão dúplice: em certos aspetos o território é uno, noutros está estilhaçado pelas divisões formais e respetiva burocracia institucional, barreiras que não consegue ultrapassar. O caso citado das freguesias é flagrante: “Sermos de regiões diferentes sempre nos afastou um bocado. As freguesias, estão cada uma delas está ligada

a uma área. Giões está ligada a Mértola; Martinlongo a S. Brás; Vaqueiros a Tavira e Alcoutim a VRSA. Mas isso é natural”; ou o caso das tipologias geográficas, que também limita em termos funcionais, um território que, por isso (ainda) não é: “O BG deve ser visto como uno. Mas existem vários subterritórios: a serra e o litoral por exemplo”. A divisão administrativa criou barreiras que levam tempo a ultrapassar, o que obviamente tem custos em diferentes planos que, citam, têm sido feitos esforços para vencer esses obstáculos. Mas o problema reside também numa certa incoerência da vontade interna, e citam-se casos concretos: “Fala-se do Baixo Guadiana, mas os intervenientes, autarquias e instituições diversas trabalham para si não havendo articulação. Por exemplo podem realizar-se 3 eventos culturais no mesmo fim-de-semana, um por concelho”.

Neste grupo destaca-se, finalmente, a questão da população, as comunidades devem ser integradas neste processo, porque elas “têm de querer fazer parte do BG, sentir-se integradas, então sim podemos avançar”. As respostas dadas destacam a necessidade de existir (ou ser gerada) uma consciência coletiva de pertença, fundamental como “alicerce para a construção de um modelo de gestão conjunto”. Apesar de haver respostas distintas, que acham que esse processo, em vez de ser feito de forma aberta, deve ser dirigido pelos poderes políticos locais: “Centralizar em poucas pessoas, eleitas democraticamente, com funções perfeitamente definidas”. A resposta a esta questão, como afirmei, não é consensual dentro deste grupo.

Presidentes de Câmara

Apesar do número de respostas, ser, como é óbvio, muito menor neste grupo, também não é consensual o que se afirma relativamente a este tópico. Se um responde afirmativamente (“não sei se o BG é visto pelas pessoas como um território!? Tenho dúvidas!”), logo outro responde de forma totalmente inversa “Para mim, é! Para uma pessoa como você (dirigindo-se ao entrevistador/investigador), admito que sim!”, embora com nuances, “Para os meus vereadores admito que sim. Mas já de uma forma mais ténue”. Mas para os Autarcas, para lá da ideia que as pessoas tenham sobre essa questão, o principal é que haja vontade política de criar uma plataforma de gestão conjunta: “As Câmaras têm cada vez mais de deixar de olhar para o seu umbigo, querendo com isto dizer, para o seu território e para o poder que lhes assiste, têm que ter cada vez mais ter uma visão para além das suas fronteiras, no sentido da necessidade da cooperação e do diálogo para projetar interesses mais alargados”.

Estes informantes consideram que seria fundamental um modelo de gestão conjunta para o Baixo Guadiana, uma vez que a área fisicamente está definida. Mas é interessante uma opinião expressa que salienta, tal como já tinham feito igualmente uma parte dos técnicos e dos empresários, que esse processo, para ser efetivo, precisa do acordo e envolvimento das comunidades e das forças vivas do território: “seria preferível que caminhássemos de baixo para cima. Que nestes territórios os vários agentes, os vários atores, as Câmaras Municipais criassem modelos que melhor correspondessem às suas necessidades”.

Atores chave

Para estes participantes na investigação, o designado território do Baixo Guadiana está bem definido, quer cultural quer geograficamente, sendo consensual até a designação: “A evolução histórica dá-nos um contexto e um contexto muito claro sobre esta região toda! É uma unidade clara e historicamente!” É neste sentido que um dos inquiridos refere que a noção desse território vem da antiga navegabilidade que o rio tinha, funcionando como espinha dorsal do território que atravessava, do mar a Mértola; e no facto de, historicamente, haver um conjunto de relações, associadas ao rio, que dão consistência ao território do BG enquanto unidade territorial e que poderia ir até Tavira como já foi: “Aqui há dois polos de ligações fundamentais históricos, que é Mértola e Tavira. Tavira pertence, sempre pertenceu a este território! É curioso mas é verdade. Tavira era uma espécie de porto de entrada, de abertura, de acesso principal a Mértola. Historicamente Tavira pertence a esta bacia do Guadiana”. [frise-se que este “historicamente” é anterior à fundação de Vila real de Santo António, na segunda metade do século XVIII]. Hoje a descontinuidade geográfica corta muito dessa identificação, embora alguns documentos estratégicos reforcem a atenção da importância da relação da totalidade dos concelhos limítrofes a este troço do rio: “Em todos os planos operacionais do Algarve, no PROA, e no PROALGARVE, houve sempre uma fortíssima chamada de atenção para o Guadiana e para as relações destes concelhos Algarvios com o concelho de Mértola, porque isto constitui a unidade!”.

No entanto, este grupo, tal como os anteriores, tem a noção de que o tempo, o declínio do papel do rio, e o quadro institucional mais recente, também fizeram cair no esquecimento dos seus residentes essa noção de comunidade alargada a quem o Guadiana dava unidade, que “possa não haver na consciência das pessoas muito essa noção”. Mas é uma situação

que consideram que pode ser melhorada, que essa relação pode ser reconstruída, porque “as pessoas estão agarradas ao território e mesmo as que estão fora até voltam quando já estão reformados!”. Portanto, consideram, há capital humano capaz de sustentar esse retorno da antiga noção de unidade do território do Baixo Guadiana.

Impacto no Desenvolvimento do Território

Comunidade

Mais uma vez nesta temática do desenvolvimento local, a questão do envolvimento das pessoas volta a ser mencionada. Metade dos inquiridos - 50.9% - acha que a participação concreta das comunidades é apenas ‘média’; efetivamente, apenas uma pequena fração aponta este fator como forte (4.5%). Os residentes neste território consideram que parcerias mais robustas do que as que existem atualmente poderiam traduzir-se, concomitantemente, num desenvolvimento local mais forte e em respostas mais eficazes para problemas que são comuns ao território.

Técnicos/Empresários

Para os técnicos e empresários que atuam neste território, o atual modelo não serve o desenvolvimento “é um modelo insustentável” e, na sua opinião, há possibilidade de construir um modelo de cooperação de desenvolvimento territorial diferente, “há um espaço que temos de construir, cooperar”. Até porque a ideia é ter uma abordagem distinta, que privilegia a sustentabilidade dos recursos: “Se fosse possível [um novo modelo] iria beneficiar bastante o DS”. E é aí que o trabalho conjunto deve afirmar-se: “Para sobrevivência do território, para a sustentabilidade, é imperativa a gestão conjunta!”. Firms na sua opinião neste especto, opõem-se ao rumo que as políticas nacionais impõem: “Quem governa neste momento é este modelo económico [economicista]. Como se decide este modelo económico? Ele é-nos imposto, não nos dá falar de coisas que um modelo económico não resolve”. Em termos empresariais seria vantajoso, acreditam, porque poderia trazer economia de recursos e de serviços, a região teria mais peso e faria maior *lobby*: “seria positivo para o desenvolvimento, uma estrutura que interviesse diretamente noutras entidades; que promovesse este território como um só. Fosse a voz das empresas da região. A concertação, a conciliação entre as partes.

Trabalhando juntos em prol de algo em comum, neste caso o desenvolvimento sustentável para a região. Não sendo apenas um lado a decidir o futuro de uma região”.

Não escondem estes atores que esta ideia poderia ser difícil de concretizar, não seria perfeita, mas seria vantajosa. Devia ser experimentado este processo de desenvolvimento. A ser possível beneficiaria o desenvolvimento sustentável e é considerado imperativo para alguns em termos de sobrevivência do território. Destacam já terem sido dados alguns passos nesse sentido, “a associação (Associação Terras do Baixo Guadiana) uniu-se para os concelhos terem maior peso nas instituições públicas!”, o que para as empresas locais trouxe maior peso institucional e de *lobby* “Aí há vantagens!” (embora haja quem, no seio deste grupo, expresse uma opinião mais descrente: “Eventualmente um maior peso, mas não garantidamente”). A união de esforços colhe ainda apoio favorável por uma outra razão: “Justifica-se muito pela desertificação que há em todos os concelhos. Se houvesse essa união estaríamos muito melhor”; e pelo agrupar das capacidades de cada um, “a junção de todos os recursos, era muito positivo. Criava mais desenvolvimento económico, e com a gestão conjunta as mais-valias eram superiores”. Porque há quem destaque: o atual modelo vai acentuando as fragilidades de cada um, e os riscos são grandes, por isso a “gestão conjunta é sempre bom! evitando que alguns concelhos desapareçam. Se não, acabamos. Ficamos diluídos”.

Presidentes de Câmara

Para os Presidentes das Autarquias, uma dinâmica conjunta em torno do BG, particularmente na área do turismo, é reconhecida como vantajosa: “Seria mais fácil, mas este território teria que ganhar outra dinâmica em termos turísticos, teria que ter outra dinâmica, e articular-se em todo o BG, com todos os seus produtos”. Em função deste tipo de condicionantes, é mesmo apontada a necessidade de elaboração de um Plano de Ordenamento e de Estratégia para o Desenvolvimento de todo o BG dadas as potencialidades que o território envolve no seu conjunto, sugerindo ainda grande destaque, nesse planeamento ao modo como se interligam: “Faria todo o sentido um Plano de Ordenamento do Território que tivesse essa abrangência, e que fosse, digamos, um verdadeiro plano, não só de Ordenamento do Território, mas de estratégia para o desenvolvimento, avaliando o melhor possível os recursos e a maneira como eles podem ser ordenados, e tendo sempre presente a necessidade de sustentabilidade dos recursos”.

Para os edis não se coloca a questão de haver ou não matéria prima com que trabalhar: “Há potencialidades!”. A dificuldade maior coloca-se num plano mais político: “Só que nós temos muito pouco peso enquanto território para poder fazer valer as nossas visões para o território”. Mas, afirmam, as Câmaras podem ir desde já atuando nalgumas dimensões: “Gerir melhor os dinheiros, estar mais perto das pessoas faz todo o sentido. Gerir melhor, mais perto das pessoas os dinheiros”, isso permitiria ir avaliando os impactos positivos da gestão conjunta.

Atores chave

Para os atores chave a questão do trabalho integrado recebe uma resposta unânime: mesmo que fosse a título experimental, esse modelo de esforços conjugados será sempre indutor do desenvolvimento, tendo um efeito acelerador, de maior *lobby*, mesmo transfronteiriço, sendo mais duradouras e consistentes as decisões tomadas dentro desse enquadramento: “Haveria um potencial muito maior, com uma política conjunta. Porque as opiniões mudam, consoante mudam as pessoas nos lugares de decisão! Enquanto for assim...”. Tal como os autarcas anteriormente citados, também este grupo entende que seria igualmente positivo do ponto de vista económico, e há quem, no seu seio, avance com propostas mais ‘ousadas’, de uma gestão dimensionada a toda a área relacionada com o rio, em ambas as margens: “Aqui até vejo mais a lógica transfronteiriça. Ganharíamos em ter-mos as duas margens do rio envolvidas numa plataforma de influência”.

Independentemente das questões institucionais que tornam esse cenário muito complexo, a unanimidade regressa, entre estes participantes deste caso de estudo, quando se coloca a questão da sustentabilidade, porque entendem que esse modelo de gestão “pode ser quase auto-suficiente na produção de riqueza e até aumentar a população.” Na sua visão, ele seria particularmente eficaz, principalmente na questão do turismo, modelo que, de alguma forma, já existe em embrião (concretizado pela ATBG). Salientam também, como outros entrevistados de grupos distintos, a maior facilidade de vir a concretizar “algumas medidas que se encontram sem avançar e que considero fundamentais para o desenvolvimento, nomeadamente a navegabilidade do Guadiana”. Assim, como fazer face a políticas exógenas ao território que podem colocar em risco a sua sustentabilidade? Como um deles refere, “toda esta região está em perigo de poder entrar em toda esta massificação gigantesca do turismo de massas. Não é só criar mecanismos, mas

principalmente criar defesas e alternativas claras a esse tipo de turismo, não é contra o turismo! É contra um certo tipo de turismo de massas”. Para o fazer, os agentes locais propõem uma resposta de índole cultural: “Temos de criar identificações culturais, que possam ajudar a criar um outro tipo de turismo, o chamado turismo cultural”.

O carácter experimental e inovador, a possibilidade de por em prática uma governança geradora de clima de confiança e de ambientes criativos, as dinâmicas que criaria entre as entidades, são apontadas como largamente interessantes para o desenvolvimento do território. Para os agentes locais, poder alterar o modelo de gestão e o paradigma económico das políticas públicas teria uma índole muito transformadora, para melhor: “iria mexer com muitas coisas, com territórios, com entidades, com instituições, mas seria uma forma de por em prática as capacidades de todos, de uma forma que tinha de ser aberta, transparente, geradora de climas de confiança e também de ambientes de criatividade”. Para estes dinamizadores locais, “o custo da inação é muito grande, não se fazer, não se experimentar é muito negativo! (Mudar de modelo) seria extremamente inovador”.

Inibições/conflito de Interesses

Comunidade

Interessante a perceção da comunidade no que respeita ao tópico conflito de interesses: 64.2% dos inquiridos salienta que não existe confiança entre os atores locais. Igualmente baixos são os valores percentuais de respostas positivas quando se trata de analisar a existência de estratégias comuns e de modelos de governação e de gestão partilhada nas empresas e administração públicas, apenas um pouco melhores no que concerne às ADL.

Técnicos/Empresários

Na opinião dos técnicos e empresários, que exercem atividade profissional neste contexto, tendo portanto um elevado e diversificado conhecimento de instituições e projetos locais, a existência de conflitos de interesses não é reconhecida como tal pelas entidades, nem

sequer pelas Câmaras Municipais, pelo que será difícil uma estratégia comum. A falta de concertação é afirmada claramente: “Há interesses ímpares, conflitos de interesses. Por vezes não é o BG que se promove mas sim uma só parte”. Barreiras administrativas, interesses particulares, algumas diferenças de opinião, vícios de governação poderão provocar conflitos de interesses. Eventualmente, questões políticas: “O BG enquanto território não está reconhecido pelos presidentes de Câmara! Não está definido enquanto território, e enquanto o espaço não estiver reconhecido como tal não se vai conseguir criar nenhuma estratégia comum! O poder local está de costas voltadas”. Este facto (o não reconhecimento público das divergências) faz com que se trabalhe pouco na ultrapassagem das inibições. “Há demasiadas diferenças, que depois não eram cuidadas. Demasiados aspetos que depois não seriam tidos em conta”.

Este grupo coloca ainda um acento tónico nas comunidades: “A população antes de mais tem de querer fazer parte do BG”. Se não existir um sentimento coletivo de pertença isso funciona como um fator inibidor numa estratégia deste tipo. Mas julgam possível fazer despontar esse sentimento, para o qual aliás, como explicam, existe até um enquadramento institucional fornecido pelas leis pró subsidiariedade da União Europeia: Não me parece tão utópica [a possibilidade de uma comunidade integrada]. Havendo vontade não seria tão difícil. Já há um agrupamento europeu para estes territórios do Alentejo, Algarve e Andaluzia, Incluindo Espanha”. Nestas respostas há quem ponha antes o acento tónico de, aparentemente, o turismo ser a única força motriz que poderia conduzir ao desenvolvimento desse tipo de solução. No resto, afirma-se receoso das boas intenções, mesmo que só afirmadas de forma ténue: “Tenho algum receio da gestão conjunta, por causa das câmaras municipais que têm muitos vícios, com a perspetiva de desenvolvimento na construção [imobiliária motivada pelo turismo]”

Presidentes de Câmara

Para o grupo dos autarcas que foi inquirido, os fatores inibidores ou geradores de conflito de interesses que são apontados são o ordenamento (“tem sido um obstáculo”) e o planeamento territorial, assim como o facto de alguns atores evitarem discutir esse assunto, o défice de participação pública e uma mentalidade pouco aberta a modelos diferentes em relação ao que está instituído. Em relação aos seus munícipes, os eleitos queixam-se principalmente do “défice de participação. As pessoas estão muito

concentradas nos seus problemas” Este comportamento, quanto a eles, é muito inibidor da concretização de um Modelo de Gestão Conjunto do BG.

Mas os Presidentes não deixaram as críticas cair apenas sobre os outros, viram-se também para a sua própria responsabilidade, na qual “a principal questão é a mentalidade, tem que haver alguma libertação de egoísmos mais de... pequenos protagonismos, tem que haver essa visão mais alargada, e penso que o melhor modo, a melhor forma de encontrar os modelos mais certos e que melhor se ajustem nem sequer é pela aplicação de um quadro normativo vindo de cima”. Há assim um apelo à ação própria. É inevitável o reconhecimento, pela sua parte, de que as ânsias de protagonismo e mesmo as personalidades dos autarcas são igualmente um obstáculo, tal como podem ser uma mola impulsionadora, como testemunha um deles, justificando que esses diferentes resultados são marcados “até pelos traços de personalidade de cada um dos Presidentes de Câmara, pelo entusiasmo que põe, pela visão que tem, por um conjunto de fatores”. Numa espécie de concorrência, reconhece um deles, uma corrida de protagonismo político que os leva a ter dificuldade em trabalhar coletivamente, e com transparência, um conceito como este de Gestão Conjunta: “fogem em reunir desde que eu meti esse ponto em cima da mesa! Pensam que sou eu que quero ser presidente disto tudo”.

Atores chave

Para os atores chave, um dos fatores inibidores da criação de um território do BG que maior peso específico apresenta é a lógica administrativa existente, a tradição municipalista: “Não será fácil pelo lado administrativo. Temos um país municipalizado e quando isto acontece, cada município trabalha para si próprio, promovendo o seu próprio município, não tendo uma visão mais ampla”. Essa dificuldade ao nível do poder local estende-se aos organismos do Estado central, “basta ver os constrangimentos entre as duas regiões (Alentejo e Algarve) nas quais o QREN funciona de maneira diferente nas duas regiões, com regras diferentes”. Nesse caso, defendem os atores locais, é o Estado que precisa de fazer a necessária aprendizagem de uma visão conjunta, de rever a artificialidade da fronteira entre as duas regiões e a forma como são implementados os Quadros Comunitários de Apoio, que, de alguma forma, nunca contemplaram o Guadiana como eixo de desenvolvimento estruturante, de eliminar “esta fronteira ente o Alentejo e o Algarve, uma coisa perfeitamente artificial”.

Para estes entrevistados o Estado cristalizou a sua visão em torno de um paradigma histórico, herdado do tempo da reconquista medieval, de que existe, entre estes dois grandes territórios, “uma fronteira que é perfeitamente clara na serra algarvia. Isto nunca teve em conta o Guadiana” e continua a não ter, apesar de, também historicamente, o Guadiana e a sua envolvente, principalmente de Mértola para jusante, ter sido sempre um território distinto, particularmente da grande área que se designa de Alentejo. A constituição de um novo espaço, com um modelo de gestão conjunto, “iria mexer com muitas coisas, com territórios, com entidades, com instituições”. Aí sim, essas alterações na lógica de funcionamento e nas práticas de governação territorial das instituições, são vistas pelos atores chave como capazes de despoletar eventuais conflitos de interesses. Porque “esse modelo teria também que envolver um conjunto de entidades e envolver um conjunto de governança que apelassem a uma dedicação conjunta, quase equitativa para objetivos em conjunto”. Por fim, cientes da importância dessa alteração, os entrevistados apelam à criatividade, à inovação: “São precisos modelos, mas tinham que ser completamente diferentes daqueles que os modelos de governação territorial vigentes praticam”.

Mecanismos de Implementação e Papel dos Atores Locais

Comunidade

Para os membros da comunidade que participaram destes inquéritos, a criação de um Encontro Anual onde os assuntos relevantes do território fossem abordados, é referida por 89.9% das respostas como um importante mecanismo que poderia contribuir para uma melhor gestão partilhada com atores locais. Dentro do espírito de favorecimento do trabalho em partilha / conjunto que têm defendido em quesitos anteriores, também aqui referem entender que a constituição de uma associação dos quatro municípios seria mobilizadora para o território.

Técnicos/Empresários

Os técnicos e empresários defendem a organização de um “modelo de gestão conjunta em macro escala”, que, igualmente, permitisse a concretização de “projetos estruturantes, com dimensão, plano de atividade conjunta para o território”. Cientes da necessidade de

uma estrutura formal, sugerem a constituição de “uma estrutura jurídica que dê-se corpo ao território, uma entidade que juntasse os vários concelhos [gerida a partir de] reuniões mensais dos presidentes”, com o objetivo claro, propõem, de preparar “candidaturas conjuntas” Sugerem o desenvolvimento de esquemas de gestão que estejam de acordo com uma nova “visão geral do território, sem ser só o somatório das partes”. As sugestões estendem-se às críticas aos organismos existentes. Querem estruturas que sejam “contrárias à AMAL (Associação de Municípios do Algarve), porque são apenas espaços burocráticos. Porque é um centro burocrático!”. Parece-lhes fundamental que se crie “uma estrutura com todos os municípios, as entidades regionais, as entidades intermédias, associações empresariais, universidades, associações ambientais, culturais”. Diferente do esquema habitual em que “os presidentes das câmaras podem ter direito de veto”, conceito ao qual se opõem. Apesar de acharem que não deve ser excessivamente alargada (“para ser gerível”) sugerem a constituição de “uma estrutura que interviesse diretamente noutras entidades; que promovesse este território como um só. Que fosse a voz das empresas da região”.

Claro que, no modo de ver dos técnicos e empresários, é fundamental associar neste projeto “uma entidade que é a população geral. Usando [sugerem] a participação pública através da internet; que tivesse um modelo de decisão que salvaguardasse o interesse coletivo. Dando-se-lhe a importância que merece, valorizando a opinião pública”. Um outro aspeto que destacam, sequente criação desta estrutura, é a urgência de se elaborar uma estratégia conjunta para o território. Acabar com fronteiras que ainda existem, incluindo com os espanhóis. Como um dos inquiridos sugere, poderia ser implementada “uma região piloto experimental, criando articulação, cooperação de base capital humano, potenciar o capital social. São as pessoas que se juntam porque querem. É um processo que se deve iniciar, e que se vai robustecendo. E já há modelos experimentais: os AECT - Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial, (refira-se no território a AECT da Faixa Piritosa), as Euroregiões (de que é exemplo a Euroregião Alentejo, Andaluzia, Algarve, criando o que é fundamental, a articulação”.

Acrescentam ainda que uma organização deste tipo seria importante também pelo seu papel de desbloquear os conflitos, de promover “a concertação, a conciliação entre as partes.” Desta forma, seria mais fácil atingir aquele que deverá ser o objetivo comum de todas as partes: “o desenvolvimento sustentável para a região”, e de forma democrática,

“não sendo apenas um lado a decidir o futuro de uma região”. Sem se esquecerem de sugerir, com o seu espírito pragmático, de que “é preciso de ter dinheiro para se gerirem as coisas”. Em resumo, como se poderia expressar a sua opinião sobre esta questão: este grupo deseja a criação de uma “estrutura flexível, pouco burocrática, descentralizada, baseada na cooperação entre instituições. Com personalidade jurídica”, e que não se deixe “a gestão única e exclusivamente só para as câmaras municipais”; com esta iniciativa criar-se “uma autoridade conjunta que seria o BG, para ganharem força todos juntos”.

Presidentes de Câmara

Por sua vez, os Presidentes das Autarquias reclamam contra o centralismo do Estado, defendendo a descentralização e a transferência de competências como possibilidade de abrir o caminho à criação de uma sub-região; defendem que “deve haver passagens de competências do poder central para o poder local, e particularmente se criar uma sub-região”. Apesar das dúvidas que um e outro expressam, entendem que se poderia “criar uma estrutura supra municipal. Mas com competências em que as autarquias passassem para lá”. Reconhecendo que o papel das Autarquias enquanto agentes e promotores de desenvolvimento económico, assumem que faria sentido que houvesse uma maior aproximação, uma maior articulação e que existissem objetivos comuns que pudessem aliar as diferentes entidades para o desenvolvimento, por exemplo “as associações de desenvolvimento local, aquelas que já estão no terreno, dando-lhes outro protagonismo, assumindo-os como parceiros, procurando dar-lhes outra força. Em conjunto poder-se-á desenvolver um trabalho importante”. Assim como uma maior proximidade à comunidade, “em termos de transportarem uma outra mensagem às pessoas”.

Atores chave

Os atores chave, no que respeita aos mecanismos, destacam que já existe, no plano das Associações locais, um embrião do que poderia ser um modelo para a gestão conjunta dos quatro concelhos (e até alguma articulação com Espanha): “Temos a Associação Terras do Baixo Guadiana! As Terras do Baixo Guadiana, podem ser muito promovidas, muito desenvolvidas, o embrião. Através do LEADER já começamos a articular!”. Entre os agentes locais há algum consenso sobre o facto de que a constituição de “uma agência para o desenvolvimento seria o mais correto! Precisamos ter uma coisa não só política; com os 4 municípios; com as associações que lá estão; com empresários que tenham influencia” e, interessante, fazem a mesma ressalva que os técnicos e empresários também

haviam expressado: “que os municípios não mandem, todos ao mesmo nível. Aí temos uma lógica de promoção turística e empresarial conjunta. Uma política económica comum”.

Esta sugestão dos atores é muito interessante, pois avança no sentido da co-responsabilização e da participação, evoluindo bastante em relação às situações de dependência e conformismo ou inação que tem caracterizado o território, completando com a sugestão de uma repartição de capital em partes idênticas: “50% público, 50% privado, para haver equidade entre uma coisa e outra”, talvez até existir “um conselho consultivo”. Fóruns anuais de debate, além da possibilidade (mais tradicional) de uma associação de municípios, incluem-se na lista de sugestões deste grupo quanto aos mecanismos necessários: “Uma associação de municípios, numa lógica de promoção conjunta, voltado para o negócio. Temos de criar riqueza no território, o resto acontece por si! Trazer pessoas e criar riqueza! Com uma afetação por parte do orçamento de cada um dos municípios, promovendo conjuntamente, com uma promoção muito bem definida”.

À semelhança de sugestões feitas pelos outros grupos de inquiridos nesta investigação, sugerem, inclusivamente, que se possa “avançar com um plano de estratégia conjunto para aproveitamento dos recursos já identificados e já existentes”, visando contornar duas das grandes dificuldades que travam o DL sustentável: a burocracia e as fronteiras mentais. Para estas sugerem um método: “Primeiro tem que se ganhar confiança em coisas simples, o dia-a-dia, no trabalho em conjunto, de pequenos projetos, convinha ter uma ideia de aproveitamento de recursos e de algumas tendências de desenvolvimento para este território, um ponto de vista estratégico e não quer dizer que seja vinculativo, orientador”. Assim ganhar-se-ia confiança entre os atores locais. Partir de soluções mais simples, sempre envolvendo as pessoas. No decurso das entrevistas, sugeriram igualmente a utilidade de fazer ‘benchmarking’, de procurar exemplos de outros territórios com experiências similares: “Podemos tentar ver que modelos é que são os envolvidos em áreas que os rios servem para comunicar e servem para desenvolver projetos em conjunto por essa Europa fora, temos o Reno, eventualmente no Danúbio, são outras dimensões”.

Os atores locais consideram muito importante “ver como os outros funcionam e tentar adaptar aqui”. Ou até mesmo as possibilidades abertas pela cooperação transfronteiriça, que pode permitir consolidar a criação de uma sub-região, integrando as duas margens da bacia hidrográfica, neste troço, porque este território “não é só o território português. Tem a ver com a bacia do lado espanhol que é precisamente igual à nossa, virada para o rio. Portanto, há aqui um território muito interessante à volta da bacia do Guadiana”. Segundo os atores locais, no quadro da legislação europeia, para as regiões de fronteira, existem já “instrumentos como as AECT; áreas de paisagem natural transfronteiriça, coisas que foram recentemente criadas e são relativamente pouco ‘pesados’ [em termos legislativos]”. E relevam dois aspetos, transversais, mas que destacam: “começar sempre pelo mais simples. E envolvendo as pessoas!”.

Legitimidade do Modelo

Comunidade

Para que exista legitimidade no modelo que viesse a ser constituído para a gestão coordenada do BG, bem como para assegurar a participação de todos, a comunidade, numa clara maioria de opinião (90.9%), refere como relevante ou muito relevante a criação de uma estrutura coordenadora para todo o território; um número ainda mais expressivo de 98.4 % defende formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede, que favorecem consensos e criem ambientes de confiança.

Técnicos/Empresários

Este grupo de informantes desta investigação considera fundamental que, seja qual for o modelo, este deve ter personalidade jurídica “para poder reivindicar”, assim como deve existir “articulação entre população, a comunidade e instituições”, que assegure a efetiva partilha de interesses e informação entre todas, de modo a legitimar as decisões, que salvaguarde o interesse coletivo. Chamam a atenção, como já sucedeu tantas vezes noutros tópicos, para a necessidade de fazer intervir a população em geral; consideram mesmo que a comunidade “tem de querer fazer parte do BG. Parte sempre pelas pessoas! A população tem que sentir-se integrada, então sim podemos avançar”. A legitimidade viria do próprio modelo. Se todos participassem na sua criação estaria legitimado. Poderia ser referendado, seguindo o mesmo caminho de legitimação de outros processos

semelhantes, no quadro das fórmulas jurídicas da EU. Este procedimento, destaca um ator local “seria mais honesto. Por isso as pessoas devem serem ouvidas através de referendo, um processo democrático!”. Como é evidente, essa entidade ser estruturada de modo a que “juntasse os vários concelhos”. No fundo, na análise que fazem, as razões não deixam de ser práticas, objetivas para essa vontade de unir esforços, daí o seu raciocínio: “Os territórios juntam-se pela funcionalidade, pelas pessoas”.

Presidentes de Câmara

Para os Presidentes dos municípios, não é clara a forma como poderá ser implementado o modelo, no sentido de o tornar legítimo. A legitimidade desse modelo de gestão conjunto pode também vir a resultar de vários processos. Pode ser um somatório de ações. Deve ser flexível e informal. Pode ainda ser apenas um modelo de gestão conjunta por projetos/por processos, não se colocando a questão da legitimidade do modelo. Mas, seja qual for a versão que lhes pareça mais funcional, os eleitos nunca expressam o desejo de ‘anular’ a configuração política e administrativa tal como existe, portanto, entendem que essa outorga deve ser feita “mantendo os municípios”.

É também defendida a descentralização como possibilidade de encontrar uma via de organização de um modelo deste tipo e assim legitimá-lo: “Faz todo o sentido criar um programa que defenda a descentralização de competências e meios, aqui nestes municípios”. Coerentemente com o que tinham defendido antes, sustentam que “descentralização é uma forma de legitimar”. Para os Autarcas, essa certificação institucional e legal também pode ser obtida por escrutínio. A Reforma da Administração Local (em discussão) é apontada como uma possibilidade que poderia abrir a oportunidade para defender uma nova estrutura ‘regional’ no BG.

Atores chave

Os atores chave colocam a questão no plano da representatividade local, social. Para eles é claro que “houve vários modelos [propostos], e vai haver e ainda haverá outros. Há muitos modelos possíveis!”. Consideram que seria interessante as diversas entidades que estão sedeadas neste território “começarem a juntar-se, irem pensando como esse modelo se implementaria”. Numa opinião expressa de forma mais detalhada por um dos entrevistados, percebe-se que defende um modelo de gestão conjunto “sustentado na responsabilidade individual e coletiva de cada indivíduo/entidade”. Nesta argumentação,

conclui-se que a legitimidade advém do facto de as decisões serem partilhadas. Portanto, se tiverem representatividade junto do conjunto dos atores locais, se tiver o apoio popular, têm legitimidade.

Um outro contributo sugere a criação de uma entidade autónoma – um provedor - que garantisse o equilíbrio do modelo, em termos de legitimidade das decisões, e de garantia da existência de consensos: “a ideia do provedor é interessante! Tem de ser alguém que seja respeitado tanto por políticos como por empresários”. Alguns atores sustentam que desde que integrem processos de Participação Pública, garantem legitimidade ao modelo, por se basear na ideologia da ‘governança’, que se auto legitima (processos referendários de proximidade): “Mas que a PP seja mais integrada dentro deste fórum para irem tendo estratégias para que possam ganhar todos, empresários e políticos! Que as pessoas e entidades se juntem 4 ou 6 vezes por ano para irem tendo estratégias para que possam ganhar todos e assim ganha o território. Que discutam e decidam. Que funcione em conjunto”.

A escolha dos modelos com maior legitimidade passa, no raciocínio dos atores locais, pela perceção do sucesso ou possibilidades de várias instituições já existentes. Por exemplo, na opinião manifestada em relação às Terras do Baixo Guadiana, consideram que ela poderia dar esse enquadramento, “na medida em que as TBG ganhem expressão de apoio popular, de apoio económico”. Esta figuração aproxima-se de um tipo já várias vezes mencionado: “uma agência para o desenvolvimento seria o mais correto!”. Mas também pode ser uma entidade de representação coletiva, onde o que consideram relevante é que cada uma das participantes incorpore os interesses conjuntos nas suas atividades, estratégias e planeamento. Comenta-se igualmente, nas suas respostas, o caso das estruturas empresariais: “em vez de 4 gabinetes de apoio aos empresários, podíamos ter só um para todo o território”. Surge inclusive a sugestão de que a TBG pudesse “integrar as Associações de Empresários”. Para já, segundo as suas respostas, era importante começar a incorporar estes interesses conjuntos “em cada um dos seus atos do quotidiano, no seu planeamento nessas coisas”.

Modelo Conjunto de Gestão do Território

Comunidade

Na sequência da questão anterior, uma grande maioria dos inquiridos da comunidade residente (84.7%) indica o seu acordo de que um modelo de governação territorial poderia aumentar a participação pública, assim como concordam, maioritariamente (64,1%), com uma estratégia de desenvolvimento comum. Nas sugestões que lhes são pedidas para tornar mais concreto o processo de desenvolvimento local, as formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede são apontadas como formas de estímulo relevantes, ou mesmo muito relevantes.

Técnicos/Empresários

Para este grupo, esta questão de poder existir um modelo conjunto de gestão gera ainda dúvidas, o consenso não é total. Em primeiro lugar, alguns dos inquiridos consideram que é preciso construir essa forma de governação, uma vez que o território ainda não está assim construído, formalmente não tem essa configuração. Por isso há quem afirme: “Se é um território uno, tem que ser evolutivo, não é ainda. É complementar. Como espaço, como território, não está constituído”. No entanto, para outros, o problema é inverso, o território está constituído naturalmente – “Há um território! É o Baixo Guadiana”, e que foi posteriormente repartido administrativamente, de forma artificial em relação à sua coesão e funcionamento natural. Quem defende esta posição argumenta que os recursos são os mesmos, há semelhanças entre os concelhos portanto, “em termos de território cada vez mais, devemos ter uma visão global”. Mas para a maior parte, uma estratégia comum seria benéfica para os 4 concelhos, robustecia os processos e impedia conflitos entre as Câmaras: “Inteiramente [de acordo]! Uma solução: - Modelo de gestão conjunta do território, a vários níveis, poderia ser bom”. A concordância vai ainda mais longe, considerando o impacto positivo na gestão de projetos estratégicos, “porque os projetos seriam previstos em comum evitando conflitos entre as câmaras”.

Outro aspeto onde a concordância é bastante generalizada é o papel que o Guadiana deve desempenhar, como elo de ligação entre os concelhos, contribuindo para uma visão global. E como fator motivador relevante, para toda a população, sem poder haver reclamação de prioridade, já que “é o Guadiana que nos une”. Desta forma, na opinião destes agentes locais, evitava-se o que sucede atualmente: “Cada um está na sua capelinha. Sabe-se da importância das coisas, mas enquanto não se envolver as populações as coisas serão sempre bastante complicadas. Não há desenvolvimento sem

envolvimento das pessoas. Tem de se encontrar uma forma de as envolver”. E avançam de imediato com sugestões: “A navegabilidade melhorada era mais importante para todos. Permitia uma maior união”; ou ainda: “cooperação em projetos que são iguais e comuns a todos, como os recursos [refere-se aos produtos]”. Destacam que, até por uma questão de densidade demográfica era importante esta visão conjunta, e conseguir envolver as pessoas neste processo: “Se houvesse união haveria partilha. Justifica-se muito pela desertificação que há em todos os concelhos. Se houvesse essa união estaríamos muito melhor”. Porque existem riscos. Como um deles salientou: “Se calhar se juntassem tudo, uma era capaz de ser o complemento da outra. Se não fizerem isso Mértola e Alcoutim daqui a 15 ou 20 anos não existem”.

Mas também há receios de outra natureza, porque a ideia de centralização causa algum receio “Tenho algum receio da gestão conjunta, é complicado! Se isso provar que o BG tem um potencial enorme, é lavar por aí acima com mais PIN, se for nesse sentido, não concordo nada! Prefiro as coisas como estão”. É um problema que é preciso resolver, criar maior união, e ter processos de auscultar a opinião de todos nas decisões para o território. Há quem ache que se estão a dar já passos positivos: “Estamos a ultrapassar conflitos imediatos. Temos algum plano definido de uma forma tradicional? Temos de resolver o nosso problema”. Portanto, novas soluções impõem-se.

Presidentes de Câmara

Nos Presidentes de Câmara encontramos opiniões desfavoráveis a um modelo comum. “Talvez não concordasse. Nessa lógica do BG talvez não!”, diz um deles. Parece-lhe ter maior viabilidade a possibilidade de um modelo baseado em defesa de interesses comuns “que se possa desenvolver conjuntamente”. No entanto, as opiniões favoráveis parecem mais consistentes na abordagem, encontrando mais justificações/contributos de um modelo conjunto para o desenvolvimento: “Faz todo o sentido um modelo de gestão conjunta para este território, [porque] a capacidade de *lobby*, de investimento até das Câmaras seria maior se fosse em conjunto. Mesmo a negociação ou a articulação com Espanha teria mais peso”.

Com o tipo de argumentos acima referidos, reconhecem os informantes que poderão haver ganhos em considerar o BG como um único território, nomeadamente em termos de peso

institucional, e “se houvesse uma maior articulação territorial, é indiscutível, provavelmente o processo de desenvolvimento do BG teria tendência a ser mais rápido por um lado e mais impactante [ao nível dos investimentos] por outro. Se, como dizem, em conjunto “refletíssemos alguns assuntos, em algumas matérias nesse âmbito, a essa dimensão territorial”. Mas como estas questões não são desligadas do quadro formal, que eles conhecem bem, não deixam de salientar a necessidade de regulamentação que permita e facilite este tipo de processos em territórios com estas especificidades: “este tipo de situações merecia outro tipo de quadro a regulá-las, porque haveria ganhos seguramente. São realidades tão específicas que mereciam fugir a esse formato tradicional que tem um carácter mais geral e que depois nestes casos particulares resulta numa dificuldade extrema em fazer o que quer que seja”.

Atores chave

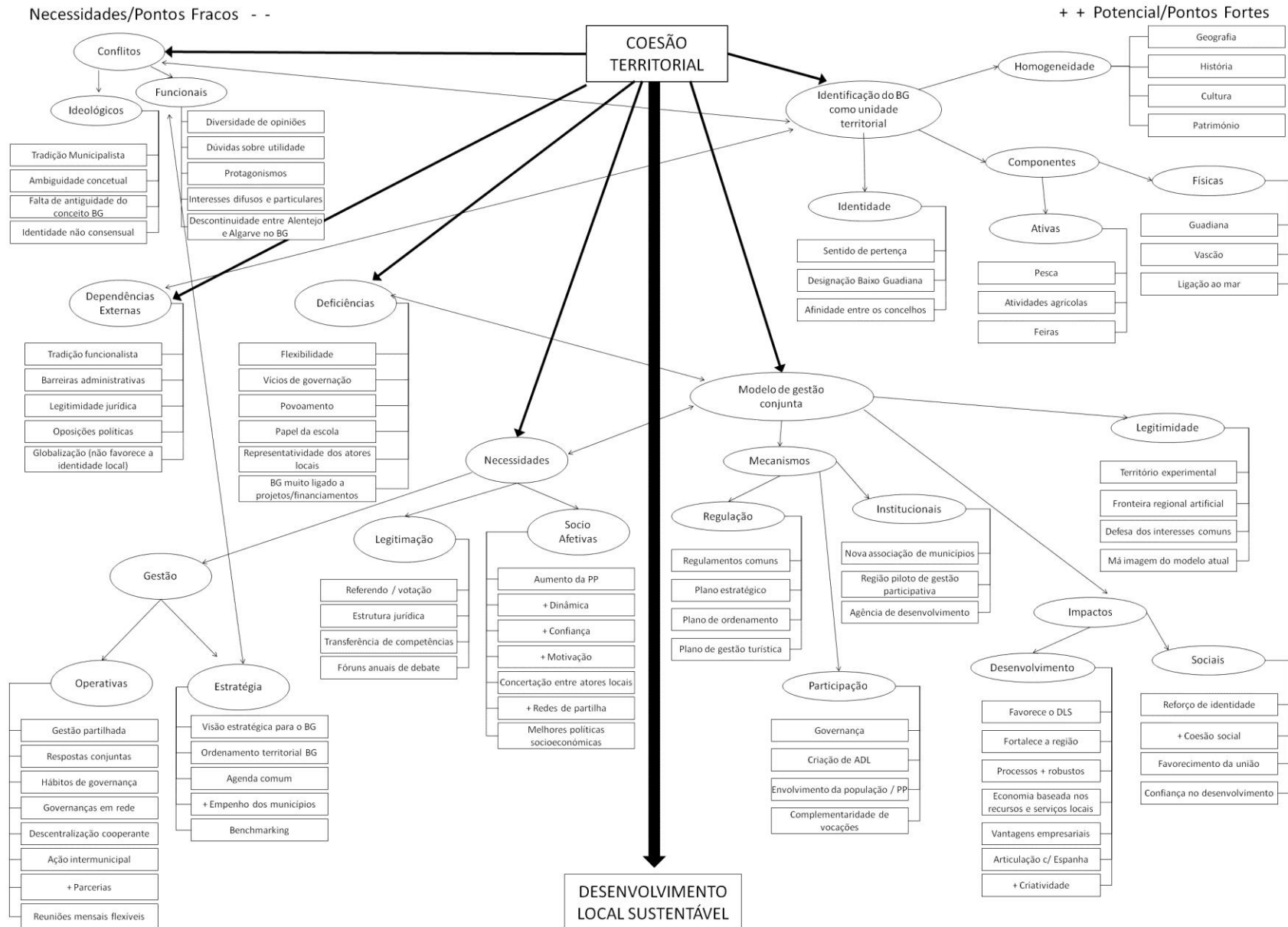
Os atores chave vão ainda mais longe na sua visão para a reorganização do território. Para alguns, não é suficiente o Baixo Guadiana ser visto como um único território (opinião da maioria). Para alguns deve ser até transfronteiriço. Um deles até destaca o facto que “Mértola inclusive não pertence ao Alentejo, do ponto de vista histórico e do ponto de vista económico pertence ao Algarve, pertence ao Sul! o Guadiana tem a ver com o Sul. Tem a ver com esta bacia gigantesca, esta fantástica bacia hidrográfica”. Por essas razões entendem que as pessoas sentem necessidade de alguma coisa que agregue os 4 concelhos, e por isso um deles afirma mesmo: “sempre defendi as regiões”, e um Modelo de Gestão comum aproxima-se desse conceito. Os atores são, inclusive, favoráveis à utilizando o rio como veículo de ligação entre os dois lados da fronteira, numa aproximação a Espanha, alargando o território de trabalho comum ao espaço da bacia hidrográfica deste troço do Guadiana: “Se forem os 4, têm muito mais peso. (...) Já era uma unidade económica com peso! A Andaluzia tem uma entidade muito forte! Os da Estremadura são quase alentejanos!”. Todos estes passos permitiriam um trabalho coordenado que todos consideram de grande utilidade. Do conjunto de respostas dadas, deduz-se que, para todos eles, o que predomina é uma lógica de dinamização do rio.

Igualmente os atores locais entendem que existe a necessidade de novas formas de governança, conjunta, participada, na estratégia comum que permitiria a realização de “um conjunto de iniciativas em que haja participação e que haja difusão dos resultados”. No seu modo de ver, a atual “forma de governança do BG também não propicia essa

coesão social e territorial”, preconizando a necessidade de um modelo diferente. É neste sentido que alguns dos entrevistados afirmam que há alguma lógica em experimentar um modelo de gestão comum e que poderia traduzir-se em maior peso político, até nas negociações com Espanha, no reforço da identidade, numa visão estratégica abrangente: “este território apresenta condições para um conjunto de entidades trabalharem em conjunto, é possível desenvolverem modelos, que até podem ser experimentais, de aproveitamento de recursos”, naquilo que poderia ser, como dizem “um território experimental”, no qual se poderia “tentar ir contra tendências muito fortes que estão a tornar estes espaços cada vez mais repulsivos e ineficazes para as comunidades viverem com alguma qualidade de vida, aqui nestes espaços”, uma conclusão com a qual recusam liminarmente qualquer convivência.

Para os agentes locais parece evidente que o território tem muito potencial mas necessita de outra forma de governança, mais autónoma e participada. Nesse modelo de trabalho conjunto que defendem, salientam que as vantagens são até financeiras, tendo em conta a economia de escala e a escassez de recursos: “Estamos a ver é que, aqui, existe potencial para partes de territórios que já existem, já têm identidade consolidada poderem aproveitar este espaço territorial para seu próprio benefício”. Apesar das dificuldades (“O dinheiro cada vez mais é um bem escasso e o território extremamente vasto”) mantêm a defesa de que “o território tem toda a lógica de funcionar em conjunto! Se vai funcionar...não sei, mas acredito que caminhemos mais para que funcione. E com muito potencial”, porque acreditam que é um modelo com “vantagens muito grandes, essenciais”.

Figura 7.3. - Esquema do Subtema Coesão Territorial



Fonte: Elaboração do autor

SUBTEMA: ATORES

No domínio específico e muito particular dos atores, os destaques vão para duas ideias centrais, estruturantes mesmo, da análise que é realizada pelos quatro grupos: a de que os atores são os elementos fundamentais para a possibilidade de desenvolvimento deste território, e de que há ainda muito caminho a percorrer no sentido de aumentar a qualidade da sua ação e, muito particularmente, para aumentar a eficácia do seu esforço.

Há ainda a destacar um generalizado consenso em torno de uma certa ideia de identidade (mesmo por parte daqueles que são “exógenos” - por naturalidade - ao território do Baixo Guadiana), de proximidade emocional com as populações e com os seus problemas, do mesmo modo que existe uma clara perceção (até por parte dos próprios) de que essa proximidade não existe entre eles mesmos.

Sub Tema: ATORES

Categorias / Sub Categorias: - Características e estrutura

- Debilidades
- Contributo para o Desenvolvimento Local
- Capital Social
- Dimensão
- Influência no Desenvolvimento Territorial
- Capacitação

Características e Estrutura

Comunidade

A análise às características e estrutura da comunidade apresenta os seguintes valores: 7,6% são empresários, 4,4% estudantes, 81,5% trabalhadores por conta de outrem e 6,5% profissionais liberais. Mais de 50% identifica-se com o território e em mais de 73%, esse sentimento é considerado forte/muito forte; 80,2% atribui muita importância às parcerias no BG e salientam que elas são mais visíveis nas ADL e nas CM do que entre outro tipo de entidades.

Nesta avaliação dos fatores, o dado que mais se salienta é, de novo, a elevada percentagem de inquiridos que afirma a sua ligação emocional com este território (74,7%), a que se

segue a qualidade de vida, com valores ligeiramente superiores à metade das respostas. É perceptível a dimensão das dificuldades a enfrentar num projeto de viabilização deste território, através da governança e de um Modelo de Gestão Comum, quando fatores como confiança entre as pessoas, fortes lideranças locais e ideia de sustentabilidade deste território não atingem os 40% de respostas positivas. Para lá das deficiências ao nível da capacitação e dos constrangimentos do capital social e da sua capacitação, alguma desilusão e resignação surgem aqui expressos seguramente nestes valores.

Tabela 7.14. – Fatores existentes no território identificados pelos informantes/inquiridos

Fatores existentes no território	SIM	NÃO
Confiança entre as pessoas da comunidade	32,1	67,9
Criatividade de iniciativas que ocorrem	47,2	52,8
Fortes lideranças locais	39,8	60,2
Ética e boas práticas na governança local	40,1	59,9
Boa qualidade de vida	58,0	42,0
Sustentabilidade (futuro) no processo de D	39,8	60,2
Transparência na gestão do território	34,9	65,1
Inovação nos projetos dinamizados	48,4	51,6
Ligação emocional com o território.	74,7	25,3
Ânimo para lutar pelo desenvolvimento	57,4	42,6

Fonte: elaboração do autor

Técnicos/Empresários

As parcerias e a articulação são importantes, para este grupo, para conseguir melhores resultados, e acrescentam: “tem que haver muito mais cooperação no território do BG”. Quando há ligação ao território, afirma um dos entrevistados, é mais provável, o interesse os indivíduos pelo desenvolvimento, “é mais fácil envolvermo-nos quando estamos emocionalmente mais próximos dos sítios onde vivemos”. Tem havido projetos conjuntos mas em que cada parceiro faz as suas atividades, significando este facto que as parcerias são pouco robustas e pouco consequentes. Apesar de tudo, salientam, há associações que dão bons exemplos de parcerias e que envolvem o território “que fazem um bom trabalho em parceria com vários atores e isso também se vê no desenvolvimento”, “há pessoas que fazem bom trabalho”. Destacam que a concorrência pelos apoios financeiros pode não

ajudar à consolidação das parcerias, que esse é um modo de funcionar bastante contraproducente.

Para os técnicos e empresários, que tão bem conhecem os eventos que decorrem no território em análise, as atividades onde se nota maior entrosamento social e até confiança, são os eventos culturais, bem como nas feiras locais. No que respeita a boas práticas relativamente à importância de potenciar o capital social, em termos de desenvolvimento do território, citam exemplos: “Mértola soube estimular muito bem as parcerias para o desenvolvimento. Foi um capital social importante naquela altura, talvez o [aspeto] mais importante de todo aquele projeto”. No mesmo plano de análise, referem que também é importante o capital social acumulado, nomeadamente o conhecimento sobre os recursos e a sua preservação, pois, como salientam, “há alguns recursos que só existem porque as gerações anteriores tinham esse Conhecimento que esses recursos deviam ser preservados”.

Presidentes de Câmara

Neste tópico, a opinião dos presidentes das autarquias envolvidas no estudo foi muito sintética. Referiram a falta de articulação entre os atores do território (“Não tem havido essa articulação”), particularmente nas Câmaras Municipais mas também em relação a outras entidades: “há alguma articulação, podia haver muito mais também, como é evidente da parte de todas as entidades”. Manifestaram o desejo de que essa articulação devia existir.

Atores chave

O especto que os atores locais destacaram neste tópico tem muito a ver com o associativismo e com os seus agentes dinamizadores. Na sua avaliação, “na região existe um número de associações e atores locais interessante”, algumas com desempenho na totalidade do território, particularmente a ODIANA e a TBG, cujo raio de ação esbate um pouco a divisão administrativa. Falando de uma delas, regista-se um testemunho altamente positivo: “A Terras do Baixo Guadiana tem feito mais pela economia daquele território do que se calhar os municípios todos juntos, e de uma forma não política. Consegue ter uma visão do Algarve Litoral até ao extremo do Alentejo”. Demonstrando ter capacidade para funcionar bem em termos administrativos com vários municípios, segundo opinião registada, porque “o território sobrepõe-se aos limites políticos e

administrativos”. Para quem trabalha nesta ADL não existem duas regiões, mas sim um território. A demonstração da eficácia dessa articulação até tem atraído algum investimento privado, que de outra maneira não surgiria.

Nas suas respostas, os atores locais também concentraram um pouco da expressão da sua visão na questão da fragilidade do capital social, mas dando exemplos de boas práticas, de projetos em que essa fraqueza foi vencida, onde se procurou a viabilidade do território: “Um dos principais eixos do projeto de Mértola foi incentivar parcerias verticais e horizontais entre as várias instituições e mesmo entre pessoas. Sem isso, sem essa conjugação de interesses, nem metade tinha-mos feito. São essenciais para o desenvolvimento local. E só assim se mantém a sustentabilidade de qualquer projeto de desenvolvimento territorial”. Em termos da articulação entre as parcelas do Alentejo e do Algarve que pertencem ao BG, são apontados os colóquios entre as duas regiões, o investimento conjunto mais por via do Programa Leader, e outros: “Tem havido pontos em que temos estado juntos, em que se tem discutido. O PROALGARVE tem explicitamente a importância da ligação com Mértola!”. Mas as dificuldades de concretização de tantas destas ideias e visões para o território também são testemunhadas, nem que seja em desabafo: “Mas depois na prática...”.

Debilidades

Comunidade

A comunidade reconhece que uma das suas debilidades é o pouco envolvimento com o território, verificando-se mesmo que 60.4% dos inquiridos refere que não conhece uma boa parceria da zona em causa.

Mas a sua opinião relativamente às debilidades não se fica por este espectro, digamos, do domínio físico relativamente ao território. Reconhecem ainda que existe, da sua parte, uma grande lacuna no que se refere à participação pública, já que mais de 70% reconhecem não exercer qualquer atividade neste domínio. Mas a sua crítica não é meramente para consigo própria: cerca de dois terços dos inquiridos acha que não existe ética na governança, e que é inexistente a confiança entre os atores locais que atuam no BG.

Tabela 7.15. – Aspectos existentes no território identificados pelos informantes/inquiridos

Aspectos que existem no território	SIM	NÃO
A ética na governança	38,6	61,4
A confiança entre os atores locais	35,8	64,2
A participação pública	28,1	71,9

Fonte: elaboração do autor

Técnicos/Empresários

Para este grupo, existem debilidades que são estruturantes, que resultam de circunstância externas, algumas espelho da evolução histórica, social e política da região. Nestas, incluem a baixa densidade populacional a par da existência de demasiados, e muito dispersos, micro aglomerados. Outra grande dificuldade salientada por eles é o território do BG estar repartido por duas regiões administrativas distintas: “As CCDR deviam ter projetos para todo o território e articular mais. Duas regiões não facilita haver projetos mais coletivos”. Também é uma debilidade apontada nestas respostas, a ideia de um território já a ‘duas temáticas’, porque, segundo eles, os concelhos de Vila Real e de Castro Marim já estão mais virados para outro tipo de vivência de turismo de massas.

Por outro lado, e tal como nas respostas da comunidade, também referem como fraqueza a falta de confiança entre muitos dos atores, que entendem motivada por poucas oportunidades de relacionamento. Que se estende a alguma desconfiança nas governanças locais, também por falta de uma agenda conjunta: “Se eles próprios (as Câmaras Municipais) desenvolvessem mais projetos em conjunto e de interesse para todo o território, isso dava mais oportunidades de relacionamento ente as pessoas porque o problema é essa falta de oportunidades e de motivos para as pessoas se relacionarem”. Falta de confiança que se estende aos responsáveis políticos, o que acentua as debilidades no campo social, situação cuja resolução poderia resolver alguns problemas: “Talvez também se as pessoas acreditassem mais nos nossos políticos ajudasse a esse capital social”. Por último, referem que deve existir “muito mais articulação e cooperação no território do BG”. Há baixos índices de participação pública e menos ainda, conjunta.

Presidentes de Câmara

Os autarcas não fogem à responsabilidade das suas entidades, quando afirmam ter a noção clara de que a não articulação, particularmente por parte das Câmaras Municipais, prejudica o processo de desenvolvimento: “As Câmaras não articularem de forma mais intensa, de alguma forma prejudica o processo de desenvolvimento do BG”. Mas repisam que não podem deixar de partilhar essa ‘culpa’ com as várias tutelas estatais, porque “existem questões administrativas, burocráticas, que bloqueiam”. De igual forma, é salientada a falta de coordenação entre as entidades regionais, particularmente das CCDR, que por vezes argumentam estar em sintonia, “mas o que transparece cá para fora é que não há grande articulação”. As questões da descontinuidade territorial e respetivas divisões administrativas condicionam muito essa articulação, o que leva a que “a CCDR do Algarve trabalha estanque no território do Algarve, a CCDR do Alentejo trabalha estanque no território do Alentejo”⁴⁴. Uma visão territorialista que se agrava no caso da CCDR Alentejo devido à vastidão da sua área de competências, o que justifica uma crítica de um dos presidentes entrevistado, porque “talvez por ser um território muito extenso, acho que até tem tendência a descurar mais estes concelhos do limite da região Alentejo, sentimo-nos um bocadinho esquecidos”.

No conjunto das críticas e auto críticas, avançam também com alguma explicação para essa menor articulação, pelo menos a um dos níveis: “os outros atores podem estar um bocadinho mais distantes se calhar porque não participam como é evidente na gestão das autarquias, nós [autarquias] estamos também muito absorvidos com essa gestão e se calhar como estão mais distantes acabam por ter menos interesse ou menos motivação em participar”. Todos estes fatores, essa não articulação conduz a uma falta de planificação e de construção de uma estratégia para o território, a que não “não haja uma agenda própria para o Baixo Guadiana!”. Essa é a principal debilidade.

Atores chave

Os atores chave, como grupo bastante heterogéneo que é, referem muitas vezes aspetos bastante diversificados, embora isso seja muito enriquecedor para a análise que se pretende aqui apresentar. Para alguns destes atores, uma das maiores debilidades do território são, tal como já referiram os presidentes das autarquias, as divisões administrativas e mesmo institucionais: “O facto de serem duas NUTS diferentes; serem CCDR diferentes; o facto de ser a Universidade do Algarve por um lado e a Universidade de Évora por outro. Tudo isto acaba, provavelmente por dificultar” à desejada eficácia no

combate às debilidades; estas, na opinião expressa, estendem-se à baixa densidade populacional, a alguma falta de confiança generalizada (“Na região existe um número de associações e atores locais interessante, mas a confiança entre eles é o que é normal” - mesmo sem se ouvir a entoação entende-se que o tom é negativo...), “às cores partidárias diferentes”, aspetos que tornam o capital social frágil.

Neste domínio específico, um dos entrevistados explica com detalhe onde reside grande parte da responsabilidade dessa dificuldade, de melhorar o capital social com os recursos existentes: “o principal culpado deste fenómeno de despovoamento tem sido a escola! O ensino escolar é feito em função de um único modelo que é a cidade, o desenvolvimento! E principalmente, que é a parte mais dramática desse ensino, ensinar a criança a odiar os seus pais e os seus avós que são analfabetos”. A instituição escolar, representante do centralismo estatal, tem um programa altamente redutor na identificação das comunidades com o território, provocando algum antagonismo entre o rural e o urbano, entre a cultura oral e a escrita, destruindo laços identitário: “não perceber, não ensinar que aquele avô, que aquela avó, são mais cultos que o professor em coisas que o professor não sabe! O analfabeto é muito culto! Sabe muita coisa e esse saber é o saber da terra, o saber das coisas”.

Nesta crítica, ressalta que a escola e os caminhos que aponta potenciam o individualismo - ou seja, em sentido inverso da necessidade de participação e de articulação com os outros, como o desenvolvimento local sustentável tanto requer, de fomentar os laços entre as pessoas, entre as comunidades: “a nossa ‘civilização’ destruiu completamente esse laço e daí que a criança queira fugir, queira ir embora para a cidade onde cada vez está mais isolado, mais frustrado e onde se cria uma coisa nova que é este individualismo que é a chave do capitalismo. O feudalismo destruiu as estruturas comunitárias rurais, para criar a família. Havia a família alargada que era sua inimiga, porque eles defendiam-se. Criou a família nuclear que é só o pai, a mãe e o filho, para os isolar e para pô-los a trabalhar para ele, o Sr. da Terra. Inventou a família e agora o capitalismo inventou o indivíduo! Sozinho, isolado do mundo! E esse indivíduo é esse que lhe serve hoje, é a sua matéria-prima fundamental para a sua sociedade...isolou-o na cidade, está sozinho, está à disposição. É alimentado pela caridade.” [Refere-se à escola como meio que não reforça o capital social].

Contributo para o Desenvolvimento Local

Comunidade

É de forma crescente que a comunidade se vai referindo à importância de determinados fatores para o desenvolvimento local. Deste modo, 65,8% dos inquiridos reconhecem sentirem-se capacitados para participar nesse processo; 83,5% entende que a capacitação influencia a participação, enquanto uns impressionantes 94,3% afirmam que a Participação Pública (PP) é mobilizadora do Desenvolvimento Local. Na sequência desta avaliação os entrevistados referem considerar que a PP reforçaria uma estratégia de desenvolvimento comum para o Baixo Guadiana, bem como reforçaria as condições de sustentabilidade dos recursos do território.

Técnicos / Empresários

Há capital acumulado, resultado de “as gerações anteriores terem conhecimento de que esses recursos deviam ser preservados”, mas pouca articulação o que é inibidor em termos de desenvolvimento, reconhecem os membros deste painel. “O conhecimento é a base do processo de desenvolvimento do território. Com conhecimento mais profundo consegue-se tirar partido dos recursos dos territórios, criando riqueza”. Na formação desse conhecimento, sustentam que ele deve ser construído com “base na identidade territorial”, usando fatores como a experiência, as tradições, a história, a cultura”. Igualmente, esse conhecimento pode também ser, como afirmam, obtido por via da aprendizagem “pela formação, pela escola”, a que acresce “o conhecimento científico gerado pela investigação”.

Associados ao reconhecimento social de que o conhecimento é um fator de desenvolvimento, segundo os técnicos e empresários, neste momento, e para este território pode afirmar-se que já existe um conhecimento razoável dos recursos e do território, o que é positivo em termos de DT; e daí tirar uma conclusão importante: “Com o Conhecimento dos recursos podemos imortalizar uma região, torna-la sustentável”. De igual modo, o Capital Social, traduzido em parcerias, uma confiança generalizada relativamente às entidades que operam no território, maiores valores de participação pública e boas práticas locais de governança, contribuiriam para o desenvolvimento do BG: “A participação das pessoas e ter bons políticos a gerir o território era meio caminho

andado para o desenvolvimento. As pessoas acreditavam mais e motivavam-se para se envolverem e lutarem pelo território. Quando conseguirmos isso, será importante. O Baixo Guadiana só conseguirá manter-se se for por aí”.

Presidentes de Câmara

Os entrevistados têm a clara noção de que mais articulação e “de uma forma mais organizada e mais estruturada [favoreceria], as principais reivindicações”, seria benéfica para “a rapidez do desenvolvimento do território do BG”, podendo contribuir decisivamente para a resolução de projetos estruturantes, sendo referida, por exemplo, a questão da navegabilidade integral do troço do Guadiana que atravessa o território. Por outro lado, está patente nas respostas dos autarcas a necessidade de haver “uma coesão diferente também de todos os atores locais, quer as Câmaras Municipais, quer as associações, quer empresas”, fator do qual poderá também resultar um reforço da coesão social.

Atores chave

Para os atores chave “a estrutura de um território com os seus vários cúmplices, com os seus vários atores, necessariamente influenciam a forma como o território é gerido”. Nesta estrutura podem incluir-se as relações de vizinhança, o juntar de vontades, a entreajuda, os valores sociais e culturais num território, a confiança. Todas estas facetas são fundamentais neste território, até porque é um território frágil e por isso esses fatores são ainda mais relevantes quer socialmente, quer do ponto de vista económico. No entanto, ressaltam, é importante que estes fatores sejam aditivos, e não subtrativos: “Era fundamental porque primeiro criavam-se climas de confiança e partilha entre aqueles que estão cá a viver”; deste modo o capital social poderia contribuir para o desenvolvimento local. Esta concertação seria seguramente positiva para “o aproveitamento dos recursos, nomeadamente em termos humanos”.

Os atores chave colocam, neste tópico, o destaque no capital social necessário ao DL. A sua análise sublinha um espectro: “o somatório dos vários casos individuais não dá o mesmo resultado de trabalho de conjunto, numa lógica de capital social, que desde o início conseguiria trazer valor acrescentado muito superior”, e que é a que interessa que seja promovida no BG. No seu modo de analisar esta questão, caso não se consiga

constituir um capital social coeso “o pouco capital humano que existe vai tentar safar-se a si próprio! os poucos que podermos dizer, que têm capacidades, vão tentar entrar em lógicas individuais”.

Por último, os atores locais salientam o papel da informação e do conhecimento, juntamente com a ética, os comportamentos e valores, “que são também importantes” e fundamentais para reforçar os laços comunitários, robustecendo assim o Capital Social, esforço que se traduz em favor do processo de desenvolvimento local: “É que a pessoa começa a tomar consciência que se trabalhar em conjunto; se criar condições para com o seu vizinho; com a pessoa que vive na terra; com o indivíduo que trabalha no outro sector, conseguirem partilhar e cooperar, conseguem reforçar a implantação dos laços comunitários e aproveitam isso em favor do desenvolvimento local”.

Capital Social

Comunidade

Os inquéritos realizados, no que em particular respeitava ao capital social, procuravam perceber de que forma aquele se reforça por via de participação em atividades e/ou organizações existentes neste território. Esses indicadores permitem de alguma forma medir com maior rigor o potencial humano existente, essencial para o desenvolvimento de qualquer estratégia que se pretenda desenvolver no BG.

De facto, apenas cerca de um terço dos respondentes (35,1%) participam ou são membros de organizações, embora um número muito mais elevado (64.4%) se sinta envolvido no processo de desenvolvimento (isto num contexto de adesão ainda mais alargado, e já referido, em que 83.9% dos inquiridos se sentem cidadãos do BG).

A consciência relativamente à necessidade de uma maior capacitação dos atores locais existe – o que é um fator positivo – já que é apontada como o fator mais importante para o desenvolvimento local sustentável.

Os valores apresentados nestes quadros, que sintetizam alguns aspetos das respostas obtidas, são claros no que respeita à diferença entre os aspetos da adesão emocional ou identitária (65,3% e 65,2), enquanto os valores relativos aos aspetos concretos do

envolvimento pessoal e do posicionamento coletivo são muito menores, valores positivos a rondar o terço das respostas, em termos percentuais.

Tabela 7.16. Aspetos que existem no território do BG identificados pelos informantes/inquiridos

Existe no Território	SIM	NÃO
Dinâmicas de participação coletiva	33.3	66.7
Um sentimento de pertença	65.3	34.7
Coesão social	31.4	68.6
Identidade regional	65.2	34.8
Um processo de desenvolvimento comum	33.1	66.9
Articulação nos processos de Planeamento e Ordenamento	29.5	70.5

Fonte: elaboração do autor

Podemos encontrar indicadores de maior dimensão no que diz respeito à pouca participação pública dos indivíduos nos processos em curso no Baixo Guadiana, que se estendem igualmente aos parâmetros de envolvimento na governança ou no desenvolvimento locais, em que as respostas que consideram fraco ou médio esse envolvimento somam sempre acima dos 90%.

Tabela 7.17. Nível de envolvimento dos indivíduos no território

Envolvimento dos indivíduos no BG	Fraco	Médio	Forte
Na Participação Pública	57,6	39,2	3,2
Na Governança Local	54,0	41,5	4,5
No Desenvolvimento Local	44,6	50,9	4,5

Fonte: elaboração do autor

Com estes indicadores torna-se possível conhecer a medida do esforço de capacitação necessário de realizar no plano da comunidade, embora seja positivo ver que existe uma perceção clara, por parte dos mesmos, relativa à sua ausência ou fraco envolvimento nestes processos.

Técnicos / Empresários

O grupo dos técnicos e empresários considera que a pouca participação de determinados grupos de atores se deve à ausência de informação de proximidade, há um deficit nesse campo, a seu ver: “As pessoas devem estar informadas e isso faz com que participem

mais”. Os membros deste painel acreditam que se as pessoas estiverem informadas e se sentirem que as suas opiniões contam, envolvem-se. Colocam a causa dos valores da pouca participação comunitária, mais na falta de dinâmicas coletivas no território, onde existem ainda muitas barreiras administrativas, que não ajudam a ultrapassar a dificuldade natural (por habituação negativa) de participação. Se houvesse mais articulação principalmente nas Câmaras, a coesão territorial seria mais forte: “As Câmaras têm uma responsabilidade maior na forma como motivam ou não as pessoas para participarem quando fazem planos e estão a trabalhar no desenvolvimento do território”. O que entendem não acontece nos moldes que deveria ocorrer; consideram que devem ser implementados mecanismos de participação, de envolvimento principalmente em processos de planeamento e desenvolvimento do BG, como, por exemplo, “o turismo ou a navegabilidade”, assuntos que, pela sua identificação e sentimento de pertença ao BG, fariam as pessoas da comunidade envolver-se muito mais do que aquilo que agora sucede.

Presidentes de Câmara

Para os autarcas, o capital social que existe neste território é pouco forte e pobre; na sua opinião, isso é também consequência da quebra demográfica muito acentuada que se tem verificado, que entendem como castradora de iniciativas e criatividade: “O território está muito vazio, está muito pobre de pessoas, e as pessoas que cá estão, uma boa parte delas não têm nem iniciativa ou criatividade, ou sequer a formação ou a cultura necessária para essa dinâmica”. Para os responsáveis municipais, há um défice que não devia existir no que se refere à articulação entre os atores locais, o que reduz a capacidade interventiva do território, sendo este facto considerado um dos principais “calcanhares de Aquiles” do BG, pelo que urge “articular! Trabalhar em conjunto”. Para eles, esta incapacidade é uma fragilidade muito grande – “Um clima de desconfiança dá azo a acabar tudo!” - uma situação que necessita de ser alterada rapidamente, para que os resultados positivos possam ser potenciados, e as dificuldades ultrapassadas com maior facilidade, o que pode ocorrer desde que haja “mais articulação, uma nova consciência do território, do território em si mesmo, da importância que cada um representa no território”.

Atores chave

Os atores chave fazem uma análise distinta, em que apontam o próprio capital humano existente como muito frágil, “o que pode logo condicionar o próprio capital social”, também ele classificado por estes participantes como fraco. E também os separam

claramente um do outro, propondo avaliações e ações distintas. No que diz respeito ao capital humano, “para já é! – Formação; educação; investigação e desenvolvimento, tudo o que diz respeito à constituição de mais conhecimentos, à informação passar de umas pessoas para outras, e serem constituídos conteúdos interessantes em termos de trabalho”; capital humano que, na sua opinião, pode ser enriquecido com contributos externos à comunidade local, por isso deve também haver uma abertura e uma procura de “fluxos doutras pessoas que venham de outras áreas e tragam com elas outros conhecimentos”.

Já no que respeita ao capital social, consideram que apesar do esforço que deve ser feito em formação comunitária, “só isso não implica que se constitua capital social. Para isso, agora, é preciso que as pessoas estejam motivadas na área motivacional, na área das éticas, dos comportamentos”. Será necessário aumentar a aprendizagem de articulação, de trabalho e de confiança entre os atores, garantir “que as pessoas, independentemente de poderem ter as suas divergências, compreenderem que têm de trabalhar em conjunto e que têm de criar formas de partilhar informação e projetos”. Nas respostas dadas foram claros na afirmação de que este processo de “constituição do capital social não está a acontecer”, uma debilidade que afeta negativamente o desenvolvimento do território.

Esse juízo, expresso nesses termos, pressupõe que um capital social mais forte conduziria a um conjunto sinergias que aumentariam provavelmente “a dinâmica de intervenção num território para aproveitamento dos recursos” e favorecendo “interesses comuns”. Para eles é claro essa inter-relação entre os dois fatores, embora pelo tipo de projetos existentes seja mais fácil o aumento do capital social “juntam-se aqui um conjunto de situações que fazem com que aumente”. Mas nos campos da participação ativa, as dificuldades já são maiores, a seu ver, porque “o capital humano [existente] condiciona um pouco as pessoas”, nos planos mental e de auto confiança.

Dimensão

Comunidade

Nas respostas da comunidade a este item do inquérito, é notória a perceção de que a existência de estratégias comuns, de governação e de gestão partilhada assumem valores baixos, sobretudo nas empresas e na Administração Pública Regional sendo mais elevada

nas ADL. Por sua vez, são cerca de 57% os que salientam que no BG não existe ação coletiva, acrescentando a sua convicção de que, a existirem (estratégias, governação e gestão partilhada) provocariam um DL mais acentuado, um crescimento na área do turismo, uma maior coesão social e territorial, bem com respostas mais eficazes aos problemas no BG. Isto apesar de 64.2% dos inquiridos salientarem que não existe confiança entre os diversos atores locais.

Técnicos / Empresários

Destacam, de imediato, a “falta de massa crítica”. No modo de ver de técnicos e empresários, “o Baixo Guadiana tem uma massa crítica muito pobre”, consequência de um “analfabetismo enorme”. A baixa densidade populacional é um fator cuja dimensão não facilita a inversão da situação. Por outro lado, o conhecimento é muito centralizado nas instituições, sobretudo nas universidades, quem detém o saber “são os investigadores, os técnicos, as associações, as câmaras. Há também um conhecimento específico, com base na experiência em várias áreas e esse é o conhecimento mais importante”, em termos do desenvolvimento local.

Tal como os atores locais já destacam noutros tópicos do questionário, também este grupo afirma que a escola deve dar um maior contributo para a formação e capacitação nestes territórios, embora seja evidente que a educação “se tem vindo a degradar socialmente”, em termos da capacitação dos jovens para o DL e para intervirem nos seus territórios de origem. Assim, no seu modo de ver, a nível local, “quem tem o conhecimento são os agentes locais”, porque são quem é “mais capacitado, sabem onde procurar conhecimento sobre os recursos que tem à disposição beneficiando deles”. Na opinião destes inquiridos, deve apostar-se mais em ações coletivas, que reforçassem a coesão social e que procurassem encontrar respostas conjuntas para a mesma tipologia de problemas: “As pessoas e as instituições deviam juntar esforços mais vezes, partilhar soluções para os problemas que muitas vezes são os mesmos. Isso dava mais confiança”. Há muitos aspetos, mesmo simples, a melhorar. Como um entrevistado referiu, há “muita gente [que] não sabe o que se passa no território, que associações há, por exemplo”.

Presidentes de Câmara

Para os autarcas, a questão populacional, pela sua fraca dimensão, é um especto chave; além do mais porque a baixa densidade populacional é duplamente inibidora: “Estes

territórios têm um problema que é, para além de ter poucas pessoas, tem poucas pessoas com massa crítica; os mais inconformados, em regra os que fazem alguma formação, são poucos os que cá ficam”, partem e raramente regressam. Acontece sobretudo com os estudantes do ensino superior. Tal condiciona a aprendizagem coletiva e a própria participação, acabando por se refletir na capacitação conjunta no território. Para os presidentes, “a fraca participação cívica é um problema de aprendizagem e que não existe”. Na sua opinião, ao contrário da expressa por outros grupos, e que já tivemos ocasião de apresentar, “de alguma forma as escolas tentam combater essa tendência”. Mas mesmo não conseguindo plenos resultados na capacitação dos mais jovens, para os edis os concelhos têm ainda muito potencial, porque, salientam, a população tem capacidades muito próprias: “O povo não é ignorante!”.

Atores chave

Uma ideia perpassa neste grupo: há pouco capital humano e portanto em termos qualitativos também. A dimensão do território é decisiva neste sentido. Na opinião dos atores, o território tem constrangimentos que condicionam o aumento dessa qualidade e do seu número: “as pessoas não têm condições para desenvolver o território por uma razão muito simples: - as pessoas mais empreendedoras saíram! Os que ficaram foram os que lhes falta espírito de aventura!”⁴⁴. Dando como exemplo que o empreendedorismo representa capacitação, argumentam: “a população em si não tem massa crítica suficiente! falta é gente com vida ativa. Os que ficam são os mais conformados”. Torna mais difícil a participação, o reforço da capacitação interventiva. São fatores que tendencialmente tendem a reduzir a capacitação para intervir no território.

Para os agentes locais, seria importante fomentar as relações afetivas com o território junto dos jovens mais dinâmicos, de modo a conseguir que aqueles que saem para se capacitarem queiram voltar: “vêm maduros para poder criar, para poder começar a arriscar uma nova vida”. Um deles refere Mértola a título de exemplo, quer na ‘importação’ de jovens quadros, quer na captação de regresso, dos que são de lá naturais, e com todos eles constituindo uma certa dimensão de massa crítica e de agentes dinâmicos: “Os dinamizadores vêm mais do Alentejo. Mértola tem mais influência” afirma. Há ainda neste grupo quem sugira que há que apostar numa “opinião pública informada, esclarecida, consciente, participativa e interventiva”. Quem o faz destaca que

“é essencial para se conseguir que estas potencialidades se tornem realidades”. Para muitos projetos, uma opinião pública devidamente capacitada pode ser fundamental.

Influência no Desenvolvimento Territorial

Comunidade

No que respeita à sua influência no desenvolvimento do território, a comunidade reconhece que o seu papel não tem sido particularmente ativo. De facto, 64.5 % afirma que nunca esteve envolvido em processos de participação, e que, quando o fizeram, ou a sua participação se limitou apenas como de informação. Instados a referirem aspetos ligados ao DT que existem no território, dois terços referem as parcerias como sendo aquele de que têm conhecimento, como se pode verificar pelas percentagens referidas:

Existem parcerias entre os atores locais: Sim 66.4%;

Não 33,6%

Os inquiridos consideram relevante/muito relevante a ação coletiva das entidades do BG e estariam dispostos a participar prioritariamente em OSC em defesa do património e em causas públicas. Em tom de alguma crítica, salientam que “apesar de haver projetos/problemas comuns, não são postos para discussão conjunta” e que “não há articulação entre as entidades públicas”. Apesar do pouco envolvimento direto no DT, os membros da comunidade têm uma noção evidente de qual é o recurso mais relevante para o conseguir; 98% dos inquiridos referem que “o desenvolvimento dos territórios depende sobretudo da capacitação dos atores para promoverem o seu próprio desenvolvimento”.

Técnicos / Empresários

Para os técnicos e empresários, os fatores referidos como podendo constituir a base para o desenvolvimento do território foram o conhecimento, a informação e a capacitação. A seu ver, “com um conhecimento mais profundo consegue-se tirar partido dos recursos dos territórios, criando riqueza”, tirando partido dos elementos da identidade regional, e conjugando os saberes tradicionais, da cultura local, com aqueles de perfil académico, oriundos da investigação académica. Uma vez que, como referem, o território é de baixa densidade, o fator capital social torna-se ainda mais importante. Em sítios em que a massa

crítica for demasiado fragilizada, quanto mais afastados, foram os problemas do seu quotidiano, menos as pessoas se interessam, tem de ser mais concreto. Por isso as entidades deviam encontrar formas de potenciar os saberes das pessoas, de criar espaços e oportunidades para que se reforçassem os laços entre as pessoas. Isso é muito importante.

Além do mais, na análise que este grupo de inquiridos faz, todos os membros da comunidade estão motivados para a melhoria das condições, sabendo das dificuldades, “sobretudo porque o território tem pouca gente”. O empoderamento (*empowerment*) é por eles referido como de importância acrescida no BG, no qual é importante, para além da “criação de riqueza no território, [garantir a] distribuição desta para alcançar qualidade de vida no seu todo, primeiro, para quem se encontra neste território”. Conseguir atingir esse patamar é, para os entrevistados, fundamental para inverter o contexto atual e garantir o desenvolvimento sustentável do território.

Presidentes de Câmara

Neste tópico, os Presidente de Câmara apresentaram alguma descrença na capacitação da comunidade em influenciar o desenvolvimento do território, seja pelas dificuldades da sua capacitação, já referidas (“a maior parte dessas opiniões não servem para grande coisa. Apenas 10% são válidas e por vezes aparecem ideias giras”), ou em consequência da já referida erosão demográfica, mas igualmente pelo alheamento que, dizem os autarcas, a comunidade demonstra. Apesar da pouca participação que é habitual, tinham interesse em que a comunidade se fizesse ouvir mais vezes, porque “os autarcas não devem ser insensíveis ao que se diz, e ao que se ouve!”. Lamentam que os mais capacitados não se envolvam mais no desenvolvimento do território, e confirmam que, por vezes, são os que vêm de fora que participam: “Muitas das pessoas que mais participam vêm de fora ou regressaram à terra depois da reforma. E essas poucas pessoas não se querem envolver, não se querem chatear”. Os autarcas consideram que para a construção de territórios e comunidades, e “se queremos ter uma sociedade harmoniosa, responsável, solidária, mais criativa, é absolutamente necessário prepararmos os cidadãos para isso!”. Tal como tinham referido no tópico anterior, entendem que a escola tem um papel importante nessa construção.

Atores chave

Para os atores chave, uma sociedade civil participativa e interventiva é tida como decisiva para o desenvolvimento do território. A afirmação não podia ser mais perentória: “Sustentamos que uma opinião pública local, esclarecida, consciente, participativa e interventiva é fundamental para o desenvolvimento do território!”. Em termos da capacitação, a avaliação que fazem é de que é maior a falta de massa crítica do que atores, “não temos falta de atores no território, eles existem, temos é falta de massa crítica para que eles existam melhor”.

Para este grupo participante, é importante que no território se concentrem vontades, conhecimento e sinergias, na sua opinião “poderia até haver um processo interessante de haver um capital humano que sobressaía pela qualidade num território com baixos recursos em termos quantitativos”. Na defesa da sua visão, socorrem-se de termos comparativos: “Há projetos interessantes aí por esse mundo fora em áreas de baixa densidade, em que concentraram pessoas com vontades, com conhecimentos e que criaram sinergias interessantes”. No desenvolvimento dos seus argumentos, a escola volta a aparecer, criticada por apontar apenas para um único modelo de desenvolvimento (“A escola está formatada para mandar a criança e o jovem embora! Para a mandar para a cidade!”) o que é tido como errado dado haver exemplos noutros países, de processos de desenvolvimento mesmo onde a demografia apresenta baixos índices de densidade populacional.

Capacitação

Comunidade

Para os inquiridos, a capacitação dos recursos humanos contribui quer para o DLS, quer para políticas públicas mais adequadas ao território, bem como para melhores práticas de governança territorial. Aqueles que responderam a esta questão repartem-se da seguinte forma pelos diferentes escalões escolares: 32.6% têm ou frequentam o ensino superior, 4.6% o ensino médio e 43.2% possuem um nível entre o 10º e o 12º ano. Entre o 1º e o 10º ano totalizam 19.6% .

Técnicos/Empresários

Para os técnicos e empresários a questão da baixa densidade é uma das maiores condicionantes para se conseguir dotar a comunidade de maior capacitação: “A questão da pouca população em alguns concelhos, condiciona. É envelhecida e os jovens saem

para outras regiões”; esta sangria de jovens também dificulta a inversão da quebra demográfica; se assim não fosse, como um deles referiu, haveria menos dificuldades, “se houvesse mais gente isso gerava mais dinâmicas e mesmo mais participação e isso era um reforço para o tecido social e para o crescimento”. Estes dados acarretam logo especificidades, particularmente nos 3 concelhos mais a norte. Igualmente diminui a capacidade de reação aos problemas, diminui a capacitação conjunta. As dinâmicas geradas por maior capacitação geram mais criatividade, ambientes mais coesos e participativos bem como geram muitas vezes novas e diferentes práticas de governança. Para tentar atrair jovens com outras formações e formas de encarar este território.

É ainda salientado que conseguir concretizar estes passos “gerava mais movimentação no território elevava a que quem gere o território e está à frente das instituições agisse de outra forma e isso era bom. Temos de chegar lá”. Em termos empresariais é preciso reforçar esse tecido e integrar mais a sua dinâmica no planeamento e na estratégia do território: “Os empresários também deviam envolver-se mais. Não sei se não se envolvem ou se não os envolvem. Mas isso não contribui para o desenvolvimento. Até porque há pequenos empresários como se vê nas candidaturas ao Leader”. Mas também sugerem o alargar de horizontes, nos membros deste grupo, e noutros, e por isso recomendam a recolha de experiências em outras regiões do mundo.

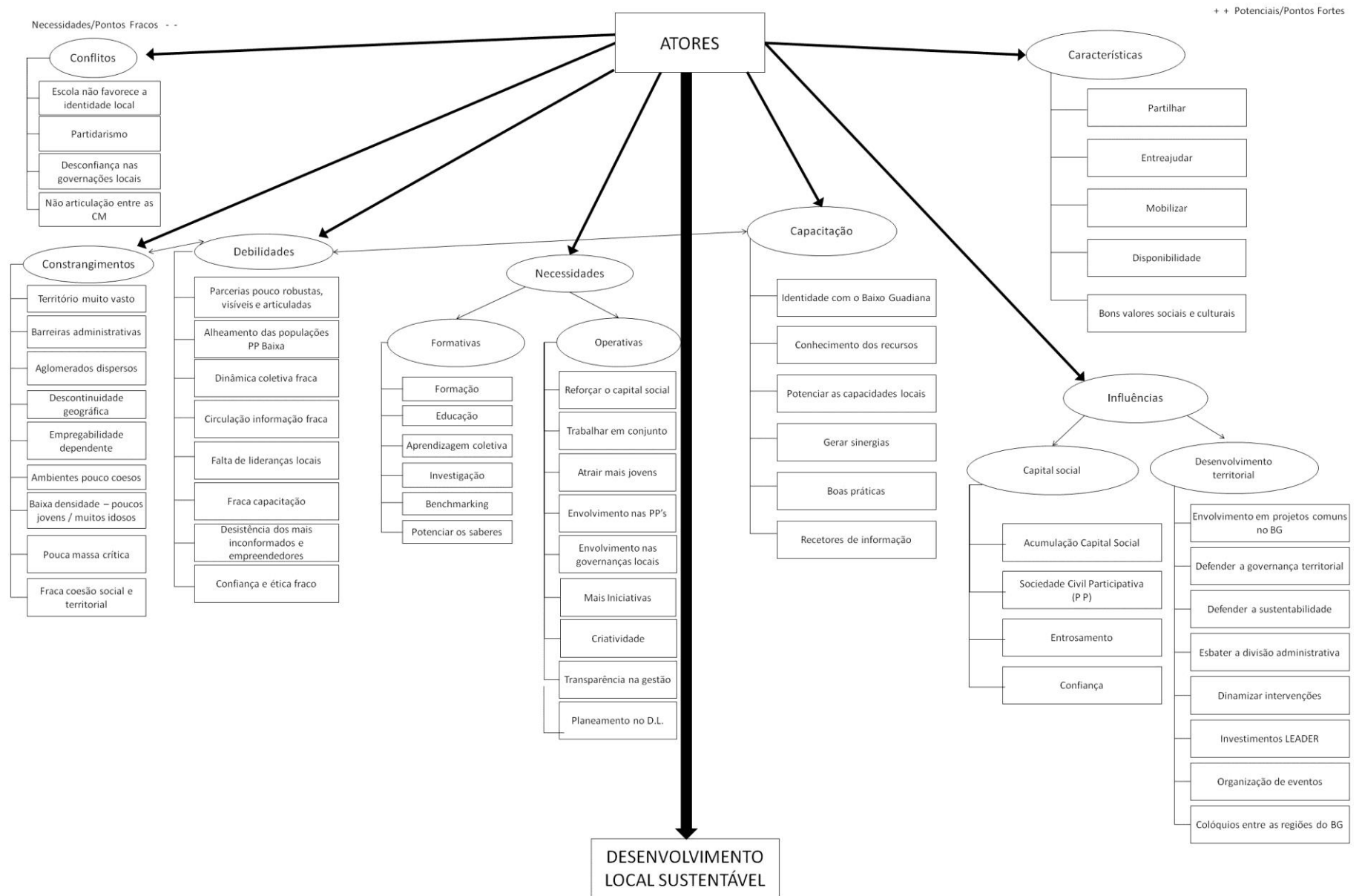
Presidentes de Câmara

“O território está muito vazio, está muito pobre de pessoas, e as pessoas que cá estão, uma boa parte delas não têm nem iniciativa, nem criatividade, nem a formação, nem a cultura necessária para essa dinâmica”, é o primeiro argumento que um dos presidentes expõe para situar o nível das dificuldades a enfrentar. A necessidade de uma maior capacitação no território é sentida pelos autarcas, mas uma capacitação para intervir, para articular, dificuldade que, para eles, “tem de ser ultrapassada”; uma capacitação com criatividade que dinamize o território, com uma nova consciência do território. É reconhecido que é importante o papel que os atores desempenham no território e que se houver “consciência” desse papel, “da importância que cada um representa no território, se cada um de nós tivesse de “per si” e a consciência dessa importância”, haveria decerto mais e melhores contributos para o desenvolvimento do BG. Para uma consciência da integralidade do território em si mesmo, e para reforço do capital social, que, nesse caso, teria “uma importância completamente distinta no desenvolvimento do território”.

Atores chave

Para os atores chave, duas das fraquezas existentes que são mais significativas ao nível da capacitação são a falta informação e de formação, “de educação para compreenderem os recursos do território”, a que, segundo eles, podemos “juntar a tal falta de cultura do território”. Estes são fatores apontados como inibidores de uma maior capacitação no território, constituindo uma debilidade para o seu desenvolvimento. Dificuldades que se tornam maiores quando se contempla também o próprio capital humano existente, já que este território é marcado por um “fraco potencial demográfico em termos quantitativos e em termos qualitativos!”. Circunstância que “condiciona o capital humano”. A falta de “massa crítica” resultante do envelhecimento da sua população diminui as oportunidades de uma maior capacitação, sobretudo de características pró-ativas e que dinamizem o desenvolvimento do território. De acordo com o testemunhos dos técnicos, quando se promovem sessões públicas, relativas a algum tópico relacionado com o território, e com as possibilidades do seu desenvolvimento social e económico, as pessoas aparecem, mas “Vão ouvir para ver se alguém trás alguma solução miraculosa. Mas falta gente mais nova”.

Figura 7.4. - Esquema do Subtema Atores



Fonte: elaboração do autor

TEMA: PARTICIPAÇÃO

SUBTEMA: CIDADANIA

Como é evidente, num território de baixa densidade em que a questão demográfica assume sempre um papel de destaque nos diferentes fatores que condicionam o seu desenvolvimento estratégico, todos os elementos de análise que se relacionam com os recursos humanos são da mais primordial importância, não só pela sua quantidade, mas igualmente pela sua especificidade. É também dessa especificidade, a par das práticas de governança, que emerge, com maior ou menor densidade, a participação cidadã ativa, construtiva e qualificada. A cidadania e a avaliação das questões que a contornam, a diferenciam e a tornam eficaz tornam-se relevantes, porque nos permitem, de certa forma, tomar o pulso do envolvimento e da capacidade participativa, orientando-nos para algumas conclusões em termos da construção estratégica necessária para conseguir um desenvolvimento sustentável participado no BG.

Sub Tema: CIDADANIA

Categorias / Sub Categorias: - Dimensão

- Impacto no Desenvolvimento Local
- Dinâmicas Sociais Locais
- Estrutura

Dimensão

Comunidade

Os valores relativos à dimensão do envolvimento vão de acordo com os encontrados para outros aspetos desta investigação que se relacionam com a Participação Pública. Cerca de metade dos inquiridos (50,9%) refere que o nível de envolvimento dos indivíduos neste território nos projetos de desenvolvimento é Médio; apenas uma pequena parcela – 4,5% - refere essa participação como Forte. A avaliação que metade dos inquiridos faz, nesse parâmetro, diminui para 41,5%, quando o item considerado é a Governança Local; e para ainda menos 39.2 % quando se trata da participação pública. Este envolvimento mediano, a tender para Fraco no envolvimento da comunidade, indicia uma fraca coesão territorial

e um défice de participação pública. As causas são apresentadas pelas respostas: mais de metade (55,3%) afirma nunca ter sido convidado, ou, um pouco menos casos (44,7%), que nunca tiveram informação sobre como o podiam fazer. Por isso não admira que se obtenha um valor muito mais alto e expressivo, de 82%, de respostas negativas (Nunca/Raramente) quando inquiridos sobre o facto de já alguma vez terem participado em atividades relacionadas com os recursos locais. No geral, retira-se a conclusão de que a participação seria maior se houvesse mais informação.

Técnicos/Empresários

Para os técnicos e empresários, a questão não se coloca em termos de não existirem tentativas de partilha “mas as pessoas não aparecem”. Facto que segundo eles, pode ser explicado “porque as pessoas são maioritariamente idosas e isso dificulta a participação”, particularmente de forma ativa. Para este grupo, houve uma alteração, com o passar do tempo, que reduziu a participação individual: “As instituições envolvem-se, as pessoas muito pouco”. Também apresentam uma outra interpretação para esse afastamento, relacionada com o momento do desenvolvimento dos processos em que as pessoas são chamadas a intervir: “Sentem que são chamadas para fazer “sala” e que as opiniões e ideias [que apresentam] não são levadas em conta. Estão descrentes”. Isso faz com que, segundo o que expressam as respostas obtidas, “as pessoas se envolvam inicialmente, mas depois afastam-se”. Por esta razão, é difícil mobilizar, “é difícil levar as pessoas para tertúlias. As coisas têm de se estruturadas, ter contactos. As pessoas não têm disponibilidade”.

Particularmente os técnicos referem, nas suas respostas, as tentativas de aumentar a dimensão da PP que as associações e os privados levam a cabo, promovendo reuniões onde “têm dado conhecimento dos projetos, aprovações”. Por isso entendem que “as associações têm um papel preponderante” em termos do fomento da cidadania, embora não deixem de assinalar que, na sua opinião “as associações estão reféns dos poderes, o que condiciona tremendamente a ação destas!”, e para o contrariar sugerem a união de esforços entre estas entidades, porque “o trabalho em parceria é proveitoso”.

Presidentes de Câmara

Os Autarcas começam por falar da pequena dimensão da participação no plano autárquico institucional, processo, dizem, do qual as pessoas estão alheadas: “Ninguém vem assistir às reuniões de Câmara, às assembleias municipais”; mesmo em situações em que é necessária efetiva intervenção pública (dão exemplo de manifestações com vista à defesa dos interesses do território face a decisões do poder central) o nível de comparência foi nulo: “Ninguém quis saber!”; ressalvam até uma questão de mentalidade, de cultura cidadã, já que no exemplo citado as freguesias do Norte de Portugal que tinham participado tinham conseguido uma elevada adesão, o que “revela a diferença de mentalidades entre o norte e o sul”. Situações que acabam por gerar desilusão: “temos somado frustrações quando procuramos mobilizar as pessoas para essa participação”, o que afasta os autarcas dessa vontade – vai-se tornando um ciclo vicioso entre eles e a comunidade.

Mas nem todos os territórios concelhios são iguais, nem todos os eleitos expressaram a mesma opinião sobre este tópico. Para outro dos auscultados “há alguma participação! Promovida sempre pela câmara. Periodicamente, reunimos com bairros, com associações, reunimos com clubes”. Mas sempre, muitas vezes, com elevado grau de dificuldade nessa mobilização quando os assuntos em discussão são da gestão territorial, de projetos e investimentos para o desenvolvimento. “Quando convidamos as pessoas a participar (até chegamos a ir buscá-las), infelizmente são menos vezes do que aquelas que seria desejável, porque é frustrante a dificuldade que existe em mobilizar as pessoas em levá-las a participar”.

Referem ainda que, com outros argumentos ‘em cima da mesa’, a adesão é ainda maior: “uma associação local dinamizou um magusto e uma matança de porco em que conseguiram a adesão de toda a população”. É um processo que exige talvez uma reavaliação nas suas formas de concretização; reconhecem que “há situações que podíamos fazer melhor, ou fazemos pouco. Mas por vezes é difícil termos a força necessária, até para ultrapassar alguma falta de entusiasmo nestes processos”. Mesmo assim, isso, “eventualmente não deve ser motivo para desistirmos”. Positiva a nota final que resultou dos seus comentários, cientes da importância de aumentar os níveis de cidadania das comunidades do território do BG: “É preciso intensificar e melhorar a qualidade da participação pública. Isso é um repto de todos nós.”

Atores chave

Para os atores chave há um elemento predominante que condiciona a dimensão da PP neste território: a cultura, ou a sua ausência, na tradição portuguesa de ‘calar’, de agir pela calada em relação aos poderes instituídos. “Mais por uma questão social/cultural e não por uma questão sócio - económica. As pessoas acobardam-se um bocado quando lhes pedem para fazer PP, [mas] falam nos cafés, com os amigos”. Décadas de práticas de submissão, que marcam todo um povo e que não podiam deixar de fazer sentir os seus efeitos numa região que, além desse, tem muitos outros constrangimentos. “O resultado de tudo isto é que a participação das pessoas é um bocadinho limitada. As pessoas não acreditam muito. Participam, mas sempre de uma forma pouco construtiva. Vão como observadores, são passivos”.

Para este grupo de entrevistados, a questão da responsabilidade por esta situação deve também ser repartida com outros agentes do BG, “as próprias instituições que conduzem isto [as ADL do BG, os municípios], não contribuirão para esse tipo de situações? Por exemplo, os autarcas, porque “há uma tendência muitas vezes para os decisores fugirem a processos que impliquem discussão, porque pode dar resultados diferentes daqueles que *à priori* eles já tinham na cabeça”. Esse pressuposto não lhe parece negativo em si mesmo, agora se “já se tem algo na cabeça e é legítimo que o tenha, tem é de explicar aos cidadãos o porquê. Se não explica, não pode querer que os cidadãos venham a legitimar aquilo que ele quer”.

Estes informantes, no que se refere ao planeamento, interrogam-se se os municípios “estimulam, em todos os projetos que estão envolvidos ou que às vezes até protagonizam, que as pessoas participem desde o início até à fase de aprovação e de entrada em vigor, por exemplo dum plano ou dum processo?”. A resposta é cabal: “tenho as minhas dúvidas!”. E, por isso, confrontadas sempre com ‘conclusões’ “as pessoas deixam de participar!”. Entendem que, para aumentar a dimensão da PP, há dois aspetos fundamentais: mais informação e melhores mecanismos de estímulo “alguns deles estão aí a ser implementados no nosso país, ainda um bocadinho no processo tímido”.

Impacto no Desenvolvimento Local

Comunidade

Os membros da comunidade acreditam que o fator que se pode revelar mais importante para o desenvolvimento local sustentável é uma maior capacitação dos atores locais para esse mesmo desenvolvimento.

Questionados sobre se consideram que a participação pública mobiliza para o desenvolvimento do território, uma expressiva quase unanimidade (94,3% de respostas afirmativas) não deixa quaisquer dúvidas sobre esse acordo.

As respostas às ‘perguntas abertas’ forneceram os seguintes resultados:

Tabela 7.18. – Frequências das perguntas abertas

PERGUNTAS	FREQUÊNCIAS
Porque todos devem contribuir. É importante para o desenvolvimento do território	74
É positivo ter mais ideias e muitas opiniões. Há troca de informações e opiniões (trás valor acrescentado) e isso leva a melhores resultados	37
Se estiverem envolvidas, as pessoas motivam-se mais para resolver problemas comuns. Mais ânimo	21
Todos juntos conseguem mais e fazem melhor	15
Todos têm opinião sobre a terra onde vivem	14
As pessoas ficam mais informadas e confiantes. Mais capacitadas	13
Responsabiliza. Mobiliza. Todos têm esse dever	13
Pode alterar e melhorar decisões. As pessoas ficam mais conscientes	12
Obriga a melhores práticas políticas (de governança). Alarga o número de participantes nos processos de decisão	10
Quem participa conhece e tem informação sobre os prós e os contras	10
Coloca a população mais próxima do território	9
A administração pública não vale só por si. A opinião pública é importante	9
Aproxima as pessoas e aumenta o sentimento de pertença o que facilita consensos o que é importante para o desenvolvimento	8
Quem manda (os políticos) decide sempre. As pessoas não têm peso na Decisão. A participação é ilusória	7
Todos pensam q sabem tudo e não se desenvolve o território	3
Imprecisos	17
TOTAL	255

Fonte: Elaboração do autor

Do conjunto de 255 respostas recolhidas, ressalta a ideia de que este processo é um decurso coletivo, para o qual todos devem contribuir (um terço de respostas vai neste sentido), acrescidas de vários tópicos que é possível agregar numa ideia central: as

peças têm ideias, querem participar, e demonstram que participarão mais se sentirem que as suas ideias são tidas em linha de conta nos projetos e nas estratégias do desenvolvimento local. Elas mesmo destacam alguns aspetos que daí resultariam: responsabilidade, mais consciências dos problemas, envolvimento nas soluções. Maior confiança e melhor ação. Persistem as opiniões que referem que quem manda decide como quer, que a participação da comunidade é ilusória, mas são muitos mais os que defendem que, havendo mais informação, isso aumenta o sentimento de pertença, maior ânimo para alterar o rumo (negativo) atual.

Técnicos/Empresários

Numa perspetiva de elencar os fatores negativos, os técnicos e empresários referem “a falta de diálogo entre as entidades que representam o BG, [que pode originar] conflitos entre elas”. É evidente que a dinâmica coordenada, em aliança, de participação dos atores engendrará resultados muito melhores para o DL do BG. Para este grupo, de forma a estimular a cooperação, devia promover-se “um movimento de cidadãos, que fosse alargando, que fosse sendo construído de pessoas com [algum nível de] massa crítica, e apresentar às câmaras um projeto em que as câmaras decidam o que querem fazer com o BG. Porque o problema do BG é precisamente esse!”. É escasso o número de pessoas e de entidades envolvidas neste processo que é estruturante, cuja definição terá um enorme impacto no futuro desta parcela da bacia hidrográfica do Guadiana. É importante mudar o estado de coisas atual: “Não participamos, estamos afastados da informação. A informação está afastada das pessoas, as pessoas foram afastadas”. E é preciso envolver as pessoas nesse projeto, na identificação dos recursos para potencia-los na tentativa de rentabilização, e para que esta tenha um maior impacto positivo para todos.

Presidentes de Câmara

Os Presidentes de Câmara consideram que a articulação é o fator essencial para unir esforços, unir o peso de cada instituição com o da população para que haja um impacto relevante nos resultados, e como forma de influenciar, positivamente, certos constrangimentos exógenos: “É verdade que o facto do território por si não se articular, não contribui em nada, como *lobby* político, com peso para esse desenvolvimento”. É preciso, na sua opinião, ação e motivação, e também as pessoas estarem atentas, participarem sempre e mais ativamente, procurarem também a informação que existe, envolverem-se, “porque acima de tudo há uma grande falta de iniciativa, uma descrença,

as pessoas às vezes não incorporam o conhecimento necessário” para desempenharem um papel de maior importância em todo este processo.

Atores chave

Os atores chave consideram que os aspetos com maior impacto no DL foram a alteração política do País, resultante da mudança de regime, com o poder que foi devolvido aos municípios, ou seja, às populações, e a constituição e esforço realizado pelas ADL que operam neste território: “se não fosse esse poder local democrático que temos e as associações de desenvolvimento local e de desenvolvimento regional, que entretanto foram criadas, o que é que seria deste território?” É curiosa a imagem com que um deles retrata o que poderia ser, até por comparação com a tão grande diversidade de recursos naturais que incorporam a lista de recursos a usar para o desenvolvimento local sustentável; diz ele: “estaria tudo em estevas!”.

Estes informantes consideram que determinados esforços de mudar o território não têm o impacto que deveriam em resultado de haver pouca participação pública, porque, como afirmam, esta “é a possibilidade, a capacidade, o envolvimento das pessoas enquanto cidadãos, ou enquanto representantes de instituições, em assuntos de um espaço de envolvimento onde essa pessoa se encontra, quer o assunto lhe diga diretamente ou não, respeito”. Essa ausência revela-se tanto mais importante nos impactos positivos que se poderiam obter para o DL, quanto a panóplia de assuntos envolvidos é relevante para as pessoas, “mexe com a sua vida, com o seu emprego, com a sua qualidade de vida”. Por isso, entendem que, nessas situações, “a pessoa tem interesse em querer saber o que é que se passa até por noções de bem comum, podem até ser coisas que não têm nada a ver diretamente consigo, com a sua rua, com o seu vizinho, mas quer saber o que é que se está a fazer”.

Este tipo de interpretação de interesse coletivo, que se pode estimular, é, quanto aos atores locais, o caminho que deve ser seguido. E sem receios de a alargar tanto quanto se possa, a todas as pessoas e entidades, como um deles defendeu: “Eu penso que a participação, quanto mais participada for, com mais gente, melhor, num dado momento até pode gerar maior discussão, mas dessa discussão deve “sair a luz!”. Tal como tinha sido referido para outros fatores, a participação muitas vezes, apesar de formalmente existir, revela-se pouco construtiva – tendo assim impactos mais pequenos do que o que dela poderia resultar, “há

passividade”. Mas tentam também dar uma resposta à questão de entender porque não é esse contributo, melhor: “Não estão mais envolvidas [nesta questão do Baixo Guadiana] porque lhes faltam informação e formação!”.

Dinâmicas Sociais Locais

Comunidade

No que respeita a este tópico, mais de metade dos resultados obtidos (58,3%) confirmam impressões já transmitidas noutros subcapítulos desta investigação: neste território não têm existido situações de participação pública, de acordo com a opinião manifestada por essa percentagem. As principais razões apontadas para esse facto, e valores respetivos de cada grupo de respostas, são os seguintes:

- Apesar de haver projetos/problemas comuns, não são postos para discussão conjunta: Sim 68,5%;
- Porque são duas regiões administrativas diferentes: Sim 18,3%;
- Não há articulação entre a sociedade civil: Sim 41,8%;
- Não há articulação entre as entidades públicas: Sim 40,8%;
- Há poucos projetos/ problemas comuns: Sim 16,9%;
- Não há problemas comuns: Sim 0,5%;
- Por casualidade: Sim 5,2%.

Como se pode verificar, para a comunidade, apesar de haver projetos/problemas comuns, o facto de não serem postos à discussão conjunta, influencia muito mais o insucesso dos projetos do que a existência de duas regiões distintas no BG (facto que é sempre destacado pelas entidades), sendo igualmente aferida, numa perspetiva negativa, a falta de articulação quer no interior da sociedade civil, quer num plano funcional, entre as diferentes entidades públicas cuja ação tem a ver com este território.

Quando questionados relativamente aos fatores que mais se poderiam fortalecer se beneficiassem de um maior envolvimento e participação conjunta, referem “uma estratégia de desenvolvimento comum para o Baixo Guadiana” e a “sustentabilidade dos recursos do território”, sugestões interessantes de obter, quando, objetivamente, apenas

16,9% das respostas tinha indicado que não há ou são poucos os projetos em comum (por esta escolha dos fatores dá um pouco a entender que na citada resposta, a percentagem deveria ter sido muito mais elevada).

Quando, neste processo, os atores locais intervêm, os inquiridos, a esse propósito, expressam as seguintes opiniões:

Tabela 7.19. – Perceção da Comunidade em relação à importância da intervenção dos atores locais

QUESTÕES	NÍVEIS						
	Nível 1	Nível 2	Nível + 2 Fraco	Nível 3 Médio	Nível 4	Nível 5	Nível 4 + 5 Forte
Os atores locais assumem mais protagonismo?	3,7	12,0	15,7	31,5	37,9	14,9	52,8
O crescimento económico é mais rápido?	3,2	17,2	20,4	38,3	31,6	9,7	41,3
São menores as oportunidades de comportamentos oportunistas e de corrupção?	3,3	11,1	14,4	31,4	36,3	17,9	54,2
Proporcionam mais lideranças locais?	1,9	9,2	11,1	38,8	38,5	11,7	50,1
Geram mais iniciativas locais?	1,1	4,8	5,9	24,4	47,2	22,5	69,7
Tendem a aumentar uma cultura de participação pública no território?	1,3	5,6	6,9	20,2	42,1	30,8	72,9
Fortalecem a sociedade civil?	0,5	7,7	8,2	20,7	40,4	30,6	71,1
Garantem uma maior sustentabilidade dos recursos?	1,1	7,2	8,3	30,9	41,3	19,5	60,8
Os processos e as decisões tendem a ser mais morosos?	9,7	26,7	36,4	36,7	19,4	7,5	26,9

Fonte: elaboração do autor

Dos resultados obtidos, podemos destacar que, efetivamente, na perceção da comunidade, os atores locais desempenham um papel de relevo na construção de uma cultura de participação, com isso aumentando o número de iniciativas locais, bem como fortalecendo a sociedade civil. Menos seguros em relação às efetivas melhorias

económicas já conseguidas em resultado do seu empenho, afirmam, no entanto, de forma clara, que o seu papel também torna os processos mais morosos, e as decisões mais proteladas em tempo útil para quem está envolvido em projetos concretos. As opiniões dividem-se de forma quase igual (entre a forte convicção e as outras), no que respeita a um comportamento ético por parte dos atores locais, no decurso da sua ação em prol do desenvolvimento local.

Solicitados a identificar se os seguintes fatores/atributos estão presentes no território, os resultados foram os seguintes:

Tabela 7.20. – Fatores presentes no território

Fatores	SIM	NÃO
Confiança entre as pessoas da comunidade	32,1	67,9
Criatividade de iniciativas que ocorrem	47,2	52,8
Fortes lideranças locais	39,8	60,2
Ética e boas práticas na governança local	40,1	59,9
Boa qualidade de vida	58,0	42,0
Sustentabilidade (futuro) no processo de desenvolvimento	39,8	60,2
Transparência na gestão do território	34,9	65,1
Inovação nos projetos dinamizados	48,4	51,6
Ligação emocional com o território.	74,7	25,3

Fonte: elaboração do autor

Alguma atenção é preciso dar a um território quando a confiança e a transparência surgem à cabeça... das respostas negativas! A sustentabilidade e a liderança também revelam, nas respostas deste grupo, alguma tendência negativa, com valores de 60%, a par da ética e das boas práticas. Quando se tenta perceber as razões que estão a obstruir uma maior participação pública dos cidadãos, estes valores deverão ser bem analisados, pois parte da resposta poderá residir neles. Num território que os seus moradores entendem ter alguma qualidade de vida (58%), e com o qual uma maioria clara (74,7%) reconhece ter uma ligação emocional. Existem aqui, seguramente, pistas relevantes para se pensar no formato e na metodologia necessárias para conseguir um modelo de governança que os seus beneficiários possam vir a considerar, no futuro, muito mais positivo do que o atual.

Técnicos/Empresários

Para os entrevistados deste grupo, parte dos problemas e deficiências nas dinâmicas sociais locais (“cujos níveis de participação são tão baixos”) resulta, tal como no item precedente, dos hábitos culturais (negativos) existentes em Portugal relativamente à participação da sociedade civil no campo da gestão pública: “Porque está interiorizado que as ideias têm de vir de cima. Valoriza-se por vezes mais em quem diz e menos o que a pessoa diz. As pessoas do território não são ouvidas. Só se ouvem os doutores., só o que vem de cima”. Além deste facto, de perfil antropológico, há ainda a influência negativa do formato habitualmente seguido: “Primeiro fazem-se os projetos, depois é que há a participação”. O que, na sua opinião, leva a que a PP esteja dominada por “interesses privados que gerem o coletivo”, uma vez, imbuídos desta perceção, as pessoas só se disponham a participar quando lhes diz exclusivamente respeito: “Se as coisas interferirem na minha vida vou participar” é o raciocínio que fazem, o ‘apelo’ que mais as motiva. O que, por exemplo, tem consequências marcantes na gestão dos recursos.

Os técnicos e empresários consideram ainda outro fator, altamente inibidor das dinâmicas de participação, a atividade profissional que uma parte considerável da população exerce: “Quando a maior parte da população está empregada no Estado não há participação. A população só serve para legitimar, depois de legitimado já não interessa. Quando o Estado é o maior empregador, a população não participa, porque depende da entidade pública! Tem medo de represálias!”. Um deles atribui mesmo um epíteto negativo a este cenário: “Falsas democracias que se vivem no BG!”. A esta situação, em que os entrevistados têm a ideia de que as opiniões das pessoas não contam para nada, acrescentam o facto de que os modelos institucionais também não facilitam as dinâmicas sociais: “A estrutura administrativa pouco flexível, rígida, não ajuda à participação. E no BG é muito rígida”. Nesta identificação, regressam ao argumento anteriormente exposto: “Os que participam são os que precisam, ou mais ativos, empresários, agentes, porque têm interesses”.

Num outro especto desta questão, particularmente os empresários, exprimem uma opinião negativa relativamente aos processos de tomada de decisão, que reputam de empíricos e não científicos: “Nas empresas, quando se quer uma tomada de decisão, faz-se um estudo de mercado. Aqui nas câmaras, quando se decide qualquer coisa, é só as mentes iluminadas [que decidem], não se questionam os empresários”. Sugerem, no sentido de se melhorar a operacionalidade dos processos, a existência de gabinetes de apoio “em que as pessoas possam lá ir”; mas destacam o papel de relevo que pode ter a afetividade

também nesta área: “Por parte das entidades públicas, faz falta de uma palavra, um carinho. Mas até nas associações se perdeu. Criavam incentivo. As empresas sentiam-se queridas pelo poder, mas ninguém aparece!”. São fatores de formação e fortalecimento de lações de coesão entre os diversos agentes que operam neste território, que foram já, noutros quesitos, destacados como da maior importância para haver solidariedade e confiança no esforço coletivo para concretizar um cenário estratégico comum para o BG.

A crítica, nas respostas obtidas, vai até no sentido inverso: “Aqui só pelo empresário ser de uma cor política diferente, faz-se perseguição”. Num contexto de ‘risco de negócio’ que entendem ser este território, não se conformam com o facto de que, “enquanto empresários [locais] somos tratados como qualquer outro”, em especial na relação com os poderes locais, em particular pelas câmaras municipais: “Nos orçamentos [quer dizer, nos concursos], o critério é sempre o custo e quando o custo é igual a um exterior, é adjudicado ao exterior ao concelho. Não se potencia a criação dessa resposta, que é a criação de empresas”. O pragmatismo que sempre marca as opiniões deste grupo volta à tona numa última sugestão: “Temos de acabar com as mentes iluminadas que vêm [de fora] com ideias megalómanas, porque temos noção das limitações que a região tem. Precisamos que as coisas sejam objetivas”.

Presidentes de Câmara

Para os Presidentes de Câmara um dos principais fatores inibidor das dinâmicas sociais locais é a pouca articulação entre os diversos agentes, resultante, em grande medida, de “um histórico de capelinhas em Portugal! A capelinha do Ministério daqui, a capelinha da câmara dacolá...”. No seu modo de ver, são da maior importância a criação de associações, de clubes, para dinamizar o tecido social, pois, como referem, “não faz sentido que seja a câmara a impingir cultura a uma localidade”. Um deles refere que uma estratégia a seguir, no sentido de incrementar essa desejada dinâmica local, pode ser “confrontar as pessoas com o desenvolvimento doutras localidades vizinhas, com vista a estimular-las a envolverem-se, promovendo algumas dinâmicas nas suas aldeias”. Olhando para as suas próprias instituições, concordam que elas “se poderiam articular mais vezes, agir de uma forma mais organizada”. Tirando daí ganhos para as ações concretas que poderiam concretizar com essa metodologia melhorada. Esse lado positivo indicado no plano da cooperação institucional, ao mais alto nível da administração local,

poderia, também, e segundo eles, ser replicado nas outras organizações que funcionam no BG.

Por outro lado, reconhecem que, ao contrário do que deveria suceder, “as parcerias são todas frágeis, desconfiadas, muito institucionais, muito formais, sempre com muita reserva” entre as diversas organizações. No entanto, e apesar disso, entendem que devem continuar a fazer um esforço de dinamização: “tem sido feito algum trabalho, as entidades, grande parte delas, têm participado na estratégia, no que toca ao BG”. Mas estão seguros de que, pela sua parte, ao menos institucionalmente, têm feito o que podem para manter alguma dinâmica conjunta, concertar objetivos: “no que toca às 4 Câmaras, sempre que há um objetivo comum, nós conversamos”.

Acham, no entanto, estes informantes, que os cidadãos podiam tentar organizar-se, mesmo de modo informal, para concretizarem aspirações que possam ter, apesar de estarem conscientes de que “na nossa região não se vê muito isso, mas penso que podiam surgir grupos de cidadãos, uma comissão de moradores ou de utentes do Centro de saúde, que são grupos que se podem organizar”. Mesmo para a questão da gestão dos recursos locais, tão importante no plano do desenvolvimento sustentável, embora tenham a noção de que o envolvimento das comunidades nesse campo é escasso: “O cidadão comum não se preocupa com isso desde que haja emprego!”. Acreditam mesmo que as associações nesse campo podiam ainda fazer mais, “ter uma agenda mais dinâmica”, mas principalmente acham que o *deficit* está verdadeiramente na participação das pessoas “muito pouco também nesta questão dos recursos”.

Atores locais

Os atores locais, neste domínio, manifestam alguma diversidade de perspetivas. Por um lado referem que “por vezes há uma consciência local importante, ativa, interventiva...”, geradora de dinâmicas interessantes, que permitem concretizar projetos e objetivos. Mas muitos acham mais constante “esta dificuldade de captar as pessoas para uma participação continuada”. Criticam, os mais antigos e experientes neste campo de ação, a dimensão atual da participação: “Poderia ser muito melhor! É fraca relativamente a outros períodos de referência, anos noventa e princípios da década 2000, com esta situação não evoluiu. Diria mesmo que regrediu”. Sendo atores, reconhecem que muita da dinâmica que se consegue ganhar para um determinado território vem de indivíduos como eles, com a

mesma inquietude e com as mesmas preocupações e vontades: “Em todos os lados há sempre um conjunto de pessoas que se distinguem por serem ativistas”. A questão é conseguir alargar esse número, e, inversamente, diminuir o número daqueles que “ficam em casa, apoia sentimentalmente mas não vai às reuniões porque tem outras preocupações”.

Problema de outra natureza, mas igualmente afetando as dinâmicas possíveis, é o facto de, segundo alguns dos entrevistados, “cada entidade está praticamente a trabalhar para si e há pouca partilha de informação. Ou são muitas vezes parcerias impostas com o objetivo de um projeto sectorial muito específico, não há uma lógica territorial a envolvê-lo desde o princípio”. Mesmo que seja por uma via ‘impositiva’, congratulam-se que atualmente, muito em virtude das imposições de participação para a cidadania que as regras europeias transversalizaram, “os projetos que estão a ser desenvolvidos, quase todos eles trazem, são obrigados a ter, uma componente de estratégia e outra de obrigar a que haja participação e a que haja difusão dos resultados”. Procedimentos que acabam por se traduzir na realização de fóruns, de encontros entre entidades e pessoas, etc...; todos eles, contributos interessantes para a dinâmica local.

Na análise ao papel de outros agentes locais, os atores parecem ir de acordo com a visão expressa pelos empresários, relativamente à relação com os poderes institucionais: “Os empresários não se aproximam muito e os presidentes de câmara veem quase sempre as associações empresariais como um contra poder. Não percebem que eles devem ser parceiros. É uma questão cultural”. Defendem uma alteração desse paradigma, e que haja a noção de que esse conjunto de atores locais, que é representado pelo empresariado local, tem um papel fulcral na possibilidade de introdução de uma dinâmica relevante, que só pode ser conseguida através do reforço dos investimentos financeiros: “Temos sempre uma visão que os nossos empresários são “os maus da fita”! Não há respeito suficiente. Cria-se logo uma barreira que só com uma nova cultura pode fazer as coisas andar”. Mas deixam-lhes também um pequeno ‘recado’: “Também não sei se os empresários depois, não entenderão que participar não é governar”.

Em termos do associativismo, este grupo de informantes traça um cenário distinto, já que reconhecem que as associações tiveram um papel determinante até na manutenção de alguma dinâmica: “esta área do Baixo Guadiana foi muito importante no começo dos anos

noventa, com um certo impulso da Associação In Loco com o Leader do Algarve que criou condições para ligar o Baixo Guadiana navegável e a ribeira do Vascão e a serra do Caldeirão e criou-se uma pequenina dinâmica”. Este trabalho de algum modo foi pioneiro na própria ideia de avançar de facto para a tentativa de constituir e formalizar este território (processo ainda em curso, claro).

Mas esse esforço de então, conforme nos é narrado por um dos entrevistados, permitiu “criar sinergias neste território”, e foi ainda mais importante, do ponto de vista da metodologia (e até da ideologia) da participação, porque “soube também retirar-se para deixar os processos serem desenvolvidos ao nível local”. Em relação ao processo não hesitam em afirmar: este era “o caminho ideal”. Mas algumas parcerias ficaram pelo caminho, e o que sucedeu posteriormente, se bem que positivo, de qualquer modo, para a continuação de uma certa dinâmica social local, não foi, do ponto de vista da ideia de governança, o mais correto, uma vez que não partiu da base para cima, não foi resultado de uma exigência da comunidade e das suas organizações, mas antes uma imposição super estrutural: “as melhores parcerias eram ao nível das ONG e, pontualmente, também ao nível das câmaras municipais, e havia algum trabalho [prévio], mas quase todos eles foram estimulados pelo aparecimento de instrumentos financeiros, que obrigaram estas entidades a terem de se juntar. O problema era este. Não havia uma estratégia antes do aparecimento daquilo que poderia concretizar”.

Estrutura

Comunidade

As respostas que a comunidade forneceu relativamente ao tópico da cidadania permitem ter uma visão mais detalhada relativamente à sua participação em diferentes domínios, tema deste grande capítulo. A questão da estruturação da sua atividade, que neste subtópico foi inquirida, permitiu recolher as informações que a seguir, sucintamente, se analisam.

No que diz respeito ao seu envolvimento enquanto membros de uma organização, para a qual participem em alguma atividade, 35,1% responderam afirmativamente, especificando fazê-lo no quadro de uma entidade de cultura e recreio. Questionados uma vez mais sobre a sua identificação com o território do BG ou com alguma parcela do

mesmo, 50,3% responderam que sim, com todo o território, especificando que esse sentimento de pertença é, para 73,6%, forte ou muito forte. Um valor quase idêntico de inquiridos (65,8%) admitiu sentir que tem capacidades para se envolver em ações de participação pública. Questionados sobre o que entendem por PP, os inquiridos deram as seguintes respostas:

Tabela 7.21. – Visão da comunidade sobre o que é a participação pública

RESPOSTAS	TOTAL FREQUÊNCIAS
Participação dos munícipes nas atividades de desenvolvimento Local	57
Participação praticada pela comunidade em geral para o seu bem-estar e qualidade de vida	55
Envolvimento dos cidadãos nas tomadas de decisão em questões de interesse público	51
Ter conhecimento/informação, partilhar/interagir e opinar sobre as orientações para o território	42
Intervenção participativa da sociedade (pública e privada)	25
Influenciar para que as decisões sejam ajustadas e melhores para a comunidade. Tomar posição. Ajudar a decidir	23
Recolha de informações/opiniões	14
Estar informado e exercer a cidadania	13
Responsabilidades que pertencem a todos e não apenas a alguns. Incluir todas as pessoas	10
Troca de experiências/aprendizagens/informação entre os atores	10
Quando o cidadão pode falar/ Mais democracia efetiva	9
Contribuição na gestão de bens e serviços comuns	8
Imprecisos	13
TOTAL	330

Fonte: elaboração do autor

Como se pode verificar, as respostas demonstram que, apesar de existirem indicadores que referem a atual pouca participação, que esse menor envolvimento não resulta nem das pessoas não entenderem quais são os objetivos positivos para elas e para o território, das políticas públicas, nem da sua total indisponibilidade para se envolverem de algum modo.

E também entendem claramente os papéis de outros grupos existentes no seu território, porque, questionados sobre a importância da capacitação dos atores locais para estimular o grau de participação pública, uns claros 83,5% responderam afirmativamente.

Técnicos / Empresários

Para este grupo de entrevistados, o poder político tende a diminuir e a relativizar a participação pública, a seu ver porque muitas vezes existem outros interesses, com objetivos de concretizar projetos cuja conveniência pode ser mais imediata, e talvez de menor interesse público a longo prazo. Isto porque, de facto, “A população junta-se quando há interesses para o território”. E é muitas vezes apenas para legitimar processos ou decisões, expressando assim uma crítica às motivações dos autarcas: “com este poder político, não! Estão estagnados”. Nos vícios criados na relação autarcas / população encontram a justificação, “se calhar por isso é que não há tanta participação para evitar. Não interessa aos poderes que haja muita PP”. Facto que lhes parece igualmente confirmar que, de facto, quando a PP é solicitada é meramente com o objetivo de concordar com o que já foi elaborado ou decidido a nível político.

Reconhecem que muito do que se verifica, no território, em termos de PP, “é feito por privados ou associações”. Mas, reconhecem também que, mesmo no seu grupo, apesar da “recente criação da associação de empresários”, a PP ficou aquém do que se pretendia: “a resposta é má. Pior a emenda que o soneto”. A justificação que avançam para este facto é que “os empresários, muitos, estão de costas voltadas, não participam. Há eventos para a participação mas são muito poucos os que vão, que participam”. Outra razão é que “o sector privado participa quando é muito grande”, o que não é o caso no BG; mas tal como noutros locais onde “há empresas que se associam para terem mais voz”, o mesmo deveria suceder com as locais.

Presidente de Câmara

Embora reconhecendo a existência de participação pública por parte dos atores locais, “até acaba por haver alguma participação”, colocam a questão da sua dimensão, “que devia ser muito mais”. Até porque, aos autarcas, parece-lhes que essa deverá ser uma das funções evidentes desses atores, principalmente das associações de desenvolvimento local, “daquelas que já estão no terreno”, porque podem agir em relação, por exemplo, à comunidade, “dando-lhes outro protagonismo, assumindo-os como parceiros, procurando

dar-lhes outra força, não é?”. Aceitam que as parcerias podem ter aqui, na PP, um papel de grande importância, até pelos laços que geram entre todos aqueles que estão envolvidos no DL: “é muito importante a confiança entre as pessoas, a confiança entre as entidades, entre as empresas, entre os empresários, as parcerias, as trocas de informação”. E que, no caso do BG, o potencial de crescimento de todas estas relações e dinâmicas é muito grande, porque, para eles, o nível atual “é muito pobre no espaço de que estamos a falar”. Por exemplo, ao nível dos empresários, salientam: “Os empresários têm falhado”, porque, apesar de as empresas incentivarem alguma participação pública, ligada com as suas atividades, “devia ser muito mais”.

Atores chave

Para os atores chave a questão da cidadania, e da estrutura de que é possível dotá-la relaciona-se com uma questão cultural: “As pessoas não estão habituadas a participar”. Daí considerarem que é fundamental que haja mais informação, outra motivação e que se constituam processos que conduzam a “criar uma opinião pública com essas características: informada; esclarecida; consciente; participativa e interventiva”. E reconhecem que as ADL, nesse processo, podem desempenhar um papel de relevo: “as associações de desenvolvimento local e de desenvolvimento regional podem ter um papel muito importante e têm tido!”. E como forma de frisar este especto, são citados vários exemplos de algumas das associações mais dinâmicas neste território. Inclusive pelo efeito indutor dessa desejada melhoria dos níveis de participação e de cidadania: “Há associações no território que dinamizam algumas atividades bastante interessantes”. Até fomentar a articulação entre projetos distintos, como “as Terras do Baixo Guadiana, o embrião, foi uma boa ideia, já pode dar uma certa articulação e está a dar!”.

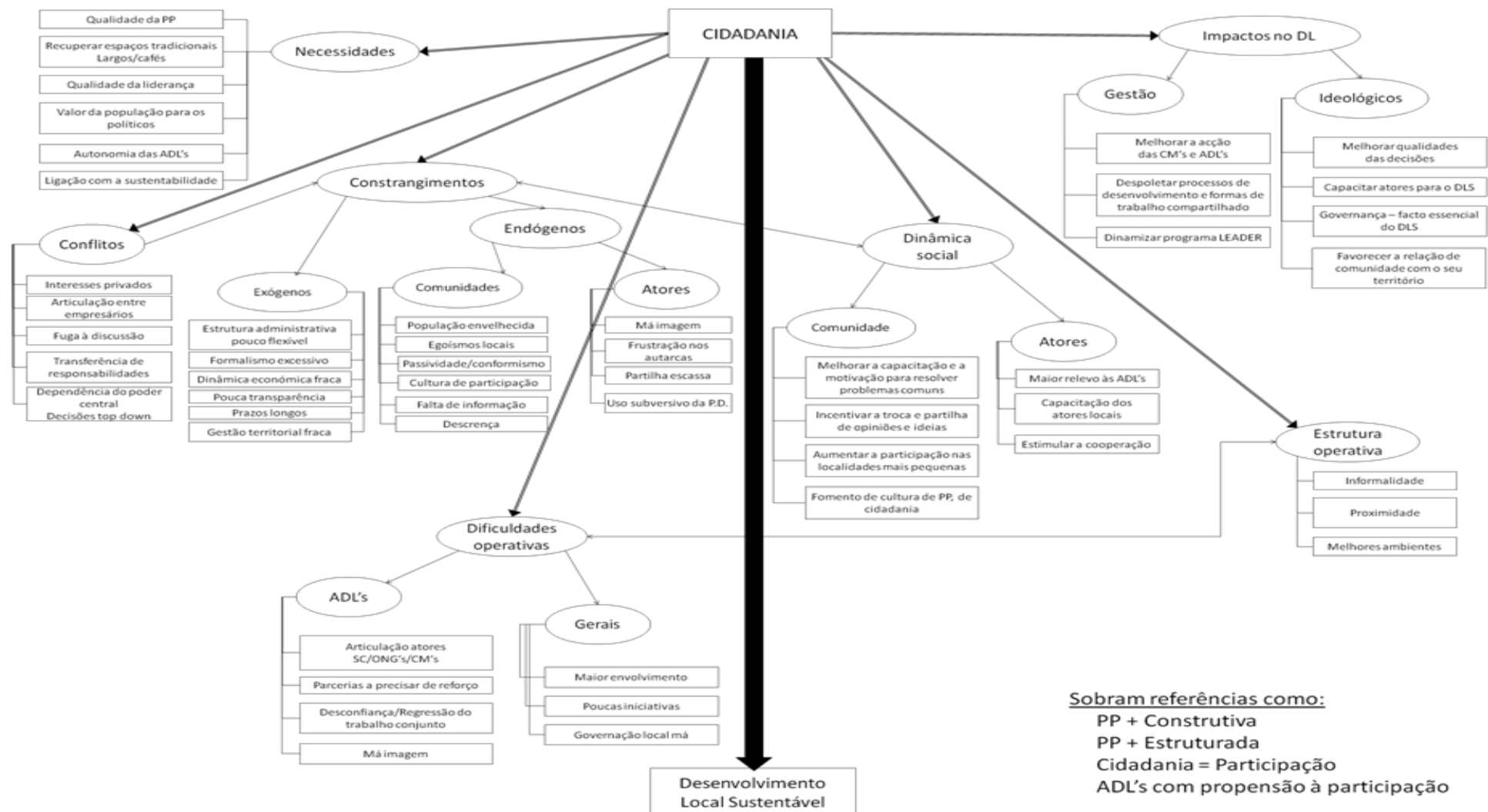
Neste contexto, é citado como interessante, a este nível, o caso de Mértola, onde, no percurso pelo desenvolvimento do território, pela primeira vez, “surgiu a necessidade de criar aqui uma Associação Ambientalista, que tinha de ser autónoma da Câmara”. Neste processo houve alguma participação pública, “a câmara há alguns anos promoveu umas reuniões com a opinião pública para apresentar este ‘projeto’, isso despoletou a criação da ADPM”. Este foi, aliás, um processo interessante, porque, em grande parte, deveu-se à chegada de massa crítica exógena, mas que, ideologicamente, queria envolver os locais no processo, ter a sua participação, mesmo que de modo informal: “O café Central chegou a ser o 1º polo cívico, aqui desta vila. Porquê? Era lá que a câmara funcionava. O

presidente da câmara fazia ali o seu dia-a-dia numa das mesas do café, a malta juntava-se à volta. Toda a comunidade decidia. Era numa altura que o centro da vila era ali”.

No caso de Mértola, um bom ‘caso de estudo’, ressaltam alguns aspetos que ainda hoje devem ser estruturantes da cidadania, e por isso se dá aqui registo desse testemunho que recolhemos, e que tivemos ocasião de acompanhar de forma ativa. Por exemplo, a importância do debate: “Isso foi debatido, foi longamente debatido, em relação à forma como a nossa estrutura começou a fixar-se, quando começou a ficar aqui gente o tempo todo, como é que se poderia sobreviver, como se relacionava com a Câmara. Foi um debate interessante!”. Ou a questão da representatividade, de ser uma entidade que pudesse relacionar-se com a comunidade e com outros agentes locais sem ser uma ‘mera correia transmissora’, nem ficar agarrada por compromissos com o poder político que poderiam impedir a sua atividade autónoma como dinamizadora do território, dos recursos e das aspirações para o futuro dos seus habitantes: “Precisamente o acordo era o não depender da Câmara, tem de haver autonomia. E essa autonomia obriga-nos também a uma maior criatividade a ir buscar. Foi a primeira vez, quando surgiu a necessidade de criar aqui uma Associação Ambientalista”. A participação pública ficava, também garantida, portanto, a nível estatutário, já que a coordenação dos rumos e objetivos ficava a cargo dos associados, muitos deles membros da comunidade.

Mas, para os atores locais, nesta estrutura pela qual se pode organizar a cidadania, existem outras entidades que eles consideram, igualmente, poderem ter um contributo interessante neste campo, que são os partidos políticos, mesmo que “de maneira desigual, e dependendo muitas das vezes das pessoas que estão à frente das organizações partidárias locais”, porque essas organizações podem dar “a sua participação. Serem sensíveis à importância que as reivindicações têm para as populações e estarem presentes”. Mas deixam uma crítica: “Os políticos ainda não perceberam a força da PP para os ajudar!”.

Figura 7.6. - Esquema do Subtema Cidadania



Fonte: elaboração do autor

SUBTEMA: DINÂMICAS

As dinâmicas de qualquer processo de desenvolvimento assentam nas pessoas e na sua capacidade de mobilização. Tal como se viu na análise relativa à cidadania, os indivíduos reconhecem que, apesar de haver um potencial de envolvimento, as pessoas não se mobilizam no território em que vivem, deixando para outros atores e poderes a responsabilidade de construir essas mesmas “dinâmicas”, alheando-se assim dos processos de tomada de decisão, desvalorizando assim opinião própria coletiva, engrossando assim uma cultura individualista, e uma quebra nas práticas comunitárias que, claro, só podem ter efeitos negativos nas dinâmicas que o desenvolvimento sustentável do BG requeria.

No entanto, existe uma perceção de que há estímulos possíveis de serem introduzidos neste processo: a criação de ambientes mais propícios, o aumento das trocas de informação por parte de todos os agentes, o trabalho em rede e partilhado, podem funcionar nesse sentido positivo. Mesmo com ganhos qualitativos, uma vez que dessas novas dinâmicas podem resultar ganhos de criatividade, de inovação, relevantes para gerar maiores impactos, sendo para tanto necessário, no entanto, mudar os processos de participação, encontrar maneiras de gerar e aumentar novas dinâmicas.

Sub Tema: DINÂMICAS

- Categorias / Sub Categorias:**
- Proximidade e Informação
 - Eficácia
 - Ambientes e Espaços
 - Políticas Públicas
 - Cultura de Cidadania
 - Estímulos e limitações

Proximidade e Informação

Comunidade

No item da proximidade e do acesso à informação, a opinião da comunidade encontra-se razoavelmente dividida em partes iguais, já que apenas 56% dos inquiridos dizem não se sentir informados. No entanto, uma grande maioria dá o maior destaque ao facto de que

o acesso à informação é o fator que mais influencia a participação pública. Este aspeto é considerado tão relevante que os inquiridos referem que o que mais contribuiria para se sentirem mais capacitados para participar seria o ter mais informação. No campo da motivação, a comunidade refere ainda a proximidade e a utilidade dos assuntos como fatores relevantes.

Técnicos/Empresários

Quanto aos técnicos e empresários que foram inquiridos para esta investigação, a sua visão é menos simplista do que a apresentada pelo conjunto representando a comunidade. Para eles, a questão da fraca participação está mais ligada com o modelo de gestão, que não favorece esse fator. Segundo estes técnicos “a população junta-se quando há interesses para o território”, mas “este modelo não propicia uma maior participação no território”, uma vez que grande parte das decisões são tomadas de forma exógena, e, portanto, as pessoas acham que a sua opinião não tem relevo para os rumos já pré-definidos e afastam-se dessa participação. No fundo, uma opinião que repisa aspetos já muitas vezes ‘ouvidos’ ao longo deste projeto de investigação. Tal como nos casos individuais anteriormente abordados, só uma motivação concreta que influencia cada cidadão, individualmente considerado, é que leva à maior participação. Em termos coletivos, face aos destinos para o território, o caso é idêntico.

Os técnicos e empresários entendem que, por isso mesmo, “só alguns recursos mobilizam para a participação, porque geram interesse. O turismo tem provocado algum debate”, uma vez que é, inclusive, um sector de atividade económica com alguma transversalidade. Para este grupo a falta de proximidade é muito relevante, um deles dá inclusive um exemplo de “experiência própria, há uma diferença clara em que as pessoas participam: nas juntas de freguesia participam mais. Há maior proximidade. Na junta as pessoas participam mais que na câmara”. O modo como a participação é estruturada, dificulta, porque “os portugueses valorizam mais a forma que o conteúdo. A distância é de facto uma barreira à participação”. Os empresários particularmente destacam o conflito que existe quase sempre com os poderes instituídos: “Os políticos quase sempre não passam por empresas, não sabem o que é arranjar o dinheiro. Não sabem de onde vem o dinheiro. Estão afastados da realidade”.

Para este grupo o eventual sucesso dos projetos de investimento e de empreendedorismo “pode mobilizar e incentivar a participação pública”, porque “mais empresas surgem, mais postos de trabalho”, cria-se uma dinâmica diferente relacionada com os recursos locais, dinamizam-se sectores (como “o turismo rural, outro recurso que tem vindo a ser usado devido ao conhecimento que as pessoas têm”), as pessoas começam a estar mais envolvidas, porque lhes começa a ser importante saber qual vai ser o destino e o rumo deste território.

Presidentes de Câmara

Segundo os autarcas, as câmaras “vão junto das pessoas ouvir-lhes as opiniões”. Mas não se trata meramente de ouvir, a instituição tem de “estar recetiva aos pedidos de colaboração dos munícipes, tem de os ouvir. E quando a PP não é feita pelos munícipes, a câmara tem o dever de a promover”. Reconhecem que muitas vezes o espaço, o tempo, dessa participação, não é feito nos moldes mais eficazes e atraentes, mas deixam uma referência positiva para o futuro, ao afirmarem “vamos procurar ter momentos em que nós procuramos a população”. A difusão da informação parece-lhes de grande importância para atrair maior participação, e reconhecem que no momento atual essa difusão podia ser melhor, ainda há “falta de informação”.

Atores chave

Para os atores chave, uma das razões principais pelas quais a PP é tão fraca e/ou escassa neste território liga-se com a não existência de estruturas que se ocupem especificamente desse papel, de promover a PP tal como se faz com outras atividades e/ou recursos: “Não há uma estrutura, nunca foi criada nem desenvolvida, nem aproveitada, nem as velhas, nem novas tenham sido criadas que permitam essa passagem de poder, essa sinergia”. Portanto, embora acreditem que existe esse potencial, ele não toma qualquer expressão significativa porque existe uma desarticulação do seu aproveitamento. Se uma determinada organização estimulasse essa partilha de projetos ou de definição de atividades sociais / locais, poderia concretizar-se essa expectativa, e o desenvolvimento local sustentável poderia começar a ser um projeto partilhado. Mas, “como há pouco trabalho em conjunto, pouca partilha, e isto muitas vezes resulta da falta de confiança, a informação não flui de um lado para o outro”.

Um outro aspeto que os atores locais destacam tem a ver com a proximidade, e particularmente, ao nível do poder local, Porque, embora considerem que “o nosso poder autárquico favorece a participação pública!”, entendem que se deveriam prosseguir um rumo mais assertivo em termos das dinâmicas da PP, “os políticos têm de estar disponíveis para irem” a todos os locais onde as novas e as menos novas gerações se encontram todos os dias, e a partir daí fomentarem o seu interesse e a sua participação ativa. Gradualmente, esse incentivo vai permitir ultrapassar dificuldades que o nosso país possui. Claro que “deveríamos ter uma sociedade muito mais culta e participativa na relação entre eles e com a sociedade, até às escolas”. Mas não tendo a sociedade ideal, podemos incentivar, como eles sugerem, uma comunidade mais empenhada no seu próprio território. Uma ideia mobilizadora inicial pode servir, pois “nós precisamos de um fenómeno de pequena dimensão e de proximidade”, para atrair outros agentes locais e as pessoas em geral. Que dinamize os processos de PP. Que se acabe com a conclusão de que “as pessoas que estão no território sentem atração por meios maiores, estão fartas de estarem isoladas e fechadas!”. E para isso há que encontrar outro modelo, diferente do atual. Mais aberto e menos formal.

Eficácia

Comunidade

Os inquiridos consideram que, se o território tivesse parcerias mais robustas o território teria ganhos nas seguintes áreas e com estes níveis: desenvolvimento local mais acentuado, respostas mais eficazes para os problemas, crescimento na área do turismo, mais participação pública e maior coesão territorial.

Tabela 7.22. - Ganhos para o território com parcerias mais robustas

ÁREAS	NÍVEIS						
	Nível 1	Nível 2	Nível 1 + 2 Fraco	Nível 3 Médio	Nível 4	Nível 5	Nível 4 + 5 Forte
Mais capacidade reivindicativa	1,6	5,9	7,5	31,9	29,5	31,1	60,6
Maior coesão social	1,1	4,3	5,4	29,4	40,1	25,1	65,2
Maior coesão territorial	1,1	4,9	6,0	22,7	43,2	28,1	71,3

Menor isolamento	2,2	5,4	7,6	23,6	38,5	30,2	68,8
Desenvolvimento Local mais acentuado	0,8	2,4	3,2	14,9	40,0	41,9	81,9
Melhor governança territorial	1,3	5,9	7,2	25,0	39,6	28,2	67,8
Fortalecimento da identidade territorial	1,1	4,3	5,4	24,5	43,8	26,4	70,1
Maior peso nas relações com Espanha	1,6	9,9	11,5	32,1	36,6	19,8	56,4
Crescimento do turismo	1,1	4,3	5,4	16,2	42,3	36,1	78,4
Mais participação pública	1,1	4,8	5,9	23,3	37,0	33,8	70,8
Mais peso político	4,6	11,8	16,4	34,4	31,7	17,5	49,2
Sustentabilidade dos recursos	1,3	5,4	6,7	20,8	41,5	31,0	72,5
Respostas mais eficazes	1,4	4,1	5,5	13,0	41,6	39,9	81,5

Fonte: elaboração do autor

Técnicos/Empresários

No que respeita à eficácia, para os técnicos e empresários, aquilo que se pode observar é uma inversão muito grande dos pressupostos da participação, o que, como é evidente, coloca em causa a eficácia da mesma: “O que se está a observar é o contrário [do que devia ser]. Primeiro fazem-se os projetos e depois é que há a participação”. A ineficácia é, portanto, elevada, segundo a sua visão. Isto mesmo considerando que o contexto envolvente é o de uma grande necessidade de desenvolvimento local, de combate à quebra demográfica, de crescimento económico. Portanto o fator eficácia é de enorme relevância. Mas apesar dessa necessidade, institucionalmente nada avança, pelo que não há um modelo unitário e integrador voluntário.

Para os técnicos e empresários, “o modelo [atual] não propicia uma maior participação no território. Porque se os poderes políticos não se conseguem encontrar, jamais as populações se encontraram”. Acreditam claramente na ideia de que um modelo de gestão do território com características distintas seria bom, como experiência de maior governança, e que isso seria um estímulo à eficácia da PP. Até porque existe uma outra questão relacionada com a eficácia: a gestão dos recursos naturais: “Há pouca PP em relação aos recursos. É um facto. Não tem havido as oportunidades necessárias”. E mesmo essa pouca, usada com o propósito mínimo do usufruto e gestão dos recursos locais, diz um deles, “se calhar não é a melhor”.

Alguna burocracia também retira eficácia a todo este processo e método, certas rotinas impostas pela máquina administrativa (dos vários níveis) igualmente, fazendo com que as pessoas se afastem. Apesar de Câmaras e Associações fazerem um bom trabalho, o sistema, em especial a sua vertente política / institucional, funciona, segundo a visão destes agentes locais, como um travão: “Não tem a ver com as pessoas quererem ou não participar. Tem a ver com o sistema político não faz desabrochar essa vontade de participação”. É nesse domínio, portanto, que é preciso trabalho para conseguir ganhos de eficácia.

Presidentes de Câmara

Começemos com uma afirmação taxativa, usando uma citação de um dos autarcas entrevistados: “Para haver participação pública é preciso haver uma agenda para o desenvolvimento”. Esta ideia, que vai de encontro à expressada anteriormente para o grupo dos técnicos e empresários, reflete uma visão holística relativamente a esta questão da eficácia: não pode haver eficácia se se pega a questão apenas de uma forma parcelar. Ao referenciar a necessidade de uma agenda para o desenvolvimento do território do BG, o citado autarca coloca o problema nos devidos termos, sem essa visão que analisa todos os fatores, haverá sempre entropia. Se existir uma linha coordenadora que integra a evolução das diversas atividades, os ganhos em termos de eficácia serão muito consideráveis.

Outro aspecto relevante da eficácia, é a dimensão integrada da participação, com destaque para a proximidade. Um deles destaca: “As pessoas precisam de tomar iniciativas em prol da sua comunidade. Quando isso acontece, conseguem a participação de toda a comunidade”. Mais uma vez, à semelhança do que já fora referido por outros grupos de inquiridos, a ligação direta ao assunto é destacada como fator relevante em termos de estímulo à participação: “Sinto que as pessoas só participam quando, de um modo muito claro, existe umnexo causal muito intenso entre o seu interesse pessoal e a questão que está em discussão”. Se a questão relevante tem uma dimensão coletiva, também é possível desenvolver a eficácia da PP, porque, com esse objetivo que serve a todos “as pessoas trabalham em conjunto, há uma envolvimento muito grande”. Os autarcas, cientes do papel que cabe aos municípios, repartem a análise da eficácia por vários protagonistas, a saber: câmaras, técnicos municipais, comissões regionais. Atentemos na sua opinião, por exemplo relativamente ao papel dos municípios: “A qualidade da participação pública

tem de se fazer com qualidade da nossa parte perante os participantes, perante quem a promove. Isto obriga a nós sermos honestos e despirmos aqui de qualquer tipo de pruridos ideológicos na participação pública”. Curiosa esta referência à visão ideológica, considerando que a PP é transversal aos diferentes matizes.

Para os autarcas, cuja visão tem sempre algo de institucional, não podia faltar a imputação de responsabilidades ao nível que lhes é superior: “devia haver mais participação daquelas pessoas que têm poder de decisão, poder de decidir sobre os recursos, esses faltam muito”. O contraste entre as diferentes visões, muitas delas planeadas sem congregar à mesa todos os envolvidos e interessados, redundava, claro, numa baixa eficácia. É o que referem como sendo da responsabilidade desses organismos: “a nossa CCDR, acho que tem estado ausente destes projetos e destas estratégias e não deveria estar. E depois ao nível também das próprias secretarias de estado, ou dos ministérios, também não se vê grande interesse para estas políticas locais e regionais. Eles não nos dão a atenção que nos deviam dar”.

Atores chave

Para os atores chave o facto de muitas vezes haver uma consciência local importante e interventiva não significa que haja PP. Muitas vezes, a seu ver, essa capacidade “é negativa, não está no caminho correto, no caminho progressista”. Mas entendem que a evolução social, o crescimento e maturidade dos comportamentos, podem vir a conduzir ao caminho correto: “É importante haver maturidade suficiente na sociedade para que pudesse haver essa PP”, a partir da qual pode melhorar-se a eficácia da ação coletiva. Para os atores chave existe seguramente um número imenso de fórmulas possíveis de serem aplicadas para fazer aumentar a PP e a eficácia da mesma; um deles usa até uma expressão curiosa: “Há provavelmente um mundo a descobrir”. A essa capacidade acrescentam que se pode fazer *benchmarking* deste processo, “ver também o que acontece nos outros países”, como forma de conseguir consideráveis melhorias neste fator.

Em grande medida, e à semelhança do referido pelos outros grupos de inquiridos, é ao modelo generalizado pelo qual se efetua a participação pública (assembleias, reuniões dirigidas) que imputam a baixa eficácia deste processo: “As coisas são feitas de uma forma em que as conclusões já estão tomadas antes de se começar a falar”. Para os atores locais, esta questão da eficácia da PP relaciona-se com outro espectro também já abordado

no decurso desta investigação: o problema da massa crítica. A questão da eficácia da PP vai entroncar, para estes participantes no inquérito, na capacidade de cada indivíduo e na visão integrada e coletiva das comunidades, face aos problemas que lhe são colocados e ao modo como a eles reage, em termos de manifestar a sua concordância ou discordância. “Deveríamos ter uma sociedade muito mais culta e participativa na relação entre eles e com a sociedade, mas muitas vezes aos políticos isso também não interessa e a população como nunca foi habituada que as coisas que decidem fossem tomadas em conta, nunca foram educadas nesse sentido”.

Esta avaliação negativa do papel que cabe a cada um é um dos fatores, de facto, que mais eficácia retira à participação. Para outro ator local, é no debate franco e aberto (e até informal) que se forma o hábito dessa participação, “debates fundamentais que solidificaram ideias”. Segundo os mesmos atores, há condições que estimulam a eficácia de um processo de PP para o BG. Mas nunca, reitera um deles, através da internet, porque “não tem impacto, porque não tem retorno!”. E muitas vezes pode estar “a ser manipulado sem saber! E de uma forma sinistra! Completamente!”. Para este ator, a PP seria mais eficaz sem recorrer a estes espaços, uma visão que valoriza muito o contacto direto, portanto, a proximidade já tantas vezes destacada aqui.

Numa outra resposta, encontramos uma visão de síntese para o aspeto que vimos a abordar: “Acho que os processos não estão a ser melhorados, não está a haver a pro atividade que poderia existir logo desde o início, no sentido de convidar os cidadãos, as instituições a participarem naquilo que é a construção de um território, ajudar a construir o desenvolvimento do território”. Percebe-se claramente que seria a partir do empenho, da motivação dada pela assunção coletiva da visão, que se poderia avançar, com eficácia em todas as participações e momentos, para o desenvolvimento do território.

Ambientes e espaços

Comunidade

Para a comunidade, respondendo a esta questão, o espaço e o ambiente humano que dentro dele se forma não são despiciendo, em termos de conduzirem a uma maior eficácia na participação pública por parte dos cidadãos. Salas e outras divisões em associações e nas juntas de freguesia, que são entendidos como espaços provados, são considerados os mais eficazes para a participação pública. Os menos apropriados, para a comunidade, são os espaços políticos e os da administração central. Para as pessoas que responderam a este inquérito, todos participariam mais se houvesse “mais confiança nas organizações e instituições”; esta resposta tem já uma dimensão substancial o que significa que mais do que os espaços e ambientes, o que conta é o fator humano. Destacam a “Confiança generalizada”, “comportamentos e atitudes entre e dentro das organizações” e as “dinâmicas associativas”, todos eles considerados fatores importantes para a participação pública. O modo como as pessoas são convocadas e o modo como são convidadas a participar ativamente são mais relevantes, na sua opinião, do que o sítio. Ainda igualmente referidas, são a “Criatividade e Inovação”, bem como “sentir ligação emocional com o território”, ambas apontadas como fortemente mobilizadoras para a participação pública. Como se vê, para a comunidade, os ambientes e espaços não são considerados decisivos.

Técnicos/Empresários

Os técnicos e empresários, relativamente a este tópico, destacam que “a população portuguesa ainda não tem a noção de espaço público”, e portanto a PP, que de si já carrega as anteriormente citadas dificuldades culturais (acrescidas de muito baixos valores demográficos) ainda se confronta com mais este constrangimento. Portanto, inúmeras possibilidades que poderiam funcionar com espaços de participação, numa ‘roupagem’ informal (com certeza gerando ambientes muito mais estimulantes) acabam por ser ignoradas, ou desprezadas, inversamente por motivo de serem ‘pouco formais’ para certos tópicos. Parece um problema irresolúvel, a motivar o comentário de um dos inquiridos: “Não há locais para a participação!”. Não admira por isso que, na imediata sequência dessa constatação, surja a afirmação: “A democracia é cada vez mais virtual. Apenas aqueles que estão perto das instituições são consultados. De resto, [as pessoas] já não são ouvidas. Ninguém pergunta nada”. Para os técnicos e empresários, é preciso não esquecer que “para as pessoas se envolverem tem que haver condições para se envolverem”. Na busca de soluções que ultrapassem os estafados métodos que já não atraem ninguém (assembleias, reuniões em auditório, etc. onde, “há pouca participação e está submetida a certos

momentos e que pouco vai alterar os processos... [as conclusões em discussão].”) sugerem-se novas soluções: “Criar eventos participativos”.

Para este grupo, o ambiente da participação tem uma componente endógena, de que estivemos a dar conta, e uma componente exógena, em que o ambiente social se reflete igualmente na vontade de cada um de exercer o seu direito cidadão de se fazer ouvir. Para este grupo não está em causa que, numa discussão ou tomada de posição, haja interesses em confronto; “podem existir interesses mas tem que ser transparentes”. Apesar desta visão aberta, reconhecem que, mesmo assim, num modelo deste tipo, “não interessa aos poderes que haja muita PP”. Em diversas situações, comentam, “as pessoas são penalizadas pela participação e afastam-se”. Outro tipo de ambientes poderia permitir uma relação distinta, numa situação de maior equilíbrio entre todas as partes, porque assim praticamente “não há mecanismo de participação, não há envolvimento, não há discussão”. É necessário encontrar os espaços que se adequem aos novos métodos, e dessa forma poder-se-á aumentar a PP.

Presidentes de Câmara

Os Autarcas são unânimes a reconhecer que o ambiente tem uma importância decisiva no modo como as pessoas se sentem ou não estimuladas à participação. Pelo local, pela distância às vezes, por todo o contexto: “quando conseguimos de um modo ou doutro, trazer as pessoas ao local onde a discussão vai acontecer, muitas das vezes elas estão completamente inibidas e é difícil estimulá-las à participação efetiva”. É evidente para os edis, igualmente, que essa insistência deve fazer parte das funções que cabem aos executivos, no sentido de estimular a cidadania e de fomentar a participação democrática, “temos de facto que estimulá-las muito para que participem”. A iniciativa pode não ser sua, na origem, mas cabe-lhes incentivar e apoiar todo e qualquer processo que vise a PP; perentoriamente, um deles afirma: “Sim as câmaras devem incentivar!”.

Para os Presidentes de Câmara, a seu ver, deve ter um papel relevante na concretização e facilitação dos espaços públicos nos quais esta participação se pode exercer, no seio de um bom espaço e num bom ambiente. Açam lógico que os modelos de participação tenham sofrido evolução ao longo do tempo, e portanto que essa mesma participação se possa desenrolar quer de forma espontânea, quer em espaços informais. Todos eles referem iniciativas por parte das autarquias, e com cada vez maior número de incidências

anuais, de ir ao encontro das pessoas (“Não são as pessoas que vêm ter connosco”) de incentivar essa mesma participação em ambientes que lhes são mais familiares, e/ou acolhedores, e portanto possam facilitar a sua participação ativa. Ou quando são problemas ou públicos muito específicos, ir igualmente ao encontro dessa realidade, nos espaços e ambientes em que esses momentos se desenrolam: “Se é um problema do Bairro, vamos ao bairro falar; se é uma questão que é para fazer uma intervenção no estacionamento, vamos buscar os comerciantes para os ouvir no local”.

Estes informantes reconhecem, nas suas respostas, que estes fatores se enquadram no conjunto de elementos que podem predispor à participação, que induzem motivação, tal como os assuntos (“Tocava-lhes nas expectativas, porque respeita a uma área em que eles têm interesses”); o conjunto destes fatores reunido é que representa, a seu ver, a plataforma ideal para conseguir fomentar a PP. Muitas vezes, o conceito ideológico que está subjacente à PP (por exemplo, a obrigatoriedade de discussão dos planos territoriais locais em determinados moldes), impõe um conjunto de pressupostos que, por estarem já ‘antiquados’, face à vida atual, e às novas ideias sobre a PP, são eles mesmo fatores inibidores da PP, exatamente o contrário daquilo que pretendiam: “Por vezes, é a própria participação pública que enferma o processo de participação pública, quando nós introduzimos conceitos ideológicos relativamente a isto”.

Uma última contribuição da sua parte, esta relacionada com a questão cultural, de vivermos num país em que se fomentou, sempre, a não participação. Acatarem-se as ordens vindas do poder, sem crítica. É preciso, segundo eles, construir uma nova realidade social, no contexto de uma sociedade democrática, e novas gerações com outra ideia e vigor no exercício da PP; aí “a escola deverá ter um papel importante. A escola é decisiva!”; mas atenção, “depende sempre dos professores! Se os professores forem também interessados, promovem-na [à PP]. Se não, nada se faz!”.

Atores chave

Este grupo segue na mesma direção, na atribuição de grande responsabilidade à escola em termos de uma alteração substantiva da adesão das novas gerações à PP; é sua convicção que “as escolas podem desenvolver políticas e práticas que estimulem os hábitos de participação”, exercendo assim o papel de instrumento para criar ambientes favoráveis à PP. Nas gerações mais antigas, “a população, como nunca foi habituada que

as coisas que decidem fossem tomadas em conta, nunca foram educadas nesse sentido”, sentiam-se, como já outros grupos de inquiridos referiram, inibidas. Mesmo ainda agora, replicando tiques de autoritarismo, ainda muitas vezes a escola, face à PP, se comporta como ‘educadora’ do antigo regime: “Está quieto! Cala o bico!”. Neste modelo de ‘ensino’ “a pessoa não está, não sabe, não pode. Ninguém a motivou para que participe numa ação. O participar numa ação é aquilo que acontecia, por exemplo, no mundo agrícola... estar a trabalhar em conjunto... ao lado, ao lado! Cantar! Jogar! Fazer o simples jogar da malha! Fazer as coisas coletivas, o jogo coletivo, isto é participar!” Estes contextos representavam ambientes propícios à PP, fora do colete-de-forças dos órgãos oficiais dos diversos poderes.

Para os atores chave, é importante usar as lições da história social para, pelos menos em meios pequenos e com baixa densidade (caso das comunidades do território do Baixo Guadiana), reconstruir os ambientes e espaços onde cada um foi livre de dar a sua opinião, nos seus próprios termos e vontade, como escutámos um dos atores chave descrever: “[Noutros tempos] havia locais fundamentais onde as pessoas se encontravam. E aí se falava, se sabiam informações e se discutiam os acontecimentos do povoado. Isso era um espaço decisivo onde se discutia umas coisas, onde se debatiam os problemas, onde se decidiam e onde se criavam opiniões, etc. Ao montar a televisão acabou completamente o convívio, o debate de ideias porque está... há um discurso num só sentido”.

Para os atores, esta questão dos espaços é sempre apresentada como fundamental. Certos locais são mais favoráveis à participação do que outros. Há um conjunto de espaços e de ambientes que são mobilizadores, um dos atores cita, por exemplo, a Igreja, que, mesmo não sendo este um território de presença quotidiana, sempre que se envolve em determinadas atividades, a participação acontece: “Há esse fator... se a igreja entra as pessoas vão”. No geral, a opinião apresentada reflete essa ideia, há que diversificar as formas e os estímulos à participação, e envolver as pessoas desde o início dos processos, e de forma simples, porque a tendência das pessoas é essa, elas “encontram-se para se encontrarem, falam nos cafés, com os amigos”. Prosseguir nos estímulos com essa simplicidade, que nada obsta à profundidade com que se pode participar.

Políticas públicas

Comunidade

No que respeita à relação entre estes dois fatores, para a comunidade, a existência de políticas públicas adequadas ao território é apontada como um dos fatores mais importantes para a capacitação dos atores locais (que já foram referidos noutras respostas, por parte da comunidade, como sendo os agentes fundamentais para a dinamização e o desenvolvimento do território). Outro aspeto muito reforçado pelos inquiridos é que os processos de desenvolvimento sustentável estimulam/convidam à participação pública.

Técnicos/Empresários

Para este grupo a questão das políticas públicas revelar-se-ia um fator importante, por criar estímulos à PP, porque esta “Não há e quando há é muito pequena” e é considerada fundamental. A avaliação que é feita, em geral, pelos membros deste grupo é de que a PP “não passa dos níveis básicos quando existe”, sendo promovida pelos agentes institucionais e por outros atores muitas vezes apenas na forma de “consulta, para legitimar”, refletindo um modelo de gestão do território que terá, a seu ver, alguns vícios antigos, daí afirmarem que “se calhar não há interesse em que seja de outra forma”. Políticas públicas que introduzissem novas metodologias, e que alterassem o *status quo* atual (“as opiniões têm outro valor se vierem de “outros” participantes”), de acordo com este painel seriam bem vindas, permitindo corrigir essas distorções (preferencialmente fazendo isso mesmo), que ‘instituíssem’ uma requalificação do peso da opinião dos locais no quadro dos procedimentos de consulta e legitimação: “Há propostas que foram feitas por participantes e não foram tidas em conta e que hoje estão a ser tratadas porque mais tarde vieram de outros...”, exemplo citado do tipo de distorção que pode ocorrer, e que reflete uma prática por parte de alguns governantes, que entendem a legitimação eleitoral (no ciclo de 4 anos) como a única necessária.

Para estes inquiridos, o problema vem da vontade, ou da inação, de quem tem as responsabilidades na gestão dos processos: “A inibição por parte da governação, que tem de incentivar a população para a PP. Quem tem de se modificar é a governação o que é muito complicado!”. Para técnicos e empresários, estas práticas com alguma distorção resultam de “condicionalismos culturais e governativos que são difíceis de alterar”. Daí a sua conclusão pouco otimista: “Levará muito tempo neste território até que se consiga ter PP”. Por isso a sua defesa de que políticas públicas desenhadas para favorecer a

aceleração desse processo seriam bastante úteis: “Para as pessoas se envolverem tem que haver condições para se envolverem”. Políticas públicas que pudessem consagrar determinados mecanismos de fomento de uma participação mais constante pelos cidadãos, favorecendo as práticas da governança.

O modelo atual enferma de uma “perspetiva muito redutora”, não há suficiente “envolvência, não há discussão”. Igualmente para este grupo era fundamental existirem políticas públicas voltadas para o reforço da unidade territorial do BG; afirmam claramente que “as entidades públicas têm de reconhecer o BG como território homogêneo, integrado”. Através dessas políticas públicas poder-se-ia assim “definir o que é o BG”, incentivar a “que os concelhos se sintam com a mesma identidade e se reconheçam no mesmo território”. Se não houver esse reconhecimento, qualquer esforço de construção de uma estratégia comum que estimule as PP terá muito mais dificuldades de vingar, porque, não havendo qualquer enquadramento legal ou institucional, na opinião que transmitiram, isso significa que também a nível local, “este território não é reconhecido pelas entidades públicas, as Câmaras”.

O que gera dificuldades aos outros atores, por exemplo as ONG’s, que pretendam trabalhar nesse ‘cenário geográfico’. Dificuldades acrescentadas pela existência de regiões administrativas diferentes, e, na sua opinião, por uma “estrutura administrativa pouco flexível, rígida, que não ajuda à participação. E no BG é muito rígida”. Para eles, a questão só poderá ser resolvida quando o poder de decisão for de novo colocado junto das populações, numa base de gestão de proximidade, mais regular, e para todos os assuntos que sejam estrategicamente relevantes. Como está, as pessoas afastam-se: “As falsas democracias estão a fazer isso. Tem a ver com o nosso sistema político não permitir isso. É um problema das democracias representativas: as pessoas estão cansadas disso”, de só poderem intervir no ciclo eleitoral, ou no final dos processos. Há que reforçar a proximidade e o valor da opinião das pessoas no início dos processos, e incentivar à PP, respeitando os seus resultados.

Presidentes de Câmara

Nas suas respostas os presidentes destacaram a necessidade de uma metodologia de trabalho com vista à definição de políticas públicas conjuntas, e, muito particularmente, virada para a dinamização deste território: “Por isso é preciso criar uma agenda de

preocupações, não é para condicionar! Pelo contrário! Uma agenda para nós termos um método de trabalho”. E assumem claramente a sua responsabilidade num processo desse tipo, expressando um deles a opinião de que “neste momento sim, deviam ser as câmaras a dinamizar essa agenda! Com certeza que sim! Mas só que a Câmara tem uma escala municipal”. O que levanta a questão de existir um trabalho intermunicipal, o qual ficaria facilitado se existissem políticas públicas que dinamizassem essas parcerias. Um tal cenário de favorecimento do BG poderia ser concretizado “nomeadamente nos instrumentos de Ordenamento do Território e no desenvolvimento de determinados processos relativos à elaboração de regulamentos ou coisas desse tipo, em que por força do quadro formal ou por força das leis, das normas existentes” se conseguiriam melhores resultados na concertação das várias iniciativas municipais.

Para os autarcas, outro especto relevante neste processo seria ouvir a opinião das pessoas (“gostávamos de ouvir as pessoas; gostávamos de envolver as pessoas”), para que se pudessem desenhar políticas públicas considerando a sua ideia para o desenvolvimento deste território. Este envolvimento poderia gerar uma dinâmica diferente, pois além de “mostrar às pessoas o que é que a Associação para o BG” também se conseguiria “não [nos] deixarmos cair na inércia, porque estar sentado é terrível!”. A aliança entre o papel da associação com as populações é o mais importante, e por isso um dos autarcas refere que o papel dos municípios é ir “dando alguma motivação às pessoas de virem”, para trabalharem em conjunto na obtenção de bons resultados para todos.

Atores chave

Os atores chave consideram que as políticas públicas são o cerne da questão do desenvolvimento local, mas, até agora “as respostas negativas dos centros de decisão centrais ou regionais e locais, acabam por lançar um certo desencanto, um certo desinteresse” das populações relativamente a todo este processo. Existe, segundo as suas respostas, um conjunto de entidades que poderiam unir esforços para obter políticas públicas que permitissem vencer algumas dificuldades estruturais e dinamizar a concretização de objetivos positivos para o BG, esforço que, no seu modo de ver, não tem sido totalmente integrado até à data: “Muitas vezes as forças vivas, indústrias, comércio, acabam muitas vezes por pressionar os órgãos autárquicos a seguirem o seu exemplo”; mas “a forma em si como o território está organizado hoje, não facilita muito esta PP. Os municípios são demasiado fechados!”. Alguns, com uma visão mais crítica deste papel,

afirmam que, apesar de os políticos apelarem à PP e à existência de políticas públicas orientadas no mesmo sentido, “é evidente!” que, no fundo, não a desejam.

Cultura de Cidadania

Comunidade

Nas respostas ao último tópico do sub tema relativo às dinâmicas da participação, os membros da comunidade que foram inquiridos manifestaram, numa grande maioria, acreditar que têm capacidade para se envolverem em ações com participação pública – cerca de 65.8% responderam afirmativamente, contra apenas 34,2% que entendem não possuir essa qualificação. Mas a maioria é maior ainda quando solicitados a escolher um espectro que, em seu entender, poderia contribuir para aumentar essas capacidades de participação – onde o item escolhido foi o estarem mais envolvidos com o que se passa no território. Apesar de tudo, cerca de 60% já participaram em alguma atividade ou iniciativa realizada no espaço do BG, o que deixa alguma imagem positiva em termos de algum conhecimento sobre as questões que ao mesmo se colocam, e na cultura de cidadania que se pretendem fazer crescer.

Técnicos/Empresários

Os técnicos e empresários consideram este aspeto fulcral, mas reconhecem que o caminho a percorrer até uma situação de massa crítica e de participação ideais é ainda longo. Por isso não resta senão uma alternativa: “Devemos educar as gerações para participar”. Porque é por demais evidente que “falta o hábito de participar”, para que possa existir uma cultura de participação que ainda “não está enraizada”. Por isso é que reclamam que deve existir uma “educação para a PP”; “não há PP por uma questão de formação, teria de passar por sensibilização, por parte das escolas talvez”. Por isso a sua sugestão de que estes conteúdos permaneçam nos *curricula* das escolas, para que possa haver uma formação cívica e para a cidadania que nos faça dar um salto cultural igualmente neste domínio, que é tão relevante do ponto de vista da gestão social e política dos territórios e das suas comunidades: “As gerações vindouras têm de ter outro tipo de ensino que as ensine a participar, a intervir e que isso é importante para o seu dia-a-dia. Ter educação para a PP”. Reconhecem que não será fácil, há uma grande barreira contra a entrada da

sociedade civil no mundo muito fechado da programação dos conteúdos escolares (“Chegar aos miúdos também é difícil porque a escola não nos deixa entrar, não é o nosso território”), mas é um trabalho, uma insistência, que é imperioso prosseguir, porque “enquanto não for feita educação para a ética, o envolvimento dos cidadãos é estrangulado”.

No mundo atual, afirmam, em quaisquer projetos que se queiram dinamizar num dado território é preciso “lutar pelas coisas, tem de ser os técnicos a promover e os técnicos não têm essa formação de base”. Pior ainda, lembram, se estiverem dependentes das comunidades, pois a maioria dos seus membros não tem formação neste campo para poder perseguir, com sucesso, esses objetivos, e mais ainda quando isso ocorre num território com tantas dificuldades estruturantes. Por isso “levará muito tempo neste território até que se consiga ter PP”. Mesmo a situação atual é ainda mais complexa porque, na sua opinião, além de as pessoas se colocarem numa posição defensiva (“As pessoas acham que não sabem”), acresce ainda “a cultura de individualismo, a falta de sensibilidade, transversal às populações e políticos”.

Para este grupo participante, “as pessoas olham muito para elas próprias”, introduzindo individualismo no processo, em vez de cidadania. Facto grave porque generalizado, já que “isso verifica-se ao nível dos políticos e das pessoas”. Uma vez que consideram relevante o papel dos gestores do território, tanto técnicos como empresários manifestam o seu desejo de que se possa aumentar a capacidade crítica; para eles “as pessoas devem ser induzidas a uma opção” e devem reclamar por “ter governantes mais competentes ao nível da gestão de conflitos e de negociação porque assim teriam mais capacidade para criar ambientes mais favoráveis à participação”. Concomitantemente, ao crescimento da cultura de cidadania. Esses novos ambientes, nos quais as pessoas deverão sentir-se mais à vontade para intervir (e já não terem – como atualmente – tanta “vergonha dos “engravatadinhos””), e onde podem exprimir as suas opiniões sem complexos, serão fóruns essenciais para a construção de uma cidadania efetiva, da qual o BG só terá a beneficiar.

Presidentes de Câmara

Os autarcas consideram que a questão da (ausência de uma forte) cultura de cidadania “é acima de tudo é um problema cultural! Há uma cultura muito individualista e acho que

isso leva que as pessoas estejam basicamente centradas em si próprias e no seu pequeno universo e que se desliguem muitas das vezes das questões que respeitam a todos”. No entanto, para os presidentes dos municípios do BG, esta situação não é algo específico a estas margens, mas sim “um problema que tem um carácter mais geral e que tem muito que ver connosco, com o modo de ser, as características e com a essência cultural do povo português”. Essa conclusão vem acrescentar-se aos problemas que já aqui existem, esses sim específicos à zona, que são, e referem, a título de exemplo, “terem poucas pessoas, e terem poucas pessoas [que representem] massa crítica”. Fator que aumenta as dificuldades locais, e muito até no campo da expressão de uma cultura de cidadania, porque “essas poucas pessoas não se querem envolver, não se querem chatear”.

Assim, entendem os autarcas, há que tomar medidas concretas, para que se possa alargar o número daqueles que estejam capazes de intervir, e para se conseguir alargar o campo da cidadania com expressão efetiva nos processos de gestão: “temos que preparar as pessoas. E eu já tenho dito isto, e acho que era da maior importância para hoje, que ontem”, com esta *nuance* assumindo-se que os processos de gestão de hoje estão desfasados daquilo que devem ser, em termos de exercício do poder por parte da comunidade (em modelo de governança e de participação); “a participação pública pode de facto, contribuir para o desenvolvimento dos territórios, no BG seria muito importante ter-mos muitas mais pessoas a opinar, a dar sugestões”. Deste modo, na sua opinião, poder-se-ia aumentar a participação dos cidadãos, até suplantar aquilo que um dos autarcas entende ser resultado de uma grande diferença entre as populações do norte e do sul de Portugal: “Tem a ver com o sul! É o sul! Porque é que é que a taxa de suicídios é elevadíssima na Serra Algarvia e no Alentejo? E é raríssima no norte? No norte as pessoas são mais aguerridas. Tem a ver com a mentalidade das pessoas, são passivos no sul”. E é esse estado de coisas que consideram importante alterar, “logo a partir dos bancos da escola, da infância”.

Atores chave

Para alguns atores chave, a questão da participação no território do BG está fortemente marcada por aquilo que foi a história política da região durante séculos (de certa forma explicando aquilo que é a opinião de um dos autarcas, citada no item anterior), onde a ausência de direitos de terra (quase toda a população era assalariada) fez retrair a

capacidade crítica – que existe, mas com pouca expressão pública – e restringiu a cultura de participação apenas aos meios a que se pertence, e em círculos muito pequenos.

Para estes informantes, ao procurar-se uma cultura de cidadania que dê força a um território como o BG, essas marcas vão pesar negativamente: “No Norte são os “Celtas”! A gente não! Somos mais “Mouriscos”, com influências mediterrânicas. Ali também há uma força muito mobilizadora que aqui não há! É a igreja! Aqui a população como nunca foi habituada a que as coisas que decidem fossem tomadas em conta, nunca foram educadas nesse sentido”. O que se pode então fazer? Um deles sugere, seguindo uma ideia já algumas vezes expressa por outros entrevistados: “Começar pela escola. Ensinar às pessoas o que é a democracia e o que são as eleições; porque devem votar; porque se deve participar. Começar com os mais novos, envolve-los nestas questões”. Mas também transmitir uma cultura relativa ao território, fazer saber o que é este espaço onde vivem, e os recursos e valores que tem, como se formou e os potenciais de que dispõe: “a escola deve ter a possibilidade de incluir conteúdos ligados com este território”, e até fazer os alunos trabalhar em “projetos ligados com este território”.

Reconhecem que este não é um problema da região, mas mais vasto (“Não há cultura de PP em Portugal, é uma questão cultural de nível nacional”), mas que pode vir a ser corrigido, o que “também passa por toda uma aprendizagem, que nunca existiu”, mas que pode ser implementada. O problema da falta de cultura de participação pode ser debelado se se obtiver “maturidade suficiente na sociedade para que pudesse haver essa PP”, e se esse processo for “acompanhado com: - Educação, informação, investigação e desenvolvimento”. Resultado prático na opinião dos atores chave: “Essa pessoa, [que percorra um processo desse tipo], passa a ser muito menos manipulada por indivíduos que têm outros interesses completamente distintos da defesa dos interesses públicos, do bem comum e passa ela própria a compreender” a importância da participação dos cidadãos nos processos de desenvolvimento que lhes dizem muito diretamente respeito.

Estímulos e Limitações

Comunidade

Para a comunidade, a participação pública não atinge expressão significativa porque possui um conjunto de limitações, como sejam a elevada taxa de população idosa, o baixo

acesso à informação e o frágil dinamismo empresarial, que impedem que esta tenha maior relevo. Cerca de 92% dos inquiridos consideram, inclusive, como Muito Fraco o nível de participação pública. Apesar deste valor, os membros da comunidade consideram que ele pode ser alterado, sugerindo, por exemplo, que exista maior proximidade e utilidade dos assuntos a ser tratados, já que isso funciona como motivação para a participação pública.

Igualmente, e para mais de 70% dos inquiridos, também mais Fortes possibilidades de informação, de consulta e de participação ativa do cidadão nas questões de interesse coletivo, bem como o uso de Formas de Governança, baseadas em parcerias e organizadas em rede (que favoreçam o estabelecimento de entendimentos e a criação de ambientes de confiança) representam outros meios facilitadores da participação pública em processos de desenvolvimento local. Daí que, no campo da motivação, sejam citadas pelos próprios, os seguintes fatores: “Sentir sustentabilidade (futuro) no processo de desenvolvimento”, “Ter acesso ao máximo de informação” e “ Confiança generalizada entre as pessoas”.

Inversamente, enumeram como principais limitações à participação pública (por ordem decrescente) os seguintes fatores: os Projetos de desenvolvimento estarem muito condicionados aos atos eleitorais, a Fraca cultura participativa, as Dificuldades de acesso à informação e a Pressão de grupos, pessoas ou organizações (conflito de interesses). A tabela que a seguir se apresenta mostra, com maior detalhe, essas referências.

Tabela 7.23. - Principais limitações à participação pública identificadas pelos informantes/inquiridos

FATORES	NÍVEIS						
	Nível 1	Nível 2	Nível 1+ 2 Fraco	Nível 3 Médio	Nível 4	Nível 5	Nível 4 + 5 Forte
Pressão de grupos, pessoas ou organizações (conflito de interesses)	4.6	10.7	15.3	27.6	30.3	26.8	57.1
Dificuldades de acesso à informação	2.2	7.5	9.8	31.7	33.9	24.5	58.5
Condições e oportunidades desiguais que se estabelecem entre os vários participantes	1.1	9.1	10.2	34.7	37.9	17.2	55.1
Controlo dos processos por parte das entidades proponentes	1.6	10.2	11.8	36.8	32.8	18.5	51.4
Os projetos de desenvolvimento estarem muito condicionados aos ciclos eleitorais	2.4	5.9	8.3	28.3	27.5	35.8	63.4

Fonte: elaboração do autor

Excesso de informações técnicas que permitem manipular os participantes	2.7	13.1	15.8	35.9	33.2	15.0	48.3
Questões da legitimidade quando se trata da representação dos interesses coletivos	4.3	14.8	19.1	43.5	27.7	9.7	37.4
Os formatos e os mecanismos e processos participativos na tomada de decisão	1.9	9.7	11.6	43,9	33,7	10.8	44.5
Baixa densidade populacional	5.4	12.9	18.3	32.4	29.8	19.6	49.3
Fraca cultura participativa	4.3	8.3	12.5	26.5	28.9	32.1	61.0
Falta de unidade territorial do ponto de vista administrativo	3.2	10.7	13.9	37.4	27.5	21.1	48.7

Técnicos/empresários

Para este grupo de agentes locais, existem desde logo dois problemas condicionantes da PP, e que se colocam transversalmente aos outros fatores: por um lado, a ausência de uma visão de conjunto para o BG, que leva a permanentes disfuncionalidades e desperdício de recursos, e, por outro “há problemas de liderança – quem lidera os territórios deve estar preparado para perder poder e ganhar legitimidade. Para representar as pessoas”. Por isso destacam a necessidade de se criarem bons ambientes de trabalho, de se fomentar a cooperação e a partilha, assim como a imperatividade de se promover e aceitar a diversidade, porque é importante “dinamizar o princípio que é refazer as comunidades, criar os ambientes para e aceitar as diferenças”. Criar pontes e não muros entre as pessoas e entidades: “A estrutura administrativa pouco flexível, rígida, não ajuda à participação. E no BG é muito rígida”.

Um aspeto ao qual se dá muito destaque tem a ver com o que as comunidades sentem relativamente ao valor que as suas opiniões têm para quem tem papéis de decisão: “Se as pessoas se sentissem valorizadas, mais envolvidas, talvez se aproximassem mais”; Mesmo quando existe proximidade, na opinião deste grupo, a sua sensibilidade não se altera: “O poder local vai fazer o que bem entender. O executor faz o que entende e as pessoas acham que não vale a pena”.

Mas existem alternativas, e a PP ainda pode ser estimulada e introduzida nestes processos (como seja o do DS do BG): “Se for atenuado o poder dos grupos corporativos”. É fundamental por isso criar mecanismos de legitimação distintos, adequados à valorização dessa mesma PP, criar-se um ambiente de cooperação que inverta o efeito dos atuais mecanismos de consulta, que, para os técnicos e empresários, apenas servem para simular uma abordagem pública das questões em decisão, “e as pessoas sentem isso, que só

servem para legitimar mas não as ouvem para gerir. Daí o descrédito e desinteresse das pessoas. Para gerir já não há essa PP. Gerem como entendem”. Deve haver uma alteração nesses procedimentos que incentive a PP, para se alargar o número dos participantes, tentando contornar, pela efetividade, as dificuldades ‘naturais que o território já coloca, em si mesmo, à PP: “Seremos pouca população não ajuda à PP. Somos poucos e cada vez menos”. Assim sendo, há que contar com todos.

Presidentes de Câmara

Para os Autarcas, a questão das limitações e estímulos que podem condicionar as dinâmicas da PP está diretamente relacionada com o interesse próprio, ou da sua comunidade direta, mas não ainda com a noção do território do BG como um todo. Um deles afirma perentoriamente: “As pessoas vêm quando lhes diz diretamente respeito, se vai trazer bens que são importantes para a qualificação das suas habitações, dos seus aglomerados”. Num outro exemplo ainda mais concreto, percebe-se essa ligação da PP com uma motivação meramente particular, individualizada. Diz um autarca que as pessoas só participam “quando a sua propriedade pode estar em causa, ou vai ser onerada com uma servidão qualquer, porque vai passar ali a conduta, ou porque temos que fazer ali uma ETAR, ou uma estação elevatória, é que as pessoas participam”. E vai mesmo mais longe nesse exemplo em que as pessoas se afastam da PP, mesmo estando presentes (“Porque são convidadas a estar”) numa discussão deste tipo, como esta que um dos presidentes entrevistado descreve, relacionada com a colocação de água domiciliária ou de esgotos, “se a propriedade delas não vier a ser afetada com um ónus qualquer, “entram mudos e saem calados”, não dizem nada!”. Para alguns esta situação prende-se com falta de motivação, mas, para outro edil, a situação tem uma responsabilidade também individual colocada do lado dos cidadãos: “é muito por comodismo”. Subsiste apenas em cada um o interesse meramente particular, “a pessoa está muito voltada para os seus assuntos, para o seu umbigo”.

De algum modo, os autarcas atuais queixam-se de um certo ‘vício de forma’: como antes se pedia às pessoas para irem ‘votar’ naquilo que já tinha sido organizado, planeado, por outros, nos gabinetes, e apenas isso (legitimação plebiscitária...) “as pessoas não veem a participação pública de forma correta. Achrom que as entidades estão a organizar alguma coisa, quando eles lá chegam é para contar mais um. E não é nada disso! As pessoas deviam ver que nós estamos a chama-las, porque queremos a opinião delas. E se elas

vissem nessa perspetiva, se calhar tinham mais interesse em participar”. Igualmente os processos de participação (quase todos ainda realizados em ‘modelo assembleia’, seguindo o caso citado como exemplo) devem sofrer uma profunda alteração, segundo um dos autarcas, já “que deveria haver mecanismos que fossem construídos doutra forma para que as pessoas sentissem que deviam participar”. Esta seria uma alteração importante, pois com os meios atuais seria possível conseguir vencer algumas barreiras físicas que o território possui, e que, assim, contribuiriam para um maior estímulo e uma diminuição das limitações da PP no BG.

Atores chave

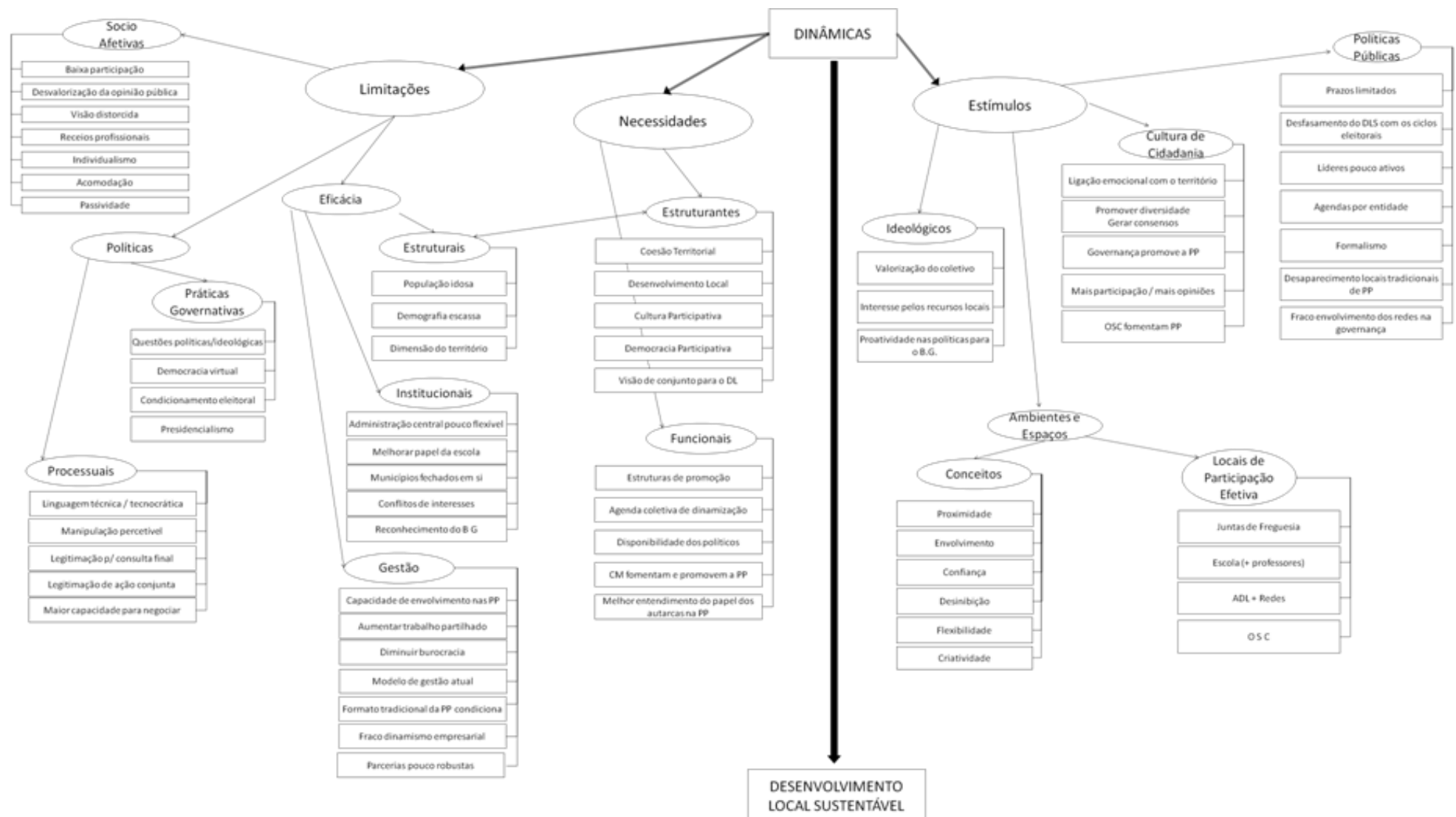
Os atores chave destacam precisamente este aspecto da configuração formal dos processos de participação pública como uma grande limitação ao seu crescimento. Para eles, é na própria estruturação hierarquizada do espaço que se encontra logo um dos grandes óbices a que a população em geral, e outros grupos, queiram envolver-se nesses processos de auscultação das diversas sensibilidades. Como um deles destaca, num modelo destes a PP é “impossível, impossível!”, porque ela é forçada, compelida, manipulada: “há cada vez mais esta forma de manipular a participação, o participa, o fala. Por exemplo: - uma assembleia, uma reunião, em que tu juntas 30 pessoas numa sala, em que há depois 4 ou 5 sentados noutras cadeiras, em que há um discurso nítido; ” – Vá! Agora participem! Digam! Falem!” Como é que é possível?” Contesta este informante que, num modelo deste tipo, as pessoas tenham vontade de participar.

Segundo os atores, existe ainda uma segunda limitação, de ordem cultural / mental – as pessoas não estão habituadas a falar: “A pessoa, mesmo que tenha gostado e estado interessado, não vai intervir, não vai falar, não está habituada a isso”. E muitas vezes há o problema do discurso tecnocrático, numa “linguagem [que] não se entende”.

Mas o rol das limitações, e em especial no território do BG, estende-se também, para este grupo de inquiridos, aos campos institucional e político: “há muita coisa que contraria. O facto de serem duas NUT diferentes; serem CCDR diferentes; o facto de ser a Universidade do Algarve por um lado e a Universidade de Évora por outro. Tudo isto acaba, provavelmente por dificultar”. Exercem também alguma influência as diferentes ‘cores’ da filiação partidária nos distintos planos dos poderes locais e regionais, em que “se há cooperação dizem que estão a ajudar os que estão no poder. E isto que estou a dizer não é tabu! São realidades do país!”. O que vem ainda mais aumentar as limitações. Repare-se como o aspeto dos estímulos é pouco focado, quase deixando implícito que a

eliminação destas limitações será, em si mesma, estímulo positivo suficiente para o crescimento da desejada PP.

Figura 7.7. – Esquema do Subtema Dinâmicas



Fonte: elaboração do autor

SUB TEMA: MECANISMOS

A análise do sub tema relativo aos mecanismos pode ser dividida – como é habitual para esta tipologia de parâmetros, em dois campos. O que são (ou quais são) e para que servem. No caso desta investigação, sabemos que genericamente os mecanismos se devem relacionar com a participação pública, nas suas diferentes modalidades, e também constituir-se como instrumentos facilitadores da construção e aprofundamento de uma estratégia associada ao desenvolvimento local sustentável.

Mas uma abordagem mais específica não deixará, como é evidente, de mostrar aspetos de pormenor destes mecanismos, detalhes que nos permitem compreender melhor a importância da sua utilização bem como da necessidade de os monitorizar e aperfeiçoar, uma vez que parece resultar claro da opinião dos informantes que, quaisquer projetos para o BG, não podem concretizar-se sem que haja atividades e procedimentos concretos, e estes, sabemo-lo à evidência, não podem estabelecer-se sem mecanismos que ajudem a concretizá-los.

Sub Tema: MECANISMOS

Categorias / Sub Categorias: - Tomada de decisão

- No desenvolvimento
- Na governança
- Formas

Tomada de decisão

Comunidade

No que respeita aos processos de tomada de decisão, a comunidade atribui muita importância à participação dos atores locais. De igual modo, e à semelhança do que já havia sido citado para outros indicadores semelhantes abordados em tópicos anteriores, a comunidade volta a afirmar-se consciente de que a participação pública influencia as decisões. Que desse modo se conseguem não apenas decisões partilhadas, e mais consensuais, mas igualmente mais sustentadas no que à sua análise diz respeito. As pessoas revêem-se nas políticas adotadas pelo que as decisões são melhor aceites. Desta

forma, os recursos a investir na sua concretização podem ser, ou menores, ou capazes de induzir um impacto maior do que aquilo que seria diretamente expectável. Como acontece também muitas vezes nas respostas por parte dos membros da comunidade, o aspeto da adesão emocional volta a ser expresso neste item: sentir que vive num “território de projeto” (onde há projetos e estratégia), é salientado como muito importante para a participação pública em processos de desenvolvimento. Como já foi referido uma maior participação corresponderá um maior envolvimento nos processos de tomada de decisão, alargando a base de consenso das mesmas, o que trás impactos benéficos para a estratégia de gestão do território.

Técnicos/Empresários

Os técnicos e empresários expressaram-se muito sucintamente relativamente a este tópico, sublinhando apenas dois aspetos: em primeiro lugar, que é importante o desenvolvimento de processos de proximidade às populações na construção de decisões relativas ao seu território, pelo que recomendam que os políticos “deveriam ouvir as pessoas sobre as próprias ações não só nas eleições”; segundo, que os projetos devem ser construídos e discutidos desde o início com as populações, sendo as tomadas de decisão continuadas ao longo dos processos, e envolvendo todos os interessados, e todas as fases de planeamento e implementação. Evitar o que atualmente sucede, em que “há por parte de quem conduz os processos a tentativa de legitimá-los apenas no final destes”.

Presidentes de Câmara

Os presidentes de câmara manifestaram, de imediato, a sua adesão aos processos participados, assegurando que estes lhes agradam porque tornam as decisões uma responsabilidade coletiva e não individual: “Qualquer decisão que tenha a participação das pessoas sabe muito melhor a um presidente de câmara! E claro que as decisões ficam mais legitimadas”. Nas respostas que facultaram, a discordância é apresentada como um fator de grande potencial em termos de enriquecimento das propostas, pelo que um deles afirma sem rodeios: “Quando eu sinto que é uma opinião, pode ser discordante, mas honesta, despida de preconceitos, naturalmente, tenho todo o gosto em ouvir as pessoas. Acho que qualquer político que seja inteligente, tem que incorporar e tem que ouvir as pessoas. E significa que as suas próprias soluções, são soluções mais coesas, mais fortes, mais incontestáveis”.

Para lá deste aspeto da “aparente” desresponsabilização dos executivos camarários, um outro aspeto que os autarcas manifestaram como positivo foi a melhoria da prestação de serviços que um debate de ideias mais alargado durante o processo de tomada de decisão pode trazer, porque através desse alargamento na discussão as soluções podem “servir sobretudo mais as pessoas”. E destacam, também com frontalidade, as vantagens políticas de um processo conduzido nestes moldes: “a legitimidade fica extraordinariamente reforçada, e se alguma divergência ocorrer em termos de execução depois dessas decisões, dessas políticas, acho que o conforto que temos é completamente distinto. Havendo menos [PP], como é evidente, posso estar tomando uma boa decisão, embora sendo participada, mas por poucas pessoas ficam sempre algumas dúvidas. Se for participada por mais, essa boa decisão pode ser ainda melhor, enriquecida nos seus aspetos e sobretudo estou mais descansado porque há uma participação maior dos munícipes. Sem dúvida nenhuma”.

Os autarcas também consideram válido, para os processos de tomada de decisão, a PP por via de grupos de cidadãos, de comissões de utentes ou de residentes, já que “por via desse número de participações [se podem] ter ideias ou enriquecer aspetos que uma pessoa só por si não consegue”. Neste campo, um dos autarcas faz um grande destaque ao enriquecimento conceptual e à melhoria projetual que um processo de decisão alargado pode trazer, já que “muitas das vezes nós, aqueles que estão diretamente envolvidos nas matérias, tendemos a ter uma visão mais paternalista das coisas e se houver uma opinião que vem do exterior, que vem de fora, embora seja uma pessoa menos conhecedora do assunto, mas pode trazer alguma luz e até algum caminho diferente que vá atingir o mesmo objetivo para essa mesma situação. E acho que isso também pode ser favorável à discussão e depois à tomada de decisão”.

Atores chave

Para os atores chave, a PP é um elemento essencial das tomadas de decisão, porque as “reforça sempre”. Além do mais, esse processo torna a discussão alargada, pelo que, diretamente, “facilita muito as decisões quando encontram eco nas opiniões públicas”. Concordam com a visão dos autarcas, porque “quando há participação pública há maior legitimidade mesmo que seja só moral para tomar decisões. Um presidente de câmara ou de uma associação, se as pessoas participam, dão contributo, isso reforça a legitimidade”. No seu modo de ver, as decisões partilhadas estão naturalmente legitimadas. Um outro

especto que lhes parece ser relevante para os processos de tomada de decisão é a criação de uma opinião pública informada, substantiva e empenhada.

No entanto, e nesse sentido, fazem uma chamada de atenção - “Criar uma opinião pública não quer dizer que isso se traduza desde logo em movimentações e as pessoas virem a correr às assembleias gerais das associações. Esse esclarecimento da opinião pública pode muitas vezes não se tornar imediatamente participativo, mas é importante que exista, que as pessoas saibam” do desenvolvimento dos processos e que assim tenham uma esclarecida participação no processo de decisão. Esse maior domínio da informação permite também, destacam os atores, “essa pessoa ser muito menos manipulada por indivíduos que têm outros interesses completamente distintos da defesa dos interesses públicos, do bem comum”. Segundo um dos entrevistados, deste modo “passa ela própria a compreender e a legitimar as tomadas de posição que resultam depois destes processos de participação, de discussão, etc. que entretanto se geram”.

Desenvolvimento

Comunidade

Para os elementos da comunidade que participaram nos inquéritos, o desenvolvimento dos territórios apoia-se, antes de tudo, na formação dos atores e nas redes que estabelecem entre si. Os inquiridos também tomaram um forte partido pela seguinte ideia: a participação dos cidadãos é importante para a salvaguarda dos recursos locais. Sem ambas, o desenvolvimento local sustentável, na sua opinião, não é possível.

Técnicos/Empresários

Os representantes deste grupo concordam com os anteriores: a participação “é motor de alavanca para o desenvolvimento do território”, e, complementarmente, “a participação pública é um motor para a boa gestão do território”. Para os técnicos e empresários, existe uma relação de causa-efeito entre estes dois fatores: “O processo de DS irá despoletar a PP. Os níveis de participação estão tão baixos que não vão puxar o desenvolvimento. O desenvolvimento irá despoletar a PP”. No entanto, alguns deles colocam de forma mais precisa a questão da prioridade de uma sobre a outra, tornando o desenvolvimento claramente uma consequência, e não uma causa, da participação, pelo menos não numa

primeira fase do processo, e quando está em causa um território deprimido em inúmeros aspetos e eivado de grandes dificuldades estruturais: “Para o processo de desenvolvimento sustentável, primeiro tem de haver PP, partilha de conhecimento. Se for ao contrário o desenvolvimento sustentável nunca vai acontecer. Primeiro tem que haver mais participação”.

Para conseguir este tipo de objetivos, e para que a sustentabilidade seja uma realidade, este grupo defende que é preciso “ouvir primeiro as pessoas”; depois que é preciso aumentar as formas de cooperação: “Se não houver partilha de trabalho em rede, não há DS. É uma coisa pontual, não tem continuidade”. Para o segundo grupo de opinião há pouco referido, “a PP vai puxando, gerando desenvolvimento”. Para os outros, “os dois processos influenciam-se e são importantes! Resta saber qual o mais fácil de implementar”. De certa forma, na sua opinião, enquanto “o desenvolvimento é abstrato”, o processo da participação pública “pode ser controlado”. Como um deles manifesta “o somatório dos interesses privados não gera o interesse público, mas contribui”. Na perspetiva dos empresários, “na participação pública há, ou deveria haver troca de ideias, partilha de informação e conhecimento, que levaria à criação de novos nichos de mercado”. É muito interessante uma ressalva que eles fazem, manifestando já uma preocupação que denota algum conhecimento das capacidades de carga que o território comporta: “porque nesta região tem de se pensar em termos micro, para poder haver desenvolvimento sustentável”.

No entanto, estes entrevistados tecem também algumas críticas. Por um lado ao poder político, porque, em seu entender, não se esforça por desenvolver a Participação Pública, e “assim não se está a zelar pelos interesses do território”. Igualmente criticam outros agentes deste processo porque entre eles há “situações perversas, e falta de ética e transparência, bem como de valores e atitudes geradores de confiança” e que são os mais importantes para os processos de desenvolvimento, uma vez que, “não acontecendo, afastam as pessoas”.

Presidentes de Câmara

Os autarcas manifestam-se de uma forma ambígua em favor da participação como fator positivo, mas, curiosamente, sem darem exemplos concretos relativamente aos seus concelhos se ela se encontra ou não com grande dinamismo. No entanto, é clara, também

nas suas opiniões, a relação entre esse elemento social e o desenvolvimento local. Um deles afirma que “a PP pode ajudar a esses pequenos processos de desenvolvimento”, e de forma marcante. Outro refere também que “a participação pública pode de facto, contribuir para o desenvolvimento dos territórios”. Principalmente devido ao maior número de ideias que podem alavancar esse desenvolvimento. De certo modo, podemos dizer que se retoma aqui um pouco – sob uma outra roupagem – o conceito de massa crítica, tanto que um deles comentou mesmo que “se houvesse PP ajudaria a desenvolver melhor o território, mais ideias, mais criatividade. No BG seria muito importante ter-mos muitas mais pessoas a opinar, a dar sugestões”.

O desenvolvimento local fica assim conceptualmente associado, se quisermos interpretá-lo como o fizeram, nos seus depoimentos, os líderes dos municípios, à imperatividade da participação coletiva dos residentes no território, o que torna também fundamental o envolvimento das populações na definição da estratégia a seguir, e na gestão dos recursos endógenos que lhe servem de suporte. Quase que em síntese, um dos autarcas salienta que “a participação pública passará naturalmente pela compreensão, pela interpretação à comunidade e que levam com que os vários membros dessa comunidade se envolvam e procurem manifestar a sua opinião, imprimindo o seu entendimento nas coisas e no seu próprio desenvolvimento.”

Atores chave

O mesmo discurso se encontra nos atores chave. Primeiramente, no reforço dessa ligação fundamental entre os dois fenómenos, “uma relação claríssima”, que atinge, na expressão feliz de um dos entrevistados, a profundidade de uma cumplicidade: “São cúmplices uma da outra, e influenciam-se mutuamente. Dificilmente um território como este terá um desenvolvimento adequado, sustentável, se não tiver a participação”. Um outro afirma que “não tenho nenhuma dúvida! Porque essa participação é importantíssima, porque depois as pessoas nunca se encontram e portanto, começam a sectorizar-se”.

No entanto, referem a mesma dificuldade em conseguir a mobilização das pessoas quando a discussão se centra em tópicos em que o interesse individualizado não é tão claro: “Conseguir a participação das pessoas é sempre, sempre uma grande batalha quando se trata do desenvolvimento do território mas é por isso que ela é tão importante para a sustentabilidade e endogeneidade desse território”. Como estas assentam na capacidade

dos recursos locais, e a boa gestão destes não se pode fazer sem as populações, não há como fugir a fazer esse trabalho de sensibilização e de chamada das pessoas para se envolverem mais diretamente no processo: “É através do estímulo de processos participativos, que se pode influenciar o desenvolvimento do BG”. A questão do desenvolvimento local é, na forma como colocam a questão, o elemento aglutinador, quer das condições de base, quer das diferentes estratégias.

Num certo sentido, os atores chave reconhecem a faceta holística do desenvolvimento em que todos os fatores, tal como todos os recursos, são indispensáveis; e, portanto, a PP, também “contribui, sempre! Indubitavelmente”. Aquilo que lhes parece essencial é o envolvimento das pessoas, a capacidade de as despertar, de estas se envolverem, de participarem nas escolhas. Reaparece nas suas afirmações a noção de proximidade – quando já tantas vezes referiram a afetividade – que deve levá-las a preocuparem-se com o destino coletivo, seu e do território, e, conseqüentemente, a intervirem de forma mais intensa e empenhada; um deles sustenta que, se assim não for, “deixa de haver uma participação cidadã, que é o tratar das coisas da terra. Coisas em coletivo, as coisas mais amplas”. Isso, para eles, representaria a falta de soluções para este processo.

Para os atores chave, a questão central é, fica claro o envolvimento das pessoas, a sua adesão é fundamental. E tal como os presidentes de câmara chamavam a atenção para a necessidade de massa crítica para conseguir um apoio sustentado e criativo do processo de DS do território, estes participantes colocam a tónica na formação e desenvolvimento de capital social, etapa estruturante que, no seu modo de ver, gera maior capacidade de participação pública: “Certamente que influencia [o desenvolvimento]. Parece-me perfeitamente claro! Primeiro cria condições para a constituição, ou para o reforço dum capital social. O próprio modelo de desenvolvimento de um território pode ser influenciado para melhor ou para pior em função da maior ou menor participação pública”. Sobressai, mais uma vez, “uma lógica de pescadinha de rabo na boca... Crias umas condições, tens outras.... Agora qual é que puxa a outra!? Se houver uma, haverá a outra!”.

Governança

Comunidade

A comunidade é o elemento chave para a construção dos processos de governança. No entanto, os resultados desta investigação, no que toca à participação nos processos de gestão territorial, mostram que há ainda um grande espaço de crescimento para esta nova metodologia, que é, de certa forma, um aprofundamento do processo cívico e político iniciado com a constituição dos poderes locais democráticos. Atente-se nos indicadores obtidos relativos a este tópico: um pouco mais de metade dos inquiridos (52,7%) afirma ter conhecimento de processos de participação pública neste território; mas este valor cresce para 64% quando a questão envolve a ação concreta, já que é essa a expressão numérica dos que reconhecem não terem estado envolvidos em qualquer processo de participação pública que tenha decorrido no território.

Ou seja, para a Comunidade, ao facto de a difusão da informação ser claramente deficiente, deixando quase metade da população sem qualquer conhecimento dos processos públicos a decorrer (e que certamente, pelo menos alguns deles, lhes dizem claramente respeito), ainda se deve acrescentar que, mesmo tendo esse conhecimento, é maior o número daqueles que nada fazem para se envolver, expressando uma taxa um pouco superior de 10% de pessoas que, mesmo tendo conhecimento desses processos, optam por não se envolver. A governança como modelo de gestão precisa de um ambiente social completamente distinto para cumprir, efetivamente, todos os seus pressupostos...

Técnicos/Empresários

Para este grupo de inquiridos, a possibilidade de se introduzirem mecanismos de governança no quadro da gestão do território seria seguramente positivo, “seria um ganho importante”, já que funcionaria como um reforço da metodologia de envolvimento das populações e da sua chamada à responsabilidade que tem estado a ser seguido. Os técnicos e empresários preconizam, em todas as suas respostas, um maior envolvimento dos particulares na gestão pública (reduzindo a dependência constante relativamente às instituições públicas, e aos processos ‘*top-down*’), e, a seu ver, o reforço dos processos de governança “contribuiria para criar laços de compromisso entre todos os envolvidos”, e, o que lhes parece igualmente importante, de forma “permanente”.

A questão da eficácia, para técnicos e empresários, tem sido sempre uma questão crucial em todas as suas respostas a esta investigação, uma preocupação que tem a ver com a boa gestão dos recursos existentes, num contexto de elevadas dificuldades. Portanto, a adoção

de medidas deste tipo asseguraria que “haveria ganhos para a governação”, dos quais seriam imediatamente beneficiários “os políticos e as populações”. Um dos entrevistados desenvolve uma noção muito interessante que relaciona a generalização da auscultação da opinião pública com atividades desenvolvidas para grupos específicos, ou seja, considera os mecanismos da governança como a forma ideal de integrar as intervenções sectoriais (e/ou direcionadas para casos concretos) numa visão global para todo o território: “É forma, para quem governa, de auscultar as pessoas sem esquecer o público-alvo”, o que permite manter um determinado rumo para o desenvolvimento local com o envolvimento assegurado das populações na sua construção. Tal como destacam, estes mecanismos são vitais porque ‘exigem’ a participação das pessoas, e no Desenvolvimento Local Sustentável é “extremamente importante o aumento da PP”. Na governança, não são apenas os resultados obtidos que contam, “o processo em si é que é importante”, bem como “a noção de aliança entre pessoas e agentes” participantes neste processo.

Há ainda um outro aspeto que estes informantes fazem questão de frisar nas suas respostas: os mecanismos da governança, pelo tipo de envolvimento que estimulam nas comunidades, e pelo destaque que dão à participação de todos os agentes, favorecem o estabelecimento de “compromissos a longo prazo”, um aspeto que lhes parece imprescindível quando o modelo a seguir o da sustentabilidade a partir dos recursos endógenos, que supõe, sempre, uma escala de tempo longa, quer na obtenção de resultados, quer em qualquer necessidade de alteração, evitando ‘ondas de choque’. A questão da Participação Pública (já abordada em detalhe noutro item desta investigação) permite ainda um reforço dos processos de capacitação, só que desta vez, segundo os técnicos e empresários, não por parte das populações - onde é mais nítida a falta de capacitação para a participação – mas por parte dos políticos, no que respeita à sua capacidade de adquirir novas competências de gestão do território, num modelo em que é claro o reforço da democracia de base, e o abandono progressivo do atual tipo de legitimação, que está meramente dependente do ciclo eleitoral: “Uma maior PP contribuiria para aprendizagem dos governantes, desenvolvia a sua capacidade de aprender e evoluir. Uma maior participação contribuiria para essa capacitação”.

Esta é, sem dúvida, uma análise interessante, porque permite perceber que, afinal, o problema da capacitação não tem apenas a ver com as qualificações ‘escolares’, ‘técnicas’ ou ‘culturais’ das pessoas em geral, mas com as atitudes comportamentais, éticas e cívicas

daqueles que têm a responsabilidade da gestão do território. Pelo menos é essa a opinião que os técnicos e os empresários expressaram neste inquérito. São até perentórios: “Claro que influencia na medida em que o poder político sentindo-se observado sobre as atitudes e decisões, sente-se obrigado a gerir melhor”. O poder das comunidades ativas é, para eles, um aspecto relevante e determinante do DL, que deve ser reforçado “porque a PP é fiscalizadora do poder político”. Nesse sentido “a participação pública é um motor para a boa gestão do território e para as melhores práticas das governanças locais”.

Presidentes de Câmara

Os autarcas entendem a governança como um processo rico em termos de um maior envolvimento das pessoas, e da possibilidade de existirem ideias que podem ser relevantes para a boa gestão ou para o desenvolvimento local: “Por vezes aparecem ideias giras que eu capitalizo! Qualquer autarca não deve ser insensível ao que se diz, e ao que se ouve!”. De certa forma, transparece a ideia de que a governança é um mecanismo de organização da auscultação de PP e de construção de consensos, de apresentação de ideias que, como eles afirmam, “incorporamos naturalmente quando vemos que as sugestões, que a participação delas, resulta em vantagem para o todo. Normalmente incorporamos e procuramos sempre consensualizar os interesse”.

Como se depreende, não deixa de transparecer nas respostas que a decisão continua na sua mão, que aceitam a sugestão porque entendem aceitá-la: “Procuramos sempre uma via que satisfaça do melhor modo aquilo que é o resultado da participação e aquilo que era a nossa ideia originária”, (ou seja, o processo não tem ainda uma componente totalmente democrática, em que os executivos acatam as sugestões porque a tal são ‘forçados’ pela opinião manifestada no processo de governança. Persiste ainda algum ‘utilitarismo’ eleitoralista, de fazer agrado, na forma como a sua adesão é ‘cedida’).

Repare-se na seguinte afirmação de um deles: “Incorporo muitas vezes as sugestões que vou tendo nas minhas decisões. Eu acho que a gente tem de construir as coisas com as pessoas e com as pessoas que utilizam, que vão usufruir seja do que for. É uma estupidez a gente pensar que somos uns iluminados e a nossa ideia é que prevalece”. A diferença entre o conceito decisões e o conceito sugestões não podia ser mais claro relativamente ao que representam no atual contexto formal da repartição de poderes.

Daí que se possa concluir que a governança, enquanto mecanismo, é para este grupo ainda uma ferramenta de consulta e não propriamente um processo político e de gestão substantivo. Mas prossigamos com a sua visão, que encerra aspetos muito positivos em termos de desenvolvimento da PP. Nas suas respostas, há uma clara adesão ao processo (“aceito muito bem essa participação e até desejo essa participação”, diz um deles, e complementa afirmando que todos esses contributos lhe são relevantes para a sua própria reflexão crítica, porque “venha ela donde vier, há sempre uma reflexão minha sobre essa mesma opinião, sobre essa mesma ideia, há sempre!”), até porque a PP muitas vezes é escassa, e assim todo o contributo deve ser estimado: “por pouco que haja de participação, de opinião, de envolvimento das pessoas, nas tomadas de decisão municipais procuro incorporar o que dizem”.

Estes informantes expressam igualmente a opinião de que, muitas vezes, nessas discussões e debates, se colocam questões que não pertencem a esse âmbito, porque as populações não estão muitas vezes, devidamente esclarecidas em termos das competências ou dos temas que envolvem determinado tópico: “há questões que nos são colocadas pelo público, se calhar por desconhecimento, são questões que pouco ou nada têm a ver com a autarquia”; mesmo assim, reconhecem, “há ideias muito boas” que podem surgir nessas abordagens. Este sentimento vem na sequência de expressarem algum desgosto por existirem níveis tão baixos de PP: “É uma certa frustração de facto, das pessoas não participarem”. Um deles enumerava as vantagens práticas, que, na sua opinião, podem advir de uma maior PP por parte dos seus munícipes: “quanto mais as pessoas participarem, e quanto mais preparados estiverem nessa participação, mais qualificado é o nosso papel! E mais gratificante é também o nosso papel”. Ressalta de novo a questão da preparação para a PP, o estar por dentro dos assuntos, o ter uma visão crítica mas substantiva relativamente aos mesmos (recorde-se que o item da informação e divulgação aborda este tópico com detalhe, e enuncia questões de co responsabilidade na sua difusão entre os munícipes e as autarquias).

Um dos presidentes coloca este problema de forma pertinente, dando como exemplo a atual situação financeira do País: “se cada um de nós sentisse que era sua obrigação inteirar-se das coisas da governação, levar o conhecimento certo e real de quanto é que se andava a gastar, quanto é que se produzia, são coisas muito simples, quanto é que se andava a gastar? Quanto é que se andava a produzir? Donde é que vinha a diferença e

tudo o mais, as coisas nunca chegariam ao termos que chegaram”. E faz a extrapolação para a situação de cada município, e para o que sucede com os (ainda) baixos índices de PP no território do BG, a nível autárquico ou nos processos transversais que nele já vão decorrendo. “Isso é um pouco esse défice que nós temos de participação cívica que todos nós temos!”. Para os autarcas esta situação deve ser corrigida, e os mecanismos da governança podem permitir trazer mais pessoas para a mesa das negociações, para os fóruns de debate, para os movimentos de intervenção cívica, para o planeamento e para a ação concreta: “Todos é que sabemos de tudo!”. É nessa aliança de esforços e saberes que pode residir a possibilidade de um desenvolvimento sustentável para o BG.

Atores chave

Os atores chave igualmente consideram a governança e os seus mecanismos de funcionamento como elementos chave para uma maior PP e para uma mais eficiente gestão do território, porque entre as duas há “uma relação claríssima”. Uma articulação fundamental “entre a participação dos cidadãos, a governança e o desenvolvimento”, que se revela precisamente porque o grau de envolvimento é mais intenso e dessa forma as comunidades sentem que estão mais próximas da decisão e o seu empenhamento cresce na mesma medida. Esse processo pode, segundo os atores chave, envolver, para uma maior eficácia, as organizações coletivas que representam os vários interesses da população. Um dos entrevistados afirma mesmo que os mecanismos são mais eficazes “sobretudo quando são acompanhadas por formas de organização, através de associações de desenvolvimento, e doutro tipo de associações, associações recreativas, desportivas”, porque essa metodologia alarga, sem adulterar os mecanismos éticos e ideológicos da governança, o número daqueles que participam destes processos, que é o objetivo democrático final deste processo de participação. É a tal visão holística que, mesmo que não expressa teoricamente, ressalta mesmo das mais simples afirmações, como desta: “acho que tudo isto ajuda”.

Cumpra-se, assim, aquele que é o grande objetivo, trazer as pessoas, todas as pessoas, para o processo do DL e da PP, “e esse envolvimento da população é muito favorável à governação local”. Porque, na sua análise, os atores locais também não têm dúvida quanto à viabilidade do DS no BG: “Difícilmente um território como este terá um desenvolvimento adequado, sustentável, se não tiver a participação, o envolvimento dos seus cidadãos”. No fundo, exprimem apenas a sua visão, a sua adesão, ao novo paradigma

da democracia participativa, que aparentemente assume um papel de ainda maior relevo nos territórios com maiores dificuldades, onde, sem essa coesão de todos os fatores e recursos, dificilmente se conseguirá construir uma solução de desenvolvimento local sustentável. Por isso é tão importante “que as bases pudessem influenciar uma questão de governança local, regional e nacional”.

Numa análise claramente em rumo inverso com a que fazem os autarcas relativamente ao seu próprio papel, os atores locais afirmam que “os políticos ainda não perceberam a força da PP para os ajudar!”. E fazem comparações concretas: “Em países mais desenvolvidos, os contribuintes podem questionar onde foi gasto o dinheiro dos seus impostos. Aqui nós escondemos tudo”. E reforçam um outro especto, um mecanismo que não pode deixar de existir neste processo, quanto a eles, imprescindível: não pode haver uma verdadeira governança “se não tiver uma gestão transparente, com todos”. Assim como é também relevante a PP, e os níveis que se conseguem atingir, porque “a participação garante à partida mais atenção às práticas de governança local”.

Mas neste último especto, acreditam que os autarcas são sinceros quando exprimem o seu gosto pela participação, mesmo que seja apenas como auscultação e como forma de legitimação da sua governação. Um deles, relativamente ao planeamento conjunto e à gestão participada, mesmo já no que respeita à repartição orçamental dos recursos municipais, é taxativo: embora a adesão aos métodos da governação “dependa também de quem está à frente das autarquias, creio que, de uma maneira geral, a tendência é incorporar” os resultados dos processos de PP na gestão municipal. O que já é um sinal positivo em termos de participação no rumo do DLS.

Formas

Comunidade

Em termos de estímulos para o desenvolvimento local deste território, os inquiridos classificam assim os seguintes aspetos:

Tabela 7.24. – Estímulos para o desenvolvimento identificados pelos inquiridos

Aspetos	Irrelevante	Relevante	Muito relevante	Relevante + Muito

Um maior envolvimento das comunidades locais na definição e implementação de políticas públicas locais	1.9	50.9	47.2	98.1
Um maior protagonismo dos atores locais quando se materializam projetos de desenvolvimento	7.0	58.6	34.5	93.0
Uma forte sensibilização da população para a importância dos recursos locais no crescimento economia	1.3	38.4	60.3	98.7
Formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede	4.8	46.7	48.5	95.2
Formulação e implementação de políticas públicas conjuntas para todo o território	3.5	57.7	38.8	96.5
Ambientes de confiança generalizada	1.9	48.7	49.5	98.1
Fortes relações entre instituições locais	2.7	46.6	50.7	97.3
A capacitação da sociedade civil para encontrar estratégias próprias e exercer controlo sobre o processo de desenvolvimento	2.7	49.2	48.1	97.3
Grau de capacitação da comunidade para identificar soluções adequadas para os problemas que a afetam	2.9	50.8	46.3	97.1

Fonte: elaboração do autor

Como se pode constatar, todos os aspetos elencados foram considerados, pela grande maioria dos inquiridos, como sendo altamente relevantes. Repare-se que esses aspetos envolvem conceitos tais como envolvimento, sensibilização da população, ambientes de confiança e boas relações institucionais, capacitação das comunidades. Conceitos que demonstram, claramente, como a comunidade tem a noção daquilo que é efetivamente necessário para constituir uma estratégia e um projeto de desenvolvimento sustentável para o território do Baixo Guadiana. Há ainda alguns aspetos de ordem funcional que é interessante ver que obtém percentagens idênticas: o protagonismo dos atores locais, a necessidade de políticas públicas conjuntas, a implementação de um modelo de governança baseado em parcerias e estruturado em rede, abrangendo a totalidade do território.

Uma ressalva final – apesar de todos os constrangimentos e dificuldades estruturais do território, e de auto consciência da pouca participação de cada um, independentemente das razões pessoais que a originam, os membros da comunidade relacionam claramente a capacitação com a obtenção das soluções adequadas aos problemas do território e das suas comunidades. É – mesmo que ainda apenas no plano da análise – uma resposta positiva no reconhecimento do caminho que tem que ser percorrido. Apesar das muitas dificuldades, a ignorância relativamente às soluções necessárias não é uma delas. O que já deixa uma porta aberta para se mudar de rumo.

Quando envolvidos em processos de participação pública, os inquiridos repartem a sua perceção pelos diferentes tipos de participação da seguinte forma:

Tabela 7.25. – Perceção dos inquiridos sobre processos de participação pública

Tipo de Participação	%	Tipo de Participação	%
Apenas de informação	26,0	Manipulada	2,3
Apenas consultiva	16,8	Interativa	9,2
Espontânea/ Voluntária	16,8	Imposta	1,5
Passiva	9,2	Valeu a pena	18,3

Fonte: elaboração do autor

Como se pode constatar, os aspetos de mera troca de informação (onde não existe processo decisório) representam a maioria da ideia com que os membros das comunidades ficam (mesmo que, na realidade, a etapa consultiva possa representar também uma de decisão, dependendo dos moldes em que é submetida); estes aspetos congregam 42,8% do total de tipos de participação. Apesar de tudo, se escolhermos os dois campos mais importantes do ponto de vista da participação (a voluntária e a interativa) elas perfazem 27%; apesar de tudo, um valor razoável tendo em conta o perfil demográfico e geográfico do território. De destacar, também pela positiva, os baixos valores da participação efetivamente classificada como passiva (9,2%), bem como da “imposta” (1,5%) ou da “manipulada”.

Para além desta informação, indagámos também o sentimento de utilidade com que estes informantes ficaram da sua participação, ao que apenas 18,3 responderam que “valeu a

pena”. E, como se pode constatar pela análise dos inquéritos, para tratar de assuntos relacionados com o território, o desenvolvimento local, a utilização dos recursos locais, as questões sociais e culturais, etc, a forma mais facilitadora da participação pública é a “Participação coletiva (de forma organizada)” sendo igualmente apontada como a mais eficaz.

Técnicos/Empresários

O segundo grupo de inquiridos responde a este tópico igualmente pondo a tónica no papel que deve caber às pessoas, que, segundo eles, “devem ser induzidas a opções de participação e de gestão do território”. Para eles, se houver necessidade, e até se criarem hábitos mais consistentes de participação pública, é preciso fornecer até a logística: “Temos de os ir buscar a casa, seja na vila ou no concelho”. Papel que, no seu entender, cabe à autarquia local (Câmara ou Junta de Freguesia), em primeiro lugar. Reconhecem que tem mesmo que ser assim (“Para haver PP chega-se por vezes a ter de ir buscar as pessoas a casa para elas darem a sua opinião”), mas apesar de tudo não é de desprezar a possibilidade de as pessoas expressarem a sua opinião.

Noutros casos, como, por exemplo, a nível do empresariado, manifesta-se uma opinião que privilegia a representação coletiva: “Tem de haver associações que promovam a participação. As associações devem ter voz única, com objetivos concretos, para falar por todos os empresários”. Neste modelo que sugerem, argumentam que essa representatividade vai de encontro ao objetivo também relevante de existir apenas uma dinâmica (deduz-se, um rumo estratégico), e uma maior capacidade de se fazerem ouvir, porque “são poucas e pequenas as empresas que as associações representam”; no mesmo contexto, também enfatizam a necessidade de lideranças empenhadas e relevantes, “pessoas com forte presença que possam ajudar” a cumprir esse papel de participação pública. Caso não pertençam todas ao mesmo sector económico, preconizam que essas entidades locais se devem “agrupar por grupos de atividade”, mas referem que, acima de tudo, o que conta é “darem-se bem uns com os outros, pois não há [de momento] união”, o que dizem ser negativo. “Criar união, unidade e depois participação e em conjunto, depois fazer pressão junto de quem decide, de quem governa”. É essa a forma de atuação que preconizam para as empresas locais.

No entanto, argumentam que as entidades institucionais locais também deviam constituir mecanismos que permitissem desenvolver essa articulação. Já que o BG é um território que alberga 4 municípios, sugeriam que estes destacassem “uma ou duas pessoas com experiência que acompanhasse as empresas, promovendo o contacto destas com os centros de decisão”. Segundo eles, isto será uma ação fundamental para o desenvolvimento local porque “há assuntos que temos de sair do território para resolver”. Assim como reputam importante haver um estímulo ao desenvolvimento da atividade económica, em que o maior seria “criar condições para que as empresas desenvolvam a sua atividade. E isso passa pelo local de instalação das empresas”. Este esforço de cooperação seria, quanto a eles, uma garantia de assegurar maior participação dessas entidades, porque, tal como sucede com os membros individuais, também os empresários teriam maior interesse em fazer-se ouvir.

Outro mecanismo de estímulo à participação passa pela atração, por garantir maior proximidade ao território, sugerindo não apenas hipóteses habituais (“bolsa de terrenos”, “parques empresariais”, etc.), mas um modelo diferente, adaptado à própria configuração transversal que se pretende que o BG represente: “Centraliza-las. Os quatro concelhos com uma zona industrial de todos para que as coisas andem para a frente”. Para este grupo de inquiridos, a união de todos os agentes tem um valor inestimável, e citam o exemplo positivo da Associação TBG, ou da associação empresarial, que permitiu aos “concelhos terem maior peso nas instituições públicas!”. Preconizam ainda o uso das NUT, que permitem a criação de “uma base de dados feita de inquéritos, com listas de necessidades, em que se ouvia a população sem estes se deslocarem”. Isto seria também, na opinião destes agentes, um mecanismo de grande utilidade para aumentar a participação.

Presidentes de Câmara

Para os Autarcas, a maioria das vezes são os executivos municipais, por força da concretização dos projetos contidos no plano de atividades, quem vai junto dos cidadãos para auscultar a sua opinião, “não são as pessoas que vêm ter connosco”. De acordo com a sua descrição, “nós falámos com as pessoas e as pessoas foram. Opinaram, deram ideias”. Um dos presidentes inquirido referiu um mecanismo interessante para este tipo de abordagens: “Nós temos um autocarro que tem a valência de “sala de cinema” e já o temos usado para fazer reuniões! As pessoas participam e gostam!”. Noutros espaços, ou

neste mesmo, “fazemos apresentação pública de projetos, fazemos seminários, fazemos esse tipo de coisas”. Para alguns segmentos, podem até usar-se estes mecanismos mais formais, mas adaptados e com motivações aplicáveis a públicos alvo segmentados, “sempre que há alguma coisa mais específica [de uma determinada área] como é o “Encontro de Empresários”.

Referido nestas entrevistas foi ainda um meio mais clássico, mas considerado ainda como muito eficaz: “As pessoas sabem que eu lhes escrevo lá para os montes, eu trabalho muito com os correios, conseguimos chegar às casas das pessoas e é barato”. A participação presencial é sempre mais motivada, segundo os presidentes, quando estão em causa interesses particulares ou associativos, alguma envolvimento direta que leva as pessoas a estar presentes, mais ainda quando os processos não estão concluídos, quando a opinião delas pode ainda ter alguma importância, as pessoas são conscientes desse facto. Um deles cita um exemplo claro destas formas de participação: “Tínhamos que destinar as escolas. Havia população que queria a escola para sede de associações de caçadores, outra parte da população queriam para local de culto. Como havia divisão, chamei as pessoas à escola para conversarmos e chegámos a votar! Noutra localidade, a população estava dividida, 50-50 e os ânimos exaltados...temos escolas transformadas em centros polivalentes”, solução que permitiu satisfazer mais interesses em simultâneo, e até garantir uma PP mais intensa. Claro que, segundo os autarcas, este mecanismo pode não se aplicar a todos os níveis de participação. Porque existem distinções.

Para os autarcas “pode haver dois ou três níveis de participação”. Um desses reporta aos “processos de participação pública que têm a ver com aquilo que a própria lei obriga a ter um processo mais formal. Sobretudo ao nível dos Planos de Ordenamento do Território”. Outro, tem a ver com o desenvolvimento de uma cultura de cidadania, de maior participação, e que se estimula pela proximidade, e pela periodicidade: “passarmos em pequenos territórios, pode ser uma freguesia, ou dividirmos a freguesia em função da sua dimensão em 3,4 ou 5 territórios, e, com alguma periodicidade, irmos fazendo algumas reuniões com as pessoas, irmos informando e recebendo informação também. Isso é um processo importante de participação pública”. Mas há ainda um que respeita ao orçamento, às grandes opções do plano, situação em que “é mais importante o processo de participação pública constante e periódico do que o ato formal de um orçamento. Até porque este é um momento em que não há dinheiro para investir e portanto, não se trata

de Grandes Opções do Plano, trata-se de ir acompanhando aquilo que são as dificuldades e os problemas das pessoas”.

Neste campo, o mecanismo que começou a ser ensaiado nos municípios é o do orçamento descentralizado. Nem sempre as soluções são idênticas, nem todas são eficazes, percebe-se que a forma participativa é variável: “fazemos apresentação pública de projetos, fazemos seminários, esse tipo de coisas. Com inscrição, por vezes fazemos até com alguma dificuldade, pomos o transporte, dando alguma motivação às pessoas de virem. Reuniões descentralizadas já fizemos, mas desistimos! Tivemos no orçamento participativo, sim! Na Agenda 21, não!”. O que parece ser interessante desta descrição é o facto de os mecanismos serem distintos, com certeza procurando adaptar-se o melhor possível aos públicos e aos objetos de discussão, como forma de potenciar os resultados e de estimular e valorizar a participação dos cidadãos.

Claro que a situação não é idêntica em todos os municípios, alguns edis reconhecem que “não temos desenvolvido muito essa prática”, e, portanto, as formas e/ou mecanismos de envolvimento da população nas decisões não estão, no que ao território do BG concerne, numa base homogénea. Nalguns municípios há situações em que estes mecanismos estão ainda em estado embrionário: “A gente tenta sempre promover, mas não temos o trabalho muito desenvolvido” situação que deverá ser analisada com cuidado num cenário de constituição de uma só unidade territorial para o BG, no sentido de evitar situações de desfavorecimento funcional.

Atores chave

A opinião dos atores chave parte de um pressuposto: de que com as atuais formas e mecanismos de participação, a opinião das pessoas não é muito levada em consideração (interessante o contraste com aquilo que acabou de ser expresso pelos autarcas que foram entrevistados para esta investigação). Para eles há, aparentemente, um vício de forma, porque o processo de participação não deriva da escolha daqueles que se pretende auscultar (“é mais uma questão do processo em si ser desenvolvido pelas várias pessoas”), evitando que estas venham “encontrar uma coisa formatada”. Particularmente relevante consideram ser a participação no processo de desenvolvimento do BG, em que a

transmissão de uma dada visão para o mesmo “tem que partir das próprias instituições, ou então por pressão dos cidadãos ao tomarem consciência que não estão a ser ouvidos, e que os seus anseios batem numa muralha de incompreensão por parte das entidades territoriais relativamente àquilo que são os seus anseios e as suas ideias e contributos para o desenvolvimento do território”.

Para os atores chave, o desenvolvimento de novas formas e mecanismos conducentes a uma maior participação pública “tem de passar por mudanças comportamentais”. Um dos entrevistados sugere de imediato o que considera ser o conceito fundamental neste domínio – cooperação: “começar a trabalhar quando as instituições e as pessoas quisessem juntar-se para projetos, trabalhos de cooperação em conjunto para estes locais”. Apesar de tudo, dadas as contingências e a falta de recursos no território, o mesmo ator sustenta que esses esforços “naturalmente têm de ser apoiados com algumas facilidades que as administrações locais e regionais dão ou propõem”.

Para este grupo de entrevistados, à semelhança de outros, há modelos clássicos de participação (colóquios, seminários) que devem continuar a ser estimulados; mas, por exemplo, para os mais novos, sugere-se o uso de um mecanismo de tipo comparativo, que relaciona a escola com o município, para criar raízes nos métodos da democracia participativa: fomentar “atividades como levar uma assembleia de municipal a uma escola, para os mais novos perceberem que há verbas para a escola, que com esse dinheiro podemos comprar equipamentos para a escola. E que a decisão de escolher o equipamento a comprar foi deles. Questões que [eles] possam entender. Há necessidade de lhes ensinar o que é a democracia. Os políticos têm de estar disponíveis para ir até às escolas”, porque é preciso “começar com os mais novos, envolve-los nestas questões”.

Os atores chave também dão, em geral, grande valor ao trabalho já desenvolvido na implementação dos orçamentos participativos, “que algumas autarquias começam a fazer. É uma forma de as pessoas começarem a acreditar”. Mas alguns dos entrevistados são críticos em relação a formas de “participação pseudo coletiva”, como sejam as realizadas através de meios eletrónicos à distância, em que, como um deles afirma, “participas individualmente, sozinho no teu computador. Teoricamente participas, não sei onde”. Independentemente dessa maior ou menor influência da participação via internet, no geral os atores chave concordam que esta é uma forma hoje incontornável nos mecanismos de

interação, permitindo uma vasta “difusão do conhecimento, de informação e de fóruns e de espaços de debate, de esclarecimento, e antes disso de recolha de expectativas de ideias, de preocupações que as pessoas têm com esses territórios”.

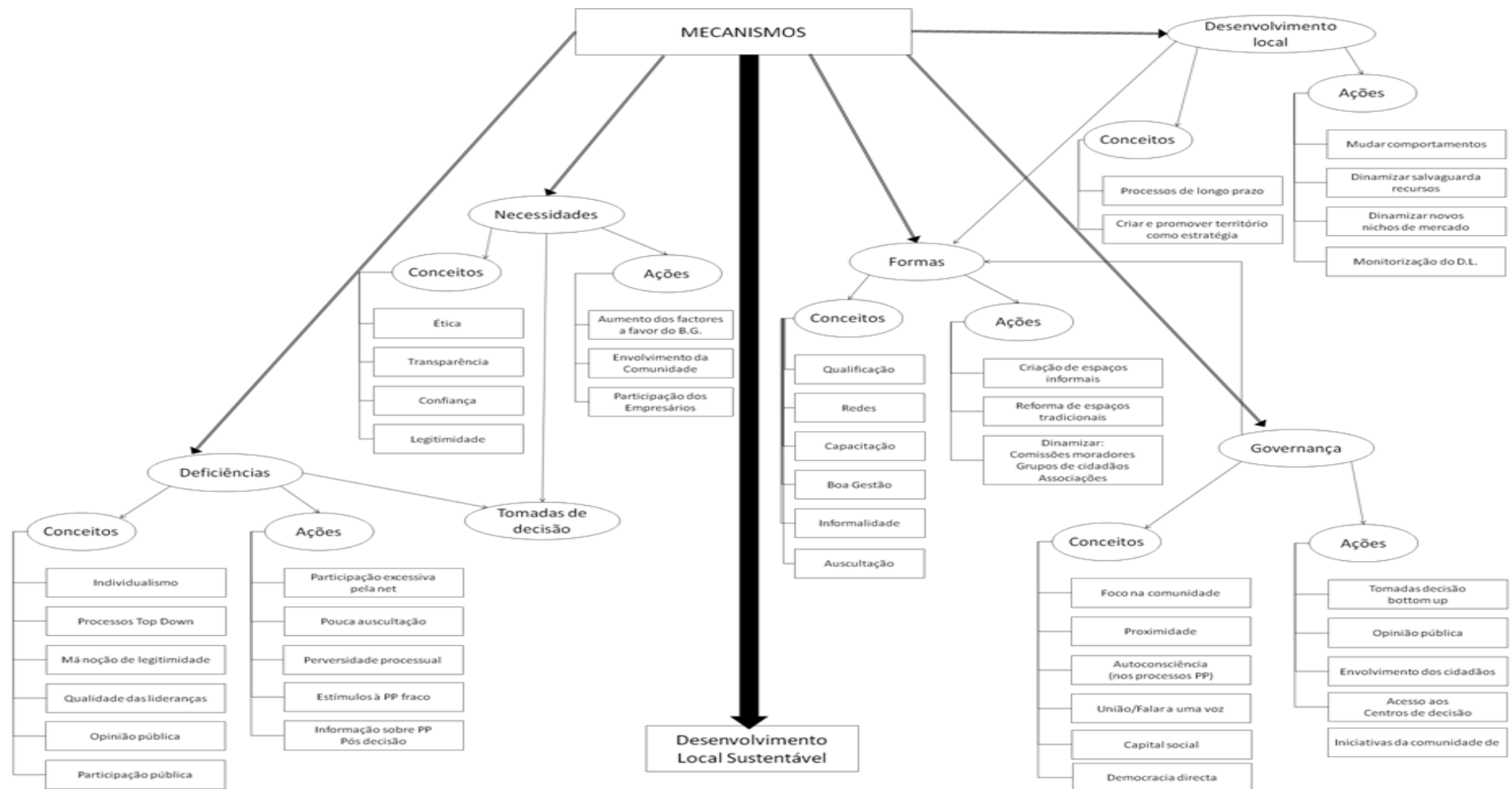
Este grupo considera igualmente importante, no que às formas e aos mecanismos respeita, que estejam “estabelecidas as condições em que as populações podem assistir aos debates, participar, intervir, fazer propostas”. Ao vivo ou virtualmente, como um deles afirma: “Há muitas formas de trabalhar e vários mecanismos”. A ideia é, aparentemente, somar todos os meios disponíveis. É significativo o exemplo que um dos atores chave aponta e que aqui transcrevemos com algum detalhe: “o Café Central chegou a ser o 1º polo cívico, aqui desta vila. Porquê? Era lá que a câmara funcionava. Ali o presidente da câmara fazia ali o seu dia-a-dia numa das mesas do café, a malta juntava-se à volta. Toda a comunidade decidia. Era numa altura que o centro da vila era ali. O “Central” e o “Guadiana” os dois cafés, eram o centro da vila, não é? E nessa fase foi decisiva essa participação. O ir falar com o presidente, falar com o vereador, estavam no café, estavam naquela hora no café a trabalhar, trabalhar ali no sítio fundamental da vila, que era o café Central.

Depois começou a haver uma certa divisão e pulverização, que é normal, mas criaram-se outros polos. Criou-se o outro grande polo a seguir, que foi mais adiante na avenida. A avenida viveu durante mais ou menos 10 anos, em que à noite toda a vila se juntava. Toda a vila se juntava! Normalmente a juventude, e não só, em que se enchia, não era dentro do café. Era cá fora, os passeios, a rua inteira e o passeio inteiro do outro lado. Aquela rua inteira fechava-se (...). Ainda outro polo muito interessante que foi o antigo dispensário. Aquilo foi muito importante para todos vós, para todos nós. Foi um ponto interessante. Porque era ali um sítio onde à noite também, toda a gente se juntava, um certo tipo de pessoas, ia sempre o presidente da câmara, as pessoas mais interessadas e interessantes e participativas, e mais. E começou a haver uma troca, um debate, era onde se discutiam os problemas políticos da vida e do mundo. Foi muito interessante, aquelas noites, naquele dispensário. Aqueles debates fundamentais em que todos, aí soldamos e solidificamos uma série de ideias, de projetos. Foram noites fundamentais durante 4 ou 5 anos...”

Como se deduz pelo seu relevo e impacto, a questão da participação vale o esforço da experimentação e da investigação, como alternativa ao processo atual, cuja incapacidade

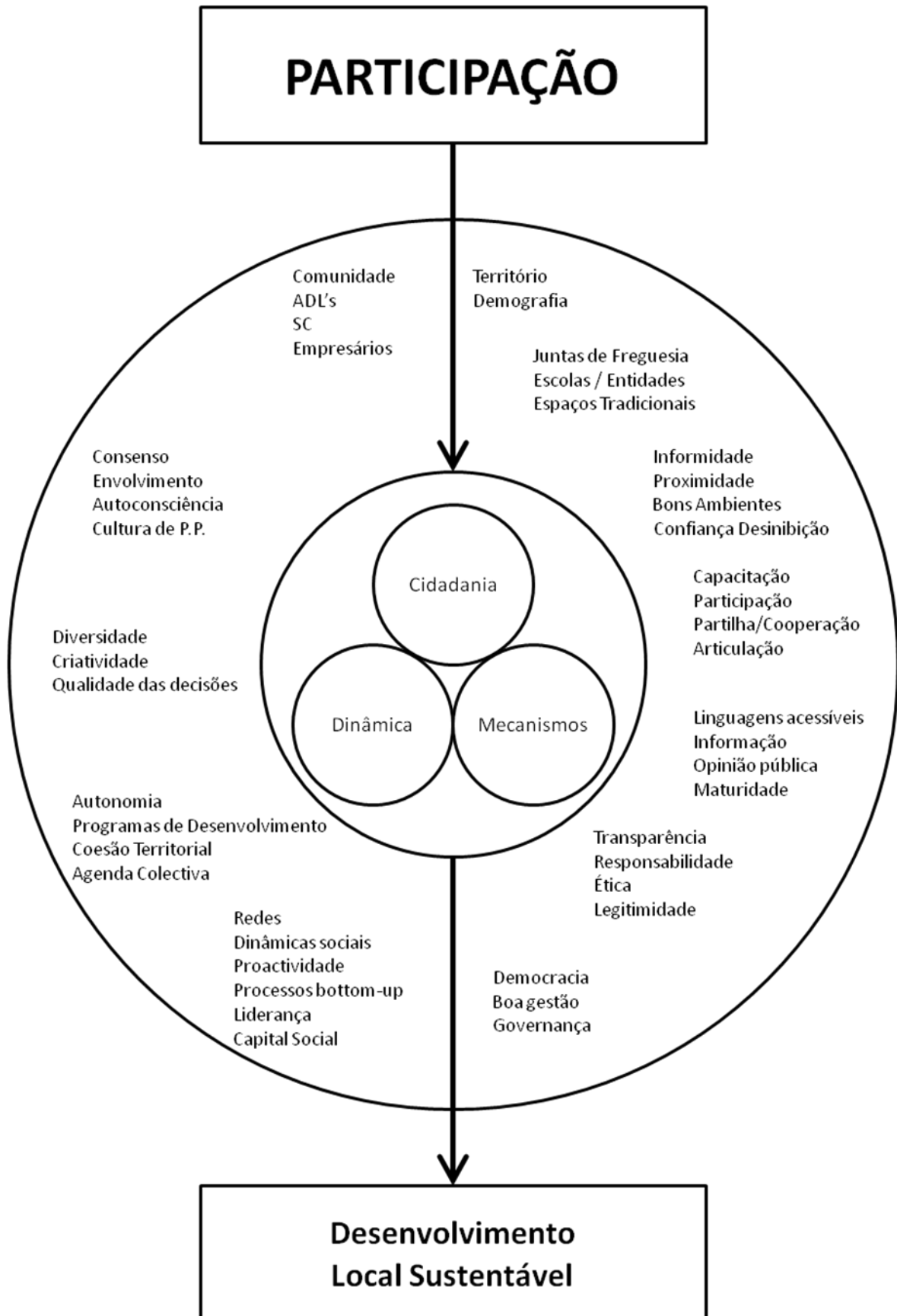
de alterar o rumo do DL (em queda brutal) está mais do que demonstrada. É, de alguma forma o que sugerimos ao decidir enveredar por este tema e neste território, com esta investigação.

Figura 7.8. – Esquema do Subtema Mecanismos



Fonte: elaboração do autor

Figura 7.9. – Esquema do Tema Participação



TEMA: GOVERNANÇA

SUBTEMA: REDES

Na atualidade as redes são um elemento nuclear dos processos de trabalho, particularmente no que respeita aos que têm por objeto um território, realidade complexa e dispersa, que, através das parcerias em rede, pode ganhar coerência, consistência e eficácia nos seus resultados. No que à participação intracomunidade e entre as comunidades diz respeito, as redes são essenciais para a resolução de um dos maiores estrangulamentos que encontram em si mesmas: a dificuldade ou incapacidade da mobilização, já que nelas se pode encontrar o elemento motivador que as leve a ter maior disponibilidade para participar em iniciativas coletivas.

No entanto, é necessário que estas se tornem mais fortes e duradouras, de modo a dar tempo, particularmente onde a cultura de participação é baixa, a que os indivíduos tenham a possibilidade de interiorizar esses novos hábitos culturais e sociais. As redes densificam a capacidade, a dimensão do território, permitindo ultrapassar constrangimentos, como o baixo índice demográfico, a dispersão, a dificuldade de difundir a informação, entre outras. Num território como o que está em apreço nesta tese, mecanismos que radiclem as relações de vizinhança, o juntar de vontades, a entreajuda, a confiança, generalizada, são fundamentais, quer socialmente quer do ponto de vista económico, para o progresso do território.

Sub Tema: REDES

Categorias / Sub Categorias: - Confiança

- Fatores Potenciadores/Facilitadores
- Fatores inibidores/constrangimentos
- Dinâmicas de partilha e articulação de poderes

Confiança

Comunidade

Tal como já se podia deduzir das respostas que tinham sido dadas no primeiro tópico deste subcapítulo, a questão da confiança configura um aspeto que as pessoas consideram muito relevante como componente das práticas de gestão territorial e da articulação dos diferentes poderes. Questionados especificamente sobre a ‘confiança e ética na governança em rede’ as respostas foram no sentido de as considerarem muito importantes para as dinâmicas que lhe estão associadas. Ainda sobre a questão da governança – mais especificamente sobre as suas boas práticas – os inquiridos maioritariamente afirmam que estas geram mais confiança, justiça, motivação e vontade de participar no desenvolvimento do território. Mas outros aspetos do trabalho em rede e das relações entre as diversas entidades foram também abordados nos inquéritos. Assim, 80,2% das respostas atribuem muita importância às parcerias no contexto específico do Baixo Guadiana. Para os inquiridos as parcerias são mais visíveis nas entidades/organizações seguintes:

Associações de Desenvolvimento: 57,5 %

Câmaras Municipais: 55,4 %

Juntas de Freguesia: 14,8 %

Outras associações/coletividades: 11,3 %

Empresas: 3,2 %

Como se pode constatar, uma vez mais a parcela de maior dimensão é ocupada pelas ADL, seguida das pelas Câmaras Municipais. A questão da representatividade das populações permanece consagrada de forma indireta, e portanto, sendo esta perceção das comunidades provavelmente dotada de alguma objetividade, há um campo muito largo para a representatividade direta, em grande medida através da PP, que pode ser preenchido de futuro.

Técnicos/Empresários

Para técnicos e empresários, o tópico da confiança é importante como base para as relações que se devem estabelecer entre os diversos parceiros da estratégia do BG. Na sua opinião, por exemplo, esse fator é fundamental de existir e/ou de ser gerado entre os políticos e as populações, porque “contribuiria para criar laços de compromisso”, uma plataforma importante onde todos necessitam de estar “envolvidos permanentemente”.

Com um ambiente de confiança generalizada “haveria ganhos para a governação”. Mas, para este grupo, existe uma diferença entre os vários parceiros, já que a responsabilidade pública não é idêntica: “Para criar relações de confiança era necessário que os políticos fossem responsabilizados como nós somos. Sem que haja essa responsabilização, eles tomam as atitudes que querem”. Essa diferença pode, na sua opinião, também afetar a base de confiança necessária entre os diferentes parceiros. Por último destacam como é fundamental esse fator de confiança para cimentar todo o processo de PP que se pretende expandir e consolidar neste território. É essa a sua convicção: os processos de desenvolvimento exigem “transparência, valores e confiança”.

Presidentes de Câmara

Para o grupo dos autarcas, a questão da relação afetiva aberta e leal entre as pessoas de uma comunidade ou de um território representa o aspeto fulcral que deve ser trabalhado socialmente para se conseguirem os resultados práticos desejados. O que é relevante, dizem, é “a confiança que as pessoas têm umas nas outras, o terem objetivos comuns, participarem conjuntamente nas coisas, trocarem informações, as câmaras, as associações, as juntas, as pessoas ...esses fatores são importantes para o desenvolvimento do território”. Na sua opinião, as dinâmicas existentes precisam de renovação, os procedimentos tornaram-se rotineiros e é fundamental adotar novos processos: “Isso significa que todos nós temos que sair um bocadinho de um esquema absolutamente viciado...Temos que criar estímulos a nós próprios políticos e alargar a plataforma de envolvimento dos cidadãos”.

A troca de informações também representa, a seu ver, uma área na qual é necessário progredir, não meramente por causa da divulgação em si mesma, mas pelo que essa troca representa no crescimento do capital de confiança entre os diferentes agentes de um território. Segundo um dos entrevistados “é muito importante a confiança entre as pessoas, a confiança entre as entidades, entre as empresas, entre os empresários, as parcerias, as trocas de informação.” Até pelos aspetos da eficácia e da articulação, tão decisivos nestes territórios de recursos escassos; por isso é tão importante “que cada um saiba, tenha consciência do papel do outro”, para assim puderem unir esforços em prol do desenvolvimento local.

Atores chave

A sinergia coletiva é, para os atores chave, o cerne do tópico confiança: “As relações de vizinhança, o juntar de vontades, a entreaajuda, os valores sociais e culturais num território, a confiança, são fundamentais neste território, até porque é um território frágil e por isso esse fatores são ainda mais relevantes quer socialmente quer do ponto de vista económico. E são elementos que ajudam à própria participação, não àquela formal mas à verdadeira participação cidadã”. A sua perspetiva relativamente a este tópico pretende ter algum realismo, por isso a sua crítica da relação entre diversos agentes é ‘suave’: “a confiança entre eles é o que é normal, acontece aqui como acontece em outro local... Umas coisas funcionam melhor, outras menos bem”. No entanto, a sua crítica ao que funciona pior é sempre muito forte, porque para eles este fator é nuclear para um território de baixa densidade e onde a massa crítica é escassa, porque, no seu entender “a confiança entre os atores determina a vitalidade do processo e a pujança do desenvolvimento”.

É reforçado que, se o crescimento da massa crítica exige maior esforço – como um deles diz, até implica “sair da nossa zona de conforto”, o alargamento da base de confiança mútua precisa apenas de situações de contacto e aproximação que levem as pessoas a encontrar-se em cenários favoráveis. Desta forma “criavam-se climas de confiança e partilha entre aqueles que estão cá a viver, e depois entrava também naquilo de alguns problemas que anteriormente falámos que é, o que tem a ver com o aproveitamento dos recursos”. Principalmente entre as entidades e os seus atores, não têm dúvidas de que “há parcerias sim senhor!”, mas criticam que a maior parte delas tenha fins de instrumentalização em benefício próprio (de cada entidade individualmente considerada): “As muitas parcerias feitas nos últimos 20 anos de quadros comunitários, de parceria têm muito pouco, e quase nada trazem de riqueza ao território”.

No entanto, esta visão crítica não é unânime, porque outros atores, apesar de concordarem que “há uma evolução mas é pequena e está muito focalizada em projetos materiais” não deixam de afirmar que estes “também são importantes”. A questão situar-se-ia assim mais nos processos de parceria, portanto numa maior estruturação do seu funcionamento interno. Por isso, e para que as coisas mudem, sugerem que esses projetos em prol do desenvolvimento territorial “tem de ter parcerias mais fortes e duradouras, com objetivos fortes em termos de desenvolvimento”.

Tal como tinham referido outros entrevistados dos outros grupos participantes, também os atores locais colocam a tónica dominante nas relações interpessoais: “é preciso que as pessoas estejam motivadas na área motivacional, na área das éticas, dos comportamentos, e as pessoas, independentemente de poderem ter as suas divergências, compreenderem que têm de trabalhar em conjunto e que têm de criar formas de partilhar informação e projetos”. No fundo, aquilo que lhes parece fundamental é conseguir dinamizar as redes interpessoais, de modo a que, além da melhoria de cada indivíduo em termos do seu potencial como massa crítica, possa verificar-se um crescimento de uma dinâmica coletiva, que permita ao território afirmar-se em todo o seu potencial. E, dizem, é aí que está uma das grandes lacunas, porque “essa constituição do capital social é que não está a acontecer”.

Procurando dar exemplos concretos do trabalho positivo já realizado neste território por influência dessa ação coletiva, e até em favor de um espaço físico que se pretende dotado de uma nova organização administrativa, um dos respondentes testemunha: “Há parcerias sim senhor! O exemplo que eu conheço: - As Terras do Baixo Guadiana! Tem feito mais pela economia daquele território do que se calhar os municípios todos juntos, e de uma forma não política”. E esse exemplo é usado de novo para reforçar a importância do trabalho de parceria com verdadeira comunhão de interesses e boa articulação: “sem essa conjugação de interesses, nem metade teríamos feito. São essenciais para o desenvolvimento local. E só assim se mantém a sustentabilidade de qualquer projeto de desenvolvimento territorial”.

Outro dos entrevistados salienta a questão da discussão, da troca aberta de informações e opções, como o aspeto que se mostrou relevante para a obtenção de resultados positivos em estratégias semelhantes já experimentadas. Neste aspeto crucial da construção de consensos “um debate constante dos problemas, foi a chave desta questão”. Segundo o exemplo referido [a construção do projeto Mértola vila museu] a confiança entre os atores era tal, que isto foi possível. Apesar desses testemunhos que valorizam o papel que o associativismo está a conseguir ter no quadro desta nova ideia de território que por enquanto se vai experimentando num plano mais restrito (na dinamização de programas europeus num plano intermunicipal) há quem destoe, referindo ter “a sensação, no BG, que a governação é muito focalizada principalmente no presidente de câmara”, e que lhe

parece não transcender, de forma substantiva, a mera soma dos interesses municipais inscritos nas suas agendas próprias.

Ou seja, se um projeto BG se ‘encaixa’ nas ‘nossas ideias’ tudo bem, pode haver parceria. Caso contrário, parece a alguns atores locais que os municípios não se esforçam o suficiente para construir uma agenda comum. Podiam “definir pelo menos agendas macro, agendas no início das atividades, no início dos anos resultantes dos planos de atividades” que integrassem novos aspetos comuns! E apontam, na sua visão crítica, claramente o dedo aos que entendem responsáveis por essas insuficiências, e, principalmente, por esses egoísmos: “Temos maus políticos! Que não se adaptaram ao tempo atual. Gerem mal! E que ainda não se aperceberam que a concorrência de um município não é feita pelos outros 3. Temos de ser mais globais”.

Esta argumentação fundamenta-se mais uma vez na ausência de uma confiança total entre os responsáveis, os governantes deviam, quanto a eles, estimular a partilha e a articulação dos saberes, e incentivar um trabalho em rede consistente, e não o fazem. Pelo menos não com a profundidade que os atores locais entendem necessária. E porquê? Simples, tem a ver com o quadro de referência político existente, que assenta no municipalismo. Visões de integração territorial, mesmo quando é evidente que podem ser a estratégia de futuro para resolver as grandes dificuldades de certas zonas do interior despovoado do país, avançam muito devagar: “Está a ser feito, mas sempre com um bocadinho de desconfiança por parte das entidades territoriais, sobretudo dos municípios que têm sempre um pouco de receio de poder perder poderes, competências e atribuições dentro dos seus territórios”. Situação que gostavam de ver alterada o mais breve possível.

Fatores Potenciadores/Facilitadores

Comunidade

No que se refere aos fatores capazes de influenciar positivamente o desenvolvimento das redes, colocaram-se algumas questões aos membros da comunidade. Questionados sobre a disponibilidade para participar em iniciativas ou atividades de ação coletiva, com esse cariz, e que abrangessem o território da Baixo Guadiana, 76,8 % responderam afirmativamente; no entanto, na especificação dessa disponibilidade, a grande maioria

revelou que essa participação se traduziria mais em ações de caráter lúdico, relacionadas com o património ou desenvolvidas por ADL's. Segundo as suas respostas ao nosso questionário, e no tópico que aqui nos interessa, também uma considerável maioria (71,4%) afirma que as formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede são as que favorecem o estabelecimento de entendimentos e a criação de ambientes de confiança.

Técnicos/Empresários

Para os técnicos e empresários um dos fatores potenciadores das dinâmicas de partilha são os desempenhos dos políticos, mas daqueles “que lutam pelas populações”, porque, a seu ver, estes são “exceções”. A maioria dos políticos, criticam, só “querem o bem-estar deles, dos amigos”. De acordo com a perspetiva que foi transmitida, o trabalho conjunto é um fator facilitador dessas dinâmicas, porque “a população junta-se quando há interesses para o território”. Assim, esse interesse comum pode funcionar como a base a partir da qual se podem desenvolver projetos específicos, e com perfil técnico mais complexo, servindo depois melhor do ponto de vista operativo as associações de diferente natureza que existem ou se estão a constituir neste território, baseadas na mesma ideia da sua eventual constituição formal: “A TBG, já mostrou que o trabalho em parceria é proveitoso. A TBG é disso um exemplo. A recente criação da associação de empresários também”.

Presidentes de Câmara

No que diz respeito aos autarcas, eles não negam as capacidades inerentes ao próprio cargo e às competências dos executivos como eventual fator dinamizador e potenciador das redes para a governança do território. De facto, um deles diz claramente que, “independentemente da legislação, o presidente da câmara, se quiser fazer uma governança participativa envolvendo as pessoas, pode faze-la”. Neste domínio, segundo o que foi afirmado, existem já alguns instrumentos que permitem colocar em prática algumas desses processos de articulação e de auscultação das redes formais e informais que podem já existir ou vir a ser constituídas neste território. A difusão e transparência da informação, por exemplo, contam-se já nessa lista de possibilidades. Os políticos entendem que essa dinâmica deve ser enquadrada pelo conjunto de atividades já existentes, e devem contribuir, se se quiser interpretar assim, para que os processos de

gestão, decisão e planeamento que já existem passem a ter uma base de participação cidadã reforçada: “Estimular as parcerias é um trabalho que tem de ser feito nos vários espaços, digamos, nos vários cenários em que a atividade se desenvolve”.

À semelhança de outros inquiridos, e até do afirmado para outros tópicos relacionados com a participação, também os eleitos acham que estes processos devem começar por fazer parte do currículo escolar: “a maneira mais curta, mais rápida, e porventura mais sólida de lá chegar é através da escola”. Para lá dessa opinião, os Presidentes não negam que a Câmara é sempre olhada como peça chave nestes processos, e que funciona como modelo de conduta - “a Câmara é a entidade, enfim, que mais peso tem e que é mais... não diria imitada, mas que é mais vista, que é mais olhada, que é mais seguida” -, e esse efeito dominó pode ser positivo. A partir desse ponto inicial, “possivelmente outras entidades também irão tentar fazer isso e cria-se aquilo que pode ser esse sentimento de participação pública e de coesão no território, que as pessoas neste momento têm muito pouco ou nada!”. Cenário que com esta dinâmica e articulação de esforços poderia ser invertido.

Atores chave

Para os atores chave a ausência da desejada dinâmica relaciona-se com a necessidade de visão estratégica e de empenhamento de todos os cidadãos, com ou sem cargos institucionais: “Tudo depende da qualidade e da visão dos autarcas, dos decisores e dos cidadãos.”. Outro fator que é por estes participantes claramente destacado, como potenciador e facilitador das necessárias dinâmicas, é a proximidade. Quer num plano formal, quer informal. No primeiro desses casos, citam aspetos do poder local democrático que têm sido importantes para a demonstração efetiva desse destaque: “essa proximidade foi importantíssima precisamente para esse poder local, para essa forma, para essa contestação, para o conhecimento melhor da pessoa”. E esse papel das freguesias é salientado com veemência, colocando bem alto a necessidade dessas relações para conseguir que a governança de facto exista nos moldes desejados: “Quem conhece, ou quem sabe, quem viu, quem viveu, o que era antes do 25 de Abril essas “porcarias” dessas freguesias é uma coisa incomparável! Incomparável a diferença”. Assim, essa proximidade às populações de um órgão que tem a possibilidade da representação formal do seu sentir é considerado como fundamental, um instrumento imprescindível dessa dinâmica.

Outro processo apresentado por este grupo de inquiridos como igualmente importante, é a constituição e funcionamento de organizações que já tenha como território de atividade uma área idêntica àquela que está a ser pensada no quadro do desenvolvimento local como podendo ser uma solução com futuro. Daí o destaque que surge nas suas resposta ao papel desempenhado pela TBG, mas também aos processos de dinamização da PP, que se afirmam de forma mais informal mas também marcante para o sucesso da citada estratégia: “agora ainda não há estratégia conjunta para este território mas, está a haver um conjunto de iniciativas, que muitas vezes até são feitas ao contrário, mas ainda bem que estão a ser feitas, os projetos que estão a ser desenvolvidos, quase todos eles trazem, são obrigados a ter uma componente de estratégia e outra de obrigar a que haja participação e a que haja difusão dos resultados. Estes processos estão obviamente a criar fóruns, pontos de encontro entre entidades, pessoas, que vão trabalhando naquilo que é a necessidade de se criar um estratégia para estes territórios”.

Fatores inibidores/constrangimentos

Comunidade

Dados os resultados que se tinham obtido nas respostas ao quesito anterior, não surpreendem os resultados que a comunidade proporcionou relativamente aos fatores inibidores ou constrangimentos que sobre as dinâmicas funcionais e a articulação de poderes podem incidir. Por isso, um pouco mais de metade dos membros da comunidade que contribuíram com a sua resposta – 57,1% - não hesitam em considerar que, de uma forma geral, no Baixo Guadiana, não existe ação coletiva. Do mesmo modo negativo, e com maior expressão, 60,4% dos participantes disse desconhecer a existência, neste território, de uma boa parceria.

Técnicos/Empresários

Os técnicos e empresários iniciam a sua descrição dos aspetos mais negativos, que tocam as dinâmicas que eles gostavam de ver a funcionar, pelos políticos, a quem atribuem um papel de destaque neste rol dos fatores inibidores: “Nas últimas décadas foi havendo decadência do poder político”. Fator que se torna mais negativo “porque os partidos políticos moldam as pessoas”. Outro aspeto citado pelos técnicos e em especial pelos empresários é a transparência; um deles questiona mesmo: “Mesmo quem manda, manda

o quê? As pessoas não sabem quais as funções dessas entidades”. De certo modo, levantam o problema do vazio conceptual das suas funções, já que (para gozarem de maior latitude) “as câmaras nunca definiram qual é realmente o papel delas”.

O mesmo se passa no que respeita ao seu papel no apoio a outras entidades do território, cuja concretização também é apontada, por ser discricionária, como um constrangimento; daí alguma fuga, - que estas respostas o salientam – a formalizarem certo tipo de compromissos e parcerias com organizações como associações empresariais, ADL, e outras da SC: “Uma associação, uma entidade que estivesse presente obrigaria a uma maior transparência, a um maior esclarecimento das decisões tomadas e consequentemente a uma governação melhor. Parece-me que, para isso acontecer, teriam de ser obrigadas pela lei”.

No mesmo processo nasce outro fator inibidor, resultante do papel de relevo que as Câmaras Municipais possuem a nível local – ninguém se quer antecipar a elas neste domínio, com receio de que haja um bloqueio aos processos de desenvolvimento da governança. Por isso um dos entrevistados diz: “Serem elas a fazer o convite, não me parece que isso possa vir a acontecer”. E se isso se verifica ao nível da gestão partilhada, o mesmo se passa com a questão da liderança. Fator inibidor: “Não há capacidade de decisão nesta região, e é fundamental! E as câmaras têm de potenciar alguém, independentemente da cor política, com essa capacidade”. Como se vê, igualmente neste campo, o grupo entrevistado entrega a responsabilidade do facto à autarquia.

Passando para um campo mais geral, técnicos e particularmente empresários destacam problemas excessivos no campo legal, onde, na sua opinião, há “demasiada legislação”. O que devia existir, para eles, seria um “canal direto e muito objetivo, direto para que as pessoas não se percam”, com isso favorecendo-se também a transparência. Estes aspetos são, em conjunto, considerados como importantes para a questão da cidadania. Esta, no momento atual, é considerada também deficiente, e um grande constrangimento a ausência de medidas para a sua promoção e crescimento: “Enquanto não for feita educação para a ética o envolvimento dos cidadãos é estrangulado”. Continuando o modelo que atualmente é praticado, de gestão por representatividade eleitoral, a participação fica sempre longe daquilo que teria de cumprir num modelo de governança. Técnicos e empresários levantam a sua crítica: “Este modelo não propicia uma maior

participação no território. Porque se os poderes políticos não se conseguem encontrar, jamais as populações se encontrarão”. É ainda mais negativo o atual cenário porque “a governação estrangula a PP no território com regulamentos, decretos-lei... o envolvimento [dos cidadãos] é estrangulado”. Segundo eles, “tem-se perdido objetividade em relação a essa situação”, a ideia de participação umas vezes é incentivada, outras parece de novo ao abandono. Mesmo “as suas associações não são ouvidas nos processos de governança. Não têm influência”; como “não há uma figura de proa neste território, a governança é frágil”.

Outra fragilidade que este processo contém é a falta de articulação entre os diferentes atores locais, pois é um facto que, segundo este grupo de opinião “cada entidade tem a sua própria agenda. Não há visão conjunta para o território. Há muitos planos mas que depois não se intervém. É ao contrário. Intervém-se mas cada um faz o trabalho à sua maneira sem articular uns com os outros”. E o problema não acaba aqui. Porque há “falta de diálogo entre as entidades que representam o BG, isso leva a conflitos entre elas”. Estes são, para técnicos e empresários, os constrangimentos e inibições que limitam o desenvolvimento local e uma estratégia conjunta para o futuro do território.

Presidentes de Câmara

Os presidentes de Câmara que participam neste estudo não fogem à questão do seu papel, tantas vezes considerado por outros atores locais como sendo inibidor, destacando a complexidade de deveres e competências a que têm que dar resposta, por força das leis gerais, ou seja, sem qualquer alternativa senão desempenhar um papel em muitos aspetos ‘formatado’ pelo poder central. Daí que se entenda o desabafo: “Também acontece, quando se entra para uma coisa destas, pensa-se que toda a gente contribui e depois vê-se que não é assim e os processos têm que ser decididos e tem que se dar andamento às coisas, as coisas têm que andar e a gente acaba por deixar de ter tantas ilusões em relação a isso”. Ilusões relativas, muitas vezes, a esses processos e métodos mais participados do desenvolvimento local.

Salientam estes informantes que, a este propósito, a mentalidade dos portugueses e do país não ajuda, a par da falta de hábitos de cidadania efetiva. Por isso reproduzem, nas suas respostas, os argumentos de tantos dos seus munícipes: “As pessoas ainda acham: “- o tipo que está lá na presidência é quem vai decidir sobre estes aspetos todos! Ele está

para isso! Não é? Então se calhar até se encostam um bocado por comodismo em parte, por falta de interesse. Como disse há pouco. “ – Ele decide, se ele governar bem a gente continua, se não governar, a gente...” Seja Presidente de Câmara, seja de Junta de Freguesia ou outra coisa qualquer que tenha associados, os Bombeiros, “- Ele está lá, ele decide. Se não decidir bem, a gente no próximo troca”.

Como se vê, essa maneira de pensar é comum, não se aplica apenas aos municípios mas igualmente a tantas outras instituições da sociedade civil. Não admira que tantos dirigentes em tantas organizações se eternizem nas suas funções, por falta de dinâmica cívica. Solução para vencer estas dificuldades, passam pela educação das novas gerações. De modo paralelo com o processo de desenvolvimento de qualificações para exercer o cargo de autarca: “É um processo de educação, claro, e de formação”. Para os Presidentes, um dos fatores inibidores das dinâmicas e do desenvolvimento é o mesmo que outros grupos salientaram já: “falha esse elemento essencial ao desenvolvimento que é a confiança! É preciso de facto que exista confiança! Que isso falha muito!”. Resolvido esse problema do domínio psicossocial, estão abertas as portas para se conseguirem desenvolver mais ações conjuntas, inclusive entre autarquias. Ultrapassando as dificuldades que as parcerias normalmente sentem: “acho que as parcerias são todas frágeis, desconfiadas, muito institucionais, muito formais, sempre com muita reserva”. Esse é um dos aspetos apresentado como inibidor, e cuja resolução é salientada como fundamental para conseguir melhores resultados na utilização dos recursos locais.

Atores chave

Os atores chave denunciam a burocracia como um dos fatores inibidores das dinâmicas desejadas: “Não se consegue ter com a organização administrativa que temos”. Os problemas são ao nível interno de cada concelho, porque “o município sobrepõe-se a qualquer coisa!”. Mas o problema é mais complexo: o excesso de níveis de administração (“Temos redundância de estruturas”), a inexistência de estruturas para territórios integrados, (“Não há uma organização supra municipal”), e que tenham legitimidade (“Se não é eleita não tem poder!”). Acresce a ausência de ‘solidariedade’ entre os diferentes executivos de um pretenso território integrado: “os autarcas não se interessam muito pelo que se passa nos concelhos vizinhos. E isso vê-se também nos próprios concelhos, e nas freguesias”. A somar aos problemas de origem partidária, considerados ainda mais

‘irracionais’ do ponto de vista da gestão integrada: “Porque por não serem do mesmo partido, tornam as coisas às vezes um bocado absurdas”.

Este conjunto de aspetos leva a que um deles considere que o processo de desenvolvimento do território integrado do Baixo Guadiana vá continuar a sentir “grande dificuldade. Enquanto a nossa organização administrativa não for mais supra municipal, que se consiga fazer alguma coisa entre municípios!”. Na sua opinião relativas às únicas ações possíveis de concretizar no modelo de projetos em parceria atual espelha-se igualmente a sua visão crítica em relação aos mesmos: “Apenas passeios e festas!”. Mas a crítica não se fica por aqui, e na denúncia dos fatores inibidores, os municípios voltam à ribalta: “O problema do municipalismo é que permite alguns casos de constituição de excesso de funcionalismo, de paternalismos e, muitas vezes, de clientelismos. E isso influencia o desenvolvimento do território pela negativa”.

Outro dos aspetos negativos salientado tem a ver com o sistema de autoridade, que pode criar problemas, se “aparecer gente fraca para esse território”, porque como no modelo atual possuem toda a legitimidade para um grande número de decisões, podem “criar condições para que esse território se arraste também.” O desaparecimento previsto de um conjunto de relações de proximidade que, atualmente, são representados pelas Juntas de Freguesia, é também encarado como um grande (futuro) constrangimento: “A freguesia com todos os seus defeitos também, mas também teve um papel importante. O drama principal agora, é o que está a acontecer, que podem fechar uma série delas, que aparentemente não têm interesse, mas eram decisivas para a manutenção de uma pequena comunidade.”. Se em relação ao modelo atual as coisas parecem, na opinião que manifestam, estar inclinadas para a persistência dos fatores inibidores, em relação a um novo modelo de gestão de uma nova área territorial integrada o problema deve-se ao facto que “os instrumentos de gestão territorial não estão a ser bem divulgados. Falo de novas formas de governança local”.

É fundamental que a participação seja estimulada, há dificuldades, por exemplo, de as populações locais, já com uma certa idade, e a viver num contexto de algum isolamento, terem que passar a executar certas tarefas administrativas por serviço on-line (o que “obriga precisamente a pessoa a ter de manipular os computadores para poder entrar em contacto, é impossível!”); e esse é apenas um exemplo, há que “melhorar em todos

aqueles itens da governança”. Nos fatores inibidores, os atores chave criticam por fim o uso muito ‘monolítico’ dos fundos da União Europeia que são atribuídos ao desenvolvimento territorial, que, a seu ver, “serviram muito para fazer betão e muito pouco para fazer relação entre os municípios, para criar proximidade”. Foi dessa opção que resultaram muitos dos constrangimentos, e até o reforço do despovoamento, por insuficientes investimentos que combatessem o papel desertificador das novas estradas.

Dinâmicas de partilha e articulação de poderes

Comunidade

Neste tópico específico, as respostas da comunidade foram muito interessantes e reveladoras de algum ceticismo das populações face a quem possui papéis ativos neste território, uma vez que a maioria das percentagens negativas são em aspetos em que seria obrigatório um valor muito marcadamente positivo para que a governança pudesse ser implementada. Vejamos com maior detalhe esses valores. A pergunta era fechada, e contemplava quatro tópicos; perguntava-se “Dos seguintes aspetos, quais considera que existem neste território?” Eis os resultados:

As parcerias entre os atores locais: Sim 66,4%; Não 33,6%

A ética na governança: Sim 38,6%; Não 61,4%

A confiança entre os atores locais: Sim 35,8%; Não 64,2%

A participação pública: Sim 28,1%; Não 71,9%

Como se pode verificar, Ética, Confiança entre atores e Participação pública tiveram respostas bastante negativas, a oscilar entre os 61,4 e 71,9 %. Com uma escala de valores negativos desta natureza, será preciso algum trabalho para retomar a confiança das comunidades, ou alguma alteração profunda nos agentes e nos modos de funcionamento das instituições locais (consoante a perceção que as pessoas delas têm seja correta, ou não. O problema pode ser de ‘comunicação’ ou efetivo, mas algo não está bem e necessita de ser corrigido). Compare-se ainda, por último, aquele que parece ser o único valor positivo do conjunto, as parcerias, cujo valor é um dado resultante da realidade, que não

requer interpretação por parte da pessoa que respondeu, com um outro. Efetivamente, as parcerias existem.

Mas veja-se, no entanto, como no item da confiança praticamente a mesma percentagem de pessoas acreditam que não existe confiança entre os atores locais. Com este tipo de crítica, rapidamente um indicador que parecia positivo (mas que é um mera constatação de facto) se transforma em negativo. A governança precisa ainda de muito trabalho de base para poder lançar os seus alicerces. Uma segunda questão aos membros da comunidade procurava definir o nível de envolvimento dos indivíduos neste território. Os resultados obtidos nesta formulação direta não fazem senão confirmar o sentido de várias respostas que foram sendo dadas ao longo desta investigação, no quadro de outros tópicos: as pessoas efetivamente têm uma participação reduzida. Eis os resultados:

Tabela 7.26. - Nível de envolvimento dos indivíduos no território

Dimensões	Fraco	Médio	Forte	Médio + Forte
Na Participação Pública	57,6	39,2	3,2	42,4
Na Governança Local	54,0	41,5	4,5	46,0
No Desenvolvimento Local	44,6	50,9	4,5	55,4

Fonte: elaboração do autor

Os resultados na coluna ‘Fraco’ apresentam, em média, valores importantes, dois deles (Participação Pública e Governança Local) com valores acima dos 50%. Esta dimensão revela, com objetividade, como as pessoas estão afastadas de processos que lhes deveriam ser próximos. No entanto, há que analisar com algum cuidado, porque os mesmos indicadores parecem revelar alguma evolução positiva. Repare-se que o outro quesito desta tabela, o envolvimento no desenvolvimento local, já apresenta um resultado menor na coluna do ‘fraco’; esta variante em relação aos outros dois pode sugerir que, sendo este tópico alvo de uma maior antiguidade em termos do trabalho realizado em seu torno, neste território do BG, que vai aumentando o número de pessoas que com ele acaba por se envolver. Pode isto significar alguma expectativa de que os valores que hoje se situam acima os 50% possam vir a regredir. Até porque na coluna do nível ‘Médio’ se verifica a mesma situação – é maior, e mais positivo, o número de pessoas que têm algum nível de envolvimento com este tema, do que com os outros dois, percentagens a variar no mesmo sentido, ou seja o mesmo que era Menos Fraco é agora o que tem mais envolvimento Médio.

Quer dizer que nestas questões a insistência do trabalho num dado objetivo / estratégia vai dando os seus resultados positivos ao longo do tempo, o que não é uma surpresa, e deixar vislumbrar alguma esperança para o crescimento positivo dos restantes campos estratégicos. A percentagem mínima que se verifica na coluna do ‘forte’ é a expressão percentual, face ao conjunto dos inquiridos, daqueles que são agentes ativos no quadro deste território. Apesar de ser um valor pequeno, dá-nos a dimensão da capacidade operativa, no que ao desenvolvimento deste tipo de projetos diz respeito, que existe no BG.

Apesar de reconhecerem, nas suas próprias respostas, que o seu envolvimento direto é diminuto, os membros da comunidade não deixam de ter uma visão pertinente sobre o papel dos diferentes agentes e modelos, e dos impactos das suas inter-relações. Por exemplo, para uma esmagadora maioria de entrevistados é evidente que as boas práticas de governança local potenciam/facilitam o desenvolvimento sustentável. Só assim se explica o esmagador valor de 96,3 % de respostas positivas. A pergunta complementava-se com um pedido de justificação da mesma, ao que uma considerável maioria igualmente respondeu que essa relação garantia mais eficácia. Que só pode existir desenvolvimento sustentável se houver uma boa governação local.

Questionados ainda sobre um outro tópico - Conhece uma boa parceria existente no território? – as respostas repartiram-se do seguinte modo:

Associações	70
Câmaras	26
Eventos /projetos	10
Outras OSC	7
Administração regional	3
Empresas	3
Escolas	3
Juntas de Freguesia	3
Imprecisos	18
TOTAL	142

Analizadas as respostas, e dando-lhes uma quantificação mais representativa da pergunta inicial, obtiveram-se os seguintes resultados:

Sendo que são:

Intramunicipais	79
Intermunicipais	27
Interregional	13
Transnacional	5
Imprecisos	18

Claramente se percebe que a maioria das parcerias existentes agrupa entidades pertencentes a uma mesma área administrativa, ou seja, as parcerias efetuam-se dentro de cada concelho. Estes agrupamentos perfazem mais de 50 %, a que se segue uma fatia também considerável de relações intermunicipais. Assim sendo, sobram muito poucas respostas que tratam de uma outra dimensão territorial, alargando-se ao âmbito inter-regional ou transnacional.

De certo modo, pode dizer-se que um território como o BG tem já, no terreno, seguramente, uma prática de articulação entre distintas entidades municipais que pode vir a facilitar, a concretizar a constituição desta unidade territorial (mesmo que não venha a ser política ou institucionalmente constituída). Reforçada, se se quiser, pelo facto de que a pergunta referia especificamente ‘Uma boa parceria’; ou seja, estamos perante um indicador que reflete algo de positivo já firmado, já operando neste mesmo espaço físico ao qual se pretende dar uma maior inter articulação, Pelo menos na opinião dos membros da comunidade algum caminho foi já percorrido.

Técnicos/Empresários

Para este grupo de inquiridos, a visão refletida relativamente a este tópico não é muito positiva. Não é necessário dar um valor excessivo à opinião de um deles (“Não há articulação entre os parceiros”), mas as de outros não são muito melhores: “É difícil mobilizar, é difícil levar as pessoas para tertúlias. As coisas têm de se estruturadas, ter contactos. As pessoas não têm disponibilidade. Estão de costas, não trabalham em rede”. A este grupo parece-lhe, talvez pela sua própria condição, que o trabalho, o esforço de dinamização em grupo, e com partilha de saberes e recursos, pode dar resultados mais positivos.

Não é por isso surpreendente que considerem que “as associações têm um papel preponderante”. Cita-se até um exemplo concreto, com bons resultados práticos, e que, além do mais, é a entidade mais representativa desta ainda imaginária área institucional do BG: “A TBG, já mostrou que o trabalho em parceria é proveitoso, que é disso um exemplo”. No entanto, na sua maioria, consideram que existe uma grande “falta de diálogo entre as entidades que representam o BG”. Interessante que este indicador vem de encontro ao que foi expresso nos inquéritos realizados junto da comunidade relativamente à mesma questão. Esta escassez de diálogo será com certeza uma das origens do fator ‘falta de confiança’ aí referido, e que, como técnicos e empresários sublinham, pode ser o que “leva a conflitos entre elas”.

Apesar de tudo “existe já cooperação territorial em Portugal”, com “alguns casos de sucesso” que podem servir de indicador positivo para a construção de uma estratégia deste tipo na área envolvente ao grande rio do sul de Portugal. Igualmente, este grupo cita também os exemplos vindos do sector empresarial, e a importância dessa associação não só em termos das sinergias inerentes à sua atividade económica, mas igualmente em termos de *lobby*, essa dinâmica de partilha consegue dotá-los de uma maior dimensão: “Há empresas que se associam para terem mais voz”. Mas, para lá dessas parcerias, devemos ainda considerar o aspeto da articulação de poderes: “Os políticos têm de ter novas noções, o que querem legitimar usando os atos de PP. Tal como por vezes fazem com os técnicos, querem a opinião dos técnicos para legitimar as decisões. E em termos de conhecimento podem não ser as melhores para o território”.

Em virtude dessa crítica, técnicos e empresários reclamam uma maior articulação entre os diferentes poderes que estão formalmente constituídos, incluído os grupos associativos de natureza económica ou não, no sentido de dar outra profundidade e unanimidade às decisões a tomar. Quanto aos que argumentam que essa articulação já existe, respondem de forma lacónica: “Essa união não existe!”. E quanto aos processos de partilha de poder que estão em curso (como o orçamento participado, ou as discussões públicas do plano anual de atividades nos municípios) não deixam ficar um comentário muito mais positivo: “A governança é frágil”.

Presidentes de Câmara

Os autarcas que participaram nas entrevistas que aqui se analisam manifestaram-se, globalmente, a favor do desenvolvimento dos processos de partilha do poder e do crescimento e alargamento dos mecanismos da governança. A tónica coloca-se sempre na questão da participação, está de novo relacionada com as dinâmicas que se podem gerar: “Em termos de governança local procuro uma maior participação das populações e das entidades, das pessoas, de envolve-las mais”. Mas, segundo uma opinião aqui igualmente registada, o problema não reside apenas no nível local, e na maior ou menor presença dos membros da comunidade como agentes ativos deste processo, mas também no pesado edifício burocrático dos diferentes poderes (regionais, nacionais), com os quais é difícil uma franca articulação: “Há um histórico de capelinhas em Portugal. Há que lutar contra esse histórico e não é fácil!”.

Mas, segundo estes informantes, a articulação também falha no interior do território do BG, onde “não tem havido essas parcerias, não tem havido essa articulação. Não me estou a referir às Câmaras só! Estou-me a referir ao território!”. Mas resta-lhes o seu próprio papel enquanto responsáveis autárquicos, o que, na articulação de poderes atualmente existente no País, não é apesar de tudo desprezível. E, portanto, alguma importância terá a sua opinião, em especial sobre este tópico: “Eu vejo com muito bons olhos, como disse há pouco, que a gestão seja o mais participada possível. Não me vejo e não vejo a figura do Presidente de Câmara como aquele que tudo sabe e aquele que tudo decide e aquele que tudo dispõe, muito pelo contrário, nem das juntas de freguesias nem das várias entidades e penso que quanto mais participação coletiva houver melhor!”. Este testemunho, no quadro de uma estratégia que necessita dos municípios, quer para a definição de um território, quer para a constituição de um modelo de gestão baseado nos mecanismos da governança, não deixa de ser muito positivo.

Atores chave

Para os atores chave, a questão da partilha assenta em grande medida no conceito estruturante do conhecimento: para eles, tem que haver “educação, informação, investigação e desenvolvimento”. A questão essencial tem a ver com a possibilidade de autonomia, de cada pessoa poder fazer uma avaliação correta das situações e decidir de acordo com esse conhecimento. A transmissão da informação também tem que conter uma ética subjacente, porque para as pessoas poderem ter o desempenho desejado “esses dados devem resultar do processo transparente, que são verdadeiros, que não estão

manipulados”. Todo este processo resulta da necessidade de manter, na opinião deste grupo, o interesse público como perspectiva orientadora; a qualidade na transmissão de informação permite que “essa pessoa seja muito menos manipulada por indivíduos que têm outros interesses completamente distintos da defesa dos interesses públicos, o bem comum”. Este é o processo adequado, segundo eles, para se constituírem ambientes favoráveis à Participação Pública.

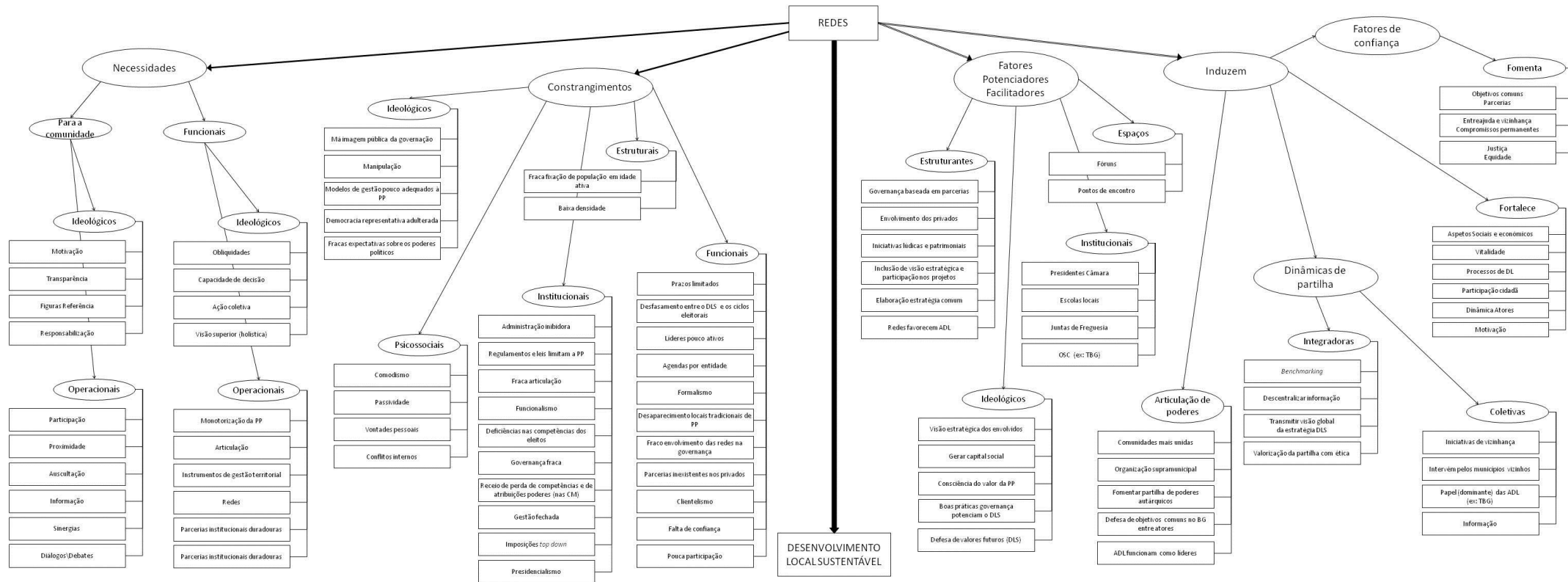
No entanto, e ainda de acordo com a sua perspectiva, essa participação não necessita de ser, restritivamente, individualizada, ela pode exercer-se através das ADL’s ou outros grupos organizados da SC. O que é relevante, para os atores locais, é o envolvimento a partir da base, porque esse tipo de hierarquia faz com que mais facilmente as pessoas entendam que vale a pena participar nestes processos: “Se as pessoas estão empenhadas em desenvolver o bem comum, elas próprias criam condições para a participação ser maior, para a governança local ser mais forte e para o desenvolvimento sustentável poder consolidar-se.” Para os atores locais, o envolvimento das pessoas na PP deve ser treinado desde os bancos da escola. A dinâmica da constituição de redes – que consideram essencial para uma efetiva governança – deve abarcar a maior diversidade de lugares possível, e deve responsabilizar as pessoas, fazê-las compreender a relação entre direitos e deveres, de modo a que seu envolvimento seja também responsável.

Numa opção de investimento, por exemplo, o envolvimento na escolha é muito importante, destacam, porque assim entendem que “a decisão de escolher o equipamento a comprar foi deles”.

Apesar de reconhecerem que há alguma responsabilidade individual nas dinâmicas de participação (pelos índices que apresentam, geralmente fracos) entendem que os políticos poderiam ter um papel dinamizador mais relevante em todo o processo, “os políticos têm de estar disponíveis”. Segundo a sua opinião, o fator mais importante é cortar o isolamento, muitas vezes voluntário, a que as pessoas passaram a devotar-se, “por causa da televisão. As pessoas já não vão para ali, [aos espaços tradicionais de participação] porque têm a televisão em casa, têm os programas. Cortou completamente toda a participação coletiva! É assustador!”. É preciso por isso encontrar novos dinamismos que possam reverter o atual cenário, encontrando outros espaços como os tradicionais (esses, dizem, é impossível, porque “Isso desapareceu!”), mas que sejam igualmente apreciados

pelas pessoas como eram o café, a taberna, os largos, onde a participação e as decisões eram estruturadas pelo conjunto da comunidade.

Figura 7.10. – Esquema do Subtema Redes



Fonte: elaboração do autor

SUBTEMA: PROCESSOS

No que respeita aos processos de Governança, o conjunto de opiniões seguiu uma matriz muito semelhante à que tinha sido dada para os mecanismos de Participação. Na realidade, ambas se cruzam como etapas de intermediação entre os objetivos e a sua efetiva concretização. De facto, trata-se, aqui, de ter uma visão, por parte dos informantes, sobre os procedimentos e métodos que lhes parecem mais relevantes para tornar efetivas algumas das componentes que a ideia estratégica para o território e para o seu desenvolvimento sustentado requer, no que às práticas de Governança se refere.

Como é referido pelos informantes: “a participação estimula o envolvimento dum maior numero de cidadãos deste território, e que se pode considerar como uma componente de governação local, com a entrada de mais contributos para parte dos cidadãos e isso vai também ajudar a encontrar mais pistas, mais orientações, mais ideias, mais chamadas de atenção, mais cautelas, para a forma como os recursos podem, ou não, ser (...) vai também permitir que o processo do desenvolvimento sustentável esteja mais garantido”

Sub Tema: PROCESSOS

Categorias / Sub Categorias: - Instrumentos

- Desenvolvimento Territorial
- Legitimidade
- Estratégia (construção política e social)

Instrumentos

Comunidade

Os instrumentos enquadram-se, nesta investigação, nas componentes de viabilização prática dos processos do DLS. Por isso, sobre eles, a comunidade tem sempre uma opinião formada, que mostra como está atenta ao curso desses e de outros processos que decorrem no seu território. Em termos de desenvolvimento local, é atribuída importância à ação coletiva, particularmente no que se refere às Associações de Desenvolvimento Local, à Sociedade Civil e às Câmaras Municipais.

Para a comunidade, é fundamental desenvolver formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede, que favoreçam consensos e criem ambientes de confiança. Estes aspetos são, em geral, apontados como meios facilitadores da participação pública no desenvolvimento do BG. Se as pessoas sentissem que existe maior consenso e mais trabalho de equipa, com confiança entre as organizações, também participavam mais. Complementarmente, a ética e as boas práticas na governação local são substancialmente apontadas como motivadoras para a participação pública.

O «acesso facilitado à informação e consulta» é igualmente referido como uma componente relevante, e os instrumentos para o concretizar devem ser prioritários no trabalho das diferentes organizações. Assim, pode conseguir-se mais facilmente a motivação à participação dos cidadãos nas questões de interesse público e coletivo. Por último, os questionados referem como muito positiva a «existência de diversidade de organizações da sociedade civil», que reputam também como facilitadora da participação pública no desenvolvimento do BG.

Técnicos/Empresários

Para os técnicos e empresários que se envolveram nesta pesquisa, os instrumentos do processo estratégico de desenvolvimento sustentável do BG devem permitir cumprir três princípios que reputam como fundamentais: «Liberdade, autonomia e independência». Para este grupo, é a possibilidade de exercer cabalmente estes direitos que «torna as pessoas participativas». Por isso acham que não devem existir «redes hierarquizadas, que fazem com que centralizem num só indivíduo e só na visão deste para o território» o desenvolvimento dos instrumentos e mecanismos necessários.

Nesse sentido, é necessário, argumentam, «governar com decisão partilhada; saber partilhar a decisão; saber ouvir e muitas vezes ter a mente aberta para a humildade, para ouvir a voz dos outros». Por isso, os instrumentos a dinamizar devem ser aqueles que favoreçam a governança. Esta deve estimular a implementação de consensos, e deve favorecer a «concertação, nomeadamente: através de uma figura muito forte, ao lado dos empresários, junto das entidades de governação local, regional». Com instrumentos transparentes, com diálogo, será mais fácil conseguir concretizar objetivos comuns. Nas suas respostas, são lançadas diversas sugestões de instrumentos e processos que deviam ser concretizados: «um gabinete [para partilha de informações] em que as pessoas possam aceder facilmente», «ambientes criativos», «acesso direto à decisão», as Câmaras unidas,

«e não cada um a puxar para o seu lado», «sabendo dos problemas, uma entidade que os resolvesse», considerada muito importante pelos empresários.

Esses instrumentos são reputados como importantes, e, havendo mais PP, a comunidade e os seus agentes são maiores contribuintes em termos dos rumos possíveis para o BG. Para este grupo a questão é clara: mais «opinião pública permite juntar uma diversidade de ideias, permite ter perspetivas para um território». Claro que como esta não pode ser construída repentinamente, há uma fase intermédia em o processo é, em grande medida, intermediado por organizações da SC e ADL's. Mas tem de existir trabalho conjunto: «Não havendo articulação entre as instituições de topo não ajuda à PP e não abona nada a favor das populações». Daí a importância dos instrumentos sugeridos.

Presidentes de Câmara

Os autarcas começam por destacar, neste capítulo, as questões que se relacionam com a informação. Para eles, bons instrumentos de informação permitem que a população não só expresse a sua opinião mas também que colabore no processo de gestão. Por exemplo, “um dos critérios de avaliação dos funcionários da limpeza, são os inquéritos que nós fazemos à população. A população é que diz se a sua zona está a ser bem limpa, por A, B ou C, fazemos inquéritos periódicos”. Como é evidente, estes meios devem ser conjugados, na sua opinião, com transparência, por isso acham que outro instrumento relevante é a autarquia ter uma «página na internet absolutamente aberta». A partir dela prestam-se informações e, igualmente, se interage com os munícipes em termos da reação às decisões tomadas (mesmo até acelerando os processos que exigem consulta pública: «São decisões que estão publicadas; há um portal do munícipe, que é para as pessoas contactarem em qualquer circunstância com o Presidente da Câmara». Este instrumento permite ainda proporcionar celeridade aos processos - «resposta no máximo em 24 horas» -, fator que consideram importante para as necessidades de gestão que se verificam todos os dias.

Os autarcas destacam igualmente ter a perceção de que nem todos aqueles que habitam nos seus concelhos têm acesso às novas tecnologias, ou têm capacidades de uso pleno das suas funções. Portanto, permanece um «gabinete de atendimento ao público na Câmara, expressamente para dar resposta à população», de modo a não fomentar a exclusão e «para garantir a fluidez da informação». Para os presidentes de câmara, todos os instrumentos

são relevantes na medida em que contribuam para uma mais eficaz articulação entre os agentes, de modo a conseguir, mesmo que não totalmente, um processo de governança mais profundo, mais próximo do sentir e da colaboração das populações e outras entidades locais: «As Câmaras devem governar mais em articulação com as instituições, com as associações, com as empresas, com os municípios, uma governação não é bem mais aberta, mas é mais envolvente, é o que se chama hoje... mais participada e tudo isso». E diferenciam que, atualmente, uma boa gestão é «uma gestão que incorpora o mais possível o sentir da comunidade local, dos vários agentes que estão em atividade nesse território».

Atores chave

Para os atores chave, os instrumentos situam-se na esfera habitual das suas referências: bons instrumentos são todos aqueles que favorecem o envolvimento da população, passo considerado essencial para que se verifiquem processos de governança, de gestão articulada a partir da base social do território. Para eles, o estímulo e as práticas formativas conducentes à participação são instrumentos dentro desta linha de raciocínio; em função disso, entendem que «as autarquias e as escolas podem desenvolver políticas e práticas que estimulem os hábitos de participação». A seu ver, o processo é relativamente auto-impulsionado, e por isso é que «as governações locais só são importantes, porque podem desenvolver políticas que impulsionem esses fatores», que, por sua vez, funcionam como mecanismos para a existência de mais governança, e assim sucessivamente.

Outro fator importante para este grupo é a proximidade; por isso defendem que certos processos – que são instrumentos do exercício do poder político e da cidadania – devem ser levados, ocasionalmente mas com regularidade – junto das pessoas, como, por exemplo, «levar uma assembleia de municipal a uma escola»; envolver as pessoas em processos de decisão, fomentar a construção de consensos, existem um conjunto de instrumentos, para os atores locais, que são importantes para dinamizar essas condutas socialmente relevantes para a governança. Os instrumentos que têm como metodologia o «estimular cada vez mais trabalhos em conjunto» também são considerados muito importantes por estes participantes, que destacam a necessidade de aproveitar todos os meios e espaços para incrementar essa dinâmica, seja «em fóruns» ou «através dos próprios contactos pessoais».

Neste capítulo em particular destacam a enorme vantagem que decorre do poder atual as novas tecnologias de informação, instrumentos que vão viabilizar «outras formas das pessoas participarem umas com as outras. Primeiro a questão das passagens, a questão do contato entre as pessoas, e depois as próprias pessoas terem as suas próprias redes as escolas também». E como forma de as pessoas se darem mais, de estimular o coletivo, usar o instrumento tecnológico como forma de abrir, de dar um primeiro passo, mas que depois «vai estimular as várias formas de comunicação. Comunicação física, de comunicação pessoal». Os instrumentos que dão essa possibilidade de maiores trocas de informação e de desenvolvimento de grupos de trabalho e de opinião são, para os atores, a base de um novo processo de participação e de governança a que tanto aspiram: «A nossa arma é dar aos outros, aos novos completa autonomia, e ir criando grupos, projetos, coisas que tenham a sua completa autonomia, sem haver um controleirismo», garantir o envolvimento voluntário e crítico de outros agentes e da população em geral.

Salientam também a necessidade de esses instrumentos serem usados de uma forma isenta, com responsabilidade social: «entram aqui as tais noções de transparência, de ética, de defesa de valores, ter a noção que o primado do bem comum não pode estar submetido ao primado do bem privado ou dos interesses particulares». No seu modo de entender, esta conduta na seleção e uso dos instrumentos para a governança enquadram-se com a «noção que se deve apostar primeiro naquilo que é a dinamização, a implementação dos recursos locais! Sejam eles humanos, sejam eles bens produzidos localmente, sejam recursos agro silvo-pastoris, sejam recursos turísticos, quer dizer: há aqui alguns valores ligados ao local, coisas que têm de ficar logo salvaguardados». Sem essa salvaguarda, explicam, não poderá existir a desejada sustentabilidade destes processos, tornando inúteis e vazios de sentido os esforços que atualmente se realizam.

Por último, e na mesma esfera do desenvolvimento local, os atores locais referem a necessidade de instrumentos de articulação dos diferentes interesses que se podem cruzar no aproveitamento desses mesmos recursos locais. Para que existam resultados positivos para todos, defendem que devem seguir métodos que permitam «tentar saber o que é que podem fazer todos em conjunto, mas depois se houver uma negociação que seja uma negociação “win-win!”», isto é: uma negociação que todos ganham, todos! Não há derrotados e não os que ganharam!». E para isso sugerem que se definam «pelo menos agendas macro, agendas no início das atividades». E que, além da ética, haja confiança,

que os diferentes agentes locais entendam como natural «trocar uns com os outros» essas informações: «olhe nós vamos fazer isto, vamos fazer aquilo» em vez de ter o modelo atual em que «às vezes até se repetem atividades e projetos».

Desenvolvimento Territorial

Comunidade

Segundo as respostas que foram dadas pelos membros da comunidade que foram inquiridos nesta investigação, o desenvolvimento dos territórios depende sobretudo da capacitação dos atores para promoverem o seu próprio desenvolvimento, quer no que se refere à dimensão pessoal quer institucional. Numa análise mais específica, no mesmo conjunto de respostas, destacam-se três aspetos como sendo aqueles que mais podem contribuir para o desenvolvimento local sustentável neste território; essas opções são as «que mais rentabilizem os recursos locais», as «que promovam a igualdade de oportunidades» e as que «promovam a participação de todos os atores locais». Interessante, por congregarem em simultâneo a unanimidade e a diversidade foi a resposta a saber se, na opinião dos inquiridos, as boas práticas de governança local potenciam/facilitam o desenvolvimento sustentável? Uma esmagadora maioria de 96,3% respondeu afirmativamente. Mas, como se tratava de um quesito que pressupunha uma resposta aberta, as razões explicativas dessa convicção apresentam uma interessante diversidade

Vejamos o quadro das respostas, na sequência da pergunta 8.5 do questionário: “As boas práticas de governança potenciam/facilitam o desenvolvimento sustentável? Porquê?, onde se pode ler o leque variado de justificações:

Tabela 7.27. – Impactos das boas práticas

RESPOSTAS	TOTAL
Geram mais confiança, justiça, motivação e vontade de participar no desenvolvimento do território	32
Só pode existir desenvolvimento sustentável se houver uma boa governação local. Garantem mais eficácia	28

Pressupõem maior conhecimento e eficácia na prossecução de políticas. São demonstrativas o que é importante	22
O futuro fica mais acautelado	17
Rentabilizam/potenciam mais os recursos/processos existentes no território	14
Promove uma gestão dinamizadora. Boas parcerias, bons resultados. Implicam melhor democracia e mais responsabilidade coletiva	13
Uma governança local transparente atrai mais investidores, logo gera mais desenvolvimento. As pessoas sabem o que podem fazer	13
Trabalhando em conjunto, percebem-se as falhas que existem. As tomadas de decisão e as atitudes são mais acertadas	11
Há participação de muitos atores e um acompanhamento constante. Anula a corrupção e o caciquismo. Aumenta a coesão social	10
As pessoas dão a sua opinião, sentem-se incluídas. Reforça a cidadania	10
Estimulam a criatividade e a inovação local	8
Imprecisos	15
Total	193

Fonte: elaboração do autor

Mais uma vez é uma motivação de ordem psicossocial que encabeça a lista, à semelhança do que já tínhamos podido reconhecer nas respostas da comunidade a outros aspetos da pesquisa. A confiança, a equidade, são traves mestras da vontade das pessoas em se envolverem neste processo do desenvolvimento local, mesmo tratando-se do seu território. O método para o conseguir com as pessoas só se poderá concretizar se quem o liderar não se esquecer deste aspeto ético, de honestidade e verticalidade nos comportamentos e modo de lidar com a população. A resposta ao segundo item confirma, de certo modo, esta singularidade: as pessoas querem participar, mas querem ser ouvidas e envolvidas de forma correta nos processos do DLS. Daí que também 28 inquiridos refiram a importância dos processos de governança pela sua evidente eficácia face a outras soluções. Há maior conhecimento, e são demonstrativas, refere outro conjunto de resposta, dando destaque a outro conceito muito valorizado: a transparência, a comunidade está envolvida e entende, por esses procedimentos, o que está a ser feito. Não há manipulação, existe portanto confiança, o tal aspeto mais destacado nestas respostas.

Em síntese, tudo convergiria, como destacaram 10 inquiridos, na efetiva cidadania, ou, por um conjunto igual de respostas, na coesão social. Enfim, trabalha-se em conjunto, há partilha de responsabilidades, consenso, melhores decisões (um total de cerca de 40

respostas que valorizam estes conceitos, de uma forma ou de outra). Não pode deixar de se concluir que é o modelo atual de ‘participação’ que limita o envolvimento das pessoas. A representatividade por via eleitoral é hoje considerada insuficiente, ou capaz de se transformar em manipulação e distorção dos caminhos propostos, e sem estar dotada de instrumentos e meios para depois ser retificada.

A participação pública pode concretizar-se, existe, pelas respostas recolhidas presente-se, mas há exigência de um modelo de efetiva democracia na gestão do território, e reclama-se por maior capacidade interventiva. Não fosse assim e a resposta à questão da boa governança, citada no princípio deste item, não teria recebido a percentagem de respostas afirmativas que teve. O desenvolvimento territorial sustentável não se poderá fazer sem as pessoas que vivem nesse espaço, e elas, para se envolverem mais ativamente no processo, apenas reclamam a possibilidade de uma participação mais próxima do quotidiano da sua gestão e do seu centro de decisões.

Técnicos/Empresários

Para estes respondentes, a questão do desenvolvimento territorial através da governança é resolúvel pela participação pública, porque «a participação estimula logo ao envolvimento de um maior número de cidadãos deste território». Por isso acreditam que este aspeto da vida cidadã é um fator «que conta, que está dentro daquilo que se pode considerar como uma componente de governação local». E que tem algum peso nesse processo («parece-me, que de facto a participação pública influencia ela própria a governação local»), mesmo no atual modelo de gestão, mas mais poderá ter ainda numa nova forma de gestão, em que a proximidade aos habitantes do território seja maior. O que, foi já destacado, é crucial para os processos de desenvolvimento do território.

Para técnicos e empresários, a PP é relevante para todo o quadro de gestão e relações que está associado ao desenvolvimento do território, porque permite «saber o que se passa, quem é que tem o poder, quem é que manda», o que é útil, e quais são as «formas culturais», isto é, o modo de proceder dos diferentes grupos com ação nesse mesmo território, o que é por eles considerado pertinente para o trabalho coletivo e para a formação de consensos. De certa forma, e pelo que foi várias vezes mencionado, acreditam que é preciso alterar o atual sistema, mesmo no que respeita ao trabalho em rede, porque este ainda tem uma grande parcela da sua atividade emanada a partir de um

parceiro institucional com mais poder do que os restantes, o que torna a rede sujeita a uma hierarquia, e, como um dos entrevistados afirmou, as «redes hierarquizadas fazem com que centralizem num só indivíduo» as linhas condutores do processo, acabando por se estar a trabalhar a partir da «visão deste para o território», o que desvirtua e empobrece todo o processo.

Nos processos relacionados com os investimentos para o desenvolvimento do território do BG, os empresários muito particularmente destacaram ainda toda a burocracia que envolve os procedimentos legais, o que em alguns exemplos citados («Levou 4 anos para o licenciamento. Demasiada legislação, entretanto coincide com a crise instalada e agora estou a ser pressionado, e de momento não tenho capital»), causa muitos problemas, algumas vezes inviabilizando mesmo esses contributos de que o território tanto carece.

Presidentes de Câmara

Para os Presidentes de Câmara, uma das grandes limitações ao desenvolvimento territorial é a submissão, por força da lei, aos ditames do poder central, que nem sempre coincidem com os interesses regionais e locais: «sou um adepto da regionalização e acho que isso diz um pouco tudo». Apesar desse desejo de maior controlo sobre as opções estratégicas que incidem sobre os territórios sobre os quais têm responsabilidades, reconhecem que a possibilidade de ter uma voz mais ativa sobre a escolha dos caminhos a seguir a partir daí deve ser partilhada, de forma clara, e sem discussão, com os seus munícipes: «Não se discute! Claro que uma governança participada, envolvendo as pessoas, tem mais futuro, é mais eficaz, que um ditador que impõe as suas orientações!». Entendem até que o processo de desenvolvimento local sustentável só pode concretizar-se com práticas de governança a ele associadas («É fundamental! Completamente! As boas práticas de governança contribuem também para o desenvolvimento. Não tenho nenhuma dúvida disso»), e estas, por sua vez, implicam a maior participação e motivação das pessoas, acabando assim por se fechar um ciclo em que todos estes fatores se estimulam uns aos outros, viabilizando as estratégias para o desenvolvimento territorial.

Os autarcas citam ainda um aspeto suplementar, desta vez em seu benefício concreto, e favorecendo as suas práticas de governação, bem como a sua imagem pública (e política...): «quanto mais as pessoas participarem e de um modo mais preparado estiverem nessa preparação, mais qualificado é o nosso papel!». Qualificação que

entendem também refletir-se no desenvolvimento territorial, o que reforça a sua visão de que «a gestão seja o mais participada possível também». Até pela qualidade também das propostas, afirma um deles, defendendo que «quanto mais variada for a opinião sobre determinado assunto, mais enriquecido esse assunto sai e isso é um contributo para o desenvolvimento do território»).

Abre-se assim caminho a uma nova visão municipalista territorialista, que assenta numa nova metodologia participativa, que não só ganha para esta causa, de forma ativa, os próprios residentes («quanto mais participação coletiva houver melhor»), como ainda, segundo a opinião dos edis, é a única possível para travar a atual situação de depressão e diminuição: «Essa visão municipalista, assente na área do município, isso não leva a lado nenhum. Tem de haver uma abrangência territorial maior até para se ganhar escala, para se ganhar peso, para se ganhar opinião». E essa força coletiva começa tanto no exterior, pela influência que pode ter a nível institucional, como dentro do espaço do território do BG, pela solidariedade e pelo capital social que pode assegurar, pelo envolvimento que assim se pode gerar, dando maior força aos projetos partilhados coletivamente: «Em termos de governança local é exatamente isso, acho que as pessoas têm que decidir, têm que dar muito a sua opinião sobre aquilo que será governança local, sobre aquilo que lhes vai tocar diretamente».

Atores chave

Para os atores chave, sempre defensores da PP, não podia, também, deixar de ser igualmente positiva a resposta, quando questionados sobre a relação entre a Governança e o Desenvolvimento Territorial: «É por isso que as governações locais só importantes, porque podem desenvolver políticas que impulsionem esses fatores [refere-se às práticas e políticas de participação] que depois são tão necessários para o desenvolvimento». Para estes ativistas do trabalho coletivo e em rede, que defendem a integração de todos os fatores associados ao capital social como peças chave do desenvolvimento territorial, não se poderia esperar uma visão distinta daquela que um dos entrevistados tão claramente enunciou: «Há uma relação claríssima entre a participação dos cidadãos, da governança e do desenvolvimento. São cúmplices umas das outras e influenciam-se mutuamente».

Reafirmam os atores chave que, dificilmente um território como este terá um desenvolvimento adequado, sustentável, se não tiver a participação, o envolvimento dos seus cidadãos se não tiver uma gestão transparente, com todos». No caso da governança,

além do mais, ela funciona em circuito com a participação, gerando múltiplas influências positivas: «E a governança local também entra na participação, a própria governança local vai certamente fazer com que a participação vá ter que ser reforçada». Ou, como diz outro: «É uma lógica de pescadinha de rabo na boca... Crias umas condições, tens outras.... Agora qual é que puxa a outra!? Se houver uma, haverá a outra!». A participação é, na sua opinião, fundamental, até porque o modelo de desenvolvimento sustentável exige uma maior capacidade de governança a nível local, de modo a existir uma maior eficácia no uso e no aproveitar do potencial dos recursos endógenos, e «a participação garante à partida mais atenção às práticas de governança local». E desse modo «a sustentabilidade que fica mais salvaguardada. E isso não tem preço, é muito importante».

Toda esta defesa da participação, da sustentabilidade dos recursos, do desenvolvimento do capital social e da confiança entre os diversos agentes locais – fatores constantemente repetidos pelos membros deste grupo participante da investigação – relaciona-se, na sua opinião, com o impacto que as «boas práticas de governança local determinam muito num território». Nestes processos de desenvolvimento local, esclarecem, existe a «necessidade e utilidade de os processos de decisão envolverem as pessoas, os cidadãos, os atores locais». Esta visão do que deve ser um processo integrado desta natureza leva-os a recomendar que certas práticas, mesmo que não esteja já concretizado todo o processo de governança, sejam praticadas – como é o caso da PP – de modo a que haja habituação a esse modo de proceder, a essa forma de gestão da comunidade e do território: «estar logo preparado para esse processo, seja no sentido de envolver, em termos quantitativos e qualitativos, melhor e mais possível os cidadãos, as entidades, as instituições que também podem contribuir para o desenvolvimento deste sítio».

Uma dessas etapas que se pode ir cumprindo é a criatividade, o debate de ideias em torno destes assuntos, ir discutindo e escolhendo cenários de atuação; há mesmo, entre os inquiridos, quem considere este aspeto fundamental: «aí é que está a chave da questão, é uma dinâmica regional que tem que ter apoios próprios e interações, haver tendencialmente, como tem havido um certo encontro, um certo debate de ideias, um juntar esforços para tirar conclusões». E portanto a defesa do estudo de situações semelhantes, projetos que se aproximaram de um modelo de governação, com muita participação e decisões a partir da base [Mértola é várias vezes citada como exemplo], salientando-se os atores chave a importância do *benchmarking* também neste capítulo: «É

decisivo cada vez mais, outros projetos que venham, outras ideias e está haver muitas, interessantes». Nos fatores marcantes, a transparência que o processo de governança exige também é incluída nos fatores que estimulam a defesa deste modelo como processo para o desenvolvimento local: «Julgo – testemunha um deles - que uma coisa transparente ajuda a definir isto agora, e se alguém perder, que não seja o bem comum, que é bom para as gerações atuais e também para aquelas que vêm também a seguir».

Acresce, na sua perspetiva, ainda, a vantagem de um modelo deste tipo permitir uma gestão mais isenta, mais transversal, porque assente na comunidade e na sua visão consensual, libertando-se assim de certas pressões: «Isto também vai melhorar aquilo que penso de certos *lobbies*, vejo como a governação local e a participação como algo que vai mitigar, vai diminuir o peso destas influências doutras áreas». O avanço dessa estratégia, e a prática de certos procedimentos – como a PP – vão permitir, na sua maneira de ver, conseguir reforçar fatores que são importantes e decisivos para a governança, e que hoje ainda não têm a expressão necessária, não são ainda suficientemente influentes como muitos dos atores chave gostariam que eles fossem; isso sucede «porque não há massa crítica no território que crie uma estrutura de concorrência salutar, que possa crescer por si, para que possa potenciar os políticos a mudar, ou a colaborar doutra forma!».

Legitimidade

Comunidade

O aspeto relacionado com a legitimidade que reuniu maior consenso, por parte dos membros da comunidade que foram inquiridos, prende-se com a sua maior ou menor existência no quadro dos processos de governança local; daí o relevo que tem o resultado expressivo de 90,2% de respostas que entendem que esta fica mais legitimada quanto mais por a participação pública. Na especificação das razões que levam a entender a associação de um aspeto com o outro, destacam-se diversos argumentos, que a seguir se apresentam, com breves comentários:

Tabela 7.28. – A legitimidade oriunda da participação pública

PERGUNTAS	Frequências

Se há mais cidadãos a tomar parte (mais opiniões), há mais legitimidade. Há menor margem de erro. É uma governança mais próxima dos cidadãos	38
É mais fácil e provável que as respostas sejam adequadas às necessidades e interesses das estratégias	31
Influencia as decisões. São decisões participadas e mais sustentadas. As pessoas revêem-se nas políticas adotadas pelo que as decisões são melhor aceites	29
A participação é uma espécie de fiscalização que obriga a governança local a ser realizada com mais cuidado. Exerce ação política	28
Há debate, informação e maior compreensão pelos problemas. Ajuda nas tomadas de decisão	18
A resolução/ tomada de decisão é feita de forma mais clara e transparente	16
Envolve todos e responsabiliza todos de forma equitativa. Credibiliza	15
Maior nível de democracia e mais responsabilidade para quem governa	13
Porque as pessoas sabem mais o que se passa no território. Os interesses dos cidadãos ficam mais salvaguardados	13
Imprecisos	27
TOTAL	159

Fonte: elaboração do autor

A proximidade e a possibilidade de participação figuram no topo das referências. Mas a avaliação positiva deste facto não é meramente numérica (pelo número de participantes), mas pelo facto qualitativo de que maior participação permite, como salientam, decisões mais acertadas, com menor margem de erro, e uma maior adequação às necessidades dos cidadãos (69 respostas centradas nestes aspetos, um valor bastante significativo). As decisões em participação, destaca outro grupo, são mais sustentadas, e as pessoas, logicamente, revêem-se nelas – o que reforça, claro, a sua legitimidade. Igualmente, um número quase idêntico de respostas (neste caso 28) acredita que os processos com PP, além de dotarem os processos de maior legitimação, funcionam também como processos diretos de fiscalização das ações decididas e concretizadas (ou não), e as razões desses resultados.

Por outro lado, a informação, o esclarecimento, que permite tomar decisões mais fundamentadas, também favorece a legitimidade, uma vez que as escolhas têm uma base de reflexão crítica maior. Valores relativamente iguais de respostas, e abaixo das vinte referências, destacam ainda a clareza na tomada de decisão, a equidade das decisões, e a salvaguarda dos interesses dos cidadãos. Quase que seria um resumo das consequências

de um processo de governança e legitimação pela PP deste tipo aquilo que é citado como relevante por 13 das respostas obtidas: há maior nível de democracia e mais responsabilidades para quem governa.

Técnicos/Empresários

Técnicos e empresários colocam grande parte dos problemas existentes no plano da legitimidade no facto de os políticos usarem de forma incorreta a legitimidade que lhes é dada no ato eleitoral que os mandata: “Partem do princípio errado que podem decidir porque têm legitimidade democrática. Mas isso não chega. A legitimidade que têm é genérica e não específica para decidir o futuro dos territórios”. A sua crítica estende-se ainda ao modo como os políticos organizam os processos de PP, que, na sua opinião, tentam manipular: “o governante pretende organizar eventos de PP segundo a sua visão, focaliza-os no tema seu interesse, que é a sua visão para o território, o que é muito limitativo para a PP”.

No caso do território do BG, salientam, acresce ainda o problema das distâncias (“A distância é de facto uma barreira à participação”), e não acham que os governantes se esforcem como deviam para garantir maior proximidade; por isso é que, muitas vezes, na sua maneira de ver, “as pessoas não se reveem nas decisões dos decisores, porque estes apesar de estarem mandatados para decidirem, não procuram que haja participação quando é necessário”. Acham ainda que o problema dos políticos é de natureza conceptual (“os políticos têm de ter novas noções”), porque pretendem legitimar as suas decisões com atos de PP, mas que não emanam de uma verdadeira prática de governança. Para técnicos e empresários, as pessoas sabem avaliar de forma muito correta certas práticas e processos, e por isso, diz um deles, aos políticos, é “pela sua atitude e ponderação, pela frontalidade e honestidade nas decisões que se vê da legitimidade ou não das decisões. Quando têm outros interesses, que não são conhecidos, essa legitimidade já não existe, pelo menos a legitimidade moral e que é a verdadeira legitimidade.

Os empresários destacam bastante essa questão da transparência como essencial à legitimidade. E criticam com bastante veemência o que consideram uma deficiência importante: “Se não souberem de negócios, de empresas, de mercados, se não estiverem em articulação com quem sabe disto e que são os empresários que legitimidade têm para tomar decisões sobre a desenvolvimento e o futuro do território?”. Falta, na sua opinião, um outro processo de formação da decisão: “Não articulam, decidem com a informação

e visão que têm, às vezes até com interesses pouco claros e isso é um problema”. Ainda de acordo com o mesmo grupo, há um grande problema porque, mesmo organizados em associação, “não temos ninguém que tenha acesso direto à decisão. Não há figura com essa capacidade”. O que, para eles, também mina a legitimidade de muitas decisões tomadas ao nível das autarquias locais.

Presidentes de Câmara

Os responsáveis autárquicos não têm qualquer dúvida: a governança reforça a legitimidade, “as decisões ficam mais legitimadas, obviamente!”. Sendo os entrevistados detentores de cargos onde têm que tomar decisões com implicações nos destinos dos territórios e das suas populações, é natural que, neste tópico, muitas das suas respostas sejam muito personalizadas, como sucede neste comentário, relativo ainda à importância da legitimidade: “Eu acho que se as pessoas participassem que eu saía reforçado do meu papel. Em termos de legitimidade, em termos de reconhecimento da ação e as pessoas eram menos vulneráveis a críticas negativas, destrutivas e com fins distintos”. Não admira, portanto, que expressem, ainda como reforço, a ideia de que “qualquer Presidente de Câmara, qualquer responsável autárquico tinha vontade que houvesse uma maior participação, porque havendo maior participação há mais ideias, mais discussão, certas medidas, certas opiniões nossa podem até ser melhor estruturadas e até um enriquecimento naquele tema. E até pode resultar numa melhor decisão”.

Reconhecem, por fim, que existem diferentes planos de legitimidade. Que existe um momento de outorga da legitimidade do cargo que exercem, que se consagra “por via do ato eleitoral”. Mas têm consciência que, se houvesse mais PP, determinadas decisões seriam mais consensuais, não sucederia, como acham que se verifica no momento presente, que “uma boa decisão, embora sendo participada por poucas pessoas, ficam sempre algumas dúvidas”. Daí até a frontalidade de um último desabafo: “sentir-me-ia mais descansado, mais confortável na minha posição se houvesse maior participação pública”.

Atores chave

Os atores chave consideram que este é um dos ganhos evidentes da utilização de um modelo de governança local e da sua importância, porque “legitima mais as decisões”, “porque a decisão é partilhada”, “no processo de tomada de decisão e depois na sua

implementação ganha-se legitimidade”. E não se trata de um mero ganho em termos processuais, por se utilizar uma metodologia, que no entender dos atores chave, melhora a adesão coletiva. Não apenas por isso. Mas também porque “quando há participação pública há maior legitimidade mesmo que seja só moral para tomar decisões. Uma câmara ou uma associação, se as pessoas participam, se derem um contributo, isso reforça a legitimidade” das suas iniciativas e opções.

Em consequência dessa legitimidade, ou do processo usado para a constituir, também se verifica que há muito mais hipótese, na opinião de um destes atores, de “inclusão dos contributos de capital humano”, porque há maior vontade de dar, voluntariamente, apoio a essas mesmas decisões. O aumento do processo de participação vai contribuir para que todos no território, depois de encontrarem “aquele que é o caminho, não vou dizer consensual, mas de compromisso, aquele caminho que seja considerado pelo maior número de pessoas como o mais correto, quem tiver a responsabilidade de conduzir o processo ganha legitimidade”.

Estratégia (construção política e social)

Comunidade

Como se pode inferir das respostas ao questionário, o relacionamento entre as organizações é baixo, sendo apenas razoável entre as Associações de Desenvolvimento e nos Agrupamentos de Escolas. Verifica-se ainda que é ao nível da Administração Pública Regional que os índices de relacionamento são mais baixos. Por outro lado, os valores de relacionamento baixam em todas as entidades à medida que os parâmetros implicam a necessidade de uma maior articulação e relacionamento.

Assim os parâmetros “Governança/Gestão partilhada” e “Estratégia Comum” são, respetivamente, os que valores mais baixos apresentam em todas as organizações. Na sequência das questões colocadas, a criação de uma estrutura coordenadora para todo o território é apontada como sendo um meio facilitador da participação pública no desenvolvimento do BG. Os inquiridos responderam ainda a uma série de quesitos, sob a forma de resposta booleana, onde eram questionados sobre a sua existência, ou não, no quadro territorial do Baixo Guadiana. As respostas foram as seguintes:

Tabela 7.29. Estruturas e dinâmicas sociais

Aspetos	SIM	NÃO	Aspetos	SIM	NÃO
Dinâmicas de participação coletiva	33.3	66.7	Um sentimento de pertença	65.3	34.7
Um processo de desenvolvimento comum	33.1	66.9	Uma coesão social	31.4	68.6
Articulação nos processos de Planeamento e Ordenamento	29.5	70.5	Uma identidade regional	65.2	34.8

Fonte: elaboração do autor

Como se pode constatar, apenas nos aspetos relacionados com a identidade, e o sentido de pertença, se verificaram valores positivos, curiosamente na mesma proporção que as respostas negativas que foram atribuídas aos restantes aspetos questionados (sempre numa relação de 2/3, aproximadamente). Parece visível que – mesmo que a realidade não seja esta – que o comum dos cidadãos tem uma perceção negativa relativa ao modo como o processo se está a desenvolver, já que as dinâmicas de participação e de coesão social conducentes a um processo de desenvolvimento comum recebem maioritariamente uma avaliação negativa, ainda mais agravada quando a resposta se refere a instrumentos já existentes e ao seu modo de articulação integrada. De facto, o planeamento e o ordenamento territorial foram considerados como bastante desarticulados, recebendo o maior número de apreciações negativas, 70,5%. Todos estes valores indicam que há ainda um grande esforço a fazer se se pretender construir um território e uma estratégia comum para o Baixo Guadiana.

Técnicos/Empresários

Para os técnicos e empresários, a dificuldade desta construção política e social resulta do pouco esforço que é realizado por aqueles que detêm o poder político: “É um problema de topo”. Segundo a sua apreciação, devem ser os poderes autárquicos a organizar processos de estímulo à participação, porque “se não forem as câmaras a promover essa participação, a valorizá-la e a dar exemplos que a valorizam e a fazerem esse esforço de participação, se não fizerem isso cada vez vai haver menos participação”. No seu entendimento, as entidades públicas também precisam de ser educadas para fomentar e aceitar a PP, e por isso devia criar-se “uma disciplina de cima para baixo, para educar, esforçar, as entidades públicas” para esse objetivo.

Os técnicos e empresários defendem ainda a necessidade de articulação entre elas, como forma de eficácia, mas igualmente como exemplo de conduta social: “Se as câmaras não fizerem esse esforço de se juntarem, como se pode pedir às pessoas que o façam?”. E salientam um aspeto muito curioso, como forma de estimular a cada vez maior adesão das populações à participação: os autarcas devem “agradecer às populações senão vai haver menos ainda PP. Se não forem as câmaras a mostrar às populações que estão reconhecidas por essa participação”, é provável que elas sintam cada vez menos ensejo de colaborar.

Mas há um outro aspeto ao qual este grupo deu grande ênfase nas suas respostas, e que é ainda mais pertinente – a assunção efetiva das consequências práticas da participação pública, ou seja: as autarquias devem “fazer esforços para refletir essa participação nas decisões”. Se isso não se verificar “as populações deixam de participar”. Se os índices de participação já são baixos, e a capacidade de decisão é idêntica, segundo este grupo, “as câmaras têm de potenciar alguém, independentemente da cor política, com essa capacidade”, sabendo aceitar os seus argumentos mesmo quando são contrários aos seus. Se existir revanchismo, se “as pessoas são penalizadas pela participação, afastam-se”. Se um dos aspetos mais ausentes neste processo de construção é a PP da comunidade, se uma das críticas mais comuns que se faz é a de que “há falta de sentido crítico na região, acomodamo-nos...”, então há que inverter esta situação de uma forma coerente, e estimular a PP por si mesma, sem temer se os resultados concordam ou não com a opinião dos eleitos. Por isso defendem uma conduta distinta: “precisamos que as coisas sejam objetivas”.

Presidentes de Câmara

Os Presidentes de Câmara concordam com esse papel que lhes é atribuído por outros grupos, de serem estes órgãos do poder local a ter alguma iniciativa no que respeita ao estímulo da PP, e na construção política e social das estratégias de desenvolvimento: “as Câmaras têm nisto tudo um papel bastante importante e sobretudo podem sempre incentivar e promover a participação pública, a discussão pública e tudo isso. Acho que tem de estar sempre no horizonte de cada um dos municipais essa participação”. No entanto argumentam que, embora de uma forma informal, e se calhar de um modo que

não é suficiente perceptível em termos daquilo que representa, essa prática de auscultação e de incentivo à participação já é levada a cabo. As pessoas, diz um deles, são ouvidas “esse é o dia-a-dia aqui na câmara! Não descobrimos nada!” (quer dizer, sentem que não são inventores de todas as soluções, mas sim que muito do que é feito já é o resultado desse processo de diálogo que se estabelece quotidianamente com as populações). Claro que concordam que a sua ação pode ter um papel determinante, já que “a forma como governamos, como gerimos uma Câmara influencia, pode estimular uma maior ou menor participação dos cidadãos e mesmo das empresas”.

Apesar disso, estes informantes criticam também a atitude muitas vezes passiva que encontram nos seus interlocutores, um deles até confessa “às vezes tenho a sensação que perco tempo demais, porque o tempo é um recurso muito escasso”, no decurso deste processo. No entanto, reconhecem que é importante “procurar esclarecer as pessoas de determinadas coisas, porque acho que é útil, e que as pessoas quanto mais esclarecidas estão, melhor é...”. No fundo, afirmam, é um processo em desenvolvimento, que requer ainda alguma alteração comportamento, hábitos diferentes daqueles que até aqui existiam, por isso “sem qualquer tipo de pretensão, procuro sempre exercer alguma pedagogia junto das pessoas”, como forma de ir construindo socialmente uma nova estratégia para o desenvolvimento.

Atores chave

Para os atores locais, este aspeto da construção política e social é da maior importância, porque “há uma relação claríssima entre a participação dos cidadãos, da governança e do desenvolvimento. São cúmplices umas das outras e influenciam-se mutuamente”. Nestes termos, é relevante conseguir que exista a participação, para formar os consensos que permitem um melhor aproveitamento dos recursos e capacidades, enquadrados por uma estratégia comum: “Difícilmente um território como este terá um desenvolvimento adequado, sustentável, se não tiver a participação, o envolvimento dos seus cidadãos se não tiver uma gestão transparente, com todos”. Como este processo é complexo, foram inúmeras as sugestões dos vários atores chave que foram inquiridos.

No entanto, uma das que reuniu algum consenso entre eles foi a necessidade de, no imediato, “as várias instituições tomarem consciência que precisam cooperar e de partilhar informação, conhecimento, projetos uns com os outros”. E reclamam que essa

cooperação não se faça apenas com base na instrumentalização das candidaturas para benefício próprio. As associações, dizem, devem desenvolver projetos pelo interesse de cooperar, e pelas populações, “e não estarem à espera que sejam só com base em apoios e em instrumentos financeiros” que ‘forçam’ essa cooperação. Porque, e bem, argumentam, “não é o instrumento financeiro que aparece, uma subvenção, ou subsidio que aparece, que vai obriga-los a estimular qualquer coisa em conjunto. Não! Deveria estar logo definido ao ser trabalhado o tal capital social, as várias entidades e indivíduos e pessoas que compõem esse capital social, haver ideias e projetos para avançar uns com os outros”.

Os temas que poderiam estimular essa cooperação são também elencados: “a recuperação das frentes fluviais ou das localidades ribeirinhas ser articulado com outros projetos também de regeneração do território, de dinamização económica, de iniciativas de eficiência coletivas, avançar com o estímulo de introdução nos conteúdos escolares desta região de coisas que sejam de interesse comum, para que os jovens tenham conhecimento delas e as saibam”. Este tipo de procedimentos permitiria começar a tomar o pulso aos impactos do trabalho conjunto que os atores chave acham fundamental, porque este modo de agir, “era criar uma sinergia que vá para além do próprio localzinho fechado”. Por isso é que a articulação entre as comunidades, bem como a dinamização da participação pública são, no seu entender, tão importantes, porque só com elas se pode desenvolver um modelo de governação local, que permita “desenvolver políticas que impulsionem esses fatores. Podem promover esse esclarecimento da opinião pública que pode muitas vezes não se tornar imediatamente participativo, mas é importante que exista, que as pessoas saibam que no futuro isso pode ser importante”.

Referem estes inquiridos que, sem essa participação, nada se irá conseguir em termos de desenvolvimento sustentável do território, já que esta é uma estratégia que necessita de processos de gestão política e de envolvimento social que sejam estruturados de acordo com essa visão integradora. Como um dos atores destaca nas suas respostas: “A participação estimula logo ao envolvimento dum maior numero de cidadãos deste território que conta, que está dentro daquilo que se pode considerar como uma componente de governação local, que é a entrada de mais contributos para parte dos cidadãos e isso vai também ajudar a encontrar mais pistas, mais orientações, mais ideias, mais chamadas de atenção, mais cautelas, para a forma como os recursos podem ou não

ser aproveitados e isso havendo mais informação vai também permitir que o processo do desenvolvimento sustentável esteja mais garantido”. Sem essas sugestões, sem esse envolvimento a gestão dos recursos nunca será eficaz. É necessário esse saber, esse conhecimento de quem domina os fatores naturais existentes para que se possam ponderar com rigor as soluções que devem ser adotadas para garantir o necessário equilíbrio entre o desenvolvimento e a estabilidade.

Neste contexto, repare-se neste exemplo recolhido nas entrevistas, que mostra como a ponderação é exigente, e como os saberes locais não devem ser desprezados: “relativamente à forma como podemos aproveitar a água aqui, se é mais importante ir para os golfs ou para as populações, ou se se faz uma barragem aqui, que depois corta o caminho da navegabilidade dos barcos. Mas se se faz um açude também pode cortar a entrada para as lampreias e isso tudo tem efeitos sobre a fauna, as questões das dinâmicas fluviais vai ter as suas consequências nas margens, vai ter as consequências na foz...”.

Os atores chave destacam ainda a necessidade de enquadrar a qualidade da gestão territorial com uma envolvente de participação pública e de processos de governança. E que isso funciona igualmente como um processo de supervisão da gestão formal que esteja a ser seguida pelos municípios e outros organismos envolvidos no processo: “As práticas da governação local são muito mais ponderadas, muito mais atentas se se sentirem que são observadas. E ganha-se.”. Interessante este comentário, simples mas esclarecedor. No novo modelo que defendem na sua maioria, este grupo destaca os efeitos indutores positivos de alguns destes fatores sobre os outros, porque se “a governança local também entra na participação, a própria governança local vai certamente fazer com que a participação vá ter que ser reforçada”, porque “há uma relação claríssima entre a participação dos cidadãos, da governança e do desenvolvimento. São cúmplices umas das outras e influenciam-se mutuamente”.

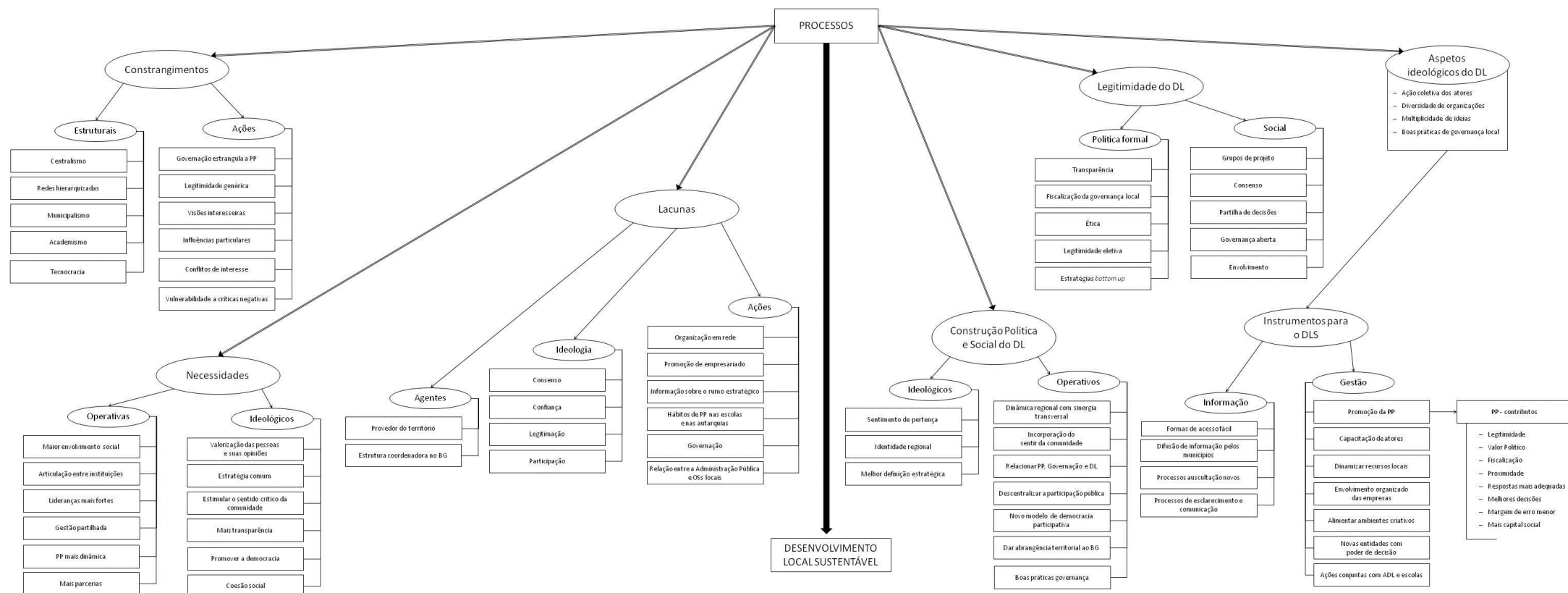
Difícilmente um território como este terá um desenvolvimento adequado, sustentável, ”se não tiver a participação, o envolvimento dos seus cidadãos se não tiver uma gestão transparente, com todos”. É evidente que, tratando-se de uma alteração formal e institucional ao quadro de referências existente, tal modificação do perfil estratégico para o território implica, a seu ver, uma passagem a outros níveis institucionais, que permitam o reforço desta intenção. Esta necessidade parece-lhes, aos atores locais, decisiva: “Aí é

que está a chave da questão, é uma dinâmica regional que tem que ter apoios próprios e interações, haver tendencialmente, haver, como tem havido um certo encontro, um certo debate de ideias, um juntar esforços para tirar conclusões”. Neste ponto da questão, começam a surgir então as críticas dos entrevistados às lacunas de que o processo está eivado. Primeiro, quando à escassa dinâmica desta mesma discussão e articulação de esforços, “que não tem sido feito nos últimos tempos, mas que vai ser necessário. E muito em breve para o futuro”. Depois, quanto à democraticidade efetiva do processo de auscultação e suas consequências.

Os entrevistados fazem eco das críticas que lhes chegam por parte dos cidadãos: “As pessoas deixam de participar! Para quê? Aquilo está garantido. Mesmo os escolhidos pelo mesmo partido para ir para lá, participam de uma forma anódina e mortíça, porque não há interesse, não há luta, não há debate, não há o contraditório fundamentalmente nesse debate. Portanto, é neste momento o perigo que está a acontecer”. O sistema de representatividade existente, portanto, não tem a relação que devia de ter em termos de representação efetiva, em todos os assuntos, com o sentir das populações. Os atores chave argumentam, “é preciso reforçar a PP”. Com consciência de que esse é um processo longo, porque “a PP não se faz hoje, constrói-se ao longo de muito tempo!”. Os resultados positivos que já se podem observar, nalguns casos, permitem-lhes afirmar que essa é a via correta para o desenvolvimento sustentável do território, porque “são aquelas que têm em conta as vontades, as aspirações e que conseguem que as pessoas participem e acompanhem” que os obtêm.

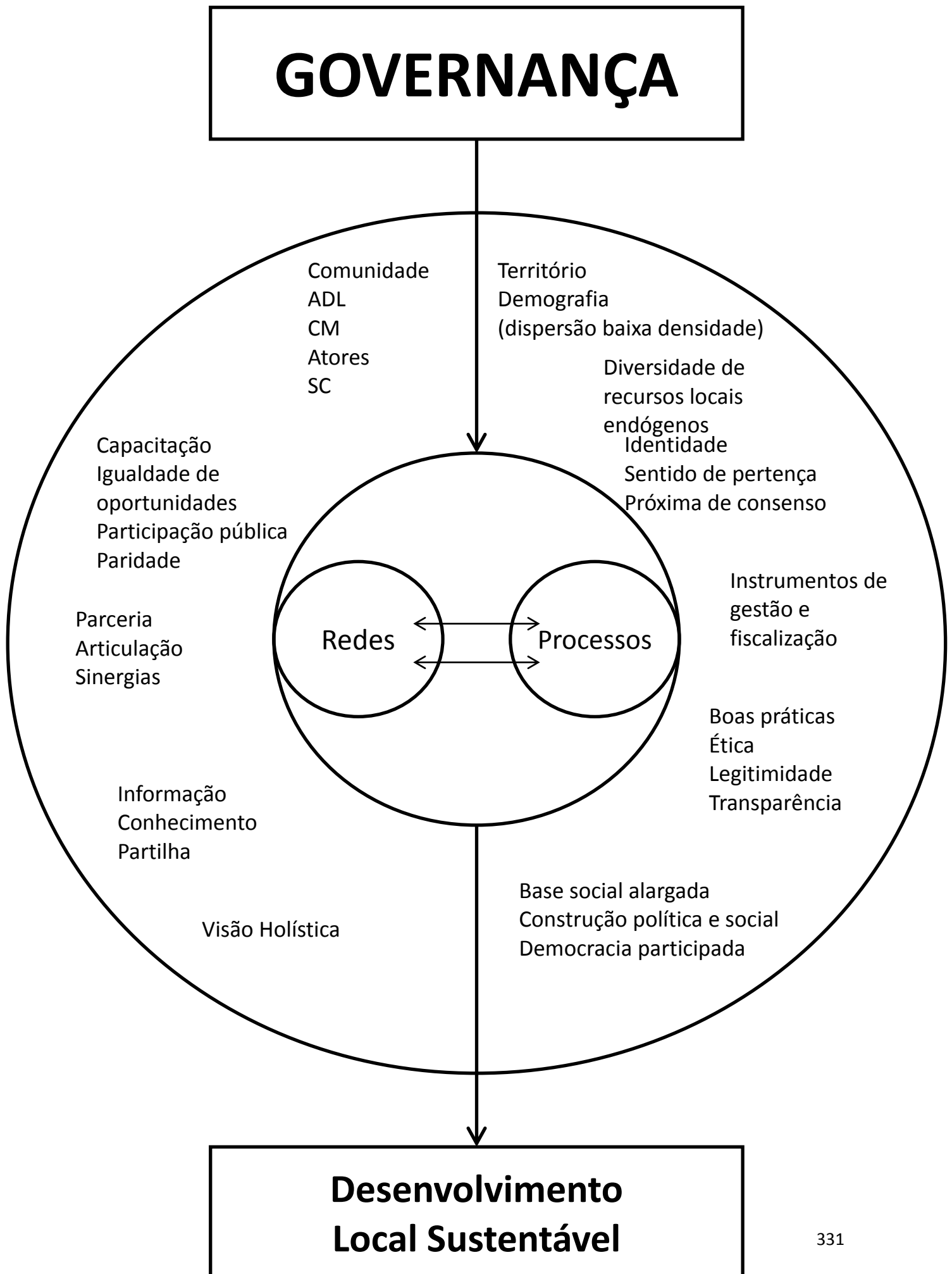
É notório que os atores locais não defendem uma agenda radical para a articulação de esforços, entendem que “certamente todas as entidades devem ter a sua agenda, os seus planos de atividade”. O processo de trabalhar em conjunto, de forma articulada, deve seguir as mesmas sugestões que fizeram para a PP, “é uma questão de ir moldando, de ir adequando um percurso” para trabalhar cada vez mais com os outros agentes existentes no BG. Como destacou um dos inquiridos nas suas respostas, é “começar a pensar que tem mais alguém do outro lado, que tem um território que tem continuidade, que pode ser aproveitado em conjunto”.

Figura 7.11. – Esquema do Subtema Processos



Fonte: elaboração do autor

Figura 7.12. – Esquema do Tema Governança



Anexo 10

ANEXO 10 - EXEMPLO DE UNIDADES DE REGISTO

Temas	Subtemas	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo
Território	Potencial Endógeno	Contributo para o Desenvolvimento do Território	Identificação e reconhecimento por parte dos atores locais	“(…) Podem e devem! (…)” [os recursos enquanto alavanca para o desenvolvimento] (ALC) “(…) depende da qualidade dos políticos que tenhamos a governar o nosso país.(…)”(VRSA)[se os recursos locais podem vir a ter um contributo importante para o desenvolvimento do território] “Sim, acho que têm e que podem ter ainda mais. “(Mért) “Eu penso que os recursos locais são fundamentais para o desenvolvimento de BG. Destes recursos locais estou a considerar o território com a sua versatilidade, com o mar, com o rio, a paisagem e os vários recursos que são inerentes a este território; a floresta, a caça, pesca, entre outros (…). Sim penso que são fundamentais e esta comunidade que aqui se fixou, fixou-se basicamente por força, ou acima de tudo; numa relação originariamente muito específica com esses elementos do território. Representam de facto um capital fundamental para o BG.”(CM)
			Valorização e aproveitamento enquanto recurso/ rentabilização	“(…) Eu acho que os fatores ou as dinâmicas de desenvolvimento que temos vindo a registar estão bastante aquém daquilo que são os recursos endógenos que nós efetivamente temos! (…)” (VRSA) “(…) entendo que os projetos de desenvolvimento económico e social que nós temos tido, ficaram aquém daquilo que é o potencial endógeno da região.(…)”(VRSA) “Têm tido um papel importante mas, podem ter ainda mais. Há recursos que ainda não estão explorados, não é?”(Mért) “ainda há questões que podem ser melhor exploradas. Acho que em termos de produtos nacionais (?) a coisa tem sido bem agarrada embora haja ainda sectores emergentes que possam ser melhor agarrados, a caça também, todos esses recursos naturais, penso que tenham sido e estão a ser neste momento bem agarrados nomeadamente no que toca ao município de Mértola”(Mért) “Não sei se há falta de informação. Não, penso que de uma forma geral as pessoas participam muito pouco também nesta questão dos recursos. Não há muito essa participação, infelizmente não temos essa cultura e é pena que não tenhamos essa cultura.”(CM)[Refere-se à participação e valorização dos RL]
			Constrangimentos	“(…) Vamos cá ver uma coisa: - Eu como Presidente de Câmara, o que é que eu posso fazer mais para a aproximar o desenvolvimento endógeno do potencial endógeno? – Não sei o que é que poderei fazer mais...como é que eu poderei aproximar? – Quero qualificar a frente-rio! – Tenho o IPTM “à perna” que não me deixa tocar! ; - Quero requalificar a mata! – Tenho o ICN “à perna” que não me deixa tocar! ; - Quero fazer um parque urbano de lazer na Reserva Natural do Sapal! – Tenho o ICNB que não me deixa tocar! Naturalmente que

				os atores locais são fundamentais para podermos ter capacidade e intervir no território de uma forma qualificadora. Mas é importante que estejam reunidas as condições legislativas, para poder conseguir dar respostas às questões da burocracia.(...)”(VRSA) “(…) A unidade homogênea que é enquanto região, devia passar por uma unidade de concertação entre os atores locais com uma estratégia bem definida. Com certeza que sim. E é insuficiente neste momento.”(…) (VRSA) “Eu acho que nós todos, os autarcas, todas as pessoas ligadas a estas responsabilidades têm essa vontade, acho que tem faltado um pouco de políticas nacionais.”(Mért) “Às reuniões que tenho ido (...) notamos alguma participação mas poderia haver muito mais. E sobretudo devia haver mais participação daquelas pessoas que têm poder de decisão, poder de decidir sobre os recursos, esses faltam muito. Por exemplo; a nossa CCDDR, acho que tem sido, na minha opinião, acho que tem estado ausente destes projetos e destas estratégias e não deveria estar. (...) sendo a CCDDR o representante do Governo, e depois ao nível também das próprias secretarias de estado, ou dos ministérios, também não se vê grande interesse para estas políticas locais e regionais. Eles não nos dão a atenção que nos deviam dar. Da parte da participação pública dos atores locais, das empresas, dos responsáveis locais, eu penso que aí até acaba por haver alguma participação, agora eu acho que devia ser muito mais.”(Mért) “Eu acho que há potencialidades! Só que nós temos muito pouco peso enquanto território para poder fazer valer as nossas visões para o território.”(Mért)
	Coesão Territorial	Identificação do território do BG como unidade territorial	Sentimento de pertença	“(…) Ainda é forçada essa identificação(…)” (ALC) “(…) Não! Porque historicamente dividiram-nos: Algarve e Alentejo, uma barreira administrativa. E há que vencer essa barreira! Não é fácil! Como se admite que em 200 m de rio existam culturas tão diferentes e dispares, como Alcoutim e Sanlucar? Em termos culturais não têm nada a ver um com o outro. Porque um é Portugal e o outro é Espanha. Tal como o Alentejo e o Algarve. Vencer estas barreiras não é fácil, são séculos de história.(...)”(ALC) “(…) Não sei referir. Sinceramente não lhe sei referir se há um sentimento de pertença nas pessoas ao BG, ou não.(...)”(VRSA) “As pessoas em geral, o público em geral, acho que não! Não há esse sentimento de pertença.”(Mért) “Sentimento de pertença, eu acho que tradicionalmente o conjunto de atividades e produções no BG, digamos assim, que se desenvolve, que se desenvolviam no território eram aptas ou tinham capacidade, digamos assim, para produzir essa consciência ...talvez moderadamente, mais recentemente a tendência seja para isso se ir diluindo. (...) Dito doutro modo: acho que as produções da terra, as várias coisas que a terra dava, que o mar, quando o transporte era diferente daquilo que é hoje, quando as pessoas tinham que viver mais viradas para os recursos endógenos, como a caça, como a pecuária, como a floresta, com tudo isso, acho que essa consciência era mais acentuada que hoje. Existe a tendência para a nossa consciência caminhar mais para a globalização,

				para se libertar um pouco mais desse território, do sentido de pertença a este território.”(CM)
			Identidade coletiva	“(…) Embora haja vontade dos 4 municípios, Mértola e Alcoutim são de duas regiões diferentes. Nós, os de Alcoutim sentimo-nos mais perto dos de Castro Marim. Sermos de regiões diferentes sempre nos afastou um bocado. As freguesias, estão cada uma delas está ligada a uma área. Giões está ligada a Mértola; Martinlongo a S. Brás; Vaqueiros a Tavira e Alcoutim a VRSA. Mas isso é natural!(…)” (ALC) “(…)Quando é do ponto de vista sentimental, essa ligação há. Quando é dum ponto de vista mais material, dizem que não há. Mas pessoas mais velhas, como os pescadores, dizem que ainda há.(…) Parece que houve mais essa relação...(…)” (ALC) “(…) Na minha infância havia uma ligação muito grande, mas agora não há um sentimento único. Não há, não há!(…)” (ALC) “(…)Cada concelho tem muito presente a sua própria identidade! Mas eu acho que a situação de conjunto, hoje é uma situação que é mais evidente que há 10 anos atrás (…)”(VRSA) “(…) O BG...eu não sei se o BG é visto para as pessoas como um território!? Tenho dúvidas! Sim! Do meu ponto de vista tenho dúvidas! Para mim, é! Para uma pessoa como você, admito que sim! Para os meus vereadores admito que sim. Mas já de uma forma mais ténue. (…)”(VRSA) “Mas agora essa identidade própria deste território julgo que não há. Há esse elemento comum mas uma identidade própria não há. Há entidades e imagens bastante distintas de território para território (...)Sempre que se fala de BG ou do território do BG as pessoas pensam sempre que esta designação vem associada a um projecto qualquer, não pensam nessa lógica de território, de zona. Alguém do Espírito Santo ou alguém de Alcoutim não diz: “- Sou do BG!””(Mért) “Por as pessoas que cá residem não é visto como um território, por nós que trabalhamos nisto todos os dias, por nós sim, vemos o BG como um território. Acho que não têm essa identidade.”(Mért) “Eu penso que sim, que o BG é UM território, que faz muito sentido se o olharmos assim e poderá haver ganhos se ele for pensado assim! Penso que sim que há alguma identidade.”(CM)
			Recursos estruturantes	“(…) O rio, a pesca, o peixe foi um elo de ligação destas gentes (…)”(ALC) “(…)O rio é um elemento comum e se as pessoas vão, se você vai perguntar às pessoas o que é o BG, certamente se lembram de imediato do rio Guadiana.(…)”(VRSA) “Sobre o BG, eu acho que o Guadiana é algo que temos em comum e depois sugere este nome BG e que apanha estes 4 municípios, mas que apanha várias outras entidades.”(Mért) “Eu acho que há um elemento comum que é o rio, o Guadiana, e que toda a gente quando se pensa em BG,

				pensa-se sempre no rio e na sua parte territorial, digamos assim antes de chegar ao mar.”(Mért)
			Estrangulamentos	“(…) O ordenamento do território tem sido um obstáculo.(…)”(ALC) “(…) O desassoreamento do rio e o balizamento é uma coisa que já se fala há décadas, e tal como muitas coisas que não funcionam. Também os organismos não funcionam. O IPTM não funciona! Nunca funcionou! Só servem para obstaculizar, para dificultar, para dar pareceres negativos! Porque para fazerem alguma coisa de útil, não existem! São organismos que existem só para não fazerem nada, só para criarem dificuldades! Este rio é uma vergonha!(…)”(ALC) “(…) Eu acho que se poderia articular mais vezes de uma forma mais organizada e mais estruturada as principais reivindicações, e aí, com certeza que sim, poderia aumentar o desenvolvimento, ou a rapidez do desenvolvimento do território do BG, a própria navegabilidade. E também seria um instrumento de participação conjunta do território. As Câmaras não articularem de forma mais intensa, de alguma forma prejudica o processo de desenvolvimento do BG. Mas há as questões administrativas, burocráticas, que bloqueiam.(…)”(VRSA) “(…)Eu já fiz essa proposta na Odiana [proposta para a criação de um modelo de gestão conjunto] (...) Mas eu também não estou a dizer que não fazia sentido ter Mértola, não é por aí que eu estou a abordar! Estou a constatar porquê que não existe mais envolvimento de Mértola. Não lhe sei explicar! Sinceramente não lhe sei explicar! Sinceramente não lhe sei explicar! Não é do ponto de vista político, por certo (...) Acho que a história administrativa pode pesar no inconsciente das pessoas. Não lhe sei dizer!(...)”(vrsa) “(…) Eles[Restantes autarquias envolvidas na elaboração do Livro Verde da Adam. Pública] fogem em reunir desde que eu meti esse ponto em cima da mesa! Pensam que sou eu que quero ser presidente disto

				tudo!(...)”(vrsa) “(...) Acho que não há uma agenda própria para o Baixo Guadiana! Não há uma agenda própria e isso não contribui para o desenvolvimento do território.(...)”(VRSA) “Há um processo muito concreto de exploração do rio Guadiana e potenciação, para trazer riqueza ao BG. Mas é um aspeto, é o rio. Acho que para funcionar como um modelo de gestão conjunta e generalizado para tudo, eu acho que nunca funcionaria, porque nós precisamos de outras áreas, doutras regiões. Nós não temos tudo nesta que possamos funcionar assim.”(Mért) “Talvez não concordasse”(Mért)[Relativamente à construção de um Modelo de Gestão Comum] “ É verdade! É verdade! É verdade que o facto do território por si não se articular, não contribui em nada, como lobby político; como peso...para isso, para esse desenvolvimento.(...)”(VRSA) “Continuo a dizer que a principal questão é a mentalidade, penso que alterar a mentalidade, levar as pessoas a interessarem-se mais pelo todo, isso é que acho!”(CM) “Eu acho que tem de haver alguma libertação das Câmaras dos seus executivos, tem que haver alguma libertação de egoísmos mais de... pequenos protagonismos, tem que ser essa visão mais alargada, e penso que o melhor modo, a melhor forma de encontrar os modelos mais certos e que melhor se ajustem nem sequer é pela aplicação de um quadro normativo vindo de cima. Eu acho que é, imagine que o governo agora cria um modelo em que obriga determinados municípios de determinados territórios a determinado tipo de comportamentos. Eu acho que é; seria preferível que caminhássemos de baixo para cima. Que nestes territórios os vários agentes, os vários atores, as Câmaras Municipais criassem modelos que melhor correspondessem às suas necessidades do que um modelo que é imposto de cima para baixo e que muitas vezes é “uma camisa que nos fica curta nas mangas!” ou que tem “as mangas demasiado compridas!”.”(CM) “Eu acho que passa muito pelos interesses de cada executivo municipal em cada instante, até pelos traços de personalidade de cada um dos Presidentes de Câmara, pelo entusiasmo que põe, pela visão que tem, por um conjunto de fatores. “(CM) “Soube ontem que o projecto da navegabilidade tinha sido chumbado, a avaliação ambiental. É importante naturalmente que se resolva essa questão, porque com o rio pode-nos levar o desenvolvimento, pode ser uma fonte geradora de riqueza e de bem-estar das zonas mais interiores do território, contribuindo para evitar este fenómeno do despovoamento que o território tem tido na parte interior. Eu acho que é essencial, e isto naturalmente que o rio será a essa via. E penso que aí deveríamos pensar. Faria todo o sentido um Plano de Ordenamento do Território que tivesse essa abrangência de todo o BG, tivesse essa latitude, fosse um Plano de Ordenamento do Território do BG, que levasse em consideração esse território e que fosse, digamos: - um verdadeiro plano, não só de Ordenamento do Território mas, de estratégia para o desenvolvimento, avaliando o

				melhor possível os recursos e a maneira como eles podem ser ordenados e tendo sempre presente a necessidade de sustentabilidade, não é?!”(CM)

			Mecanismos de implementação/papel dos atores locais “ (...) Defendo que haja uma descentralização de competências e meios do governo nesta área, para nos desenvolvermos. Mantendo os municípios. (...) Defendo que deve haver passagens de competências do poder central para o poder local, e particularmente se se criar uma sub-região, faz todo o sentido! Criar uma região só por criar acho que não vale a pena! (...)”(ALC) “(...) Eu não estou a dizer que não acredito na fusão. Podia-se era criar uma estrutura supra municipal. Mas com competências em que as autarquias passassem para lá algumas das competências (...)”(VRSA) “Sobre o BG (...)Em tudo aquilo que se faz sobre o BG devia haver sempre a participação coletiva, porque não estamos a falar individualmente de Mértola ou de Castro Marim, Alcoutim ou Vila Real. Estamos a falar dum território que por acaso apanha estes 4 municípios portugueses mas também apanha outros espanhóis, e também apanha vários interesses quer nacionais quer também espanhóis, e apanha com certeza várias entidades que estão ativas no terreno, várias Juntas de Freguesia, enfim, um número bastante alargado de entidades e Associações que eu acho que deviam participar sempre que se fala de BG. Acho que neste território devia haver esta lógica coletiva, então a participação também deveria ser o mais possível.”(Mért) “ Para haver esses modelos, eu julgo que deveria ser sempre uma região mais alargada e Mértola teria interesse em que nessa região participassem outros municípios do Alentejo (...), nessa lógica do BG talvez não! Surgir um modelo, se calhar tinha que ser fora dessa lógica, que incorporasse outros concelhos também alentejanos (...) Um modelo geral, atendendo ao município de Mértola julgo que não! Um modelo baseado nos interesses comuns, que a gente possa desenvolver conjuntamente, aí sim! Tem todo o interesse! É o caso do desassoreamento, esse dossier, nós temos tanto quanto possível participado nele e tanto quanto possível estar todos juntos em defesa do mesmo interesse e acho que por aí sim! (Mért) “Não vejo que essa associação possa refletir minimamente isso. [Refere-se à Associação Odiana e ao seu papel na Gestão de um modelo conjunto]Conhecendo os atores, conhecendo o que está em questão...não vejo. Mas poderia passar por aí. Desde logo com um trabalho que eu acho que as autarquias têm que fazer, de transportarem uma outra mensagem às pessoas. As autarquias continuam a ser muito vistas como autoridades locais com poder para licenciar, com poder para remover obstáculos administrativos que dão a licença para a construção da casa e muito também como entidades responsáveis pela construção e pela administração de certo tipo de infraestruturas e equipamentos. Eu penso que há cada vez mais que acentuar essa nova faceta que as autarquias têm, que é a de agentes de desenvolvimento económico, e nesse âmbito acho que se ganhava, e especialmente nesse âmbito que eu acho. Naturalmente que no âmbito da construção de equipamentos e infraestruturas para uma maior racionalidade dos meios. Não faz sentido que eventualmente Vila Real tenha uma piscina olímpica e que Castro Marim tenha também uma piscina olímpica. Não temos massa crítica para isso, tem custos inportáveis. Na distribuição fará sentido. Mas acho que neste capítulo, desta nova faceta das autarquias e que deve ser cada vez mais, deve cada vez mais ter importância, que é, as autarquias enquanto agentes de desenvolvimento económico, promotores de desenvolvimento económico faria sentido que houvesse uma maior aproximação, uma maior articulação e que

				houvessem objetivos comuns que pudessem consorciar-nos para o desenvolvimento. “(CM) “Eu penso que as Câmaras estariam disponíveis para isso, as Câmaras querem dar um contributo efetivo para o desenvolvimento e para a melhoria do bem-estar das populações a que respeitam. Têm que cada vez mais dar esse contributo. Têm de cada vez mais deixar de olhar para o seu umbigo, querendo com isto dizer: - Para o seu território e para o poder que lhes assiste, têm que ter cada vez mais ter uma visão para além das suas fronteiras, no sentido da necessidade da cooperação e do diálogo para projetar...interesses mais alargados.”(CM)
			Legitimidade do modelo	“(…) A legitimidade é conferida pelo povo, pelo voto! (...) [pressupõe a fusão das autarquias](VRSA) “(…) Acho que era o livro verde da reforma da administração local devia propor uma coisa dessas.(...)”(VRSA) “A legitimidade desse modelo de gestão conjunto pode resultar de vários processos. Não tem de resultar diretamente e imediatamente de uma eleição universal para aquele fim. Pode ser de um somatório de ações. Flexível. Mais informal.”(CM)
	Atores	Capital Social	Grau/Dimensão	“(…) Não temos explorado o suficiente, ou praticamente nada, as feiras de turismo na Andaluzia.(...)”(ALC) “Eu acho que há alguma articulação, podia haver muito mais também, como é evidente da parte de todas as entidades.”(Mért) “E acho que é muito pobre no espaço de que estamos a falar. Acho que é pobre!”(CM)
			Debilidades	“(…) Agora há duas realidades distintas neste território! Vila Real, Altura e Monte Gordo não têm muito a ver com Alcoutim e com a Serra, embora se possam complementar. (...)”(ALC) “(…)no que toca às 4 Câmaras, no que toca principalmente à Câmara de Mértola há uma articulação nossa sempre com as outras 3 Câmaras, sempre que há um objetivo comum nós conversamos, como fiz há pouco tempo por causa da caça com o Presidente de Alcoutim, mas os outros atores podem estar um bocadinho mais distantes se calhar porque não participam como é evidente na gestão das autarquias, nós estamos também muito absorvidos com essa gestão e se calhar como estão mais distantes acabam por ter menos interesse ou menos motivação em participar.”(Mért) “Eu não sei qual é a relação que eles têm, qual é a articulação que têm_Mas o que transparece cá para fora é que não há grande articulação. Em que a CCDR do Algarve trabalha estanque no território do Algarve, a CCDR do Alentejo trabalha estanque no território do Alentejo e até talvez por ser um território muito extenso, acho que até tem tendência a descurar mais estes concelhos do limite da região Alentejo, como é Mértola, como é Almodôvar, nós sentimo-nos um bocadinho esquecidos, não é?! Até como sabe temos ligação de vários projetos com o

				Algarve, com Espanha e por vezes sentimos que na participação desses vários projetos, que quem falta é a CCDR do Alentejo, está a CCDR do Algarve, estão os espanhóis, falta a nossa parte.”(Mért) “[Quanto ao facto de considerar as relações entre os atores pobres] (...) e acho que é um dos principais “calcanhares de Aquiles” da zona específica que estamos a tratar. Naturalmente que não é só desta zona, mas aqui é de facto. Representa uma fragilidade grande, muito grande.”(CM) “Se houvesse mais articulação, uma nova consciência do território, do território em si mesmo, da importância que cada um representa no território. Se cada um de nós tivesse de “per si” e a consciência dessa importância, provavelmente a importância do Capital Social era completamente distinta no desenvolvimento do território.”(CM)
			Contributo para o DL	“ (...) A confiança que as pessoas têm umas nas outras, o terem objetivos comuns, participarem conjuntamente nas coisas, trocarem informações, as câmaras, as associações, as juntas, as pessoas ...esses fatores são importantes para o desenvolvimento do território. (...)” (ALC) “Acho que é muito importante a confiança entre as pessoas, a confiança entre as entidades, entre as empresas, entre os empresários, as parcerias, as trocas de informação.”(CM)
		Parcerias	Caracterização/Funcionamento	“Há um histórico de capelinhas em Portugal (...) Há que lutar contra esses histórico e não é fácil! Há que articular! Trabalhar em conjunto.(...)” (ALC) “Não, já disse que não tem havido essas parcerias(...)Não tem havido essa articulação. Não me estou a referir às Câmaras só! Estou-me a referir ao território! (...)”(VRSA) “(...) mas eu acho que as parcerias são todas frágeis, desconfiadas, muito institucionais, muito formais, sempre com muita reserva e onde falha esse elemento essencial ao desenvolvimento que é a confiança! É preciso de facto que exista confiança! Que exista confiança entre as pessoas, entre os vários agentes económicos, os atores que estão no território. Acho que é absolutamente que haja, e que cada um saiba, tenha consciência do papel do outro. Que isso falha muito! (...) (CM)

			Fatores Potenciadores/im pulsionadores “(…) Há que vencer estas mentalidades de capelinha, de interesses únicos do município, de egocentrismo. Tem de ser ultrapassado! (…)” (ALC) “(…) Mais ações conjuntas! Os autarcas têm de ser superiores! Tem muito a ver com a estrutura do autarca. Se o autarca estiver envolvido em guerrinhas, nas baixeiras, não há nada a fazer! Um autarca tem de ter uma visão superior! Tem que analisar as coisas doutro prisma. E <i>não desconfiar dos outros. O clima de desconfiança dá azo a acabar tudo!</i>(…) (ALC) “Estimular as parcerias é um trabalho que tem de ser feito nos vários espaços, digamos, nos vários cenários em que a atividade se desenvolve. Mas eu penso que a maneira mais curta, mais rápida, e porventura mais sólida de lá chegar é através da escola.” (CM)
	Turismo enquanto facto de desenvolvimento transversal	Recursos a valorizar	“(…) Hoje quem fala em rio, fala em cinegética, na floresta, fauna, na pecuária...uma serie de recursos que poderíamos aproveitar.(…)” (ALC) “(…) O rio tem um potencial de desenvolvimento único (…)” (ALC) “(…)Este rio é uma mina natural! Este rio tem futuro! Não havendo nada, já estão cá eles! Imagine se nós os recebêssemos com dignidade...(…)”(ALC) “(…) Nós temos um rio que é um rio navegável, um rio internacional, um rio que é uma das referências enquanto recursos hídricos no nosso país (…)”(VRSA) “(…)Temos de facto algumas áreas naturais(…) “(VRSA) “Num concelho como Mértola, com as questões do património, com a questão da arqueologia, com os valores do passado, acho que é muito interessante para o turista, um território destes. Mas penso que cada vez mais tem de haver aqui outros sectores que possam surgir e que possam ser complemento destes mesmos sectores. Porque há o turista que vem pelo património, mas se calhar gosta de ter, gosta de ver outra coisa, gosta de visitar, há outros que se calhar conhecem e vêm para repetir a visita. Acho que tem de surgir dentro do turismo outras atividades em complemento, como estamos a fazer com o “<i>Birdwatching</i>” e como estamos a fazer com outros temas, outras potencialidades. Sobretudo a questão turismo/natureza que Mértola tem uma grande mais-valia, felizmente temos essa mais-valia nessa área e temos ainda espaços naturais de grande beleza, de atratividade que não há em muitos outros sítios. Temos a questão do PNVG e de toda a biodiversidade que se conseguiu defender para esta região. Temos valores naturais muito importantes! Temos de agir e de trabalhar todos esses valores em complemento dos que já temos e que já são conhecidos para que o pacote seja cada vez maior para que possa haver cada vez maior interesse de várias pessoas em várias áreas de permanecer. Porque nós não queremos que o turista chegue, esteja uma manhã e se vá embora! Não! Para o turismo ser sustentável o turista tem sempre que permanecer, e seria desejável que permanecessem 2 ou 3 dias. É essencial a criação desse pacote de ofertas, que

			já vamos tendo um pouco, mas tem de se continuar a trabalhar nele para que possa haver interesse dos vários operadores. Ter interesse suficiente para segurar cá o turista 2/3 dias e assim criar mais-valias para outros sectores do turismo como o alojamento, a restauração, os lojistas locais. O turista que vem de manhã e vai ao meio-dia não deixa benefícios, ou que vem almoçado e vai antes de jantar. Ai é que tem de haver um trabalho e uma lógica diferente para que possa haver um pacote maior de interesses locais para permanecerem, verem e ficarem.”(Mért) “Penso que o Guadiana é o grande recurso endógeno deste território e que é um capital que merece outra atenção distinta da que tem tido até aqui!”(CM) “eu penso que o futuro passa por aí, pelo turismo. Nós temos, digamos que um conjunto de potencialidades que tem a ver com esses recursos, que tem a ver com o sol, que tem a ver com esta qualidade climática, que tem a ver com o ar que respiramos...(...) Olhando para uma parte significativa de Castro Marim, para Alcoutim e Mértola acho que temos um recurso que se fosse devidamente explorado, potenciado, que poderia ombrear com o golf que é a caça ”(CM) “Agora nós temos, eu acho que nós temos um potencial em termos de produção associada ao mundo rural de coisas que poderiam ou podem ser fundamentais neste território. Produtos silvestres como os cogumelos, como o figo, o mel. Acho que era muito importante.”(CM)
		Contributo para o desenvolvimento	Impacto “(…) Não tenho dúvidas que o futuro está aqui nisto!(…)”(ALC)[nisto: turismo] “o turismo eu acho que sim. Neste momento o turismo tem um papel importante em todo o território do BG. Os concelhos mais a sul têm uma lógica de turismo diferente da nossa mas acho que mesmo o nosso concelho, Mértola tem-se desenvolvido bastante para a questão do turismo. Pode haver realmente um trabalho maior.”(Mért) “este território teria que ganhar outra dinâmica em termos turísticos, teria que ter outra dinâmica, e articular-se em todo o BG, com todos os seus produtos.”(CM)
		Potencialidades/ Fatores facilitadores	“(…) Nos temos condições ímpares para complementar a oferta turística que se pratica no litoral. É fácil vir a Alcoutim. O turista estrangeiro procura ar puro, beleza natural, silencio, paz e nós temos isso!(…)” (ALC) “(…) Neste momento estamos a refazer açudes para criar parques de lazer, nas ribeiras: Foupana e Odeleite porque há parques de estacionamento no Algarve, cheios de roulottes. Acho que essas caravanas teriam uma especial apetência para estar numa ribeira aqui em Alcoutim, com uma vista natural, com uma ribeira a correr...temos de criar espaços para poder dar vida à serra e aproveitar para a agricultura a água dos açudes.(…)” (ALC) “(…) Há uma especial apetência pelo turista Andaluz vir aqui ao BG. Vai haver portagens na Via do Infante,

				mais uma razão para estes turistas subirem.(...) “(ALC) “(…) Admito que estes produtos possam ser vendidos em conjunto, bem vendido, bem estruturado, nomeadamente na Andaluzia.(…)” (ALC) “(…)Às vezes, há males que vêm por bem...as portagens na Via do Infante podem ser muito úteis para Mértola, VRSA, Alcoutim e Castro Marim. Isto bem vendido na Andaluzia pode ser interessante... Tipo Algarve sem portagens.(...)”(ALC) “(…) A associação [Associação Terras do Baixo Guadiana]pode agarrar nisso e promover.(...)”(ALC) “(…) Não sei até que ponto haver feiras semanais (nós temos pequenas feiras) uma semana em cada concelho, outras noutra...Preencher o ano todo nestes 4 municípios com feiras. As feiras são interessantes. Eu penso que até certo ponto, é preferível fazer vários pequenos eventos que um grande.(...)”(ALC)
			Estrangulamentos	“(…) e não gera nenhuma riqueza[refere-se ao Rio]! Porque os instrumentos de ordenamento do território não permitem que se faça a intervenção necessária! (...) ““(…) temos um recurso que não podemos aproveitar!(...)” (ALC))[refere-se ao Rio] “(…) Ao nível deste quadro de apoio comunitário, nós deixámos de ser objetivo 1, menos apoios temos!(...) os investidores (...) são confrontados com a Rede Natura.(...)”(ALC) “(…) Nós temos um rio que é um rio navegável, um rio internacional, um rio que é uma das referências enquanto recursos hídricos no nosso país e que está absolutamente subaproveitado! Há quantos anos é que se discute o desassoreamento da Barra!? Nós de facto temos aqui um porto comercial com grande qualidade e com todas as condições junto, inclusivamente, à malha urbana de uma cidade, e que não é utilizado! Está deserto, “está às moscas”, por força da ausência de condições para a navegabilidade para a entrada aqui na Barra de embarcações.”(…) (VRSA) “(…)Temos de facto algumas áreas naturais, que(…) estão completamente votadas ao abandono, sem uma agenda própria, sem processos de inclusão de outros atores dentro das suas próprias atividades. (...)”(VRSA) “(…)Porque o desenvolvimento turístico que falta aqui no território depende do desassoreamento da Barra! Se a nossa porta de entrada está fechada, como é que nós podemos ter abertura ao turismo?(...)”(VRSA) “ Tudo o que liga ao rio e eu sou um dos, sempre que posso, maiores críticos disso, tudo que liga ao rio, o rio tem sido quase esquecido. A autarquia tem projetos, não consegue pô-los em prática porque não há dinheiro, mas o rio tem sido esquecido, tem sido esquecido pelos governantes nacionais! Eu acho que tinha de haver da parte deles uma visão diferente, estratégica para este tipo de valias naturais e concretamente para o rio Guadiana.

				Portugal tem uns quantos rios, alguns já têm algum trabalho feito, outros não. Deve haver um olhar diferente para isso. E nós, nos últimos anos, não foi feito o desassoreamento, havia várias ideias de projetos para o rio mas nenhum avançou, tem-se perdido o pouco que se tinha no rio, a pesca tem vindo a diminuir substancialmente, continua a não haver um edital de pesca para esta zona, que eu acho que é ruim. Se à parte de cima das Azenhas há um edital e da parte de baixo não há. Há aquelas regras do Parque natural do Vale do Guadiana, da...acho que isso é errado. Tem de haver um edital! O rio tem sido esquecido e não tem sido aproveitado e não tem havido visão para perceber o que é que o desenvolvimento do rio pode trazer para as comunidades.”(Mért) “Exatamente, o interesse do desassoreamento [do rio] seria esse. Essa obra viria a trazer mais incremento, mais dinâmica ao turismo, e poderia haver um aproveitamento diferente para além dos turistas. “(Mért) “As acessibilidades quer dum lado quer doutro, o IC27, o rio, mas também acho que podia haver...se nós queremos desenvolver uma região por via do turismo ou doutro qualquer sector de atividade, então tem de haver um reconhecimento a nível das políticas de governação a nível nacional. Se uma determinada área tem todas as potencialidades para outras coisas mas, aquilo que as entidades que estão no território acham que o desenvolvimento está no turismo, então vamos criar condições para que aquela região turisticamente se possa desenvolver e aí se calhar criar condições com impostos mais baixos, ou com fácil acesso para empresas chegarem aqui e se implantarem neste território, desenvolverem a sua atividade turística, incentivando a criação de emprego com benefícios fiscais e redução das taxas da segurança social. Há muitas coisas que se poderiam fazer para poder dizer que aquele território tem esta mais-valia comparativamente com outros territórios. E seria por aí que se seguiria. As políticas nacionais dependem muito e fazem depender muito se vem ou não um investidor, se vem ou não uma empresa, se vem ou não um investimento.”(Mért) “O desassoreamento do rio, o criar condições para que os turistas, se eles pudessem chegar também por essa via era, claro que era interessante e os contactos que nós temos com vários operadores, várias agências, pessoas ligadas ao turismo, é que seria excecional os turistas conseguirem chegar a Mértola pelo rio, e quando se fala no desassoreamento até Alcoutim, as pessoas dizem. “ – O nosso objetivo era chegar com os turistas a Mértola.””(Mért) [Temos tido alguns casos, agora porventura mais paralisados pela força da crise, tivemos um conjunto de iniciativas privadas,] “(...) estou por exemplo a refletir os projetos dos núcleos de desenvolvimento turístico, no meu concelho junto ao rio Guadiana, e que pressupunham que, o rio funcional, o rio onde chegasse a náutica de recreio, que neste momento se não tivessem sido levantadas tantas barreiras, tantas dificuldades, permitindo que os investimentos fossem efetuados sem esse conjunto de barreiras que foram levantadas, inadmissíveis algumas, acho eu! Porque é inconcebível que um processo leve 25 anos ou mais, isso é um terço da vida de um promotor! É mais de um terço da vida útil, é metade da vida útil, é inconcebível, é inaceitável! (...)” (CM)

				“(…) estou convencido que se não tivessem sido levantadas tantas dificuldades, tantas barreiras, que nós hoje teríamos um BG completamente distinto. Onde tinham surgido oportunidades totalmente diferentes daquelas que aconteceram. Enquanto não for feita esta questão da limpeza do rio, do desassoreamento, pelo menos até Alcoutim, mesmo até ao Pomarão, acho que tudo aquilo que se faça, falta-lhe a âncora que é de facto a navegabilidade do rio. Acho que isso tem muito a ver.(…)”(CM) “O facto de haver um Guadiana, enfim, do Algarve e um Guadiana embora seja navegável até Mértola que é Alentejo, o facto de, mais uma vez, da divisão administrativa, a não articulação funcional efetiva no território também não ajuda nada a este processo de desenvolvimento.”(CM)
			Funções da autarquia	“(…) É importante que os poucos investidores (e sérios), nós “tenhamos que andar com eles ao colo”. Nós: Câmara, CCDR, governo, porque é uma aposta. Um investimento é mais fácil rentabilizar em Albufeira que aqui em Alcoutim. Há que dar o valor a quem investe na Serra! Há que acarinhar essa gente, não podemos levantar dificuldades, como acontece muitas vezes! (...)”(ALC) “(…) A câmara é que tem sido o motor de arranque disto tudo! Para se comprar um jornal em Alcoutim, teve a câmara de fazer um quiosque e concessioná-lo com a obrigatoriedade de vender jornais: para se comer em Alcoutim ao fim-de-semana, a câmara teve de fazer um restaurante e concessioná-lo com a obrigatoriedade de vender comida típica, inclusive para dormir, a câmara fez uma estalagem!(…)” (ALC) “(…) Temos 2 pontos de venda, que eu fiz questão de os colocar, para os artesãos locais. Temos casa de artesanato também, que está sempre aberta! A Via Raiana vai começar aqui no Álamo.(…)”(ALC) “Porque nós temos feito de facto um trabalho, que eu acho que é positivo a esse nível. Metemos nas nossas praias umas barraquitas de madeira, para além de vendermos os nossos produtos, mais, onde vendemos o artesanato de Alcoutim e eventualmente também de Mértola, onde vendemos os queijos de cabra, onde vendemos o sal e onde temos sempre muita informação e onde incentivamos as pessoas a conhecerem o interior deste território, mas não é fácil. Isso, eu penso que tem de passar obrigatoriamente, que nós estamos a tentar fazer através da empresa municipal. Por um balcão que organize grupos, para os levar a fazer BTT, ou levar a conhecer Mértola. Determinados percursos em Mértola através de BTT ou para irem conhecer o castelo, ou a Odeleite para irem ao moinho das Pernadas, ou à quilo que estamos agora a fazer, o parque radical. Mas mesmo assim é difícil!”(CM) “Castro Marim pode ter um papel maior nesta articulação entre, enfim, o turismo desta costa, de Vila Real, Monte Gordo, mesmo até Tavira, desta articulação deste turismo para o BG, para o interior do Guadiana porque de facto é quem faz a charneira. “(CM)
			Investimentos/ Rentabilização Económica	“(…) Há poucos investidores na Serra Algarvia como no Alentejo (...)”(ALC) “(…) Os empresários têm falhado. Agora já vai havendo alguma coisa. Os empresários já vão acreditando em Alcoutim (...) Já têm vindo muitos investidores[locais] mas, são confrontados com a Rede Natura... Já vão

			existindo! Há turismo rural..(…)”(ALC) “Temos tido alguns casos (...)tivemos um conjunto de iniciativas privadas, estou por exemplo a refletir os projetos dos núcleos de desenvolvimento turístico, no meu concelho junto ao rio Guadiana, e que pressupunham que, o rio funcional, o rio onde chegasse a náutica de recreio, ”(CM)

Participação	Atores locais	Sociedade Civil/Comunidade	Grau de participação/Quantificação	“(…) Ninguém vem assistir às reuniões de Câmara, às assembleias municipais! Participam no café...(…)” [Expressão utilizada em discursos oral para indicar que não há participação direta mas há comentários (normalmente negativos), fora dos espaços apropriados para tal] (ALC) “(…) Não, não, não! Não participam! (...)” (ALC) “(…) Em Alcoutim divulgámos a manifestação, e o que acontece é que as duas freguesias do norte levaram cada uma delas 500 pessoas e eu levei zero! Isto revela a diferença de mentalidades entre o norte e o sul! Eu era a única pessoa de Alcoutim que lá estava! Ninguém quis saber! (...)”(ALC) “(…) As pessoas não participam! Não adianta! (...)” (ALC) “(…) Embora pouca, há alguma participação! (...)” (ALC)[Refere-se à participação em cafés, comentários das pessoas, ...] “(…)Sim, tem razão, não participam muito...(…)”(vrsa) [participação dos atores locais] “(…) No meu concelho há participação pública! (...)”(VRSA) “(…) vamos procurar ter momentos em que nós procuramos a população, não numa escala de uma reunião aqui no centro da cidade, que já sabemos que aparecem meia dúzia de pessoas(...)”(VRSA) “Há participação pública mas é muito pequena”(Mért) “Eu penso que a fraca participação não é um problema que não afete só este território.”(CM) “ A minha experiencia diz-me que as pessoas em regra não participam.”(CM) “Mas devo dizer-lhe que temos somado frustrações quando procuramos mobilizar as pessoas para essa participação (...)”(CM)

			Motivações “(…) Tem a ver com o sul! É o sul! Porque é que é que a taxa de suicídios é elevadíssima na Serra Algarvia e no Alentejo? E é raríssima no norte? No norte as pessoas são mais aguerridas. Tem a ver com a mentalidade das pessoas, são passivos no sul.(…)”(ALC) “Eu acho que pode ser em muitos casos por falta de interesse nos temas mas também acho, a minha opinião é que é muito por comodismo. A pessoa está muito voltada para os seus assuntos, para o seu umbigo, mas já se for um tema do seu interesse ou da sua atividade se calhar vai lá, mas se for outro assunto, se calhar já não vai. Porque as pessoas não veem a participação pública como eu estou dizendo. Acham que as entidades estão a organizar alguma coisa, quando eles lá chegam é para contar mais um. E não é nada disso! As pessoas deviam ver que nós estamos a chama-las, porque queremos a opinião delas. E se elas vissem nessa despectiva, se calhar tinham mais interesse em participar. Eu acho que não participam tanto por comodismo, por falta de interesse nos temas.”(Mért) “É a falta de informação mas é acima de tudo é um problema cultural! Penso que é basicamente um problema cultural! Há uma cultura muito individualista e acho que isso leva que as pessoas estejam basicamente centradas em si próprias e no seu pequeno universo e que se desliguem muitas das vezes das questões que respeitam a todos.”(CM) “É um problema que tem um carácter mais geral e que tem muito que ver connosco, com o modo de ser, as características e com a essência cultural do povo português.”(CM)[Refere-se à PP] “(…) quais são as causas? Ou melhor: - Qual é do meu ponto de vista, a principal razão de ser assim É o facto de não existir essa cultura. É um problema que tem a ver com a fraca participação cívica é um problema de aprendizagem, é um problema dum estímulo que deveria de existir desde sempre, desde a escola, desde os bancos do 1º ciclo e que não existe!(CM) “(…) sinto que as pessoas só participam quando de um modo muito claro, quando existe um nexso causal muito intenso entre o seu interesse pessoal e a questão que está em discussão. Doutro modo...lembro-me que no estabelecimento de redes no concelho, nos aglomerados mais pequenos, (porque os outros já tinham, antecederam a minha estada como presidente da Câmara) as pessoas vêm quando lhes diz diretamente respeito, se vai trazer bens que são importantes para a qualificação das suas habitações, dos seus aglomerados e sinto que só de facto, por exemplo; - quando a sua propriedade pode estar em causa, que vai ser onerada com uma servidão qualquer, vai passar a conduta, ou porque temos que fazer ali uma ETAR, ou uma estação elevatória, é que as pessoas participam. Porque são convidadas a estar, mas se são logo beneficiárias da água e do esgoto, se a propriedade delas não vier a ser afetada com um ónus qualquer, “entram mudos e saem calados”, não dizem nada! “(CM)
	Poder Local	Grau de estímulo	“(…) mas desistimos! (...)” (ALC)[Promoção de eventos de PP]

			à participação	“E quando a PP não é feita pelos munícipes, a câmara tem o dever de a promover(...)” (ALC) “(...) Sim as câmaras devem incentivar! (...)”(ALC) “(...) é verdade que é preciso intensificar e melhorar a qualidade da participação pública. Isso é um repto de todos nós. Isso significa que todos nós temos que sair um bocadinho de um esquema absolutamente...temos que criar estímulos a nós próprios políticos e alargar a plataforma de envolvimento das pessoas e dos cidadãos. Não quer dizer, aqui não é nenhum caso perfeito, não é noutra sítio, mas há...”(VRS) (VRS) “E acho que a Câmara de Mértola é uma das Câmaras que até espicaça bastante à participação pública.”(Mért) [Utilização de mecanismos de PP]”(...)Sim. Devo-lhe dizer também que não temos desenvolvido muito essa prática. “(CM) “Temos esboço de início da Agenda 21, do Orçamento Participativo mas não temos o trabalho muito desenvolvido.”(CM) “Quando convidamos as pessoas a participar, e eu acho que infelizmente são menos vezes de que aquelas que seria desejável (...)”(CM)
			Mecanismos (de estímulo) à participação/mobilização	“(...) Já fizemos (...)”(ALC) [Promoção de eventos de PP] “(...) A câmara vai junto das pessoas ouvir-lhes as opiniões. Não são as pessoas que vêm ter connosco. Antes de fazermos os agrades nas ribeiras, nós falámos com as pessoas e as pessoas foram. Opinaram, deram ideias, nomeadamente em termos de localização dos agrades.(...)”(ALC) “(...) Nós temos um autocarro que tem a valência de “sala de cinema” e já o temos usado para fazer reuniões! E já temos feito! As pessoas participam e gostam! (...)”(ALC) “(...) Outro momento de PP: - Tínhamos que destinar as escolas. Havia população que queria a escola para sede de associações de caçadores, outra parte da população queriam para local de culto. Como havia divisão, chamei as pessoas à escola para conversarmos e chegámos a votar! No Lutão ganhou o local de culto, mas havia um espaço ao lado, ficou para a associação de caçadores. Em Guerreiros do Rio. Noutra localidade, a população estava dividida, 50-50 e os ânimos exaltados...temos escolas transformadas em centros polivalentes.(...)”(ALC) “(...) As pessoas sabem que eu lhes escrevo lá para os montes (eu trabalho muito com os correios, conseguimos chegar às casas das pessoas e é barato).(...)”(ALC)

			“(…) Nós periodicamente reunimos com bairros, com associações, reunimos com clubes...(…)” (VRSA) “(…) tivemos o orçamento participativo! Sim! A agenda XXI, não! (…)”(VRSA) Eu acho que (...) podem haver dois níveis de participação ou três níveis de participação. Aqueles que são os processos de participação pública que têm a ver com aquilo que a própria lei obriga a um processo mais formal. Sobretudo ao nível dos Planos de Ordenamento do Território.(...) Isso é o que fazemos também!(...)- nós efetivamente temos mais dois níveis de participação pública. Um nível periódico de passarmos em pequenos territórios, pode ser uma freguesia, ou dividirmos a freguesia em função da sua dimensão em 3,4 ou 5 territórios, e com alguma periodicidade, irmos fazendo algumas reuniões com as pessoas, - que isso aqui nós fazemos muito – sabermos qual é o seu estado de espírito, irmos informando. Informando e emitindo informação e recebendo informação também. Isso é um processo importante de participação pública. E outro no que respeita ao orçamento. Eu acho que é mais importante...às grandes opções do plano. Neste momento é mais importante o processo de participação pública constante e periódico do que o ato formal de um orçamento. Até porque este é um momento em que não há dinheiro para investir e portanto, não se trata de Grandes Opções do Plano, tratasse de ir acompanhando aquilo que são as dificuldades e os problemas das pessoas.(...)”(VRSA) “Nós fazemos apresentação pública de projetos, fazemos seminários, fazemos esse tipo de coisas. Fazemos com inscrição, por vezes fazemos até com alguma, dando alguma motivação às pessoas de virem(...)”(Mért) “No caso da Câmara de Mértola como todas as Câmaras, houve aquele processo das Agendas XXI locais, a gente tenta sempre (...) A gente tenta sempre promover, já há anos apresentamos as Grandes Opções, este ano vamos faze-lo novamente, foi o 2º ano de orçamento participativo, mas com maior intensidade este ano, com algumas propostas e sempre que há seminários, sempre que há alguma coisa mais específica da área como é o “Encontro de Empresários”(…)”(Mért)
		Outros Intervenientes no processo de pp	“(…) A escola deverá ter um papel importante. Mas depende da visão dos docentes! A escola é decisiva!(...)” (ALC) “(…) É um processo de educação, claro!(...)”(VRSA) “Sim, muito! A escola também. Eu até acho que as nossas quer a Al-Sud, quer a outra, ultimamente fazem um esforço nesse sentido.”(Mért) [A falta de participação]” (...) É um problema que tem a ver com a fraca participação cívica é um problema de aprendizagem, é um problema dum estímulo que deveria de existir desde sempre, desde a escola, desde os bancos do 1º ciclo e que não existe!”(CM)

				“(…)Eu acho que de facto nós temos que preparar as pessoas. E eu já tenho dito isto, e acho que era da maior importância para hoje, que ontem tivéssemos começado nas nossas escolas a estimular os miúdos a educá-los para essa participação. Acho que isso é fundamental. Se queremos ter uma sociedade harmoniosa, responsável, solidária, mais criativa, eu acho que é absolutamente necessário prepararmos os cidadãos para isso! (...)” (CM)
		Constrangimentos	Políticas legislativas/Vontade política	“(…) gostávamos de ouvir as pessoas; gostávamos de envolver as pessoas, gostávamos de mostrar às pessoas o que é que a Associação para o BG; o que é o Baixo Guadiana; quais são os problemas do BG; o que é que as câmaras estão a fazer para o resolver; o que é da Câmara; o que é do Governo! Falta uma agenda! Por isso é preciso criar uma agenda de preocupações! (...)”(VRSA) “(…) Neste momento sim, deviam ser as câmaras a dinamizar essa agenda! Com certeza que sim! Mas só que a Câmara tem uma escala municipal. Eu crio essa agenda crio-a no meu município! (...)”(VRSA) “A formatação da participação, muito formal, muito técnica, acentua essa inibição, naqueles casos em que há laivos de participação pública, estou a pensar nomeadamente nos instrumentos de Ordenamento do Território e no desenvolvimento de determinados processos relativos por exemplo à elaboração de regulamentos ou coisas desse tipo, em que por força do quadro formal ou por força das leis, das normas existentes, existe digamos: - essa formalidade de ter que ser cumprido obrigatoriamente.”(CM)
			Capacitação	“(…) quando conseguimos de um modo ou doutro, trazer as pessoas ao local onde a discussão vai acontecer, muitas das vezes elas estão completamente inibidas e sinto que é difícil estimular-las à participação efetiva.”(CM) “Porque eu acho que quanto mais as pessoas participarem e de um modo mais preparado estiverem nessa preparação, mais qualificado é o nosso papel!”(CM) [Refere-se ao papel das autarquias] “(…) as pessoas quanto mais esclarecidas estão, melhor é...E as pessoas não procuram informar-se.”(CM) “E é um pouco isso! O território está muito vazio, está muito pobre de pessoas, e as pessoas que cá estão, uma boa parte delas não têm nem iniciativa, nem criatividade, nem a formação, nem a cultura necessária para essa dinâmica.”(CM) “porque acima de tudo há uma grande falta de iniciativa, uma descrença, as pessoas às vezes não incorporam o conhecimento necessário.”(CM)
		Ambientes		“(…) Sim lógico!”(ALC)[manifestações da população em espaços informais] “(…)se é um problema do Bairro, vamos ao bairro falar; se é uma questão que é para fazer uma intervenção no estacionamento, vamos buscar os comerciantes para os ouvir. Por exemplo: - Nós temos um concurso público para a criação de um recinto automóvel aqui, com parquímetros. Nós antes de lançarmos o concurso público, chamamos os comerciantes, falamos, ouvimos as suas sugestões, incorporámos as suas sugestões no caderno de encargos (...)”(VRSA) “(…) As pessoas sabem que eu lhes escrevo lá para os montes (eu trabalho muito com os correios, conseguimos chegar às casas das pessoas e é barato).(...)”(ALC) “(…) Nós temos um autocarro que tem a valência de “sala de cinema” e já o temos usado para fazer reuniões! E

				já temos feito! As pessoas participam e gostam! (...) Embora pouca, há alguma participação!...” (ALC)[Refere-se à participação em cafês, comentários das pessoas, ...]
	Contributos	Tomada de decisão	Sociedade Civil	“(...) As pessoas precisam de tomar iniciativas em prol da sua comunidade. Quando isso acontece, conseguem a participação de toda a comunidade.”(ALC) “Na nossa região não se vê muito isso, mas penso que podia surgir...enfim... grupos de cidadãos, uma comissão de moradores ou de utentes do Centro de saúde, que são grupos que se podem organizar. Que podem apelar à participação pública e que podem por via desse numero de participações, ter ideias ou enriquecer aspetos que uma pessoa só por si não consegue.”(Mért)
			Políticas Públicas Locais (Autarquia)????	“(...) Qualquer decisão que tenha a participação das pessoas sabe muito melhor a um presidente de câmara! E claro que as decisões ficam mais legitimadas.”(ALC) “(...) Quando eu sinto que é uma opinião, pode ser discordante, mas honesta, despida de preconceitos, naturalmente, tenho todo o gosto em ouvir as pessoas. Acho que qualquer político que seja inteligente, tem que incorporar e tem que ouvir as pessoas. E significa que as suas próprias soluções, são soluções mais coesas, mais fortes, mais incontestáveis. Mais! Podem servir sobretudo mais às pessoas (...)Sinto-me mais legitimado! Com certeza que sim!...”(VRSA) “Eu acho que qualquer Presidente de Câmara, qualquer responsável autárquico tinha vontade que houvesse uma maior participação, porque havendo maior participação há mais ideias, mais discussão, certas medidas, certas opiniões nossa podem até ser melhor estruturadas e até um enriquecimento naquele tema. E até pode resultar numa melhor decisão.”(Mért) “...legitimidade um presidente de Câmara tem por via do ato eleitoral. Agora realmente sentir-me-ia mais descansado, mais confortável na minha posição se houvesse maior participação pública. Havendo menos, como é evidente posso estar tomando uma boa decisão embora sendo participada por poucas pessoas ficam sempre algumas dúvidas. Se for participada por mais, essa boa decisão pode ser ainda melhor, enriquecida nos seus aspetos e sobretudo estou mais descansado porque há uma participação maior dos munícipes. Sem dúvida nenhuma”(Mért) “Seguramente que sim, que sinto maior legitimidade quando há participação das populações. Isso é claramente inequívoco! Eu acho que a legitimidade fica extraordinariamente reforçada, e se alguma divergência ocorrer em termos de execução depois dessas decisões, dessas políticas, acho que o conforto que temos, é completamente distinto.”(CM)
		Impacto	Desenvolvimento	“(...) Se houvesse PP ajudaria a desenvolver melhor o território, mais ideias, mais criatividade.”(ALC) “(...) A PP pode ajudar a esses pequenos processos de desenvolvimento, e muito.”(ALC) “Contribui! De certeza que sim! Contribui certamente e na minha opinião deveria fazê-lo...”(Mért) “Acho que a participação pode e deve ajudar a desenvolver o território.”(Mért) “(...)Seguramente que sim! (...)” (CM)[Contributo para o DL]
			Governança	“ Estes territórios têm um problema, que você deve entender, que é para além de ter poucas pessoas, tem poucas pessoas com massa cinzenta (ou massa critica)... E essas poucas pessoas não se querem envolver, não se querem chatear... A participação pública pode de facto, contribuir para o desenvolvimento dos territórios, no BG seria muito importante ter-mos muitas mais pessoas a opinar, a dar sugestões.”(VRSA)

				“Sim, sim! Naturalmente que sim, incorporo, por pouco que haja de participação, de opinião, de envolvimento das pessoas, nas tomadas de decisão municipais. (...) Mas incorporamos naturalmente quando vemos que as sugestões, que a participação delas resulta em vantagem para o todo. Normalmente incorporamos e procuramos sempre consensualizar os interesses. Procuramos sempre uma via que satisfaça do melhor modo aquilo que é o resultado da participação e aquilo que era a nossa ideia originária. (...)”(CM)
Governança Local	Práticas de Intervenção	Processo de Implementação	Legitimidade das decisões	Sim! Completamente! Incorporo muitas vezes as sugestões que vou tendo nas minhas decisões (...) Eu acho que a gente tem de construir as coisas com as pessoas e com as pessoas que utilizam, que vão usufruir seja do que for. É uma estupidez a gente pensar que somos uns iluminados e a nossa ideia é que prevalece (...) Sim! Sim! Obviamente! Fico muito mais legitimado! Sim claro! É evidente! (...)”(VRSA) “Eu acho que se as pessoas participassem que eu saía reforçado do meu papel. Em termos de legitimidade, em termos de reconhecimento da ação e as pessoas eram menos vulneráveis a críticas negativas, destrutivas e com fins distintos, (...)”(CM)
			Instrumentos	“Todos é que sabemos de tudo!” Há que ouvir as pessoas e esse é o dia-a-dia aqui na câmara! Não descobrimos nada!”(ALC) “(…) Em termos de governança local, VRSA tem um conjunto de instrumentos, já bastante importantes de transparência de informação aos cidadãos! A nossa página na internet é absolutamente aberta. São decisões que estão publicadas; há um portal do munícipe, que é para as pessoas contactarem em qualquer circunstância com o Presidente da Câmara e é uma resposta no máximo em 24 horas (...) Temos também um gabinete de atendimento ao público na Câmara, expressamente para dar resposta à população”(VRSA) “(…) Claro que uma governança participada, envolvendo as pessoas, tem mais futuro, é mais eficaz, que um ditador que impõe as suas orientações! (...)”(ALC) “Em termos de governança procuro uma maior participação das populações e das entidades, das pessoas, de envolve-las mais. Mas às vezes também acontece, quando se entra para uma coisa, pensa que toda a gente contribui e depois vê que não é assim e os processos têm que ser decididos e tem que se dar andamento às coisas, as coisas têm que andar e a gente acaba por deixar de ter tantas ilusões em relação a isso.”(CM)
	Contributos	Diretos	Desenvolvimento Territorial	“(…) É fundamental! Completamente! Completamente de acordo, e as boas práticas de governança contribuem também para o desenvolvimento. Não tenho nenhuma dúvida disso. (...)”(VRSA)

				“Eu vejo com muito bons olhos, que a gestão seja o mais participada possível e também sou um adepto da regionalização e acho que isso diz um pouco tudo. Essa visão municipalista, territorial da área do município, isso não leva a lado nenhum, a área da freguesia não leva a lado nenhum, a área da freguesia não leva a lado nenhum. Tem de haver uma abrangência territorial maior até para se ganhar escala, para se ganhar peso, para se ganhar opinião e tudo isso. Eu não me vejo e não vejo a figura do Presidente de Câmara como aquele que tudo sabe e aquele que tudo decide e aquele que tudo dispõe, muito pelo contrário, nem das juntas de freguesias nem das várias entidades e penso que quanto mais participação coletiva houver melhor!”(Mért) “Sim sem dúvida alguma! Quanto mais variada for a opinião sobre determinado assunto, mais enriquecido esse assunto sai e isso é um contributo para o desenvolvimento do território. E em termos de governança local é exatamente isso, nós, eu acho que as pessoas têm que decidir, têm que dar muito a sua opinião sobre aquilo que será governança local, sobre aquilo que lhes vai tocar diretamente.”(Mért)
			Participação pública	“(…) É um processo de educação, claro, e de formação. A forma como governamos, como gerimos uma Câmara influencia, pode estimular uma maior ou menor participação dos cidadãos e mesmo das empresas.(…)”(vrsa) “Eu acho que as Câmaras têm nisto tudo um papel bastante importante e sobretudo podem sempre incentivar e promover a participação pública, a discussão pública. Acho que tem de estar sempre no horizonte de cada um dos responsáveis (?) municipais essa participação. E se a Câmara é a entidade, enfim, que mais peso tem e que é mais...não diria imitada, mas que é mais vista, que é mais olhada, que é mais seguida, acho que havendo essa vontade, possivelmente outras entidades também irão tentar fazer isso e cria-se, na minha opinião aquilo que pode ser esse sentimento de participação pública que as pessoas neste momento têm muito pouco ou nada! “

Anexo 11

ANEXO 11 - ANÁLISE DE CONTEÚDO

TEMA: TERRITÓRIO

SUB TEMA: POTENCIAL ENDÓGENO: DO TERRITÓRIO AOS RECURSOS

Sub Tema	Categorias / Sub Categorias
Potencial Endógeno. Do território aos recursos	Conhecimento e valorização
	Usufruto expectável
	Constrangimentos
	Contributo para o Desenvolvimento Local

Opinião das Comunidade (sustentada no questionário)

Categorias / Sub Categorias	Presidentes de Câmara
Conhecimento e valorização	Razoável conhecimento dos recursos
Usufruto expectável	Valorização económica dos recursos
Constrangimentos	Necessidade de mais informação e participação
Contributo para o Desenvolvimento do Território	Reconhecimento do potencial endógeno para D

Opinião dos Técnicos e Empresários

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Conhecimento e valorização	Há um conhecimento relativo dos recursos. Os recursos são inventariados, estudados, mas não suficientemente divulgados. Daí que não sejam devidamente valorizados do ponto de vista económico. As Associações desenvolvem um papel importante na divulgação, mas não partilham a informação. É importante que as comunidades locais conheçam e valorizem os recursos locais e que estes sejam aproveitados não só para o turismo. Deve haver mais partilha do conhecimento dos recursos para que sejam mais valorizados e aproveitados.
Usufruto expectável	Houve investimento na divulgação dos recursos mas sem uma estratégia de continuidade o que tem conduzido a alguma regressão. Não é garantida a sustentabilidade da promoção inicial que se faz à volta de determinados recursos. Importante promover e nos locais adequados. Os visitantes estão a diminuir dada a pouca renovação. No rio também é visível essa diminuição. Uma estratégia conjunta na promoção e na organização de programas a partir dos recursos locais, é tida como vantajosa dada a especificidade de cada concelho.
Constrangimentos	Insuficiência de divulgação por parte das entidades locais, o fraco envolvimento da população, a investigação sobre os recursos não ser posta ao serviço dos territórios, a falta de monitorização dos investimentos que são feitos, a informação e o conhecimento apenas chegar a alguns indivíduos e não estar acessível a toda a comunidade de forma a serem valorizados, os estudos serem pouco virados para aplicação prática, a quebra de dinâmicas por falta de meios financeiros, são os constrangimentos mais apontados. Falta tecido empresarial resultante do aproveitamento dos recursos à exceção do turismo rural.

Contributo para o Desenvolvimento do Território	Os recursos já dão um bom contributo para o desenvolvimento do território mas é necessário rentabilizá-los mais. É necessária mais informação e conhecimento junto das pessoas e articular com os seus saberes, inovar e transformar em recursos; o turismo ser mais um recurso. Há potencial mas falta alicerçar e encontrar boas estratégias para esse potencial. É criticado os recursos serem encarados como moda ou como chavão que depois se esquece não sendo garantida a sua sustentabilidade. Mais informação e conhecimento contribuem sempre para o desenvolvimento.

Opinião dos Presidentes de Câmara

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Conhecimento e valorização	Os recursos representam um potencial económico e poderão ser uma alavanca do desenvolvimento mas há poucas dinâmicas nesse sentido. Relação específica entre as comunidades com os elementos materiais e imateriais do território.
Usufruto expectável	Necessidade de espaços para poder dar vida à serra e aproveitar para a agricultura a água existente. Há alguns investidores locais e há turismo rural. Os empresários já vão acreditando e um progressivo melhor aproveitamento dos recursos.
Constrangimentos	Instrumentos de ordenamento do território inibidores o que condiciona o uso dos recursos económicos. Algarve deixou de ser objetivo 1 neste QCA. Há ainda poucos investidores na Serra Algarvia e no sul do Alentejo. Políticas públicas pouco adequadas e défice de estratégia de comercialização das potencialidades.
Contributo para o Desenvolvimento Territorial	O rio é um capital de excelência, com potencial de desenvolvimento único mas gera pouca riqueza pelo que merece outra atenção distinta da que tem tido até aqui. Necessidade de governantes que contribuam com políticas para este tipo de territórios.

Opinião dos Atores chave

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Conhecimento e valorização	Há um conhecimento de que o território tem recursos e que estes constituem uma fonte de riqueza potencial. Podendo não haver uma clara consciencialização do potencial desses recursos por parte da maioria da população é evidente a importância que estes assumem, particularmente o Rio Guadiana.
Usufruto expectável	O território encerra um razoável potencial endógeno. O rio, a paisagem, o ambiente, os produtos locais, podem proporcionar atividades turísticas e outros projetos de investimento conducentes com as características do território. O turismo rural assume já relevância.
Constrangimentos	Referidas as políticas da administração central por vezes demasiado restritivas na rentabilização dos recursos, a falta de estratégias e de promoção para algumas fileiras, bem como a falta de “espírito de aventura” dos que ficaram, tendo os mais empreendedores, saído. A municipalização do país não ter uma visão de conjunto do BG. É criticada a dispersão de responsabilidades sobre o território, particularmente sobre o rio, (o que condiciona o seu aproveitamento), a par da lógica funcionalista, tida como demasiado presente no território, esperando sempre o que vem e quem vem de fora para alavancar o desenvolvimento.
Contributo para o Desenvolvimento Do Território	Os recursos endógenos são determinantes neste território e o seu potencial pode criar emprego e fixar pessoas. O próprio subsolo contém recursos ainda por explorar. É preciso maior motivação para os negócios particularmente a partir dos recursos. As parcerias são igualmente tidas como essenciais para um modelo de desenvolvimento diferente. Salientado o papel das ADLs e outras OSCs no território mas faltando fluir a informação e as parcerias bem como a cultura do território. Refere-se que o turismo não é o único recurso e que se for assim encarado é limitativo.

SÍNTESE

SUB TEMA: Potencial Endógeno

Categorias / Sub Categorias Informantes	Conhecimento e valorização	Usufruto expectável	Constrangimentos	Contributo para o Desenvolvimento
Comunidade	Conhecimento razoável dos recursos	Forte valorização dos recursos	Défice informação o que inibe a participação	Potencial endógeno presente. Informação e participação são desejáveis e contribuem para o desenvolvimento.
Técnicos/Empresários	Conhecimento relativo dos recursos. São inventariados, estudados, mas não são suficientemente divulgados ou valorizados do ponto de vista económico. Deve haver mais partilha de informação e conhecimento dos recursos por forma a que sejam mais valorizados e rentabilizados.	Investimento na divulgação dos recursos mas sem uma estratégia de continuidade o que não garante a sua sustentabilidade. Importante promover e nos locais adequados. É preciso uma estratégia conjunta para todo o território na promoção e na organização dos recursos locais e das suas fileiras.	Insuficiente divulgação por parte das entidades locais, o fraco envolvimento da população, a investigação sobre os recursos não é posta ao serviço dos territórios, a falta de monitorização dos investimentos que são feitos, a informação e o conhecimento não estarem acessíveis a toda a comunidade de forma a serem rentabilizados. Quebra de dinâmicas por falta de tecido empresarial no aproveitamento dos recursos, à exceção do turismo rural.	Os recursos são um bom contributo para o desenvolvimento do território mas é necessário rentabilizá-los mais. É necessária mais informação, promoção e conhecimento articular com os saberes, inovar e transformar em recursos, o turismo ser mais um recurso. Há potencial mas falta alicerçar e encontrar boas estratégias para esse potencial. Não é garantida sustentabilidade económica.
Presidentes de Câmara	Potencial económico catalisador. Baixas dinâmicas nesse sentido. Ligação histórica e atual entre as comunidades com os elementos materiais e imateriais do território.	Necessidade de espaços e ambientes que valorizem os recursos. Progressivo aumento de empresários e de oportunidades de negócio assentes no aproveitamento dos recursos.	Políticas inibidoras, condicionando a rentabilização recursos. Necessidade de mais investidores na Serra Algarvia e no Alentejo. Políticas públicas pouco adequadas e défice de estratégia de comercialização das potencialidades.	O rio como capital de excelência, com potencial de desenvolvimento único mas gerador ainda pouca riqueza pelo que merece outra atenção distinta da que tem tido até aqui. Importância da qualidade dos políticos e das políticas.
Atores chave	Conhecimento de que o território tem recursos e que estes constituem uma fonte de riqueza potencial. Podendo não haver uma clara consciencialização do potencial desses recursos por parte da população, é evidente a importância que estes assumem, particularmente o Rio Guadiana e a sua bacia.	O território encerra um razoável potencial endógeno. O rio, a paisagem, o ambiente, os produtos locais podem proporcionar atividades turísticas e outros projetos de investimento conducentes com as características do território. O turismo rural assume já relevância.	Políticas públicas demasiado restritivas, falta de estratégias e de promoção para algumas fileiras, bem como o fraco empreendedorismo, a municipalização e dispersão de responsabilidades sobre o território, particularmente sobre o rio, condicionam o aproveitamento. lógica funcionalista, tida como demasiado presente no território e a saída dos mais empreendedores não contribui para uma visão de conjunto do BG.	Recursos endógenos, incluindo o solo, são referidos determinantes e o seu potencial pode criar emprego e fixar pessoas. É preciso maior motivação para os negócios nestas fileiras. Parcerias são essenciais para um modelo de desenvolvimento diferente. Forte papel das OSCs mas faltando fluir a informação e as parcerias bem como a cultura de território. Encarar o turismo como único recurso é limitativo.

ANÁLISE VALORATIVA SUB TEMA: Potencial Endógeno

Categorias / Sub Categorias Informantes	Conhecimento e valorização	Usufruto expectável	Constrangimentos	Contributo para o Desenvolvimento
Comunidade	<u>Razoável:</u> Conhecimento dos recursos	<u>Forte:</u> Valorização económica dos recursos	<u>Fraquezas:</u> Défice de informação (inibe a participação)	<u>Positivo:</u> Potencial endógeno <u>Necessidades:</u> Informação Participação
Técnicos/Empresários	Sobre os recursos --» <u>Razoável:</u> Conhecimento Inventariação Estudo <u>Fracó:</u> Divulgação Valorização económica <u>Necessidades:</u> Partilhar informação Partilhar conhecimento Estratégia conjunta	<u>Exigência:</u> estratégia conjunta para os recursos <u>Necessidades:</u> Sustentabilidade Organização da fileira + Divulgação + Continuidade + Promoção nos locais adequados.	<u>Fraquezas:</u> Insuficiente divulgação Envolvimento da população Tecido empresarial <u>Negativo:</u> Investigação não é posta ao serviço dos territórios Conhecimentos inacessíveis Falta de monitorização dos investimentos Quebra de dinâmicas no aproveitamento dos recursos	<u>Positivo:</u> Recursos endógenos Potencial do turismo Turismo Rural <u>Necessidades:</u> Rentabilização dos recursos Mais informação e promoção Articulação dos saberes Inovar os recursos Encontrar e alicerçar boas estratégias Garantir a sustentabilidade económica dos recursos
Presidentes de Câmara	<u>Positivo:</u> Ligação da comunidade aos recursos materiais e imateriais (histórica e atual) Potencial económico catalisador <u>Negativo:</u> Baixas dinâmicas no uso dos recursos	Sobre os recursos --» <u>Positivo:</u> Progressivo aumento de empresários Oportunidades de negócio <u>Necessidades:</u> Espaços e ambientes valorizadores	<u>Negativo:</u> Políticas públicas pouco adequadas e inibidoras Défice de estratégia de comercialização <u>Fracó:</u> Rentabilização recursos. Investidores na Serra Algarvia Investidores no Alentejo	<u>Positivo:</u> O rio como capital de excelência Potencial de desenvolvimento do território <u>Necessidades:</u> Potencial local gerar + riqueza Mais atenção do Poder Central + qualidade dos políticos e das políticas territoriais

Atores chave	Sobre os recursos --> <u>Positivo:</u> Conhecimento Riqueza potencial (particularmente o Rio Guadiana e a sua bacia) <u>Negativo:</u> Pouca consciência do potencial pela população	<u>Positivo:</u> Rio e Paisagem Ambiente Natural Produtos locais <u>Razoável:</u> Potencial endógeno Valor do Turismo rural <u>Necessidades:</u> Projetos investimento sustentáveis	<u>Negativo:</u> Políticas públicas restritivas Falta de estratégias Falta de promoção para algumas fileiras Falta de uma visão de conjunto do Baixo Guadiana Encarar o turismo como único recurso <u>Fraquezas:</u> Fraco empreendedorismo Dispersão de responsabilidades (particularmente sobre o rio) Lógica funcionalista forte Saída dos mais empreendedores	<u>Positivo:</u> Recursos endógenos Potencial para criar emprego e fixar pessoas Forte papel das OSC <u>Necessidades:</u> Modelo de desenvolvimento diferente + Cultura de território Maior motivação para os negócios nestas fileiras + Parcerias Maior fluxo de informação

SUB TEMA: Potencial Endógeno

Cf evidências do questionário, das U R das entrevistas e dos *focus group*

Categorias/ Sub Categorias Informantes	Conhecimento e valorização
Comunidade Cf questionário	68.9 % dos inquiridos reconhecem os recursos locais e valorizam-nos como importantes para o desenvolvimento do território. No entanto 58.1 % considera se houvesse mais informação, as pessoas participariam mais em aspetos ligados ao aproveitamento económico dos recursos.
Técnicos/Empresários Cf UR da análise de conteúdo dos fócus grupo	Há um conhecimento relativo dos recursos. Os recursos são inventariados, estudados, mas não são suficientemente divulgados. Daí que não sejam suficientemente valorizados do ponto de vista económico. As Associações desenvolvem um papel importante na divulgação, mas não partilham a informação. É importante que as comunidades locais conheçam e valorizem os recursos locais e que estes sejam aproveitados não só para o turismo. Deve haver mais partilha do conhecimento dos recursos por forma a que sejam mais valorizados e aproveitados. “Os recursos têm contribuído muito pouco.” “E não tem sido valorizado.[Refere-se às pessoas enquanto recurso e ao facto de não haver partilha de conhecimento entre as entidades e as pessoas e ao facto de que isso prejudica o papel deste recurso no desenvolvimento] “Sabe-se da importância das coisas”[Refere-se ao facto das pessoas saberem da importância dos recursos] (...) “A Associação, Odiana tem mostrado que os produtos regionais são geradores de riqueza”. “O território de Castro Marim tem características que as pessoas nunca valorizaram, apesar de serem ancestrais.” (...) “Contribuem sem dúvida nenhuma. Se as pessoas conhecerem os nossos recursos culturais e históricos, se estes recursos levam as pessoas ao nosso concelho e permanecer alguns dias. Alguns têm conhecimento desses recursos, outros recursos deviam estar mais divulgados, até os residentes não conhecem.” (...) “Descubro ocasionalmente aspetos que não estão devidamente divulgados.” “Os recursos conhecem-se mas não na totalidade.” “Há 20 anos, os recursos eram coisas que as pessoas que viviam nos territórios. Estavam mais integradas, e aquilo que são os recursos. Hoje em dia estão a ser reaproveitadas e redescobertas” “Há menos conhecimento em profundidade e informação pela população habitante nos concelhos do que havia antes.”. “O trabalho de divulgação leva as pessoas a descobrir”(…)“VRST tem recursos que não são só o turismo e não são valorizados” Valorizando os recursos, partilhando o conhecimento, a informação. É aqui que falha, falham as Associações, não partilham suficientemente.”(JR) “(…) Há tentativa de partilha mas, as pessoas não aparecem. Falta de hábito de participar.”(LP) [Refere-se ao facto de se tentar partilhar os conhecimentos sobre os recursos do BG] “Tem que haver muito mais articulação e cooperação no território do BG.”(LP) [Refere-se ao facto de que se houver mais partilha, os recursos serão mais valorizados e melhor aproveitados] “É como um eixo: quando o conhecimento parte de um eixo e depois vai abrindo, quando chega às pontas já é tarde, porque não há partilha de conhecimento. Falta massa crítica. Baixo Guadiana tem massa crítica muito pobre(…)”(JR) [Refere-se à forma como o conhecimento é partilhado]
Presidentes de Câmara Cf UR da análise de conteúdo das entrevistas aos Presidentes das CMs	Os recursos enquanto alavanca para o desenvolvimento mas as dinâmicas de desenvolvimento estão bastante aquém daquilo que é o potencial endógeno do território, particularmente o território com a sua versatilidade, com o mar, o rio, a paisagem, a floresta, a caça, pesca, entre outros. Relação específica entre as comunidades com os elementos do território. Refere-se o facto destes recursos representarem um potencial endógeno importante para a economia. “Podem e devem! (...)” [os recursos enquanto alavanca para o desenvolvimento]“(…) Eu acho que os fatores ou as dinâmicas de desenvolvimento que temos vindo a registar estão bastante à quem daquilo que são os recursos endógenos que nós efetivamente temos e os projetos de desenvolvimento económico e social que nós temos tido, ficaram aquém daquilo que é o potencial endógeno da região.” “Recursos locais são fundamentais para o desenvolvimento de BG .Destes recursos locais estou a considerar o território com a sua versatilidade, com o mar, com o rio, a paisagem e os vários recursos que são inerentes a este território; a floresta, a caça, pesca, entre outros”.

	(...)” Sim são fundamentais e esta comunidade que aqui se fixou, fixou-se basicamente por força, ou acima de tudo; numa relação originariamente muito específica com esses elementos do território. Representam de facto um capital fundamental para o BG.” [Refere-se ao facto destes recursos representarem um potencial económico] (...) “Sim, têm e que podem ter ainda mais. Têm tido um papel importante mas, podem ter ainda mais. Há recursos que ainda não estão explorados,” “ (...) Ainda há questões que podem ser melhor exploradas. Acho que em termos de produtos locais a coisa tem sido bem agarrada embora haja ainda sectores emergentes que possam ser melhor agarrados, a caça também, todos esses recursos naturais” Há recursos que ainda não estão explorados, sectores emergentes
Atores chave Cf UR da análise de conteúdo das entrevistas	Há um relativo conhecimento de que o território tem recursos e que estes constituem uma fonte de riqueza potencial. Podendo, no entanto, não haver uma clara consciencialização do potencial desses recursos, é evidente a importância que estes assumem, particularmente o Rio Guadiana. “Nesse aspeto creio que não há! Há uma noção! Em relação ao rio há uma noção de que é uma fonte de riqueza, de trabalho e de possibilidades.” [Referem-se ao reconhecimento, pelo cidadão comum, da importância dos recursos e a um envolvimento, dando como exemplo o Rio] “Há essa noção. Há uma noção! Em relação ao rio há uma noção de que é uma fonte de riqueza, de trabalho e de possibilidades. (...) “As pessoas têm a noção que sim, que pode ser(...) Isto tem grandes potencialidades. Creio que há esse sentimento. [Refere-se ao facto da comunidade reconhecer a importância dos recursos enquanto fator de desenvolvimento] “As pessoas que vivem lá não têm consciência daquilo que têm! Como sempre existiu...o território, as plantas aromáticas, a floresta, o rio, as pessoas não sentem!”(...) “Os recursos têm capacidade de criar emprego” “Sim, completamente!” [Refere-se ao facto de que os recursos poderiam ser melhor aproveitados] Não! Ainda não! Começa, nós estamos no limiar, há uma curiosidade. Há gente habitualmente, gente de jovens que vêm já do meio urbano, mais ou menos empurrados pelo meio urbano donde vieram e que vêm à procura desse paraíso, dessas formas diferentes (...)”[Refere-se ao facto de os atores terem consciência do papel dos recursos locais no desenvolvimento].“Os recursos do Baixo Guadiana penso que não estão a ser devidamente aproveitados” (...) “O Baixo Guadiana tem aqui potencialidades fantásticas”.

EVIDÊNCIAS

SUB TEMA: Potencial Endógeno

Categorias / Sub Categorias Informantes	Usufruto expectável
Comunidade Cf questionário	São dados exemplos de recursos locais que contribuem para o desenvolvimento do território por cerca de 65% dos inquiridos
Técnicos/Empresários Cf UR da análise de conteúdo do focus grupo	Houve investimento na divulgação dos recursos mas sem uma estratégia de continuidade o que tem conduzido a alguma regressão. Não é garantida a sustentabilidade da promoção inicial que se faz à volta de determinados recursos. Importante promover e nos locais adequados. Os visitantes estão a diminuir dada a pouca renovação. No rio também é visível essa diminuição. Uma estratégia conjunta na promoção e na organização de programas a partir dos recursos locais é tida como vantajosa dada a especificidade de cada concelho. “Foi feito um investimento grande de divulgação dos recursos, caça, museus, igrejas...Houve afluência grande na sequência, mas com o passar do tempo a divulgação, diminuiu, talvez por reflexo de crítica às coisas que estavam a ser divulgadas, hoje vê-se que o afluxo tem estado a regredir. A Praia Fluvial, 1ª com bandeira azul: as pessoas afluíram (...)E há regressão na afluência, também pode ser devido à atual situação, mas o nº de pessoas decaiu. Havia mais barcos de turistas do que há agora.” “Os recursos em alguns aspetos já são rentabilizados, mas é preciso mais”. (...) Se fossem aproveitados em conjunto, seria mais fácil”. “Devia haver uma forte promoção em locais importantes para o turismo com perfil para este território.” (...) “podiam fazer-se programas para todo o território com os diferentes tipos de recursos que o BG tem.” “Há várias coisas e produtos que cada concelho tem, o conjunto sairia reforçado.”

Presidentes de Câmara Cf UR da análise de conteúdo das entrevistas aos Presidentes das CMs	Criar espaços para poder dar vida à serra e aproveitar para a agricultura a água dos açudes.) Já têm vindo muitos investidores [locais]. Há turismo rural. Os empresários já vão acreditando e neste momento os recursos estão a ser melhor “agarrados”. Há projetos que pressupõem o rio funcional e onde chegasse a náutica de recreio. O melhor aproveitamento económico dos recursos depende da qualidade dos políticos que tenhamos a governar o nosso país. Neste momento estamos a refazer açudes para criar parques de lazer, nas ribeiras: Foupana e Odeleite porque há parques de estacionamento no Algarve, cheios de rouletes. Acho que essas caravanas teriam uma especial apetência para estar numa ribeira aqui em Alcoutim, com uma vista natural, com uma ribeira a correr...temos de criar espaços para poder dar vida à serra e aproveitar para a agricultura a água dos açudes.”(...) “Agora já vai havendo alguma coisa. Os empresários já vão acreditando em Alcoutim. (...) Já têm vindo muitos investidores [locais] (...) Já vão existindo! Há turismo rural. (...)”. “(...) Depende da qualidade dos políticos que tenhamos a governar o nosso país”[Refere-se ao melhor aproveitamento económico dos recursos]” (...) “Temos tido alguns casos, agora porventura mais paralisados pela força da crise, tivemos um conjunto de iniciativas privadas, estou por exemplo a refletir os projetos dos núcleos de desenvolvimento turístico, no meu concelho junto ao rio Guadiana, e que pressupunham que, o rio funcional, o rio onde chegasse a náutica de recreio”. “(...) penso que tenham sido e estão a ser neste momento bem agarrados nomeadamente no que toca ao município de Mértola”[refere-se ao aproveitamento dos recursos]
Atores chave Cf UR da análise de conteúdo das entrevistas	O território encerra um razoável potencial endógeno. O rio, a paisagem, o ambiente, os produtos locais podem proporcionar atividades turísticas e outros projetos de investimento conducentes com as características do território. O turismo rural assume já relevância. “(...)O ambiente: estabeleceram-se aqui algumas iniciativas turísticas, explorando as condições ambientais, em termos de turismo rústico, turismo rural. Temos aqui algumas coisas. (...) “Também tem aparecido, a propósito do ambiente, uma linha de projetos de investimento em torno das energias alternativas” “Começa a haver aqui uma proliferação estranhíssima de turismo rural. Por exemplo, que é muito interessante, algumas partes no Alto Alentejo, que não tem nada a ver com este processo e que tem a ver com outras razões que estão ali perto de Lisboa, é moda do Alentejo, e começam a criar ali os seus montinhos privados, a fazer. Aqui é diferente! Isto aqui surgiu nesta dinâmica, nesta dispersão e este conjunto de atividades de turismo rural, principalmente que vão começar a ter cada montinho desses tem o seu território.” (CT) “Os que vêm, as excursões, os grupos, as camionetas, esse tipo de turismo, praticamente não chega. (...) Os outros lentamente, já formados, já culturalmente interessados, tem vindo a aumentar lentamente. E esses dão sustentabilidade, as coisas também têm aumentado.” “Esse turismo fluvial tem uma importância muito grande. Os restaurantes também sabem que o rio e todo o fluxo turístico que vem pelo rio, são importantes. Há essa noção.”

EVIDÊNCIAS

SUB TEMA: Potencial Endógeno

Categorias / Sub Categorias Informantes	Constrangimentos
Comunidade Cf questionário	56,2% não se sente suficientemente informado sobre os recursos; e 82% nunca ou raramente participaram em reuniões sobre os recursos locais
Técnicos/Empresários Cf UR da análise de conteúdo dos fócus grupo	Insuficiência de divulgação por parte das entidades locais, o fraco envolvimento da população, a investigação sobre os recursos não ser posta ao serviço dos territórios, a falta de monitorização dos investimentos que são feitos, a informação e o conhecimento apenas chegar a alguns indivíduos e não estar acessível a toda a comunidade de forma a serem valorizados, os estudos serem pouco virados para aplicação prática, a quebra de dinâmicas por falta de meios financeiros, são os constrangimentos mais apontados. Falta tecido empresarial resultante do aproveitamento dos recursos à exceção do turismo rural. “A informação e o conhecimento servem aos que estão mais informados, aos que têm acesso a

	ela e aos que a eles estão mais próximos.” [Refere-se ao facto do conhecimento dos recursos não estar acessível a toda a comunidade] (...). “As entidades locais não divulgam suficientemente, não fazem o trabalho que deviam fazer. Por vezes temos que sair da nossa terra para conhece-la melhor. (...) As Associações e as Câmaras Municipais não fazem o seu papel. [Refere-se ao facto de não haver conhecimento dos recursos e à forma como isso influencia o desenvolvimento] “Não se tem em conta a população...cada um tenta buscar o conhecimento.(...) por Associações, Autarquias, Universidades, são investigações muito exaustivas mas, não são postas em prática no território. (...) (...)”desenvolvem-se muitos estudos, muitos planos, investigação, mas que não têm chegado aos vários atores, empresários locais, à população. Não há encaminhamento, seguimento de planos que estão elaborados e capazes de gerar riqueza e desenvolvimento do território.(...) Às vezes há investimento mas não é aproveitado. Não há acompanhamento desse conhecimento que poderia ser uma mais-valia para o território.” Temos de criar mais empresas a partir dos recursos. “A maior dificuldade é envolver as pessoas. Existe o conhecimento mas, sabe-se da importância das coisas mas não se conseguem envolver as pessoas.”[Refere-se ao facto das universidades produzirem conhecimento e não o partilharem] “Agora que não há dinheiro, quebra financeira, quebram-se as dinâmicas. A informação e o conhecimento servem aos que estão mais informados, aos que têm acesso a ela e aos que a eles estão mais próximos.” [Refere-se ao facto do conhecimento dos recursos não estar acessível a toda a comunidade. Os recursos estão identificados, estão promovidos mas depois não foram sustentados.”
Presidentes de Câmara	Instrumentos de ordenamento do território inibidores, o que condiciona o uso dos recursos económicos. Mértola e Alcoutim são muito penalizadas pela enormidade da cota. Algarve deixou de ser objetivo 1 neste QCA. Há poucos investidores na Serra Algarvia e no Alentejo. Os atores locais são fundamentais mas faltam-lhes as competências para intervir no território, de uma forma qualificadora. Importância de estarem reunidas condições legislativas menos burocráticas. Falta de informação e acima de tudo um problema cultural a falta de cultura de participação (constrangimentos para o aproveitamento do potencial endógeno do território). Défice de estratégia para divulgação e comercialização dos produtos e muita falta de políticas nacionais que incentivem nesse sentido. Necessidade de uma visão diferente das políticas que permitam potenciar os recursos como o Guadiana, que permitissem uma visão não apenas municipalista ou regionalista mas a nível nacional. Porque os instrumentos de ordenamento do território não permitem que se faça a intervenção necessária! Tudo é Rede Natura, tudo é reserva ecológica, tudo é domínio publico e hídrico, tudo é leito de cheias...não faz sentido a cota de leito de cheias que há! Com a barragem do Alqueva o caudal do rio está regularizado. Mértola e Alcoutim são muito penalizadas pela enormidade da cota! Ou seja: - Temos um recurso que não podemos aproveitar! Hoje quem fala em rio, fala em cinegética, na floresta, fauna, na pecuária...uma serie de recursos que poderíamos aproveitar. Ao nível deste quadro de apoio comunitário, nós deixámos de ser objetivo 1, menos apoios temos! “ “Há poucos investidores na Serra Algarvia como no Alentejo.” “(...) Vamos cá ver uma coisa: - Eu como Presidente de Câmara, o que é que eu posso fazer mais para aproximar o desenvolvimento endógeno do potencial endógeno? – Não sei o que é que poderei fazer mais...como é que eu poderei aproximar? – Quero qualificar a frente-rio! – Tenho o IPTM “à perna” que não me deixa tocar!; - Quero requalificar a mata! – Tenho o ICN “à perna” que não me deixa tocar!; - Quero fazer um parque urbano de lazer na Reserva Natural do Sapal! – Tenho o ICNB que não me deixa tocar! Naturalmente que os atores locais são fundamentais para podermos ter capacidade e intervir no território, de uma forma qualificadora. Mas é importante que estejam reunidas as condições legislativas, para poder conseguir dar respostas às questões da burocracia. (...)” “É a falta de informação mas é acima de tudo um problema cultural. Penso que é basicamente um problema cultural” [Refere-se à falta de informação e falta de cultura de participação enquanto constrangimentos para o aproveitamento do potencial endógeno do território] “Se não tivessem sido levantadas tantas barreiras, tantas dificuldades, permitindo que os investimentos fossem efetuados sem esse conjunto de barreiras que foram levantadas, inadmissíveis algumas, acho eu! Porque é inconcebível que um processo leve 25 anos ou mais,

	isso é um terço da vida de um promotor! É mais de um terço da vida útil, é metade da vida útil, é inconcebível, é inaceitável!” “(…)há muita falta de políticas nacionais que incentivem nesse sentido. Eu acho que nós todos, os autarcas, todas as pessoas ligadas a estas responsabilidades têm essa vontade, acho que tem faltado um pouco de políticas nacionais (...) acho que tem de haver uma visão diferente dos governantes”.
Atores chave	São referidas como constrangimentos as políticas da administração central, por vezes demasiado restritivas na rentabilização dos recursos. A falta de estratégias e de promoção para algumas fileiras é igualmente referida, bem como a falta de “espírito de aventura” dos que ficaram, tendo os mais empreendedores saído. A municipalização do país não contribui para uma visão de conjunto do BG. É criticada a dispersão de responsabilidades sobre o território, particularmente sobre o rio, o que condiciona o seu aproveitamento. Também a lógica funcionalista é tida como demasiado presente no território, esperando sempre o que vem e quem vem de fora para alavancar o desenvolvimento. “Mas em relação aos recursos, há um ponto que é essencial acentuar: - É o comportamento de algumas zonas da administração central! Particularmente na área do ambiente e do território, que têm sido muito madrastas para as perspetivas, que de um momento para outro se têm aberto, de investimentos importantes, criadores de postos de trabalho e que poderiam modificar um bocadinho a situação de despovoamento que estas regiões têm sido atingidas.” “Quando aparecem investidores a tentar explorar, encontram logo...são tantas as dificuldades, que alguns não começam, outros começam e desistem pelo caminho.” “Toda a questão do rio...Praticamente: - Exploração zero! As florestas que estão agora a surgir, ninguém têm uma estratégia para aquilo.” (...) “as pessoas mais empreendedoras saíram! Os que ficaram foram os que lhes falta espírito de aventura! Temos de ir buscar pessoas fora para dinamizar o território!”“Faz falta uma promoção ao nível do negócio.” “Há um rio fantástico mas a exploração é quase zero! Nós nunca soubemos vender bem o território. Há falta de informação sobre os recursos. Porque à volta deste território é difícil encontrar gente que o queira dinamizar (...)Temos um país municipalizado e quando isto acontece, cada município trabalha para si próprio, promovendo o seu próprio município, não tendo uma visão mais ampla.” “Muitas vezes, os empresários precisam que lhes facilitem a vida! Não permitindo ilegalidades, mas não pedindo coisas absurdas. Porque os pareceres mesmo para um pequeno negócio são muitos, tudo agilizado e facilitado, as coisas funcionavam muito melhor. (...) Não devemos ter vergonha de fazermos coisas para ganharmos dinheiro. É lícito e para isso servem as empresas.(...) “Existem tantos entraves ao desenvolvimento do rio, que os políticos cansam-se. E quando se confrontam com a realidade que não mandam no rio, que tem muitas entidades que lá mandam...não se consegue desenvolver o rio! O rio não é só de um país! O rio é um problema! Falta lobby, falta por os presidentes todos a falar todos a mesma linguagem (...) Nunca se conseguiu mostrar o potencial do Guadiana (...) O rio tem de ser utilizado, senão não serve para nada! “As pessoas que estão no território sentem atração por meios maiores, estão fartas de estarem isoladas e fechadas!” [Refere-se ao facto das pessoas procurarem outras zonas mais urbanas] “(…) maior parte das entidades e de quem tem responsabilidades na sua gestão, não compreendem o que é um território. Não compreendem, não têm noção, não têm cultura de território muito consolidada e como tal, caem muitas vezes na tendência de priorizar aquilo que são as intervenções, projetos que estão sustentados em apoios, em investimentos, em “inputs” que vêm de fora para este território. Dão prioridade àquelas lógicas funcionalistas de transferências de verbas de outras regiões do país, do governo nacional, da união europeia, ou então àquela sempre lógica Sebastiana que é de esperar por investidores, de forma para resolver o seu assunto.

EVIDÊNCIAS
SUB TEMA: Potencial Endógeno

Categorias / Sub Categorias Informantes	Contributos para o Desenvolvimento do Território
	Mais de dois terços dos inquiridos reconhecem o interesse dos recursos como potencial endógeno contributivo para o DL, manifestando no entanto pouca mobilização nesse sentido. Mais informação e confiança generalizada nas organizações e instituições são desejáveis.
Técnicos/Empresários	Os recursos já dão um bom contributo para o desenvolvimento do território mas é necessário rentabilizá-los mais. É necessária mais informação e conhecimento junto das pessoas e articular com os seus saberes, inovar e transformar em recursos, o turismo ser mais um recurso. Há potencial mas falta alicerçar e encontrar boas estratégias para esse potencial. É criticado os recursos serem encarados como moda ou como chavão que depois se esquece não sendo garantida a sua sustentabilidade. Mais informação e conhecimento contribuem sempre para o desenvolvimento. Informação e conhecimento devemos associa-los a uma realidade destes últimos anos todos, a informação está afastada das pessoas. (...) E estamos afastados dos restantes recursos.(...)A informação está afastada das pessoas, porque foram afastadas. VRST tem recursos que não são só o turismo e não são valorizados. Focalizou-se só no turismo.(...) Reconhecer que o mar tem outras coisas, que a caça tem outras coisas, muitas coisas associadas e que pode haver DS no BG. Afastamento por causa do turismo. O turismo veio esconder nesta região os outros recursos”. Passa por identificar os recursos. Evoluiu-se no sentido de não se fazer aquilo que tradicionalmente se fazia para outras atividades, para que fomos ensinados, que sempre soubemos fazer.! Devemos inovar mantendo a tradição. Em concreto: tem potencial mas ninguém aponta caminhos para alicerçar esses recursos. Há certos recursos que são moda mas que passa rapidamente. No BG o desenvolvimento dos recursos tem funcionado por chavões. Mas os chavões passam de moda, não são eternos, está na moda mas depois passam muito rapidamente. Os recursos estão identificados, estão promovidos mas depois não foram sustentados.” “O conhecimento e a informação existente sobre os recursos, não chegam a todos. Desta forma não pode estar a contribuir para um verdadeiro desenvolvimento do BG. Porque muitas pessoas não se interessam e julgam que se os recursos sempre estiveram presentes no território (e nunca despoletaram desenvolvimento) não será agora que o irão incrementar.”{o facto dos recursos nunca terem gerado desenvolvimento é um constrangimento porque leva as pessoas a não acreditarem] “O conhecimento e a informação contribuem sempre para o desenvolvimento do BG.(...) “Pouca informação dos recursos locais. Quem habita os territórios não tem mais informação sobre os recursos.” (...) “Deverá haver maior acompanhamento nas questões dos recursos.”[Refere-se ao facto de ser necessário acompanhar melhor a forma de gestão dos recursos].Não há informação como devia A informação só chega a alguns.”
Presidentes de Câmara	O rio com potencial de desenvolvimento único mas gera pouca riqueza. O melhor aproveitamento económico dos recursos depende da qualidade dos políticos que tenhamos a governar o nosso país. Representam de facto um capital fundamental para o BG. O Rio é um capital que merece outra atenção distinta da que tem tido até aqui. “Do que são os recursos como o Guadiana, podem potenciar na região, mas têm que ser bem trabalhados”. (...) “Depende da qualidade dos políticos que tenhamos a governar o nosso país (...)” [Refere-se à influência da qualidade dos políticos como um fator decisivo para o aproveitamento] “Os decisores políticos nunca olharam para o território com a visão de que o território tem muito potencial para criar riqueza!”. “(…) e que é um capital que merece outra atenção distinta da que tem tido até aqui!” (Refere-se ao Rio “Nós, parece que temos vergonha dos produtos! São às vezes coisas tão boas!” Tem de haver uma visão não apenas municipalista ou regionalista mas a nível nacional porque só há incentivos se há políticas, se há argumentos futuro para outros rios, porquê não tentar alguma coisa para este?!”

Atores chave	Os recursos endógenos são referidos como determinantes neste território e o seu potencial pode criar emprego e fixar pessoas. O próprio subsolo contém recursos ainda por explorar. É preciso maior motivação para os negócios particularmente a partir dos recursos. As parcerias são igualmente tidas como essenciais para um modelo de desenvolvimento diferente. Salientado o papel das ADLs e ONGs no território mas faltando fluir a informação e as parcerias bem como a cultura do território. Refere-se que o turismo não é o único recurso e que se for assim encarado é limitativo. “O modelo de desenvolvimento para o Baixo Guadiana tem que ser diferente daquele que se tem desenvolvido até agora. Tem de ter parcerias mais fortes e duradouras, com objetivos fortes em termos de desenvolvimento.”[Refere-se ao modelo de desenvolvimento como um constrangimento para o aproveitamento dos recursos” (...) “Os territórios já estão suficientemente trabalhadores em ADL’s, também ONG’s. Como há pouco trabalho em conjunto, pouca partilha e isto muitas vezes resulta da falta de confiança, a informação não flui de um lado para o outro. E se juntarmos a isto a tal falta de cultura do território, alguma ignorância ou arrogância perante modelos mais adequados a áreas frágeis de baixas densidades e procurando sempre as grandes intervenções de grande escala, pesadas...” “São vitais para o desenvolvimento deste território.” (...) Os recursos têm capacidade de criar emprego!” “É mais uma que não está devidamente investigada.” [Refere-se ao subsolo] “Devemos explicar às pessoas como podem criar riqueza explorando os recursos locais (...) Há muita dificuldade em falar de lucro, criar riqueza. Falamos de forma muito abstrata, mas quando alguém quer fazer alguma coisa é uma complicação! Temos que (quem intervém no território) força suficiente para criar uma lógica de negócio (sem problema nenhum), e depois motivar as pessoas estejam elas onde estiverem.” (...) “Estamos numa região turística e estamos habituados a que tudo se resolva pelo turismo” [Refere-se ao facto do turismo ser encarado como o único recurso, o que é limitativo].

SUB TEMA: TURISMO → Como espaço para o desenvolvimento

Sub Tema	Categorias / Sub Categorias
Turismo → Como espaço para o desenvolvimento	Potencial do território para o turismo
	Recursos e estratégias
	Impactos
	Fatores facilitadores
	Fragilidades
	Papel das autarquias e outros agentes
	Contributo para o Desenvolvimento

Opinião das Comunidade (sustentada no questionário)

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Potencial do território para o turismo	Existem recursos endógenos potenciadores do turismo.
Recursos e estratégias	A ligação e sentido de pertença ao território influenciam o envolvimento e participação o que é potenciadora de atividades económicas
Impactos	O envolvimento da comunidade
Fatores facilitadores	Algum consenso à volta do papel estruturante do “efeito navegabilidade” do Rio Guadiana
Fragilidades	Falta de informação
Papel das autarquias e outros agentes	É referida a importância da ação coletiva das entidades locais
Contributo para o Desenvolvimento	O Turismo revela-se importante

Opinião dos Técnicos e Empresários

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Potencial do território para o turismo	O território tem potencial para o turismo mas é preciso melhorar o conhecimento que se tem dos recursos e do seu aproveitamento económico. É fundamental envolver as pessoas. Os recursos não estão a ser bem aproveitados para o turismo. Salientado que os turistas valorizam a diferença e que este território pode tirar partido disso podendo funcionar em baixa densidade. É referido que muito tem sido feito mas que é preciso articular tudo, aproveitar o Guadiana como “veio” estruturante de todo este processo e que para isso todo o Baixo Guadiana deve estar envolvido e as comunidades devem participar de forma ativa nessa estratégia. Cada concelho só por si dificilmente conseguirá.
Recursos e estratégias	O rio como o grande recurso e a estratégia para o turismo deve passar muito pelo próprio rio. A navegabilidade pode servir de alavanca ao desenvolvimento. Não é desejável um turismo de massas. O turismo deve servir de estratégia para potenciar todos os outros recursos que o território tem e não para os inibir.
Impactos	O turismo tem impactos positivos se for bem pensado e se houver uma estratégia que seja criada para todo o território e que seja participada pelas entidades e pessoas do território. Deve ser acautelada a sustentabilidade dos recursos e tirar partido da posição geográfica do BG. Tem impactos no emprego, na qualificação, na economia, no aproveitamento dos recursos endógenos e na coesão territorial e social.
Fatores facilitadores	A proximidade das costas algarvia e andaluza, a possibilidade da navegabilidade, os recursos patrimoniais e ambientais, o clima, a tranquilidade, as relações de vizinhança, a autenticidade do território e de muitos produtos, a história e cultura, as áreas protegidas do território e as que estão próximas.
Fragilidades	É preciso mais e melhor informação sobre o papel que o turismo pode ter no desenvolvimento do BG. Alguma indefinição resultante da falta de estratégia de intervenção e de uma visão para todo o território. Fragilidade na promoção e comercialização do território. Demasiada dependência do exterior.
Papel das autarquias e outros agentes	Todos têm um papel importante. As autarquias assumem uma relevância no território. É salientado a necessidade de maior articulação quer das entidades locais quer com as regionais. Demasiada burocracia e muitas entidades envolvidas atrasam os processos e inibem o desenvolvimento das atividades. Incompatibilidades de uso definidas por políticas públicas pouco adaptadas ao território. As entidades deviam funcionar como facilitadoras.
Contributo para o Desenvolvimento	O turismo dará um bom contributo e pode servir de alavanca. Mas deve ser entendido com transversal a processo de desenvolvimento mais alargado, ser integrador. Deve ser planeado e participado por forma a trazer riqueza para o território e não pôr em causa outros modelos no futuro. Terá mais impacto e de maior rapidez se for implementado em conjunto no BG.

Opinião dos Presidentes de Câmara

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Potencial do território para o turismo	Rio como recurso inquestionável. Existência de áreas naturais. Produto como contraponto ao sol e praia. Possibilidade de criação de pacotes turísticos. Turismo sustentável.
Recursos e estratégias	Bacia do Guadiana como marina internacional natural. O Sotavento e a Serra podem ser estrategicamente promovidos e “vendidos” em conjunto, bem

	estruturados, fazer vários pequenos eventos. Importância dos atores locais. Produtos silvestres como os cogumelos, como o figo, o mel. E o sal. Birdwatching. O objetivo é chegar com os turistas a Mértola
Impactos	O desenvolvimento turístico no território depende do desassoreamento da Barra. Um rio navegável, internacional, referência enquanto recursos hídricos mas com ausência de condições para a navegabilidade. Áreas naturais abandonadas sem agenda própria, sem processos de inclusão de outros atores. “São espaços, são ghettos ambientais”. (Entende-se que o Turismo teria forte impacto no desenvolvimento, mas não tem devido a fragilidades).
Fatores facilitadores	Um porto comercial de qualidade com condições ímpares para complementar a oferta turística que se pratica no litoral. É fácil subir o rio, o turismo hoje procura ar puro, beleza natural, silêncio, paz, elementos que existem no BG em abundância. O capital humano como fator facilitador. Potencial em termos de produção associada ao mundo rural de fatores que podem ser fundamentais neste território. A riqueza patrimonial diversificada em todo o BG.
Fragilidades	Necessidade do desassoreamento do rio como porta de entrada o que constitui a âncora que é de facto a navegabilidade do rio. Os investimentos são mais onerosos que no litoral. Organismos da Administração Central que obstaculizam. Pouca agressividade do setor empresarial. Falta de estratégia de marketing conjunto do BG. Falta de portos, marinas e cais de acostagem. Subaproveitamento do rio. Mais que falar é preciso agir mas agir de uma forma organizada, de uma forma coordenada e tendo uma agenda! “É preciso termos organização neste BG. O que é que nós queremos? Como é que nós vamos lutar para isto”. A divisão administrativa, a não articulação funcional efetiva no território dificulta o processo de desenvolvimento. É um rio internacional um Guadiana Algarvio, um Guadiana Alentejano de onde resulta um conjunto de dificuldades às dinâmicas porque os interlocutores e as jurisdições são tantas, que são esgotantes, que acabam por resultar em forças de bloqueio. Necessidade da conclusão do UC 27. Falta de reconhecimento a nível das políticas de governação a nível nacional. Dependência das políticas nacionais.
Papel das autarquias e outros agentes	As câmaras têm um forte papel dinamizador e devem acarinhar os investidores e devem ter uma agenda conjunta no território. Dificuldade em cativar os operadores turísticos. Os governantes preocupam-se mais “pela alta política e não se preocupam com a vida das pessoas destes pequenos territórios como é o caso deste. E não têm noção, que eles não têm indicadores económicos a nível da macro economia sem pôr a funcionar estes pequenos territórios. Necessidade de decisões eficazes e adequadas a este tipo de territórios.
Contributo para o Desenvolvimento	O Rio como garante do futuro do território. Potencial no combate à sazonalidade, porque uma boa parte do despovoamento do interior, deste interior, começou a dar-se com o fenómeno no turismo do litoral. Sentimento que o futuro está no Turismo e no Rio. Conjunto de potencialidades suportadas pelos recursos locais e com francas possibilidades de gerar desenvolvimento económico e social.

Opinião dos Atores Chave

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Potencial do território para turismo	É unânime a aceitação de que o território tem potencial para o turismo. O Guadiana assume um papel fundamental nessa estratégia porque pode atrair e “conduzir” turistas para o território. O turismo cultural é tido também como interessante para o BG.
Recursos e estratégias	Os recursos de referência são o ambiente, o património na sua diversidade, o rio cinegética, o subsolo e a própria localização geográfica. Como estratégia é

	apontada a necessidade de promover o território, a sua especificidade e qualidade de vida O turismo científico que atraia um público diferente, bem como o cativar de quadros qualificados é também apontada como oportunidade. É referido o próprio ritmo do território como uma diferenciação a ser utilizada como estratégia.
Impactos	O turismo é visto como fator importante, em particular o fluvial, pode ter um efeito de alavanca, quer economicamente quer de animação do território. Não com a ideia de massificação nem de panaceia mas sim de efeito e transversal. É salientada a importância de entender o turismo como atividade que ligue o território vertical e horizontalmente, ligando as áreas do litoral com as do interior, encarando a atividade de forma holística, sistémica e como enquadradora de um processo mais vasto.
Fatores facilitadores	O rio, o mercado espanhol, as práticas de turismo já presentes, o território estar abrangido pelo programa LEADER, a existência de algumas infraestruturas de apoio aos turistas, são razões apontadas como facilitadoras. Prática de receber turistas estrangeiros bem como a própria história do território enquanto porta aberta para o mundo, de alguma forma deixando o hábito do contato com outros povos e outras culturas, como potenciadoras de efeito facilitador.
Fragilidades	A dependência das políticas e dos investimentos centrais ou ainda da burocracia e restrições de variada ordem, sendo o desassoreamento o exemplo mais flagrante. A não articulação dos vários recursos, a pouca aposta no turismo de interior e a fragilidade de cuidados médicos, são referidas como inibidoras da atividade. A falta de estratégia para a venda dos produtos e da própria localização geográfica. É ainda salientada uma eventual massificação turística se a atividade não for acompanhada, dado que se trata de uma “indústria”.
Papel das autarquias e outros agentes	Ao atores locais como elos importantes, sobretudo se articularem as suas competências. As autarquias devem atrair investimentos públicos e privados, encontrar soluções para fixar pessoas, encontrar formas de atrair clientes para os negócios locais como é o caso do turismo e não esperar que o turismo resolva todos os problemas, as políticas de desenvolvimento devem ser diversificadas.
Contributo para o Desenvolvimento	A boa qualidade de vida, o encurtar de distâncias e uma nova agricultura ligada às hortas e o turismo cultural que procura este tipo de produtos e de experiências, são contributivos para o desenvolvimento. A cultura, o património as vivências com forte carga cultural podem ser atrativos para o turismo neste território porque ainda existem. A complementaridade de todos estes fatores com a navegabilidade do Guadiana é tida como importante para o BG..

SÍNTESE SUB TEMA: TURISMO → Fator de Desenvolvimento

Categorias/Sub Categorias Informantes	Potencial para o turismo	Recursos e estratégias	Impactos	Fatores facilitadores	Fragilidades	Papel das autarquias e outros agentes	Contributo para o Desenvolvi
Comunidade	Existe potencial Turístico e a atividade é considerado importante	Relação de identidade e pertença com o território	Envolvimento da comunidade	Guadiana como elemento estruturante	Falta de informação	É importante a ação conjunta dos agentes no território	Atividade económica de relevo no desenvolvimento do território
Técnicos/Empresários	Potencial mas é preciso expandir o conhecimento e informação. Recursos deficientemente aproveitados para o turismo. É preciso articular, aproveitar o Guadiana como meio estruturante de todo este processo. Comunidades devem participar de forma ativa nessa estratégia.	O rio como o grande recurso. Oportunidades para o turismo devem passar pelo próprio rio e por potenciar todos os recursos, especificidades e envolver todo o BG. Navegabilidade pode servir de alavanca ao desenvolvimento. Não é desejável um turismo de massas.	O turismo tem impactos positivos se for bem pensado e se houver uma estratégia que seja criada para todo o território e que seja participada pelas entidades e envolver as comunidades. Deve ser acautelada a sustentabilidade e tirar partido da posição geográfica do BG. Tem impactos no emprego, na qualificação, na economia, no aproveitamento dos recursos endógenos e na coesão territorial e social.	A proximidade das costas algarvia e andaluza, a possibilidade da navegabilidade, os recursos patrimoniais e ambientais, o clima, a tranquilidade, as relações de vizinhança, a autenticidade do território e de muitos produtos, a história e cultura, as áreas protegidas do território e as que estão próximas.	É preciso melhorar a informação sobre o papel do turismo no desenvolvimento do BG. Indefinição resultante da falta de estratégia de intervenção e de uma visão para todo o território. Fragilidade na promoção e comercialização do território. Demasiada dependência do exterior.	Todos têm um papel importante com relevância das mas é necessária maior articulação com as entidades locais regionais. Demasiada burocracia e muitas entidades envolvidas. Indefinições de uso e políticas públicas pouco adaptadas.	O turismo dará um bom contributo e pode servir de alavanca. Mas deve ser entendido com transversal a processo de desenvolvimento mais alargado, ser integrador. Deve ser planeado e participado, em conjunto para todo o BG e não pôr em causa outros modelos no futuro.
Presidentes de Câmara	Rio como recurso inquestionável. Áreas naturais. Produto como contraponto ao sol e praia. Turismo sustentável.	Bacia do Guadiana como marina internacional natural. O Sotavento e a Serra podem ser estrategicamente promovidos e “vendidos”. Importância dos atores locais. Recursos silvestres como os cogumelos, como o figo, o mel. E o sal. Birdwatching. Um objetivo é chegar com os turistas a Mértola	O desenvolvimento turístico no território depende do desassoreamento da Barra. Um rio navegável, internacional, referência enquanto recursos hídricos mas com ausência de condições para a navegabilidades Áreas naturais abandonadas sem agenda própria sem processos de inclusão de outros atores. “São espaços, são ghettos	Um porto comercial com condições ímpares. Existência de atributos que o turismo hoje procura. Capital humano Potencial associado ao mundo rural A riqueza patrimonial diversificada em todo o BG.	Assoreamento é inibidor. Investimentos mais onerosos. Administração obstruiz. Necessária estratégia conjunto do BG e de robustez empresarial A divisão administrativa é disfuncional Falta de reconhecimento a nível das políticas de governação a nível nacional. Dependência das políticas nacionais.	As CMs assumem dinâmicas se substituição empresarial mas falta uma agenda conjunta para o território. Necessidade de decisões eficazes e adequadas a este tipo de territórios	O Rio como garante do futuro do território. Potencial no combate à sazonalidade, Expectativa de futuro no Turismo e no Rio. Conjunto de potencialidades suportadas pelos recursos locais com francas possibilidades de gerar desenvolvimento económico e social.

			ambientais”. (Entende-se que o Turismo teria forte impacto no desenvolvimento, mas não tem devido a fragilidades).				
Atores chave	É unânime que o território tem potencial para o turismo. O Guadiana assume um papel fundamental nessa estratégia porque pode atrair e “conduzir” turistas para o território O turismo cultural é tido também como interessante para o BG.	Recursos de referência: ambiente, património na sua diversidade, o rio cinegética, o subsolo e a própria localização geográfica. Estratégia: a promoção da especificidade do território, fixar quadros qualificados e o próprio ritmo do território como diferenciação.	O turismo pode ter um efeito de alavanca, quer economicamente quer de animação do território. Não com a ideia de massificação nem de panaceia mas sim transversal. É salientada a importância de entender o turismo como atividade que ligue o território vertical e horizontalmente, ligando as áreas do litoral com as do interior, encarando a atividade de forma holística, sistémica e como enquadradora de um processo mais vasto.	É fácil subir o rio, o turismo hoje procura ar puro, beleza natural, silêncio, paz, elementos que existem no BG em abundância. Potencial em termos de produção associada ao mundo rural de fatores que podem ser fundamentais neste território. A riqueza patrimonial diversificada em todo o BG.	Dependência das políticas e investimentos públicos, a burocracia e restrições. Não articulação dos vários recursos e promoção conjunta, a pouca aposta no turismo de interior e a fragilidade de cuidados médicos, são referidas como inibidora.	Atores relevantes se articularem as competências. Autarquias devem atrair investimentos públicos e privados, encontrar soluções para fixar pessoas. não esperar que o turismo resolva todos os problemas, as políticas de desenvolvimento devem ser diversificadas	Qualidade de vida, o encurtar de distâncias e uma nova agricultura ligada às hortas e o turismo cultural que procura este tipo de produtos e de experiências. A cultura, o património as vivências com forte carga cultural atrativos para o turismo. A complementaridade de todos estes fatores com a navegabilidade do Guadiana.

ANÁLISE VALORATIVA SUB TEMA: TURISMO → Fator de Desenvolvimento

Categorias/Sub Categorias Informantes	Potencial para o turismo	Recursos e estratégias	Impactos	Fatores facilitadores	Fragilidades	Papel das autarquias e outros agentes	Contributo para o Desenvolvimento
Comunidade	<u>Positivo:</u> Potencial dos recursos Valor dado a este sector	<u>Potenciais:</u> Relação de identidade e pertença com o território	<u>Positivo:</u> Envolvimento da comunidade	<u>Positivos:</u> Guadiana como elemento estruturante	<u>Fraquezas:</u> Falta de informação	<u>Necessidades:</u> Ação conjunta dos agentes no território	<u>Positivo:</u> Encarado como atividade económica de relevo
Técnicos/ Empresários	<u>Positivo:</u> Potencial dos recursos <u>Necessidades:</u> + Conhecimento + Informação + Articulação	<u>Potenciais:</u> O rio (o grande recurso) As especificidades dos recursos <u>Necessidades:</u> Envolver todo o BG	<u>Positivos:</u> Emprego e qualificação Economia, no Aproveitamento dos recursos endógenos Coesão territorial e social.	<u>Positivos:</u> Autenticidade Recursos patrimoniais História e cultura Recursos ambientais Áreas protegidas Clima	<u>Fraquezas:</u> Mal definidas: - Estratégia - Visão global para o território - Papel do turismo Promoção	<u>Negativos:</u> Demasiada burocracia Excesso de entidades Atrasos processuais Políticas públicas pouco adaptadas (promovem usos incompatíveis para o DS)	<u>Positivo:</u> Turismo pode servir de alavanca Pode gerar riqueza <u>Necessidades:</u> Ser transversal

	+ Participação da comunidade Melhor uso dos recursos <u>Exigência:</u> Guadiana como meio estruturante	Assegurar a navegabilidade em todo o território <u>Exigência:</u> Não é desejável um turismo de massas.	<u>Necessidades:</u> Criar uma estratégia para todo o BG Participação das entidades Envolvimento das comunidades Acautelar a sustentabilidade <u>Potenciais:</u> Posição geográfica do BG	Produtos Tranquilidade Relações de vizinhança Proximidade das costas algarvia e andaluza <u>Potenciais:</u> Navegabilidade	Comercialização Dependência do exterior	<u>Necessidades:</u> + Articulação entre as entidades locais e com as regionais. Entidades como facilitadoras	Ser integrador Ser planeado Ser participado Ser global em todo o BG Não pôr em causa outros modelos
Presidentes de Câmara	<u>Positivo:</u> Rio Áreas naturais. <u>Potencial:</u> Produto como contraponto ao sol e praia. <u>Exigência:</u> Turismo sustentável.	<u>Existentes:</u> Recursos silvestres Cogumelos Figo Mel Sal Birdwatching. <u>Potenciais:</u> Bacia do Guadiana como marina internacional natural Navegar até Mértola Sotavento e a Serra <u>Necessidades:</u> Pequenos eventos Atores locais dinâmicos	<u>Necessidades:</u> Desassoreamento da barra do Guadiana Navegabilidade + Turismo como fator de desenvolvimento Inclusão de + atores <u>Negativos:</u> Áreas naturais abandonadas Fragilidades na gestão turística	<u>Positivos:</u> Capital humano facilitador Riqueza patrimonial Atributos para um turismo de qualidade <u>Potenciais:</u> Porto comercial com condições ímpares Produtos rurais de valor acrescentado	<u>Fraquezas:</u> Rio assoreado Pouca infraestrutura de apoio à navegação Custo investimentos Administração Central cria dificuldades Jurisdições excessivas Empresariado fraco Inexistência de marketing conjunto IC 27 não concluído	<u>Positivos:</u> CM's assumem dinâmicas <u>Necessidades:</u> Agenda conjunta para o território do BG Decisões eficazes e adequadas ao BG Proteger investimentos	<u>Positivo:</u> Rio assumido como recurso fundamental Turismo como actividade de relevo Recursos locais <u>Potenciais:</u> Combate à sazonalidade do turismo no litoral Recursos locais gerarem desenvolvimento económico e social.
Atores chave	<u>Positivo:</u> Potencial dos recursos Papel do Guadiana Turismo cultural <u>Necessidades:</u> Poder atrair e “conduzir” turistas pelo rio	<u>Existentes:</u> Ambiente e Rio Património Cinegética Recursos do subsolo Localização geográfica Ritmo local (calmo) como diferenciação. <u>Necessidades:</u> Promoção da especificidade Fixar quadros qualificados	<u>Potenciais:</u> Efeito de alavanca SC e económica Unificação funcional do território do BG Transversalidade <u>Necessidades:</u> Não massificar Abordagem holística e sistémica Ligar litoral e interior	<u>Positivos:</u> Facilidade em subir o rio Riqueza patrimonial Diversidade natural Programa LEADER Hospitalidade Tradição de acolhimento <u>Potenciais:</u> Mercado espanhol Produções do mundo rural	<u>Fraquezas:</u> Dependência das PP's Burocracia Assoreamento do rio Interioridade Recursos pouco articulados Ausência de promoção e venda conjunta Pouca aposta no turismo de interior Fragilidade de cuidados médicos	<u>Positivos:</u> Funcionam como elos de ligação <u>Necessidades:</u> Atrair investimentos públicos e privados Fixar pessoas Gerir a articulação de competências Fomentar a diversidade das atividades do DL	<u>Positivos:</u> Vivência local Qualidade de vida Cultura Património Turismo cultural <u>Potenciais:</u> Nova agricultura <u>Necessidades:</u> Encurtar distâncias Navegabilidade do Guadiana

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: TURISMO → Espaço para o Desenvolvimento

Categorias / Sub Categorias Informantes	Potencial do território para o turismo
Comunidade	Os inquiridos salientam a importância do turismo e relevam o Rio Guadiana e o Património Natural como recursos turísticos.
Técnicos/Empresários	O território tem potencial para o turismo mas é preciso melhorar o conhecimento que se tem dos recursos e do seu aproveitamento económico. É fundamental envolver as pessoas. Os recursos não estão a ser bem aproveitados para o turismo. Salientado que os turistas valorizam a diferença e que este território pode tirar partido disso podendo funcionar em baixa densidade. É referido que muito tem sido feito mas que é preciso articular tudo, aproveitar o Guadiana como eixo estruturante de todo este processo e que para isso todo o Baixo Guadiana deve estar envolvido e as comunidades devem participar de forma ativa nessa estratégia. Cada concelho só por si dificilmente conseguirá. “O maior recurso é mesmo as pessoas (...) Motivar as pessoas a partilhar o que sabem fazer é muito importante para o nosso Conhecimento, enquanto pessoas do território e enquanto região. Valorizar as pessoas leva-nos ao crescimento. Doutra forma, dificilmente poderemos crescer.” [Refere-se ao facto de não se valorizar as pessoas, sendo isso um constrangimento, uma vez que as considera o maior recurso] (...) “Há pouca informação e a que há é pouco esclarecedora, não é sintética. (...) Fala-se muito mas por vezes não há informação suficiente.” “Não estamos a aproveitar os recursos para o turismo. Se entrássemos numa grande campanha de publicidade, como falava o João o nosso território é o que é, por esse desconhecimento... Se calhar é! Se abrissemos esta região ao turismo de massas, deixava de ter as características que tem. Funciona em baixa escala! Se tivermos gente a mais pode acontecer o que aconteceu com a praia que o João falou antes. As pessoas, hoje, querem a diferença. Com conhecimento tudo se desenvolve!”(H) [Refere-se à importância que o conhecimento dos recursos, o acesso à informação, tem enquanto fator de desenvolvimento] “É preciso ampliar a atuação no turismo apesar do que já se faz. E Têm que ser os quatro concelhos em conjunto. Cada um por si é mais difícil. E aproveitar o eixo do Guadiana.”
Presidentes de Câmara	O Guadiana é o grande recurso endógeno deste território. É uma riqueza fantástica. E em contraponto ao sol e à praia. O desassoreamento do rio, o criar condições para que os turistas, se eles pudessem chegar também por essa via eram, claro, interessantes. Sobretudo a questão turismo/natureza que tem uma grande mais-valia, dada a existência de espaços naturais de grande beleza, de atratividade.
Atores chave	É unânime a aceitação de que o território tem potencial para o turismo. O Guadiana assume um papel fundamental nessa estratégia porque pode atrair e “conduzir” turistas para o território. O turismo cultural é tido também como interessante para o BG. “Os outros (turistas) lentamente, já formados, já culturalmente interessados, tem vindo a aumentar lentamente. E esses dão sustentabilidade, as coisas também têm aumentado.” “Esse turismo fluvial tem uma importância muito grande. Os restaurantes também sabem que o rio e todo o fluxo turístico que vem pelo rio, são importantes. Há essa noção.”

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: TURISMO → Fator de Desenvolvimento Territorial

Categorias / Sub Categorias Informantes	Recursos e estratégias
Comunidade	90,7 dos inquiridos sente-se cidadão do BG e 61.4 entende que uma maior relação com o território influencia o grau de envolvimento e participação. 110 indivíduos dizem mesmo que “pertencem aqui, se identificam, se sentem envolvidos” 50, 3% sentem-se ligados a todo o território e 34.3 % , a uma parte do território. Apenas 14.9 % não sentem essa ligação.
Técnicos/Empresários	O rio como o grande recurso e a estratégia para o turismo deve passar muito pelo próprio rio. A navegabilidade pode servir de alavanca ao desenvolvimento. Não é desejável um turismo de massas. O turismo deve servir de estratégia para potenciar todos os outros recursos que o território tem e não para os inibir. Rio, elemento estruturante, característico do território.”(JR) “O rio é o ponto identificador do BG.”(N) “O rio é o grande potencial que temos! “(J) “A navegabilidade do Guadiana é a base de desenvolvimento desta região.”(JR) “Se abrissemos esta região ao turismo de massas, deixava de ter as características que tem. Funciona em baixa escala! Se tivermos gente a mais pode acontecer o que aconteceu com a praia que o João falou antes. ”(H) “Aqui é só o turismo. Mas é possível vermos outros recursos”(B) “Reconhecer que o mar tem outras coisas, que a caça tem outras coisas, muitas coisas associadas e que pode haver DS no BG. Afastamento por causa do turismo. O turismo veio esconder nesta região os outros recursos.”(B) “O turismo pode ser a alavanca para a produção. Faz sentido ter turismo rural de qualidade no território. Turismo rural de qualidade, que já há muitos. Eu quero que quem venha, parta do turismo rural para conhecer o território, que é complementar”(S) Porque em termos de recursos, VRST tem recursos naturais mas, que permitam o desenvolvimento mas, não estão virados para o turismo. E estamos afastados dos restantes recursos. (B)
Presidentes de Câmara	É inquestionável que sem haver nada, há aqui dezenas de iates. É apetecível fazer um passeio de iate até aqui, vindos das marinas. Este rio é uma marina natural! Este rio tem futuro! Claro que o Sotavento e a Serra podem ser vendidos em conjunto (venda do território enquanto estratégia). Um rio que é um rio navegável, um rio internacional, um rio que é uma das referências, tem aqui um porto comercial com grande qualidade e com todas as condições. (...) Produtos silvestres como os cogumelos, como o figo, o mel. Acho que era muito importante. Como sal. “Têm de surgir dentro do turismo outras atividades em complemento, como estamos a fazer com o Birdwatching” e como estamos a fazer com outros temas, outras potencialidades. Temos a questão do PNVG e de toda a biodiversidade que se conseguiu defender para esta região. Temos valores naturais muito importantes.” “O desassoreamento do rio, o criar condições para que os turistas, se eles pudessem chegar também por essa via era, claro que era interessante e os contactos que nós temos com vários operadores, várias agências, pessoas ligadas ao turismo, é que seria excecional os turistas conseguirem chegar a Mértola. O objetivo era chegar com os turistas a Mértola.”
Atores chave	O ambiente, o património na sua diversidade e o rio como recursos de referência. A cinegética, o subsolo e a própria localização geográfica são também assinalados como recursos importantes a par de uma agricultura de qualidade. Como estratégia é apontada a necessidade de promover o território, a sua especificidade e qualidade de vida que pode proporcionar. O turismo científico que atraia um público diferente, bem como o cativar de quadros qualificados para se fixarem, é também apontada como oportunidade. É referido o próprio

	ritmo do território como uma diferenciação a ser utilizada como estratégia. “O principal recurso local é o rio Guadiana. Independentemente da maneira como é tido em conta, e explorado. (...) Outro recurso importante é o ambiente! O ambiente na sua diversidade (...) “O subsolo não está suficientemente, já não digo explorado, digo: investigado. [Refere-se ao subsolo enquanto recurso e à sua exploração como estratégia].“O Guadiana é um recurso excecional, de uma importância que a história documenta e o bom senso demonstra a qualquer pessoa, além dos especialistas.” “ (...) a localização geográfica é mais um recurso.” (...) “Identificar os produtos válidos e levar às universidades, aos grandes centros nacionais e internacionais, promovendo o território no sentido sempre de trazer pessoas.” [Refere-se a uma estratégia]. “Temos de ter produtos que nos diferenciem, que motive as pessoas a procurá-los. O território tem de ser divulgado! (PB) [Refere-se a uma estratégia] “Há um rio fantástico (...) Temos a caça e outras coisas que poderão ser exploradas (...) a caça, o rio, a floresta...” “Temos de procurar pessoas que queiram vir para cá! Mostrar-lhes que cá têm melhor qualidade de vida. Pessoas que já tenham experiência na atividade a desenvolver, porque já está posicionado no negócio e pode trazer outras pessoas.” “Uma agricultura que se basei na qualidade e não na quantidade. Quer dizer: - É este o futuro destas zonas de interior que foram abandonadas pelos seus camponeses. (...) Esta massa imensa de terras de alta qualidade” “É essa hoje a nossa aposta, porque a nossa aposta, por exemplo, é uma aposta que passa também por um turismo científico. E esses são os melhores quadros que depois formam, se casam, se adaptam, ficam, gostam! Esses são os melhores quadros que começam a inverter todo o movimento de fuga e começam a contar para vir e são quadros altamente qualificados. Em minha opinião, esses podem ser o futuro destas zonas, não só aqui. Mas em algumas outras experiências interessantes, no interior que começam a ter, E estas sinergias de quem vem de vez e se quer vir para cá, e aqueles que se querem ir embora, há aqui um choque curioso que pode ser vantajoso à região.” “E um território agrícola que tem de desenvolver, que tem de alimentar os próprios turistas que vão chegando (...) “As questões ligadas a um território lento, um território onde os ritmos são completamente distintos das áreas de grandes intensidades das grandes cidades, das áreas muito dinâmicas do litoral do Algarve, ou da Andaluzia. Veja-se por exemplo, questões ligadas ao “slow food”, às “slow cities”, os territórios lentos, estou a dar um exemplo, como outra coisa qualquer, que é visto normalmente sempre como uma debilidade, como um constrangimento, pode também ter possibilidade de alguns dos seus segmentos serem desenvolvidos na área positiva. Até os ritmos deste território podem constituir um recurso. Como um território distinto, que tem os seus ritmos, que tem preciosismos culturais...”

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: TURISMO → Fator de Desenvolvimento Territorial

Categorias / Sub Categorias Informantes	Impactos
Comunidade	64.8% dos inquiridos sente-se envolvido neste processo
Técnicos/Empresários	O turismo tem impactos positivos se for bem pensado e se houver uma estratégia que seja criada para todo o território e que seja participada pelas entidades e pessoas do território. Deve ser acautelada a sustentabilidade dos recursos e tirar partido da posição geográfica do BG. Tem impactos no emprego, na qualificação, na economia, no aproveitamento dos recursos endógenos e na coesão territorial e social. Parece que o desenvolvimento do BG é só o turismo. (...) O turismo veio esconder nesta região os outros recursos. “O turismo pode ser a alavanca para a produção”. Tem de haver uma estratégia para o território no seu todo para ter impacto.” (...) ser sustentável (...) tirar proveito da posição geográfica.” Teria impacto no emprego que aumentaria, na coesão territorial e aproximaria as comunidades. Os produtos locais vendiam-se mais”.

Presidentes de Câmara	Como referência a ideia de que o turismo, muito ligado ao Guadiana e à sua potencial navegabilidade (se desassoreado) pode induzir um processo de desenvolvimento, com particular relevo nos concelhos do interior. “O desassoreamento do rio, o criar condições para que os turistas, se eles pudessem chegar também por essa via era, claro que era interessante e os contactos que nós temos com vários operadores, várias agências, pessoas ligadas ao turismo, é que seria excepcional os turistas conseguirem chegar a Mértola pelo rio. O futuro passa por aí, pelo turismo.” “O rio pode-nos levar o desenvolvimento, pode ser uma fonte geradora de riqueza e de bem-estar das zonas mais interiores do território, contribuindo para evitar este fenómeno do despovoamento que o território tem tido na parte interior. Neste momento o turismo já tem um papel importante em todo o território do BG. Os concelhos mais a sul têm uma lógica de turismo diferente. Pode haver realmente um trabalho maior.”
Atores chave	A importância do turismo, particularmente do segmento fluvial, quer do ponto de vista económico quer de animação do território. Não com a ideia de massificação nem de panaceia mas sim de efeito alavancador e transversal. É salientada a importância de entender o turismo como atividade que ligue o território vertical e horizontalmente, ligando as áreas do litoral com as do interior, isto é encarando a atividade de forma holística, sistémica e como enquadradora de um processo mais vasto. “Esse turismo fluvial tem uma importância muito grande. Os restaurantes também sabem que o rio e todo o fluxo turístico que vem pelo rio, são importantes. [Impacto na economia local] “Os empresários da hotelaria podem dizer, que fazem pouca despesa, mas no fundo, prezam-nos muito! [Refere-se aos turistas espanhóis] A população gosta de ver, a população tem consciência que é muito bom! Estes barcos todos que sobem, no verão, ao fim-de-semana vem uma série de barcos, uns vão para Sanlúcar, outros vão para a Estalagem, outros ficam aqui. Dá animação à terra! É positivo!”(...) “Não vai gerar milhões de turistas, mas vai trazer riqueza para o território (...) O turismo vai ser mais uma valia! (...) É mais um produto, importante é certo. Não será a salvação do território!” “Inevitavelmente ligado ao turismo. Porque ele vem aí. Está a crescer.” [Refere-se ao facto de considerar o desenvolvimento “inegavelmente ligado ao turismo”] “Eu não acredito no turismo, primeiro para estes territórios o turismo como um sector único, quase como se fosse uma indústria transformadora que funciona “per si” para se conseguir implementar, sustentar e aguentar-se neste território. Quanto mais criar efeitos dinamizadores de outras atividades a montante a jusante. O desenvolvimento, o aproveitamento, os recursos do Guadiana dos quais a navegabilidade faz parte e o turismo encarado numa forma holística, global, sistémica com se fosse um chapéu-de-chuva que cobre outras atividades, aí sim! Não sectorialmente mas como algo transversal, aí faz todo o sentido” “Agora não fiquemos à espera, é colocar toda a nossa disponibilidade financeira, mental, criatividade, etc. num projeto de dinamização da navegabilidade do Guadiana e das suas margens, como se fosse a coisa prioritária a fazer para estes territórios, não! É mais uma área de intervenção, é mais outro nicho importante. Até porque os territórios, por exemplo: Mértola, Alcoutim, etc, não se limitam apenas à área de influência direta ou indireta do Guadiana. Há espaços territoriais aqui que se interligam e que é preciso fazer estes, coser, cerzir estas ligações. Não é só uma ligação no trabalho, no sentido latitudinal, isto é: norte/sul mas também no sentido com as áreas interiores e de cada um dos sítios do Baixo Alentejo, de Espanha e do Algarve. Interior e litoral.” “Agora não é a resolução dos problemas. Não é a panaceia! Nunca pensar... nem é do ponto de vista territorial nem do ponto de vista sectorial. O turismo não é!”

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: TURISMO → Fator de Desenvolvimento Territorial

Categorias / Sub Categorias Informantes	Fatores facilitadores
Comunidade	61,4 % dos inquiridos reconhece a importância da navegabilidade do Guadiana para o Turismo
Técnicos/Empresários	A proximidade das costas algarvia e andaluza, a possibilidade da navegabilidade, os recursos patrimoniais e ambientais, o clima, a tranquilidade, as relações de vizinhança, a autenticidade do território e de muitos produtos, a história e cultura, as áreas protegidas do território e as que estão próximas. “As pessoas, hoje, querem a diferença.” [Refere-se ao facto do turismo do BG funcionar em baixa escala, o que marca a diferença] “É importante ter em conta as praias do algarve e da Andaluzia e o património, os parques e a cultura” (...) “Temos uma história muito antiga que deve ser aproveitada. E há bom relacionamento entre as comunidades apesar de ser precisa mais articulação”.
Presidentes de Câmara	As condições paisagísticas, a facilidade de subir o rio (até ao Pomarão), o silêncio, ar puro, produtos locais, são entre outros, fatores que podem facilitar o interesse pelo turismo neste território. A existência de uma Associação (ATBG) que engloba os quatro concelhos pode também ter um efeito facilitador “Temos condições ímpares para complementar a oferta turística que se pratica no litoral. É fácil vir por este rio acima. O turista estrangeiro procura ar puro, beleza natural, silencio, paz e nós temos isso.” A associação [Associação Terras do Baixo Guadiana] pode agarrar nisso e promover. (Refere-se ao facto de já haver uma Associação que é trans regional) Aqui há pessoas. (Refere-se ao capital humano como fator facilitador). (...) “Um potencial em termos de produção associada ao mundo rural de coisas que poderiam ou podem ser fundamentais neste território., um conjunto de potencialidades que tem a ver com esses recursos, que tem a ver com o sol, que tem a ver com esta qualidade climática, que tem a ver com o ar que respiramos. Num concelho como Mértola, com as questões do património, com a questão da arqueologia, com os valores do passado, é muito interessante para o turista, um território destes.
Atores chave	O rio, o mercado espanhol, o já existir alguma prática de turismo, principalmente fluvial e patrimonial, o território estar abrangido pelo programa LEADER, a existência de algumas infraestruturas de apoio aos turistas, são razões apontadas como facilitadoras. É referida a prática de receber turistas estrangeiros bem como a própria história do território enquanto porta aberta para o mundo, de alguma forma deixando o hábito do contato com outros povos e outras culturas, como potenciadoras de efeito facilitador. “Toda a margem direita do Guadiana, a começar por Mértola e a margem esquerda, isto tem potencialidades, são 1 milhão e tal de espanhóis que vivem aqui, nestas zonas”. “Aqui hoje, há bastante turismo que vem pelo rio. Nós recebemos aqui um navio -hotel que vem de Cádiz, durante todo o período do verão e que trás turistas. Há muitos pequenos cruzeiros que vêm de VRSA, de Ayamonte, hoje creio, que o Hotel Guadiana de Alcoutim vive muito deste turismo fluvial.” [Já existe uma prática de turismo, o que é um fator facilitador] “VRSA, uma grande parte dos comerciantes não queria a ponte do Guadiana, nunca eles fizeram tantos negócios como depois da ponte.”[Refere-se à ponte como um fator facilitador] Sim, vê-se!” [Refere-se ao facto de existir, no território do BG, alguma dinâmica económica, o que é demonstrado pelo nº de projetos de cariz turístico apresentados ao LEADER] “Aqui há! A casa de artesanato que está aberta ao fim-de-semana, restaurantes também há ao fim-de-semana.” [Refere-se ao facto de haver estruturas de apoio ao turismo] “Os outros trazem franceses, belgas e espanhóis, os que vêm de Cádiz.” [Refere-se a um investidor privado que já desenvolve atividade no território, havendo um hábito de trazer turistas]

	“Por isso o interessante deste polo ao longo da história foi a chegada aqui de todas as novas ideias, das novas religiões, dos novos contactos com tudo o que era civilização mundial da época do Mediterrâneo.” [Refere-se ao passado histórico da bacia do Mediterrâneo e aos vestígios que o mesmo deixou e que considera facilitadores] “Historicamente era uma capital política, foi-o de uma certa importância, de um contacto e daí as suas especificidades. Estamos num sítio aberto ao mundo, isto sempre esteve aberto ao mundo através do comércio.” [Refere-se ao facto de que o território do BG, historicamente, foi uma área comercial importante, havendo o hábito das trocas comerciais, do contacto com outros povos. Esta importância foi não só económica e política como também deixou vestígios físicos e culturais que hoje têm relevância]

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: TURISMO → Fator de Desenvolvimento Territorial

Categorias / Sub Categorias Informantes	Fragilidades
Comunidade	Mais de 56 % dos inquiridos diz haver falta de informação sobre os recursos
Técnicos/Empresários	É preciso mais e melhor informação sobre o papel que o turismo pode ter no desenvolvimento do BG. Alguma indefinição resultante da falta de estratégia de intervenção e de uma visão para todo o território. Fragilidade na promoção e comercialização do território. Demasiada dependência do exterior. “É preciso encontrar um caminho conjunto para o BG, e clarificar por onde vamos em termos de turismo. O que se quer. E devíamos contar mais com os que cá estão e podem investir. Pensar só no que vem de fora não é solução.” “Há pouca informação e a que há é pouco esclarecedora, não é sintética. É uma temática muito falada mas sem informação precisa que permita as pessoas conhecerem esses recursos. As pessoas perdem-se com facilidade. Descubro ocasionalmente aspetos que não estão devidamente divulgados. Fala-se muito mas por vezes não há informação suficiente”. “O trabalho de divulgação leva as pessoas a descobrir principalmente, os turistas. Pouca informação dos recursos locais.”[Refere-se à existência de pouca informação] “Em Alcoutim foi feito um investimento grande de divulgação dos recursos, caça, museus, igrejas... Houve afluência grande na sequência, mas com o passar do tempo a divulgação, diminuiu, talvez por reflexo de crítica às coisas que estavam a ser divulgadas, hoje vê-se que o afluxo tem estado a regredir(...). Deverá haver maior acompanhamento nas questões dos recursos. (...)” “Há certos recursos que são moda mas que passa rapidamente. No BG o desenvolvimento dos recursos tem funcionado por chavões. Parece que acabaram os recursos financeiros para continuar a promover. Mas os recursos, essa informação vivia de chavões. Mas os chavões passam de moda, não são eternos, está na moda mas depois passam muito rapidamente.”
Presidentes de Câmara	“Um investimento é mais fácil rentabilizar em Albufeira que aqui em Alcoutim. O desassoreamento do rio e o balizamento é uma coisa que já se fala há décadas, e tal como muitas coisas que não funcionam. Também os organismos não funcionam. O IPTM não funciona! Nunca funcionou! Só servem para obstaculizar, para dificultar, para dar pareceres negativos! Porque para fazerem alguma coisa de útil, não existem! São organismos que existem só para não fazerem nada, só para criarem dificuldades. As câmaras têm as competências que têm, a sensibilidade que têm...de facto há que haver uma complementaridade entre câmaras e empresários na área, e os empresários também têm falhado muito. (Refere-se ao facto de haver pouca articulação entre a autarquia e os investidores privados no que concerne à exploração/gestão dos recursos). Se houvesse apoios; mais portos, marinas, mais docas... era um maná. Algumas áreas naturais, que(...)

	estão completamente votadas ao abandono, sem uma agenda própria, sem processos de inclusão de outros atores dentro das suas próprias atividades. A alta política não preocupa com a vida das pessoas destes pequenos territórios como é o caso deste. E não têm noção, que eles não têm indicadores económicos a nível da macro economia sem por a funcionar estes pequenos territórios. Se não tivessem sido levantadas tantas dificuldades, tantas barreiras, que nós hoje teríamos um BG completamente distinto. Enquanto não for feita esta questão da limpeza do rio, do desassoreamento, pelo menos até Alcoutim, mesmo até ao Pomarão, acho que tudo aquilo que se faça, falta-lhe a âncora que é de facto a navegabilidade do rio. Acho que isso tem muito a ver. A não articulação funcional efetiva no território também não ajuda nada a este processo de desenvolvimento. E ainda temos de acrescentar a isso, um Guadiana Espanhol, um Guadiana Algarvio, um Guadiana Alentejano; de tudo isso resulta um conjunto de dificuldades às ações que eventualmente se podiam criar. Porque os interlocutores e as jurisdições são tantas, que são esgotantes, que acabam por resultar em forças de bloqueio. Não é fácil envolver os agentes de viagens e os operadores. As ligações, as acessibilidades, nomeadamente o IC 27 tinha que ser continuado, até ligar à autoestrada mas, principalmente até Mértola. Há muitas coisas que se poderiam fazer para poder dizer que aquele território tem esta mais-valia comparativamente com outros territórios. E seria por aí que se seguiria. As políticas nacionais dependem muito e fazem depender muito se vem ou não um investidor, se vem ou não uma empresa, se vem ou não um investimento. O rio tem sido esquecido e não tem sido aproveitado e não tem havido visão para perceber o que é que o desenvolvimento do rio pode trazer para as comunidades.
Atores chave	A fragilidade do território por estar dependente das políticas e dos investimentos centrais, mais interessados no litoral que no interior, ou ainda da burocracia e restrições de variada ordem, sendo o desassoreamento o exemplo mais flagrante. A não articulação dos vários recursos é também uma fragilidade. O Algarve não aposta muito no turismo de interior. A questão da fragilidade na prestação de cuidados de saúde é também referida como inibidora da atividade. A falta de estratégia para a venda dos produtos e do próprio território, não sendo potenciada a localização do território que podia até ser estratégica. É ainda salientada eventual massificação turística se a atividade não for acompanhada, dado que se trata de uma “indústria”. “Há esta consciência, que isto pode dar e depois há todos os desenganos, enormes muitas vezes. Como a ponte de Alcoutim - Sanlucar, que chegou a determinar alguns investimentos aqui. [Refere-se à inexistência da ponte como fator inibidor]“(…) “há um projeto aprovado com fundos, sobre a navegabilidade do Guadiana, e nunca mais arranca.”“(…) Projeto turístico, que acabou por não ficar aqui e ir para a Roménia, pelas permanentes dificuldades, adiamentos. O tratamento das questões ambientais tem que ser razoável, tem de haver um equilíbrio, não pode cortar o investimento e o desenvolvimento. Tem de adequar o investimento e o desenvolvimento.“ “É um rio turístico, e mesmo assim com limitações!” [Refere-se às limitações de aproveitamento do rio] “(…) mas também surgem dificuldades em relação aos projetos concretos que são apresentados, que esse importante recurso que temos, digamos que quase impar, [Refere-se ao recurso “Ambiente” e aos constrangimentos apresentados na sua rentabilização, nomeadamente ao nível do Turismo Sénior] “Em 1º lugar, o que definimos como turismo para ali? É importante perceber o que a gente tem! Temos de saber quais os produtos que podemos vender!(…)” [Refere-se à inexistência de uma estratégia] As entidades têm de estar abertas e disponíveis aos que querem investir no território. Têm de ser mais flexíveis.”(…)“Não potenciamos a nossa localização geográfica, temos de potenciar os nossos recursos”. “Temos a questão da saúde” [Refere-se ao facto de que o deficiente sistema de saúde existente no território é um fator fragilizador do turismo] “Os políticos estão como os empresários! Existem tantos entraves ao desenvolvimento do rio, que os políticos cansam-se. E quando se confrontam com a realidade que não mandam no rio, que tem muitas entidades que lá mandam...não se consegue desenvolver o rio! “Nunca se conseguiu mostrar o potencial do Guadiana. Quando se está a ganhar dinheiro com o litoral, quem é que se vai importar com o interior?! Quem se vai preocupar com o

	Guadiana, se existe ou não existe! (...) O rio tem de ser utilizado, senão não serve para nada!” “Nós estamos numa zona onde se a gente quiser, ou se a gente não quiser, esse tipo de indústria [Refere-se ao turismo] se vai desenvolver e vai açambarcar, vai-se instalar. E o Algarve foi de certa forma destruído pela massificação de um certo turismo de massas que não tem nada a ver com confrontos identitários. Portanto, este braço do Sul que vem até Mértola e que vem até toda esta região está em perigo de poder entrar em toda esta massificação gigantesca do turismo de massas.”(...) “Está a crescer e pode crescer mal.” [Refere-se ao turismo].

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: TURISMO → Fator de Desenvolvimento Territorial

Categorias / Sub Categorias Informantes	Papel das autarquias e outros agentes
Comunidade	Os inquiridos consideram muito relevante a ação coletiva das entidades locais no que se refere ao futuro do território. De fato, do inquérito resulta que todas as entidades referenciadas se constituem como relevantes/muito relevantes, desde os organismos da administração do Estado (que apresentam o valor mais baixo: 88.2%), até às Câmaras Municipais (como valor mais alto: 97.9%).
Técnicos/Empresários	Todos têm um papel importante. As autarquias assumem uma relevância no território. É salientado a necessidade de maior articulação quer das entidades locais quer com as regionais. Demasiada burocracia e muitas entidades envolvidas atrasam os processos e inibem o desenvolvimento das atividades. Incompatibilidades de uso definidas por políticas públicas pouco adaptadas ao território. As entidades deviam funcionar como facilitadoras. “As autarquias têm um papel enorme. As entidades, autarquias, associações, deveriam ter capacidade de comunicação e promoção do território e com as entidades regionais. As autarquias deviam ter uma maior capacidade de promoção e divulgação do território. Porque acaba por ser um suporte para dizer o que é bom, o que existe e visitável” ”As entidades têm que articular mais no território e na região. As políticas não são boas para este território muitas vezes, e complicam com papéis desnecessários.”
Presidentes de Câmara	É importante que os poucos investidores (e sérios), nós “tenhamos que andar com eles ao colo. Nós: Câmaras, CCDR, governo, porque é uma aposta. A câmara é que tem sido o motor de arranque disto tudo! Para se comprar um jornal em Alcoutim, teve a câmara de fazer um quiosque e concessioná-lo com a obrigatoriedade de vender jornais: para se comer em Alcoutim ao fim-de-semana, a câmara teve de fazer um restaurante e concessioná-lo com a obrigatoriedade de vender comida típica, inclusive para dormir, a câmara fez uma estalagem. Há que dar o valor a quem investe na Serra! Há que acarinhar essa gente, não podemos levantar dificuldades, como acontece muitas vezes. Deviam ser as câmaras a dinamizar esta agenda. (Refere-se à necessidade de uma agenda de preocupações conjunta, dinamizada pelas autarquias). É feito um trabalho, que eu acho que é positivo a esse nível. Metemos nas nossas praias umas barraquitas de madeira, para além de vendermos os nossos produtos, mais, onde vendemos o artesanato de Alcoutim e eventualmente também de Mértola, onde vendemos os queijos de cabra, onde vendemos o sal e onde temos sempre muita informação e onde incentivamos as pessoas a conhecerem o interior deste território, mas não é fácil. Isso, eu penso que tem de passar obrigatoriamente, que nós estamos a tentar fazer através da empresa municipal.] Dinamização de atividades de desassoreamento do rio, tentando criar condições para que os turistas possam chegar também por essa via. Têm contactos com vários operadores, várias agências, pessoas ligadas ao turismo, (o papel da autarquia enquanto detentor de

	contactos e dinamizador)
Atores chave	Ao atores locais como elos importantes, sobretudo se articularem as suas competências. As autarquias devem atrair investimentos públicos e privados, encontrar soluções para fixar pessoas, encontrar forma de haver clientes para aos negócios locais como é o caso do turismo. No entanto é salientado que não devem ficar à espera que o turismo resolva todos os problemas, as políticas de desenvolvimento devem ser diversificadas. “Não tem sentido nenhum!” [Refere-se ao facto dos agentes não articularem, dando como exemplo a questão dos percursos turísticos. A sua função era articularem porque assim contribuem para o DL]. (...) “A capacidade de captar investimento, porque sem ele o desenvolvimento também é muito difícil. (...) Captar investimento, seja público, seja privado.” [Refere-se ao papel dos agentes económicos e do investimento]. “Os municípios têm de encontrar soluções (...) Criar condições para que as pessoas não saiam dos territórios. Criar políticas que permitam as pessoas se fixarem no território. Parar este processo e inverter o ciclo. Os municípios podem arranjar clientes para os empresários.” “Não devem ficar à espera que o turismo resolva todos os problemas. Devem tomar outras medidas] “As entidades locais devem perceber que o Guadiana, em termos de desenvolvimento, é um espaço canal para as cidades de cariz histórico-cultural, são zonas de fronteira, são zonas de serra. É nesse sentido. Portanto: o “small is beautiful”, o lento não é mau aí.[Para terem outro tipo de intervenção, as autarquias devem perceber isto].

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: TURISMO → Fator de Desenvolvimento Territorial

Categorias / Sub Categorias Informantes	Contributo para o Desenvolvimento
Comunidade	É salientada a importância do turismo para o território
Técnicos/Empresários	O turismo dará um bom contributo e pode servir de alavanca. Mas deve ser entendido com transversal a processo de desenvolvimento mais alargado, ser integrador. Deve ser planeado e participado por forma a trazer riqueza para o território e não pôr em causa outros modelos no futuro. Terá mais impacto e de maior rapidez se for implementado em conjunto no BG. “Turismo é importante e leva outras coisas atras Mas deve integrar outros valores e recursos. Se for planeado em conjunto vai ajudar muito e produzir emprego e riqueza para a região”.
Presidentes de Câmara	O turismo aparece como fator importante na ótica dos políticos (presidentes das CMs) no desenvolvimento do território. As Câmaras desenvolvem um papel dinamizador e incrementador da atividade turística substituindo-se, por inexistência) aos empresários do sector, relevando assim a importância que atribuem a esta atividade no território.
Atores chave	A boa qualidade de vida e apesar de tudo as distâncias já não se medem em quilómetros, uma nova agricultura ligada às hortas e o turismo cultural que procura este tipo de produtos e de experiências, podem ser contributos para o desenvolvimento. A cultura, o património as vivências com forte carga cultural podem ser atrativos para o turismo neste território porque ainda existem. A complementaridade de todos estes fatores com a navegabilidade do Guadiana é tida como importante para o BG. As políticas públicas são tidas como ressalvas das possibilidades de desenvolvimento das zonas do interior como é o caso. “Há que trazer as pessoas porque o território tem uma boa qualidade de vida, suficiente para trazer as pessoas de qualquer lado e está próximo de qualquer coisa. As distâncias são limitações psicológicas das pessoas que lá vivem!” Não é a agricultura tradicional, é uma nova agricultura. (...) Pequenas hortas. A água fantástica que existe, é uma água que existe em todo o lado, cheia de vales, de poços em todo o lado, etc., já com uma rede de pequenas barragens, que permite alimentar e

	desenvolver um tipo de agricultura minoritária e de qualidade.” “É que o turismo cultural vai à procura disso. Primeiro porque o turista como qualquer animal, quer comer. E quer comer cada vez mais diferente do que come na cidade, do que come nos centros turísticos. Portanto, esta procura é aquilo que quer hoje o turista urbano cada vez mais. Urbanizado, claro! Que quer vir para os paraísos do interior, Este fenómeno vai ser do meu ponto de vista, a chave destas zonas do interior. Que foram abandonadas, que estão mais fora dos circuitos e que têm ainda uma carga cultural fortíssima e portanto, também condições de produção alimentar altamente qualificada. Todo este mundo que ainda existe nesta zona.” “Há gente habitualmente, gente de jovens que vêm já do meio urbano, mais ou menos empurrados pelo meio urbano donde vieram e que vêm à procura desse paraíso, dessas formas diferentes E locais como este, de alta qualificação já, com uma qualidade ambiental muito alta pelo abandono, é o que acontece habitualmente com os próprios monumentos! A gente sabe que muitos dos nossos monumentos existem e são únicos e são belos, porque foram abandonados.” “Temos recursos, temos potencial para isto!” (GM) [Refere-se a termos recursos para o turismo] “E depois de grandes questões aqui que eu vejo que pode ser trabalhada é o turismo visto sempre numa lógica o mais complementar possível relativamente àquilo que já está consolidado em destinos como o Algarve e a costa de Huelva. Exatamente nessa complementaridade que eu vejo a grande importância da navegabilidade.” [Refere-se às parcerias já constituídas com Espanha] “E hoje o rio é fundamentalmente uma marina” [refere-se ao subaproveitamento do Rio enquanto recurso estruturante] “Naturalmente que isto tudo tem que ver depois com circunstâncias que não residem apenas no território. Tem que ver com as vontades políticas que se localizam no plano central, no plano regional.”

SUB TEMA: COESÃO TERRITORIAL

Categorias / Sub Categorias	Categorias/ Sub Categorias
COESÃO TERRITORIAL	Identificação do Território do GB como Unidade Territorial
	Modelo Conjunto de Gestão do Território
	Pertença, apropriação e identificação com o território
	Elementos identitários e estruturantes
	Indutora do desenvolvimento do território
	Impacto no Desenvolvimento do Território
	Inibições/conflicto de interesses
	Mecanismos de implementação e papel dos atores locais
	Legitimidade do modelo

Opinião das Comunidade (sustentada no questionário)

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Identificação do Território do GB como Unidade Territorial	Existe uma identidade territorial e um sentimento de pertença no BG.
Modelo Conjunto de Gestão do Território	Um modelo de governação territorial poderia aumentar a participação pública, tal como uma estratégia de desenvolvimento comum. Formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede são apontadas como relevante/ muito relevantes.
Pertença, apropriação e identificação com o território	Forte sentido de pertença e ligação ao BG. Mas não traduzida em coesão social.
Elementos identitários e	Existência de elementos muito fortes, todos recursos locais, ou que

estruturantes	como tal se podem constituir numa estratégia de desenvolvimento local.
Indutora do desenvolvimento do território	As parcerias são apontadas como aceleradoras do DL, particularmente na área do turismo, provocam uma maior coesão social maior coesão social e territorial e são eficazes na solução de problemas comuns.
Impacto no Desenvolvimento do Território	É referido um envolvimento mediano na participação dos indivíduos, indiciando fraca coesão territorial. Consideram que parcerias mais robustas poderiam traduzir-se em desenvolvimento Local mais forte e em respostas mais eficazes para problemas que são comuns ao território.
Inibições/conflito de interesses	Baixa confiança entre os atores locais e pouca partilha de estratégias, governação e gestão.
Mecanismos de implementação e papel dos atores locais	É salientada a importância de espaço de debate anual geral sobre o território e o papel das Câmara.
Legitimidade do modelo	Patente a importância de coordenação territorial e governanças em rede e geradoras de confiança.

Opinião dos Técnicos e Empresários

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Identificação do Território do GB como Unidade Territorial	Não é consensual a questão do Baixo Guadiana como um território, no entanto há uma tendência para aceitar que sim e que isso seria útil ao desenvolvimento do Território. A divisão administrativa criou barreiras que levam tempo a ultrapassar. Em termos de recursos é unânime que é um território homogéneo. Mas é reconhecido que há muitas semelhanças e nas freguesias vizinhas é grande o sentimento de é um único território, para além das questões burocráticas. Em termos funcionais devia ser um território mas ainda não é.
Modelo Conjunto de Gestão do Território	É preciso construir essa forma de governação porque o território ainda não está assim construído. Os recursos são os mesmos, há semelhanças entre os concelhos. Uma estratégia comum seria benéfica para os 4 concelhos, robustecia os processos e impedia conflitos entre as Câmaras. O Guadiana como elo de ligação entre os concelhos. A imagem do território deveria ser do BG e devia existir uma visão global. Até por uma questão de densidade demográfica era importante esta visão conjunta. É importante envolver as pessoas neste processo. A ideia de centralização causa algum receio. É um problema que é preciso resolver.
Pertença, apropriação e identificação com o território	As opiniões dividem-se sem serem diametralmente opostas. Embora alguns reconheçam que possa não existir uma forte identificação com o território, e outros entendam que sim, todos aceitam que há variadíssimos aspetos em comum. Muitas das fragilidades são similares pelo que as respostas em comum seriam desejáveis. Uma história comum, um rio que os une, um sentimento de pertença amais ou menos generalizado, afinidades culturais e ambientais, região fronteiriça comum, indicam que as maiores barreiras são as burocráticas. São mais as características e afinidades que unem do que as diferenças que separam.
Elementos identitários e estruturantes	Rio, elemento estruturante que transmite identidade comum. Guadiana valoriza o território e dão ainda razão de ser a muitas povoações ribeirinhas. Paisagem e outros elementos patrimoniais também dão identidade ao BG.
Indutora do desenvolvimento	Se fosse aceite e reconhecido uma gestão conjunta/partilhada, seria indutora do desenvolvimento. O território está identificado mas não definido estrategicamente

do território	como gestão conjunta. Mesmo em termos sociais não há uma estratégia conjunta.
Impacto no Desenvolvimento do Território	A ser possível beneficiaria o desenvolvimento sustentável e é considerado imperativo para alguns em termos de sobrevivência do território. Este modelo não serve o desenvolvimento e há espaço para construir um modelo de cooperação de desenvolvimento territorial diferente. Em termos empresariais seria vantajoso, poderia trazer economia de recursos e de serviços, a região teria mais peso e faria maior lobby. A ideia que poderia ser difícil não seria perfeita mas seria vantajosa. Devia ser experimentado este processo de desenvolvimento
Inibições/conflito de interesses	Não é reconhecido como tal pelas entidades, nem sequer pelas Câmaras Municipais pelo que será difícil uma estratégia comum. Barreiras administrativas, eventualmente políticas, interesses particulares, algumas diferenças de opinião, vícios de governação poderão provocar conflitos de interesses
Mecanismos de implementação e papel dos atores locais	Vários concelhos ou uma estrutura jurídica que desse corpo ao território. Reuniões mensais. Formas que incluíssem várias entidades e não apenas as Câmaras municipais :as entidades regionais, as entidades intermédias, associações empresariais, universidades, associações ambientais, culturais; que não fosse burocrática, que fosse gerível. Poderia até incluir Espanha. Poderia ser uma região piloto experimental que provocasse articulação, cooperação e capital humano. Estrutura flexível, pouco burocrática, descentralizada, baseada na cooperação entre instituições. Ter personalidade jurídica e como características articulação entre população, a comunidade e instituições e que fosse participada.
Legitimidade do modelo	Deve ter legitimidade jurídica, estar articulada com a população, partilha de interesses e informação entre todas as instituições por forma a legitimar as decisões, que salvaguarde o interesse coletivo. A legitimidade viria do próprio modelo. Se todos participassem na sua criação estaria legitimado. Poderia ser referendado. Já há processos semelhantes em fórmulas jurídicas da EU.

Opinião dos Presidentes de Câmara

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Identificação do Território do GB como Unidade Territorial	Pouca clareza e ambiguidade nas respostas. Contaminação das respostas por variado jogo de interesses. Alguma dificuldade em aceitar uma identificação do BG como Unidade Territorial. Parece forçada essa identificação existindo um claro sim e um claro não. Não é consensual a questão do Baixo guadiana como um território. Ressalta que as opiniões emitidas nas entrevistas (pelos gestos, o demorar a responder, o entrecortado das frases, o rodear a questão.
Modelo Conjunto de Gestão do Território	Há diferentes opiniões. As opiniões desfavoráveis a um modelo comum aceitam, no entanto, a possibilidade de um modelo baseado em defesa de interesses comuns, sendo vago o que se entende por tal. As opiniões no sentido da possibilidade do modelo parecem mais consistentes na abordagem. É salientada a necessidade de regulamentação que permita e facilite este tipo de processos em territórios com estas especificidades.
Pertença, apropriação e identificação com o território	As barreiras administrativas como efetivas barreiras a essa apropriação, pertença e identificação com o território. Não é unânime se há identidade própria do território, sendo consensual no entanto que estão presentes elementos fortes comuns. Há entidades e imagens bastante distintas de território para território. Imagem de BG ou território do BG muito associada a um projetos e não tanto como processo, visão ou estratégia.
Elementos identitários e estruturantes	A pesca como elemento forte de ligação bem como as atividades agrícolas, que, de igual forma, contribuíam para essa “consciência” comum. O Guadiana é entendido como o grande elemento comum e identificador a todo o território.

	A globalização com fator de distanciamento emocional ao território.”Existe a tendência para a nossa consciência caminhar mais
Indutor do desenvolvimento do território	O território deveria ser “vendido” em conjunto por tal se traduzir quer em economia de recursos quer em melhores oportunidades de promoção e desenvolvimento. Falta de agenda própria, isto é falta de objetivação de ações ancoradas em estratégia e visão conjunta, refletindo falta de concertação entre os atores locais.
Impacto no Desenvolvimento do Território	É referido um envolvimento mediano na participação dos indivíduos, indiciando uma dinâmica conjunta em torno do BG. Particularmente na área do turismo é salientado útil um modelo conjunto de promoção. Importância da elaboração de um Plano de Ordenamento e de Estratégia para o Desenvolvimento de todo o BG dadas as potencialidades que o território envolve no seu conjunto e como se interligam, bem como salvaguarda da sustentabilidade dos recursos.
Inibições/conflito de interesses	São apontados como fatores inibidores ou como conflito de interesses o ordenamento e planeamento territorial, o facto de alguns atores evitarem discutir esse assunto, o défice de participação pública e uma mentalidade pouco aberta a modelos diferentes em relação ao instituído. Os protagonismos e mesmo as personalidades dos autarcas são igualmente um obstáculo. Parece clara um fraco índice de motivação entre parceiros na partilha de estratégias. Alguma reserva (tocando por vezes a pouca confiança).
Mecanismos de implementação e papel dos atores locais	A descentralização e a transferência de competências como possibilidades de abrir o caminho à criação de uma sub-região A importância da informação bem como a necessidade das autarquias assumirem cada vez mais as questões efetivas do desenvolvimento económico e a necessidade de parcerias.
Legitimidade do modelo	Não é clara a forma como poderá se implementado o modelo, tornando-o legítimo. É defendida a descentralização como possibilidade de encontrar uma via de organização de um modelo deste tipo e assim legitimá-lo. Poderá também ser por escrutínio. A legitimidade desse modelo de gestão conjunto pode também vir a resultar de vários processos. Pode ser um somatório de ações, sendo sempre flexível e informal. Pode ainda ser apenas um modelo de gestão conjunta por projetos/por processos, não se colocando a questão da legitimidade do modelo.

Opinião dos Atores chave

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Identificação do Território do GB como Unidade Territorial	O território está bem definido quer cultural quer geograficamente, sendo consensual a designação de BG, comprovado pelo facto de historicamente haver um conjunto de relações, associadas ao rio, que dão consistência ao território do BG enquanto unidade territorial e que poderia ir até Tavira como já o foi. Hoje a descontinuidade geográfica corta muito dessa identificação, embora alguns documentos estratégicos reforcem a atenção da importância da relação da toalidade dos concelhos do BG. É notório que a formação académica e profissional diferenciam a visão de cada um dos indivíduos: quanto maior a proximidade à história, maior a ideia da identificação do BG como unidade territorial.
Modelo Conjunto de Gestão do Território	O BG tem de ser visto como um único território! Até transfronteiriço. Numa lógica de dinamização do rio. Utilizando o rio como veículo de ligação entre os dois lados. Novas formas de governança, conjunta, participada, entendidas como propiciadoras de coesão social e territorial e portanto de desenvolvimento. É aceite que há lógica em experimentar um modelo de gestão comum e que poderia traduzir-se em maior peso político, até nas negociações com Espanha, no reforço da identidade, numa visão e estratégia abrangente. As vantagens são até financeiras tendo em conta a economia de escala e a escassez de recursos. Poderia ser um território experimental e contrariar as tendências muito fortes que estão a

	tornar estes espaços cada vez mais repulsivos e ineficazes para as comunidades.
Pertença, apropriação e identificação com o território	Não é unânime que exista uma pertença, apropriação e identificação com o território, embora seja consensual que existem traços fortes comuns e que historicamente essa identificação foi marcante. Nas zonas limítrofes do algarve e do Alentejo essa identificação é maior, tal como nas comunidades mais ribeirinhas. Há identidades concorrentes fortes: alentejano, algarvio, português, espanhol. E de fronteira. É salientada a necessidade de se cultivar o sentimento de pertença e identidade, até porque ao despovoamento e a escola são fatores que contribuem para a diminuição do sentimento de pertença ao território.
Elementos identitários e estruturantes	O rio é o principal elemento estruturante, o recurso que marca cultural, social e economicamente todo o território, que liga muito as pessoas e muitas vezes, as famílias. Anteriormente, mais do que hoje, as feiras (uma em cada concelho) eram verdadeiros elementos identitários e marcavam geograficamente e economicamente o território. A ribeira do Vascão é também um elemento comum porque, dividindo o Algarve do Alentejo, congrega espaços e dias de convívio entre as comunidades dos dois lados. Uma referência de que, do ponto de vista histórico e económico Mértola pertence mais ao Algarve que ao Alentejo. A fronteira entre o Alentejo e o Algarve é sobretudo artificial; Mértola sempre foi “um “términus” da zona do mar e não o final”.
Indutor do desenvolvimento do território	São apontadas vantagens económicas de, enquanto coesão social, a perspetiva de uma unidade territorial, nomeadamente a complementaridade entre as vocações de cada um dos concelhos, a relação litoral/ interior, capitalizando o polo que Vila Real constitui, e mesmo Tavira. e de como essa interligação poderia constituir um mecanismo de desenvolvimento. A escola, não sendo potenciadora de ligação ao território, é apontada como pouco indutora do desenvolvimento dos territórios rurais como é o caso. A descontinuidade geográfica reforçada por bloqueios administrativos é também apontada como pouco viabilizadora do DT. Refere-se ainda a falta de uma visão conjunta do território numa lógica de diversidade, e à forma como poderia ser indutora de desenvolvimento. A falta de dinamismo condiciona também o processo de desenvolvimento do BG.
Impacto no Desenvolvimento do Território	É unânime que um modelo de desenvolvimento conjunto, ainda que a título experimental, será indutor do desenvolvimento, tendo um efeito acelerador, de maior lobby mesmo transfronteiriço sendo mais duradouras e consistentes as decisões. É referida também que pode contribuir para o encontrar de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis no território principalmente na questão do turismo e que de alguma forma já existe um embrião que é concretizado pela ATBG. O carácter experimental e inovador, a possibilidade de por em prática uma governança geradora de clima de confiança e de ambientes criativos, as dinâmicas que criaria entre as entidades, são apontadas como largamente interessantes para o desenvolvimento do território e que a inatividade tem custos elevados.
	A lógica administrativa existente, a tradição municipalista, a necessária aprendizagem de uma visão conjunta, a artificialidade da fronteira entre as duas regiões e a forma como são implementados os Quadros Comunitários de Apoio e que de alguma forma nunca contemplaram o Guadiana como eixo de desenvolvimento estruturante, são vistos como eventuais conflitos de interesses, bem como as alterações na lógica de funcionamento e nas práticas de governação territorial das instituições.
Mecanismos de implementação e papel dos atores locais	Já existe um embrião com as associações locais, poderia haver uma gestão dos quatro concelhos e até alguma articulação com Espanha; uma associação de municípios, fóruns anuais de debate, são possibilidades apontadas. Uma agência de desenvolvimento é referida como uma boa solução até porque devem participar não só as câmaras mas todas as entidades do território, numa lógica de público e privado, mas que funcione como oportunidade de enquadrar uma visão alargada

	para todo o território. Poderia ser mais ou menos abrangente mas que tivesse uma lógica empresarial, de promoção conjunta em que cada município afetasse uma parte dos recursos. É assente que se deveria partir do que já existe e construir a partir daí por forma a não implicar grandes transformações que alterem substancialmente com administrações já que as maiores e mais difíceis de alterar são as fronteiras burocráticas e as mentais. Assim ganhar-se-ia confiança entre os atores locais. Partir de soluções mais simples, sempre envolvendo as pessoas. Procurar exemplos de outros territórios com experiências similares ou até mesmo as possibilidades abertas pela cooperação transfronteiriça.
Legitimidade do modelo	Se tiver representatividade do conjunto dos atores locais, se tiver o apoio popular, tem legitimidade. Decisões forem partilhadas e que integrem processos de Participação Pública, garantem legitimidade ao modelo, tal como o envolvimento de um conjunto de práticas de boa governança que apelassem a uma dedicação conjunta, com objetivos em conjunto, em que cada uma das entidades incorpore os interesses conjuntos nas suas atividades, estratégias e planeamento.

SÍNTESE SUB TEMA: COESÃO TERRITORIAL

Categorias Sub Categori Informantes	Identificação do BG como Unidade Territorial	Modelo Conjunto de Gestão do Território	Pertença apropriação e identificação com o Território	Elementos identitários e estruturantes	Indutor do desenvolviment o	Impacto no Desenvolviment o do Território	Inibições/conflit o de interesses	Mecanismos e papel dos atores locais	Legitimidade do modelo
Comunidade	Forte identidade e pertença	Aumento da PP e governança em rede estimularia o DT	Forte ligação territorial não traduzida em coesão social	Elementos materiais e imateriais muito fortes	As parcerias reforçam a coesão social e estimulam o DT	Fraca PP Baixa coesão. Parcerias robustas produzem DL mais forte e respostas eficazes para problemas que são comuns.	Baixa confiança e poucas práticas de governança local	Importância de espaços de debate , do papel da CM sedas OSCs	Importância da territorialização práticas de governança em rede
Técnicos/Emp resários	Não é consensual mas é aceite que seria útil ao desenvolvimento. Divisão administrativa criou barreiras Nos recursos é unânime que é um território homogéneo. Muitas semelhanças e nas freguesias vizinhas é grande o sentimento de é um único território. Em termos funcionais devia ser um território mas ainda não é.	É preciso construir essa forma de governança. Os recursos são os mesmos, há semelhanças entre os concelhos. Estratégia comum seria benéfica, robustecia os processos e impedia conflitos entre as Câmaras. A imagem ser do BG, uma visão global e o envolvimento dos atores.	Opiniões dividem-se sem serem opostas. Pode não existir uma completa identificação com o território mas há muitos aspetos em comum. Respostas conjuntas desejáveis. As maiores barreiras são as burocráticas. São mais as caraterísticas e afinidades que unem do que as diferenças que separam.	Rio, elemento estruturante que transmite identidade comum, valoriza o território e justifica ainda mais a persistência de muitas povoações ribeirinhas. Paisagem, cultura e história e outros elementos patrimoniais também dão identidade ao BG.	Uma gestão conjunta/partilhada seria indutora do desenvolvimento. Território está identificado mas não definido estrategicamente, quer económica, social ou politicamente aceite um todo.	A ser possível beneficiaria o desenvolvimento sustentável e é considerado imperativo para alguns. Este modelo não serve o desenvolvimento e há espaço para construir um modelo experimental diferente. Empresarialmente seria vantajoso, economia de recursos e de serviços, a região teria mais peso e faria maior lobby.	Não é reconhecido como tal pelas entidades, nem sequer pelas Câmaras Municipais pelo que será difícil uma estratégia comum. Barreiras administrativas, eventualmente políticas, interesses particulares, algumas diferenças de opinião, vícios de governação	Estrutura jurídica que incluísse todas as entidades locais e regionais e que desse corpo ao território. Reuniões mensais, que não fosse burocrática, mas flexível, descentralizada cooperante, integradora. Poderia até incluir Espanha. Poderia ser uma região/processo piloto. Que fosse participada	Deve ter legitimidade jurídica, articulado com a população, partilha de interesses e informação entre todas as instituições por forma a legitimar as decisões, salvaguardando o interesse coletivo. A legitimidade viria do próprio modelo. Se todos participassem na sua criação estaria legitimada. Ser referendado. Já há processos na EU.
Presidentes de Câmara	Pouca clareza e ambiguidade. Interesses difusos. Não é consensual	Diferentes opiniões. Mas sempre a possibilidade de um modelo baseado em defesa de interesses comuns. Maior	Barreiras administrativas. Não é unânime, sendo consensual que estão presentes elementos fortes comuns. Imagem de BG associada a um	A pesca e atividades agrícolas como elementos fortes. O Guadiana como o grande elemento comum e identificador a todo o território.	Melhores oportunidades e economia de recursos. Falta de agenda própria, resultando em falta de concertação entre os atores locais.	Particularmente na área do turismo é salientado ú til um modelo conjunto de promoção. Importância da elaboração de um Plano de	Ordenamento e planeamento territorial, o evitar discutir esse assunto, o défice de participação pública, protagonismos e uma mentalidade pouco	Descentralização e transferência de competências como caminho à criação de uma sub-região A importância da informação e das autarquias assumirem	Não é clara a forma como poderá ser implementado o modelo, tornando-o legítimo. Descentralização como possibilidade de organização de um

		consistência do sim	projetos e não tanto como estratégia.	A globalização com fator de distanciamento emocional ao território.”		Ordenamento e de Estratégia para o Desenvolvimento do BG e da sustentabilidade dos recursos.	aberta a modelos diferentes Fraco índice de motivação entre parceiros na partilha de estratégias.	cada vez mais as questões efetivas do desenvolvimento económico. A necessidade de parcerias.	modelo deste tipo e assim legitimá-lo. Por escrutínio. Pode vir a resultar de vários processos. Flexível e informal. Pode ser um modelo de gestão conjunta por projetos/por processos.
Atores chave	Território está bem definido cultural geograficamente, consensual a designação de BG, Historicamente relações, associadas ao rio, que dão consistência ao território do BG enquanto unidade territorial e que poderia ir até Tavira como já o foi. Descontinuidade geográfica corta essa identificação.	Um único território! Até transfronteiriço. Rio de ligação entre os dois lados. Novas formas de governança conjunta, participada, propiciadoras de coesão social e territorial e portanto de desenvolvimento. Lógica em experimentar um modelo de gestão comum e que, no reforço da identidade, numa visão e estratégia abrangentes Poderia ser um território experimental.	Não é unânime que exista uma pertença, apropriação e identificação com o território, embora seja consensual que existem traços fortes comuns e que historicamente essa identificação foi marcante. Necessidade de se cultivar o sentimento de pertença e identidade, até porque o despovoamento e a escola diminuem o sentimento de pertença.	Rio principal elemento estruturante, o recurso que marca cultural, social e economicamente todo o território, que liga muito as pessoas e muitas vezes, as famílias. Vascão é também um elemento comum. Uma referência de que, do ponto de vista histórico e económico. A fronteira entre o Alentejo e o Algarve é sobretudo artificial. Mértola pertence mais ao Algarve que ao Alentejo, sempre foi “términus” do mar e não o final”.	Vantagens económicas, de coesão social e unidade territorial Complementaridade de vocações, a relação litoral/interior, capitalizando o polo que Vila Real constitui, e mesmo Tavira.	Unânime um modelo de desenvolvimento conjunto indutor do desenvolvimento, tendo um efeito acelerador, de lobby, mesmo transfronteiriço sendo mais duradouras e consistentes as decisões. Pode contribuir para modelos mais sustentáveis na questão do turismo. O carácter experimental e inovador, a possibilidade de uma governança geradora de climas de confiança e de ambientes criativos, as dinâmicas que criaria entre as entidades, são apontadas como largamente interessantes para o BG.	Lógica administrativa, tradição municipalista, a necessária aprendizagem de uma visão conjunta, a artificialidade da fronteira e nunca contemplaram o Guadiana como eixo de desenvolvimento estruturante, são eventuais conflitos de interesses, bem como as alterações na lógica de funcionamento e nas práticas de governação territorial Descontinuidade geográfica reforçada por bloqueios administrativos pouco viabilizadores do DT. Falta de dinamismo e de visão conjunta do território em lógica de diversidade.	Embrião com associações locais. Uma gestão dos concelhos e até alguma articulação com Espanha; uma associação de municípios, fóruns anuais de debate. Uma agência de desenvolvimento com uma visão alargada. Partir do que já existe e construir a partir daí por forma a ganhar confiança entre os atores locais. Partir de soluções mais simples, sempre envolvendo as pessoas. Procurar exemplos de outros territórios com experiências similares.	Se tiver representatividade do conjunto dos atores locais, se tiver o apoio popular, tem legitimidade. Se as decisões forem partilhadas e integrarem processos de Participação Pública, garantem legitimidade ao modelo, tal como o envolvimento de um conjunto de práticas de boa governança que apelassem a uma dedicação conjunta, com objetivos em conjunto, em que cada uma das entidades incorpore os interesses conjuntos nas suas atividades, estratégias e planeamento.

ANÁLISE VALORATIVA SUB TEMA: COESÃO TERRITORIAL

Categorias Sub Catego Informantes	Identificação do BG como Unidade Territorial	Modelo Conjunto de Gestão do Território	Pertença apropriação e identificação com o Território	Elementos identitários e estruturantes	Indutor do desenvolvimento	Impacto no Desenvolvimento do Território	Inibições/ conflito de interesses	Mecanismos e papel dos atores locais	Legitimidade do modelo
Comunidade	<u>Forte:</u> Identidade Pertença	<u>Necessidades:</u> Aumento da PP Governança em rede Parcerias	<u>Forças:</u> Ligação territorial <u>Fraquezas:</u> Coesão social	<u>Fortes:</u> Recursos locais	<u>Positivo:</u> Parcerias reforçam a coesão social e estimulam o DT	<u>Fortes:</u> DL forte respostas eficazes <u>Fracos:</u> PP e baixa coesão.	<u>Fraquezas:</u> Baixa confiança Poucas práticas de governança local	<u>Positivos:</u> Espaços de debate anual Papel das CM's	<u>Necessidades:</u> Territorialização Governança em rede
Técnicos/Empresários	<u>Forte:</u> Território homogêneo nos recursos Identificação com freguesias vizinhas <u>Razoável:</u> Não consensual Aceite como útil <u>Negativas:</u> Divisão administrativa criou barreiras Funcionalmente não é um território	<u>Necessidades:</u> Construir a governação Estratégia comum Acordo entre municípios <u>Oportunidades:</u> Mesmos recursos Semelhanças entre concelhos Maior unidade <u>Positivo:</u> Robustecia os processos + Envolvimento dos atores Visibilidade da ideia BG	<u>Forças:</u> + afinidades que diferenças Características comuns <u>Razoável:</u> Identificação <u>Fraquezas:</u> Barreiras burocráticas Poucas respostas conjuntas	<u>Fortes:</u> Rio Paisagem História e cultura e Património	<u>Necessidades:</u> Gestão partilhada Definição estratégica do BG: - política - económica - social	<u>Fortes:</u> Apoio à sua implementação Fortalece a região Potencia o lobby Favorece o desenvolvimento sustentável Má imagem do modelo actual Empresarialmente vantajoso Favorece a economia de recursos e de serviços	<u>Fraquezas:</u> Território não é reconhecido pelas entidades Barreiras administrativas, Oposição políticas Interesses particulares Diferenças de opinião Vícios de governação	<u>Necessidades:</u> Estrutura jurídica Reuniões mensais flexíveis Descentralização cooperante Incluir espanhóis <u>Oportunidades:</u> Estudar uma região piloto de gestão participada	<u>Necessidades:</u> Legitimidade jurídica Articulação com a população Partilha de interesses e informação Proteção do interesse coletivo Ser referendado <u>Oportunidades:</u> Benchmarking de processos idênticos na EU
Presidentes de Câmara	<u>Negativa:</u> Pouca clareza Ambiguidade Interesses difusos Falta de consenso	<u>Negativo:</u> Diferentes opiniões. <u>Positivo:</u> Possibilidade de um modelo de defesa de interesses comuns <u>Oportunidades:</u> Regulamentação comum	<u>Fraquezas:</u> Barreiras são administrativas Imagem de BG associada apenas a projetos Noção de identidade não é unânime	<u>Fortes:</u> Guadiana Pesca Atividades agrícolas <u>Negativos:</u> Globalização favorece distanciamento emocional	<u>Positivo:</u> Melhores oportunidades de promoção Favorece economia baseada nos recursos locais <u>Negativo:</u> Falta de agenda própria	<u>Fortes:</u> Modelo conjunto de promoção para o turismo Sustentabilidade dos recursos Elaboração de um Plano de Ordenamento e de Estratégia	<u>Fraquezas:</u> Ordenamento territorial Défice de participação Protagonismos Mentalidade pouco aberta Fuga ao assunto Fracas motivação na partilha de	<u>Necessidades:</u> Descentralização Transferência de competências Empenho das autarquias no desenvolvimento económico Parcerias + Informação	<u>Necessidades:</u> Clarificar a forma de legitimar o modelo Descentralização como possibilidade de organização Eventual escrutínio Flexibilidade Informalidade <u>Oportunidades:</u>

					Falta de concertação entre os atores locais	para o Desenvolvimento do BG	estratégias		Gestão conjunta por projetos e processos.
Atores chave	<u>Positivo:</u> Território bem definido: - geografia - cultura - história <u>Negativo:</u> Descontinuidade geográfica “corta” a identificação <u>Forte:</u> Designação BG	<u>Oportunidades:</u> Um único território até transfronteiriço. Novas formas de governança conjunta + participação + coesão social e territorial + desenvolvimento Reforço da identidade Contrariar o modelo atual Território experimental	<u>Forças:</u> Traços comuns Peso da História Despovoamento e escola diminuem o sentimento de pertença <u>Razoável:</u> Identificação com o território <u>Fraquezas:</u> Sentimento de pertença e identidade	<u>Fortes:</u> Rio Guadiana Ribeira do Vascão Feiras Mértola ligada ao mar	<u>Positivo:</u> Vantagens económicas + Coesão social Unidade territorial Complementaridade de vocações Melhor relação litoral/ interior <u>Negativo:</u> Escola / ensino Bloqueios administrativos Pouca dinâmica Falta de visão	<u>Fortes:</u> Modelo de desenvolvimento Capacidade de lobby da região Decisões Sustentabilidade Turismo Confiança Ambiente criativo <u>Oportunidades:</u> Governança Experimentação	<u>Fraquezas:</u> Lógica administrativa Tradição municipalista Artificialidade da fronteira Descontinuidade geográfica Bloqueios administrativos Tempo insuficiente para formar uma visão conjunta do território	<u>Necessidades:</u> Fóruns anuais de debate. Benchmarking de territórios com experiências Similares <u>Oportunidades:</u> Embrião em ADL's Articulação com Espanha Nova associação de municípios Agência de desenvolvimento Aumentar confiança entre os atores locais Envolver as populações	<u>Necessidades:</u> Representatividade dos atores locais Apoio popular Objetivos comuns Estratégia partilhada <u>Oportunidades:</u> Decisões partilhadas Participação Pública, Boa governança

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: COESÃO TERRITORIAL

Categorias / Sub Categorias Informantes	Identificação do Território do BG como Unidade Territorial
Comunidade	65.2 % considera que existe uma identidade territorial e 65.3 que existe um sentimento de pertença no BG
Técnicos/Empresários	Não é consensual a questão do Baixo Guadiana como um território, no entanto há uma tendência para aceitar que sim e que isso seria útil ao desenvolvimento do Território. A divisão administrativa criou barreiras que levam tempo a ultrapassarem termos de recursos é unânime que é um território homogêneo. Mas é reconhecido que há muitas semelhanças e nas freguesias vizinhas é grande o sentimento de é um único território, para além das questões burocráticas. Em termos funcionais devia ser um território mas ainda não é. “Sermos de regiões diferentes sempre nos afastou um bocado. As freguesias, estão cada uma delas está ligada a uma área. Giões está ligada a Mértola; Martinlongo a S. Brás; Vaqueiros a Tavira e Alcoutim a VRSA. Mas isso é natural” “Existe fisicamente e historicamente também” “É homogêneo! É um! Mas uns reconhecem-no e outros não. (...)Na prática não é!” “Em termos sociais não há visão conjunta. Não funciona. Em termos funcionais não é um território. Devia ser mas não é.” “Pode e deve ser visto como um território, os recursos são os mesmos. Há semelhanças entre Mértola, Alcoutim e Castro Marim. (...)Mas em termos de recursos, sim. Quando falo em rio falo nos 4 concelhos, não falo de Serpa.” “O BG deve ser visto como uno (...) Mas existem vários sub territórios: a serra e o litoral por exemplo.” “Cada concelho tem muito presente a sua própria identidade, mas a situação de conjunto, hoje é uma situação que é mais evidente que há 10 anos atrás”. “Pode e deve ser visto como um território, os recursos são os mesmos. Há semelhanças entre Mértola, Alcoutim e Castro Marim. (...)Mas em termos de recursos, sim. Quando falo em rio falo nos 4 concelhos, não falo de Serpa.”(LP) “O BG deve ser visto como uno (...) Mas existem vários sub territórios: a serra e o litoral por exemplo.”(JR) “É homogêneo! É um! Mas uns reconhecem-no e outros não. (...)Na prática não é!”(R) “No passado houve identificação mais forte, hoje já não, tem-se perdido. Era necessário liga-los mais. Acho que no passado as pessoas se identificavam mais do que agora. Mas todos sabem o que passa , os de Alcoutim sabem o q se passa em Mértola e vice-versa.” (...) “Não sei se as pessoas sabem que fazem parte do território. Baixo Guadiana é uma identidade recente. Os 3 concelhos têm pontos em comum e devem trabalhar no mesmo sentido. É tudo muito lento. Os planos não passam de planos. População específica. Processo muito morosos - e outras vezes não passam de planos - porque há muita entropia, a população é dispersa e idosa ...na escola não há educação para o território. “ “Fala-se do Baixo Guadiana, mas os intervenientes, autarquias e diversas instituições olham, trabalham para si não havendo articulação. 3 eventos culturais no mesmo fim-de-semana. Deve-se olhar o Baixo Guadiana como um só e não partido.” “ Pensar na população, que tem de querer fazer parte do BG. Aí sim avançar. A população tem que querer, sentir-se integrada, então sim podemos avançar. A população é que tem poder reivindicativo, antes de mais tem de querer fazer parte do BG. “[Refere-se à necessidade de uma consciência coletiva de pertença, como fator alicerce para a construção de um modelo de gestão conjunto] “Centralizar em poucas pessoas, eleitas democraticamente, com funções perfeitamente definidas. “
Presidentes de Câmara	Dificuldade em obter respostas concretas e isentas. Contaminação das respostas por variado jogo de interesses. Ainda é forçada essa identificação embora numa resposta exista um claro sim. Embora haja vontades dos 4 municípios, Mértola e Alcoutim são de duas regiões diferentes. Ressalta que as opiniões emitidas nas entrevistas (pelos gestos, o demorar a responder, o

	entrecortado das frases, o rodear a questão) refletem não apenas os impactos no desenvolvimento do território mas igualmente a ponderação de variados fatores de índole mais política, pessoal, de repartição de poderes. “O BG...eu não sei se o BG é visto para as pessoas como um território!? Tenho dúvidas! “As Câmaras têm de cada vez mais deixar de olhar para o seu umbigo, querendo com isto dizer: - Para o seu território e para o poder que lhes assiste, têm que ter cada vez mais ter uma visão para além das suas fronteiras, no sentido da necessidade da cooperação e do diálogo para projetar...interesses mais alargados “(…) seria preferível que caminhássemos de baixo para cima. Que nestes territórios os vários agentes, os vários atores, as Câmaras Municipais criassem modelos que melhor correspondessem às suas necessidades”. Sim! Do meu ponto de vista tenho dúvidas!”. “Para mim, é! Para uma pessoa como você, admito que sim! Para os meus vereadores admito que sim. Mas já de uma forma mais ténue”. ”.“Eu penso que sim, que o BG é UM território, que faz muito sentido se o olharmos assim (...)Penso que sim que há alguma identidade”. “Sim, sim! Eu acho que pode ser visto como um território e está até definida essa zona territorial, esse território”. “Acho que era fundamental! Acho que era fundamental! [um modelo de gestão conjunta para o BG).”
Atores chave	O território está bem definido quer cultural quer geograficamente, sendo consensual a designação de BG, comprovado pelo facto de historicamente haver um conjunto de relações, associadas ao rio, que dão consistência ao território do BG enquanto unidade territorial e que poderia ir até Tavira como já o foi. Hoje a descontinuidade geográfica corta muito dessa identificação, embora alguns documentos estratégicos reforcem a atenção da importância da relação da toalidade dos concelhos do BG. É notório que a formação académica e profissional diferenciam a visão de cada um dos indivíduos: quanto maio a proximidade à história, maior a ideia da identificação do BG como unidade territorial. “Eu entendo que sim! Embora, como digo, possa não haver na consciência das pessoas muito essa noção e cada um estar a olhar mais, e não ter em conta que no fundo há essas relações todas que as próprias Feiras marcam historicamente. (...)Entendo que sim! (...) Pode-se ver no livro PROALGARVE. Está perfeitamente definido como um território. A conceção de Gomes Guerreiro é de que isto é um território com marca própria. E toda a força que ele faz para as ligações com Mértola.” [Refere-se ao facto do território do BG poder ser visto como um único território] “Em todos os planos operacionais do Algarve, eu refiro-me a 2 especialmente: o PROA, no Quadro do 2º Quadro Comunitário de Apoio e o PROALGARVE no Quadro do 3º Quadro Comunitário de Apoio, houve sempre uma fortíssima chamada de atenção para o Guadiana e uma forte chamada de atenção para as relações destes concelhos Algarvios com o concelho de Mértola, porque isto constitui a unidade!” “(...) as pessoas estão agarradas ao território e mesmo as que estão fora até voltam quando já estão reformados!” “Sim, completamente![Refere-se ao facto de haver identidade territorial] “Precisamente!” [Refere-se ao facto de que historicamente, a designação BG encontra-se associada a todo o território compreendido dentro da navegabilidade do Rio, ou seja, desde VRSA até Mértola] “A evolução histórica dá-nos um contexto e um contexto muito claro sobre esta região toda! (...) Portanto, isto tem um contexto histórico claramente bem organizado e claro. Portanto, à volta, por isso é que este território tem a chave aqui em Mértola, que é o último porto, há outros portos anteriores, evidentemente, mas este é o ultimo! A partir daqui é a terra! (...) Não é separável! É uma unidade clara e historicamente! Até porque é sempre o “términus” da navegabilidade. É onde se concentram os interesses económicos, humanos e políticos e culturais.(...) [Refere-se ao facto de historicamente haver um conjunto de relações, associadas ao rio, que dão consistência ao território do BG enquanto unidade territorial] “Aqui há dois polos de ligações fundamentais históricos, que é Mértola e Tavira. Tavira faz parte também desta ligação. Tavira pertence, sempre pertenceu a este território! É

	curioso mas é verdade. (...)Tavira era uma espécie de porto de entrada, de abertura, de acesso principal a Mértola. (...) Portanto há aqui um território claramente limitado por esses dois extremos, Mértola e Tavira e todo o resto dependente de uma forma curiosa entre si, e ligado, digamos assim, pelo Guadiana(...) Historicamente Tavira pertence a esta bacia do Guadiana.”

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: COESÃO TERRITORIAL

Categorias / Sub Categorias Informantes	Modelo Conjunto de Gestão do Território
Comunidade	84.7 indica que um modelo de governação territorial poderia aumentar a participação pública, tal como uma estratégia de desenvolvimento comum 64.1% Formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede são apontadas como relevante/ muito relevantes com estímulo ao DL do BG
Técnicos/Empresários	É preciso construir essa forma de governação porque o território ainda não está assim construído. Os recursos são os mesmos, há semelhanças entre os concelhos. Uma estratégia comum seria benéfica para os 4 concelhos, robustecia os processos e impedia conflitos entre as Câmaras. O Guadiana como elo de ligação entre os concelhos. A imagem do território deveria ser do BG e devia existir uma visão global. Até por uma questão de densidade demográfica era importante esta visão conjunta. É importante envolver as pessoas neste processo. A ideia de centralização causa algum receio. É um problema que é preciso resolver. “Inteiramente! Uma solução: - Modelo de gestão conjunta do território. “Estamos a ultrapassar conflitos imediatos. Temos algum plano definido de uma forma tradicional? Temos de resolver o nosso problema. “Modelo de gestão conjunta aos vários níveis poderia ser bom (...) Se houvesse união haveria partilha. Justifica-se muito pela desertificação que há em todos os concelhos. Se houvesse essa união estaríamos muito melhor.”(S) “Tenho algum receio da gestão conjunta (...)São poucas pessoas. Mas é complicado! Se isso provar que o BG tem um potencial enorme, é lavar por aí a cima com mais PINs, se for nesse sentido, não concordo nada! Prefiro as coisas como estão.” O território ainda não está constituído. Se é um território uno, tem que ser evolutivo, não é ainda. É complementar. Como espaço, como território, não está constituído.”(...) “Pode e deve ser visto como um território, os recursos são os mesmos. Há semelhanças entre Mértola, Alcoutim e Castro Marim. Em termos de identidade se sou um cidadão do B G, isso não é bem assim.(...) Mas em termos de recursos, sim.”Uma estratégia única seria boa para a região. Porque os projetos seriam previstos em comum evitando conflitos entre as câmaras. “ “Podendo haver cooperação de projetos que são iguais e comuns a todos.(...) Identidade diferente, mas é o Guadiana que nos une. Mas não nos podemos agarrar só ao Guadiana. [Refere-se ao facto de que o território pode cooperar e teria a ganhar com isso e com a diversidade de recursos] “A imagem deve ser do BG. Em termos de território cada vez mais, devemos ter uma visão global. Há UM território!” “A navegabilidade melhorada era mais importante para todos. Permitia uma maior união.”[Refere-se à navegabilidade do Guadiana] “Se calhar se juntassem tudo, uma era capaz de ser o complemento da outra. Se não fizerem isso Mtl e Alct. Daqui a 15 ou 20 anos não existem.” Cada um está na sua capelinha. Sabe-se da importância das coisas, mas enquanto não se envolver as populações as coisas serão sempre bastante complicadas. Não há desenvolvimento sem envolvimento das pessoas. Tem de se conhecer uma forma de as envolver.”
Presidentes de Câmara	As opiniões desfavoráveis a um modelo comum aceitam, no entanto, a possibilidade de um modelo baseado em defesa de interesses comuns, sendo vago o que se entende por tal. No entanto as opiniões favoráveis parecem mais consistentes na abordagem, encontrando

	mais justificações/contributos de um modelo conjunto para o desenvolvimento, reconhecendo que poderão haver a ganhos de se considerar o BG como um único território, nomeadamente em termos de peso institucional, de rapidez nos processos de decisão, de robustez e impacto dos investimentos. É salientada a necessidade de regulamentação que permita e facilite este tipo de processos em territórios com estas especificidades. “Faz todo o sentido um modelo de gestão conjunta para este território (...) teríamos a ganhar com um modelo de gestão conjunta, se refletisse-mos alguns assuntos, algumas matérias nesse âmbito, a essa dimensão territorial. (...) “A capacidade de lobby, de investimento até das Câmaras seria maior se fosse em conjunto. Mesmo a negociação ou a articulação com Espanha teria mais peso “Sem dúvida que se houvesse uma maior articulação territorial, é indiscutível, provavelmente o processo de desenvolvimento do BG teria tendência a ser mais rápido por um lado e mais impactante por outro. Acho que este tipo de situações merecia outro tipo de quadro a regulá-las, porque haveria ganhos seguramente. São realidades tão específicas que mereciam fugir a esse formato tradicional que tem um carácter mais geral e que depois nestes casos particulares resulta numa dificuldade extrema em fazer o que quer que seja” “Talvez não concordasse [Relativamente à construção de um Modelo de Gestão Comum] (...) Nessa lógica do BG talvez não! (...) Um modelo geral, atendendo ao município de Mértola julgo que não! Um modelo baseado nos interesses comuns, que a gente possa desenvolver conjuntamente, aí sim!” [Refere-se ao facto de que um modelo baseado em interesses comuns tinha vantagens]
Atores chave	O BG tem de ser visto como um único território! Até transfronteiriço. Numa lógica de dinamização do rio. Utilizando o rio como veículo de ligação entre os dois lados. Novas formas de governança, conjunta, participada, entendidas como propiciadoras de coesão social e territorial e portanto de desenvolvimento. É aceite que há lógica em experimentar um modelo de gestão comum e que poderia traduzir-se em maior peso político, até nas negociações com Espanha, no reforço da identidade, numa visão e estratégia abrangente. As vantagens são até financeiras tendo em conta a economia de escala e a escassez de recursos. Poderia ser um território experimental e contrariar as tendências muito fortes que estão a tornar estes espaços cada vez mais repulsivos e ineficazes para as comunidades. “E a forma de governança do BG também não propicia essa coesão social e territorial.” [Refere-se ao facto de que uma governação diferente, seria indutora do desenvolvimento] “(…) agora ainda não há estratégia conjunta para este território(…) mas, está a haver um conjunto de iniciativas, os projetos que estão a ser desenvolvidos, quase todos eles trazem, são obrigados a ter uma componente de estratégia e outra de obrigar a que haja participação e a que haja difusão dos resultados. [Refere-se ao facto de que se houvesse uma estratégia conjunta, isso seria indutor do desenvolvimento] Mas talvez o reforço e a tomada de consciência que existe esse espaço territorial e que todos os que vivem neste território só teriam a ganhar, a contribuírem para que o território tivesse uma visão de conjunto e fosse aproveitando em conjunto.” [Refere-se ao papel da identidade e dos fatores identitários no DL] “Estamos a ver é que existem aqui, existe potencial para partes de territórios que já existem, já têm identidade consolidada poderem aproveitar este espaço territorial para seu próprio benefício”. “Porque quer a gente queira, quer não, o elemento eleitoral é muito importante. Se forem os 4, tem muito mais peso. (...) Já era uma unidade económica com peso! (...) A Andaluzia tem uma entidade muito forte! Os da Estremadura são muito...são quase alentejanos!” [Refere-se ao facto de que se houvesse uma identificação conjunta do BG, isso teria influência no DL, inclusive na negociação com Espanha] (...)“A verdade é que em termos concretos, os projetos e iniciativas...” [Refere-se ao facto de haver poucos projetos neste âmbito, que considerem o BG como uma Unidade Territorial, o que não é indutor do desenvolvimento] “Acredito (...) que o território tem toda a lógica de funcionar em conjunto! Se vai funcionar...não sei, mas acredito que caminhemos mais para que funcione. O dinheiro cada vez mais é um bem escasso e o território extremamente vasto. E com muito potencial.” Uma coisa interessante! Vantagens muito grandes, essenciais.” As pessoas sentem necessidade. A necessidade de haver qualquer coisa que articule os 4

	concelhos.” (...) “Eu sempre defendi as regiões! A regionalização!”[Relativamente à construção de um Modelo de Gestão Comum] “Precisamente!” [Refere-se ao facto de haver vantagens na existência de um modelo de gestão conjunto “(...) verificando-se que este território, ou este espaço que está em análise apresenta condições para um conjunto de entidades trabalharem em conjunto, é possível desenvolverem, quase por motivos de território experimental e de tentar ir contra tendências muito fortes que estão a tornar estes espaços cada vez mais repulsivos e ineficazes para as comunidades viverem com alguma qualidade de vida, aqui nestes espaços, se se tentar avançar com modelos, que até podem ser experimentais, de aproveitamento de recursos Este modelo, por Ex.: o Alentejo como região única que é defendido politicamente nos últimos anos, este território, Mértola inclusive não pertence ao Alentejo, do ponto de vista histórico e do ponto de vista económico pertence ao Algarve, pertence ao Sul! O Alentejo tem uma estrutura própria, ao próprio, uma tradição, princípios práticos, princípios culturais, princípios alimentares, e isto, Mértola já o Guadiana tem a ver com o Sul. Tem a ver com esta bacia gigantesca, esta fantástica bacia hidrográfica à volta da qual, onde pontua Mértola como um polo agregador.”

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: COESÃO TERRITORIAL

Categorias / Sub Categorias Informantes	Pertença, apropriação e identificação com o território
Comunidade	83.9% sentem-se cidadão do BG.. No entanto apenas 31.4 considera existir coesão social. 74.7 dos inquiridos afirma que a ligação emocional com o território está presente
Técnicos/Empresários	As opiniões dividem-se sem serem diametralmente opostas. Embora alguns reconheçam que possa não existir uma forte identificação com o território, e outros entendam que sim, todos aceitam que há variadíssimos aspetos em comum. Muitas das fragilidades são similares pelo que as respostas em comum seriam desejáveis. Uma história comum, um rio que os une, um sentimento de pertença a mais ou menos generalizado, afinidades culturais e ambientais, região fronteiriça comum, indicam que as maiores barreiras são as burocráticas. São mais as características e afinidades que unem do que as diferenças que separam. “No passado houve identificação mais forte, hoje já não, tem-se perdido. Era necessário liga-los mais. Acho que no passado as pessoas se identificavam mais do que agora. Mas todos sabem o que passa, os de Alcoutim sabem o q se passa em Mértola e vice-versa.” “Mas para as pessoas mais afastadas do rio já não é tanto assim. Por exemplo as pessoas da serra”. [Refere-se ao rio enquanto elemento unificador] “Relações escolares e comerciais; identidade comum. O comércio era feito nos dois concelhos há uns anos. É bom saber-mos do que estamos a falar quando falamos da BG. Pessoalmente não me identifico”. “Alcoutim e Mértola: há sentimento de pertença. Em Vila Real há menos. Alcoutim e Mértola não eram a mesma coisa sem o rio. Alcoutim valoriza mais Mértola que Vila Real.” “Como um território pode! Porque são muitas mais as características e afinidades que os unem do que as diferenças.” “Não tenho essa ideia. Mas já existem alguns “embriões” a trabalhar para que isso seja possível. Existem vários territórios dentro deste território com identidades diferentes mas, com diversas coisas comuns. Mas fazer dele Um, não! “ “Não! Há Mértola e Alcoutim muito parecidas, clima, o terreno...e Castro Marim e VRST com características muito diferentes destes. Mas Mértola e VRST mantêm uma relação muito forte. Se calhar há coisas que se terão de definir para VRSA e CM e outras para Mértola e Alcoutim.” “Envolve pessoas e tradições que devem perdurar. As características das pessoas são próprias do meio em que vivem. (...) Um território, o espaço está definido, tem as suas

	características e não podemos fugir delas, nós só podemos ser transfronteiriços apenas pelo país.” “Identidade diferente, mas é o Guadiana que nos une..” “Não há articulação. Há unidade das entidades mas, não nas pessoas. Só fica na serra quem não consegue trabalho, quem não tem possibilidade de vir cá para baixo. Não há uma identidade comum.”
Presidentes de Câmara	As barreiras administrativas como efetivas barreiras a essa apropriação, pertença e identificação com o território. “Porque há o Algarve e o Alentejo, uma barreira administrativa. E há que vencer essa barreira! Não é fácil! Tal como o Alentejo e o Algarve. Vencer estas barreiras não é fácil”. Pode não haver. Essa identidade coletiva). Na minha infância havia uma ligação muito grande, mas agora não há um sentimento único. “Não sei referir. Sinceramente não lhe sei referir se há um sentimento de pertença nas pessoas ao BG, ou não. “(...)“As pessoas em geral, o público em geral, acho que não! Não há esse sentimento de pertença.” “Sentimento de pertença, eu acho que tradicionalmente o conjunto de atividades e produções no BG (...) que se desenvolviam no território eram aptas ou tinham capacidade, digamos assim, para produzir essa consciência ...talvez moderadamente, mais recentemente a tendência seja para isso se ir diluindo(...) do sentido de pertença a este território”. Não é unânime se há identidade própria do território, sendo consensual que estão presentes elementos fortes comuns. “Há elementos fortes comuns mas uma identidade própria não sei.”. Há entidades e imagens bastante distintas de território para território. Imagem de BG ou território do BG muito associada a um projetos, não pensam nessa lógica de território.“Por as pessoas que cá residem não é visto como um território, por nós que trabalhamos nisto todos os dias, por nós sim, vemos o BG como um território. Acho que não têm essa identidade”.
Atores chave	Não é unânime que exista uma pertença, apropriação e identificação com o território, embora seja consensual que existem traços fortes comuns e que historicamente essa identificação foi marcante. Nas zonas limítrofes do algarve e do Alentejo essa identificação é maior, tal como nas comunidades mais ribeirinhas. Há identidades concorrentes fortes: alentejano, algarvio, português, espanhol. E de fronteira. É salientada a necessidade de se cultivar o sentimento de pertença e identidade, até porque ao despovoamento e a escola são fatores que contribuem para a diminuição do sentimento de pertença ao território. “Nas pessoas mais cultas, nas pessoas com uma certa informação, há esse sentimento! Depois ao nível do povo mais em geral, não creio! Há mais este sentimento de serem de Alcoutim ou de Castro Marim, serem transfronteiriços, de serem da raia, serem raianos.” “Aqui no Algarve, antigamente dizia-se: “Os Mertolenses são Algarvios!”- porque era tão grande a ligação dos Mertolenses ao Algarve...aquele pessoal da baixa de Mértola, não sei se alguma vez ia a Beja, mas a VRSA iam constantemente.” “Mas agora como é que isso se traduz na consciência das pessoas, dos habitantes? É duvidoso que exista com essa dimensão. É muito difícil responder a essa questão!” [Refere-se ao facto de achar que há uma identidade geográfica e económica] “Criar estruturas de ensino que tenham também peso local, regional cada vez maior, ensinar, ou passar a ensinar também, ou obrigatório da escola, inserir-se Nestas zonas é preciso que a criança conheça! Conheça não só, participe! Seja avaliada pela qualidade do território em que está, pelo que sabe deste território, pela pesca, pela agricultura, pelas formas. Aqui as questões da pesca, por ex.; temos já o Tio João, o Tio João está a morrer, já não pode ajudar a escola. Nada, ele que tem um saber fantástico! Saberes que a gente nunca mais vai ter acesso. Portanto, estas questões são decisivas para criar o que se chama uma identidade e um orgulho de ser de uma região. Tem de ser através deste tipo de formação!” [Refere-se ao facto de considerar que não existe identidade com o território por uma questão de conhecimento dos seus aspetos identitários. Refere-se ao papel da escola nesta perspetiva] “Neste momento o abandono do mundo rural, e não é só aqui, mas aqui é terrível, é dramático! É o despovoamento!(...) É a fuga! E o ir embora. E a escola obrigou toda esta população a ir embora para a cidade.”[Refere-se ao despovoamento e ao papel da escola como fatores que justificam a diminuição do sentimento de pertença ao território].

	É por razões ligadas à simbologia, e aos objetos e aos monumentos e ao orgulho do visitante. Quer dizer: - O crescente respeito pela sua terra foi provocado indiretamente pelo que se dizia por fora. Pela reportagem nos jornais, a importância da televisão. Todo esse interesse exterior que começou a despertar curiosidade no próprio habitante indígena; “se eles dizem que é interessante é porque será.” Não foi uma coisa intrínseca. É por isso que muitas vezes dos melhores quadros que aqui temos, é dos que regressaram. Afinal Mértola...espera aí! Há qualquer coisa!” [Justifica o porquê de haver em Mértola maior apego à terra e identificação] “Numa forma geral, as pessoas não estão a ser envolvidas nesta questão do Baixo Guadiana. Por isso duvido que haja essa identidade e pertença.” “Nalguns aspetos sim! Em termos gerais não! Houve pouco contributo.” [Refere-se à coesão social e aos contributos que têm sido dados nesse sentido Está latente! Já foi mais forte! (...).Já foi mais forte. Mas agora não quer dizer que não possa ser reforçado. “[Refere-se à identidade e ao sentimento de pertença].

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: COESÃO TERRITORIAL

Categorias / Sub Categorias Informantes	Elementos identitários e estruturantes
Comunidade	Rio Guadiana 159, Identidade e Cultura Local 63, Ambiente e Paisagem 56, Demografia 48, Património 38
Técnicos/Empresários	Rio, elemento estruturante que transmite identidade comum. Guadiana valoriza o território e dão ainda razão de ser a muitas povoações ribeirinhas. Paisagem e outros elementos patrimoniais também dão identidade ao BG. “O que o rio provocou nestas regiões para terem identidade comum...contrabando, é uma prática comum destas zonas, e outras coisas que têm marcado este território.” “É o rio que valoriza este território” (...) “O rio é o ponto identificador do BG.” “Alcoutim e Mértola não eram a mesma coisa sem o rio.” “Quando falo em rio falo nos 4 concelhos, não falo de Serpa.” (...) “Há Mértola e Alcoutim muito parecidas, clima, o terreno...e Castro Marim e VRST com características muito diferentes destes “Identidade diferente, mas é o Guadiana que nos une..”Une quem está ligado ao rio.” (...) “O rio é o que identifica este território, é um ponto de união comum muito forte, que atualmente já não se nota, desassoreado iria notar-se muito . A paisagem, o património também”.
Presidentes de Câmara	Forte ligação através da atividade piscatória. As atividades agrícolas, de igual forma, contribuíam para essa “consciência” comum. “Os pescadores de Mértola pertenciam à família de Alcoutim e pescadores da beira-mar, vinham vender peixe aqui. A atividade piscatória fazia uma ligação muito grande aqui”. O Guadiana é entendido como o grande elemento comum e identificador a todo o território. “O rio é um elemento comum e se as pessoas vão, se você vai perguntar às pessoas o que é o BG, certamente se lembram de imediato do rio Guadiana.” “Há um elemento comum que é o rio, o Guadiana, e que toda a gente quando se pensa em BG, pensa-se sempre no rio e na sua parte territorial, digamos assim, antes de chegar ao mar”. “As produções da terra, as várias coisas que a terra dava, quando o transporte era diferente daquilo que é hoje, quando as pessoas tinham que viver mais viradas para os recursos endógenos, como a caça, como a pecuária, como a floresta, com tudo isso, acho que essa consciência era mais acentuada que hoje”. A globalização com fator de distanciamento emocional ao território.”Existe a tendência para a nossa consciência caminhar mais para a globalização, para se libertar um pouco mais desse território”.

Atores chave	O rio é o principal elemento estruturante, o recurso que marca cultural, social e economicamente todo o território, que liga muito as pessoas e muitas vezes, as famílias. Anteriormente, mais do que hoje, as feiras (uma em cada concelho) eram verdadeiros elementos identitários e marcavam geograficamente e economicamente o território. A ribeira do Vascão é também um elemento comum porque, dividindo o Algarve do Alentejo, congrega espaços e dias de convívio entre as comunidades dos dois lados. Uma referência de que, do ponto de vista histórico e económico Mértola pertence mais ao Algarve que ao Alentejo. A fronteira entre o Alentejo e o Algarve é sobretudo artificial; Mértola sempre foi “um “términus” da zona do mar e não o final”. “Este recurso natural, ele acaba sempre por ser um recurso que marca todo este território. É a coluna vertebral deste território, chamemos-lhe assim! “Há um Sr. que aqui tem escrito muito sobre a história da vila. E ele dizia isto; quando no séc. XIX, 2ª metade do séc. XIX, quando aparecia um partido político em Lisboa, passado uma semana, já havia partidários desse partido em Alcoutim. E porquê? Porque passavam por aqui os propagandistas e havia um contacto muito grande. O rio desempenhava esse importante papel da comunicação e um importante papel económico. “Embora, como digo, possa não haver na consciência das pessoas muito essa noção e cada um estar a olhar mais, e não ter em conta que no fundo há essas relações todas que as próprias Feiras marcam historicamente.”(CB)[Refere-se às feiras enquanto elemento identitário]“(…) há uma identidade geográfica e económica.”(CB) “Havia aqui 3 eixos que eram muito importantes na vida das pessoas; que eram: - A Feira do Pereiro que é em Abril; a Feira de S. Mateus que é em Setembro e a Feira da Praia que é em Outubro. A vida das pessoas...viviavam muito à volta destes acontecimentos. Arranjava-se tudo para ir vender os marmelos, as romãs. Tanto que o cais enchia-se de canastras, uns dias antes já estava tudo arrumado para arrancar para a Feira de S. Mateus. A do Pereiro, S. Marcos do pereiro é a 25 de Abril, por isso o 25 de Abril aqui é sempre uma festa, por causa de S. Marcos do Pereiro. O Pereiro é um bocadinho centro estratégico do concelho e também centro estratégico do território. Vem gente de Mértola, de VRSA, de Castro Marim, vem tudo ao S. Marcos do Pereiro. A Feira da Praia, em VRSA, ainda se faz também, uma grande Feira, por volta do dia 10 de Outubro, 3 Feiras no território que marcavam muito a vida das pessoas. [Refere-se às feiras enquanto elemento identitário] “E há muita coisa comum! A ribeira do vascão é uma fronteira mas, também é um traço de união. Aí há umas águas minerais que uma parte está num lado da ribeira, outra parte está noutro.” “O rio liga essas pessoas. Às vezes há mais ligação que por vezes freguesias vizinhas (...)O rio tem a característica de ligar as pessoas todas! Não se sente rejeição. Há pessoas do Algarve que se sentem mais próximas do Alentejo..” “É todo um território aqui, o nosso caso ainda mais espetacular, porque este rio é uma autoestrada que atravessa, que rompe uma cordilheira que não é muito altas, que são as serras do Algarve. Mas é difícil de atravessar! [Refere-se ao facto de o Rio se apresentar como o elemento que “une” todo o território]. “E ainda por cima, não só do ponto de vista agrícola, se quisermos, porque a grande riqueza desta zona agrícola está a norte! Está nos “Barros” de Beja! Isto era o porto de Beja. Que era o porto deste interior, deste interior de Aljustrel, de Serpa, de Moura. Todo o porto deste território, imenso, rico, de boa agricultura, era aqui o ponto de saída. Portanto, daí a lógica desta ligação deste território com o Guadiana.”(CT)[Refere-se à importância histórica do Rio enquanto elemento identitário]. “E obviamente o rio é a chave! Aqui esta autoestrada, este contacto, as pessoas têm uma tradição. E há aqui uma nesta vila, na vila de Mértola, esta fronteira, p.ex., entre o Alentejo e o Algarve, uma coisa perfeitamente artificial, isto foi sempre um “términus” da zona do mar e não o final, não um corte! Estas serras nunca cortaram! Cortam na zona do Barlavento. Nunca aqui que o rio interrompe, faz a ligação. Há aqui uma tradição curiosa: houve sempre aqui um relacionamento através do rio, os chamados, todo o comércio, os barcos que iam e vinham. Havia aqui uma tradição curiosa, que aqui vim encontrar também, que é: - toda a gente tem familiares ao longo do rio, principalmente em VRSA que é o “términos”. É curioso que há aqui, não só uma solidariedade, como havia uma tradição que a própria geografia impôs, que é o rio, por causa das marés, dificulta a viagem de ir e vir num só dia, portanto; qualquer viagem Vila Real/Mértola é feita habitualmente num dia e depois a ida ou vinda é feita no dia seguinte. Portanto, há um dormir, o

	embarcação, o que traz o barco, leva o barco, leva mercadoria, dorme e vem no dia seguinte. Portanto, havia aqui uma velha tradição muito curiosa, que eu vim só aqui encontrar, que é precisamente haver habitualmente como tradição: - haver duas famílias! Cada embarcação tinha uma família em Mértola, tinha uma família em Vila Real, que era para dormir tanto num lado como noutro. Depois há outro aspeto complementar, que é o rio, o velho rio é uma espécie de árvore com ramos, portanto, há todo um conjunto de braços, de braços, de caminhos, de pequenas entradas, de ligações que ligam ao tronco principal que é o rio. Isso permite também toda uma ligação como se fosse uma árvore. Ramos que se estendem para todo o território. É como acontece sempre em todas, nas bacias hidrográficas. Uma bacia hidrográfica é um território perfeitamente unido e unitário. Que foi de certa forma interrompido, politicamente com esta divisão entre o Algarve e o Alentejo.” “Mértola inclusive não pertence ao Alentejo, do ponto de vista histórico e do ponto de vista económico pertence ao Algarve, pertence ao Sul! O Alentejo tem uma estrutura própria, ao próprio, uma tradição, princípios práticos, princípios culturais, princípios alimentares, e isto, Mértola já o Guadiana tem a ver com o Sul. Tem a ver com esta bacia gigantesca, esta fantástica bacia hidrográfica à volta da qual, onde pontua Mértola como um polo agregador.” “Há uma coisa que sobretudo para essas pessoas que eu há pouco referi, o Guadiana diz-lhes muito! O Guadiana e as suas margens dizem-lhe muito.” [Refere-se às pessoas com atividades ligadas ao rio].

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: COESÃO TERRITORIAL

Categorias / Sub Categorias Informantes	Indutora do desenvolvimento do território
Comunidade	98.2% dão importância às parcerias no BG, salientando que estas provocariam um DL mais acentuado, um crescimento na área do turismo uma maior coesão social e territorial bem com respostas mais eficazes aos problemas
Técnicos/Empresários	Se fosse aceite e reconhecido seria indutor do desenvolvimento. O território está identificado mas não definido estrategicamente como gestão conjunta. Mesmo em termos sociais não há uma estratégia conjunta. “Quem o deve reconhecer ainda não o reconheceu! Na prática não é! Devia ser reconhecido e identificado. Pelas Câmaras, CCDRs e por aí adiante. Mas hoje ainda não é assim.”[o não reconhecimento do território do BG como UM pelas entidades públicas como fator que é inibidor do desenvolvimento] “O território está identificado, o problema é a gestão, a estratégia.” “Em termos sociais não há visão conjunta. Não funciona. Em termos funcionais não é um território. Devia ser mas não é.”[Refere-se ao facto de que, caso o houvesse visão conjunta, isso seria indutor do desenvolvimento] “O BG deve ser visto como uno, (...). Tendo recursos diferentes mas que se complementam, podendo participar no desenvolvimento do território. É o rio que valoriza este território, sem ele a serra não existe.”
Presidentes de Câmara	O território deveria ser “vendido” em conjunto por tal se traduzir quer em economia de recursos quer em melhores oportunidades de promoção e desenvolvimento. “Acho que era fundamental ser vendido em conjunto, bem vendido, bem estruturado Até do ponto de vista financeiro era fundamental para dar escala.” Falta de agenda própria, isto é falta de objetivação de ações ancoradas em estratégia e visão conjunta, refletindo falta de concertação entre os atores locais. “Acho que não há uma agenda própria para o Baixo Guadiana! Não há uma agenda própria e isso não contribui para o desenvolvimento do território.””A unidade homogênea que é enquanto região, devia passar por uma unidade de concertação entre os atores locais com uma estratégia bem definida. E é insuficiente neste momento” (...) “modelos com maior envolvimento dos executivos municipais, aliás; hoje em dia, a reforma que se está desenhando a nível da administração propende nesse sentido. Em favorecer experiências

	desse tipo. Agora; tem de facto de haver uma leitura dos interesses agregadores, tem de haver uma leitura o mais correta possível, que será melhorada quanto maior for a participação da população e a qualidade dessa participação e tem que ser sentida pelos vários executivos municipais com a mesma intensidade ou intensidades próximas, sob pena de depois andarmos a várias velocidades e as coisas não se fazerem,
Atores chave	São apontadas vantagens económicas de, enquanto coesão social, a perspetiva de uma unidade territorial, nomeadamente a complementaridade entre as vocações de cada um dos concelhos, a relação litoral/ interior, capitalizando o polo que Vila Real constitui, e mesmo Tavira. e de como essa interligação poderia constituir um mecanismo de desenvolvimento. A escola, não sendo potenciadora de ligação ao território, é apontada como pouco indutora do desenvolvimento dos territórios rurais como é o caso. A descontinuidade geográfica reforçada por bloqueios administrativos é também apontada como pouco viabilizadora do DT. Refere-se ainda a falta de uma visão conjunta do território numa lógica de diversidade, e à forma como poderia ser indutora de desenvolvimento. A falta de dinamismo condiciona também o processo de desenvolvimento do BG. “Não! Poderia ter sido o desassoreamento do rio. Uma lógica dos parques empresariais e do desenvolvimento empresarial, da promoção do território... Poderia ter-se feito muita coisa “(PB) [Refere-se ao facto de nunca ter havido um projeto ou processo de peso, de todo o território, que potenciase o território, sendo que isso seria um fator potenciador do desenvolvimento, e que na sua opinião poderia ter sido o desassoreamento do rio] “Precisamente! São complementares.”(CT)[Refere-se ao facto de que atualmente as funções económicas das grandes povoações do BG são bastante diferentes das de outros períodos históricos, em que Tavira e Mértola articulavam entre si no transporte de bens e pessoas para os meios urbanos de maior dimensão, sendo neste momento relações de complementaridade que, numa visão de conjunto, poderiam ser indutoras do desenvolvimento] “Hoje há aqui um caso específico, que é Mértola com a necessidade de sobrevivência ligada a Castro Marim e ligada a Alcoutim. O Guadiana ainda marca profundamente a cidade atual de VRSA. Não é de excluir uma ligação direta, mas é também de envolver mais VRSA com o caso de Tavira. Que são as duas cidades do Sotavento que estão ligadas ainda diretamente ao Guadiana. Portanto há dois níveis, acho eu. O nível: - Tavira/Vila Real, que tem a ver com o mar, com o grande turismo que hoje é o Algarve e por outro lado um território interiorizado, desviado das grandes rotas do turismo neste momento e que pode criar sinergias próprias através de Mértola, Alcoutim e Castro Marim “Que aqui é excecional já!” [Refere-se à forma como o sentimento de pertença e a identificação com o território influenciam a fixação de pessoas e o desenvolvimento] “Descontinuidades motivadas pelos bloqueios administrativos Alentejo/Algarve, se resolvermos isso, depois também em conjunto com Espanha poderemos ir para a frente.”(GM)[Refere-se a alguns fatores que impossibilitam que o território do BG seja visto como UM e ao impacto negativo que isso tem no desenvolvimento] “O problema é que não se trabalhamos projetos, processos conjuntos, o que não quer dizer que não tenha fases parcelares que vão sendo resolvidas naturalmente mas tem que se chegar a um objetivo final, que é a navegabilidade, no caso do Baixo Guadiana só faria sentido se for até Mértola! Porque Alcoutim não tem escala, dimensão, capacidade atrativa para ser, o sítio que estimula a navegabilidade de turismo. Ele ganha sempre mais se estendermos até Mértola. Isso não tenhamos dúvidas!”[“(...) outro aspeto que também é importante tal com Mértola, é a falta de dinamismo ou o baixo dinamismo económico aqui, económico e empreendedor do Baixo Guadiana. E uma de interior o rio também desenvolve-se para um espaço territorial que apresenta estas duas grandes distinções: interior/litoral com as características que normalmente nós próprios no nosso país damos a cada um dos espaços: interior e litoral. Interior despovoado; litoral concentrações populacionais e económicas, etc”][Refere-se a aspetos que existem no território e que, a serem ultrapassados, seriam indutores do desenvolvimento] “É mais algo, mais uma frente que se abre, e tem de ser numa lógica de diversidade no território. O território deve abrir essa frente, só que essa frente, é uma frente em conjunto! É uma frente cujo grande sucesso para cada um dos territórios e é trabalhar em conjunto com outros territórios, com a temática do Baixo Guadiana, do rio e das suas margens,

	passa a ter a possibilidade de desenvolver uma frente em conjunto com outros espaços e concelhios, regionais e internacionais em que define uma estratégia conjunta para aproveitar aquele recurso”.

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: COESÃO TERRITORIAL

Categorias / Sub Categorias Informantes	Impacto no Desenvolvimento do Território
Comunidade	50.9% refere que o nível de envolvimento dos indivíduos neste território é Médio e apenas 4.5% o refere como forte Consideram que parcerias mais robustas poderiam traduzir-se em desenvolvimento Local mais forte e em respostas mais eficazes para problemas que são comuns ao território.
Técnicos/Empresários	A ser possível beneficiaria o desenvolvimento sustentável e é considerado imperativo para alguns em termos de sobrevivência do território. Este modelo não serve o desenvolvimento e há espaço para construir um modelo de cooperação de desenvolvimento territorial diferente. Em termos empresariais seria vantajoso, poderia trazer economia de recursos e de serviços, a região teria mais peso e faria maior lobby. A ideia que poderia ser difícil não seria perfeita mas seria vantajosa. Devia ser experimentado este processo de desenvolvimento. “Se fosse possível iria beneficiar bastante o DS.”Para sobrevivência do território, para a sustentabilidade, para o DS é imperativo a gestão conjunta do território!” Há um espaço que temos de construir, cooperar. Modelo económico imposto sobre nós, que não nos dá uma falar de coisas que um modelo económico não resolve.”(B)[Refere-se ao facto do atual modelo não contribuir para o desenvolvimento, concordando com um modelo conjunto] “Quem governa neste momento é este modelo económico. Como se decide este modelo económico? Modelo atual, é um modelo insustentável. [Refere-se ao facto do atual modelo não contribuir para o desenvolvimento, concordando com um modelo conjunto] “Em termos empresariais, seria positivo para o desenvolvimento uma estrutura que interviesse diretamente noutras entidades; que promovesse este território como um só. Fosse a voz das empresas da região. A concertação, a conciliação entre as partes. Trabalhando juntos em prol de algo em comum, neste caso o desenvolvimento sustentável para a região. Não sendo apenas um lado a decidir o futuro de uma região.” “Só uma vantagem do ponto de vista económico: poupança de recursos, de serviços municipais”[Refere-se à construção de um modelo conjunto] “A associação uniu-se para os concelhos terem maior peso nas instituições públicas! [Refere-se à junção dos 4 concelhos em termos empresariais e utiliza isto como um exemplo da sua opinião] “Se houvesse união haveria partilha. Justifica-se muito pela desertificação que há em todos os concelhos. Se houvesse essa união estaríamos muito melhor.” “Aí há vantagens!”[Refere-se à capacidade de lobby do território] “Evitava que situações aqui enumeradas acontecessem.” “Os concelhos de Mértola e Alcoutim, a junção de todos os recursos, era muito positivo. Criava mais desenvolvimento económico.” “Gestão conjunta é sempre bom! A própria cultura tem diferenças e com a gestão conjunta as mais-valias eram superiores. Evitando que alguns concelhos desapareçam. (...)Se não acabamos. Ficamos diluídos. É difícil ser perfeita, mas seria vantajoso.” “Eventualmente um maior peso, mas não garantidamente.”[capacidade de lobby].
Presidentes de Câmara	Uma dinâmica conjunta em torno do BG, particularmente na área do turismo, é reconhecida como vantajosa. É mesmo apontada a necessidade de elaboração de um Plano de Ordenamento e de Estratégia para o Desenvolvimento de todo o BG dadas as potencialidades que o território envolve no seu conjunto e como se interligam. “Seria mais fácil, mas este território teria que ganhar outra dinâmica em termos turísticos, teria que ter outra dinâmica, e articular-se em todo o BG, com todos os seus produtos.” (Refere-se ao turismo enquanto fator que tem subjacente recursos territoriais comuns e que

	deveriam ser geridos como tal). “Faria todo o sentido um Plano de Ordenamento do Território que tivesse essa abrangência de todo o BG, tivesse essa latitude, fosse um Plano de Ordenamento do Território do BG, que levasse em consideração esse território e que fosse, digamos: - um verdadeiro plano, não só de Ordenamento do Território mas, de estratégia para o desenvolvimento, avaliando o melhor possível os recursos e a maneira como eles podem ser ordenados e tendo sempre presente a necessidade de sustentabilidade”. “Há potencialidades! Só que nós temos muito pouco peso enquanto território para poder fazer valer as nossas visões para o território.” “Gerir melhor, mais perto das pessoas faz todo o sentido. Gerir melhor, mais perto das pessoas os dinheiros” (Refere-se ao impacto que a Gestão conjunta teria no desenvolvimento económico).
Atores chave	É unânime que um modelo de desenvolvimento conjunto ainda que a título experimental, será indutor do desenvolvimento, tendo um efeito acelerador, de maior lobby mesmo transfronteiriço sendo mais duradouras e consistentes as decisões. É referida também que pode contribuir para o encontrar de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis no território principalmente na questão do turismo e que de alguma forma já existe um embrião que é concretizado pela ATBG. O carácter experimental e inovador, a possibilidade de por em prática uma governança geradora de clima de confiança e de ambientes criativos, as dinâmicas que criaria entre as entidades, são apontadas como largamente interessantes para o desenvolvimento do território e que a inatividade tem custos elevados. “Em tudo mais! Potenciar a articulação, que já tem um embrião que é as TBG.” [Refere-se ao facto de um modelo de gestão conjunto permitir o avanço de algumas medidas que se encontram sem avançar e que considera fundamentais para o desenvolvimento, nomeadamente a navegabilidade do Guadiana] “Claro!” [Refere-se ao facto de que se houvesse um modelo de gestão económica no território do BG isso poderia ser interessante para o desenvolvimento] (...) “Haveria um potencial muito maior, com uma política conjunta. Porque as opiniões mudam, consoante mudam as pessoas nos lugares de decisão! Enquanto for assim...” “Claro! Aqui até vejo mais a lógica transfronteiriça. Ganhariamos em ter-mos as duas margens do rio envolvidas numa plataforma de influência.”[Refere-se à capacidade de lobby] “Pode ser quase auto suficiente na produção de riqueza e que aumente a população.”[Refere-se ao território do BG, caso tivesse um modelo de gestão conjunta] “Portanto, este braço do Sul que vem até Mértola e que vem até toda esta região está em perigo de poder entrar em toda esta massificação gigantesca do turismo de massas. Não é só criar mecanismos, mas principalmente criar defesas e alternativas claras a esse tipo de turismo, não é contra o turismo! É contra um certo tipo de turismo de massas. Temos de criar, abrir um desenvolvimento identitário, criar identificações culturais, etc., que possam ajudar a criar um outro tipo de turismo, que pode passar por aquilo que a gente lhe chama, o chamado turismo cultural”[Refere-se a uma das vantagens da criação do modelo de gestão conjunto]. “Para já tens o carácter experimental (...) penso que o custo da inação é muito grande, não se fazer, não se experimentar é muito forte! Seria extremamente inovador” “iria mexer com muitas coisas, com territórios, com entidades, com instituições mas seria, penso que uma forma de por em prática as capacidades de todos de uma forma que tinha de ser aberta, transparente e gerada de climas de confiança e também geradora de ambientes de criatividade.”

EVIDÊNCIAS TEMA: Território SUB TEMA: COESÃO TERRITORIAL

Categorias / Sub Categorias Informantes	
Inibições/conflito de interesses	
Comunidade	64.2% dos inquiridos salienta que não existe confiança entre os atores locais Estratégias comuns e governação/ gestão partilhada assumem valores baixos, sobretudo nas empresas

	e na administração Pública Regional sendo mais elevada nas ADLs
Técnicos/Empresários	Não é reconhecido como tal pelas entidades, nem sequer pelas Câmaras Municipais pelo que será difícil uma estratégia comum. Barreiras administrativas, eventualmente políticas, interesses particulares, algumas diferenças de opinião, vícios de governação poderão provocar conflitos de interesses. O BG enquanto território não está reconhecido pelos presidentes de Câmara! Não está definido enquanto território, e enquanto o espaço não estiver reconhecido como tal não se vai conseguir criar nenhuma estratégia comum! O poder local está de costas voltadas.” [Refere-se às condicionantes administrativas e políticas que impedem a coesão territorial] “Há interesses ímpares, conflitos de interesses. Por vezes não é o BG que se promove mas sim uma só parte. [Refere-se à inexistência de uma estratégia conjunta, o que conduz a que as ações não sejam concertadas] “Não me parece tão utópica...(…) Havendo vontade não seria tão difícil. Já há um agrupamento europeu. AAA. Incluindo Espanha.”[Refere-se à falta de vontade como um elemento inibidor] “A população (...) antes de mais tem de querer fazer parte do BG. “(N)[Refere-se ao facto de não existir um sentimento de pertença coletivo como inibidor] “Há demasiadas diferenças, que depois não eram cuidadas. Demasiados aspetos que depois não seriam tidos em conta.”(H) “Tenho algum receio da gestão conjunta, por causa das câmaras municipais que têm muitos vícios, com perspectiva de desenvolvimento na construção e que o turismo é a única força motriz. São 2 concelhos com perspectivas muito diferentes dos outros dois.Mtl e Alct. Que têm maior diversidade, a economia não está tão centralizada.”
Presidentes de Câmara	São apontados como fatores inibidores ou como conflito de interesses o ordenamento e planeamento territorial, o facto de alguns atores evitarem discutir esse assunto, o défice de participação pública e uma mentalidade pouco aberta a modelos diferentes em relação ao instituído. Os protagonismos e mesmo as personalidades dos autarcas são igualmente um obstáculo. O ordenamento do território tem sido um obstáculo” “ fogem em reunir desde que eu meti esse ponto em cima da mesa! Pensam que sou eu que quero ser presidente disto tudo.” “É aquele défice de participação que falamos. As pessoas estão muito concentradas nos seus problemas” (Refere-se ao facto da falta de participação e da mentalidade do individualismo serem uma inibição para a realização de um Modelo de Gestão Conjunto do BG) Continuo a dizer que a principal questão é a mentalidade (...) tem de haver alguma libertação das Câmaras dos seus executivos, tem que haver alguma libertação de egoísmos mais de... pequenos protagonismos, tem que ser essa visão mais alargada, e penso que o melhor modo, a melhor forma de encontrar os modelos mais certos e que melhor se ajustem nem sequer é pela aplicação de um quadro normativo vindo de cima”. “Eu acho que passa muito pelos interesses de cada executivo municipal em cada instante, até pelos traços de personalidade de cada um dos Presidentes de Câmara, pelo entusiasmo que põe, pela visão que tem, por um conjunto de fatores”.
Atores chave	A lógica administrativa existente, a tradição municipalista, a necessária aprendizagem de uma visão conjunta, a artificialidade da fronteira entre as duas regiões e a forma como são implementados os Quadros Comunitários de Apoio e que de alguma forma nunca contemplaram o Guadiana como eixo de desenvolvimento estruturante, são vistos como eventuais conflitos de interesses, bem como as alterações na lógica de funcionamento e nas práticas de governação territorial das instituições. “Não será fácil pelo lado administrativo” [Refere-se ao facto de que a lógica administrativa não ajuda nada a este processo” (...)] “Temos um país municipalizado e quando isto acontece, cada município trabalha para si próprio, promovendo o seu próprio município, não tendo uma visão mais ampla. Basta ver os constrangimentos entre duas regiões (Alentejo e Algarve) misturadas, com regras diferentes, o QREN funciona de maneira diferente nas duas regiões.” [Refere a municipalização como um fator que, caso não se

	verificasse, havendo uma visão conjunta do BG, favoreceria o desenvolvimento do território] “(…) esta fronteira ente o Alentejo e o Algarve, uma coisa perfeitamente artificial.” “Houve aquele que de certa forma se estabilizou, que era o grande modelo Alentejo e o outro grande modelo Algarve. Dois territórios que historicamente têm uma fronteira, uma fronteira que é perfeitamente clara na serra algarvia. Isto nunca teve em conta o Guadiana; o Guadiana não era tido em conta.” “(…) então isso implicaria que esse modelo teria também que envolver um conjunto de entidades e envolver um conjunto de governança que apelassem a uma dedicação conjunta, eu diria quase equitativa para objetivos em conjunto. É preciso modelos, mas tinham que ser completamente diferentes daqueles que os modelos de governação territorial vigentes praticam.” “(…) iria mexer com muitas coisas, com territórios, com entidades, com instituições(…)” [Refere-se à construção de um modelo de gestão conjunto

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: COESÃO TERRITORIAL

Categorias / Sub Categorias Informantes	Mecanismos de implementação e papel dos atores locais
Comunidade	A criação de um Encontro Anual onde os assuntos importantes do território fossem abordados é referida como importante por 89.9% Ser criada uma associação dos quatro municípios é também referida como mobilizadora do território
Técnicos/Empresários	Com projetos estruturantes para todo o território, uma entidade que juntasse os vários concelhos ou uma estrutura jurídica que desse corpo ao território. Reuniões mensais. Formas que incluíssem várias entidades e não apenas as Câmaras municípios :as entidades regionais, as entidades intermédias, associações empresariais, universidades, associações ambientais, culturais; que não fosse burocrática, que fosse gerível. Poderia até incluir Espanha. Poderia ser uma região piloto experimental que provocasse articulação, cooperação e capital humano. Estrutura flexível, pouco burocrática, descentralizada, baseada na cooperação entre instituições. Ter personalidade jurídica e como características articulação entre população, a comunidade e instituições e que fosse participada. “Modelo de gestão conjunta em macro escala. Projetos estruturantes, com dimensão, plano de atividade conjunta para o território. Uma entidade que juntasse os vários concelhos.” “Estrutura jurídica que dê-se corpo ao território.” [Refere-se ao facto de que se houvesse uma estrutura jurídica comum, isso daria corpo ao território] “Reuniões mensais com presidentes, fazendo candidaturas conjuntas. “Novo modelo de gestão, com uma visão geral do território, sem ser só o somatório das partes. . Forma de criação: - Contrária à AMAL, porque são apenas espaços burocráticos. Porque é um centro burocrático! Com os presidentes de câmara; a referendar a forma como fazer isto, ou uma estrutura com todos os municípios, as entidades regionais, as entidades intermédias, associações empresariais, universidades, associações ambientais, culturais...os presidentes das câmaras não podem ter direito de veto. As associações são quem desbloqueia os conflitos. Também não alargar para ser gerível. E incluir Espanha. É preciso de ter dinheiro para se gerirem as coisas.” “Noção de estratégia conjunta para o território. Acabar com fronteiras que ainda existem, incluindo os espanhóis. Um processo em que o que nos une são as estratégias. Uma região piloto experimental, criando articulação, cooperação de base capital humano. São as pessoas que se juntam porque querem. É um processo que se deve iniciar, e ela vai robustecer-se. E já há modelos experimentais: as AECTs as AAA, os agrupamentos., criando o q é fundamental, a articulação. Os territórios juntam-se pela funcionalidade, pelas pessoas. A funcionalidade, cooperar, partilhar e relações de base. Potencializar o capital social. Cooperar, criar as funcionalidades. Das associações de base, dos empresários, capitalizar o capital social.” “Estrutura flexível, pouco burocrática, descentralizada, baseada na cooperação entre instituições. Haver personalidade jurídica (...) não deixar a gestão única e exclusivamente

	só para as câmaras municipais.” “As características: - articulação entre população, a comunidade e instituições. Partilha unindo esforços entre todos. Senti-la e identifica-la como território; partilha de interesses e informação entre todas as instituições no terreno.” “Introduzir uma entidade que é a população geral. Participação pública através da internet; modelo de decisão que salvaguardasse o interesse coletivo. Dando-se importância que merece, valorizando a opinião pública.”[Refere-se ao facto de que a população deveria de estar presente nesta estrutura] “Criando uma autoridade conjunta que seria o BG, para ganharem força todos juntos.” “uma estrutura que interviesse diretamente noutras entidades; que promovesse este território como um só. Fosse a voz das empresas da região. A concertação, a conciliação entre as partes. Trabalhando juntos em prol de algo em comum, neste caso o desenvolvimento sustentável para a região. Não sendo apenas um lado a decidir o futuro de uma região.”
Presidentes de Câmara	São apontadas a descentralização e a transferência de competências como possibilidades de abrir o caminho à criação de uma sub-região. Competências das Câmaras poderiam passar para esta “entidade” a criar. A importância da informação às pessoas bem como a necessidade das autarquias assumirem cada vez mais as questões efetivas do desenvolvimento económico e a necessidade de parcerias por exemplo com as ADLs. “Defendo que deve haver passagens de competências do poder central para o poder local, e particularmente se se criar uma sub-região, faz todo o sentido! “(...) Eu não estou a dizer que não acredito na fusão. Podia-se era criar uma estrutura supra municipal. Mas com competências em que as autarquias passassem para lá algumas das competências “ “Desde logo com um trabalho que eu acho que as autarquias têm que fazer, de transportarem uma outra mensagem às pessoas. Eu penso que há cada vez mais que acentuar essa nova faceta que as autarquias têm, que é a de agentes de desenvolvimento económico, e nesse âmbito acho que se ganhava importância, que é, as autarquias enquanto agentes de desenvolvimento económico, promotores de desenvolvimento económico faria sentido que houvesse uma maior aproximação, uma maior articulação e que houvessem objetivos comuns que pudessem consorciar-nos para o desenvolvimento (...)E penso naturalmente que as associações de desenvolvimento local, aquelas que já estão no terreno, dando-lhes outro protagonismo, assumindo-os como parceiros, procurando dar-lhes outra força. Em conjunto poder-se-á desenvolver um trabalho importante.
Atores chave	Já existe um embrião com as associações locais, poderia haver uma gestão dos quatro concelhos e até alguma articulação com Espanha; uma associação de municípios, fóruns anuais de debate, são possibilidades apontadas. Uma agência de desenvolvimento é referida como uma boa solução até porque devem participar não só as câmaras mas todas as entidades do território, numa lógica de público e privado, mas que funcione como oportunidade de enquadrar uma visão alargada para todo o território. Poderia ser mais ou menos abrangente mas que tivesse uma lógica empresarial, de promoção conjunta em que cada município afetasse uma parte dos recursos. É assente que se deveria partir do que já existe e construir a partir daí por forma a não implicar grandes transformações que alterem substancialmente com administrações já que as maiores e mais difíceis de alterar são as fronteiras burocráticas e as mentais. Assim ganhar-se-ia confiança entre os atores locais. Partir de soluções mais simples, sempre envolvendo as pessoas. Procurar exemplos de outros territórios com experiências similares ou até mesmo as possibilidades abertas pela cooperação transfronteiriça. “Eu penso que haver uma “Odiana” que não fosse só os 3 concelhos algarvios, fosse uma “Odiana” que abarcasse todo o concelho de Mértola. Temos a Associação Terras do Baixo Guadiana! As Terras do Baixo Guadiana, podem ser muito promovidas, muito desenvolvidas, o embrião. Foi uma boa ideia esta das TBG. Já pode dar uma certa articulação e está a dar! Através do LEADER já começamos a articular! “Aqui poderia haver quase uma gestão dos 4 municípios, até com o lado espanhol, poderiam funcionar todos em conjunto. “Uma associação de municípios, numa lógica de promoção conjunta, voltado para o

	negócio. Temos de criar riqueza no território, o resto acontece por si! Trazer pessoas e criar riqueza! Com uma afetação por parte do orçamento de cada um dos municípios, promovendo conjuntamente, com uma promoção muito bem definida”. “O mais normal seria continuarem os municípios! Poderia haver uma associação de municípios numa lógica transfronteiriça entre o Alentejo e o Algarve. Numa lógica de promoção do território, lógica empresarial...Teríamos uma lógica de região Alentejo e região Algarve, criava uma visão diferente sobre o rio e o território que o rio banha.” “Uma agência para o desenvolvimento seria o mais correto! Precisamos ter uma coisa não só política; com os 4 municípios; com as associações que lá estão; com empresários que tenham influencia; com os empresários; que os municípios não mandem, todos ao mesmo nível. Aí temos uma lógica de promoção turística e empresarial conjunta. Uma política económica comum Quase de 50 – 50 de capital (50 publico, 50 privado para haver equidade entre uma coisa e outra), talvez mais privado que publico, para que possa funcionar, um conselho consultivo. “Isto tem a ver com uma região ou melhor; com uma sub-região. Com uma estrutura, aquilo que pode chamar-se o que se quiser, ter várias formas.” Aqui, esta bacia hidrográfica do Guadiana tem a ver também com elementos do outro lado na Espanha. Não é só o território português. Tem a ver com a bacia do lado espanhol que é precisamente igual à nossa, virada para o rio. Portanto, há aqui um território muito interessante à volta da bacia do Guadiana que também incluiria o território da atual da Andaluzia.” “E tentar avançar inclusivamente com um plano de estratégia conjunto para aproveitamento dos recursos já identificados e já existentes. Com base naquilo que já existe, antes de grandes transformações radicais que mexem com administrações e por aquilo que eu tenho tido conhecimento nos últimos tempos; as maiores fronteiras, as fronteiras mais difíceis de destruir são as fronteiras burocráticas por um lado, e as mentais por outro. Primeiro tem que se ganhar confiança em coisas simples, o dia-a-dia, no trabalho em conjunto, de pequenos projetos, convinha era ter do ponto de vista estratégico e não quer dizer que seja vinculativo, uma ideia de aproveitamento de recursos e de algumas tendências de desenvolvimento para este território. Podemos tentar ver que modelos é que são os envolvidos em áreas que os rios servem para comunicar e servem para desenvolver projetos em conjunto por essa Europa fora, temos o Reno, eventualmente no Danúbio, são outras dimensões, com outras formas de aproveitamento, parece ser evidente ser o rio Guadiana na sua componente navegável que estamos aqui a dar atenção e com base nisso é sempre bom ver como os outros funcionam e tentar adaptar aqui. Pode-se é dar atenção, aproveitar as oportunidades que estão a ser criadas, ou foram criadas ao nível das cooperações transfronteiriças; de instrumentos como as AECT's; áreas de paisagem natural transfronteiriça, coisas que foram recentemente criadas e são relativamente pouco pesados não têm nada a ver com a constituição de um parque natural ou uma reserva da biosfera, não quer dizer que não se avance para aí. Mas começar sempre pelo mais simples. E envolvendo as pessoas! “.

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: COESÃO TERRITORIAL

Categorias / Sub Categorias Informantes	Legitimidade do modelo
Comunidade	90.9% refere a criação de uma estrutura coordenadora para todo o território como relevante/ muito relevante para a participação e 98.4 as formas de de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede, que favorecem consensos e criem ambientes de confiança
Técnicos/Empresários	Deve ter legitimidade jurídica, estar articulada com a população, partilha de interesses e informação entre todas as instituições por forma a legitimar as decisões, que salvguarde o interesse coletivo. A legitimidade viria do próprio modelo. Se todos participassem na sua criação estaria legitimado. Poderia ser referendado. Já há processos semelhantes em fórmulas jurídicas da EU. “Haver personalidade jurídica para poder reivindicar” (...) “articulação entre população, a comunidade e instituições. Partilha unindo esforços entre todos. Senti-la e identifica-la

	como território; partilha de interesses e informação entre todas as instituições no terreno.”[a legitimidade do modelo advém do facto do mesmo ser sustentado na partilha, estando portanto as suas decisões legitimadas, porque representativo das vontades] “Introduzir uma entidade que é a população geral. Participação pública através da internet; modelo de decisão que salvaguardasse o interesse coletivo. Dando-se importância que merece, valorizando a opinião pública. [JR e J articulam a resposta, por isso a legitimidade que J confere a esta estrutura é a mesma que JR] “ Pensar na população, que tem de querer fazer parte do BG. Aí sim avançar. A população tem que querer, sentir-se integrada, então sim podemos avançar. A população é que tem poder reivindicativo, antes de mais tem de querer fazer parte do BG. “(N)[JR, J e N articulam a resposta, por isso a legitimidade que N confere a esta estrutura é a mesma] “Uma entidade que juntasse os vários concelhos.”[A legitimidade advém do próprio modelo] “São as pessoas que se juntam porque querem. É um processo que se deve iniciar, e ela vai robustecer-se. E já há modelos experimentais: as AECTs as AAA, os agrupamentos., criando o q é fundamental, a articulação. Os territórios juntam-se pela funcionalidade, pelas pessoas”(GM) [Seria um modelo participado, por isso legitimado]“Referendo, um processo democrático!”(H)“Pessoas a referendar!”(S) “Referendo!”“Vamos ter um modelo destes e sem referendo.”(C) O que eu acho que seria mais honesto: - As pessoas serem ouvidas através de referendo.”(F) “Parte sempre pelas pessoas!” [Refere-se à necessidade de envolvimento das comunidades, como alicerce para a legitimidade de um Modelo de Gestão Conjunto].
Presidentes de Câmara	Não é clara a forma como poderá se implementado o modelo, tornando-o legítimo. É defendida a descentralização como possibilidade de encontrar uma via de organização de um modelo deste tipo e assim legitimá-lo. Poderá também ser por escrutínio. A Reforma da Administração Local (em discussão) é apontada como uma possibilidade que poderia abrir a oportunidade. A ideia é sempre manter os municípios. “Mantendo os municípios. Faz todo o sentido criar um programa que defenda a descentralização de competências e meios, aqui nestes municípios.” “descentralização é uma forma de legitimar”. “A legitimidade desse modelo de gestão conjunto pode também vir a resultar de vários processos. Pode ser um somatório de ações. Deve ser flexível e informal. Pode ainda ser apenas um modelo de gestão conjunta por projetos/por processos, não se colocando a questão da legitimidade do modelo.”
Atores chave	Se tiver representatividade do conjunto dos atores locais, se tiver o apoio popular, tem legitimidade. Decisões forem partilhadas e que integrem processos de Participação Pública, garantem legitimidade ao modelo, tal como o envolvimento de um conjunto de práticas de boa governança que apelassem a uma dedicação conjunta, com objetivos em conjunto, em que cada uma das entidades incorpore os interesses conjuntos nas suas atividades, estratégias e planeamento. “Na medida em que as TBG ganhem expressão de apoio popular, de apoio económico. Que ela pudesse juntar também as várias Associações Empresariais. [Sobre a legitimidade de um modelo de gestão conjunto]2 (...) “Uma agência para o desenvolvimento seria o mais correto!” [De acordo com o seu conceito de agência para o desenvolvimento, a mesma teria legitimidade porque tinha representatividade de todos os agentes]. “É evidente que houve vários modelos, e vai haver e ainda haverá outros. Há muitos modelos possíveis!” [Refere-se a vários modelos, mas relativamente à sua legitimidade, não concretiza] “Era importante, era as várias entidades assumirem que era preciso começarem a juntar-se, independentemente da maneira vão pensando, como esse modelo se implementaria.” [Como defende um modelo de gestão conjunto sustentado na responsabilidade individual e coletiva de cada indivíduo/entidade, a legitimidade advém do facto das decisões serem partilhadas] “Mas que a PP seja mais integrada dentro deste fórum para irem tendo estratégias para que possam ganhar todos, empresários e políticos! E em última instância que ganhe o território! Que as pessoas e entidades se juntem 4 ou 6 vezes por ano para irem tendo

	estratégias para que possam ganhar todos e assim ganha o território. Que discutam e decidam. Que funcione em conjunto.” “É uma ideia do provedor é interessante! Tem de ser alguém que seja respeitado tanto por políticos como por empresários.” “Em vez de 4 gabinetes de apoio aos empresários, podia-mos ter só um para todo o território.” (...) “É evidente que houve vários modelos, e vai haver e ainda haverá outros. Há muitos modelos possíveis! Nós podemos ver outros modelos possíveis.” (...) esse modelo teria também que envolver um conjunto de entidades e envolver um conjunto de governança que apelassem a uma dedicação conjunta, eu diria quase equitativa para objetivos em conjunto. (...)” “Para já era importante criar-se dinâmicas de saber-se trabalhar e partilhar com os outros, projetos e informação, formas de estar e começar depois cada uma das entidades a incorporar estes interesses conjuntos em cada um dos seus atos do quotidiano, no seu planeamento nessas coisas.

SUB TEMA: ATORES

Sub Tema	Categorias / Sub Categorias
ATORES	Capital Social
	Capacitação
	Características e estrutura
	Debilidades
	Contributo para o DT
	Dimensão
	Influência no DT

Opinião das Comunidade (sustentada no questionário)

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Capital Social	Razoável envolvimento em organizações e forte sentido de pertença e identidade. Défice de dinâmicas participativas, de coesão social de articulação no planeamento e ordenamento do território e em processo de D comum. Reduzido envolvimento na PP, nas governanças locais; e razoável no DL.
Capacitação	Reconhecimento de que a capacitação contribui para o DLS, para políticas públicas mais adequadas ao território e para melhores práticas de governança territorial. Razoável escolaridade e formação superior.
Características e estrutura	7,6% são empresários, 4,4 % estudantes, 81,5 Empregabilidade fortemente dependente de outrem trabalhadores por conta de outrem. Significativo nº dos que se sentem relacionados com o território e desses, em cerca de três quartos esse sentimento é muito forte. Forte importância atribuída às parcerias, mas são atualmente pouco visíveis, à exceção das ADs e das CMs. Défice de confiança entre os atores, bem como de transparência na gestão, na ética e boas práticas na governança. Faltam lideranças locais fortes.
Debilidades	Pouco envolvimento com o território e poucas referências a boas parcerias no território. Défice substancial de PP, bem com, embora em menos escala, de ética nas governanças e na confiança entre os atores locais.
Contributo para o DT	Razoável sentido de capacitação para participar, indicação forte de que esta influencia a participação o que por sua vez mobiliza mobiliza o DL. É referido que a Participação reforçaria uma estratégia de desenvolvimento comum para o Baixo Guadiana bem como a sustentabilidade dos recursos do território.
Dimensão	Estratégias comuns e governação/ gestão partilhada assumem valores baixos, sobretudo nas empresas e na administração Pública Regional sendo mais elevada nas ADLs. Forte sentido de défice na ação coletiva acrescentando que esta contribuiria par o acentuar do

	DL, um crescimento na área do turismo, uma maior coesão social e territorial bem com respostas mais eficazes aos problemas locais da comunidade.
Influência no DT	Pouco envolvimento em processos de participação e, maioritariamente, como apenas como recetores de informação. Existem parcerias entre os atores locais, embora pouco visíveis. É considerada importante a ação coletiva das entidades do BG, existe alguma disponibilidade para participar, prioritariamente em OSC, em defesa do património e em causas públicas e não há articulação entre as entidades públicas, sendo desejável que as houvesse já que há projetos/problemas comuns, não que não são postos para discussão conjunta no território.

Opinião dos Técnicos e Empresários

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Capital Social	As pessoas se estiverem informadas e se sentirem que as suas opiniões contam, envolvem-se. Há falta de dinâmicas coletivas no território que as barreiras administrativas não ajudam a ultrapassar. Se houvesse mais articulação principalmente nas Câmaras, a coesão territorial seria mais forte. Devem ser implementados mecanismos de participação, de envolvimento principalmente em processos de planeamento e desenvolvimento do BG, como por exemplo o turismo ou a navegabilidade.
Capacitação	Baixa densidade o que acarreta logo especificidades particularmente o facto de sendo reduzida a população e envelhecida, particularmente nos 3 concelhos mais a norte e de não conseguir fixar os seus jovens; isso diminui a capacidade de reação aos problemas, diminui a capacitação conjunta. As dinâmicas geradas por maior capacitação geram mais criatividade, ambientes mais coesos e participativos bem como geram muitas vezes novas e diferentes práticas de governança. Em termos empresariais é preciso reforçar esse tecido e integrar mais a sua dinâmica no planeamento e na estratégia do território. E tentar atrair jovens com outras formações e formas de encarar este território. E recolher experiências de outras regiões do mundo.
Características e estrutura	As parcerias e a articulação são importantes. Quando há ligação ao território é mais provável o interesse os indivíduos pelo desenvolvimento. Tem havido projetos conjuntos mas em que cada parceiro faz as suas atividades. As parcerias são pouco robustas e pouco consequentes. Há associações que dão bons exemplos de parcerias e que envolvem o território A concorrência pelos apoios financeiros pode não ajudar à consolidação das parcerias. Onde se nota maior entrosamento social e até confiança é nas atividades e eventos culturais bem como nas feiras locais. Referidos exemplos no território de como um maior capital social contribui para o desenvolvimento do território. Importante o capital social acumulado nomeadamente o conhecimento sobre os recursos e a sua preservação.
Debilidades	Baixa densidade populacional, demasiadas aglomerados e dispersos. Duas regiões administrativas distintas. Vila Real e Castro Marim já mais virados para outro tipo de vivência mais turística. Falta de confiança entre muitos dos atores motivada por poucas oportunidades de relacionamento. Baixos índices de participação pública e menos ainda conjunta. Alguma desconfiança nas governanças locais. Falta de uma agenda conjunta.
Contributo para o DT	Há capital acumulado mas pouca articulação o que é inibidor em termos de desenvolvimento. Há um conhecimento razoável dos recursos e do território o que é positivo em termos de DT. A importância do conhecimento do território e o próprio conhecimento como fator de DT. Capital Social traduzido em parcerias, confiança generalizada, participação pública e boas práticas de

	governanças locais, contribuiriam para o desenvolvimento do BG.
Dimensão	Baixa densidade populacional origina pouca “massa crítica”. O conhecimento é muito centralizado nas instituições sobretudo nas universidades, nas associações e nas Câmaras. Há também um conhecimento baseado na prática, nas experiências e isso é importante no território. A escola deve dar um maior contributo para a formação e capacitação nestes territórios. Apostar mais em ações coletivas, que reforçassem a coesão social e que procurasse encontrar respostas conjuntas para a mesma tipologia de problemas.
Influência no DT	Conhecimento, informação e capacitação como base para o desenvolvimento do território. Conhecimento tácito do território importante também em termos de estratégia. O território é de baixa densidade o que torna ainda mais importante o fator capital social. O empoderamento (empowerment) é referido como de importância acrescida no BG. Mas as entidades deviam encontrar formas de potenciar os saberes das pessoas, de criar espaços e oportunidades para que se reforçassem os laços entre as pessoas. Isso é muito importante.

Opinião dos Presidentes de Câmara

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Capital Social	O Capital Social é tido como fraco e pobre no território, particularmente no que se refere à articulação entre os atores locais. Este é considerado um dos maiores problemas do território e sobre o qual urge intervir. É uma fragilidade para a qual sentem necessidade de trabalhar em conjunto. As baixas densidades são entendidas como redutoras do Capital Social. É referida a baixa densidade como castradora de iniciativas e criatividade. É geral a ideia de que os atores locais devem dar mais de si mesmo neste aspeto e que é preciso construir uma nova consciência do território.
Capacitação	Uma maior capacitação no território é tida como necessária mas uma capacitação para intervir, para articular; uma capacitação com criatividade, que contribua para dinamizar o território. É reconhecido o importante o papel que os atores desempenham no território e que tal deve reforçar o aumento do Capital Social e o contributo deste para o desenvolvimento do BG. Ultrapassadas estas condicionantes, os autarcas mostram esperança no desenvolvimento do território.
Características e estrutura	É referida a falta de articulação entre os atores do território, particularmente nas Câmaras Municipais mas também em relação a outras entidades. É manifestado o desejo de que essa articulação devia existir.
Debilidades	É reconhecida a falta de articulação quer entre as entidades regionais, principalmente as CCDRs, quer entre as entidades locais, nomeadamente as Câmaras Municipais e o quanto prejudica o processo de desenvolvimento do território. As questões da descontinuidade territorial e respetivas divisões administrativas condicionam muito essa articulação. Por outro lado, a não articulação conduz a uma falta de planificação e estratégia (agenda) para o território.
Contributo para o DT	Maior e mais organizada estruturação de interesses conjuntos seria benéfico para o desenvolvimento do território, podendo contribuir decisivamente para a resolução de projetos estruturantes, sendo referida a navegabilidade como exemplo. Por outro lado, é também visível que está patente nos autarcas a necessidade de haver “coesão diferente” entre os atores locais, particularmente entre as Câmaras, as Associações e as Empresas.

Dimensão	É salientado que a população tem capacidades muito próprias; no entanto, a fraca densidade populacional é duplamente inibidora: por um lado porque tem valores baixíssimos e por outro, porque, por norma, os mais inconformados ou insatisfeitos, partem e raramente regressam, particularmente os estudantes do ensino superior. Tal condiciona a aprendizagem coletiva e a própria participação, acabando por se refletir na capacitação conjunta no território. De alguma forma as escolas tentam combater essa tendência.
Influência no DT	Pouca confiança na capacidade da comunidade influenciar o desenvolvimento do território, sobretudo pela já referida erosão demográfica, mas igualmente pelo alheamento que, a comunidade demonstra. Seria desejável que principalmente os mais capacitados não se envolvessem mais no desenvolvimento do território e uma nota de que são por vezes os que vêm de fora, que participam. Não é referido o papel que as Câmaras poderiam ter nessa motivação, sugerindo que o problema está do lado da comunidade.

Opinião dos Atores chave

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Capital Social	Capital humano como muito frágil o que pode condicionar o próprio capital social, também ele referido com fraco. Será necessário aumentar a aprendizagem de articulação, de trabalho e de confiança entre os atores, a par da aposta na formação, educação e investigação, na ética, nos comportamentos, nas áreas motivacionais, como formas de reforço do capital social e o seu impacto no desenvolvimento. Pressupõe um capital social mais forte, conduziria a sinergias que aumentariam a dinâmica de intervenção no território, nos recursos e outros interesses comuns.
Capacitação	Falta informação, formação e cultura do território. Estes são fatores apontados como inibidores de uma maior capacitação no território, constituindo uma debilidade para o desenvolvimento do território. A falta de “massa crítica” resultante do envelhecimento do território diminui as oportunidades de uma maior capacitação, sobretudo de características pró-ativas e que dinamizem o desenvolvimento do território.
Características e estrutura	Existem associações no território que esbatem um pouco a divisão administrativa. São dados exemplos, mas muito focalizados, de capital social, o que reflete alguma fragilidade. São apontados os colóquios entre as duas regiões, o investimento conjunto mais por via do Programa Leader, a importância da ligação com Mértola, o que pressupõe que o território se sobrepõe aos limites políticos e administrativos. Mértola em que o capital social (traduzido em parcerias) teve um papel decisivo no processo de desenvolvimento local e na sua sustentabilidade. Até algum investimento privado, que de outra maneira não surgiria.
Debilidades	A divisão administrativa, baixa densidade populacional, alguma falta de confiança generalizada, algum partidarismo, tornam o capital social frágil. A escola é apontada como muito redutora na identificação das comunidades com o território potenciando o individualismo, provocando algum antagonismo entre o rural e o urbano, entre a cultura oral e a escrita, destruindo laços identitários, isto é, tem um papel simplificador na formação de capital social.
Contributo para o DT	As relações de vizinhança, o juntar de vontades, a entreaajuda, os valores sociais e culturais e a confiança, são fundamentais até porque é um território frágil e por isso esses fatores são ainda mais relevantes quer socialmente quer do ponto de vista económico. O gerar climas de confiança e partilha contribui para um melhor

	aproveitamento das potencialidades do território, em particular dos recursos humanos e, entre estes, os qualificados. É salientado o papel da informação e conhecimento, juntamente com a ética, os comportamentos e valores, reforçando os laços comunitários, robustecendo assim o C.S., o que se traduz em favor do processo de desenvolvimento local.
Dimensão	Pouco capital humano e portanto em termos qualitativos também. Os mais capacitados e empreendedores saem. Torna mais difícil a participação, o reforço da capacitação interventiva. São fatores que tendencialmente tendem a reduzir a capacitação para intervir no território. A dimensão do território é decisiva neste sentido.
Influência no DT	Uma sociedade civil participativa e interventiva é decisiva para o desenvolvimento do território. É maior a falta de massa crítica do que o número atores no território em causa. É maior o problema da qualidade do que da quantidade. A escola volta a aparecer como apontando apenas para um único modelo de desenvolvimento: nas cidades, nas zonas urbanas, o que é tido como errado dado haver exemplo noutros países de processos de desenvolvimento mesmo com baixas densidades. É importante para isso que no território se concentrem vontades, conhecimento e sinergias.

SÍNTESE SUB TEMA: ATORES

Categorias/Su Categoria Informantes	Capital Social	Capacitação	Características e estrutura	Debilidades	Contributo para o DT	Dimensão	Influência no DT
Comunidade	Pertença/ identidade. Pouca coesão social e envolvimento na PP, nas governanças locais; e razoável no DL	Contribui para o D LS políticas públicas mais adequadas ao território e para melhores práticas de governança territorial	Empregabilidade fortemente dependente Sentimento muito forte de relação com o BG. Déficit de confiança, de transparência na gestão, ética e governança. Faltam lideranças locais	Pouca PP no envolvimento com o território e poucas referências a boas parcerias no	A capacitação influencia fortemente a participação o que por sua vez mobiliza o DL, estratégias de desenvolvimento comum	Déficit de estratégias comuns e governação/ gestão partilhada Forte sentido de déficit na ação coletiva acrescentando que esta contribuiria par o acentuar do DL	Pouco envolvimento e muito como apenas como recetores. Parcerias pouco visíveis. Importância da ação coletiva. há projetos/problemas comuns, mas não discussão conjunta
Técnicos/Emp resários	Falta de dinâmicas coletivas e as barreiras administrativas não ajudam a ultrapassar. Se houvesse mais articulação principalmente nas Câmaras, a coesão territorial seria mais forte. Devem ser implementados mecanismos de informação participação, de envolvimento principalmente em processos de planeamento e desenvolvimento.	Poucos jovens, fraca capacidade de reação e a capacitação conjunta. Necessárias dinâmicas que gerem maior capacitação, criatividade, ambientes mais coesos e participativos e outras governanças Atrair jovens com outras formações e motivações e recolher experiências similares.	Parcerias e a articulação são importantes. Ligação ao território aumenta o interesse pelo desenvolvimento. Parcerias pouco robustas e pouco consequentes. ADLs com bons exemplos de parcerias e que envolvem o território de se Maior entrosamento social e confiança nas atividades e eventos culturais e feiras locais. Importante o capital social acumulado .Exemplos.	Regiões administrativas distintas. Falta de confiança entre atores motivada por poucas oportunidades de relacionamentos, pela baixa densidade e aglomerados dispersos. Baixos índices de participação pública e conjunta. Alguma desconfiança nas governanças locais. Falta de uma agenda conjunta.	Capital acumulado mas pouca articulação o que é inibidor. Conhecimento razoável dos recursos e do território. Capital Social traduzido em parcerias, confiança generalizada, participação pública e boas práticas de governanças locais, contribuiriam para o desenvolvimento do BG.	Capacidades muito próprias; no entanto, a fraca densidade populacional é duplamente inibidora: tem valores baixíssimos e os mais inconformados ou insatisfeitos, partem. Tal condiciona a aprendizagem coletiva e a própria participação, acabando por se refletir na capacitação conjunta no território. Papel da escola.	Pouca confiança na capacidade da comunidade influenciar o desenvolvimento do território, sobretudo pela já referida erosão demográfica, mas igualmente pelo alheamento que, a comunidade demonstra. Seria desejável que principalmente os mais capacitados não se envolvessem mais no desenvolvimento do território. Que papel das das Câmaras e da comunidade?
Presidentes de Câmara	Fraco e pobre. Uma das maiores fragilidades e que é reforçada pela baixa densidade É preciso consciencializar todos a atores	Necessária maior capacitação para intervir, criativa, que dinamize o território. O reforço reforçar do Capital Social será contributivo para o desenvolvimento do BG.	Falta de articulação entre os atores do território, particularmente nas C. M.. É manifestado o desejo de que essa articulação devia existir.	Descontinuidade geográfica redutora da articulação entre as entidades regionais e locais o que se traduz numa falta de agenda (planificação e estratégia conjunta) para o território, condiciona o desenvolvimento.	A estruturação de interesses conjuntos seria benéfico para a coesão e o desenvolvimento do território, podendo contribuir decisivamente para a resolução de projetos estruturantes	Apesar das capacidades próprias, a reduzida densidade, a par da saída sem regresso sobretudo de estudantes, condiciona a aprendizagem coletiva e a própria participação, refletindo-se na débil capacitação do território.	Pouca confiança na capacidade da comunidade influenciar o desenvolvimento do território, pela erosão demográfica e alheamento que da comunidade, embora tal fosse desejável. Problema do lado da comunidade.
Atores chave	Capital humano e social frágil. Maior articulação nas relações de trabalho, confiança entre atores, a par da aposta na formação, educação e investigação, na ética, nos comportamentos, nas áreas motivacionais, como formas de reforço do capital social originando sinergias que aumentem dinâmicas de intervenção nos recursos e outros interesses comuns.	Falta informação, formação e cultura do território, inibidores de uma maior capacitação e constituindo uma debilidade A falta de “massa crítica” resultante do envelhecimento do território diminui as oportunidades de uma maior capacitação, sobretudo de características pró-ativas e que dinamizem o desenvolvimento do território.	Associações que esbatem a divisão administrativa. São dados exemplos, mas muito focalizados, de capital social, o que reflete alguma fragilidade. Colóquios entre as duas regiões, investimento conjunto a importância da ligação com Mértola. Exemplificado em como o capital social (traduzido em parcerias) tem um papel decisivo.	A divisão administrativa, baixa densidade populacional, alguma falta de confiança generalizada, algum partidarismo, tornam o capital social frágil. A escola é apontada como muito redutora na identificação das comunidades com o território destruindo laços identitários, isto é, tem um papel simplificador na formação de capital social.	Relações de vizinhança, o juntar de vontades, a entreajuda, os valores sociais e culturais e a confiança, são fundamentais. O gerar climas de confiança e de partilha contribui para um melhor aproveitamento das potencialidades do território, em particular dos recursos humanos. Saliendo o papel da informação e conhecimento, de com a ética, os comportamentos e valores.	Pouco capital humano e portanto em termos qualitativos também. Os mais capacitados e empreendedores saem. Torna mais difícil a participação, o reforço da capacitação interventiva. São fatores que tendencialmente tendem a reduzir a capacitação para intervir no território. A dimensão do território é decisiva neste sentido.	Sociedade civil participativa e interventiva. Em termos de massa crítica é maior o problema da qualidade do que da quantidade. A escola apontando apenas para um único modelo de desenvolvimento: nas cidades, nas zonas urbanas. É importante que no território se concentrem vontades, conhecimento e sinergias.

ANÁLISE VALORATIVA SUB TEMA: ATORES

Categorias/Sub Categoria Informantes	Capital Social	Capacitação	Características e estrutura	Debilidades	Contributo para o DT	Dimensão	Influência no DT
Comunidade	<u>Forte:</u> Pertença Identidade <u>Razoável:</u> Envolvimento no DL <u>Fraco:</u> Coesão social Envolvimento nas PP e nas governanças locais	<u>Contribui para melhores e mais adequadas:</u> DLS PP Práticas de governança territorial	<u>Positivas:</u> Relação com o BG (sentimento forte) <u>Negativas:</u> Empregabilidade dependente Faltam lideranças locais <u>Défices:</u> Confiança e ética Transparência na gestão Governança	<u>Território tem défice de:</u> PP Boas parcerias Confiança entre atores	Capacitação influencia fortemente a participação <u>Participação reforçaria:</u> Estratégias de DL comuns no BG Sustentabilidade dos recursos Mobilização para o DL	<u>Défices:</u> Estratégias comuns Governança Gestão partilhada Ação coletiva <u>AC necessária para obter:</u> Acentuar o DL Crescimento no turismo Coesão social e territorial Eficácia nas soluções	<u>Positiva:</u> Recetores de informação Trabalho em parcerias / projetos comuns Disponibilidade <u>Negativa:</u> Pouco envolvimento na participação Pouca discussão conjunta Parcerias pouco visíveis
Técnicos/ Empresários	<u>Negativo:</u> Barreiras administrativas <u>Fraca:</u> Dinâmica coletiva Articulação principalmente nas Câmaras Coesão territorial <u>Criar mecanismos de:</u> informação participação, envolvimento (principalmente em processos de planeamento e desenvolvimento)	<u>Problemas:</u> Poucos jovens <u>Fraquezas:</u> Capacidade de reação Capacitação conjunta <u>Necessidades:</u> Atrair jovens com outras formações e motivações Benchmarking Ambientes mais coesos e (maiores e novas): dinâmica capacitação criatividade participação governanças	<u>Negativas:</u> Parcerias pouco robustas e consequentes <u>Positivas:</u> Capital social acumulado Entrosamento social Confiança nas atividades Eventos culturais Feiras locais <u>Necessidades do desenvolvimento local:</u> Parcerias em articulação Maior ligação ao território ADLs com bons exemplos de parcerias	<u>Fraquezas:</u> Regiões administrativas distintas Aglomerados dispersos e baixa densidade Poucos contactos e falta de confiança entre atores Desconfiança nas governanças locais Falta de agenda conjunta. <u>Baixos índices de participação:</u> pública conjunta.	<u>Oportunidades:</u> Capital acumulado Conhecimento dos recursos Conhecimento do território + Capital Social = +desenvolvimento do BG --> + Parcerias + Confiança + Participação pública + Boas práticas de governanças locais	<u>Fraquezas:</u> Frac densidade populacional (valores baixíssimos) Desistência dos inconformados Papel das escolas locais <u>Reflexos negativos na:</u> Aprendizagem coletiva Participação Capacitação conjunta no território.	<u>Fraquezas da comunidade:</u> Pouca confiança Pouca influência Alheamento Erosão demográfica Pouco envolvimento dos mais capacitados Qual deve ser o papel das Câmaras face a estas fraquezas das suas comunidades?
Presidentes de Câmara	<u>Fraquezas:</u> CS Fraco e pobre Má articulação entre atores <u>Baixa densidade impede:</u> Iniciativas	<u>Necessidades do território:</u> Maior capacitação Intervenção e dinâmicas criativas Reforçar o capital social	<u>Negativas:</u> Falta de articulação entre os atores (em particular das Autarquias) <u>Necessidades:</u> Fomentar essa articulação	<u>Fraquezas:</u> Descontinuidade geográfica Pouca articulação entre as entidades regionais e locais <u>Condicionantes ao DL do</u>	<u>Estruturação conjunta reforçaria:</u> A coesão O desenvolvimento local A resolução de projetos estruturantes	<u>Oportunidade:</u> Há capacidades próprias <u>Fraquezas:</u> Reduzida densidade + Saída de estudantes + Débil capacitação do	<u>Fraquezas da comunidades para influenciar o DL</u> Pouca confiança Erosão demográfica Alheamento Não-envolvimento

	Criatividade <u>Necessidades:</u> Consciencializar todos os atores Potenciar os saberes Trabalhar em conjunto			<u>BG:</u> Ausência de agenda, planificação e estratégia conjunta		território = Aprendizagem coletiva e participação condicionadas	<u>Oportunidade:</u> Motivação de novos residentes e/ou agentes
Atores chave	<u>Fraquezas:</u> C S frágil. <u>Necessidades:</u> Reforço do CS + Articulação nas relações trabalho + Confiança entre atores + Formação + Educação + Investigação (em ética, nos comportamentos e nas áreas motivacionais) <u>Oportunidades:</u> + Sinergias + Dinâmicas de intervenção + Recursos	<u>Fraquezas:</u> Falta de: - informação - formação - cultura do território - massa crítica - pró-atividade - dinâmica Excesso de: - envelhecimento da população	Positivas: ADL's esbatem parcialmente a divisão administrativa Colóquios entre as duas regiões Investimentos conjuntos LEADER Ligação com Mértola – citada como exemplo de boas práticas no reforço do DL e do CS através de parcerias	Fraquezas do CS: Divisão administrativa Baixa densidade Falta de confiança Partidarismo, A escola é apontada como muito redutora na identificação das comunidades com o território destruindo laços identitários, isto é, tem um papel simplificador na formação de capital social.	Positivos: Relações de vizinhança Unir vontades Entreajuda Valores sociais Valores culturais Confiança Partilha Oportunidade de melhorar: Aproveitamento do potencial do BG (em particular dos recursos humanos) Informação Conhecimento, Ética Comportamentos Valores.	Fraquezas: Pouco capital humano Pouca qualidade Saída dos + empreendedores Pior participação Fracá capacitação para intervir no território e Falta de reforço da capacitação Território muito vasto	Positivo: Sociedade civil participativa e interventiva. Negativo: Maior problema de qualidade do que de quantidade em termos de massa crítica A escola é criticada por apontar apenas as zonas urbanas como único modelo de desenvolvimento: É importante que no território se juntem vontades, sinergias e conhecimentos.

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: Atores

Categorias / Sub Categorias Informantes	Capital Social																																					
Comunidade	35,1% participam ou são membros de organizações. Uma maior capacitação dos atores locais é apontada como o fator mais importante par o desenvolvimento local sustentável. 83.9% dos inquiridos sente-se cidadão do BG e 64.4% sente-se envolvido no processo de desenvolvimento. <table><tr><td>Existe no Território</td><td>SIM</td><td>NÃO</td></tr><tr><td>Dinâmicas de participação coletiva</td><td>33.3</td><td>66.7</td></tr><tr><td>Um sentimento de pertença</td><td>65.3</td><td>34.7</td></tr><tr><td>Coesão social</td><td>31.4</td><td>68.6</td></tr><tr><td>Identidade regional</td><td>65.2</td><td>34.8</td></tr><tr><td>Um processo de desenvolvimento comum</td><td>33.1</td><td>66.9</td></tr><tr><td>Articulação nos processos de Planeamento e Ordenamento</td><td>29.5</td><td>70.5</td></tr></table> <table><tr><td>Envolvimento dos indivíduos no BG</td><td>Frac o</td><td>Médio</td><td>Forte</td></tr><tr><td>Na Participação Pública</td><td>57,6</td><td>39,2</td><td>3,2</td></tr><tr><td>Na Governança Local</td><td>54,0</td><td>41,5</td><td>4,5</td></tr><tr><td>No Desenvolvimento Local</td><td>44,6</td><td>50,9</td><td>4,5</td></tr></table>	Existe no Território	SIM	NÃO	Dinâmicas de participação coletiva	33.3	66.7	Um sentimento de pertença	65.3	34.7	Coesão social	31.4	68.6	Identidade regional	65.2	34.8	Um processo de desenvolvimento comum	33.1	66.9	Articulação nos processos de Planeamento e Ordenamento	29.5	70.5	Envolvimento dos indivíduos no BG	Frac o	Médio	Forte	Na Participação Pública	57,6	39,2	3,2	Na Governança Local	54,0	41,5	4,5	No Desenvolvimento Local	44,6	50,9	4,5
Existe no Território	SIM	NÃO																																				
Dinâmicas de participação coletiva	33.3	66.7																																				
Um sentimento de pertença	65.3	34.7																																				
Coesão social	31.4	68.6																																				
Identidade regional	65.2	34.8																																				
Um processo de desenvolvimento comum	33.1	66.9																																				
Articulação nos processos de Planeamento e Ordenamento	29.5	70.5																																				
Envolvimento dos indivíduos no BG	Frac o	Médio	Forte																																			
Na Participação Pública	57,6	39,2	3,2																																			
Na Governança Local	54,0	41,5	4,5																																			
No Desenvolvimento Local	44,6	50,9	4,5																																			
Técnicos/Empresários	As pessoas se estiverem informadas e se sentirem que as suas opiniões contam, envolvem-se. Há falta de dinâmicas coletivas no território que as barreiras administrativas não ajudam a ultrapassar. Se houvesse mais articulação principalmente nas Câmaras, a coesão territorial seria mais forte. Devem ser implementados mecanismos de participação, de envolvimento principalmente em processos de planeamento e desenvolvimento do BG, como por exemplo o turismo ou a navegabilidade. “As pessoas devem estar informadas e isso faz com que participem mais. È o caso do rio e da navegabilidade e do turismo porque são importantes.” ”As Câmaras têm uma responsabilidade maior na forma como motivam ou não as pessoas para participarem quando fazem planos e estão a trabalhar no desenvolvimento do território”																																					
Presidentes de Câmara	É referido como pouco forte e pobre o capital social existente no território, sobretudo no que se refere à articulação entre os atores locais, o que reduz a capacidade interventiva do território, sendo considerado este facto um dos principais “ calcanhares de Aquiles” do BG., pelo que urge trabalhar em conjunto. Uma fragilidade muito grande. É referida a baixa densidade como castradora de iniciativas e criatividade. Tem que analisar as coisas doutro prisma” [Refere-se ao facto dos agentes não confiarem entre si] “E acho que é muito pobre no espaço de que estamos a falar. Acho que é pobre! (...) Não é forte. É pobre “Um clima de desconfiança dá azo a acabar tudo!(...) [Refere-se à falta de confiança entre os agentes] “Se houvesse mais articulação, uma nova consciência do território, do território em si mesmo, da importância que cada um representa no território”. [Refere-se à não articulação como fator de fragilidade] “E é um pouco isso! O território está muito vazio, está muito pobre de pessoas, e as pessoas que cá estão, uma boa parte delas não têm nem iniciativa, nem criatividade, nem a formação, nem a cultura necessária para essa dinâmica.” (...) “Há que articular! Trabalhar em conjunto.(...)” “[Refere-se ao facto de considerar o capital social fraco]] (...) e acho que é um dos principais “calcanhares de Aquiles” da zona específica que estamos a tratar. Naturalmente que não é só desta zona, mas aqui é de facto. Representa uma fragilidade grande, muito grande.”																																					

Atores chave	É apontado o próprio capital humano como muito frágil o que pode condicionar o próprio capital social, também ele referido com fraco. Será necessário aumentar a aprendizagem de articulação, de trabalho e de confiança entre os atores, a par da aposta na formação, educação e investigação, na ética, nos comportamentos, nas áreas motivacionais, como caminho para reforçar o capital social e o seu impacto no desenvolvimento. Pressupõe que um capital social mais forte, conduziria a um conjunto sinergias que aumentariam provavelmente a dinâmica de intervenção num território para aproveitamento dos recursos e outros interesses comuns. “Isso também passa por toda uma aprendizagem, hábitos de trabalho, hábitos de confiabilidade que nunca existiram.” [Refere-se às articulações entre os atores] “Não, o capital social é muito fraco! O próprio capital humano é muito frágil o que pode logo condicionar o próprio capital social (...) Mas a nível do capital social, capital humano é fraco!”. “O próprio capital humano é muito frágil o que pode logo condicionar o próprio capital social” (...) “Para já é! – Formação; educação; investigação e desenvolvimento, tudo o que diz respeito à constituição de, à informação passar de umas pessoas para outras e ser criadas, serem constituídos conteúdos interessantes em termos de trabalho, aqui, e abrir também a hipótese de fluxos doutras pessoas que venham doutras áreas e tragam com elas outros conhecimentos. Este é para o capital humano. Mas só isso não implica que se constitua capital social. Para isso, agora, é preciso que as pessoas estejam motivadas na área motivacional, na área das éticas, dos comportamentos, que as pessoas independentemente de poderem ter as suas divergências, compreenderem que têm de trabalhar em conjunto e que têm de criar formas de partilhar informação e projetos. E essa constituição do capital social é que não está a acontecer.[Refere-se aos fatores que eram necessários para aumentar o capital social e que não existem, pelo que são debilidades] “Sendo um capital social mais forte, certamente estes sítios, juntam-se aqui um conjunto de situações que fazem com que aumente a dinâmica de intervenção num território para aproveitamento dos recursos tendo como base aquilo que é os interesses comuns” “Se o capital humano é fraco não implicaria que não se conseguisse, que não se criou e que se constituiu localmente ou regionalmente, um capital social forte. Mas o capital humano condiciona um pouco as pessoas.”

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: Atores

Categorias/ Sub Categorias Informantes	Capacitação
Comunidade	32.6% têm ou frequentam o ensino superior, 4.6% o ensino médio e 43.2 entre o 10º e o 12º ano. Para os inquiridos, a capacitação contribui para o DLS, para políticas públicas mais adequadas ao território e para melhores práticas de governança territorial.
Técnicos/Empresários	Baixa densidade o que acarreta logo especificidades particularmente o facto de sendo reduzida a população e envelhecida, particularmente nos 3 concelhos mais a norte e de não conseguir fixar os seus jovens; isso diminui a capacidade de reação aos problemas, diminui a capacitação conjunta. As dinâmicas geradas por maior capacitação geram mais criatividade, ambientes mais coesos e participativos bem como geram muitas vezes novas e diferentes práticas de governança. Em termos empresariais é preciso reforçar esse tecido e integrar mais a sua dinâmica no planeamento e na estratégia do território. E tentar atrair jovens com outras formações e formas de encarar este território. E recolher experiências de outras regiões do mundo. “A questão da pouca população em alguns concelhos, condiciona. É envelhecida e os jovens saem para outras regiões” (...) “ Se houvesse mais gente isso gerava mais dinâmicas e mesmo mais participação e isso era um reforço para o tecido social e para o crescimento.” (...) “Os empresários também deviam envolver-se mais. Não sei se não se envolvem ou se não os

	envolvem. Mas isso não contribui para o desenvolvimento. Até porque há pequenos empresários como se vê nas candidaturas ao Leader.” “isto tudo gerava mais movimentação no território elevava a quem gere o território e está à frente das instituições agisse de outra forma e isso era bom. Temos de chagar lá.”
Presidentes de Câmara	É sentida a necessidade de uma maior capacitação no território mas uma capacitação para intervir, para articular; uma capacitação com criatividade, que para dinamize o território, com uma nova consciência do território. É reconhecido que é importante o papel que os atores desempenham no território e que se houver “consciência” desse papel, isso é muito importante para o aumento do Capital Social e o contributo deste para o desenvolvimento do BG. Ultrapassadas estas condicionantes, os autarcas mostram esperança no desenvolvimento do território. “E é um pouco isso! O território está muito vazio, está muito pobre de pessoas, e as pessoas que cá estão, uma boa parte delas não têm nem iniciativa, nem criatividade, nem a formação, nem a cultura necessária para essa dinâmica.” Tem de ser ultrapassada (...)” (Refere-se ao facto da falta de articulação entre os agentes ter que ser ultrapassado para haver desenvolvimento] “Se houvesse mais articulação, uma nova consciência do território, do território em si mesmo, da importância que cada um representa no território. Se cada um de nós tivesse de “per si” e a consciência dessa importância, provavelmente a importância do Capital Social era completamente distinta no desenvolvimento do território.”
Atores chave	Falta informação, formação e cultura do território. Estes são fatores apontados como inibidores de uma maior capacitação no território, constituindo uma debilidade para o desenvolvimento do território. A falta de “massa crítica” resultante do envelhecimento do território diminui as oportunidades de uma maior capacitação, sobretudo de características pró-ativas e que dinamizem o desenvolvimento do território. “E se juntarmos a isto a tal falta de cultura do território”. “Faltam informação e formação, (...) educação para compreenderem os recursos do território”. “O próprio capital humano l (...) o fraco potencial demográfico em termos quantitativos e em termos qualitativos! Logo aí condiciona o capital humano”. (...) “É um território envelhecido (...) Vão ouvir para ver se alguém trás alguma solução miraculosa. Mas falta gente mais nova. “(Refere-se ao facto do território ser envelhecido, de não haver gente jovem, de não haver massa crítica, de não haver capacitação que permita uma postura pró-ativa, o que influência negativamente o DL”.

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: Atores

Categorias/ Sub Categorias Informantes	Características e estrutura		
Comunidade	7,6% são empresários, 4,4 % estudantes, 81,5 trabalhadores por conta de outrem e 6,5% profissionais liberais . Mais de 50% identifica-se com o território e em mais de 73%, esse sentimento forte / muito forte 80.2% atribui muita importância às parcerias no BG e salientam que elas são mais visíveis nas ADLs e nas CMs		
	Fatores existentes no território	Sim	Não
	Confiança entre as pessoas da comunidade	32,1	67,9
	Criatividade de iniciativas que ocorrem	47,2	52,8
	Fortes lideranças locais	39,8	60,2
	Ética e boas práticas na governança local	40,1	59,9
	Boa qualidade de vida	58,0	42,0
	Sustentabilidade (futuro) no processo de D	39,8	60,2
	Transparência na gestão do território	34,9	65,1
	Inovação nos projetos dinamizados	48,4	51,6

		Ligação emocional com o território.	74,7	25,3	
		Ânimo para lutar pelo desenvolvimento	57,4	42,6	
Técnicos/Empresários	As parcerias e a articulação são importantes. Quando há ligação ao território é mais provável o interesse os indivíduos pelo desenvolvimento. Tem havido projetos conjuntos mas em que cada parceiro faz as suas atividades. As parcerias são pouco robustas e pouco consequentes. Há associações que dão bons exemplos de parcerias e que envolvem o território A concorrência pelos apoios financeiros pode não ajudar à consolidação das parcerias. Onde se nota maior entrosamento social e até confiança é nas atividades e eventos culturais bem como nas feiras locais. Referidos exemplos no território de como um maior capital social contribui para o desenvolvimento do território. Importante o capital social acumulado nomeadamente o conhecimento sobre os recursos e a sua preservação. “Acho que quando estamos emocionalmente mais próximos dos sítios onde vivemos é mais fácil envolvermo-nos. (...) “E há bons exemplos disso no território de pessoas. E há associações que fazem um bom trabalho em parceria com vários atores e isso também se vê ,no desenvolvimento” (...) “Mértola soube estimular muito bem as parcerias para o desenvolvimento. Foi um capital social importante naquela altura, talvez o mais importante de todo aquele projeto”. Tem que haver muito mais articulação e cooperação no território do BG”. “Há alguns recursos que só existem porque as gerações anteriores tinham esse Conhecimento que esses recursos deviam ser preservados.”				
Presidentes de Câmara	É referida a falta de articulação entre os atores do território, particularmente nas Câmaras Municipais mas também em relação a outras entidades. É manifestado o desejo de que essa articulação devia existir. “Não! Não tem havido essa articulação. Não me estou a referir às Câmaras só! Estou-me a referir ao território.” “Eu acho que há alguma articulação, podia haver muito mais também, como é evidente da parte de todas as entidades (...)Tem que haver relação”.				
Atores chave	Existem associações no território em número e com desempenho na totalidade do território, particularmente a ODIANA e as TBG e que esbatem um pouco a divisão administrativa. São dados exemplos, mas muito focalizados, de capital social, o que reflete alguma fragilidade. São apontados os colóquios entre as duas regiões, o investimento conjunto mais por via do Programa Leader, a importância da ligação com Mértola, o que pressupõe que o território se sobrepõe aos limites políticos e administrativos. É apontado o exemplo de Mértola em que o capital social (traduzido em parcerias) teve um papel decisivo no processo de desenvolvimento local e na sua sustentabilidade. Até algum investimento privado, que doutra maneira não surgiria. [Refere-se ao facto de que a coesão territorial do BG e as relações conjuntas entre os agentes tem impulsionado o investimento privado] “Tem havido colóquios, seminários por iniciativa de Mértola, ou por iniciativa aqui dos concelhos algarvios. Tem havido pontos em que temos estado juntos, em que se tem discutido. O PROALGARVE tem explicitamente a importância da ligação com Mértola! Mas depois na prática...O Gomes Guerreiro, quando foi o responsável da CCRA Algarve, e depois como reitor da Universidade do Algarve, a Universidade do Algarve procura ter grandes relações com Mértola, com o Cláudio Torres, que vai muitas vezes à Universidade do Algarve fazer aquelas lições de sapiência e tem havido um grande esforço!”[Refere-se aos esforços de articulação entre os agentes] “Na região existe um número de associações e atores locais interessante” “Terras do Baixo Guadiana! Tem feito mais pela economia daquele território do que se calhar os municípios todos juntos, e de uma forma não política. Conseguir ter uma visão do Algarve Litoral até ao extremo do Alentejo. Há uma relação em que não sinto alguma relutância entre as regiões. Não sinto que haja dois territórios! A TBG funciona bem em termos administrativos com vários municípios. De forma muito democrática e muito com uma visão de que quem está no território está para ajudar, está não para prejudicar! O território sobrepõe-se aos limites políticos e administrativos.” [Refere-se à articulação bastante boa que tem havido entre os agentes, nesta associação] “Um dos principais eixos do projeto de Mértola foram as parcerias verticais e horizontais entre as várias instituições e mesmo entre pessoas. Sem isso, sem essa conjugação de interesses, nem				

	metade tinha-mos feito. São essenciais para o desenvolvimento local. E só assim se mantém a sustentabilidade de qualquer projeto de desenvolvimento territorial.” [Refere-se às relações de confiança e articulação entre os atores, durante o PIM]

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: Atores

Categorias/Sub Categorias Informantes	Debilidades												
Comunidade	Pouco envolvimento com o território 60.4% refere que não conhece uma boa parceria no território <table><tr><td>Aspetos que existem no território</td><td>Sim</td><td>Não</td></tr><tr><td>A ética na governança</td><td>38,6</td><td>61,4</td></tr><tr><td>A confiança entre os atores locais</td><td>35,8</td><td>64,2</td></tr><tr><td>A participação pública</td><td>28,1</td><td>71,9</td></tr></table>	Aspetos que existem no território	Sim	Não	A ética na governança	38,6	61,4	A confiança entre os atores locais	35,8	64,2	A participação pública	28,1	71,9
Aspetos que existem no território	Sim	Não											
A ética na governança	38,6	61,4											
A confiança entre os atores locais	35,8	64,2											
A participação pública	28,1	71,9											
Técnicos/Empresários	Baixa densidade populacional, demasiadas aglomerados e dispersos. Duas regiões administrativas distintas. Vila Real e Castro Marim já mais virados para outro tipo de vivência mais turística. Falta de confiança entre muitos dos atores motivada por poucas oportunidades de relacionamento. Baixos índices de participação pública e menos ainda conjunta. Alguma desconfiança nas governanças locais. Falta de uma agenda conjunta. Tem que haver muito mais articulação e cooperação no território do BG”. [Refere-se ao facto de não haver colaboração] “Há alguns recursos que só existem porque as gerações anteriores tinham esse Conhecimento que esses recursos deviam ser preservados.” [Refere-se ao facto de não estarem a ser preservados] “As CCDRs deviam ter projetos para todo o território e articular mais. Duas regiões não facilita haver coisas mais coletivas. Talvez também se as pessoas acreditassem mais nos nossos políticos ajudasse a esse capital social” “Se eles próprio desenvolvessem mais projetos em conjunto e de interesse para todo o território. Isso dava mais oportunidades de relacionamento ente as pessoas porque o problema é esse falta de oportunidades e de motivos para as pessoas se relacionarem.”												
Presidentes de Câmara	É clara a noção de que a não articulação, particularmente por parte das Câmaras Municipais, prejudica o processo de desenvolvimento. De igual forma, é salientada a falta de coordenação entre as entidades regionais, particularmente das CCDRs. As questões da descontinuidade territorial e respetivas divisões administrativas condicionam muito essa articulação. Por outro lado, a não articulação conduz a uma falta de planificação e estratégia (agenda) para o território. Não é explicado porque Mértola não está mais envolvida no Baixo Guadiana, nomeadamente na Associação ODIANA. “Acho que não há uma agenda própria para o Baixo Guadiana!” “As Câmaras não articularem de forma mais intensa, de alguma forma prejudica o processo de desenvolvimento do BG. Mas há as questões administrativas, burocráticas, que bloqueiam”. “(…) os outros atores podem estar um bocadinho mais distantes se calhar porque não participam como é evidente na gestão das autarquias, nós [autarquias]estamos também muito absorvidos com essa gestão e se calhar como estão mais distantes acabam por ter menos interesse ou menos motivação em participar.”(Mért)“Mas o que transparece cá para fora é que não há grande articulação. Em que a CCDDR do Algarve trabalha estanque no território do Algarve, a CCDDR do Alentejo trabalha estanque no território do Alentejo e até talvez por ser um território muito extenso, acho que até tem tendência a descurar mais estes concelhos do limite da região Alentejo, como é Mértola, como é Almodôvar, nós sentimo-nos um bocadinho esquecidos.”												
Atores chave	A divisão administrativa (NUTs diferentes), a baixa densidade populacional, alguma falta de confiança generalizada, algum partidarismo, tornam o capitas social frágil. A escola é apontada como muito redutora na identificação das comunidades com o território potenciando o												

	individualismo, provocando algum antagonismo entre o rural e o urbano, entre a cultura oral e a escrita, destruindo laços identitários, isto é, tem um papel simplificador na formação de capital social. “Mas depois há muita coisa que contraria. O facto de serem duas NUTS diferentes; serem CCDR's diferentes; o facto de ser a Universidade do Algarve por um lado e a Universidade de Évora por outro. Tudo isto acaba, provavelmente por dificultar. Depois as “cores” partidárias diferentes(...)” [Refere-se às dificuldades existentes na forma como os agentes articulam] “(…) é um território frágil (...)” “Na região existe um número de associações e atores locais interessante, mas a confiança entre eles é o que é normal” “Há um incremento fundamental do meu ponto de vista, que é o principal culpado deste fenómeno de despovoamento, que tem sido a escola! A escola. A escola está formatada para mandar a criança e o jovem embora! Para a mandar para a cidade! É-lhe apresentado todo o ensino escolar é feito em função de um único modelo que é a cidade, o desenvolvimento! E principalmente, que é a parte mais dramática desse ensino; ensinar a criança a odiar os seus pais e os seus avós que são analfabetos. Não perceber, não ensinar que aquele avô, que aquela avó são mais cultos que o professor em coisas que o professor não sabe! O analfabeto é muito culto! Sabe muita coisa e esse saber é o saber da terra, saber das coisas. Portanto, a criança já desde a escola, aqui localmente já passa a desprezar, o seu avô, os seus antepassados, que em civilizações mais antigas a criança respeitava o velho! O velho como o que sabia! E a nossa destruiu completamente esse laço e daí que a criança queira fugir, queira ir embora para a cidade onde cada vez está mais isolado, mais frustrado e onde se cria uma coisa nova que é o, desta sociedade em que nós estamos, que é o hiper individualismo, este individualismo que é a chave do capitalismo. Por exemplo: - O feudalismo destruiu as estruturas comunitárias rurais, para criar a família. Havia a família alargada que era sua inimiga, porque eles defendiam-se. Criou a família nuclear que é só o pai, a mãe e o filho, para os isolar e para pô-los a trabalhar para ele, o Sr. da Terra. Inventou a família e agora o capitalismo inventou o indivíduo! Sozinho, isolado do mundo! E esse indivíduo é esse que lhe serve hoje, é a sua matéria-prima fundamental para a sua sociedade...isolou-o na cidade, está sozinho, está à disposição. É alimentado pela caridade.” [Refere-se à escola como meio que não reforça o capital social].

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: Atores

Categorias / Sub Categorias Informantes	Contributo para o DT
Comunidade	65,8% dos inquiridos sente-se capacitado para participar; 83.5% entende que a capacitação influencia a participação e 94.3% afirma que a PP mobiliza o D. É referido que a PP reforçaria uma estratégia de desenvolvimento comum para o Baixo Guadiana bem como a sustentabilidade dos recursos do território.
Técnicos/Empresários	Há capital acumulado mas pouca articulação o que é inibidor em termos de desenvolvimento. Há um conhecimento razoável dos recursos e do território o que é positivo em termos de DT. A importância do conhecimento do território e o próprio conhecimento como fator de DT. Capital Social traduzido em parcerias, confiança generalizada, participação pública e boas práticas de governanças locais, contribuiriam para o desenvolvimento do BG. “Não faz sentido num território tão pequeno, tantas juntas de freguesia. Pensar com outra forma diferente, outra dimensão. Em termos económicos é o global que manda e não o local. (...)Em termos geográficos não é tão grande quanto isso. Em termos de população, mais pequeno é!”[Refere-se ao facto de haver pouca articulação e portanto isso ser inibidor para o DL] “Há alguns recursos que só existem porque as gerações anteriores tinham esse Conhecimento que esses recursos deviam ser preservados.” [Refere-se capital acumulado como indutor do DL]

	“Conhecimento é a base do processo de desenvolvimento do território. Com conhecimento mais profundo consegue-se tirar partido dos recursos dos territórios, criando riqueza. (...) Como se gera Conhecimento: - Conhecimento com base na identidade territorial – experiência; tradições; história; cultura. (...) Conhecimento gerado pela aprendizagem, pela formação, pela escola e Conhecimento Científico gerado pela investigação.” [Refere-se à importância do conhecimento dos recursos por parte da população e ao seu reconhecimento enquanto fator de desenvolvimento] “Com o Conhecimento dos recursos podemos imortalizar uma região, torna-la sustentável.” “A participação das pessoas e bons políticos a gerir o território era meio caminho andado para o desenvolvimento. As pessoas acreditavam mais e motivavam-se para se envolverem e lutarem pelo território. Quando conseguirmos isso, será importante. O Baixo Guadiana só conseguirá manter-se se for por aí”
Presidentes de Câmara	Os entrevistados têm a clara noção de que mais articulação e de forma mais organizada, seria benéfica para o desenvolvimento do território, podendo contribuir decisivamente para a resolução de projetos estruturantes, sendo referida a navegabilidade como exemplo. Por outro lado, é também visível que está patente nos autarcas a necessidade de haver “coesão diferente” entre os atores locais, particularmente entre aca Câmaras, as Associações e as empresas. “Eu acho que se poderia articular mais vezes de uma forma mais organizada e mais estruturada as principais reivindicações, e aí, com certeza que sim, poderia aumentar o desenvolvimento, ou a rapidez do desenvolvimento do território do BG, a própria navegabilidade. (...) se se quiser dar realmente mais força a esta designação BG, eu penso que tem de haver uma coesão diferente também de todos os atores locais, quer as Câmaras Municipais, quer as associações, quer empresas, tem de haver uma coesão diferente.”[Referem-se ao contributo que o capital social poderá fornecer ao DL]
Atores chave	As relações de vizinhança, o juntar de vontades, a entreaajuda, os valores sociais e culturais num território, a confiança, são fundamentais neste território, até porque é um território frágil e por isso esses fatores são ainda mais relevantes quer socialmente quer do ponto de vista económico. O gerar climas de confiança e partilha contribui para um melhor aproveitamento das potencialidades do território, em particular dos recursos humanos e, entre estes, os qualificados. É salientado o papel da informação e conhecimento, juntamente com a ética, os comportamentos e valores, reforçando os laços comunitários, robustecendo assim o C.S., o que se traduz em favor do processo de desenvolvimento local. “(…) depende, quer dizer: - a estrutura de um território com os seus vários cúmplices, com os seus vários atores, necessariamente influenciam a forma como o território é gerido, claro!” “Era fundamental porque primeiro criavam-se climas de confiança e partilha entre aqueles que estão cá a viver, e depois entrava também naquilo de alguns problemas que anteriormente falámos e que têm a ver com o aproveitamento dos recursos. [Refere-se ao contributo do capital social para o DL]. “Mas primeiro a aproveitar logo os vários recursos, nomeadamente em termos humanos. E depois olhava-se também com outra forma de ver, perspetivar o potencial que este território tem. E não se deixavam influenciar para aquilo que é o fácil, que é normalmente, para um lado o imediato e é bom não esquecer que quando o capital manda não é muito forte e se não se constitui capital social, o pouco capital humano que existe vai tentar safar-se a si próprio! Portanto, os poucos que podermos dizer; que têm capacidades, vão tentar entrar para lógicas individuais, e o somatório dos vários casos individuais não dá o mesmo resultado de trabalho de conjunto que estaria ligado à lógica de capital social que desde o início conseguiria trazer valor acrescentado muito superior àquele que é só o resultado das várias parcelas do capital humano que existe algum mas que é pouco. A informação, boa informação e conhecimento juntamente com aquilo são os vários aspetos ligados à ética, aos valores, aos comportamentos que são também importantes. É que a pessoa começa a tomar consciência que se trabalhar em conjunto; se criar condições para com o seu vizinho; com a pessoa que vive na terra; com o indivíduo que trabalha no outro sector, conseguirem partilhar e cooperar, conseguem reforçar a implantação dos laços comunitários e aproveitam isso em favor do desenvolvimento local”

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: Atores

Categorias / Sub Categorias Informantes	Dimensão
Comunidade	64.2% dos inquiridos salienta que não existe confiança entre os atores locais Estratégias comuns e governação/ gestão partilhada assumem valores baixos, sobretudo nas empresas e na administração Pública Regional sendo mais elevada nas ADLs 57.1% salienta que no BG não existe ação coletiva acrescentando que estas provocariam um DL mais acentuado, um crescimento na área do turismo, uma maior coesão social e territorial bem com respostas mais eficazes aos problemas
Técnicos/Empresários	Baixa densidade populacional origina pouca “massa crítica”. O conhecimento é muito centralizado nas instituições sobretudo nas universidades, nas associações e nas Câmaras. Há também um conhecimento baseado na prática, nas experiências e isso é importante no território. A escola deve dar um maior contributo para a formação e capacitação nestes territórios. Apostar mais em ações coletivas, que reforçassem a coesão social e que procurasse encontrar respostas conjuntas para a mesma tipologia de problemas. “Falta massa crítica. Baixo Guadiana tem massa crítica muito pobre, com analfabetismo enorme.” “Quem é mais capacitado sabe onde procurar conhecimento sobre os recursos que tem à disposição beneficiando deles. Quem tem o conhecimento são os agentes locais. Os que saem para fora ficam mais capacitados.” “Muita gente não sabe o que se passa no território, que associações há, por exemplo.” “Quem detém o Conhecimento são as Universidades (...) Quem detém o Conhecimento são os investigadores, os técnicos, as associações, as câmaras. (...) Há também um conhecimento específico, com base na experiência em várias áreas e esse é o Conhecimento mais importante.” “Tem-se vindo a degradar socialmente a educação dos que hão - de vir, é preciso intervir para resolver isto. Perdem-se os princípios, os valores. Temos mais conhecimento mas somos mais individuais, cada um por si.” [Refere-se à capacitação dos jovens] “As pessoas e as instituições deviam juntar esforços mais vezes, partilhar soluções para os problemas que muitas vezes são os mesmos. Isso dava mais confiança.”
Presidentes de Câmara	É salientado que a população tem capacidades muito próprias “O povo não é ignorante!”. No entanto, a fraca densidade populacional é duplamente inibidora: por um lado porque são poucos e por outro porque, por norma, os mais inconformados ou insatisfeitos, partem e raramente regressam. Acontece sobretudo com os estudantes do ensino superior. Tal condiciona a aprendizagem coletiva e a própria participação, acabando por se refletir na capacitação conjunta no território. De alguma forma as escolas tentam combater essa tendência. “Estes territórios têm um problema que é, para além de ter poucas pessoas, tem poucas pessoas com massa cinzenta (ou massa crítica)” “É um problema que tem a ver com a fraca participação cívica é um problema de aprendizagem e que não existe” (...) Hoje os tempos são um pouco diferentes mas geração a geração sucede sempre a mesma coisa; os mais inconformados, em regra os que fazem alguma formação, são poucos os que cá ficam?!” – Não ficam nenhuns. Mas isto acontece sistematicamente! Foram-se todos embora! Não está cá um sequer.” “As escolas fazem um esforço nesse sentido.”
Atores chave	Uma ideia perpassa: há pouco capital humano e portanto em termos qualitativos também. Os mais capacitados e empreendedores saem. Torna mais difícil a participação, o reforço da capacitação interventiva. São fatores que tendencialmente tendem a reduzir a capacitação para intervir no território. A dimensão do território é decisiva neste sentido.

	“E sobretudo apostar muito naquela ideia minha da opinião pública informada, esclarecida, consciente, participativa e interventiva. Eu creio que é essencial para se conseguir que estas potencialidades se tornem realidades.” (Refere-se ao facto de considerar importante apostar na capacitação da opinião pública, o que significa que a mesma ainda apresenta debilidades, nomeadamente ao nível das características apresentadas) “(…) acredito que as pessoas não têm condições para desenvolver o território por uma razão muito simples: - as pessoas mais empreendedoras saíram! Os que ficaram foram os que lhes falta espírito de aventura!” [O empreendedorismo representa capacitação] “(…) a população em si não tem massa crítica suficiente!” “Mas o que há falta é de gente com vida ativa (…). Os que ficam são os mais conformados.” “Os dinamizadores vêm mais do Alentejo. Mértola tem mais influência.” [Refere-se ao facto dos agentes mais dinâmicos virem de Mértola] “Os que regressam vêm maduros para poder criar, para poder começar a arriscar uma nova vida, e esses ou então; os de novo.” [Refere-se ao facto de que quem sai do território e depois regressa, é mais capacitado]

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: Atores

Categorias/Sub Categorias Informantes	Influência no DT						
Comunidade	64.5 % afirma que nunca esteve envolvido em processos de participação Os que participaram referem-na maioritariamente como apenas de informação <table><tr><td>Aspetos que existem no território</td><td>Sim</td><td>Não</td></tr><tr><td>As parcerias entre os atores locais</td><td>66,4</td><td>33,6</td></tr></table> Os inquiridos consideram relevante/muito relevante a ação coletiva das entidades do BG e estariam dispostos a participar prioritariamente em OSC em defesa do património e em causas públicas referem ainda que “apesar de haver projetos/problemas comuns, não são postos para discussão conjunta” e que “não há articulação entre as entidades públicas” 98% dos inquiridos referem que “O desenvolvimento dos territórios depende sobretudo da capacitação dos atores para promoverem o seu próprio desenvolvimento”.	Aspetos que existem no território	Sim	Não	As parcerias entre os atores locais	66,4	33,6
Aspetos que existem no território	Sim	Não					
As parcerias entre os atores locais	66,4	33,6					
Técnicos/Empresários	Conhecimento, informação e capacitação como base para o desenvolvimento do território. Conhecimento tácito do território importante também em termos de estratégia. O território é de baixa densidade o que torna ainda mais importante o fator capital social. O empoderamento (empwermment) é referido com importância acrescida no BG. Mas as entidades deviam encontrar formas de potenciar os saberes das pessoas, de criar espaços e oportunidades para que se reforçassem os laços entre as pessoas. Isso é muito importante. “Conhecimento, e a capacitação é a base do processo de desenvolvimento do território. Com conhecimento mais profundo consegue-se tirar partido dos recursos dos territórios, criando riqueza. (...) Como se gera Conhecimento: - Conhecimento com base na identidade territorial – experiência; tradições; história; cultura. (...) Conhecimento gerado pela aprendizagem, pela formação, pela escola e Conhecimento Cientifico gerado pela investigação.” [Refere-se à importância do conhecimento dos recursos por parte da população e ao seu reconhecimento enquanto fator de desenvolvimento] (...)”o Conhecimento Tácito, o Conhecimento dos territórios é importante para um processo de desenvolvimento. Criação de riqueza no território, distribuição desta para (...) criando riqueza. (...) Como se gera Conhecimento: - Conhecimento com base na identidade territorial – experiência; tradições; história; cultura. (...) Conhecimento gerado pela aprendizagem, pela formação, pela escola e Conhecimento Cientifico gerado pela investigação.” [Refere-se à importância do conhecimento dos recursos por parte da população e ao seu reconhecimento						

	enquanto fator de desenvolvimento] (...)”o Conhecimento Tácito, o Conhecimento dos territórios é importante para um processo de desenvolvimento. Criação de riqueza no território, distribuição desta para alcançar qualidade de vida no seu todo, primeiro, para quem se encontra neste território.” (...) ““Para se intervir no território tem de se ter Conhecimento, das dinâmicas instaladas, dos recursos” (...) ““Em sítios em que a massa crítica for demasiado fragilizada, quanto mais afastado, menos as pessoas se interessam, tem de ser mais concreto. “ “É um conhecimento no sentido de capacitação, de capacidade das pessoas influenciarem o seu desenvolvimento. Isso é muito importante. “ (...) “articulassem mais, seria mais fácil atingir esta capacidade, sobretudo porque o território tem pouca gente”. “E os mais capazes por vezes vão-se embora e as entidades deviam olhar mais a isso e arranjar formas de atenuar isso”
Presidentes de Câmara	Alguma descrença na capacitação da comunidade em influenciar o desenvolvimento do território, sobretudo pela já referida erosão demográfica, mas igualmente pelo alheamento que, dizem os autarcas, a comunidade demonstra. Algum pesar pelo facto dos mais capacitados não se envolverem mais no desenvolvimento do território e uma nota de que são por vezes os que vêm de fora, que participam. É clara a ideia de extrema importância a preparação dos cidadãos para a construção de territórios e comunidades mais responsáveis, solidários e criativos., e de que a escola tem um papel importante nessa construção. Sim lógico! Mas a maior parte dessas opiniões não servem para grande coisa”. Apenas 10% são válidas e por vezes aparecem ideias giras que eu capitalizo! Os autarcas não devem ser insensíveis ao que se diz, e ao que se ouve!” [Refere-se ao facto de as pessoas serem pouco capacitadas e portanto terem opiniões pouco úteis, com reflexos no DL] “Muitas das pessoas que mais participam vêm de fora ou que regressam à terra depois da reforma.” (...) “E essas poucas pessoas não se querem envolver, não se querem chatear” [Refere-se ao facto das pessoas com maior capacitação não se quererem envolver e às implicações desse facto no DL] “Se queremos ter uma sociedade harmoniosa, responsável, solidária, mais criativa, é absolutamente necessário preparar-mos os cidadãos para isso!” “Sim, muito! A escola também.” Refere-se ao papel da escola na formação das comunidades para a participação]
Atores chave	Uma sociedade civil participativa e interventiva é tida como decisiva para o desenvolvimento do território. É maior a falta de massa crítica do que atores no território em causa. A escola volta a aparecer como apontando apenas para um único modelo de desenvolvimento: nas cidades, nas zonas urbanas, o que é tido como errado dado haver exemplo noutros países de processos de desenvolvimento mesmo com baixas densidades. É importante para isso que no território se concentrem vontades, conhecimento e sinergias. “Sustentamos que uma opinião pública local, esclarecida, consciente, participativa e interventiva é fundamental para o desenvolvimento do território!”. “Não temos falta de atores no território, eles existem, temos é falta de massa crítica para que eles existam melhor.” “Há um incremento fundamental do meu ponto de vista, que é o principal culpado deste fenómeno de despovoamento, que tem sido a escola! A escola. A escola está formatada para mandar a criança e o jovem embora! Para a mandar para a cidade! É-lhe apresentado todo o ensino escolar é feito em função de um único modelo que é a cidade, o desenvolvimento!”(CT) [Refere-se ao papel da escola no DL]. (...) “Poderia até haver um processo interessante de haver um capital humano que sobressaía pela qualidade num território com baixos recursos em termos quantitativos. Até poderia haver isso. Mas poderia não ser assim. Há projetos interessantes aí por esse mundo fora em áreas de baixa densidade, em que concentraram pessoas com vontades, com conhecimentos e que criaram sinergias interessantes.”

TEMA: PARTICIPAÇÃO

SUB TEMA CIDADANIA

Sub Tema	Categorias / Sub Categorias
Cidadania	Estrutura
	Dimensão
	Impacto no DL
	Dinâmicas Sociais Locais

Opinião das Comunidade

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Estrutura	A comunidade, numa percentagem superior a um terço, participa ou é membro de pelo menos uma estrutura associativa, o que indicia propensão para participar, pelo menos em estruturas locais e sobretudo de carácter cultural e recreativo. Por outro lado, metade dos inquiridos sentem-se ligados ao território no seu todo e tem por essa ligação um sentimento forte/muito forte, em mais de 73%, o que também pode constituir um bom indicador de partida para uma estrutura de cidadania que se possa vir a robustecer. Curiosamente os indivíduos dizem-se em mais de 65%, capacitados para se envolver em ações de participação pública e entendem maioritariamente esta, como a “participação dos munícipes nas atividades de desenvolvimento local”, as “práticas da comunidade em geral para o seu bem-estar e qualidade de vida”, “envolvimento dos cidadãos nas tomadas de decisão em questões de interesse público” ou ainda ter conhecimento/informação, partilhar/interagir e opinar sobre as orientações para o território”. Uma maioria substancial dos inquiridos opina que o grau de capacitação dos atores locais influencia o grau de participação pública.
Dimensão	Metade refere que o nível de envolvimento dos indivíduos neste território em termos de desenvolvimento é Médio e apenas 4.5% o refere como Forte, percentagens que diminuem para 41,5 em termos de governação local e para ainda menos 39.2 5 quando se trata da participação pública. Este envolvimento Mediano, a tender para Fraco no envolvimento da comunidade, indicia fraca coesão territorial e défice de participação pública. Ressalta uma atitude passiva perante a participação dado o elevado número de indivíduos que referem não participarem porque nunca foram convidados ou informados como podem fazer. Maior participação requer mais informação.
Impacto no DL	Uma maior capacitação dos atores para promoverem o seu próprio desenvolvimento é entendida como o fator mais importante em termos de desenvolvimento local sustentável. É inequívoco que a participação pública é mobilizadora do desenvolvimento do território, sobretudo porque envolve todos o que motiva para resolver problemas comuns e há mais ideias, opiniões e troca de informação conduzindo a melhores resultados.
Dinâmicas Sociais Locais	Considerando o território no seu todo, há pouca participação pública sendo as razões mais apontadas os assuntos não serem postas em discussão, a pouca articulação entre a sociedade civil e entre as entidades. No entanto reconhece-se que é preciso aumentar a cultura de participação e que tal poderia gerar mais iniciativas locais e fortalecer a sociedade civil. É salientada a pouca confiança entre os atores locais, a necessidade de maior transparência na gestão do território bem como de fortes lideranças locais, para além de alguma apreensão quanto

	à sustentabilidade (futuro) no processo de desenvolvimento do território. Uma estratégia de desenvolvimento comum para o Baixo Guadiana” e a “ sustentabilidade dos recursos do território”, são os dois fatores que mais poderiam ser fortalecidos com um envolvimento e participação conjunta.

Opinião dos Técnicos e Empresários

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Estrutura	Os atores privados e as associações têm um papel no território em termos de ações. No entanto articulam muito pouco entre si, não se articulam, acabando por ter pouca expressão. Particularmente nos empresários tem sido notória essa falta. Criada recentemente uma associação de empresários de turismo com objetivo de dar peso ao setor no território e puderem intervir mais, ser mais ouvidos.
Dimensão	A pouca participação inibe a partilha. O envelhecimento dificulta. A participação é então mais de entidades que de indivíduos. Por outro lado, as pessoas desiludem-se e deixam de participar. Afastam-se porque sentem-se muitas vezes usadas e que as opiniões e ideias não são levadas em conta. Estão descrentes. Já houve tempos mais participativos; nas cooperativas, centros culturais. Havia maior interesse coletivo e as pessoas participavam. Os poderes condicionam muito a ação das organizações locais porque estas dependem muito daqueles. No entanto, as associações têm um papel preponderante.
Impacto no DL	A falta de diálogo como limitadora de cooperação. Exemplos de como a cooperação resultou em processos de desenvolvimento. As organizações envolvem-se mais que as pessoas. Movimentos de cidadãos, que se fosse alargando, com capacitação, podem ser interessantes como participação para o desenvolvimento. Têm opinião mas não participam porque não têm informação.
Dinâmicas Sociais Locais	Baixos níveis de participação. Cultura de decisão de cima para baixo. Dá-se pouca atenção às pessoas do território e demasiada aos “doutores”. As opiniões são pouco tidas em conta. A estrutura administrativa pouco flexível, rígida, não ajuda à participação. A participação é à <i>posteriori</i> dos processos e isso não motiva. E por vezes demasiados interesses privados. Deve ser mais objetiva. Dependência profissional ou económica inibe a participação. As pessoas são penalizadas pela participação e afastam-se. Participa quem precisa. As Câmaras fecham-se muito às opiniões dos empresários.

Opinião dos Presidentes de Câmara

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Estrutura	É preciso reforçar o papel das Associações Locais no território, tornando-as parceiras, porque é reconhecido o seu papel dinamizador das comunidades. Os empresários têm tido um papel diminuto no território. A falta de parcerias traduz-se em falta de confiança entre as pessoas, entre as entidades e entre as empresas o que não contribui para um envolvimento maior dos indivíduos e das organizações.
Dimensão	A Câmara promove a participação pública mas a comunidade participa pouco. E sentem-se frustrados por não haver mais participação. Conformismo com a falta de participação e reconhecimento que é preciso intensificar e melhorar a qualidade da participação pública e que

	isso é um desafio para todos. A participação cresce quando é nas pequenas localidades e por razões que dizem respeito às pessoas que lá vivem.
Impacto no DL	A fraca participação, a débil cooperação no território não contribui para o desenvolvimento. Teria mais peso e poderia fazer mais pressão política, compensando a baixa densidade demográfica e podendo obter mais resultados. Falta de iniciativa e descrença.
Dinâmicas Sociais Locais	Capelinhas na administração pública que inviabilizam cooperação entre as entidades e agentes. Há algum egoísmo em não participar e responsabilizar outros. A participação devia ser mais organizada e estruturada para produzir efeitos mais rápidos e não se perder o seu resultado. As parcerias são todas frágeis, desconfiadas, muito institucionais, muito formais, sempre com muita reserva. Há pouca cultura de participação.

Opinião dos Atores Chave

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Estrutura	Falta cultura de participação. Relevado de muito importante o papel das Associações de Desenvolvimento, mesmo nas áreas da participação porque motivam as comunidades a envolver-se no seu próprio desenvolvimento e na luta pela defesa dos seus interesses. São muitas vezes bons exemplos de governança local para as autarquias. Importante serem autónomas das Câmaras. A falta de dinamismo económico reduz a participação pública. Por vezes é subversiva a utilização da participação pública por parte dos municípios ou das entidades regionais. É muito mais para inglês ver. Os políticos ainda não perceberam a força da participação pública e que os pode os ajudar. O papel importante dos cafés e largos com espaços de participação.
Dimensão	O carácter passivo e de observador da participação desmotiva a cultura de participação. As pessoas não acreditam muito e quando participam nem sempre é de uma forma construtiva e pouco estruturada. Daí que seja mais fácil em sítios informais e que não vinculem as opiniões. A participação é feita só a jusante e para cumprir a lei, não para estimular ou reforçar a qualidade das decisões. Tendência muitas vezes para os decisores fugirem a processos que impliquem discussão, porque pode dar resultados diferentes dos pretendidos. São processos ainda muito tímidos enquanto verdadeira participação
Impacto no DL	Importância das associações e das autarquias. Participação pública como a possibilidade, a capacidade, o envolvimento das pessoas enquanto cidadãs, ou enquanto representantes de instituições em assuntos de um espaço de envolvimento onde essa pessoa se encontra. As pessoas participam em coisas muitas concretas e que mexem com a sua vida, com o seu emprego ou com a sua qualidade de vida. Mas pode haver outra participação mais estrutural, menos materializável, que não se vê de imediato, mas que tem importância para o desenvolvimento dos territórios. Demasiada passividade na participação. LEADER como exemplo de participação para o desenvolvimento
Dinâmicas Sociais Locais	Não há muita participação mas há uma consciência local importante, ativa, interventiva. E há um conjunto alargado de ativistas. Mas há dificuldade de captar as pessoas para uma participação continuada. Cada entidade está praticamente a trabalhar para si e há pouca partilha de informação. As parcerias são muito frágeis ou são muitas vezes parcerias impostas com o objetivo de um projeto territorial, de um projeto sectorial muito específico, não há uma lógica territorial de envolver desde o princípio até a longo de um percurso que se pretenda que seja continuado. Há

	pouco trabalho em conjunto. E regrediu relativamente a outras décadas. Os empresários não se aproximam muito e os presidentes de câmara, vêem quase sempre as associações empresariais como um contra poder. Não percebem que eles devem se parceiros. É uma questão cultural. As melhores parcerias eram ao nível das ONG's e pontualmente também ao nível das câmaras municipais, mas estas só para projetos, sem outras sequências, sem estratégia conjunta que provoque a participação das pessoas e envolvimento das entidades do território. Por exemplo em Mértola já aconteceu. E noutros processos... noutras décadas, exatamente porque houve gente interessante e interessada que se juntou com base no projeto que tinha características para ser considerado projeto território e que criaram formas de partilhar trabalho, informações para o interesse comum.

SÍNTESE SUB TEMA: CIDADANIA

Categorias / Sub Categorias Informantes	Estrutura	Dimensão	Impacto no DL	Dinâmicas Sociais Locais
Comunidade	Razoável envolvimento em estruturas associativas indiciando propensão para participar. Metade sente-se fortemente racionada com o território, sendo um bom indicador de partida para uma estrutura de cidadania. Capacitação para se envolver em ações de participação pública. Uma maioria substancial dos inquiridos opina que o grau de capacitação dos atores locais influencia o grau de participação pública.	O relacionamento com o território é razoável a tender para fraco em termos de desenvolvimento, diminuindo em termos de governação local menos ainda quando se trata da participação pública. Este envolvimento Mediano, a tender para Fraco no envolvimento da comunidade, indicia fraca coesão territorial e défice de participação pública. Atitude passiva perante a participação. Maior participação requer mais informação.	Uma maior capacitação dos atores para promoverem o seu próprio desenvolvimento é entendida como o fator mais importante em termos de desenvolvimento local sustentável. A participação pública é mobilizadora do desenvolvimento do território, sobretudo porque envolve todos o que motiva para resolver problemas comuns e há mais ideias, opiniões e troca de informação conduzindo a melhores resultados.	Pouca participação pública. Razões: os assuntos não serem postas em discussão, pouca articulação entre a sociedade civil e entre as entidades. É preciso aumentar a cultura de participação fortalecer a sociedade civil. Pouca confiança entre os atores locais, Necessidade de maior transparência na gestão do território, bem como de fortes lideranças locais. Apreensão pela sustentabilidade. Participação conjunta geraria: estratégia de desenvolvimento comum para o BG e sustentabilidade dos recursos.
Técnicos/Empresários	Os atores privados e as associações têm um papel no território em termos de ações. No entanto articulam muito pouco entre si, acabando por ter pouca expressão. Particularmente nos empresários tem sido notória essa falta.	A pouca participação inibe a partilha. O envelhecimento dificulta. A participação é mais de entidades que de indivíduos. Os indivíduos desiludem-se, sentem-se usados e deixam de participar. Opiniões e ideias não são levadas em conta. Descrentes. A PP tem diminuído. Os poderes condicionam muito a ação das organizações locais porque estas dependem muito daqueles. Associações têm um papel forte.	A falta de diálogo como limitadora de cooperação. A cooperação e a ação conjunta resultam em processos de desenvolvimento. As organizações envolvem-se mais que as pessoas. Movimentos de cidadãos, que se fosse alargando, com capacitação, podem ser interessantes como participação para o desenvolvimento. Têm opinião mas não participam porque não têm informação.	Baixos níveis de participação. Cultura de decisão de cima para baixo (top down). Estrutura administrativa pouco flexível, rígida, não ajuda à participação. A participação é à <i>posteriori</i> dos processos e isso não motiva. Interesses privados. Deve ser mais objetiva. Dependência inibe a participação. Participa quem precisa. As Câmaras fecham-se muito às opiniões dos empresários.
Presidentes de Câmara	É preciso reforçar o papel das Associações Locais no território, tornando-as parceiras, porque é reconhecido o seu papel dinamizador das comunidades. Os empresários têm tido um papel diminuto no território. A falta de parcerias traduz-se em falta de confiança entre as pessoas, entre as entidades e entre as empresas o que não contribui para um envolvimento maior dos indivíduos e das organizações.	A Câmara promove a participação pública mas a comunidade participa pouco. E sentem-se frustrados por não haver mais participação. Conformismo com a falta de participação e reconhecimento que é preciso intensificar e melhorar a qualidade da participação pública e que isso é um desafio para todos. A participação cresce quando é nas pequenas localidades e por razões que dizem respeito às pessoas que lá vivem.	A fraca participação, a débil cooperação no território não contribui para o desenvolvimento. Teria mais peso e poderia fazer mais pressão política, compensando a baixa densidade demográfica e podendo obter mais resultados. Falta de iniciativa e descrença.	Capelinhas na administração pública que inviabilizam cooperação entre as entidades e agentes. Há algum egoísmo em não participar e responsabilizar outros. A participação devia ser mais organizada e estruturada para produzir efeitos mais rápidos e não se perder o seu resultado. As parcerias são todas frágeis, desconfiadas, muito institucionais, muito formais, sempre com muita reserva. Há pouca cultura de participação.

Atores chave	Falta cultura de participação. Muito importante o papel das Associações de Desenvolvimento, na participação e motivação das comunidades, sendo bons exemplos de governança local para as autarquias. Devem ser autónomas das Câmaras. A falta de dinamismo económico reduz a participação pública. Por vezes é subversiva a utilização da participação pública por parte dos municípios ou das entidades regionais Os políticos ainda não perceberam a força da participação pública e que os pode os ajudar. O papel importante dos cafés e largos com espaços de participação.	O caráter passivo e de observador da participação desmotiva a cultura de participação. As pessoas não acreditam muito e quando participam nem sempre é de uma forma construtiva e pouco estruturada. Mais fácil em sítios informais e que não vinculem as opiniões. A participação a jusante e para cumprir a lei, não para estimular ou reforçar a qualidade das decisões. Tendência para os decisores fugirem a processos que impliquem discussão, porque pode dar resultados diferentes dos pretendidos.	IPapel das associações e das autarquias. Participação pública como a possibilidade, a capacidade, o envolvimento das pessoas enquanto cidadãos. Participação acontece no concreto. Pode haver outra participação mais estrutural, menos materializável, que não se vê de imediato, mas que tem importância para desenvolver os territórios. Demasiada passividade na participação. LEADER como exemplo de participação para o desenvolvimento	Pouca participação mas há ativistas e uma consciência local importante, ativa, interventiva. Dificuldade de captar para uma participação continuada ou conjunta no território. Pouca partilha de informação. Parcerias muito frágeis impostas por projetos, sem lógica territorial Pouco trabalho em conjunto. E regrediu relativamente a outras décadas. Pouca participação dos empresários com as estratégias das Câmaras. Melhores parcerias ao nível das ONG's. Exemplos de como a participação pode gerar processos de desenvolvimento e criar formas de partilhar trabalho, informações para o interesse comum.

ANÁLISE VALORATIVA SUB TEMA: CIDADANIA

Categorias / Sub Categorias Informantes	Estrutura	Dimensão	Impacto no DL	Dinâmicas Sociais Locais
Comunidade	<u>Forte:</u> Relação com o território Percepção de que o grau de capacitação dos atores locais influencia o grau de participação pública <u>Razoável:</u> estruturas associativas propensão à participação	<u>Razoável:</u> Relacionamento com o território em termos do seu desenvolvimento <u>Fraco:</u> Governança local Participação pública Coesão territorial Défice de participação pública	<u>Necessidade:</u> Maior capacitação dos atores para promover o (seu próprio) desenvolvimento local sustentável Mais participação pública no desenvolvimento do território Maior motivação para resolver problemas comuns <u>Oportunidades:</u> Na participação há mais ideias, opiniões e troca	<u>Razoável:</u> Apreensão pela sustentabilidade <u>Fraco:</u> Participação pública Articulação entre a sociedade civil e as entidades Confiança entre os atores locais <u>Necessidades:</u> Aumentar a cultura de participação

	<u>Positivo:</u> Condições de partida para uma estrutura de cidadania e participação pública	<u>Negativo:</u> Atitude passiva perante a participação Falta de informação para a participação	de informação conduzindo a melhores resultados.	Fortalecer a sociedade civil. + transparência na gestão do território Lideranças locais + fortes Estratégia de desenvolvimento comum para o BG e para a sustentabilidade dos recursos
Técnicos/ Empresários	<u>Forte:</u> Papel dos atores privados e das associações <u>Fraco:</u> Articulação entre atores, particularmente nos empresários Expressão do papel dos atores, em termos coletivos	<u>Forte:</u> Papel das Associações Diminuição da PP individual <u>Negativo:</u> Pouca participação inibe a partilha Opiniões e ideias dos locais não tidas em conta, gerando descrença Envelhecimento dificulta Dependência das organizações locais dos poderes centrais	<u>Necessidades:</u> + diálogo + cooperação + envolvimento das pessoas + cooperação e ação conjunta + movimentos de cidadãos + capacitação + difusão da informação, como estímulo à participação	<u>Forte:</u> Dependência dos poderes públicos <u>Fraco:</u> Níveis de participação <u>Negativo:</u> Cultura de decisão <i>top down</i> Estrutura administrativa pouco flexível Participação nos processos <i>a posteriori</i> Influência de interesses privados, mesmo junto das Câmaras
Presidentes de Câmara	<u>Forte:</u> Papel dinamizador das AL's junto das comunidades <u>Fraco:</u> Papel dos empresários no território Confiança entre pessoas, entidades e empresas <u>Necessidades:</u> Reforçar o papel das Associações Locais no território + parcerias + envolvimento dos indivíduos e das organizações	<u>Positivo:</u> Câmara promove a PP + participação nas pequenas localidades, por proximidade aos assuntos <u>Negativo:</u> Pouca participação da comunidade, gerando frustração nos autarcas Conformismo com a falta de participação <u>Necessidades:</u> Intensificar e melhorar a qualidade da participação pública	<u>Fraquezas:</u> Frac participação Débil cooperação Falta de iniciativa e descrença <u>Necessidades:</u> + cooperação -> + pressão política - compensando a baixa densidade demográfica -> mais resultados	<u>Negativo:</u> Capelinhas na administração pública -> inviabilizam cooperação Formalismo excessivo Egoísmos locais Desconfiança Transferência de responsabilidade Parcerias frágeis Pouca cultura de participação <u>Necessidades:</u> + organização da participação Melhor estruturada = efeitos mais rápidos -> resultados melhores

Atores chave	<u>Fracos:</u> Cultura de participação Dinamismo económico (que reduz a participação pública) <u>Forte:</u> Papel das ADL's: - na participação - na motivação comunitária - bons exemplos de governança local - exemplo para as autarquias. <u>Necessidades:</u> ADL's devem ser autónomas das Câmaras Aumentar o papel dos cafés e largos como espaços de participação Políticos entenderem melhor valor da participação <u>Negativo:</u> Ocasional uso subversivo da PP por parte dos municípios ou entidades regionais	<u>Negativo:</u> Falta de crença das pessoas no convite à participação Participação a jusante e apenas para cumprir a lei Tendência de fuga dos decisores a processos que impliquem discussão -» receio de resultados diferentes dos pretendidos <u>Necessidade:</u> Alterar o caráter passivo e de observador da participação Motivar para uma cultura de participação Melhorar o modo de participação (+ construtivo + estruturado) + escolha de sítios informais + opinião informal Reforçar a qualidade das decisões	<u>Positivo:</u> Participação concreta LEADER como exemplo de participação Papel das associações e das autarquias <u>Negativo:</u> Demasiada passividade na participação <u>Oportunidades:</u> Possibilidade de uma participação mais estrutural, menos imediato, importante para o desenvolvimento local Possibilidade de envolvimento das pessoas enquanto cidadãos	<u>Fracos:</u> Participação (em especial continuada e/ou conjunta) Partilha de informação. Parcerias (muito frágeis) Trabalho conjunto Participação dos empresários com as estratégias das Câmaras <u>Razoável:</u> Participação das ONG's com as estratégias das Câmaras <u>Forte:</u> Ativistas locais Consciência local importante <u>Negativo:</u> Regressão do trabalho conjunto (comparando com décadas anteriores) <u>Oportunidades:</u> Participação pode gerar processos de desenvolvimento e criar formas de trabalho partilhado para o interesse comum.

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: Cidadania

Categorias / Sub Categorias Informantes	Estrutura																																
Comunidade	Participam/ membro de organização 35,1 Cultural e recreativo Identifica-se ou sente-se ligado a algum “retalho” deste território? Sim, no seu todo 50,3 A intensidade desse sentimento: Forte + Muito Forte 73,6 % Sente-se capacitado para se envolver em ações de participação pública Sim 65,8% O que os inquiridos entendem por participação pública: <table border="1"> <thead> <tr> <th>RESPOSTAS</th><th>TOTAL FREQUÊNCIAS</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Participação dos munícipes nas atividades de desenvolvimento local</td><td>57</td></tr> <tr> <td>Participação praticada pela comunidade em geral para o seu bem estar e qualidade de vida</td><td>55</td></tr> <tr> <td>Envolvimento dos cidadãos nas tomadas de decisão em questões de interesse público</td><td>51</td></tr> <tr> <td>Ter conhecimento/informação, partilhar/interagir e opinar sobre as orientações para o território</td><td>42</td></tr> <tr> <td>Intervenção participativa da sociedade (pública e privada)</td><td>25</td></tr> <tr> <td>Influenciar para que as decisões sejam ajustadas e melhores para toda a comunidade. Tomar posição. Ajudar a decidir</td><td>23</td></tr> <tr> <td>Recolha de informações/opiniões</td><td>14</td></tr> <tr> <td>Estar informado e exercer a cidadania</td><td>13</td></tr> <tr> <td>Responsabilidades que pertencem a todos e não apenas a alguns</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Incluir todas as pessoas</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Troca de experiências/aprendizagens/informação entre os atores</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Quando o cidadão pode falar/ Mais democracia efetiva</td><td>9</td></tr> <tr> <td>Contribuição na gestão de bens e serviços comuns</td><td>8</td></tr> <tr> <td>Imprecisos</td><td>13</td></tr> <tr> <td>TOTAL</td><td>330</td></tr> </tbody> </table> Na sua opinião, a maior ou menor capacitação dos atores locais influencia o grau de participação pública? Sim 83,5%	RESPOSTAS	TOTAL FREQUÊNCIAS	Participação dos munícipes nas atividades de desenvolvimento local	57	Participação praticada pela comunidade em geral para o seu bem estar e qualidade de vida	55	Envolvimento dos cidadãos nas tomadas de decisão em questões de interesse público	51	Ter conhecimento/informação, partilhar/interagir e opinar sobre as orientações para o território	42	Intervenção participativa da sociedade (pública e privada)	25	Influenciar para que as decisões sejam ajustadas e melhores para toda a comunidade. Tomar posição. Ajudar a decidir	23	Recolha de informações/opiniões	14	Estar informado e exercer a cidadania	13	Responsabilidades que pertencem a todos e não apenas a alguns	10	Incluir todas as pessoas	10	Troca de experiências/aprendizagens/informação entre os atores	10	Quando o cidadão pode falar/ Mais democracia efetiva	9	Contribuição na gestão de bens e serviços comuns	8	Imprecisos	13	TOTAL	330
RESPOSTAS	TOTAL FREQUÊNCIAS																																
Participação dos munícipes nas atividades de desenvolvimento local	57																																
Participação praticada pela comunidade em geral para o seu bem estar e qualidade de vida	55																																
Envolvimento dos cidadãos nas tomadas de decisão em questões de interesse público	51																																
Ter conhecimento/informação, partilhar/interagir e opinar sobre as orientações para o território	42																																
Intervenção participativa da sociedade (pública e privada)	25																																
Influenciar para que as decisões sejam ajustadas e melhores para toda a comunidade. Tomar posição. Ajudar a decidir	23																																
Recolha de informações/opiniões	14																																
Estar informado e exercer a cidadania	13																																
Responsabilidades que pertencem a todos e não apenas a alguns	10																																
Incluir todas as pessoas	10																																
Troca de experiências/aprendizagens/informação entre os atores	10																																
Quando o cidadão pode falar/ Mais democracia efetiva	9																																
Contribuição na gestão de bens e serviços comuns	8																																
Imprecisos	13																																
TOTAL	330																																
Técnicos/Empresários	O poder político tende a diminuir e a relativizar a participação pública. Por vezes há outros interesses. E é muitas vezes apenas para legitimar processos ou decisões. “O que há é feito é feito por privados ou associações.” “A população junta-se quando há interesses para o território. (...) A recente criação da associação de empresários também.”(R) [Refere-se à criação da associação de empresários] Participar...a resposta é má. Pior a emenda que o soneto. (Rosa) [Refere-se à participação dos empresários] “Há instituições que desenvolvem mas os empresários, muitos, estão de costas voltadas, não participam. Há eventos para a participação mas são muito poucos os que vão, que participam.” O sector privado participa quando é muito grande! (...) Há empresas que se associam para terem mais voz. “O com este poder político, não! Os presidentes do BG, estão estagnados.” [Refere-se à existência de PP] “-se calhar por isso é que não há tanta participação para evitar.... Não interessa aos poderes que haja muita PP. Inconscientemente ou conscientemente isso existe!” “Não é considerado importante a PP.” “Ao nível da Biblioteca, fazem-se congressos, seminários...” “E quando existe por parte das instituições é para legitimar e para legislar.” [Refere-se aos motivos que levam os poderes públicos a fazer PP]																																
Presidentes de Câmara	“E penso naturalmente que as associações de desenvolvimento local, aquelas que já estão no terreno, dando-lhes outro protagonismo, assumindo-os como parceiros, procurando dar-lhes outra força, não é?” “Da parte da participação pública dos atores locais, (...) eu penso que aí até acaba por haver alguma participação, agora eu acho que devia ser muito mais.” “Os empresários têm falhado”																																

	“Não, já disse que não tem havido essas parcerias! [Refere-se ao facto de não haver relações entre os agentes] “Acho que é muito importante a confiança entre as pessoas, a confiança entre as entidades, entre as empresas, entre os empresários, as parcerias, as trocas de informação. E acho que é muito pobre no espaço de que estamos a falar.” [Refere-se ao facto da confiança ser fraca e as dinâmicas também, por consequência] “Da parte da participação pública (...), das empresas, (...) eu penso que aí até acaba por haver alguma participação, agora eu acho que devia ser muito mais”.
Atores chave	“As pessoas não estão habituadas a participar”. Este Jornal do Baixo Guadiana, foi criado com esse objetivo, de criar uma opinião pública com essas características: informada; esclarecida; consciente; participativa e interventiva, etc. Tem sido desde a sua criação, mantém-se esse espírito, tem sido objetivo fundamental deste jornal: contribuir para a formação dessa opinião pública!” [Refere-se a um jornal que é propriedade de uma ADL]“Os próprios partidos políticos, de maneira desigual, e dependendo muitas das vezes das pessoas que estão à frente das organizações partidárias locais, muitas vezes intervêm, aqui, em toda a luta pela ponte de Alcoutim - Sanlucar, os partidos políticos de uma maneira geral, deram a sua participação, os eu contributo, foram sensíveis à importância que esta reivindicação tinha para a população e estiveram presentes. Tiveram na luta, estiveram no terreno juntamente com as associações.” [Refere-se à participação na luta pela Ponte de Alcoutim-SanLucar]“Creio também, que de uma maneira geral, tem havido a compreensão que as associações de desenvolvimento local e de desenvolvimento regional, podem ter um papel muito importante e acho que apesar de tudo têm tido!” “Temos a Associação Terras do Baixo Guadiana! As Terras do Baixo Guadiana, já estas, podem ser muito promovidas, muito dissolvidas, o embrião. Foi uma boa ideia esta nossa das TBG. Já pode dar uma certa articulação e está a dar!”“Há associações no território que dinamizam algumas atividades bastante interessantes”. “O Campo Arqueológico (...) . Foi a primeira vez, quando surgiu a necessidade de criar aqui uma Associação Ambientalista. Tinha de ser autónoma da Câmara. Foi aquilo que surgiu, já tinha havido outras ideias anteriores, outro tipo de associativismo, como fazer? Mas isso despoletou, despoletou a criação da ADPM. Foi por causa dessa história e nessa altura. Portanto, nós rapidamente, não era o Campo Arqueológico, era criar uma outra associação, rapidamente que saísse do Campo que se desenvolvesse autonomamente com base nessa nova figura.”“Existe informação! Acho que os territórios já estão suficientemente trabalhadores em ADL’s, também ONG’s.”“Agora há aí uma Associação Empresarial também do BG desde há uns meses.”“Muitas vezes as forças vivas, indústrias, comércio acabam muitas vezes por pressionar, e os órgãos autárquicos a seguirem o seu exemplo.”“Não me parece que haja uma proximidade grande entre municípios e empresários. E não me parece que os empresários andem muito preocupados com a relação com os municípios.”“(...) outro aspeto que também é importante tal com Mértola, é a falta de dinamismo ou o baixo dinamismo económico aqui, económico e empreendedor do Baixo Guadiana.”“Tiveram na luta [os partidos políticos], estiveram no terreno juntamente com as associações e com os órgãos autárquicos.” [Refere-se à participação na luta pela Ponte de Alcoutim-San Lucar] “A câmara há alguns anos promoveu umas reuniões com a opinião pública para apresentar este projeto.” [Refere-se a um exemplo]“Penso que muito pouco.” [Refere-se à incorporação dos resultados da PP]“É subversivo a utilização por parte dos municípios ou das entidades regionais, desta questão da PP. É muito mais para inglês ver!”“Os políticos ainda não perceberam a força da PP para os ajudar! (...) Às vezes é melhor não ouvir!”“Isso foi debatido, foi longamente debatido com a antiga presidência Câmara, com o Serrão principalmente, que era precisamente a nossa função, foi discutido, por exemplo, em relação à forma como o Campo, a nossa estrutura, o Campo Arqueológico, quando começou a fixar-se, quando começou a ficar aqui gente o tempo todo, como é que se poderia sobreviver, como se relacionava com a Câmara. Foi um debate interessante! Precisamente, e aí o acordo dele nessa altura, que era o não depender da Câmara e nós também, o tentar perceber que não se pode depender da Câmara. Tem de haver autonomia. E essa autonomia obriga-nos também a uma maior criatividade a ir buscar. E surgiu, é curioso, essa obrigatoriedade, surgiu numa altura, em que, com o Pimentinha surgiram Associações Ambientalistas, apoiadas pelo poder. Foi a primeira vez, quando surgiu a necessidade de criar aqui uma Associação Ambientalista. Tinha de ser autónoma da Câmara. Foi aquilo que surgiu, já tinha havido outras ideias anteriores, outro tipo de associativismo, como fazer? Mas isso despoletou, despoletou a

	criação da ADPM. Foi por causa dessa história e nessa altura. Portanto, nós rapidamente, não era o Campo Arqueológico, era criar uma outra associação, rapidamente que saísse do Campo que se desenvolvesse autonomamente com base nessa nova figura.” [Refere-se às dinâmicas que haviam entre os agentes, promovidas pela autarquia, em Mértola] “O café Central chegou a ser o 1º polo cívico, aqui desta vila. Porquê? Era lá que a câmara funcionava. Não sei se sabes!? Ali o presidente da câmara fazia ali o seu dia-a-dia numa das mesas do café, a malta juntava-se à volta. Toda a comunidade decidia. Era numa altura que o centro da vila era ali”.

EVIDÊNCIAS TEMA: Participação SUB TEMA: Cidadania

Categorias / Sub Categorias Informantes	Dimensão
Comunidade	50.9% Refere que o nível de envolvimento dos indivíduos neste território em termos de desenvolvimento é Médio e apenas 4.5% o refere como forte, percentagens que diminuem para 41,5 em termos de governação local e para ainda menos 39.2 5 quando se trata da participação pública. Este envolvimento mediano, a tender para Fraco no envolvimento da comunidade, indicia fraca coesão territorial e défice de participação pública. Nunca me convidaram Sim: 55,3; Nunca me informaram como o posso fazer Sim: 44,7 % Participou sobre os recursos Nunca/Raramente 82% Nunca me convidaram Nunca me informaram como o posso fazer . São as mais referidas. Seria maior a participação mais se houvesse mais informação.
Técnicos/Empresários	“Há tentativa de partilha mas, as pessoas não aparecem.” “Porque as pessoas não participam de forma ativa porque são maioritariamente idosas e dificulta a participação.” “O tempo é desculpa. Falta é vontade!” “Penso que atualmente as pessoas já não se envolvem como anteriormente. As instituições envolvem-se as pessoas, muito pouco.” “As pessoas envolvem-se inicialmente. Envolvem-se mas depois afastam-se.” “Sentem que são chamadas para fazer a “sala” e que as opiniões e ideias não são levadas em conta. Estão descrentes. Eu pessoalmente também estou desiludida!” “As pessoas não têm tempo. Outras não têm interesse.” “Não têm tempo. Falta de vontade.” “É difícil mobilizar, é difícil levar as pessoas para tertúlias. As coisas têm de se estruturadas, ter contactos. As pessoas não têm disponibilidade.” “Já houve tempos participativos; nas cooperativas, centros culturais, as pessoas participavam...havia interesses.” “A TBG têm dado conhecimento dos projetos, aprovações..., mas seminários diretamente para a PP não! Mas o que fazemos é PP. “ “O que há é feito é feito por privados ou associações.” “A TBG, já mostrou que o trabalho em parceria é proveitoso. (...) A TBG é disso um exemplo.” As associações estão reféns dos poderes, que condiciona tremendamente a ação destas! “As instituições envolvem-se mais que as pessoas. Procuram mais identificar os recursos para potencia-los na tentativa de rentabilização.” As instituições envolvem-se as pessoas, muito pouco.” “As associações têm um papel preponderante.”
Presidentes de Câmara	“Não, não! Não participam!” [Refere-se ao facto das comunidades não participarem]“(…) Ninguém vem assistir às reuniões de Câmara, às assembleias municipais!(...)”“(…) Em Alcoutim divulgámos a manifestação, e o que acontece é que as duas freguesias do norte levaram cada uma delas 500 pessoas e eu levei zero! Isto revela a diferença de mentalidades entre o norte e o sul! Eu era a única pessoa de Alcoutim que lá estava! Ninguém quis saber!(...)”“(…) As pessoas não participam! Não adianta!(...)” “(…) Embora pouca, há alguma participação!(...)” [Refere-se à participação em cafés, comentários das pessoas,

	]“No meu concelho há participação pública!” “Mas devo dizer-lhe que temos somado frustrações quando procuramos mobilizar as pessoas para essa participação(...) (...) A minha experiencia diz-me que as pessoas em regra não participam. (...)” “Há Participação pública mas é muito pequena” (...) “Estive presente numa localidade do concelho, numa escola cedida pela câmara municipal, em que uma associação local dinamizou um magusto e uma matança de porco em que conseguiram a adesão de toda a população”“(...) periodicamente reunimos com bairros, com associações, reunimos com clubes...” há alguma participação! Promovida sempre pela câmara”. Já fizemos, mas desistimos! As pessoas não participam! Não adianta! [Realização de eventos de PP mais formais](...)“Há situações que podíamos fazer melhor, ou fazemos pouco. Com certeza que sim, mas é preciso por vezes nós próprios termos a força necessária, até para ultrapassar alguma falta de entusiasmo nestes processos.”“(...) é verdade que é preciso intensificar e melhorar a qualidade da participação pública. Isso é um repto de todos nós.” “Temos feito isso (Câmara às vezes ia buscar as pessoas num processo ou outro)” [Refere-se à caracterização do trabalho da autarquia relativamente a formas/mecanismos de envolvimento da população nas suas decisões]“Quando convidamos as pessoas a participar, e eu acho que infelizmente são menos vezes de que aquelas que seria desejável porque é frustrante a dificuldade que existe em mobilizar as pessoas em leva-las a participar, eventualmente não deve ser motivo para desistirmos(...)”“E acho que a Câmara de Mértola é uma das Câmaras que até espicaça bastante a participação pública.”
Atores chave	“O resultado de tudo isto é que a participação das pessoas é um bocadinho limitada. As pessoas não acreditam muito”“(...) as pessoas participam, mas sempre de uma forma pouco construtiva. Vão como observadores, são passivos.”“Há PP. Mais por uma questão social/cultural e não por uma questão sócio - económica. (...) As pessoas acobardam-se um bocado quando lhes pedem para fazer PP, falam nos cafés, com os amigos.” A PP é feita de pé atrás ... e quando é feita.” (...) “não acho que haja uma verdadeira intenção de depois fazer qualquer coisa! Vão ouvir para ver se alguém trás alguma solução miraculosa.“ “Não!” [Refere-se à não existência de PP]“As pessoas deixam de participar!” “As pessoas não estão habituadas a participar mas eu pergunto se as próprias instituições que conduzem isto, não contribuirão para esse tipo de situações? Isto é: elas estimulam em todos os projetos que estão envolvidos ou que às vezes até protagonizam que as pessoas participem desde o início até à fase de aprovação e de entrada em vigor, por exemplo dum plano ou dum processo? – Eu tenho as minhas dúvidas!”“Acho que o acesso a informações tendo por base as iniciativas logo criadas por algumas instituições nomeadamente, instituições mais importante de um território; sei lá... uma autarquia não têm sido feitos da melhor maneira (...)e tenho inclusivamente as minhas duvidas se o processo, naquilo que deveria ser em todas as suas componentes, já não falo do ponto de vista legal, se estarão todas a ser cumpridas.”“(...)há uma tendência muitas vezes para os decisores fugirem a processos que impliquem discussão, porque pode dar resultados diferentes daqueles que à priori eles já tinham na cabeça! Esse é que é o pior problema! É se a pessoa já tem “esse” algo na cabeça; e das duas: uma. – Já se tem algo na cabeça e é legítimo que o tenha, tem é de explicar aos cidadãos o porquê. Se não tem, não pode querer que os cidadãos venham a legitimar aquilo que ele quer. Ele é que é o presidente de território, ou duma câmara, ou de um governo, seja de uma região ou de uma empresa, ou seja o que for. Não é o contrário!”“(...) vários mecanismos alguns deles estão aí a ser implementados no nosso país, ainda um bocadinho no processo tímido.” [Refere-se à forma como os poderes locais implementam os instrumentos de PP e às dinâmicas geradas].

Categorias / Sub Categorias Informantes	Impacto no DL																																						
Comunidade	Uma maior capacitação dos atores locais é apontada como o fator mais importante para o desenvolvimento local sustentável. O desenvolvimento dos territórios depende sobretudo da capacitação dos atores para promoverem o seu próprio desenvolvimento Entende que a participação pública mobiliza o desenvolvimento do território? Sim 94,3 (análise de pergunta aberta): <table border="1"> <thead> <tr> <th>PERGUNTAS</th><th>Frequências</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Porque todos devem contribuir. É importante para o desenvolvimento do território</td><td>74</td></tr> <tr> <td>É positivo ter mais ideias e muitas opiniões. Há troca de informações e opiniões (trás valor acrescentado) e isso leva a melhores resultados</td><td>37</td></tr> <tr> <td>Se estiverem envolvidas, as pessoas motivam-se mais para resolver problemas comuns. Mais ânimo</td><td>21</td></tr> <tr> <td>Todos juntos conseguem mais e fazem melhor</td><td>15</td></tr> <tr> <td>Todos têm opinião sobre a terra onde vivem</td><td>14</td></tr> <tr> <td>As pessoas ficam mais informadas e confiantes. Mais capacitadas</td><td>13</td></tr> <tr> <td>Responsabiliza. Mobiliza. Todos têm esse dever</td><td>13</td></tr> <tr> <td>Pode alterar e melhorar decisões. As pessoas ficam mais conscientes</td><td>12</td></tr> <tr> <td>Obriga a melhores práticas políticas (de governança). Alarga o número de participantes nos processos de decisão</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Quem participa conhece e tem informação sobre os prós e os contras</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Coloca a população mais próxima do território</td><td>9</td></tr> <tr> <td>A administração pública não vale só por si. A opinião pública é importante</td><td>9</td></tr> <tr> <td>Aproxima as pessoas e aumenta o sentimento de pertença o que facilita consensos o que é importante para o desenvolvimento</td><td>8</td></tr> <tr> <td></td><td></td></tr> <tr> <td>Quem manda (os políticos) decide sempre. As pessoas não têm peso na Decisão. A participação é ilusória</td><td>7</td></tr> <tr> <td>Todos pensam q sabem tudo e não se desenvolve o território</td><td>3</td></tr> <tr> <td>Imprecisos</td><td>17</td></tr> <tr> <td>TOTAL</td><td>255</td></tr> </tbody> </table>	PERGUNTAS	Frequências	Porque todos devem contribuir. É importante para o desenvolvimento do território	74	É positivo ter mais ideias e muitas opiniões. Há troca de informações e opiniões (trás valor acrescentado) e isso leva a melhores resultados	37	Se estiverem envolvidas, as pessoas motivam-se mais para resolver problemas comuns. Mais ânimo	21	Todos juntos conseguem mais e fazem melhor	15	Todos têm opinião sobre a terra onde vivem	14	As pessoas ficam mais informadas e confiantes. Mais capacitadas	13	Responsabiliza. Mobiliza. Todos têm esse dever	13	Pode alterar e melhorar decisões. As pessoas ficam mais conscientes	12	Obriga a melhores práticas políticas (de governança). Alarga o número de participantes nos processos de decisão	10	Quem participa conhece e tem informação sobre os prós e os contras	10	Coloca a população mais próxima do território	9	A administração pública não vale só por si. A opinião pública é importante	9	Aproxima as pessoas e aumenta o sentimento de pertença o que facilita consensos o que é importante para o desenvolvimento	8			Quem manda (os políticos) decide sempre. As pessoas não têm peso na Decisão. A participação é ilusória	7	Todos pensam q sabem tudo e não se desenvolve o território	3	Imprecisos	17	TOTAL	255
PERGUNTAS	Frequências																																						
Porque todos devem contribuir. É importante para o desenvolvimento do território	74																																						
É positivo ter mais ideias e muitas opiniões. Há troca de informações e opiniões (trás valor acrescentado) e isso leva a melhores resultados	37																																						
Se estiverem envolvidas, as pessoas motivam-se mais para resolver problemas comuns. Mais ânimo	21																																						
Todos juntos conseguem mais e fazem melhor	15																																						
Todos têm opinião sobre a terra onde vivem	14																																						
As pessoas ficam mais informadas e confiantes. Mais capacitadas	13																																						
Responsabiliza. Mobiliza. Todos têm esse dever	13																																						
Pode alterar e melhorar decisões. As pessoas ficam mais conscientes	12																																						
Obriga a melhores práticas políticas (de governança). Alarga o número de participantes nos processos de decisão	10																																						
Quem participa conhece e tem informação sobre os prós e os contras	10																																						
Coloca a população mais próxima do território	9																																						
A administração pública não vale só por si. A opinião pública é importante	9																																						
Aproxima as pessoas e aumenta o sentimento de pertença o que facilita consensos o que é importante para o desenvolvimento	8																																						
Quem manda (os políticos) decide sempre. As pessoas não têm peso na Decisão. A participação é ilusória	7																																						
Todos pensam q sabem tudo e não se desenvolve o território	3																																						
Imprecisos	17																																						
TOTAL	255																																						
Técnicos/Empresários	“A falta de diálogo entre as entidades que representam o BG, leva a conflitos entre elas. A ponte foi um processo de cooperação”. [Refere-se aos impactos das dinâmicas de participação entre os atores]“Então devia criar-se um movimento de cidadãos, que fosse alargando, -que fosse sendo construído de pessoas com massa crítica, e apresentar às câmaras um projeto em que as câmaras decidam o que querem fazer com o BG. Porque o problema do BG é precisamente esse!” [Refere-se ao que os atores poderiam fazer, em termos de PP para gerirem melhor os recursos] “Não participamos, estamos afastados da informação. A informação está afastada das pessoas, porque foram afastadas. VRST tem recursos que não são só o turismo e não são valorizados. Focalizou-se só no turismo. Fomos afastados dessa informação por não participarmos, não temos a nossa opinião. “ [Refere-se à relação PP/Impacto na gestão dos recursos]“As instituições envolvem-se mais que as pessoas. Procuram mais identificar os recursos para potencia-los na tentativa de rentabilização.”																																						
Presidentes de Câmara	“ É verdade! É verdade! É verdade que o facto do território por si não se articular, não contribui em nada, como lobby político; como peso...para isso, para esse desenvolvimento. (...)” “(…) porque acima de tudo há uma grande falta de iniciativa, uma descrença, as pessoas às vezes não incorporam o conhecimento necessário.”																																						
Atores chave	Bom...se não fosse esse poder local democrático que temos e as associações de desenvolvimento local e de desenvolvimento regional, que entretanto foram criadas, eu não sei o que é que seria deste território? Provavelmente, “estaria tudo em estevas”!“(...) não há																																						

	participação pública como forma de intervenção no território, de mudar o território!”“(…) a ideia que eu tenho de participação pública é a possibilidade, a capacidade, o envolvimento das pessoas enquanto cidadãs, ou enquanto representantes de instituições em assuntos de um espaço de envolvimento onde essa pessoa se encontra, lhe diga diretamente ou não, respeito. Podendo ser esse “diretamente” coisas muitas concretas e que mexe com a sua vida, com o seu emprego, com a sua qualidade de vida, etc, como também podem ser coisas em abstrato. A pessoa tem em saber, tem interesse em querer saber o que é que se passa até por noções de bem comum, podem até ser coisas que não têm nada a ver diretamente consigo, com a sua rua, com o seu vizinho, mas quer saber o que é que se está a fazer para parte de... sei lá! De uma administração.” [Refere-se à noção de PP e à forma como esta influencia o DL] “Eu penso por um lado a participação, quanto mais participada for, mais gente num dado momento que até pode gerar maior discussão, mas dessa discussão há-de sair a luz!” “Foi uma boa ideia esta nossa das TBG. Já pode dar uma certa articulação e está a dar! Através do LEADER já começamos a articular!” [Refere-se ao papel que a associação tem tido na gestão dos recursos]“(…) as pessoas participam, mas sempre de uma forma pouco construtiva. Vão como observadores, são passivos.” [Refere-se à forma como as pessoas participam na gestão dos recursos e aos contributos que dão]“Não estão porque lhes faltam informação e formação!” [Refere-se ao facto das pessoas não estarem envolvidas com os recursos e sua gestão]“Não, não! Numa forma geral, as pessoas não estão a ser envolvidas desta questão do Baixo Guadiana

EVIDÊNCIAS

SUB TEMA: Cidadania

Categorias / Sub Categorias Informantes	Dinâmicas Sociais Locais																																																														
Comunidade	58,3 % Consideram que no território não têm existido situações de participação pública.																																																														
	Razões apontadas:																																																														
	<table><tr><td>Apesar de haver projetos/problemas comuns, não são postos para discussão conjunta</td><td>Sim:68,5</td><td>Há poucos projetos/problemas comuns</td><td>Sim:16,9</td></tr><tr><td>Porque são duas regiões administrativas diferentes</td><td>Sim:18,3</td><td>Não há problemas comuns</td><td>Sim:0,5</td></tr><tr><td>Não há articulação entre a sociedade civil</td><td>Sim:41,8</td><td>Por casualidade</td><td>Sim:5,2</td></tr><tr><td>Não há articulação entre as entidades públicas</td><td>Sim:40,8</td><td></td><td></td></tr></table>	Apesar de haver projetos/problemas comuns, não são postos para discussão conjunta	Sim:68,5	Há poucos projetos/problemas comuns	Sim:16,9	Porque são duas regiões administrativas diferentes	Sim:18,3	Não há problemas comuns	Sim:0,5	Não há articulação entre a sociedade civil	Sim:41,8	Por casualidade	Sim:5,2	Não há articulação entre as entidades públicas	Sim:40,8																																																
	Apesar de haver projetos/problemas comuns, não são postos para discussão conjunta	Sim:68,5	Há poucos projetos/problemas comuns	Sim:16,9																																																											
	Porque são duas regiões administrativas diferentes	Sim:18,3	Não há problemas comuns	Sim:0,5																																																											
	Não há articulação entre a sociedade civil	Sim:41,8	Por casualidade	Sim:5,2																																																											
	Não há articulação entre as entidades públicas	Sim:40,8																																																													
	“Uma estratégia de desenvolvimento comum para o Baixo Guadiana” e a “ sustentabilidade dos recursos do território”, os aspetos que os inquiridos referem como os dois fatores que mais poderiam ser fortalecidos com um envolvimento e participação conjunta.																																																														
	Quando os atores locais participam, os inquiridos entendem que:																																																														
	<table><tr><th rowspan="2">QUESTÕES</th><th colspan="7">NÍVEIS</th></tr><tr><th>Nível 1</th><th>Nível 2</th><th>Nível + 2 Fraco</th><th>Nível 3 Médio</th><th>Nível 4</th><th>Nível 5</th><th>Nível 4 + 5 Forte</th></tr><tr><td>Os atores locais assumem mais protagonismo?</td><td>3,7</td><td>12,0</td><td>15,7</td><td>31,5</td><td>37,9</td><td>14,9</td><td>52,8</td></tr><tr><td>O crescimento económico é mais rápido?</td><td>3,2</td><td>17,2</td><td>20,4</td><td>38,3</td><td>31,6</td><td>9,7</td><td>41,3</td></tr><tr><td>São menores as oportunidades de comportamentos oportunistas e de corrupção?</td><td>3,3</td><td>11,1</td><td>14,4</td><td>31,4</td><td>36,3</td><td>17,9</td><td>54,2</td></tr><tr><td>Proporcionam mais lideranças locais?</td><td>1,9</td><td>9,2</td><td>11,1</td><td>38,8</td><td>38,5</td><td>11,7</td><td>50,1</td></tr><tr><td>Geram mais iniciativas locais?</td><td>1,1</td><td>4,8</td><td>5,9</td><td>24,4</td><td>47,2</td><td>22,5</td><td>69,7</td></tr><tr><td>Tendem a aumentar uma cultura de participação</td><td>1,3</td><td>5,6</td><td>6,9</td><td>20,2</td><td>42,1</td><td>30,8</td><td>72,9</td></tr></table>	QUESTÕES	NÍVEIS							Nível 1	Nível 2	Nível + 2 Fraco	Nível 3 Médio	Nível 4	Nível 5	Nível 4 + 5 Forte	Os atores locais assumem mais protagonismo?	3,7	12,0	15,7	31,5	37,9	14,9	52,8	O crescimento económico é mais rápido?	3,2	17,2	20,4	38,3	31,6	9,7	41,3	São menores as oportunidades de comportamentos oportunistas e de corrupção?	3,3	11,1	14,4	31,4	36,3	17,9	54,2	Proporcionam mais lideranças locais?	1,9	9,2	11,1	38,8	38,5	11,7	50,1	Geram mais iniciativas locais?	1,1	4,8	5,9	24,4	47,2	22,5	69,7	Tendem a aumentar uma cultura de participação	1,3	5,6	6,9	20,2	42,1	30,8
QUESTÕES	NÍVEIS																																																														
	Nível 1	Nível 2	Nível + 2 Fraco	Nível 3 Médio	Nível 4	Nível 5	Nível 4 + 5 Forte																																																								
Os atores locais assumem mais protagonismo?	3,7	12,0	15,7	31,5	37,9	14,9	52,8																																																								
O crescimento económico é mais rápido?	3,2	17,2	20,4	38,3	31,6	9,7	41,3																																																								
São menores as oportunidades de comportamentos oportunistas e de corrupção?	3,3	11,1	14,4	31,4	36,3	17,9	54,2																																																								
Proporcionam mais lideranças locais?	1,9	9,2	11,1	38,8	38,5	11,7	50,1																																																								
Geram mais iniciativas locais?	1,1	4,8	5,9	24,4	47,2	22,5	69,7																																																								
Tendem a aumentar uma cultura de participação	1,3	5,6	6,9	20,2	42,1	30,8	72,9																																																								

	<table><tr><td>pública no território?</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Fortalecem a sociedade civil?</td><td>0,5</td><td>7,7</td><td>8,2</td><td>20,7</td><td>40,4</td><td>30,6</td><td>71,1</td><td></td></tr><tr><td>Garantem uma maior sustentabilidade dos recursos?</td><td>1,1</td><td>7,2</td><td>8,3</td><td>30,9</td><td>41,3</td><td>19,5</td><td>60,8</td><td></td></tr><tr><td>Os processos e as decisões tendem a ser mais morosos?</td><td>9,7</td><td>26,7</td><td>36,4</td><td>36,7</td><td>19,4</td><td>7,5</td><td>26,9</td><td></td></tr></table>	pública no território?									Fortalecem a sociedade civil?	0,5	7,7	8,2	20,7	40,4	30,6	71,1		Garantem uma maior sustentabilidade dos recursos?	1,1	7,2	8,3	30,9	41,3	19,5	60,8		Os processos e as decisões tendem a ser mais morosos?	9,7	26,7	36,4	36,7	19,4	7,5	26,9	
pública no território?																																					
Fortalecem a sociedade civil?	0,5	7,7	8,2	20,7	40,4	30,6	71,1																														
Garantem uma maior sustentabilidade dos recursos?	1,1	7,2	8,3	30,9	41,3	19,5	60,8																														
Os processos e as decisões tendem a ser mais morosos?	9,7	26,7	36,4	36,7	19,4	7,5	26,9																														
	9.4 Identifique se os seguintes fatores/atributos estão presentes no território: (Veja-se que na “Ética” os valores se assemelham aos valores da questão 4.1.1) <table><tr><td>Fatores</td><td>Sim</td><td>Não</td></tr><tr><td>Confiança entre as pessoas da comunidade</td><td>32,1</td><td>67,9</td></tr><tr><td>Criatividade de iniciativas que ocorrem</td><td>47,2</td><td>52,8</td></tr><tr><td>Fortes lideranças locais</td><td>39,8</td><td>60,2</td></tr><tr><td>Ética e boas práticas na governança local</td><td>40,1</td><td>59,9</td></tr><tr><td>Boa qualidade de vida</td><td>58,0</td><td>42,0</td></tr><tr><td>Sustentabilidade (futuro) no processo de desenvolvimento</td><td>39,8</td><td>60,2</td></tr><tr><td>Transparência na gestão do território</td><td>34,9</td><td>65,1</td></tr><tr><td>Inovação nos projetos dinamizados</td><td>48,4</td><td>51,6</td></tr><tr><td>Ligação emocional com o território.</td><td>74,7</td><td>25,3</td></tr><tr><td>Ânimo para lutar pelo desenvolvimento do território</td><td>57,4</td><td>42,6</td></tr></table>	Fatores	Sim	Não	Confiança entre as pessoas da comunidade	32,1	67,9	Criatividade de iniciativas que ocorrem	47,2	52,8	Fortes lideranças locais	39,8	60,2	Ética e boas práticas na governança local	40,1	59,9	Boa qualidade de vida	58,0	42,0	Sustentabilidade (futuro) no processo de desenvolvimento	39,8	60,2	Transparência na gestão do território	34,9	65,1	Inovação nos projetos dinamizados	48,4	51,6	Ligação emocional com o território.	74,7	25,3	Ânimo para lutar pelo desenvolvimento do território	57,4	42,6			
Fatores	Sim	Não																																			
Confiança entre as pessoas da comunidade	32,1	67,9																																			
Criatividade de iniciativas que ocorrem	47,2	52,8																																			
Fortes lideranças locais	39,8	60,2																																			
Ética e boas práticas na governança local	40,1	59,9																																			
Boa qualidade de vida	58,0	42,0																																			
Sustentabilidade (futuro) no processo de desenvolvimento	39,8	60,2																																			
Transparência na gestão do território	34,9	65,1																																			
Inovação nos projetos dinamizados	48,4	51,6																																			
Ligação emocional com o território.	74,7	25,3																																			
Ânimo para lutar pelo desenvolvimento do território	57,4	42,6																																			
Técnicos/Empresários	“Os níveis de participação são tão baixos (...)” “tem que haver mais participação.” “Porque está interiorizado que as ideias têm de vir de cima. Valoriza-se por vezes mais quem diz e menos o que a pessoa diz. As pessoas do território não são ouvidas. Só se ouvem os doutores., só o que vem de cima. ““O que se está a observar é o contrário. Primeiro fazem-se os projetos (o desenvolvimento) e depois é que há a participação.” “ (...) A PP é dos interesses privados que gerem o coletivo. Se as coisas interferirem na minha vida vou participar. (...) Existe PP frágil. ”“Não há participação pública.” “Há pouca PP em relação aos recursos. É um facto.” “Falsas democracias que se vivem no BG! Quando a maior parte da população está empregada no estado não há participação. A população só serve para legitimar, depois de legitimado já não interessa. Quando o estado é o maior empregador, a população não participa, porque depende da entidade pública! Tem medo de represálias! ““PP não existe!” “As opiniões das pessoas não são tidos em conta! A sua opinião não se vai refletir em nada.” “A estrutura administrativa pouco flexível, rígida, não ajuda à participação. E no BG é muito rígida.” [Refere-se às relações entre os atores] “Os que participam são os que precisam, ou mais ativos, empresários, agentes, porque têm interesses.” “Nas empresas, quando se quer uma tomada de decisão, faz-se um estudo de mercado. Aqui nas câmaras, quando se decide qualquer coisa, é só as mentes iluminadas não se questionam os empresários. Concordo com um gabinete em que as pessoas possam lá ir.” “Por parte das entidades públicas, faz falta de uma palavra das instituições, um carinho. Mas até nas associações se perdeu. Criavam incentivo. As empresas sentiam-se queridas pelo poder, mas ninguém aparece!”“Aqui só pelo empresário ser de uma cor política diferente, faz-se perseguição.” “As câmaras municipais estão fechadas para os empresários. Enquanto empresários somos tratados como qualquer outro. Nos orçamentos, o critério é sempre o custo e quando o custo é igual a um exterior, é adjudicado ao exterior ao concelho. Não se potencia a criação dessa resposta, que é a criação de empresas” “As pessoas são penalizadas pela participação e afastam-se. Temos de acabar com as mentes iluminadas que vêm com ideias megalómanas, porque temos noção das limitações que a região tem. Precisamos que as coisas sejam objetivas.”																																				
Presidentes de Câmara	Há um histórico de capelinhas em Portugal! A capelinha do Ministério da Educação; a capelinha do Ministério da Saúde; a capelinha da câmara de Alcoutim; a capelinha da câmara de Mértola...” [Refere à pouca articulação entre os agentes]“Tenho estimulado a criação de associações, de clubes, é importante que haja associações para dinamizar. Não faz sentido que seja a câmara a impingir cultura a uma localidade. Por vezes temos de confrontar as pessoas com o desenvolvimento doutras localidades vizinhas, com vista a estimular-las a envolverem-se, promovendo algumas dinâmicas nas suas aldeias.”“Não participamos de um modo egoísta																																				

	e depois atiramos a culpa e a responsabilidade para cima dos outros.” “(…) Eu acho que se poderia articular mais vezes de uma forma mais organizada e mais estruturada as principais reivindicações, e aí, com certeza que sim, poderia aumentar o desenvolvimento, ou a rapidez do desenvolvimento do território do BG, a própria navegabilidade(…) As Câmaras não articularem de forma mais intensa, de alguma forma prejudica o processo de desenvolvimento do BG. Mas há as questões administrativas, burocráticas, que bloqueiam. (…)” “Se houvesse mais articulação (…) as parcerias são todas frágeis, desconfiadas, muito institucionais, muito formais, sempre com muita reserva” “Mas eu acho que entre as Juntas e a Câmara há! (…) Entre os vários parceiros do BG também acaba por haver, pelo menos aqui no que toca à questão do BG, eu acho até que tem havido alguma colaboração, tem sido feito algum trabalho, as entidades grande parte delas têm participado nas reuniões, têm participado na estratégia, têm podido dar a sua opinião, no que toca ao geral do BG. Em situações mais específicas, especialmente não...poderia haver mais articulação. Se calhar não há tanta quanto devia, mas no que toca às 4 Câmaras, no que toca principalmente à Câmara de Mértola há uma articulação nossa sempre com as outras 3 Câmaras, sempre que há um objetivo comum nós conversamos, como fiz há pouco tempo por causa da caça com o Presidente de Alcoutim” “Na nossa região não se vê muito isso, mas penso que podia surgir...enfim... grupos de cidadãos, uma comissão de moradores ou de utentes do Centro de saúde, que são grupos que se podem organizar”. “O cidadão comum não se preocupa com isso desde que haja emprego!”[Refere-se ao envolvimento das comunidades na gestão dos recursos]“Sim, tem razão, não participam muito[os cidadãos] (….)Acho que a própria Associação Odiana tem que ter uma agenda mais dinâmica e mais ao encontro daquilo que são os temas que aqui se passam! “[Refere-se ao envolvimento na gestão dos recursos e seu impacto]“Não, penso que de uma forma geral as pessoas participam muito pouco também nesta questão dos recursos. Não há muito essa participação, infelizmente não temos essa cultura e é pena que não tenhamos essa cultura”. “Eu acho que há pouca participação, acho que devia haver mais.” [Refere-se à participação da comunidade]
Atores chave	“Por vezes há uma consciência local importante, ativa, interventiva, ...” “Mas creio que de uma maneira geral, esta dificuldade de captar as pessoas para uma participação continuada é sempre difícil. Em todos os lados há sempre um conjunto de pessoas que se distinguem por serem ativistas. Depois há sempre um grande número, muito maior que vai atrás, quando vai...fica em casa, apoia sentimentalmente mas não vai às reuniões porque tem outras preocupações.” “Eu conheço um bocado bem o Norte, e conheço o Norte de dentro de uma atividade mobilizadora de carácter partidário, mas também com uma outra visão. Depende das questões! É uma gente muito aguerrida mas, muitas vezes aquilo é uma explosão momentânea que na continuação se vai esbatendo. Não é por acaso, que se olhar para o país, e se for ver o saneamento básico, eletrificação, acessibilidades, etc., o Sul está muito mais adiantado que o Norte. Essa capacidade de reivindicação depois não se traduz nestas grandes conquistas civilizacionais (…) Ali também há uma força muito mobilizadora que aqui não há! É a igreja!” “As pessoas acobardam-se um bocado quando lhes pedem para fazer PP” A PP neste território é a normal.” “Há um grande afastamento, mas não só no BG. (…) Neste território só VRSA demonstra ter menos “vergonha” na questão dos empresários, pela simples razão de ser do litoral e pela questão da construção. Nos outros concelhos não acho que haja qualquer relacionamento.” [Refere-se às relações entre os empresários e os municípios] “Os empresários não se aproximam muito e os presidentes de câmara, veem quase sempre as

	associações empresariais como um contra poder. Não percebem que eles devem se parceiros. É uma questão cultural”. “Devemos entender que o dinheiro no mundo empresarial é fundamental! Os municípios dizem estar sempre prontos para ajudar, mas depois ajudam os empresários que vêm de outro país e os que estão ao seu lado nem olham para eles! Temos sempre uma visão que os nossos empresários são “os maus da fita”! Não há respeito suficiente. Cria-se logo uma barreira que só com uma nova cultura pode fazer as coisas andar. Também não sei se os empresários depois, não entenderão que participar não é governar.” “Existiram em épocas antigas, em épocas, há sempre certos momentos de tensão, onde se juntam, onde se reorganizam, onde se juntam forças, embora depois tudo passa, caia outra vez no num “ram ram” de todos os dias” “O problema é este: cada entidade está praticamente a trabalhar para si e há pouca partilha de informação. As parcerias são muito frágeis ou são muitas vezes parcerias impostas com o objetivo de um projeto territorial, de um projeto sectorial muito específico, não há uma lógica territorial de envolver desde o princípio até a longo de um percurso que se pretenda que seja continuado. Há pouco trabalho em conjunto.” “Por exemplo em Mértola já aconteceu. E noutros processos... noutras décadas, exatamente porque houve gente interessante e interessada que se juntou com base no projeto que tinha características para ser considerado projeto território e que criaram formas de partilhar trabalho, informações para o interesse comum” “(…) e nalguns casos até com algum trabalho meritório do mesmo pontualmente com algumas referencias.” [Refere-se às parcerias] “Eu penso que para esta área do Baixo Guadiana foi muito importante um primeiro trabalho que foi realizado no começo dos anos noventa, com um certo impulso da associação in loco com o Leader do Algarve que criou condições para ligar o Baixo Guadiana navegável e a ribeira do Vascão e a serra do Caldeirão e criou-se um pequenina dinâmica, mas que foi interessante e que deu origem a uma série de outras parcerias, outras associações e que, outra coisa muito importante: esta entidade que estava sediada na altura em Faro, no litoral do Algarve, ao criar sinergias neste território, ou ao ajudar a criar sinergias neste território soube também retirar-se para deixar os processos serem desenvolvidos ao nível local. Agora, talvez se pudessem ter reforçado alguns dos trabalhos, algumas das parcerias que não ficaram para aquilo que, penso eu, deveria ser o caminho ideal. Mas penso que as melhores parcerias eram ao nível das ONG’s e pontualmente também ao nível das câmaras municipais houve algum trabalho mas quase todos eles foram estimulados pelo aparecimento de instrumentos financeiros que obrigaram a estas entidades a terem de se juntar. O problema era este. Não havia uma estratégia antes do aparecimento daquilo que poderia concretizar, ou dar sequencia aos projetos das câmaras municipais. “ “(…)agora ainda não há estratégia conjunta para este território mas, está a haver um conjunto de iniciativas, que muitas vezes até são feitas ao contrario, mas ainda bem que estão a ser feitas, os projetos que estão a ser desenvolvidos, quase todos eles trazem, são obrigados a ter uma componente de estratégia e outra de obrigar a que haja participação e a que haja difusão dos resultados. Estes processos estão obviamente a criar fóruns, pontos de encontro entre entidades, pessoas, que vão trabalhando naquilo que é a necessidade de se criar um estratégia para estes territórios.” “Poderia ser muito melhor! Eu acho que é fraca e relativamente ou outros períodos de referência, anos noventa e princípios da década 2000, com esta situação não evoluiu. Eu diria mesmo que regrediu.” [Refere-se à existência de PP]

SUB TEMA DINÂMICAS

Sub Tema	Categorias / Sub Categorias
Dinâmicas	Estímulos e limitações
	Proximidade e Informação
	Eficácia
	Ambientes e Espaços
	Políticas Públicas
	Cultura de Cidadania

Tabela 8.3.2.2

Opinião das Comunidade (sustentada no questionário)

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Estímulos e limitações	De uma forma geral o nível de participação pública neste território é considerado muito fraco pelos inquiridos. Limitações à participação pública por ordem decrescente: os projetos de desenvolvimento estarem muito condicionados aos atos eleitorais, fraca cultura participativa, dificuldades de acesso à informação e a pressão de grupos, pessoas ou organizações (conflito de interesses). A elevada população idosa, baixo acesso à informação e frágil dinamismo empresarial são também os indicadores mais referidos como limitativos da participação pública Em termos de mobilização para a participação neste território, os inquiridos atribuem maior importância aos seguintes fatores “Sentir sustentabilidade (futuro) no processo de desenvolvimento”, “Ter acesso ao máximo de informação” e “Confiança generalizada entre as pessoas”. A proximidade e a utilidade dos assuntos são igualmente tidos como elementos mais motivadores para a participação pública. Fortes possibilidades de informação, consulta e participação ativa do cidadão nas questões de interesse coletivo, bem como As formas de governança, baseadas em parcerias e organizadas em rede que favoreçam o estabelecimento de entendimentos e a criação de ambientes de confiança representam para mais de 70% dos inquiridos, meios facilitadores da participação pública em processos de desenvolvimento local.
Proximidade e Informação	O acesso à informação e A dificuldade de acesso traduz-se em pouca informação sendo esta salientada fator que influencia a participação pública verificando-se assim uma forte debilidade em termos de capacitação para intervir.. A proximidade e a utilidade dos assuntos são também fatores apontados como mais motivadores para a participação, fatores que muitas vezes não se verificam.
Eficácia	Os inquiridos consideram que, se o território tivesse parcerias mais robustas o território teria ganhos nas seguintes áreas e com estes níveis: desenvolvimento local mais acentuado, respostas mais eficazes para os problemas, crescimento na área do turismo, mais participação pública e maior coesão territorial.
Ambientes e Espaços	“Confiança generalizada”, “comportamentos e atitudes entre e dentro das organizações” e as “dinâmicas associativas”, são considerados fatores importantes para a participação pública. “Espaços privados - associações e nas juntas de freguesia”, são os considerados mais eficazes para a participação pública. Os menos são os espaços políticos e da administração central. “Criatividade e Inovação”, bem como “sentir ligação emocional com o território” são apontadas como fortemente mobilizadoras para a participação pública.
Políticas Públicas	Políticas públicas mais adequadas ao território são apontadas como os fatores mais importantes para a capacitação dos atores locais. Os processos de desenvolvimento sustentável estimulam/convidam à participação pública é um

	aspeto muito reforçado pelos inquiridos.
Cultura de Cidadania	Dois terços sentem-se capacitados para se envolver em ações de participação pública, embora participem pouco. Maior envolvimento com e no território contribuiria para maior capacitação para participar

Opinião dos Técnicos e Empresários

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Estímulos e limitações	Falta visão para o desenvolvimento conjunta que motive a participação. E faltam lideranças locais impulsionadoras. Que saibam ganhar legitimidade pela participação e ação conjunta. É preciso criar pontes, consensos e promover e aceitar a diversidade. Saber incluir de forma ativa os atores locais. A participação tem a ver com atitudes dos que participam e dos que deixam ou promovem a participação. É preciso valorizá-la e dar-lhe importância. Criar ambientes facilitadores, mais flexíveis. Baixa densidade não ajuda. Por isso é importante valorizar a opinião das pessoas, para estimular a participação. Se as pessoas se sentissem mais envolvidas, aproximavam-se mais, participavam mais.
Proximidade e Informação	A proximidade e o interesse dos assuntos para os indivíduos facilitam e motivam a participação pública. A forma como o território é gerido não propicia a participação e menos ainda a participação coletiva. Por vezes valoriza-se mais a forma que o conteúdo No caso dos recursos, quando geram interesse, por exemplo no turismo, então há alguma participação. O turismo tem provocado algum debate e participação. Nas Juntas de freguesia participa-se mais. Precisamente porque há maior proximidade. A distância é de facto uma barreira à participação. Casos de sucesso de empreendedorismo, podem mobilizar e incentivar a participação pública. O caso por exemplo: das ervas aromáticas.
Eficácia	É pouco eficaz fazerem-se primeiro os projetos e só depois tentar que as pessoas participem. Este modelo não propicia uma maior participação no território. Não há fazedores de opinião nem líderes. Há menos líderes naturais. Esses líderes e fazedores de opinião poderiam criar estímulos à participação pública. O sistema político não estimula a PP/Não é eficaz no estímulo à PP. Existe alguma participação pública mas, não é suficiente e nem a melhor. Há rotinas fazem com que as pessoas se afastem. Os processos são morosos, as pessoas desistem, vão-se embora. Muito burocráticos Mas também é preciso saber se as pessoas querem ou não participar.
Ambientes e Espaços	Há pouca participação e está submetida a certos momentos e que pouco vai alterar os processos. Podem existir interesses mas tem que ser transparentes. (ambiente em que é feita a PP). Não interessa aos poderes que haja muita PP. Inconscientemente ou conscientemente isso existe. E há algum receio de participar, principalmente de quem é funcionário público. As pessoas sentem que as suas opiniões são pouco valorizadas. As pessoas são penalizadas pela participação e afastam-se. Cultura do presidencialismo, em que os diretores, os administradores, é que sabem. Isso afasta as pessoas porque eles é que sabem.

	Não há mecanismos de participação. Tudo se passa numa lógica de: nós dizemos, vocês ouvem. É uma perspectiva muito redutora. Não há envolvimento, não há discussão. A população portuguesa ainda não tem a noção de espaço público. A democracia é cada vez mais virtual e não há locais para a participação. Apenas aqueles que estão perto das instituições são ouvidos. De resto, as pessoas já não são ouvidas. Ninguém pergunta nada. Para as pessoas se envolverem tem que haver condições e espaços para se envolverem. E criar eventos participativos.
Políticas Públicas	Se as entidades públicas reconhecerem a homogeneidade do BG pode contribuir para a participação em assuntos mais amplos, que digam respeito a todo o território. Estruturas administrativas pouco flexíveis, rígidas, não ajudam à participação. E no BG são muito rígidas. É um problema das democracias participativas. As políticas públicas para a participação quase só se limitam à participação por consulta, para legitimar. Há sempre condicionalismos culturais e governativos que são difíceis de alterar. Levará muito tempo neste território até que se consiga ter maior participação das comunidades. Para as pessoas se envolverem tem que haver condições para se envolverem.
Cultura de Cidadania	Falta cultura de participação, falta de hábito. As pessoas desvalorizam a sua própria opinião, acham que não sabem. Não há PP por uma questão de formação. Tem de passar por sensibilização e as escolas têm um papel importante. As gerações vindouras têm de ter outro tipo de ensino que as ensinem a participar, a intervir e que isso é importante para o seu dia-a-dia. Enquanto não for feita educação para a ética, o envolvimento dos cidadãos é estrangulado. Ter governantes mais competentes ao nível da gestão de conflitos e de negociação traria mais capacidade para criar ambientes mais favoráveis à participação. Há a cultura de individualismo, falta de sensibilidade, às populações e políticos. As pessoas olham muito para elas próprias. Isso verifica-se ao nível dos políticos e das pessoas. Há falta de sentido crítico na região, acomodamo-nos.

Opinião dos Presidentes de Câmara

Categorias / Sub Categorias	
Estímulos e limitações	Participam quando lhes diz diretamente respeito, quando assim não é, não se interessam. As pessoas acomodam-se muito. Não Vêm a participação como importante para o benéfico para o coletivo e portanto, também para si. Acham que as entidades não se interessam pela sua opinião, mas é ao contrário, interessam-lhes ouvir e saber o que pensam. Devia haver mecanismos, formas inovadoras que levassem as pessoas a participar, que sentissem que deviam participar.
Proximidade e Informação	As Câmaras devem estar recetivas á colaboração e envolvimento dos munícipes. Tem de os ouvir. E quando a PP não acontece pelos munícipes, a câmara tem o dever de a promover. Por vezes não há informação suficiente e isso não contribui para a participação. Os indivíduos, hoje, têm tendência a participar pouco, a só se envolver quando os assuntos lhe dizem diretamente respeito, se for um tema do seu interesse ou da sua atividade. A participação não é encarada como uma forma de contribuir, mas sim como se não contassem, como seja só para estar presentes.
Eficácia	Quando há iniciativas em prol coletivo as pessoas participam um pouco. A qualidade da participação pública tem de se fazer com qualidade da nossa parte perante os participantes, perante quem a promove. Isto obriga a nós sermos honestos e despirmos aqui de qualquer tipo de pruridos ideológicos na participação pública. E temos de ter agenda para essa participação. As pessoas só participam quando, de um modo muito claro, existe um nexo causal muito intenso entre o seu interesse pessoal e a questão que está em discussão. Doutra modo não. Notamos alguma participação mas poderia haver muito mais. E sobretudo devia haver mais

	participação daquelas pessoas que têm poder de decisão. Sobretudo os organismos regionais e centrais deviam envolver-se mais, abrir-se mais à participação e participarem nas estratégias locais.
Ambientes e Espaços	As Câmaras deviam incentivar criando espaços e ambientes de participação. Por vezes, é a própria participação pública que implementamos, que enferma o processo de participação pública, quando introduzimos conceitos ideológicos. Muitas vezes temos de ir buscar as pessoas a casa para participarem. Outras vezes estão completamente inibidas e é difícil estimular-las à participação efetiva. A escola deve ter um papel importante mas também depende sempre dos professores, se forem também interessados, promovem-na. Se não, nada se faz.
Políticas Públicas	É preciso uma agenda de preocupações. Com os assuntos que verdadeiramente interessam ao território no seu conjunto, que interessem em termos de políticas de desenvolvimento. Não para condicionar, mas para que a participação seja mais eficaz no BG. Deviam ser as câmaras a dinamizar essa agenda. Com certeza que sim. Mas só que a Câmara tem uma escala municipal. A formatação da participação, muito formal, muito técnica, acentua essa inibição das pessoas participarem. Mesmo naqueles casos em que há laivos de participação pública, é por força do quadro formal ou por força das leis, das normas existentes, é porque essa formalidade de ter que ser cumprida obrigatoriamente
Cultura de Cidadania	Há uma certa passividade nestes territórios, que é característica do sul, relativamente à participação pública. É acima de tudo é um problema cultural e de questão de educação. E há poucas pessoas e menos ainda capacitadas para se envolverem, para estarem por dentro dos assuntos e, portanto participarem. E as que há, muitas vezes não se querem envolver. Há um problema dum estímulo que deveria de existir desde sempre, desde a escola, desde os bancos do 1º ciclo e que não existe. De facto nós temos que preparar as pessoas A participação pública pode de facto, contribuir para o desenvolvimento dos territórios, no BG seria muito importante ter-mos muitas mais pessoas a opinar, a dar sugestões.

Opinião dos Atores Chave

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Estímulos e limitações	Pessoas numa sala, em fila, com outros em frente, numa secretária, não promove nem estimula a participação, pelo contrário, afasta as pessoas, não lhe dá sentido. As pessoas não conseguem, mesmo que tenham gostado, estado interessadas, não vão intervir, não vão falar, não estão habituadas a isso. Não tem a forma de debate e isso é que era fundamental. A formatação não ajuda a motivar, inibe. Baixa densidade e capacitação frágil. Linguagem muito técnica. Nesse sentido as pessoas são manipuladas, percebem isso e deixam de participar. Questões políticas podem também inibir a participação.
Proximidade e Informação	As autarquias não impedem a participação pública, mas também não encontram ou procuram formas diferentes de motivar as pessoas a participar. Devíamos ter comunidades mais cultas e participativas na relação entre eles e com a sociedade. Os políticos deviam estar mais disponíveis, um outro tipo de disponibilidade. Há fenómenos de pequena dimensão e de proximidade que são sucessos de participação. Porque as pessoas têm a informação do assunto. Há necessidade de estruturas que promovam a PP. Como há pouco trabalho em conjunto, pouca partilha, e isto muitas vezes resulta da falta de confiança, a informação não flui de um lado para o

	outro e portanto não há muita participação. E também depende também de quem está à frente das autarquias. Os autarcas podem ser um elemento que torne os processos de participação pública ineficazes.
Eficácia	Na participação pública há ainda um caminho a descobrir e que vá no caminho correto, no caminho progressista. É importante haver maturidade social suficiente na sociedade para que pudesse haver essa PP porque pode ser um fator de eficácia. Porque por vezes os indivíduos estão a ser manipulados sem saber, pensando que estão a participar. E de uma forma sinistra. E felizes porque pensam que estão a participar. Os processos não estão a ser melhorados, não está a haver uma pro atividade que poderia existir logo desde o início no sentido de convidar os cidadãos, as instituições a participarem naquilo que é a construção de um território, ajudar a construir o desenvolvimento do território E importaria ver também o que acontece nos outros países.
Ambientes e Espaços	Os ambientes influenciam a maior ou menos participação. As pessoas são muito distraídas por outras razões, outros interesses. A população como nunca foi habituada, nunca foram educadas nesse sentido, ou seja, não têm sido criados ambientes em que as pessoas fossem habituadas a participar. Antes havia locais fundamentais de encontro, polos, locais, sítios onde as pessoas se encontravam, e era aí que estava o poder. As mulheres tinham os seus espaços de encontro. Em certos locais; era a fonte por exemplo, outros locais a padaria, certos locais onde se encontravam quase todas, pelo menos as dirigentes de opinião. E aí se falava, se discutia, se sabia informações e se discutiam os acontecimentos do povoado. Os homens tinham os seus espaços próprios, uma certa tasca, um certo café, um certo espaço onde se reuniam todos os dias, ou quase todos os dias, ou pelo menos fortemente ao fim de semana. Isso era um espaço decisivo onde se discutiam os assuntos, onde se debatiam os problemas, onde se decidiam e onde se criavam opiniões. E esses espaços passaram nos tempos modernos por ex., para as sociedades, algumas casas de sítio onde se encontravam, desapareceu a tasca ou o café ou pulverizaram, mas aí já passou a ser uma coisa, mesmo aí, começou a desaparecer. “Era O LOCAL onde todos se encontravam, era um velho hábito, onde tudo ali à volta se discutia.” Há um elemento novo que é a televisão que acabou completamente o convívio, o debate de ideias. A participação tem a ver tudo isso, tem a ver com esses locais decisivos de encontro onde se fala, onde se discute As escolas podem desenvolver políticas e práticas que estimulem os hábitos de participação. Mas a escola intimida a participação porque restringe, não incentiva o coletivo, não motiva para se participe, que participe numa ação. O participar numa ação é aquilo que acontecia, por exemplo, no mundo agrícola...estar a trabalhar em conjunto...ao lado, ao lado! Cantar! Jogar! Fazer o simples jogar da malha! Fazer as coisas coletivas, o jogo coletivo, isto é participar e isso é que criava ambientes de participação. A participação pública só influencia um pouco e é em tomadas de decisão menores.
Políticas Públicas	As respostas negativas dos centros de decisão centrais, regionais e locais, acabam por lançar um certo desencanto, um certo desinteresse para que as pessoas se sintam motivadas para participar. Depende muito de quem está à frente, de quem governa, por exemplo nas autarquias isso é muito visível. São muitas vezes as OSCs que dão exemplos aos órgãos autárquicos. A participação influencia muito pouco porque é feita de uma forma em que as conclusões já estão tomadas antes dela acontecer. Muitas vezes os políticos apelam à participação mas no fundo não a desejam. No BG A forma em si como o território está organizado hoje, não facilita muito esta PP. Os municípios são demasiado fechados em si. Administrativamente não têm muitas hipóteses de articular mais.
Cultura de Cidadania	Começar pela escola. Ensinar às pessoas o que é a democracia e o que são as eleições; porque devem votar; porque se deve participar. Começar com os mais novos, envolve-los nestas

	questões. Também passa por toda uma aprendizagem. Não há cultura de PP em Portugal.”. É uma questão cultural a nível nacional, a população como nunca foi habituada que as coisas que decidem fossem tomadas em conta, nunca foram educadas nesse sentido, para participarem. E isso é fundamental; maturidade suficiente na sociedade para que possa haver essa. Os processos de participação têm de ser acompanhados com educação, informação, investigação e desenvolvimento. Assim as pessoas tendem a ser muito menos manipulada por indivíduos que têm outros interesses completamente distintos da defesa dos interesses públicos, do bem comum e passa ela própria a compreender a importância da participação.

SÍNTESE SUB TEMA: DINÂMICAS

Categorias / Sub Categorias Informantes	Estímulos e limitações	Proximidade e Informação	Eficácia	Ambientes e Espaços	Políticas Públicas	Cultura de Cidadania
Comunidade	PP muito fraca. Limitações: Condicionamento eleitoral, fraca cultura participativa, dificuldades de acesso à informação, população idosa, frágil dinamismo empresarial e pressões (conflito de interesses). Mobilização para a participação se houver sustentabilidade, acesso à informação, confiança generalizada, proximidade e utilidade. Informação, consulta, participação, formas de governança, baseadas em parcerias e organizadas em rede criam entendimentos e ambientes de confiança e são facilitadores da participação.	Dificuldade de acesso à informação traduz-se em pouca informação sendo fator que influencia a participação pública. Forte debilidade em de capacitação para intervir. A proximidade e a utilidade dos assuntos são motivadores para a participação, mas muitas vezes não se verificam.	Parcerias mais robustas o território teria ganhos nas seguintes áreas e com estes níveis: desenvolvimento local mais acentuado, respostas mais eficazes para os problemas, crescimento na área do turismo, mais participação pública e maior coesão territorial.	Confiança comportamentos e atitudes entre e dentro das organizações e dinâmicas associativas, fatores importantes para a PP, tal como os espaços privados - associações e nas juntas de freguesia, são os s mais eficazes. Os menos são os espaços políticos e da administração central. Criatividade e Inovação, bem como “sentir ligação emocional com o território apontadas como fortemente mobilizadores para a PP.	Políticas públicas mais adequadas ao território são apontadas como os fatores mais importantes para a capacitação dos atores locais. Os processos de desenvolvimento sustentável estimulam e convidam à participação pública.	Dois terços sentem-se capacitados para se envolver em ações de participação pública, embora participem pouco. Maior envolvimento com e no território contribuiria para maior capacitação para participar
Técnicos/Empresários	Falta visão para o desenvolvimento conjunto que motive a participação. Faltam lideranças locais impulsionadoras que legitimem a participação e ação conjunta. É preciso criar pontes, consensos e promover e aceitar a diversidade. Saber incluir de forma ativa os atores locais. Participação enquanto atitude. É preciso valorizar e dar importância. Criar ambientes facilitadores, flexíveis. Baixa densidade não ajuda. Mais envolvidas, aproximavam-se e participam mais.	Proximidade e o interesse dos assuntos facilitam e motivam a pp. Forma de gestão do território não propicia a participação e coletiva. Valoriza-se mais a forma que o conteúdo Os recursos e o turismo têm provocado debate e participação. Nas Juntas de freguesia participa-se mais porque há maior proximidade. A distância é uma barreira à participação.	Pouco eficaz fazerem-se primeiro os projetos e só depois tentar a participação. Este modelo não propicia participação no território. Não há fazedores de opinião nem líderes naturais que poderiam criar estímulos à pp. sistema político não estimula nem é eficaz. Rotinas, processos morosos e burocráticos afastam as pessoas. É preciso saber se as pessoas querem ou não participar.	Pouca participação e submetida a certos momentos e que pouco vai alterar os processos. Interesses têm que ser transparentes. (ambiente em que é feita a PP). Não interessa aos poderes que haja muita PP. Receio em participar, principalmente de quem é funcionário público. Opiniões são pouco valorizadas. Cultura presidencialista. Mecanismos de participação redutores. Falta envolvimento e discussão. A democracia é cada vez mais virtual e não há locais para a participação. Faltam espaços e eventos participativos.	Reconhecer a homogeneidade do BG contribui para a pp em assuntos que digam respeito a todo o território. Estruturas administrativas pouco flexíveis, rígidas não ajudam à participação. É um problema das democracias participativas. As políticas públicas para a participação quase só se limitam à participação por consulta, para legitimar. Condicionaisismos culturais e governativos que são difíceis de alterar. Tem que haver condições para se envolverem.	Falta hábito e cultura de participação. Desvalorizam a sua própria opinião. Não há PP por uma questão de formação. Falta sensibilização e as escolas têm um papel importante, deve ensinar a participar, a intervir Enquanto não for feita educação para a ética, o envolvimento dos cidadãos é estrangulado. Ter governantes competentes ao nível da gestão de conflitos e de negociação traria mais capacidade para criar ambientes favoráveis à participação. Cultura individualista, falta de sensibilidade e de sentido crítico nas populações e políticos.

Presidentes de Câmara	Participam quando lhes diz diretamente respeito. Acomodam-se muito e não vêm a participação como importante para o benéfico para o coletivo e portanto, também para si. Acham que as entidades não se interessam pela sua opinião, mas é ao contrário, interessam-lhes ouvir e saber o que pensam. Devia haver mecanismos, formas inovadoras que levassem as pessoas a participar, que sentissem que deviam participar.	As Câmaras devem estar recetivas à colaboração e envolvimento dos munícipes. E quando a PP não acontece pelos munícipes, a câmara tem o dever de a promover. Não há informação suficiente Pouca participação a não ser quando os assuntos lhe dizem diretamente respeito. Não é encarada como uma forma de contribuir, mas sim como se não contassem, como só para estar presentes.	Iniciativas em prol coletivo as pessoas participam um pouco. A qualidade da pp depende da qualidade do processo. Falta uma agenda para a pp. Participam quando há nexos causal muito intenso entre o seu interesse e a questão que está em discussão. Alguma participação mas poderia haver muito mais, sobretudo de pessoas e entidades que têm poder de decisão.	Câmaras devem incentivar criando espaços e ambientes de participação. Por vezes, é a própria participação pública que implementamos, que enferma o processo de participação pública, quando introduzimos conceitos ideológicos. Estão inibidas e é difícil estimulá-las à participação efetiva. A escola deve ter um papel importante mas também depende sempre dos professores, se forem também interessados, promovem-na.	É preciso uma agenda de preocupações, de assuntos que interessam ao território no seu conjunto em termos de políticas de desenvolvimento para que a participação seja mais eficaz no BG. Deviam ser as câmaras a dinamizar essa agenda. A formatação formal, muito técnica, acentua a inibição. Participação quase só por força do quadro legal.	Passividade nestes territórios, relativamente à PP. É um problema cultural e de educação. Poucas pessoas e menos ainda capacitadas para se envolverem, para estarem por dentro dos assuntos e, portanto participarem. A escola, deve estimular, preparar as pessoas. PP contribui para o desenvolvimento dos territórios. No BG seria importante ter mais pessoas a opinar, dar sugestões.
Atores chave	Formato tradicional não promove nem estimula a participação. Mesmo interessadas, não vão intervir, não vão falar, não estão habituadas a isso. Não tem a forma de debate e isso é que era fundamental. Baixa densidade e capacitação frágil. Linguagem muito técnica. Nesse sentido as pessoas são manipuladas, percebem isso e deixam de participar. Questões políticas podem também inibir a participação.	As autarquias não impedem a pp, mas também não encontram ou procuram formas diferentes de motivar. Útil comunidades mais cultas e participativas na relação entre eles e com a sociedade. Os políticos deviam ter, um outro tipo de disponibilidade. Com proximidade informação há alguma pp. Necessidade de estruturas que promovam a PP. Pouco trabalho em conjunto, pouca partilha, resulta em falta de confiança, a informação não flui e não há pp. Autarcas podem ser um elemento que torne os processos de participação pública ineficazes.	Há ainda um caminho a descobrir. É importante maturidade social suficiente como fator de eficácia. Pode haver manipulação estão a ser manipulados pensando que estão a participar. Não está a haver uma pro atividade desde o início no sentido de convidar os cidadãos, as instituições a participarem naquilo que é a construção de um território, ajudar a construir o desenvolvimento do território	Ambientes influenciam a maior ou menor participação. Faltam ambientes e hábitos de participação. Desapareceram espaços próprios, específicos, o LOCAL, destes territórios rurais. Elemento novo que é a televisão que acabou o convívio, o debate de ideias. A participação tem a ver com esses locais decisivos de encontro onde se fala, onde se discute. A escola pode desenvolver políticas e práticas que estimulem os hábitos de participação.	Centros de decisão centrais, regionais e locais, desencantam desinteressam as pessoas. Depende muito de quem de quem governa. OSCs que dão exemplos de pp. Participação influencia pouco porque é feita com as conclusões já tomadas antes de acontecer. Políticos apelam à participação mas no fundo não a desejam. No BG a forma como o território está organizado não facilita a PP. Municípios demasiado fechados em si.	Começar pela escola. Ensinar o que é a democracia porque devem participar. Passa por uma População pouco educada para participar. Falta essa maturidade. Os processos de participação têm de ser acompanhados com educação, informação, investigação e desenvolvimento para que não haja manipulação. É preciso compreender a importância da participação.

ANÁLISE VALORATIVA SUB TEMA: DINÂMICAS

Categorias / Sub Categorias Informantes	Estímulos e limitações	Proximidade e Informação	Eficácia	Ambientes e Espaços	Políticas Públicas	Cultura de Cidadania
Comunidade	<u>Estímulos:</u> Sustentabilidade mobiliza a participação Ambientes de confiança: + proximidade + informação + utilidade + consultas + formas de governança, baseadas em parcerias + redes <u>Limitações:</u> PP muito fraca Cultura participativa Acesso à informação Condicionalismo eleitoral População idosa Frágil dinamismo empresarial Conflito de interesses	<u>Negativo:</u> Dificuldade de acesso à informação Forte debilidade em capacitação para intervir Mau aproveitamento da proximidade -> que é um estímulo à participação	<u>Necessidades:</u> Parcerias mais robustas + participação pública Maior coesão territorial. <u>Oportunidades:</u> Respostas mais eficazes aos problemas Crescimento na área do turismo Desenvolvimento local mais acentuado	<u>Estímulos:</u> Participar nas organizações, associações e juntas de freguesia Criatividade Inovação Ligação emocional com o território <u>Limitações:</u> Espaços políticos e da administração central	<u>Necessidades:</u> Políticas públicas mais adequadas ao território + capacitação dos atores locais <u>Oportunidades:</u> Desenvolvimento sustentável estimula participação pública.	<u>Forte:</u> Capacidade de envolvimento em ações de participação pública <u>Fracos:</u> Participação atual <u>Necessidades:</u> + envolvimento -> maior capacitação
Técnicos/ Empresários	<u>Estímulos:</u> Maior envolvimento Criar consensos Promover a diversidade Incluir de forma ativa os atores locais Criar ambientes facilitadores, flexíveis <u>Limitações:</u> Visão para o desenvolvimento conjunto Lideranças locais Legitimação da ação Densidade populacional	<u>Positivo:</u> Proximidade Interesse dos assuntos Recursos e o turismo geram debate + participação nas Juntas de Freguesia <u>Negativo:</u> Modelo de gestão do território não propicia a participação Valoriza-se mais a forma que o conteúdo Distância é uma barreira à participação.	<u>Necessidades:</u> Participação antes dos projetos -> + participação + fazedores de opinião + líderes naturais Quebrar rotinas Diminuir morosidade e burocracia -> aproximar as pessoas <u>Oportunidades:</u> Criar um sistema político que estimula à participação	<u>Limitações:</u> Momentos Eventos Espaços Ambientes Mecanismos de participação e discussão Valorização da opinião Transparência Vontade política Cultura presidencialista Receios profissionais Democracia + virtual	<u>Necessidades:</u> Reconhecer a homogeneidade do BG Abandonar a consulta como única legitimadora Aumentar as formas de envolvimento das pessoas <u>Oportunidades:</u> Flexibilizar a administração Melhorar a democracia participativa Alterar condicionalismos culturais e governativos	<u>Fracos:</u> Cultura de participação Sentido crítico (nas populações e políticos) Formação para a PP (papel da escola na sensibilização à participação) Educação para a ética <u>Forte:</u> Desvalorização da opinião própria Cultura individualista <u>Necessidades:</u> Governantes + competentes em negociação Ambientes + favoráveis à participação

Presidentes de Câmara	<u>Estímulos:</u> Encontrar mecanismos inovadores para dinamizar a participação <u>Limitações:</u> Participação apenas por interesse próprio Acomodação Ignoram o benéfico da PP para o coletivo Visão distorcida sobre a opinião das entidades relativa à sua	<u>Necessidades:</u> As Câmaras devem: - ser recetivas à colaboração e envolvimento dos munícipes - promover a PP - promover a troca de + informação - interessar-se por assuntos que não os seus meramente, participar mais ativamente	<u>Necessidades:</u> Processos com qualidade Agenda para a pp Gerar nexos causais entre interesse privado e coletivo + participação de pessoas/entidades decisoras <u>Oportunidades:</u> Iniciativas em prol do coletivo geram alguma participação	<u>Estímulos:</u> As Câmaras devem: - criar espaços e ambientes de participação efetiva - favorecer a desinibição - colaborar com a escola e professores nesta promoção da PP <u>Limitações:</u> As Câmaras devem: - evitar introduzir conceitos ideológicos	<u>Necessidades:</u> Agenda de preocupações Listagem de assuntos relevantes para o DL Sair do formato tecnocrático na informação <u>Oportunidades:</u> Câmaras dinamizarem a agenda local Melhorar a PP sem ser por imposição legal Melhorar a PP no BG	<u>Forte:</u> Passividade na PP no BG Problema cultural e de educação <u>Fracos:</u> Demografia Capacitação Participação Papel da escola para a PP <u>Oportunidades:</u> A PP contribui para o desenvolvimento do BG + pessoas a dar a sua opinião
Atores chave	<u>Estímulos:</u> Processos novos em formato debate <u>Limitações:</u> Formato tradicional condiciona a participação Pouco hábito a intervir em público Baixa densidade e capacitação frágil. Linguagem técnica Manipulação perceptível Questões políticas	<u>Necessidades:</u> Encontrar formas diferentes de motivar Políticos com + disponibilidade + informação Estruturas que promovam a PP + confiança <u>Oportunidade:</u> Formar comunidades mais cultas e participativas Aumentar o trabalho partilhado Entender o papel dos Autarcas na PP	<u>Necessidades:</u> Aumentar a proatividade dos participantes na construção das políticas para o DL do BG <u>Oportunidade:</u> Novos percursos na PP Fomentar a maturidade social Melhorar a eficácia da PP	<u>Estímulos:</u> Bons ambientes Melhorar o papel da escola para a PP <u>Limitações:</u> Poucos ambientes / espaços próprios Fraco hábito de participação + tempo isolados (tv) /menos comunitarismo	<u>Positivo:</u> OSCs que dão exemplos de PP <u>Negativo:</u> Centros de decisão centrais, regionais e locais Políticos não desejam a PP Conclusões prévias ao debate Organização do território do BG Municípios fechados em si	<u>Necessidades:</u> Ensinar a democracia participativa Descodificar a manipulação <u>Oportunidades:</u> Aumentar a maturidade social Melhorar a investigação nesta área Fazer compreender a importância da participação

EVIDÊNCIAS TEMA: Participação SUB TEMA: Dinâmicas

Categorias / Sub Categorias Informantes	Estímulos e Limitações																																																																																																								
Comunidade Cf questionário	Elevada população idosa, baixo acesso à informação e frágil dinamismo empresarial são os indicadores mais referidos como limitativos da participação pública A proximidade e a utilidade dos assuntos são tidos como elementos mais motivadores para a participação pública. Fortes possibilidades de informação, consulta e participação ativa De uma forma geral o nível de participação pública neste território é considerado muito fraco (92,0%) pelos inquiridos. do cidadão nas questões de interesse coletivo, bem como As formas de governança, baseadas em parcerias e organizadas em rede que favoreçam o estabelecimento de entendimentos e a criação de ambientes de confiança representam para mais de 70% dos inquiridos, meios facilitadores da participação pública em processos de desenvolvimento local. Em termos de mobilização para a participação neste território, os inquiridos atribuem maior importância aos seguintes fatores “Sentir sustentabilidade (futuro) no processo de desenvolvimento “, “Ter acesso ao máximo de informação” e “ Confiança generalizada entre as pessoas”. Limitações à participação pública por ordem decrescente: os projetos de desenvolvimento estarem muito condicionados aos atos eleitorais, fraca cultura participativa, dificuldades de acesso à informação e a pressão de grupos, pessoas ou organizações (conflito de interesses <table><tr><th>FATORES</th><th colspan="7">NÍVEIS</th></tr><tr><th></th><th>Nível 1</th><th>Nível 2</th><th>Nível 1+ 2 Fraco</th><th>Nível 3 Médio</th><th>Nível 4</th><th>Nível 5</th><th>Nível 4 + 5 Forte</th></tr><tr><td>Pressão de grupos, pessoas ou organizações (conflito de interesses)</td><td>4.6</td><td>10.7</td><td>15.3</td><td>27.6</td><td>30.3</td><td>26.8</td><td>57.1</td></tr><tr><td>Dificuldades de acesso à informação</td><td>2.2</td><td>7.5</td><td>9.8</td><td>31.7</td><td>33.9</td><td>24.5</td><td>58.5</td></tr><tr><td>Condições e oportunidades desiguais que se estabelecem entre os vários participantes</td><td>1.1</td><td>9.1</td><td>10.2</td><td>34.7</td><td>37.9</td><td>17.2</td><td>55.1</td></tr><tr><td>Controlo dos processos por parte das entidades proponentes</td><td>1.6</td><td>10.2</td><td>11.8</td><td>36.8</td><td>32.8</td><td>18.5</td><td>51.4</td></tr><tr><td>Os projetos de desenvolvimento estarem muito condicionados aos ciclos eleitorais</td><td>2.4</td><td>5.9</td><td>8.3</td><td>28.3</td><td>27.5</td><td>35.8</td><td>63.4</td></tr><tr><td>Excesso de informações técnicas que permitem manipular os participantes</td><td>2.7</td><td>13.1</td><td>15.8</td><td>35.9</td><td>33.2</td><td>15.0</td><td>48.3</td></tr><tr><td>Questões da legitimidade quando se trata da representação dos interesses coletivos</td><td>4.3</td><td>14.8</td><td>19.1</td><td>43.5</td><td>27.7</td><td>9.7</td><td>37.4</td></tr><tr><td>Os formatos e os mecanismos e processos participativos na tomada de decisão</td><td>1.9</td><td>9.7</td><td>11.6</td><td>43,9</td><td>33,7</td><td>10.8</td><td>44.5</td></tr><tr><td>Baixa densidade populacional</td><td>5.4</td><td>12.9</td><td>18.3</td><td>32.4</td><td>29.8</td><td>19.6</td><td>49.3</td></tr><tr><td>Fraca cultura participativa</td><td>4.3</td><td>8.3</td><td>12.5</td><td>26.5</td><td>28.9</td><td>32.1</td><td>61.0</td></tr><tr><td>Falta de unidade territorial do ponto de vista administrativo</td><td>3.2</td><td>10.7</td><td>13.9</td><td>37.4</td><td>27.5</td><td>21.1</td><td>48.7</td></tr></table>	FATORES	NÍVEIS								Nível 1	Nível 2	Nível 1+ 2 Fraco	Nível 3 Médio	Nível 4	Nível 5	Nível 4 + 5 Forte	Pressão de grupos, pessoas ou organizações (conflito de interesses)	4.6	10.7	15.3	27.6	30.3	26.8	57.1	Dificuldades de acesso à informação	2.2	7.5	9.8	31.7	33.9	24.5	58.5	Condições e oportunidades desiguais que se estabelecem entre os vários participantes	1.1	9.1	10.2	34.7	37.9	17.2	55.1	Controlo dos processos por parte das entidades proponentes	1.6	10.2	11.8	36.8	32.8	18.5	51.4	Os projetos de desenvolvimento estarem muito condicionados aos ciclos eleitorais	2.4	5.9	8.3	28.3	27.5	35.8	63.4	Excesso de informações técnicas que permitem manipular os participantes	2.7	13.1	15.8	35.9	33.2	15.0	48.3	Questões da legitimidade quando se trata da representação dos interesses coletivos	4.3	14.8	19.1	43.5	27.7	9.7	37.4	Os formatos e os mecanismos e processos participativos na tomada de decisão	1.9	9.7	11.6	43,9	33,7	10.8	44.5	Baixa densidade populacional	5.4	12.9	18.3	32.4	29.8	19.6	49.3	Fraca cultura participativa	4.3	8.3	12.5	26.5	28.9	32.1	61.0	Falta de unidade territorial do ponto de vista administrativo	3.2	10.7	13.9	37.4	27.5	21.1	48.7
FATORES	NÍVEIS																																																																																																								
	Nível 1	Nível 2	Nível 1+ 2 Fraco	Nível 3 Médio	Nível 4	Nível 5	Nível 4 + 5 Forte																																																																																																		
Pressão de grupos, pessoas ou organizações (conflito de interesses)	4.6	10.7	15.3	27.6	30.3	26.8	57.1																																																																																																		
Dificuldades de acesso à informação	2.2	7.5	9.8	31.7	33.9	24.5	58.5																																																																																																		
Condições e oportunidades desiguais que se estabelecem entre os vários participantes	1.1	9.1	10.2	34.7	37.9	17.2	55.1																																																																																																		
Controlo dos processos por parte das entidades proponentes	1.6	10.2	11.8	36.8	32.8	18.5	51.4																																																																																																		
Os projetos de desenvolvimento estarem muito condicionados aos ciclos eleitorais	2.4	5.9	8.3	28.3	27.5	35.8	63.4																																																																																																		
Excesso de informações técnicas que permitem manipular os participantes	2.7	13.1	15.8	35.9	33.2	15.0	48.3																																																																																																		
Questões da legitimidade quando se trata da representação dos interesses coletivos	4.3	14.8	19.1	43.5	27.7	9.7	37.4																																																																																																		
Os formatos e os mecanismos e processos participativos na tomada de decisão	1.9	9.7	11.6	43,9	33,7	10.8	44.5																																																																																																		
Baixa densidade populacional	5.4	12.9	18.3	32.4	29.8	19.6	49.3																																																																																																		
Fraca cultura participativa	4.3	8.3	12.5	26.5	28.9	32.1	61.0																																																																																																		
Falta de unidade territorial do ponto de vista administrativo	3.2	10.7	13.9	37.4	27.5	21.1	48.7																																																																																																		
Técnicos/Empresários	“Ausência de visão conjunta para o BG, logo a ação é disfuncional. E há problemas de liderança – quem lidera os territórios estar deve estar preparado para perder poder e ganhar legitimidade. Representar as pessoas. Criar bom ambiente de trabalho, cooperar, partilhar, promover e aceitar a diversidade. Criar pontes e não muros entre as pessoas e entidades. Inclusão ativa dos atores locais. Tem a ver com atitudes. Dinamizar aquilo que é a importância da participação, da partilha, e dinamizar o princípio que é refazer as comunidades que é criar os ambiente para e aceitar as diferenças. “ [Fatores que tornariam a PP mais eficaz]. “Não é considerado importante a PP.” [Refere-se ao facto de que a importância dada à PP cria ambientes facilitadores] “A estrutura administrativa pouco flexível, rígida, não ajuda à participação. E no BG é muito rígida.” “Seremos pouca população não ajuda à PP. Somos poucos e cada vez menos.” “Se as pessoas se sentissem valorizadas talvez se aproximassem mais...” “O poder local vai fazer o que bem entender. O executor faz o que entende e as pessoas acham que não vale a pena. Faz o que 3 ou 4 grupos corporativos entendem. (...)Se for atenuado o poder dos grupos corporativos. [Refere-se ao ambiente que não estimula a PP] “E as pessoas sentem isso q só servem para legitimar mas não as ouvem para gerir. Daí o																																																																																																								

	descrédito e desinteresse das pessoas. Para gerir já não há essa pp. Gerem como entendem.” [Refere-se ao ambiente. Se as pessoas se sentissem mais envolvidas, participavam mais]
Presidentes de Câmara	“As pessoas vêm quando lhes diz diretamente respeito, se vai trazer bens que são importantes para a qualificação das suas habitações, dos seus aglomerados e sinto que só de facto, por exemplo; - quando a sua propriedade pode estar em causa, que vai ser onerada com uma servidão qualquer, vai passar a conduta, ou porque temos que fazer ali uma ETAR, ou uma estação elevatória, é que as pessoas participam. Porque são convidadas a estar, mas se são logo beneficiárias da água e do esgoto, se a propriedade delas não vier a ser afetada com um ónus qualquer, “entram mudos e saem calados”, não dizem nada!” “Eu acho que pode ser em muitos casos por falta de interesse nos temas mas também acho, a minha opinião é que é muito por comodismo. A pessoa está muito voltada para os seus assuntos, para o seu umbigo, mas já se for um tema do seu interesse ou da sua atividade se calhar vai lá, mas se for outro assunto, se calhar já não vai. Porque as pessoas não veem a participação pública como eu estou dizendo. Acham que as entidades estão a organizar alguma coisa, quando eles lá chegam é para contar mais um. E não é nada disso! As pessoas deviam ver que nós estamos a chama-las, porque queremos a opinião delas. E se elas vissem nessa perspetiva, se calhar tinham mais interesse em participar. Eu acho que não participam tanto por comodismo, por falta de interesse nos temas.” “Já que as pessoas não sentem motivação e interesse em participar, eu acho até que deveria haver mecanismos que fossem construídos doutra forma para que as pessoas sentissem que deviam participar
Atores chave	“Não pode! Impossível, impossível! Portanto, cada vez mais esta forma de manipular chamada, de manipular a participação, o participa, o fala. Por exemplo: - uma assembleia, uma assembleia, uma reunião, em que tu juntas 30 pessoas numa sala, em que há depois 4 ou 5 sentados noutras cadeiras, em que há um discurso nítido; ” – Vá! Agora participem! Digam! Falem!” Como é que é possível?” [Refere-se à ineficácia da PP feita quase por obrigação, forçada] “Não se fala. Fala-se sobre o quê? A pessoa não está, mesmo que tenha gostado, estado interessado, não vai intervir, não vai falar, não está habituada a isso. A linguagem não se entende”. [Refere-se à ineficácia da PP porque a pessoa não está habituada a isso]. “(…) há muita coisa que contraria. O facto de serem duas NUTS diferentes; serem CCDR’S diferentes; o facto de ser a Universidade do Algarve por um lado e a Universidade de Évora por outro. Tudo isto acaba, provavelmente por dificultar. Depois as “cores” partidárias diferentes, enquanto que estes municípios são “laranja” o município de Mértola ou foi “vermelho” ou “rosa” e isso pode não ter facilitado, pode não ajudar. Os “laranjas” de Mértola, se há cooperação dizem que estão a ajudar os que estão no poder. E isto que estou a dizer não é tabu! São realidades do país! [Refere-se à forma como os ambientes, influenciam a participação]

EVIDÊNCIAS

SUB TEMA: Dinâmicas

Categorias / Sub Categorias Informantes	Proximidade e Informação
Comunidade	56% dos inquiridos dizem não se sentir informados e que o acesso à informação é o aspeto mais salientado fator que influencia a participação pública. O acesso à informação e a proximidade e a utilidade dos assuntos são os fatores apontados como mais motivadores para a participação. Os inquiridos referem que o que mais contribuiria para se sentirem mais capacitados para participar seria o ter mais informação.

Técnicos/Empresários	“A população junta-se quando há interesses para o território.” [Refere-se ao facto da proximidade com os temas ser potenciador da PP] “Este modelo não propicia uma maior participação no território.” [Refere-se ao facto do atual modelo de gestão não estimular uma aproximação com os cidadãos e portanto isso não estimular a PP] “Só alguns recursos mobilizam para a participação, porque geram interesse. O turismo tem provocado algum debate.” [Refere-se ao facto da proximidade com os temas ser potenciador da PP] “Há falta de proximidade. Não há proximidade! Por experiência própria, há uma diferença clara em que as pessoas participam: nas juntas de freguesia participam mais. Há maior proximidade. Na junta as pessoas participam mais que na câmara. E é verdade que os portugueses valorizam mais a forma que o conteúdo. A distância é de facto uma barreira à participação.” “Os políticos quase sempre não passam por empresas, não sabem o que é arranjar o dinheiro. Não sabem de onde vem o dinheiro. Estão afastados da realidade”. “Casos de sucesso de empreendedorismo, podem mobilizar e incentivar a participação pública. O caso por exemplo: das ervas aromáticas...como as pessoas já viram que é um ótimo recurso, valorizado cada vez mais, mais empresas surgem, mais postos de trabalho. O turismo rural... é outro recurso que tem vindo a ser usado devido ao conhecimento que as pessoas têm. Começam a ver nos outros e encontram perspetivas para a criação de rentabilidade daquilo que muitas vezes já têm, que são as casas”.
Presidentes de Câmara	“A câmara tem de estar recetiva aos pedidos de colaboração dos munícipes, tem de os ouvir. E quando a PP não é feita pelos munícipes, a câmara tem o dever de a promover.” “A câmara vai junto das pessoas ouvir-lhes as opiniões. “ “(…) vamos procurar ter momentos em que nós procuramos a população” “É a falta de informação (...)” [Refere-se ao facto da Informação ser um fator facilitador da Participação] “A pessoa está muito voltada para os seus assuntos, para o seu umbigo, mas já se for um tema do seu interesse ou da sua atividade se calhar vai lá, mas se for outro assunto, se calhar já não vai. Porque as pessoas não vêem a participação pública como eu estou dizendo. Achem que as entidades estão a organizar alguma coisa, quando eles lá chegam é para contar mais um.”
Atores chave	“Eu creio que o nosso poder autárquico favorece a participação pública!” “Deveríamos ter uma sociedade muito mais culta e participativa na relação entre eles e com a sociedade”. (...) “Os políticos têm de estar disponíveis para irem até às escolas.” [Refere-se à maior proximidade que os políticos deviam ter, com a comunidade] “Nós precisamos de um fenómeno de pequena dimensão e de proximidade.” [Refere-se ao facto de que seria útil observar outras experiências de sucesso, em que a proximidade fosse um fator facilitador da PP] “As pessoas que estão no território sentem atração por meios maiores, estão fartas de estarem isoladas e fechadas!” [Refere-se ao facto das pessoas precisarem de modelos de maior proximidade e participação]] “Não há uma estrutura, nunca foi criada nem desenvolvida, nem aproveitada, nem as velhas, nem novas tenham sido criadas que permitam essa passagem de poder, essa sinergia.” [Refere-se à não existência de estruturas que promovam a PP] “Como há pouco trabalho em conjunto, pouca partilha, e isto muitas vezes resulta da falta de confiança, a informação não flui de um lado para o outro.” “É muito diversa a situação e depende também de quem está à frente das autarquias.” [Refere-se ao papel dos autarcas e ao facto de poderem ser um elemento que torne os processos de PP ineficazes]

Categorias / Sub Categorias Informantes	Eficácia																																																																																																																							
Comunidade	Os inquiridos consideram que, se o território tivesse parcerias mais robustas o território teria ganhos nas seguintes áreas e com estes níveis: desenvolvimento local mais acentuado, respostas mais eficazes para os problemas, crescimento na área do turismo, mais participação pública e maior coesão territorial. <table><tr><th rowspan="2">ÁREAS</th><th colspan="7">NÍVEIS</th></tr><tr><th>Nível 1</th><th>Nível 2</th><th>Nível 1+ 2 Fraco</th><th>Nível 3 Médio</th><th>Nível 4</th><th>Nível 5</th><th>Nível 4 + 5 Forte</th></tr><tr><td>Mais capacidade reivindicativa</td><td>1,6</td><td>5,9</td><td>7,5</td><td>31,9</td><td>29,5</td><td>31,1</td><td>60,6</td></tr><tr><td>Maior coesão social</td><td>1,1</td><td>4,3</td><td>5,4</td><td>29,4</td><td>40,1</td><td>25,1</td><td>65,2</td></tr><tr><td>Maior coesão territorial</td><td>1,1</td><td>4,9</td><td>6,0</td><td>22,7</td><td>43,2</td><td>28,1</td><td>71,3</td></tr><tr><td>Menor isolamento</td><td>2,2</td><td>5,4</td><td>7,6</td><td>23,6</td><td>38,5</td><td>30,2</td><td>68,8</td></tr><tr><td>Desenvolvimento Local mais acentuado</td><td>0,8</td><td>2,4</td><td>3,2</td><td>14,9</td><td>40,0</td><td>41,9</td><td>81,9</td></tr><tr><td>Melhor governança territorial</td><td>1,3</td><td>5,9</td><td>7,2</td><td>25,0</td><td>39,6</td><td>28,2</td><td>67,8</td></tr><tr><td>Fortalecimento da identidade territorial</td><td>1,1</td><td>4,3</td><td>5,4</td><td>24,5</td><td>43,8</td><td>26,4</td><td>70,1</td></tr><tr><td>Maior peso nas relações com Espanha</td><td>1,6</td><td>9,9</td><td>11,5</td><td>32,1</td><td>36,6</td><td>19,8</td><td>56,4</td></tr><tr><td>Crescimento na área do turismo</td><td>1,1</td><td>4,3</td><td>5,4</td><td>16,2</td><td>42,3</td><td>36,1</td><td>78,4</td></tr><tr><td>Mais participação pública</td><td>1,1</td><td>4,8</td><td>5,9</td><td>23,3</td><td>37,0</td><td>33,8</td><td>70,8</td></tr><tr><td>Mais peso político</td><td>4,6</td><td>11,8</td><td>16,4</td><td>34,4</td><td>31,7</td><td>17,5</td><td>49,2</td></tr><tr><td>Sustentabilidade dos recursos</td><td>1,3</td><td>5,4</td><td>6,7</td><td>20,8</td><td>41,5</td><td>31,0</td><td>72,5</td></tr><tr><td>Respostas mais eficazes para os problemas</td><td>1,4</td><td>4,1</td><td>5,5</td><td>13,0</td><td>41,6</td><td>39,9</td><td>81,5</td></tr></table>	ÁREAS	NÍVEIS							Nível 1	Nível 2	Nível 1+ 2 Fraco	Nível 3 Médio	Nível 4	Nível 5	Nível 4 + 5 Forte	Mais capacidade reivindicativa	1,6	5,9	7,5	31,9	29,5	31,1	60,6	Maior coesão social	1,1	4,3	5,4	29,4	40,1	25,1	65,2	Maior coesão territorial	1,1	4,9	6,0	22,7	43,2	28,1	71,3	Menor isolamento	2,2	5,4	7,6	23,6	38,5	30,2	68,8	Desenvolvimento Local mais acentuado	0,8	2,4	3,2	14,9	40,0	41,9	81,9	Melhor governança territorial	1,3	5,9	7,2	25,0	39,6	28,2	67,8	Fortalecimento da identidade territorial	1,1	4,3	5,4	24,5	43,8	26,4	70,1	Maior peso nas relações com Espanha	1,6	9,9	11,5	32,1	36,6	19,8	56,4	Crescimento na área do turismo	1,1	4,3	5,4	16,2	42,3	36,1	78,4	Mais participação pública	1,1	4,8	5,9	23,3	37,0	33,8	70,8	Mais peso político	4,6	11,8	16,4	34,4	31,7	17,5	49,2	Sustentabilidade dos recursos	1,3	5,4	6,7	20,8	41,5	31,0	72,5	Respostas mais eficazes para os problemas	1,4	4,1	5,5	13,0	41,6	39,9	81,5
ÁREAS	NÍVEIS																																																																																																																							
	Nível 1	Nível 2	Nível 1+ 2 Fraco	Nível 3 Médio	Nível 4	Nível 5	Nível 4 + 5 Forte																																																																																																																	
Mais capacidade reivindicativa	1,6	5,9	7,5	31,9	29,5	31,1	60,6																																																																																																																	
Maior coesão social	1,1	4,3	5,4	29,4	40,1	25,1	65,2																																																																																																																	
Maior coesão territorial	1,1	4,9	6,0	22,7	43,2	28,1	71,3																																																																																																																	
Menor isolamento	2,2	5,4	7,6	23,6	38,5	30,2	68,8																																																																																																																	
Desenvolvimento Local mais acentuado	0,8	2,4	3,2	14,9	40,0	41,9	81,9																																																																																																																	
Melhor governança territorial	1,3	5,9	7,2	25,0	39,6	28,2	67,8																																																																																																																	
Fortalecimento da identidade territorial	1,1	4,3	5,4	24,5	43,8	26,4	70,1																																																																																																																	
Maior peso nas relações com Espanha	1,6	9,9	11,5	32,1	36,6	19,8	56,4																																																																																																																	
Crescimento na área do turismo	1,1	4,3	5,4	16,2	42,3	36,1	78,4																																																																																																																	
Mais participação pública	1,1	4,8	5,9	23,3	37,0	33,8	70,8																																																																																																																	
Mais peso político	4,6	11,8	16,4	34,4	31,7	17,5	49,2																																																																																																																	
Sustentabilidade dos recursos	1,3	5,4	6,7	20,8	41,5	31,0	72,5																																																																																																																	
Respostas mais eficazes para os problemas	1,4	4,1	5,5	13,0	41,6	39,9	81,5																																																																																																																	
Técnicos/Empresários	“O que se está a observar é o contrário. Primeiro fazem-se os projetos (o desenvolvimento) e depois é que há a participação.” [Refere-se à ineficácia dos processos de PP] “Este modelo não propicia uma maior participação no território. Porque se os poderes políticos não se conseguem encontrar, jamais as populações se encontraram.” [Refere-se ao facto de que se o atual modelo de gestão fosse diferente, isso seria um estímulo à eficácia da PP] “Não há fazedores de opinião nem líderes. Há menos líderes naturais.” [Refere-se ao facto de que havendo líderes e fazedores de opinião, haveria mais estímulos à PP] “Não tem a ver com as pessoas quererem ou não participar. Tem a ver com o sistema político não faz desabrochar essa vontade de participação.” [o sistema político não estimula a PP/Não é eficaz no estímulo à PP] “Há pouca PP em relação aos recursos. É um facto. Não tem havido as oportunidades necessárias.” [Refere-se à eficácia Das oportunidades para a PP] “Existe PP mas, se calhar não é a melhor.” Câmaras e Associações têm tido um bom trabalho, mas as rotinas fazem com que as pessoas se afastem. Os processos são morosos, as pessoas desistem, vão embora. Muito burocráticos.																																																																																																																							
Presidentes de Câmara	“As pessoas precisam de tomar iniciativas em prol da sua comunidade. Quando isso acontece, conseguem a participação de toda a comunidade.” “Quem quiser promover um baile/uma festa, no seu monte, eu digo-lhes: “Escreva para a câmara, diga alguma coisa! Manifeste-se!” O que é um facto é que desde Abril até Setembro não há um fim-de-semana livre. O baile dinamiza o monte, as pessoas trabalham em conjunto, há uma envolvimento muito grande.” “(…) A qualidade da participação publica tem de se fazer com qualidade da nossa parte perante os participantes, perante quem a promove. Isto obriga a nós sermos honestos e despirmos aqui de qualquer tipo de pruridos ideológicos na participação pública.” “Por força daquilo que há pouco disse, para haver participação pública é preciso haver uma agenda para o desenvolvimento. ”[Refere-se ao facto de que a PP é eficiente quando há uma agenda] “(…) Sinto que as pessoas só participam quando de um modo muito claro, quando existe um nexo causal muito intenso entre o seu interesse pessoal e a questão que está em discussão. Doutro modo...lembro-me que no estabelecimento de redes no concelho, nos aglomerados mais pequenos,																																																																																																																							

	(porque os outros já tinham, antecederam a minha estada como presidente da Câmara). “Às reuniões que tenho ido e que vocês também têm ido, os técnicos da autarquia, nos notamos alguma participação mas poderia haver muito mais. E sobretudo devia haver mais participação daquelas pessoas que têm poder de decisão, poder de decidir sobre os recursos, esses faltam muito. Por exemplo; a nossa CCDR, acho que tem sido, na minha opinião, acho que tem estado ausente destes projetos e destas estratégias e não deveria estar. E depois ao nível de, sendo a CCDR o representante do Governo, e depois ao nível também das próprias secretarias de estado, ou dos ministérios, também não se vê grande interesse para estas políticas locais e regionais. Eles não nos dão a atenção que nos deviam dar.”
Atores chave	“E da parte do Prof. Gomes Pereira (o filho! O pai também, mas o filho tem mais importância para aquilo que estamos a discutir), houve sempre uma grande defesa, uma grande insistência nesse ponto de cooperação com Mértola. Mesmo o PROALGARVE tem explicitamente a importância da ligação com Mértola!” [Refere-se ao facto de haver condições que estimulam a eficácia de um processo de PP para o BG] “(…) Mas que é negativa, não está no caminho correto, no caminho progressista.” [Refere-se ao facto de por vezes existir uma consciência local importante e interventiva mas que não promove a eficácia da PP] “Sim, acho que sim! Há provavelmente um mundo a descobrir”. [Refere-se a formas de estímulo da PP que poderiam ser mais eficazes] “Importaria ver também o que acontece nos outros países.” [Refere-se a consultar exemplos mais eficazes] “(…)É importante haver maturidade suficiente na sociedade para que pudesse haver essa PP (…)” [Refere-se à maturidade social como fator de eficácia] “As coisas são feitas de uma forma em que as conclusões já estão tomadas antes de se começar a falar.” [Refere-se à forma como a PP é feita, sendo pouco eficaz. Era necessário haver alterações, para aumentar a eficácia] Deveríamos ter uma sociedade muito mais culta e participativa na relação entre eles e com a sociedade, mas a muitas vezes aos políticos isso também não interessa e a população como nunca foi habituada que as coisas que decidem fossem tomadas em conta, nunca foram educadas nesse sentido. [Refere-se a motivos pelos quais a PP é pouco eficaz] “Está a ser manipulado sem saber! E de uma forma sinistra! Completamente! E feliz porque está a participar! Pensa que está a participar.” [Refere-se ao facto das pessoas participarem em atividades através da net e portanto haver uma indução na sua participação. A PP seria mais eficaz sem recorrer a estes espaços] “Não tem nada a ver! Não tem impacto porque não tem retorno! Quer dizer: - há uma participação perfeitamente animal, ou animalizada e individualizada. Não tem nada a ver com, porque o convívio, o convívio não é especializado.” [Refere-se à ineficácia da PP feita através da internet] “Não pode! Impossível, impossível! Portanto, cada vez mais esta forma de manipular chamada, de manipular a participação, o participa, o fala. Por exemplo: - uma assembleia, uma assembleia, uma reunião, em que tu juntas 30 pessoas numa sala, em que há depois 4 ou 5 sentados noutras cadeiras, em que há um discurso nítido; ” – Vá! Agora participem! Digam! Falem!” Como é que é possível?” [Refere-se à ineficácia da PP feita quase por obrigação, forçada] “Não se fala. Fala-se sobre o quê? A pessoa não está, mesmo que tenha gostado, estado interessado, não vai intervir, não vai falar, não está habituada a isso.” [Refere-se à ineficácia da PP porque a pessoa não está habituada a isso] “Aqueles debates fundamentais em que todos, aí soldamos e solidificamos uma série de ideias, de projetos. Foram noites fundamentais durante 4 ou 5 anos.” [Refere-se à eficácia da PP] “Acho que os processos não estão a ser melhorados, não está a haver uma pro atividade que poderia

	existir logo desde o início no sentido de convidar os cidadãos, as instituições a participarem naquilo que é a construção de um território, ajudar a construir o desenvolvimento do território (...) Quando à pro atividade não existe! ” [Refere-se à eficácia da PP].

EVIDÊNCIAS

SUB TEMA: Dinâmicas

Categorias / Sub Categorias Informantes	Ambientes e Espaços
Comunidade	Os indivíduos participariam mais se houvesse “mais confiança nas organizações e instituições”, é substancialmente referido pelos inquiridos. “Confiança generalizada”, “comportamentos e atitudes entre e dentro das organizações” e as “dinâmicas associativas”, são considerados fatores importantes para a participação pública. “Espaços privados - associações e nas juntas de freguesia”, são os considerados mais eficazes para a participação pública. Os menos são os espaços políticos e da administração central. “Criatividade e Inovação”, bem como “sentir ligação emocional com o território” são apontadas como fortemente mobilizadoras para a participação pública.
Técnicos/Empresários	“Há pouca participação e está submetida a certos momentos e que pouco vai alterar os processos. Podem existir interesses mas tem que ser transparentes.” [Refere-se ao ambiente em que é feita a PP] “Não interessa aos poderes que haja muita PP. Inconscientemente ou conscientemente isso existe! “ [Refere-se aos ambientes que deveriam existir] “Não sendo promovida...” [Refere-se ao facto de que a promoção da própria PP é um ambiente facilitador para a participação] “Quando o estado é o maior empregador, a população não participa, porque depende da entidade pública! Tem medo de represálias! “ “As pessoas acham que vai cair em saco roto e ficam inibidas à partida com os “gravatinhas” que desvalorizam a população. “ “Não participam porque se sentem desvalorizadas! Sentem que não são ouvidas.” “Sentem que são chamadas para fazer a “sala” e que as opiniões e ideias não são levadas em conta. Estão descrentes. Eu pessoalmente também estou desiludida!” “As pessoas não têm tempo. Outras não têm interesse.” “As empresas são quem produz riqueza para uma câmara sobreviver. Mas as câmaras olham para os empresários com desdém. Se as instituições demonstrassem que as empresas são importantes porque criam riqueza e empregos. Os empresários olham para as instituições públicas não como parceiros que cooperam, mas, sim que entravam, que dificultam as coisas. Para não falar das vinganças pessoais”. “As pessoas são penalizadas pela participação e afastam-se” “Há desilusão, porque os que se envolveram sentem-se, quer os que não se envolvem, porque já estão à espera que essa situação aconteça. O presidencialismo, os diretores, os administradores, eles é que sabem! Afastam as pessoas porque eles é que sabem! Leva ao afastamento. Não há mecanismo de participação! Nós dizemos! Vocês ouvem! É uma perspetiva muito redutora. Não há envolvimento, não há discussão”. “A população portuguesa ainda não tem a noção de espaço público” “A democracia é cada vez mais virtual” “Não há locais para a participação! Apenas aqueles que estão perto das instituições são ouvidos. De resto, já não são ouvidas. Ninguém pergunta nada.” “Para as pessoas se envolverem tem que haver condições para se envolverem.” [Refere-se aos espaços] “Criar eventos participativos.” [Refere-se ao facto de não haver espaços para a PP]
Presidentes de Câmara	“(…) Sim as câmaras devem incentivar! (…)” [Refere ao papel das câmaras como elementos que criam ambientes para a PP] “A escola deverá ter um papel importante (...) A escola é decisiva!”

	Sim lógico! [Existência de manifestações de PP informais e espontâneas, em espaços informais] “Não são as pessoas que vêm ter connosco.” [Refere-se ao facto da autarquia ir ter com a comunidade, nos seus ambientes] “(…)Se é um problema do Bairro, vamos ao bairro falar; se é uma questão que é para fazer uma intervenção no estacionamento, vamos buscar os comerciantes para os ouvir. (...)” “Nós por vezes, é a própria participação pública que enferma o processo de participação pública, não sei se me faço entender. Quando nós introduzimos conceitos ideológicos relativamente a isto.” [Refere-se ao ambiente propício para a PP] “Tocava-lhes nas expectativas, porque respeita a uma área em que eles têm interesses e que foram inibidos do exercício dum conjunto de atividades por força da construção da barragem e eles têm interesses em saber o que é que lá se pode fazer e o que é que o futuro reserva para aquele espaço envolvente à barragem.” [Refere-se às motivações para a participação] “(…) Muitas vezes temos de ir busca-las a casa, temos que ir dizer-lhes ao que vão, temos de facto de estimular-las muito para que participem” “Mas depende sempre dos professores! Se os professores forem também interessados, promovem-na. Se não, nada se faz!” [Refere ao espaço escola enquanto constrangimento para a cultura de PP] “(…) numa escala de uma reunião aqui no centro da cidade, que já sabemos que aparecem meia dúzia de pessoas (...)” “(...) quando conseguimos de um modo ou doutro, trazer as pessoas ao local onde a discussão vai acontecer, muitas das vezes elas estão completamente inibidas e sinto que é difícil estimular-las à participação efetiva.”
Atores chave	“As pessoas são muito distraídas por outras razões, outros interesses.” [Refere-se à forma como os ambientes, influenciam a participação] “Há esse fator...quando a igreja entra, mobiliza lá no Norte! Aqui já sabemos que não mobiliza. Mas a diferença fundamental é aí! Se a igreja entra ou não entra, se a igreja entra as pessoas vão.” [Refere-se à forma como os ambientes, influenciam a participação e ao ambiente mobilizador que a igreja gera] “(…) As escolas podem desenvolver políticas e práticas que estimulem os hábitos de participação.” [Refere-se à escola como instrumento para criar ambientes favoráveis à PP] “Só influencia um pouco e é em tomadas de decisão menores.” [Refere-se à estrutura política atual e ao facto desta criar um ambiente que é pouco favorável à eficácia da PP, sendo necessário alterar esta estrutura para aumentar a eficácia] “As pessoas juntam-se porque por exemplo, vão a uma festa...porque vão ouvir uma coisa que se fez lá na Junta de Freguesia (...) Encontram-se para se encontrarem (...) falam nos cafés, com os amigos.” “(…) a população como nunca foi habituada que as coisas que decidem fossem tomadas em conta, nunca foram educadas nesse sentido.” [Refere ao facto de nunca ter sido criado um ambiente em que as pessoas fossem habituadas a participar] “(…) [Noutros tempos]havia locais fundamentais de encontro. O que é que é a tradição de uma aldeia, por ex., numa zona rural? – Havia polos, locais, sítios onde as pessoas se encontravam, e era aí que estava o poder. Por ex: as mulheres tinham os seus espaços de encontro. Em certos locais; era a fonte por exemplo, outros locais a padaria, certos locais onde se encontravam quase todas, pelo menos as dirigentes de opinião. E aí se falava, se discutia, se sabia informações e se discutiam os acontecimentos do povoado. Os homens tinham os seus espaços próprios, uma certa tasca, um certo café, um certo espaço onde se reuniam todos os dias, ou quase todos os dias, ou pelo menos fortemente ao fim de semana. Isso era um espaço decisivo onde se discutia umas coisas, onde se debatiam os problemas, onde se decidiam e onde se criavam opiniões, etc. E esses espaços passaram nos tempos modernos por ex., para as sociedades, algumas casas de sítio onde se encontravam, desapareceu a tasca ou o café ou pulverizaram, mas aí já passou a ser uma coisa,

	mesmo aí, começou a desaparecer, porque aí há um elemento novo que é a televisão! E foi aliás, culpa de todos nós, ao montar essa “porcaria” da televisão. Ao montar a televisão acabou completamente o convívio, o debate de ideias porque está...há um discurso num só sentido. Desapareceu completamente. Neste momento, aqui em Mértola, por ex., seja aqui seja em todo o lado, não há locais de encontro. As pessoas onde é que se encontram neste momento? – Os velhos encontram-se no Hospital! Era um local importante nas salas de espera, agora já nem isso há, porque estão a fecha-los. Os lugares de encontro porque as pessoas eram obrigadas a esperar, estavam às vezes uma manhã inteira, de toda uma região. As pessoas encontravam-se ali todas, os velhotes todos estavam, sabiam da sua doença também, mas também de outras coisas. Era um polo importante, até agora isso lhes estão retirar, havia locais ainda onde se encontravam. (...) ...ERA O LOCAL onde todos se encontravam, era o velho hábito, onde tudo ali à volta se discutia.” “Tudo isso tem a ver com esses locais decisivos de encontro onde se fala, onde se discute!” [Refere-se aos espaços de PP como facilitadores da mesma] “[Mértola teve algum processo de PP?]Teve! Fortíssima! É a questão que estava agora a falar, do “Sanremo”, no café Sanremo na avenida. Durante...bem medidos, 10 anos. (...) O “Central” e o “Guadiana” os dois cafés, eram o centro da vila, não é? E nessa fase foi decisiva essa participação. O ir falar com o presidente, falar com o vereador, estavam no café, estavam naquela hora no café a trabalhar, trabalhar ali no sitio fundamental da vila, que era o café Central (...) O que é hoje participação, portanto, é aquilo que a gente tem hoje, participa cada vez mais, pela internet. É uma participação pseudo coletiva. Tu participas individualmente, sozinho no teu computador. Teoricamente participas, não sei onde. Em coisas válidas, em atividades, isso é hoje a participação.” [Refere-se à existência de um processo de PP em Mértola e à forma como os ambientes influenciam a PP] “Essa malta toda dos putos daqui da terra começaram a aproximar-se do Campo Arqueológico, depois saíram para a vida cívica e política e económica da vila. Foram formados ali naquela escola.” [Refere-se aos contributos dos cafés e explanadas como espaços públicos de participação] “Mesmo na escola; “- Está quieto! Cala-te! Cala o bico!” – A pessoa não está, não sabe, não pode. Ninguém a motivou para que participe, para que participem, que participe numa ação. O participar numa ação é aquilo que acontecia, por exemplo, no mundo agrícola...estar a trabalhar em conjunto...ao lado, ao lado! Cantar! Jogar! Fazer o simples jogar da malha! Fazer as coisas coletivas, o jogo coletivo, isto é participar!” [Refere-se aos ambientes propícios à PP]

EVIDÊNCIAS

SUB TEMA: Dinâmicas

Categorias / Sub Categorias Informantes	Políticas Públicas
Comunidade	Políticas públicas mais adequadas ao território são apontadas como os fatores mais importantes para a capacitação dos atores locais. Os processos de desenvolvimento sustentável estimulam/convidam à participação pública é um aspeto muito reforçado pelos inquiridos.
Técnicos/Empresários	“As entidades públicas têm de reconhecer o BG como território homogéneo, integrado. A feira da caça é um exemplo de não articulação. Definir o que é o BG, que os concelhos se sintam com a mesma identidade e se reconheçam no mesmo território. Este território não é reconhecido pelas entidades públicas, as Câmaras. O jornal do BG é só do Algarve. Houve um convite a Mértola e não quiseram. Porquê? “ [Refere-se a que não havendo um reconhecimento do BG como território, isso é ineficaz para a construção de uma estratégia comum que estimule a PP] “Concordo com o Ricardo. Mas as pessoas são de regiões totalmente diferentes, de regiões administrativas diferentes.” [Refere-se a que não havendo um reconhecimento do BG como

	território, isso é ineficaz para a construção de uma estratégia comum que estimule a PP] “Devia haver rotatividade nas associações para não se beneficiar só certos municípios! Medida imperativa! A estrutura administrativa pouco flexível, rígida, não ajuda à participação. E no BG é muito rígida.” “As falsas democracias estão a fazer isso. Tem a ver com o nosso sistema político não permitir isso. É um problema das democracias participativas: as pessoas estão cansadas disso.” [Refere-se ao facto das próprias políticas públicas serem um constrangimento à PP] “Não há e quando há é muito pequena. Não passa dos níveis básicos quando existe. Participação por consulta, para legitimar. Apenas para consulta... para legitimar. Se calhar não há interesse em que seja de outra forma. As opiniões têm outro valor se vierem de “outros” participantes. Há propostas que foram feitas por participantes e não foram tidas em conta e que hoje estão a ser tratadas porque mais tarde vieram de outros...” [Refere-se à forma como a própria PP é efetuada pelos governantes] “A inibição por parte da governação, que tem de incentivar a população para a PP. Quem tem de se modificar é a governação o que é muito complicado! Condicionismos culturais e governativos que são difíceis de alterar. Levará muito tempo neste território até que se consiga ter PP”. “Para as pessoas se envolverem tem que haver condições para se envolverem. Há desilusão, porque os que se envolveram sentem-se, quer os que não se envolvem, porque já estão à espera que essa situação aconteça. O presidencialismo, os diretores, os administradores, eles é que sabem! Afastam as pessoas porque eles é que sabem! Leva ao afastamento. Não há mecanismo de participação! Nós dizemos! Vocês ouvem! É uma perspetiva muito redutora. Se todas as pessoas pensarem como eu, se todos abrirem um comércio de móveis, que trouxe eu de novo? Se pensarmos só no lucro... Não há envolvimento, não há discussão.” “Câmaras e Associações têm tido um bom trabalho, mas as rotinas fazem com que as pessoas se afastem.” “Os processos são morosos, as pessoas desistem, vão embora. Muito burocráticos.”
Presidentes de Câmara	“(...)Falta uma agenda! Por isso é preciso criar uma agenda de preocupações! (...) a agenda não é para condicionar! Pelo contrário! Uma agenda para nós termos um método de trabalho. Há estes assuntos; - gostávamos de ouvir as pessoas; gostávamos de envolver as pessoas, gostávamos de mostrar às pessoas o que é que a Associação para o BG; o que é o Baixo Guadiana; quais são os problemas do BG; o que é que as câmaras estão a fazer para o resolver; o que é da Câmara; o que é do Governo! Falta uma agenda! Por isso é preciso criar uma agenda de preocupações! (...) Neste momento sim, deviam ser as câmaras a dinamizar essa agenda! Com certeza que sim! Mas só que a Câmara tem uma escala municipal. Eu crio essa agenda crio-a no meu município. Agora não gosto da forma como está a decorrer! Acho que tenho de dar um shot de energia na “coisa”! Mas normalmente temos! É preciso não deixarmos cair na inércia, porque estar sentado é terrível! Mas aqui no território há a Associação do BG que tem essa obrigação! “A formatação da participação, muito formal, muito técnica, acentua essa inibição, naqueles casos em que há laivos de participação pública, estou a pensar nomeadamente nos instrumentos de Ordenamento do Território e no desenvolvimento de determinados processos relativos por exemplo à elaboração de regulamentos ou coisas desse tipo, em que por força do quadro formal ou por força das leis, das normas existentes, existe digamos: - essa formalidade de ter que ser cumprido obrigatoriamente.” “Nós fazemos apresentação pública de projetos, fazemos seminários, fazemos esse tipo de coisas. Fazemos com inscrição, por vezes fazemos até com alguma, dando alguma motivação às pessoas de virem(...)”
Atores chave	“As respostas negativas dos centros de decisão centrais ou regionais e locais, acabam por lançar um certo desencanto, um certo desinteresse.” “É muito diversa a situação e depende também de quem está à frente das autarquias. Eu creio que uma maneira geral, a tendência é incorporar (...) Muitas vezes as forças vivas, indústrias, comércio...acabam muitas vezes por pressionar, e os órgãos autárquicos a seguirem o seu exemplo.” [Refere-se ao facto de nem sempre os resultados dos processos de PP serem

	incorporados nas políticas públicas locais] “Não!(...) Penso que muito pouco. As coisas são feitas de uma forma em que as conclusões já estão tomadas antes de se começar a falar” “A forma em si como o território está organizado hoje, não facilita muito esta PP. Os municípios são demasiado fechados!” “Então mas foi sempre assim! Até nos regimes autoritários, até é proibido! Juntar mais que 3...?!” [Refere-se ao facto das politicas publicas condicionarem a PP] “Como é evidente!” [Refere-se ao facto dos políticos apelarem à PP mas no fundo não a desejarem]

EVIDÊNCIAS

TEMA: Participação SUB TEMA: Dinâmicas

Categorias / Sub Categorias Informantes	Cultura de Cidadania
Comunidade	Sente-se capacitado para se envolver em ações de participação pública Sim 65,8 Não 34,2% O que mais contribuiria para se sentir mais capacitado para participar. Se estivesse mais envolvido com o que se passa no território. Já participou em atividades/iniciativas realizadas neste território? Sim 59,5%
Técnicos/Empresários	“Devemos educar as gerações para participar.” “Levará muito tempo neste território até que se consiga ter PP. As pessoas por vezes têm vergonha dos “engravatadinhos”. [Refere-se ao facto das pessoas desvalorizarem-se/não terem uma cultura de valorização que lhes permita exprimir as suas opiniões sem complexos] “Não há PP por uma questão de formação. Teria de passar por sensibilização, por parte das escolas talvez...” “As gerações vindouras têm de ter outro tipo de ensino que as ensinem a participar, a intervir e que isso é importante para o seu dia-a-dia. Ter educação para a PP.” “Falta de hábito de participar.” “Não está enraizada a cultura de participação.” “Chegar aos miúdos também é difícil porque a escola não nos deixa entrar, não é o nosso território.” “Enquanto não for feita educação para a ética, o envolvimento dos cidadãos é estrangulado.” “Lutar pelas coisas, tem de ser os técnicos a promover e os técnicos não têm essa formação de base.” [Refere-se ao facto de que como as pessoas não participam, têm que ser os técnicos a fazê-lo, o que é ineficaz porque não têm essa formação] “As pessoas devem ser induzidas a uma opção.” [Refere-se ao facto de que culturalmente as pessoas não são induzidas a uma opção] “Ter governantes mais competentes ao nível da gestão de conflitos e de negociação pq teria mais capacidade para criar ambientes mais favoráveis à participação (...). Isso era mais favorável à PP. “ [Refere-se à capacitação dos próprios governantes] “As pessoas não têm cultura de PP. As pessoas acham que não sabem...” “Há a cultura de individualismo, falta de sensibilidade, transversal às populações e políticos. As pessoas olham muito para elas próprias. Isso verifica-se ao nível dos políticos e das pessoas”. Há falta de sentido crítico na região, acomodamo-nos.
Presidentes de Câmara	“(...) Tem a ver com o sul! É o sul! Porque é que é que a taxa de suicídios é elevadíssima na Serra Algarvia e no Alentejo? E é raríssima no norte? No norte as pessoas são mais aguerridas. Tem a ver com a mentalidade das pessoas, são passivos no sul. (...)” “Estes territórios têm um problema, que você deve entender, que é para além de ter poucas pessoas, tem poucas pessoas com massa cinzenta (ou massa crítica) ... E essas poucas pessoas não se

	querem envolver, não se querem chatear... A participação pública pode de facto, contribuir para o desenvolvimento dos territórios, no BG seria muito importante ter-mos muitas mais pessoas a opinar, a dar sugestões” “Eu penso que a fraca participação não é um problema que afete só este território. É um problema que tem um carácter mais geral e que tem muito que ver connosco, com o modo de ser, as características e com a essência cultural do povo português.” “(…) É acima de tudo é um problema cultural! Penso que é basicamente um problema cultural! (...) Há uma cultura muito individualista e acho que isso leva que as pessoas estejam basicamente centradas em si próprias e no seu pequeno universo e que se desliguem muitas das vezes das questões que respeitam a todos (...)” “(…), É um problema dum estímulo que deveria de existir desde sempre, desde a escola, desde os bancos do 1º ciclo e que não existe!” “(…)E uma questão de educação. As pessoas não estão, infelizmente não estão!” [Refere-se ao facto das pessoas não participarem] “Eu acho que de facto nós temos que preparar as pessoas. E eu já tenho dito isto, e acho que era da maior importância para hoje, que ontem”
Atores chave	“Aquilo são os “Celtas”! A gente não! Somos mais “Mouriscos”, com influências mediterrânicas. Mas às vezes quando se decide...” [Refere-se à influência cultural na PP e ao facto de que no Norte existe mais a cultura de participação] “Ali também há uma força muito mobilizadora que aqui não há! É a igreja!” [Refere-se à igreja e à sua capacidade de mobilização] “Começar pela escola. Ensinar às pessoas o que é a democracia e o que são as eleições; porque devem votar; porque se deve participar. (...) Começar com os mais novos, envolve-los nestas questões.” [Refere-se à falta de capacitação desde a infância] “Não há cultura de PP em Portugal.”. É uma questão cultural a nível nacional. ” “(…) a população como nunca foi habituada que as coisas que decidem fossem tomadas em conta, nunca foram educadas nesse sentido.” [Refere ao facto das pessoas não participarem] “(…) é importante haver maturidade suficiente na sociedade para que pudesse haver essa PP.” “Isso também passa por toda uma aprendizagem, (...) que nunca existiram.” [Refere-se à falta de cultura de participação] “Não se fala. Fala-se sobre o quê? A pessoa não está, mesmo que tenha gostado, estado interessado, não vai intervir, não vai falar, não está habituada a isso. Mesmo na escola; “- Está quieto! Cala-te! Cala o bico!” – A pessoa não está, não sabe, não pode. Ninguém a motivou para que participe, para que participem, que participe numa ação. O participar numa ação é aquilo que acontecia, por exemplo, no mundo agrícola...estar a trabalhar em conjunto...ao lado, ao lado! Cantar! Jogar! Fazer o simples jogar da malha! Fazer as coisas coletivas, o jogo coletivo, isto é participar!” “A Escola deve ter a possibilidade de incluir conteúdos ligados com este território, projetos ligados com este território.” [Refere-se ao facto de não haver PP por desconhecimento do território] “Se isto for acompanhado com - Educação, informação, investigação e desenvolvimento (...) Essa pessoa a ser muito menos manipulada por indivíduos que têm outros interesses completamente distintos da defesa dos interesses públicos, do bem comum e passa ela própria a compreender” [Refere-se ao défice de capacitação].

SUB TEMA MECANISMOS

Sub Tema	Categorias / Sub Categorias
	Formas
	Na tomada de decisão
	No desenvolvimento
	Na governança

Opinião das Comunidade

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Formas	Um maior envolvimento das comunidades locais na definição e implementação de políticas públicas locais e a capacitação da sociedade civil para encontrar estratégias próprias e exercer controle sobre o processo de desenvolvimento do território, são considerados estímulos para o desenvolvimento do território. No entanto os processos de participação pública servem fundamentalmente de informação e de consulta; apesar de tudo vale a pena. Para tratar de assuntos relacionados com o território, o desenvolvimento local, a utilização dos recursos locais, as questões sociais e culturais, etc, a forma mais facilitadora da participação pública é a “Participação coletiva (de forma organizada)”, sendo igualmente apontada como a mais eficaz.
Tomada de decisão	É atribuída muita importância à participação dos atores locais nas tomadas de decisão. A participação pública influencia as decisões. São decisões participadas e mais sustentadas. As pessoas revêem-se nas políticas adotadas pelo que as decisões são melhor aceites.
Desenvolvimento	O desenvolvimento dos territórios apoia-se, antes de tudo na formação dos atores e nas redes que estabelecem entre si e que a participação dos cidadãos é importante para a salvaguarda dos recursos locais é fortemente defendida pelos inquiridos. Sentir que vive num “território de projeto (onde há projetos e estratégia), é salientado como muito importante para a participação pública em processos de desenvolvimento.
Governança	Pouca informação relativamente a processos de participação resultando em fraco envolvimento nesses mesmos processos.

Opinião dos Técnicos e Empresários

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Formas	Deve haver opções na gestão do território. Importância de falar a uma voz por parte das associações, haver dinâmica única. Importância de lideranças locais, com acesso aos centros de decisão. União como forma de maior participação e, em conjunto, fazer pressão. Câmaras devem estimular a participação dos empresários. Importância da opinião da comunidade no desenvolvimento do território.
Tomada de decisão	Os decisores entendem que só têm que ser avaliados de quatro em quatro anos e que a sua função é tomar decisões, conduzir os processos e no final informar para os legitimar. Deviam ouvir mais as pessoas. Não estão legitimados para tudo só porque ganharam eleições. A participação do tecido económico é decisiva quando se tomam decisões nestas zonas onde há poucas empresas. E quem sabe melhor de empresas são os empresários. As Câmaras ouvem pouco as empresas e é um erro porque podiam ajudar muito a tomar boas decisões.
Desenvolvimento	A participação pública como um motor para a boa gestão do território, serve de alavanca para o

	desenvolvimento. O somatório dos interesses privados não gera o interesse público mas, contribuem, daí a importância de participarem. Para o processo de desenvolvimento sustentável, primeiro tem de haver PP e partilha de conhecimento. Se for ao contrário o desenvolvimento sustentável nunca vai acontecer. A participação deve proceder o processo, sendo que este reforça aquela. O desenvolvimento passa por ouvir primeiro as pessoas. Se não houver partilha, trabalho em rede, não há DS. É uma coisa pontual, não tem continuidade. A própria participação vai puxando, envolvendo as pessoas, gerando desenvolvimento. Por isso os dois processos, Participação e Desenvolvimento interagem, influenciam-se mutuamente. A participação é submetida a poucos processos, mas podem existir situações perversas, falta de ética e transparência em alguma participação pública, o que gera falta de confiança, fatores que são essenciais para os processos de desenvolvimento. Na participação pública a sério há troca de ideias, partilha de informação e conhecimento o que conduz à criação de novos nichos de mercado o que é importante porque nesta região tem de se pensar em termos micro, para poder haver desenvolvimento sustentável.
Governança	A participação pública influencia as práticas de governança na medida em que o poder político sentindo-se observado sobre as atitudes e decisões, sente-se obrigado a gerir melhor. É fiscalizadora do poder político. Nesse sentido a participação pública é um motor para a boa gestão do território e para as melhores práticas das governanças locais. É uma boa forma de auscultar as pessoas para quem governa sem esquecer o público-alvo. A noção de aliança entre pessoas e agentes. Compromissos a longo prazo. O processo em si é que é importante. Maior PP contribuiria para aprendizagem dos governantes terem capacidade de aprender e evoluir. Maior participação contribuiria para essa capacitação. Seria um ganho importante. Contribuiria para criar laços de compromisso, todos envolvidos permanentemente, haveria ganhos para a governação local: para os políticos e as para as populações, o que contribuiria para criar laços de compromisso.

Opinião dos Presidentes de Câmara

Categorias / Sub Categorias	
Formas	Participação direta das populações sobre obras e assuntos que dizem respeito à comunidade, do interesse coletivo. As pessoas gostam mas a iniciativa parte das Câmaras. Vários níveis de participação: que a própria lei obriga, outro mais constante, no dia adia, periódico e que serve para ouvir e informar e outro na altura dos Orçamentos e Grandes Opções do Plano. Ir ter com as pessoas, às localidades é importante em termos de participação pública. Participação muito como informação do que já se fez ou se decidiu fazer.
Tomada de decisão	Sabem melhor as decisões quando são participadas pelas pessoas. Gosto de ouvir as pessoas. E é mais confortável e “descansado”. É preciso ouvir e incorporar as opiniões dos munícipes. As decisões são soluções mais coesas, mais fortes, mais incontestáveis. Ficam mais legitimadas. Podiam surgir comissões de moradores, grupos de cidadãos mas não surgem. As decisões se forem mais participadas, podem ser ainda melhores, enriquecidas nos seus aspetos e sobretudo estou mais descansado porque há uma participação maior dos munícipes.
Desenvolvimento	A participação pública ajuda a desenvolver melhor o território, a gerar mais ideias, mais criatividade, podendo por isso significar um bom contributo e ajudar os pequenos processos de desenvolvimento. A participação pública pode de facto, contribuir para o desenvolvimento dos territórios. Passa pela compreensão e interpretação das pessoas, pelo entendimento do seu próprio

	desenvolvimento, tornando-se por isso essencial.
Governança	Todos sabem mais e há ideias que podem ser capitalizadas ou incorporadas nas decisões. Por isso a participação pública é importante em termos de governação. Traz vantagens para o todo se conseguir consensualizar os interesses, procurando uma via que satisfaça do melhor modo aquilo que é o resultado da participação e aquilo que era a ideia original. Quanto mais as pessoas participarem e de um modo mais preparado estiverem nessa preparação, mais qualificado e gratificante é o papel da governação.

Opinião dos Atores Chave

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Formas	Importância da participação informal, como contraponto à participação formatada, prevista. Os largos, cafés e outros espaços tiveram já muita importância como centros de participação e de apoio à decisão, de verdadeira democracia direta. Espaços não só de decisão, como também de formação e capacitação. Isso é muito importante em territórios rurais e de baixa densidade. É uma forma de as pessoas começarem a acreditar. Hoje é muito individualizada, isolada, formatada pela internet. É uma participação pseudo coletiva. Participação teórica onde se pensa que participa mas sem se saber bem onde. O importante é o processo em si ser desenvolvido pelas várias pessoas, dos cidadãos a tomarem consciência que estão ou não estão a ser ouvidos os seus anseios. É esse processo que representa um enorme contributo para o desenvolvimento dos territórios e que tem de passar para mudanças comportamentais.
Tomada de decisão	A participação pode facilitar as decisões e reforça sempre a posição tomada se tiver eco na opinião pública. Se participarem, as pessoas serão menos manipuladas e é maior a defesa dos interesses públicos, do bem comum. Há uma maior compreensão e o legitimar as tomadas de posição que resultam depois dos processos de participação e de discussão, que entretanto se geram. E dá maior legitimidade porque houve contributos, discussão. Criar uma opinião pública é importante mesmo que isso não se traduza desde logo em participação. Esse esclarecimento da opinião pública pode muitas vezes não se tornar imediatamente participativo, mas é importante que exista, que as pessoas saibam porque ficam a pensar no que podem e deve fazer, ou não.
Desenvolvimento	Há uma relação claríssima entre a participação e o desenvolvimento. São cúmplices umas das outras e influenciam-se mutuamente. Dificilmente um território como este terá um desenvolvimento adequado, sustentável, se não tiver a participação. O conseguir a participação das pessoas é sempre, sempre uma grande batalha quando se trata do desenvolvimento do território mas é por isso que ela é tão importante para a sustentabilidade e endogeneidade desse território. A relação entre a participação e o desenvolvimento é uma lógica de pescadinha de rabo na boca, se há condições para uma, gera-se a outra. Se houver uma, haverá a outra. É através do estímulo de processos participativos, que se pode influenciar o desenvolvimento do BG Cria condições para a constituição, ou para o reforço dum capital social. O próprio modelo de desenvolvimento de um território pode ser influenciado para melhor ou para pior em função da maior ou menor participação pública.
Governança	Em termos de governança é muito importante a participação pública, sobretudo quando é acompanhada por formas de organização, através de associações de desenvolvimento, e doutro tipo de associações, associações recreativas, desportivas, que ajude a esse envolvimento da

	população. É muito favorável à boa governação local. As bases devem influenciar as questões de governança local, regional e nacional. A participação garante à partida mais atenção às práticas de governança local. É muito diversa a situação e depende também de quem está à frente das autarquias. Relação óbvia entre a participação dos cidadãos, da governança e do desenvolvimento. São cúmplices umas das outras e influenciam-se mutuamente. Dificilmente um território como este terá um desenvolvimento adequado, sustentável, se não tiver a participação, o envolvimento dos seus cidadãos se não tiver uma gestão transparente. Estruturar o território com os vários cúmplices, com os seus vários atores e que necessariamente influenciam a forma como o território é gerido. É em função de todo um projeto, de toda uma dinâmica económica, social, cultural que, progressiva, necessária e de uma forma imparável, se vão criando formas e dinamismos de governação, de gestão e de um território.

SÍNTESE SUB TEMA: MECANISMOS

Categorias / Sub Categorias Informantes	Formas	Tomada de decisão	Desenvolvimento	Governança
Comunidade	Um maior envolvimento das comunidades locais na definição e implementação de políticas públicas locais e a capacitação da sociedade civil para encontrar estratégias próprias e exercer controle sobre o processo de desenvolvimento do território são considerados estímulos para o desenvolvimento do território. No entanto os processos de participação pública servem fundamentalmente de informação e de consulta; apesar de tudo vale a pena. Para tratar de assuntos relacionados com o território, o desenvolvimento local, a utilização dos recursos locais, as questões sociais e culturais, a forma mais facilitadora da participação pública é a “Participação coletiva (de forma organizada), sendo igualmente apontada como a mais eficaz.	É atribuída muita importância à participação dos atores locais nas tomadas de decisão. A participação pública influencia as decisões. São decisões participadas e mais sustentadas. As pessoas revêem-se nas políticas adotadas pelo que as decisões são melhor aceites.	O desenvolvimento dos territórios apoia-se, antes de tudo na formação dos atores e nas redes que estabelecem entre si e em que a participação dos cidadãos é importante para a salvaguarda dos recursos locais é fortemente defendida pelos inquiridos. Sentir que vive num “território de projeto” (onde há projetos e estratégia), é salientado como muito importante para a participação pública em processos de desenvolvimento.	Pouca informação relativamente a processos de participação resultando em fraco envolvimento nesses mesmos processos.
Técnicos/Empresários	Opções na gestão do território. Importância de falar a uma voz por parte das associações, haver dinâmica única. Importância de lideranças locais, com acesso aos centros de decisão. União como forma de maior participação e, em conjunto, fazer pressão. Câmaras devem estimular a participação dos empresários. Importância da opinião da comunidade no desenvolvimento do território.	Os decisores entendem que só têm que ser avaliados de quatro em quatro anos e que a sua função é tomar decisões, conduzir os processos e no final informar para os legitimar. Deviam ouvir mais as comunidades e encontrar formas diferentes e eficazes de envolvimento e participação eficaz. Não estão legitimados para tudo só porque ganharam eleições. A participação do tecido económico é decisiva quando se tomam decisões nestas zonas onde há poucas empresas. E quem sabe melhor de empresas são os empresários. As Câmaras ouvem pouco as empresas e é um erro porque podiam ajudar muito a tomar boas decisões para o futuro do território.	A PP como motor para a boa gestão do território e de alavanca para o desenvolvimento. Para o processo de DS, primeiro tem de haver PP e partilha de conhecimento. Se for ao contrário o desenvolvimento sustentável nunca vai acontecer. O desenvolvimento passa por ouvir primeiro as pessoas. Se não houver partilha, trabalho em rede, não há DS. É pontual, não tem continuidade. A própria participação vai puxando, envolvendo as pessoas, gerando desenvolvimento. Por isso os dois processos, Participação e Desenvolvimento interagem, influenciam-se e dinamizam-se reciprocamente. A participação é submetida a poucos processos e há situações perversas, falta de ética e transparência em alguma participação pública, o que gera falta de confiança. Na participação pública há troca de ideias, partilha de informação e conhecimento o que conduz à criação de novos nichos de mercado.	A participação pública influencia as práticas de governança na medida em que o poder político sentindo-se observado sobre as atitudes e decisões, sente-se obrigado a gerir melhor. É fiscalizadora do poder político. Nesse sentido a participação pública é um motor para a boa gestão do território e para as melhores práticas das governanças locais. É uma boa forma de auscultar as pessoas para quem governa sem esquecer o público-alvo. A noção de aliança entre pessoas e agentes. Compromissos a longo prazo. O processo em si é que é importante. Maior PP contribui para aprendizagem dos governantes a terem capacidade de aprender e evoluir. Maior participação contribuirá igualmente para essa capacitação. Seria um ganho importante. Todos envolvidos permanentemente, haveria ganhos para a governação local: para os políticos e as para as populações, o que contribuiria para criar laços de compromisso.

Presidentes de Câmara	Participação direta das populações sobre obras e assuntos que dizem respeito à comunidade, ao interesse coletivo. As pessoas gostam mas a iniciativa parte das Câmaras. Vários níveis de participação: que a própria lei obriga, outro mais constante, no dia adia, periódico e que serve para ouvir e informar e outro na altura dos Orçamentos e Grandes Opções do Plano. Ir ter com as pessoas, ir às localidades, é importante em termos de participação pública. Participação muito como informação do que já se fez ou se decidiu fazer, não serve.	Sabem melhor as decisões quando são participadas pelas pessoas. Gostam de ouvir as pessoas. E é mais confortável e “descansado”. É preciso ouvir e incorporar as opiniões dos munícipes. As decisões são soluções mais coesas, mais fortes, mais incontestáveis. Ficam mais legitimadas. Podiam surgir comissões de moradores, grupos de cidadãos mas não surgem. As decisões se forem mais participadas, podem ser ainda melhores, enriquecidas nos seus aspetos e sobretudo mais confortáveis.	A participação pública ajuda a desenvolver melhor o território, a gerar mais ideias, mais criatividade, podendo por isso significar um bom contributo e ajudar os pequenos processos de desenvolvimento. A participação pública pode de facto, contribuir para o desenvolvimento dos territórios. Passa pela compreensão e interpretação das pessoas, pelo entendimento do seu próprio desenvolvimento, tornando-se por isso essencial.	Todos sabem mais e há ideias que podem ser capitalizadas ou incorporadas nas decisões. Por isso a participação pública é importante em termos de governação. Traz vantagens para o todo se se conseguir consensualizar os interesses, procurando uma via que satisfaça do melhor modo aquilo que é o resultado da participação e aquilo que era a ideia original. Quanto mais as pessoas participarem e de um modo mais preparado estiverem nessa preparação, mais qualificado e gratificante é o no papel da governação.
Atores chave	Importância da participação informal, como contraponto à participação formatada, prevista. Os largos, cafés e outros espaços tiveram muita importância como centros de participação de apoio à decisão, de verdadeira democracia direta. Espaços não só de decisão, como também de formação e capacitação, o que é muito importante em territórios rurais e de baixa densidade. É uma forma de as pessoas começarem a acreditar. Hoje é muito individualizada, isolada, formatada pela internet. É uma participação pseudo coletiva. Participação teórica onde se pensa que se participa mas sem se saber bem onde. O importante é o processo em si a ser desenvolvido pelas várias pessoas, os cidadãos a tomarem consciência se estão ou não estão a ser ouvidos os seus anseios. É esse processo que é um enorme contributo para o desenvolvimento dos territórios e que têm de passar por mudanças comportamentais.	A participação pode facilitar as decisões e reforça sempre a posição tomada se tiver eco na opinião pública. Se participarem, as pessoas serão menos manipuladas e é maior a defesa dos interesses públicos, do bem comum. Há uma maior compreensão e o legitimar as tomadas de posição que resultam depois dos processos de participação, de discussão que entretanto se geram. E dá maior legitimidade porque houve mais contributos e discussão. Criar uma opinião pública é importante mesmo que isso não se traduza desde logo em participação. Esse esclarecimento da opinião pública pode muitas vezes não se tornar imediatamente participativo, mas é importante que exista, que as pessoas saibam porque ficam a pensar no que se pode/deve ou não fazer.	O conseguir a participação das pessoas é sempre uma grande batalha quando se trata do desenvolvimento do território mas é por isso que ela é tão importante para a sustentabilidade e endogeneidade desse território. A relação entre a participação e o desenvolvimento é uma lógica de pescadinha de rabo na boca, se há condições para uma, gera-se a outra. Se houver uma, haverá a outra. É através do estímulo de processos participativos, que se pode influenciar o desenvolvimento do BG. Cria condições para a constituição, ou para o reforço do capital social. O próprio modelo de desenvolvimento de um território pode ser influenciado para melhor ou para pior em função da maior ou menor participação pública porque há uma relação claríssima entre a participação e o desenvolvimento	Em termos de governação local e regional é muito importante a participação pública, sobretudo quando é acompanhada por formas de organização da sociedade civil. É muito favorável à boa governação local. As bases devem influenciar o topo na tomada de decisão das questões de governança local, regional e nacional. A participação garante à partida mais atenção às práticas de governança local. É muito diversa a situação e depende também de quem está à frente das autarquias. Relação óbvia entre a participação dos cidadãos, da governança e do desenvolvimento. Dificilmente um território como este terá um desenvolvimento adequado, sustentável, se não tiver a participação, o envolvimento dos seus cidadãos se não tiver uma gestão transparente. A estrutura de um território com os vários cúmplices, atores, necessariamente influenciam a forma como o território é gerido. É em função de todo um projeto, de toda uma dinâmica económica, social, cultural que, progressiva, necessária e de uma forma imparável, se vão criando formas e dinâmismos de governação, de gestão e de um território.

ANÁLISE VALORATIVA TEMA: PARTICIPAÇÃO SUB TEMA: MECANISMOS

Categorias / Sub Categorias Informantes	Formas	Tomada de decisão	Desenvolvimento	Governança
Comunidade	<u>Positivo:</u> PP dá informação e serve de consulta Participação coletiva (organizada), trata: - assuntos do território - desenvolvimento local - utilização dos recursos - questões sociais e culturais <u>Necessidades:</u> + envolvimento das comunidades nas PP locais Capacitação da sociedade civil para: - estratégias próprias - avaliar e monitorizar o desenvolvimento do território	<u>Positivo:</u> Participação dos atores locais Participação pública influencia as decisões. PP dá + sustentação + aceitação da decisão após PP	<u>Estímulos:</u> Formação dos atores e nas Redes inter atores Viver num “território de projeto” com estratégia Participação dos cidadãos: - na salvaguarda dos recursos locais) - no processo de desenvolvimento - na capacitação	<u>Fraquezas:</u> Pouca informação relativamente a PP Pouco envolvimento nesses mesmos processos.
Técnicos/Empresários	<u>Necessidades:</u> Opções na gestão do território Associações falarem a uma só voz, união Lideranças locais com acesso aos centros de decisão. Câmaras devem estimular a participação dos empresários Auscultar a comunidade	<u>Negativo:</u> Na ação das Câmaras: Pouca auscultação (empresas/comunidade) Processos conduzidos top-down Discussão só na fase final dos processos Não estimulam a PP Má noção legitimidade (abuso do ciclo tetra anual) <u>Necessidades:</u> + participação do tecido económico + auscultação dos empresários	<u>Estímulos:</u> PP = motor e boa gestão do PP= alavanca para o DL sustentável PP= partilha de conhecimento e ideias Interação PP / desenvolvimento local (dinâmica recíproca) Novos nichos de mercado (dimensão micro = DLS) <u>Limitações:</u> Pouca partilha Pouca auscultação Trabalho em rede pontual Perversidade processual Falta de ética, confiança e transparência	<u>Forças:</u> PP influencia a governança PP obriga poder político a gerir melhor (aprendizagem) PP fiscaliza o poder político PP = motor boa gestão + boas práticas PP= + capacitação <u>Positivo:</u> + Compromissos, e de longo prazo + envolvimento Relevo ao processo (PP) Mantém foco no público-alvo – a comunidade .

Presidentes de Câmara	<u>Positivo:</u> Participação direta em assuntos do interesse coletivo Existem vários níveis de participação: - ao abrigo da lei - no dia adia - auscultação periódica - produção Orçamentos e GOP's <u>Necessidades:</u> + iniciativa da comunidade Ir + próximo das pessoas, às localidades <u>Negativo:</u> Informação pós-decisão não serve a PP	<u>Positivo:</u> Decisões participadas = + coesas + fortes + incontestáveis + legitimadas Auscultação dos munícipes <u>Necessidades:</u> Incorporar as opiniões dos munícipes + Comissões de moradores + grupos de cidadãos	<u>Estímulos:</u> PP= melhor desenvolvimento PP= + ideias + criatividade + Processos micro <u>Limitações:</u> Insuficiente interpretação e entendimento dos processos pelas comunidades (auto-consciência)	<u>Forças:</u> PP -> fundamental PP = + capacitação PP= + ideias a capitalizar = melhores decisões Consensualização de interesses <u>Positivo:</u> + PP + qualificada = Governação + Gratificante
Atores chave	<u>Positivo:</u> Processos desenvolvidos pelas pessoas Cidadãos tomarem consciência que expectativas são consideradas <u>Negativo:</u> P individualizada, isolada, formatada, pela internet (participação pseudo coletiva) Participação «teórica» <u>Necessidades:</u> + participação informal + espaços informais para decisão, formação e capacitação Retomar largos, cafés e outros espaços + democracia direta Mudanças comportamentais -> + favoráveis ao DL	<u>Positivo:</u> PP facilita decisões PP +eco na opinião pública = reforça posição PP = - manipulação + defesa dos interesses . públicos + bem comum + compreensão + legitimidade (porque + contributos + discussão) <u>Necessidades:</u> Criar uma opinião pública (para ir aumentando a participação e a capacitação)	<u>Estímulos:</u> Conseguir aumentar a PP -> +sustentabilidade + endogeneidade PP = desenvolvimento BG (e vice versa) Criar condições para + capital social <u>Limitações:</u> Pouca PP PP tem muita influência no desenvolvimento (pode ser negativa, por escassa)	<u>Forças:</u> PP -> muito importante Organização da sociedade civil Boa governação local Governança local, regional e nacional = bottom up PP = + atenção da governança Atores influenciam a forma de gestão Dinâmica económica, social, cultural = formas e dinâmismos de governação + gestão territorial <u>Fraquezas:</u> Depende de quem lidera as autarquias Território BG + DS adequado = exigência PP + gestão transparente Qualificação dos atores

Categorias / Sub Categorias Informantes	Formas																																																																						
Comunidade	Em termos de estímulos para o desenvolvimento local deste território, os inquiridos classificam assim os seguintes aspetos: <table><tr><th>Aspetos</th><th>Irrelevante</th><th>Relevante</th><th>Muito relevante</th><th>Relevante + Muito relevante</th></tr><tr><td>Um maior envolvimento das comunidades locais na definição e implementação de políticas públicas locais</td><td>1.9</td><td>50.9</td><td>47.2</td><td>98.1</td></tr><tr><td>Um maior protagonismo dos atores locais quando se materializam projetos de desenvolvimento</td><td>7.0</td><td>58.6</td><td>34.5</td><td>93.0</td></tr><tr><td>Uma forte sensibilização da população para a importância dos recursos locais no crescimento economia</td><td>1.3</td><td>38.4</td><td>60.3</td><td>98.7</td></tr><tr><td>Formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede</td><td>4.8</td><td>46.7</td><td>48.5</td><td>95.2</td></tr><tr><td>Formulação e implementação de políticas públicas conjuntas para todo o território</td><td>3.5</td><td>57.7</td><td>38.8</td><td>96.5</td></tr><tr><td>Ambientes de confiança generalizada</td><td>1.9</td><td>48.7</td><td>49.5</td><td>98.1</td></tr><tr><td>Fortes relações entre instituições locais</td><td>2.7</td><td>46.6</td><td>50.7</td><td>97.3</td></tr><tr><td>A capacitação da sociedade civil para encontrar estratégias próprias e exercer controlo sobre o processo de desenvolvimento do território</td><td>2.7</td><td>49.2</td><td>48.1</td><td>97.3</td></tr><tr><td>Grau de capacitação da comunidade para identificar soluções adequadas para os problemas que a afetam</td><td>2.9</td><td>50.8</td><td>46.3</td><td>97.1</td></tr></table> Quando envolvidos em processos de participação pública, os inquiridos referem a sensação de: <table><tr><th>Tipo de Participação</th><th>X</th><th>Tipo de Participação</th><th>X</th></tr><tr><td>Apenas de informação</td><td>26,0</td><td>Manipulada</td><td>2,3</td></tr><tr><td>Apenas consultiva</td><td>16,8</td><td>Interativa</td><td>9,2</td></tr><tr><td>Espontânea/ Voluntária</td><td>16,8</td><td>Imposta</td><td>1,5</td></tr><tr><td>Passiva</td><td>9,2</td><td>Valeu a pena</td><td>18,3</td></tr></table> Para tratar de assuntos relacionados com o território, o desenvolvimento local, a utilização dos recursos locais, as questões sociais e culturais, etc, a forma mais facilitadora da participação pública é a “Participação coletiva (de forma organizada)” sendo igualmente apontada como a mais eficaz.	Aspetos	Irrelevante	Relevante	Muito relevante	Relevante + Muito relevante	Um maior envolvimento das comunidades locais na definição e implementação de políticas públicas locais	1.9	50.9	47.2	98.1	Um maior protagonismo dos atores locais quando se materializam projetos de desenvolvimento	7.0	58.6	34.5	93.0	Uma forte sensibilização da população para a importância dos recursos locais no crescimento economia	1.3	38.4	60.3	98.7	Formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede	4.8	46.7	48.5	95.2	Formulação e implementação de políticas públicas conjuntas para todo o território	3.5	57.7	38.8	96.5	Ambientes de confiança generalizada	1.9	48.7	49.5	98.1	Fortes relações entre instituições locais	2.7	46.6	50.7	97.3	A capacitação da sociedade civil para encontrar estratégias próprias e exercer controlo sobre o processo de desenvolvimento do território	2.7	49.2	48.1	97.3	Grau de capacitação da comunidade para identificar soluções adequadas para os problemas que a afetam	2.9	50.8	46.3	97.1	Tipo de Participação	X	Tipo de Participação	X	Apenas de informação	26,0	Manipulada	2,3	Apenas consultiva	16,8	Interativa	9,2	Espontânea/ Voluntária	16,8	Imposta	1,5	Passiva	9,2	Valeu a pena	18,3
Aspetos	Irrelevante	Relevante	Muito relevante	Relevante + Muito relevante																																																																			
Um maior envolvimento das comunidades locais na definição e implementação de políticas públicas locais	1.9	50.9	47.2	98.1																																																																			
Um maior protagonismo dos atores locais quando se materializam projetos de desenvolvimento	7.0	58.6	34.5	93.0																																																																			
Uma forte sensibilização da população para a importância dos recursos locais no crescimento economia	1.3	38.4	60.3	98.7																																																																			
Formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede	4.8	46.7	48.5	95.2																																																																			
Formulação e implementação de políticas públicas conjuntas para todo o território	3.5	57.7	38.8	96.5																																																																			
Ambientes de confiança generalizada	1.9	48.7	49.5	98.1																																																																			
Fortes relações entre instituições locais	2.7	46.6	50.7	97.3																																																																			
A capacitação da sociedade civil para encontrar estratégias próprias e exercer controlo sobre o processo de desenvolvimento do território	2.7	49.2	48.1	97.3																																																																			
Grau de capacitação da comunidade para identificar soluções adequadas para os problemas que a afetam	2.9	50.8	46.3	97.1																																																																			
Tipo de Participação	X	Tipo de Participação	X																																																																				
Apenas de informação	26,0	Manipulada	2,3																																																																				
Apenas consultiva	16,8	Interativa	9,2																																																																				
Espontânea/ Voluntária	16,8	Imposta	1,5																																																																				
Passiva	9,2	Valeu a pena	18,3																																																																				
Técnicos/Empresários	“As pessoas devem ser induzidas a opções de participação e de gestão do território.” [Refere-se ao facto de se dar opção às pessoas como uma forma de implementar a PP] “Temos de os ir buscar a casa, seja na vila ou no concelho (...) Muitas das vezes a câmara vai buscar “ “Para haver PP chega-se por vezes a ter de ir buscar as pessoas a casa para elas darem a sua opinião.” “Tem de haver associações que promovam. As associações devem ter voz única, com objetivos concretos, para falar por todos os empresários. Um objetivo de dinâmica única. Mais fortes ao dar a voz. São poucas e pequenas empresas que as associações representam. Pessoas com forte presença que possam ajudar” “Estrutura administrativa dos 4 concelhos, com 1 ou 2 pessoas com experiência que acompanhasse as empresas, promovendo o contacto das empresas com os centros de decisão. Há assuntos que temos de sair do território para resolvermos. Pessoas que tenham acesso aos centros de decisão. Porque é aí que as coisas se resolvem”. “As câmaras nunca tiveram interesse em criar uma bolsa de terrenos para essas pessoas. É fundamental criar parques empresariais. Centraliza-las. Os 4 concelhos com uma zona industrial de todos para que as coisas andem para a frente. O maior estímulo: criar condições para que as empresas desenvolvam a sua atividade. E isso passa pelo local de instalação das empresas”. [Refere-se a formas de estimular a participação dos empresários] Agruparem-se por grupos de atividade. 1º que tudo, darem-se bem uns com os outros, pois não há																																																																						

	união. Criar união, unidade e depois participação e em conjunto, depois fazer pressão. De quem decide, de quem governa. “Se o poder quisesse poderia criar uma base de dados feita de inquéritos, listas de necessidades, em que se ouvia a população sem estes se deslocarem” “As TBG têm dado conhecimento dos projetos, aprovações...” “fazem-se congressos, seminários...” “A associação uniu-se para os concelhos terem maior peso nas instituições públicas!” [Refere-se à associação empresarial]
Presidentes de Câmara	“(…)Não são as pessoas que vêm ter connosco. Antes de fazermos os açudes nas ribeiras, nós falámos com as pessoas e as pessoas foram. Opinaram, deram ideias, nomeadamente em termos de localização dos açudes. (...)” “(...) Nós temos um autocarro que tem a valência de “sala de cinema” e já o temos usado para fazer reuniões! E já temos feito! As pessoas participam e gostam! (...)”“(…) Outro momento de PP: - Tínhamos que destinar as escolas. Havia população que queria a escola para sede de associações de caçadores, outra parte da população queriam para local de culto. Como havia divisão, chamei as pessoas à escola para conversarmos e chegámos a votar! No Lutão ganhou o local de culto, mas havia um espaço ao lado, ficou para a associação de caçadores. Em Guerreiros do Rio. Noutra localidade, a população estava dividida, 50-50 e os ânimos exaltados...temos escolas transformadas em centros polivalentes. (...)“(…) As pessoas sabem que eu lhes escrevo lá para os montes (eu trabalho muito com os correios, conseguimos chegar às casas das pessoas e é barato).(…)” “Nós fazemos apresentação pública de projetos, fazemos seminários, fazemos esse tipo de coisas. Fazemos com inscrição” Eu acho que (...) podem haver dois níveis de participação ou três níveis de participação. Aqueles que são os processos de participação pública que têm a ver com aquilo que a própria lei obriga a um processo mais formal. Sobretudo ao nível dos Planos de Ordenamento do Território. (...) Isso é o que fazemos também! (...) nós efetivamente temos mais dois níveis de participação pública. Um nível periódico de passarmos em pequenos territórios, pode ser uma freguesia, ou dividirmos a freguesia em função da sua dimensão em 3,4 ou 5 territórios, e com e com alguma periodicidade, irmos fazendo algumas reuniões com as pessoas, - que isso aqui nós fazemos muito – sabermos qual é o seu estado de espírito, irmos informando. Informando e emitindo informação e recebendo informação também. Isso é um processo importante de participação pública. E outro no que respeita ao orçamento. Eu acho que é mais importante... às grandes opções do plano. Neste momento é mais importante o processo de participação pública constante e periódico do que o ato formal de um orçamento. Até porque este é um momento em que não há dinheiro para investir e portanto, não se trata de Grandes Opções do Plano, tratasse de ir acompanhando aquilo que são as dificuldades e os problemas das pessoas. (...)”“Temos feito isso (Câmara às vezes ia buscar as pessoas num processo ou outro)”“Nós fazemos apresentação pública de projetos, fazemos seminários, fazemos esse tipo de coisas. Fazemos com inscrição, por vezes fazemos até com alguma, dando alguma motivação às pessoas de virem (...)”“Já fizemos, mas desistimos!” [Reuniões descentralizadas] “(...) tivemos o orçamento participativo! Sim! A agenda XXI, não! (...)” “Sim. Devo-lhe dizer também que não temos desenvolvido muito essa prática. “ [Refere-se à caracterização do trabalho da autarquia relativamente a formas/mecanismos de envolvimento da população nas suas decisões] “Temos esboço de início da Agenda 21, do Orçamento Participativo mas não temos o trabalho muito desenvolvido”.“No caso da Câmara de Mértola como todas as Câmaras, houve aquele processo das Agendas XXI locais, a gente tenta sempre (...) A gente tenta sempre promover, já há anos apresentamos as Grandes Opções, este ano vamos fazê-lo novamente, foi o 2º ano de orçamento participativo, mas com maior intensidade este ano, com algumas propostas e sempre que há seminários, sempre que há alguma coisa mais específica da área como é o “Encontro de Empresários”(...)”
Atores chave	“Está previsto, tantas reuniões, tanto dos executivos camarários, a participação das populações em determinadas reuniões. Estão estabelecidas as condições em que as populações podem assistir aos debates, participar, intervir, fazer propostas.”“As pessoas juntam-se porque por exemplo, vão a uma festa... porque vão ouvir uma coisa que se fez lá na Junta de Freguesia (...) Encontram-se para se encontrarem (...) falam nos cafés, com os amigos.” [Refere-se à PP informal]. “Ensinar às pessoas o que é a democracia e o que são as eleições; porque devem votar; porque se deve participar. (...) Começar com os mais novos, envolve-los nestas questões.” [Refere-se às escolas e o trabalho a desenvolver naquele espaço enquanto formas de PP] “O café Central chegou a ser o 1º polo cívico, aqui desta vila. Porquê? Era lá que a câmara

	funcionava. Não sei se sabes!? Ali o presidente da câmara fazia ali o seu dia-a-dia numa das mesas do café, a malta juntava-se à volta. Toda a comunidade decidia. Era numa altura que o centro da vila era ali. O “Central” e o “Guadiana” os dois cafés, eram o centro da vila, não é? E nessa fase foi decisiva essa participação. O ir falar com o presidente, falar com o vereador, estavam no café, estavam naquela hora no café a trabalhar, trabalhar ali no sítio fundamental da vila, que era o café Central. Depois começou a haver uma certa divisão e pulverização, que é normal, mas criaram-se outros polos. Criou-se o outro grande polo a seguir, que foi mais adiante na avenida. A avenida viveu durante mais ou menos 10 anos, em que à noite toda a vila se juntava. Toda a vila se juntava! Normalmente a juventude, e não só, em que se enchia, não era dentro do café. Era cá fora, os passeios, a rua inteira e o passeio inteiro do outro lado. Aquela rua inteira fechava-se (...) . Ainda outro polo muito interessante que foi o antigo dispensário. Aquilo foi muito importante para todos vós, para todos nós. Foi um ponto interessante. Porque era ali um sítio onde à noite também, toda a gente se juntava, um certo tipo de pessoas, ia sempre o presidente da câmara, iam sempre a malta também, as pessoas mais interessadas e interessantes e participativas, e mais. E começou a haver um, era onde se discutiam os problemas políticos da vida e do mundo. Foi muito interessante, aquelas noites, naquele dispensário. Aqueles debates fundamentais em que todos, aí soldamos e solidificamos uma série de ideias, de projetos. Foram noites fundamentais durante 4 ou 5 anos.” “Toda uma série de gente muito interessante que está aqui ainda, que foram formados ali. Depois tinham a parte do convívio, a parte do convívio onde se tocava guitarra, em que se discutiam as questões. Foi uma escola interessante!” “O que é hoje participação, portanto, é aquilo que a gente tem hoje, participa cada vez mais, pela internet.” “(...) difusão do conhecimento, de informação e de fóruns e de espaços de debate, de esclarecimento, e antes disso de recolha de expectativas de ideias, de preocupações que as pessoas têm com esses territórios.” “Há muitas formas de trabalhar. Eu penso que há várias formas de trabalhar isso e vários mecanismos”. “Eu julgo que mais que a questão de encontrar uma coisa formatada, ou formatar algo, eu acho que é mais uma questão do processo em si a ser desenvolvido pelas várias pessoas. Tem que partir das próprias instituições, ou então; por pressão dos cidadãos ao tomarem consciência que não estão a ser ouvidos, e que os seus anseios batem numa muralha de incompreensão por parte das entidades territoriais relativamente àquilo que são os seus anseios e as suas ideias e contributos para o desenvolvimento dos territórios, têm de passar para mudanças comportamentais. Isto é: tem de ser, é como eu estava dizer há pouco tempo: começar a trabalhar quando as instituições e as pessoas quisessem juntar-se para projetos, trabalhos de cooperação em conjunto para estes locais, que naturalmente têm de ser obviamente apoiados para algumas facilidades que as administrações locais e regionais dão ou propõem, mas são sobretudo mudanças comportamentais que podem existir.” “Tem havido colóquios, seminários por iniciativa de Mértola, ou por iniciativa aqui dos concelhos algarvios. Tem havido pontos em que temos estado juntos, em que se tem discutido. “Aliás, o Jornal do Baixo Guadiana veio para criar a opinião.” “Com várias outras atividades: levar uma assembleia de municipal a uma escola!? Para os mais novos perceberem, que há verbas para a escola, que com esse dinheiro podemos comprar equipamentos para a escola. E que a decisão de escolher o equipamento a comprar foi deles. Questões que possam entender. Há necessidade de lhes ensinar o que é a democracia. Os políticos têm de estar disponíveis para irem até às escolas.” [Refere-se às deslocações dos políticos à escola como instrumento]. “Uma coisa simples: - é o orçamento participativo, que algumas autarquias começam a fazer. É uma forma de as pessoas começarem a acreditar”. “É uma participação pseudo coletiva. Tu participas individualmente, sozinho no teu computador. Teoricamente participas, não sei onde. Em coisas válidas, em atividades, isso é hoje a participação. Eu estou-me a reportar aos instrumentos de um território em revisão”. “(...) orçamento participativo e há outras formas de nós podermos trabalhar a esse nível”

Categorias / Sub Categorias Informantes	Tomada de decisão
Comunidade Cf questionário	É atribuída muita importância à participação dos atores locais nas tomadas de decisão. Sentir que vive num “território de projeto (onde há projetos e estratégia)” é salientado como muito importante para a participação pública em processos de desenvolvimento. A participação pública influencia as decisões. São decisões participadas e mais sustentadas. As pessoas revêem-se nas políticas adotadas pelo que as decisões são melhor aceites.
Técnicos/Empresários	“Os governantes julgam-se apenas julgados de 4 em 4 anos com as eleições. Deveriam ouvir as pessoas sobre as próprias ações não só nas eleições.” “Há por parte de quem conduz os processos no final destes, tentativa de legitimá-los. “
Presidentes de Câmara	“ (...) Lógico! Qualquer decisão que tenha a participação das pessoas sabe muito melhor a um presidente de câmara! E claro que as decisões ficam mais legitimadas. (...)”“(...) Quando eu sinto que é uma opinião, pode ser discordante, mas honesta, despida de preconceitos, naturalmente, tenho todo o gosto em ouvir as pessoas. Acho que qualquer político que seja inteligente, tem que incorporar e tem que ouvir as pessoas. E significa que as suas próprias soluções, são soluções mais coesas, mais fortes, mais incontestáveis. Mais! Podem servir sobretudo mais as pessoas (...) Sinto-me mais legitimado! Com certeza que sim ! (...)”“Seguramente que sim, que sinto maior legitimidade quando há participação das populações. Isso é claramente inequívoco! Eu acho que a legitimidade fica extraordinariamente reforçada, e se alguma divergência ocorrer em termos de execução depois dessas decisões, dessas políticas, acho que o conforto que temos, é completamente distinto.” “Na nossa região não se vê muito isso, mas penso que podia surgir...enfim... grupos de cidadãos, uma comissão de moradores ou de utentes do Centro de saúde, que são grupos que se podem organizar. Que podem apelar à participação pública e que podem por via desse número de participações, ter ideias ou enriquecer aspetos que uma pessoa só por si não consegue.” “E claro que as decisões ficam mais legitimadas “...Legitimidade um presidente de Câmara tem por via do ato eleitoral. Agora realmente sentir-me-ia mais descansado, mais confortável na minha posição se houvesse maior participação pública. Havendo menos, como é evidente posso estar tomando uma boa decisão embora sendo participada por poucas pessoas ficam sempre algumas dúvidas. Se for participada por mais, essa boa decisão pode ser ainda melhor, enriquecida nos seus aspetos e sobretudo estou mais descansado porque há uma participação maior dos munícipes. Sem dúvida nenhuma” “Há poucos dias tive uma munícipe que me fez uma sugestão que eu acatei (...) parcialmente conseguiu-se pôr em prática. Esse assunto, esse tema saiu melhor porque houve esta participação e também há aqui uma coisa que é importante, muitas das vezes nós, aqueles que estão diretamente envolvidos nas matérias, tendemos a ter uma visão mais paternalista das coisas e se houver uma opinião que vem do exterior, que vem de fora, embora seja uma pessoa menos conhecedora do assunto, mas pode trazer alguma luz e até algum caminho diferente que vá atingir o mesmo objetivo para essa mesma situação. E acho que isso também pode ser favorável à discussão e depois à tomada de decisão.”
Atores chave	“Reforça! Reforça sempre! (...) E digo que isto facilita muito as decisões quando encontram eco nas opiniões públicas.” [Refere-se ao facto da PP legitimar a tomada de decisão] “(...) quando há participação publica há maior legitimidade mesmo que seja só moral para tomar decisões. Um presidente de câmara ou de uma associação, se as pessoas participam, dão

	contributo, isso reforça a legitimidade.” “Criar uma opinião pública não quer dizer que isso se traduza desde logo em movimentações e as pessoas virem a correr desde logo às assembleias gerais das associações. Esse esclarecimento da opinião pública pode muitas vezes não se tornar imediatamente participativo, mas é importante que exista, que as pessoas saibam! Já é uma força material mesmo quando as pessoas ficam em casa a pensar que era bom que se fizesse a ponte e não sei mais o quê...já é bom! Já legitima mais as decisões.” “Completamente! Se fosse político sentia-me mais confortável! (...)” [Refere-se ao facto da PP legitimar a tomada de decisão] “O café Central chegou a ser o 1º polo cívico, aqui desta vila. Porquê? Era lá que a câmara funcionava. Não sei se sabes!? Ali o presidente da câmara fazia ali o seu dia-a-dia numa das mesas do café, a malta juntava-se à volta. Toda a comunidade decidia. Era numa altura que o centro da vila era ali. O “Central” e o “Guadiana” os dois cafés, eram o centro da vila, não é? [Como as decisões eram partilhadas, isso legitimava-as]. “Essa pessoa a ser muito menos manipulada por indivíduos que têm outros interesses completamente distintos da defesa dos interesses públicos, do bem comum e passa ela própria a compreender e a legitimar as tomadas de posição que resultam depois destes processos de participação, de discussão, etc. que entretanto se geram.”

EVIDÊNCIAS

SUB TEMA: Mecanismos

Categorias / Sub Categorias Informantes	Desenvolvimento
Comunidade Cf questionário	O desenvolvimento dos territórios apoia-se, antes de tudo na formação dos atores e nas redes que estabelecem entre si e que a participação dos cidadãos é importante para a salvaguarda dos recursos locais é fortemente defendida pelos inquiridos
Técnicos/Empresários	“É motor de alavanca para o desenvolvimento do território (...) Nesse sentido a participação pública é um motor para a boa gestão do território”. “O processo de DS irá despoletar a PP. Os níveis de p estão tão baixos q n vão puxar o desenvolvimento. O desenvolvimento irá despoletar a PP”. “Para o processo de desenvolvimento sustentável, primeiro tem de haver PP, partilha de conhecimento. Se for ao contrário o desenvolvimento sustentável nunca vai acontecer. Primeiro tem que haver mais participação.” “O desenvolvimento do território irá despoletar a PP e mais tarde o inverso”. “O desenvolvimento passa por ouvir primeiro as pessoas. Se não houver partilha de trabalho em rede, não há DS. É uma coisa pontual, não tem continuidade”. “A PP vai puxando, gerando desenvolvimento.” “Os 2 processos influenciam-se e são importantes! Saber qual o mais fácil de implementar. O 1º é mais fácil! Claramente os 2 são importantes.” “O somatório dos interesses privados não gera o interesse público mas, contribue. O desenvolvimento e PP interagem. O desenvolvimento é abstrato, vários componentes. A PP o processo pode ser controlado. Influenciam-se mutuamente.” “Não é considerado importante a PP. E assim não se está a zelar pelos interesses do território. Assim é grave! O poder político não está a zelar pelos interesses do território!” “Pouca PP submetida a poucos processos; situações perversas; falta de ética e transparência; de valores e atitudes; de confiança e que são os mais importantes para os processos de desenvolvimento, não acontecendo afasta as pessoas.” “Na participação pública há, ou deveria haver, troca de ideias, partilha de informação e conhecimento, que levaria à criação de novos nichos de mercado. Porque nesta região tem de se pensar em termos micro, para poder haver desenvolvimento sustentável.”

Presidentes de Câmara	(...) Se houvesse PP ajudaria a desenvolver melhor o território, mais ideias, mais criatividade. (...)" "(...) A PP pode ajudar a esses pequenos processos de desenvolvimento, e muito.(...)" "(...)Seguramente que sim! (...)" [Contributo para o DL] "A participação pública pode de facto, contribuir para o desenvolvimento dos territórios, no BG seria muito importante ter-mos muitas mais pessoas a opinar, a dar sugestões (...)" "A participação pública passará naturalmente pela compreensão, pela interpretação à comunidade e que levam com que os vários membros dessa comunidade se envolvam e procurem manifestar a sua opinião, imprimindo o seu entendimento nas coisas e no seu próprio desenvolvimento." "Contribui! De certeza que sim! Contribui certamente e na minha opinião deveria fazê-lo (...). Acho que a participação pode e deve ajudar a desenvolver o território."
Atores chave	"Sim, uma relação claríssima. (...) São cúmplices umas das outras e influenciam-se mutuamente. Dificilmente um território como este terá um desenvolvimento adequado, sustentável, se não tiver a participação," [Refere-se à relação entre PP e DL] "O conseguir a participação das pessoas é sempre, sempre uma grande batalha quando se trata do desenvolvimento do território mas é por isso que ela é tão importante para a sustentabilidade e endogeneidade desse território." "– Sim! Tinha todo o sentido!" [Refere-se à influência da PP no DL] "É uma lógica de pescadinha de rabo na boca... Crias umas condições, tens outras.... Agora qual é que puxa a outra!? Se houver uma, haverá a outra!" [Refere-se à relação entre desenvolvimento sustentável e PP] "Não tenho nenhuma dúvida! Não tenho nenhuma dúvida! Porque essa participação é importantíssima, porque depois as pessoas nunca se encontram e portanto, começam a sectorizar-se. Quer dizer: - Os grupos daquilo, os grupos daquilo, os grupos daqui, são os únicos que se encontram nos seus locais específicos, não são?! Portanto, deixa de haver uma participação cidadã, que é o tratar das coisas da terra. Coisas em coletivo, as coisas mais amplas, como o principalmente as coisas políticas, era aí que se discutiam as questões: - Quem é o candidato? - Quem é que se vai? ; - Quem é a pessoa interessante...?" [Refere-se à relação entre a PP e o Desenvolvimento] "Claro que contribui, sempre! Indubitavelmente." [Refere-se ao contributo da PP para o Desenvolvimento] "Certamente que influencia! Certamente! E isso é... Parece-me perfeitamente claro! Primeiro cria condições para a constituição, ou para o reforço dum capital social. E isso é logo! (...) .O próprio modelo de desenvolvimento de um território pode ser influenciado para melhor ou para pior em função da maior ou menor participação pública" [Refere-se à influência da PP no desenvolvimento] "É através do estímulo de processos participativos, que se pode influenciar o desenvolvimento do BG"

Categorias / Sub Categorias Informantes	Governança
Comunidade Cf questionário	Tem conhecimento de processos de participação pública neste território? Sim Já esteve envolvido em processos de participação pública neste território? Não
Técnicos/Empresários	“Claro que influencia na medida em que o poder político sentindo-se observado sobre as atitudes e decisões, sente-se obrigado a gerir melhor porque a PP é fiscalizadora do poder político. Nesse sentido a participação pública é um motor para a boa gestão do território e para as melhores práticas das governanças locais.” “É forma de auscultar as pessoas para quem governa sem esquecer o público-alvo.” “Influencia”(JM)[Relação entre PP e Governança] “Extremamente importante o aumento da PP. A noção de aliança entre pessoas e agentes. Compromissos a longo prazo. O processo em si é que é importante.” “Maior PP contribuiria para aprendizagem dos governantes a terem capacidade de aprender e evoluir. Maior participação contribuiria para essa capacitação. Seria um ganho importante. Contribuiria para criar laços de compromisso, todos envolvidos permanentemente, haveria ganhos para a governação. Os políticos e as populações.”
Presidentes de Câmara	“Por vezes aparecem ideias giras que eu capitalizo! Qualquer autarca não deve ser insensível ao que se diz, e ao que se ouve!” “Eu sempre achei que: “Todos é que sabemos de tudo!” [Refere-se ao facto da PP contribuir para a Governança] “Sim! Completamente! Incorporo muitas vezes as sugestões que vou tendo nas minhas decisões. Eu acho que a gente tem de construir as coisas com as pessoas e com as pessoas que utilizam, que vão usufruir seja do que for. É uma estupidez a gente pensar que somos uns iluminados e a nossa ideia é que prevalece.” “Sim, sim! Naturalmente que sim, incorporo, por pouco que haja de participação, de opinião, de envolvimento das pessoas, nas tomadas de decisão municipais.” “(…) Pensando agora no país; se cada um de nós sentisse que era sua obrigação inteirar-se das coisas da governação, levar o conhecimento certo e real de quanto é que se andava a gastar, quanto é que se produzia, são coisas muito simples, quanto é que se andava a gastar? Quanto é que se andava a produzir? Onde é que vinha a diferença e tudo o mais, as coisas nunca chegariam ao termos que chegaram. Isso é um pouco esse défice que nós temos de participação cívica que todos nós temos! (...)” !“(...) Mas incorporamos naturalmente quando vemos que as sugestões, que a participação delas, resulta em vantagem para o todo. Normalmente incorporamos e procuramos sempre consensualizar os interesses. Procuramos sempre uma via que satisfaça do melhor modo aquilo que é o resultado da participação e aquilo que era a nossa ideia originária. (...)” “É uma certa frustração de facto, das pessoas não participarem. Porque eu acho que quanto mais as pessoas participarem e de um modo mais preparado estiverem nessa preparação, mais qualificado é o nosso papel! E mais gratificante é também o nosso papel” “Sim, sim. Eu aceito muito bem essa participação e até desejo essa participação e sei, venha ela donde vier, há sempre uma reflexão minha sobre essa mesma opinião, sobre essa mesma ideia, há sempre! Toda a participação pública é importante mas nós também sabemos que há questões que nos são colocadas pelo público, se calhar por desconhecimento, são questões que pouco ou nada têm a ver com a autarquia, mas realmente há ideias muito boas.”

Atores chave	“Sim, e sobretudo quando são acompanhadas por formas de organização, através de associações de desenvolvimento, e doutro tipo de associações, associações recreativas, desportivas, acho que tudo isto ajuda, e esse envolvimento da população é muito favorável à governação local.” “Sim, uma relação claríssima. Há uma relação claríssima entre a participação dos cidadãos, da governança e do desenvolvimento. São cúmplices umas das outras e influenciam-se mutuamente. Dificilmente um território como este terá um desenvolvimento adequado, sustentável, se não tiver a participação, o envolvimento dos seus cidadãos se não tiver uma gestão transparente, com todos”. “É muito diversa a situação e depende também de quem está à frente das autarquias. Eu creio, que uma maneira geral, a tendência é incorporar. [Refere-se ao facto dos poderes locais incorporarem ou não os resultados dos processos de PP] “Que as bases pudessem influenciar uma questão de governança local, regional e nacional.” [Refere-se à relação PP/Governança] “Os políticos ainda não perceberam a força da PP para os ajudar! Em países mais desenvolvidos, os contribuintes podem questionar onde foi gasto o dinheiro dos seus impostos. Aqui nós escondemos tudo.” “A participação garante à partida mais atenção às práticas de governança local”.

TEMA: GOVERNANÇA

SUB TEMA: REDES

Sub Tema	Categorias / Sub Categorias
	Dinâmicas de partilha e articulação de poderes
	Confiança
	Fatores Potenciadores/Facilitadores
	Fatores inibidores/constrangimentos

Opinião das Comunidade

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Dinâmicas de partilha e articulação de poderes	Os questionários revelam que, apesar de tudo, no território existem parcerias locais. No entanto, quanto à ética na governança e confiança entre os atores, a percentagem dos que dizem existir é já bem menos, sendo muito superior o número dos que dizem não existir. São menos ainda os que referem existir participação pública no território. Não admira por isso que os valores apontados sejam medianos para o nível de envolvimento dos indivíduos neste território no que se refere ao desenvolvimento local, mas seja negativo em termos de governança local e ainda mais no que se refere à participação pública. Parcerias conhecidas são maioritariamente em Associações Locais, em menor número nas Câmaras e residualmente em eventos. Noutras entidades quase não têm expressão. E, as referidas, são claramente intermunicipais. Esmagadoramente é referido que as boas práticas de governança local potenciam/facilitam o desenvolvimento sustentável, sendo as justificações mais referidas o fato de que só pode existir

	desenvolvimento sustentável se houver boas práticas de governação local e que aquelas garantem mais eficácia à própria governança.
Confiança	Confiança e a ética nas práticas de governança local são considerados muito importantes para as dinâmicas de governança em rede bem como as parcerias, particularmente atendendo às especificidades do BG. São as associações de desenvolvimento que estabelecem mais parcerias. As boas práticas de governança local geram mais confiança, justiça, equidade, motivação e vontade de participar no desenvolvimento do território.
Fatores Potenciadores/Facilitadores	Forte disponibilidade para a participar em iniciativas ou atividades de ação (cariz) coletivo que abrangessem o território da Baixo Guadiana embora essa participação se traduza mais em atividades de carácter lúdico, relacionadas com o património ou desenvolvidas por ADLs. O reconhecimento substancial de que as formas de governança, baseadas em parcerias e organizadas em rede, favorecem o estabelecimento de entendimentos e a criação de ambientes de confiança no BG o que pode ser um bom indicador de predisposição para processos conjuntos, motivando a participação e originando boas práticas de governança local.
Fatores inibidores/constrangimentos	Pouca ação coletiva e faltam parcerias fortes e duradouras. Reservas no que se refere à ética dos governantes e à confiança entre os atores. É necessária maior participação pública. As baixas densidades e a dificuldade de fixar jovens e indivíduos em idade ativa.

Opinião dos Técnicos e Empresários

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Dinâmicas de partilha e articulação de poderes	Os políticos querem muitas vezes a opinião das comunidades e dos técnicos apenas para legitimar as decisões. Ou porque é obrigatório. Mas por vezes o seu conhecimento parcial dos assuntos bem como os interesses podem limitar o desenvolvimento. Há falta de diálogo entre as entidades que representam o BG, o que leva por vezes a conflitos e dificulta o articular de estratégias conjuntas. É difícil mobilizar, é difícil que participem. Falta estruturação, faltam contatos, nestes processos. As pessoas não têm disponibilidade. Estão de costas, não trabalham em rede. As associações têm um papel preponderante. O sector privado participa quando tem dimensão ou tem interesses. Nem todos são tratados da mesma forma. As empresas locais mais pequenas têm de ter a mesma dimensão de outras com mais capital ou cujos objetivos de investimento no concelho se adaptam mais àquilo que é a visão estratégica. De outra forma raramente são ouvidos e nem isso é uma prioridade do próprio setor. Mas o território tem exemplos de trabalho proveitoso em parceria. A governança é frágil e sem qualquer organização em rede para além da definida no formato administrativo funcionalista.
Confiança	A confiança contribui para criar laços de compromisso mais permanentes e conduz a ganhos para a governação, para os políticos e para as populações. Quando poucos processos são submetidos a participação pública, há oportunidade de situações perversas, de falta de ética e transparência, diminui a confiança, aspetos que são essenciais para os processos de desenvolvimento. Não acontecendo afasta as pessoas dos processos de desenvolvimento local. Para criar relações de confiança era necessário que os políticos fossem responsabilizados. Sem que haja essa responsabilização, as decisões podem não ser as melhores para o território.
Fatores Potenciadores/Facilitadores	O território tem indivíduos e entidades com capacidade e vontade de lutar pelo território. A TBG é um bom exemplo disso. A recente criação da associação de empresários também. O trabalho em parceria é proveitoso. A população junta-se quando há interesses para o território. A existência de experiências de trabalho conjunto no território é um fator facilitador.

Fatores inibidores/constrangimentos	Falta de diálogo, alguns conflitos e diminuição das expectativas em relação ao poder político. O modelo de gestão não propicia uma maior participação no território. Porque se os poderes políticos não se conseguem encontrar, as populações também não se encontram. Cada entidade tem a sua própria agenda. Não há visão conjunta para o território. Há muitos planos mas que depois não se articulam entre si. Intervém-se mas cada um faz o trabalho à sua maneira, sem articular uns com os outros. As políticas públicas da governança estrangulam a PP no território com regulamentos, decretos-lei... O desenvolvimento é estrangulado. Falta objetividade. As câmaras não estão interessadas a ter um elemento “estranho” no meio dos processos. Estão habituadas a fazerem e a decidirem consoante a sua perspectiva de desenvolvimento. Uma associação, uma entidade que estivesse presente obrigaria a uma maior transparência, a um maior esclarecimento das decisões tomadas e consequentemente a uma governação melhor. Não há figuras de proa, de referência, em termos de lideranças locais, neste território o que torna a governança frágil. Não há capacidade de decisão nesta região o que seria fundamental. Era preciso uma pessoa que fizesse toda esta articulação no território.

Opinião dos Presidentes de Câmara

Categorias / Sub Categorias	
Dinâmicas de partilha e articulação de poderes	Há um histórico que conduz ao fato das Câmaras se dedicarem ao seu próprio território sem alargar mais as suas estratégias e que justifica o comodismo reinante traduzido em défice de parcerias e de articulação institucional o que conduz a um visível défice de articulação em todo o território porque falta essa sinergia do ator territorial local determinante. A procura de uma maior participação das populações e das entidades, no sentido de as envolver mais, a acontecer é apenas a nível concelhio. Critica-se a figura do Presidente de Câmara como aquele que tudo sabe e aquele que tudo decide e dispõe: Quer nas juntas de freguesias quer nas várias entidades, quanto mais participação coletiva houver, melhor.
Confiança	A confiança entre as pessoas, as instituições e as empresas, o terem objetivos comuns, o participarem conjuntamente, trocarem informações, constituem fatores importantes para o desenvolvimento do território. Mas é preciso criar estímulos para envolver as pessoas e as instituições mesmo por parte das Câmaras.
Fatores Potenciadores/Facilitadores	Independentemente da legislação, o presidente da câmara se quiser fazer uma governança participativa, envolvendo as pessoas, pode fazê-la. Em termos de governança local, há no território um conjunto de instrumentos já bastante importantes de transparência de informação aos cidadãos. TBG e recente associação de empresários são disso exemplo. Os atores juntam-se quando há interesse no território. A escola tem condições para ensinar a estimular, ensinar a trabalhar em parcerias. Estimular as parcerias é um trabalho que pode ser feito nos vários espaços, nos vários cenários em que se desenvolvem as atividades no território. As Câmaras, se desenvolverem boas práticas de governança e de partilha de poderes, podem servir de referência a outras entidades, aumentando assim a participação pública e a coesão territorial.
Fatores inibidores/constrangimentos	Pouca visão e reduzido número de ações conjuntas. Os autarcas precisam de ser mais ousados nas parcerias com os outros atores e em todo o território do BG. Ter uma visão superior, uma formação e educação diferente. Por vezes os prazos impedem maiores articulações e consensos. Parcerias são quebradiças, desconfiadas, muito institucionais, muito formais, sempre com muita reserva. O elemento essencial ao desenvolvimento é a confiança. É preciso de facto que exista confiança para que sejam mais fortes as dinâmicas territoriais. A ideia das pessoas é que quem está que decida, se não decidir bem mudamo-lo daqui a quatro anos. Democracia representativa.

Opinião dos Atores Chave

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Dinâmicas de partilha e articulação de poderes	É importante a monitorização dos processos participativos por questões de transparência, legitimidade, ética, conflitos de interesses e defesa de valores futuros. É o empenho das pessoas e das instituições que conduzem estes processos e do seu interesse em desenvolver o bem comum que dependem muito as condições para a participação ser maior, para a governança local ser mais forte e para o desenvolvimento sustentável poder consolidar-se. A televisão cortou muito as oportunidades de diálogo nas comunidades rurais, atrofiando a participação coletiva. Desaparecem igualmente os espaços tradicionais como as tabernas, cafés, influenciando negativamente a participação, o envolvimento das comunidades dos assuntos locais. Ao não ter essas oportunidades de debate de opiniões, os indivíduos ficam mais propensos à manipulação e passividade, à falta de informação, à possibilidade de ação coletiva.
Confiança	As relações de vizinhança, o juntar de vontades, a entreaajuda, os valores sociais e culturais num território, a confiança, são fundamentais neste território, até porque é um território frágil, sendo esses fatores ainda mais relevantes quer socialmente quer do ponto de vista económico. E são elementos que ajudam à própria participação, não àquela formal mas à verdadeira participação cidadã. A confiança entre os atores determina a vitalidade do processo e a pujança do desenvolvimento. Cria-se climas de segurança e partilha entre aqueles que estão cá a viver. O território deve ter parcerias mais fortes e duradouras, com objetivos fortes em termos de desenvolvimento. Há algumas parcerias principalmente entre as associações. Mas os políticos não sabem capitalizar essas parcerias em benefício do território, são pouco globais, não olham para o território no seu conjunto. No entanto, a participação que temos, com todos os seus defeitos e fragilidades, com todos os seus problemas, é incomparavelmente mais interessante que um território “nono color”, onde não existissem tantas referências associativas. No Projeto Integrado de Mértola foram as parcerias verticais e horizontais entre as várias instituições, e mesmo entre pessoas, que despoletaram e incrementaram um processo de desenvolvimento local endógeno, de referência nacional e internacional. Sem isso, sem essa conjugação de interesses, “nem metade tínhamos feito”. São essenciais para o desenvolvimento local. E só assim se mantém a sustentabilidade de qualquer projeto de desenvolvimento territorial. Existe muita informação mas está localizada em instituições territoriais. É preciso que as pessoas estejam determinadas na área motivacional, na área das éticas, dos comportamentos, que as pessoas independentemente de poderem ter as suas divergências, compreenderem que têm de trabalhar em conjunto e que têm de criar formas de partilhar informação e projetos. E essa constituição do capital social é que não está a acontecer e quando acontece é sempre com um bocadinho de desconfiança por parte das entidades territoriais, sobretudo dos municípios que têm sempre um pouco de receio de perder poderes, competências e atribuições dentro dos seus territórios. Há uma evolução mas é pequena e está muito focalizada em projetos materiais, mas que também são importantes. No BG, q a governação é muito focalizada principalmente no presidente de câmara.
Fatores Potenciadores/Facilitadores	A TBG tem feito mais pela economia daquele território do que eventualmente os municípios todos juntos, e de uma forma não política. Depende muito da qualidade e da visão dos autarcas, dos decisores e dos cidadãos do território e isso é uma vantagem porque temos essa capacitação. E há uma proximidade e vizinhança que podem ser muito importantes num processo de

	articulação conjunto, até porque as pessoas se conhecem. Ainda não há estratégia conjunta para este território mas está a haver um conjunto de iniciativas, de projetos que estão a ser desenvolvidos e que quase todos eles trazem, são obrigados a ter, uma componente de estratégia e outra de obrigar a que haja participação e a que se disseminem os resultados. Estes processos estão obviamente a criar fóruns, pontos de encontro entre entidades, pessoas, que vão trabalhando naquilo que é a necessidade de se criar uma estratégia para estes territórios o que vai ser importante no futuro em termos de dinâmicas conjuntas para o desenvolvimento.
Fatores inibidores/constrangimentos	Melhorar práticas de governança. Investir recursos e tempo nas relações entre os municípios para criar proximidade. Não se consegue atingir este patamar com a organização administrativa que temos. O município sobre põe-se a qualquer coisa. Há redundância de estruturas. Não há uma organização supra municipal. Quem não é eleito não tem qualquer espécie de poder. E os autarcas não se interessam muito pelo que se passa nos concelhos vizinhos. E isso vê-se também em outras entidades locais e regionais, às vezes mesmo nas freguesias. Enquanto a organização administrativa não for mais supra municipal, que se consigam redes entre municípios e outras entidades, será mais difícil. Apenas passeios e festas em conjunto é muito pouco. A freguesia com todos os seus defeitos tem um papel importante. O drama principal agora, como parece ir acontecer, é que podem suprimir uma série delas, que aparentemente não têm interesse, mas que na realidade são decisivas para a manutenção de pequenas comunidades rurais. Neste território, os instrumentos de gestão territorial não estão a ser bem divulgados. São precisas novas formas de governança local. O municipalismo permite alguns casos de um certo funcionalismo, paternalismos e muitas vezes clientelismos. E isso influencia o desenvolvimento do território pela negativa. Há muito mais probabilidades de aparecer gente menos capacitada a gerir territórios o que cria condições para esse território não se desenvolva de forma sustentada.

SÍNTESE DO SUB TEMA: REDES

Categorias / Sub Categorias Informantes	Dinâmicas de partilha e articulação de poderes	Confiança	Fatores Potenciadores/Facilitadores	Fatores inibidores/constrangimentos
Comunidade	Existem parcerias locais. As percentagens diminuem quanto à ética na governança e na confiança entre os atores. Pouca participação pública. Mediano o envolvimento no que se refere ao desenvolvimento local, à governança local e ainda mais fraco no que se refere à participação pública. Parcerias maioritariamente em associações, em menor número nas Câmaras e residualmente em eventos. Noutras entidades quase não tem expressão. São claramente intermunicipais. Boas práticas de governança local potenciam/facilitam DS, sendo as justificações mais referidas que só pode existir DS se houver boas práticas de governação local e que aquelas garantem mais eficácia à própria governança.	Confiança e ética nas práticas de governança local são consideradas muito importantes para as dinâmicas de governança em rede bem como às parcerias, particularmente atendendo às especificidades do BG. São as associações de desenvolvimento que estabelecem mais parcerias. As boas práticas de governança local geram mais confiança, justiça, equidade, motivação e vontade de participar no desenvolvimento do território. São fatores essenciais.	Forte disponibilidade para participar em iniciativas ou atividades de ação (cariz) coletivo embora essa participação se traduza mais em atividades de caráter lúdico, relacionadas com o património ou desenvolvidas por ADLs. Formas de governança, baseadas em parcerias e organizadas em rede, favorecem o estabelecimento de entendimentos e a criação de ambientes de confiança o que pode ser um bom indicador de predisposição para processos conjuntos, motivando a participação e originando boas práticas de governança local.	Pouca ação coletiva e faltam parcerias fortes e duradouras. Reservas no que se refere à ética dos governantes e à confiança entre os atores. É necessária maior participação pública. As baixas densidades e a dificuldade de fixar jovens e indivíduos em idade ativa é evidente.
Técnicos/Empresários	Os políticos querem a PP apenas para legitimar as decisões. Ou porque é obrigatório. O seu desempenho e interesses podem limitar o desenvolvimento. Falta diálogo entre as entidades o que leva por vezes a conflitos e dificulta o articular de estratégias conjuntas. Dificuldade em mobilizar e participar. Falta estruturação, contatos e disponibilidade nestes processos. As pessoas não trabalham em rede. As associações têm um papel preponderante. O sector privado participa quando tem dimensão ou tem interesses. Nem todos são tratados da mesma forma. As empresas locais mais pequenas raramente são ouvidos mas nem isso é uma prioridade do próprio setor. Mas o território tem exemplos de trabalho proveitoso em parceria. Governança é frágil e sem qualquer organização em rede para além da definida no formato administrativo funcionalista.	A confiança contribui para criar laços de compromisso mais permanentes e ganhos para a governação, para os políticos e para as populações. Quando poucos processos são submetidos a participação pública, há situações perversas, de falta de ética e transparência o que diminui a confiança, aspeto que é essencial para os processos de desenvolvimento. Não acontecendo, afasta as pessoas dos processos de desenvolvimento local. Para criar relações de confiança era necessário que os políticos fossem responsabilizados. Sem isso as decisões podem não ser as melhores para o território.	O território tem indivíduos e entidades com capacidade e vontade de lutar pelo território. A TBG é um bom exemplo disso. A recente criação da associação de empresários também. O trabalho em parceria é proveitoso. Os atores junta-se quando há interesses no território. A existência de experiências de trabalho conjunto no território é um fator facilitador.	Falta de diálogo, alguns conflitos e diminuição das expectativas em relação ao poder político. Modelo de gestão não propicia uma maior participação no território. Cada entidade tem a sua própria agenda. Não há visão conjunta para o território. Planos que não se articulam entre si. As políticas públicas da governação estrangulam a PP com regulamentos, decretos-lei... o desenvolvimento é estrangulado. Falta objetividade. As câmaras não estão interessadas em ter um elemento “estranho” no meio dos processos. A participação obrigaria a uma maior transparência, a um maior esclarecimento das decisões tomadas e consequentemente a uma governação melhor. Não há figuras de referência o que torna a governança frágil. Não há capacidade de decisão o que seria fundamental. Falta uma pessoa que faça esta articulação.
Presidentes de Câmara	Há um histórico que conduz ao fato das Câmaras se dedicarem ao seu próprio território sem alargar	A confiança entre as pessoas, as instituições, as empresas, terem objetivos comuns, participarem	Presidente da câmara pode fazer uma governança participativa, envolvendo as pessoas. Em termos	Pouca visão e ações conjuntas. Os autarcas precisam de ser mais ousados nas parcerias com

	mais as suas estratégias e que justifica o comodismo reinante traduzido em défice de parcerias e de articulação institucional o que conduz a um visível défice de articulação em todo o território porque falta essa sinergia do ator territorial local determinante. Procura de uma maior participação das populações e das entidades, no sentido de as envolver mais. Figura do Presidente de Câmara como aquele que tudo sabe e aquele que tudo decide e dispõe.	conjuntamente, trocaram informações, são fatores importantes para o desenvolvimento do território. Mas é preciso criar estímulos para envolver as pessoas e as instituições mesmo por parte das Câmaras.	de governança local, há no território instrumentos, importantes de transparência e informação. A escola deve ensinar a estimular, as parcerias. Estimular as parcerias é um trabalho que pode ser feito nos vários espaços, nos vários cenários em que se desenvolvem as atividades no território. As Câmaras, se desenvolverem boas práticas de governança, de partilha de poderes, podem servir de referência a outras entidades, aumentando assim a participação pública e a coesão territorial.	os outros atores e em todo o território. Ter uma visão superior, uma formação e educação diferente. Por vezes os prazos impedem maiores articulações e consensos. Parcerias parcerias são quebradiças, desconfiadas, muito institucionais, muito formais, sempre com muita reserva. O elemento essencial ao desenvolvimento é a confiança. É preciso de facto que exista confiança. A ideia das pessoas é que quem está que decida, se não decidir bem mudamo-lo daqui a quatro anos. Democracia representativa.
Atores chave	É importante a monitorização dos processos participativos por questões de transparência, legitimidade, ética, conflitos de interesses e defesa de valores futuros. É do empenho das pessoas e instituições que conduzem estes processos e do seu interesse em desenvolver o bem comum que dependem muito as condições para a participação ser maior, para a governança local ser mais forte e para o desenvolvimento sustentável poder consolidar-se. A televisão cortou muito as oportunidades de diálogo nas comunidades rurais, atrofiando a participação coletiva. Desaparecem igualmente os espaços tradicionais como as tabernas, cafés, influenciando negativamente a participação, o envolvimento das comunidades dos assuntos locais. Ao não ter oportunidades de debate de opiniões, fica mais propenso à manipulação e passividade, à falta de informação, Falta ação coletiva.	Relações de vizinhança, juntar vontades, entajuda, valores sociais e culturais e confiança, são fundamentais, até porque é um território frágil e por isso esse fatores são ainda mais relevantes quer socialmente quer do ponto de vista económico. Ajuda à participação cidadã. A confiança entre os atores determina a vitalidade do processo e a pujança do desenvolvimento criando climas de segurança e partilha. Parcerias mais fortes e duradouras, com objetivos fortes. Parcerias entre as associações. Os políticos não capitalizam essas parcerias em benefício do território, são pouco globais, não olham para o território no seu conjunto. As parcerias mantêm a sustentabilidade dos projetos de desenvolvimento territorial. Informação está muito localizada em instituições territoriais. É preciso valorizar as áreas das éticas, dos comportamentos, criar formas de partilhar informação e projetos. E essa constituição do capital social é que não está a acontecer. Municípios têm receio de perder poder. Governança focalizada no presidente de câmara.	A TBG tem feito mais pela economia daquele território que os próprios municípios todos juntos, e de uma forma não política. Depende muito da qualidade e da visão dos autarcas, dos decisores e dos cidadãos do território e isso é uma vantagem. E há uma proximidade e vizinhança que pode ser muito importante num processo de articulação conjunto, até porque as pessoas se conhecem. Ainda não há estratégia conjunta para este território mas, está a haver um conjunto de iniciativas e de projetos que estão a ser desenvolvidos, que trazem, uma componente de estratégia. Estes processos estão a criar fóruns, pontos de encontro entre entidades, pessoas, que vão trabalhando naquilo que é a necessidade de se criar uma estratégia para estes territórios o que vai ser importante no futuro em termos de dinâmicas conjuntas para o desenvolvimento.	Melhorar práticas de governança. Investir recursos e tempo nas relações entre os municípios para criar proximidades o que não se consegue com a organização administrativa que temos. Não há uma organização supra municipal. Quem não é eleito não tem poder. Autarcas não se interessam muito pelo que se passa nos concelhos vizinhos. Só com organização administrativa mais supra municipal, se conseguirá articular entre os municípios. A freguesia tem um papel importante. Os instrumentos de gestão territorial não estão a ser bem divulgados. São precisas novas formas de governança local. O municipalismo permite um certo funcionalismo, paternalismos e muitas vezes clientelismos. E isso influencia o desenvolvimento do território pela negativa. Probabilidades de aparecer gente menos capacitada a gerir territórios o que cria condições ideais para esse território não se desenvolva de forma sustentada.

ANÁLISE VALORATIVA SUB TEMA: REDES

Categorias / Sub Categorias Informantes	Dinâmicas de partilha e articulação de poderes	Confiança	Fatores Potenciadores/ Facilitadores	Fatores inibidores/ constrangimentos
Comunidade	<u>Positivo:</u> Boas práticas de governança local potenciam o D S Existem parcerias locais <u>Razoável:</u> Parcerias maioritariamente em associações, em menor número nas Câmaras e residualmente em eventos <u>Negativo:</u> Pouca participação pública Nas entidades não públicas, parcerias quase não tem expressão Mediano envolvimento na governança local Pouca crença quanto à ética na governança e na existência de confiança entre atores.	<u>Contributos:</u> Boas práticas de governança local Boas dinâmicas em redes Facilita parcerias (essenciais na especificidade do BG) Mais justiça e equidade Mais motivação de participação <u>Necessidades:</u> da governança local: - melhores práticas - mais ética - mais responsabilizados	<u>Potenciadores:</u> Disponibilidade para a participar em iniciativas coletivas: - lúdicas - patrimoniais - dirigidas por ADL's Redes motivam participação e boas práticas <u>Facilitadores:</u> Governança: - baseada em parcerias - organizada em rede	<u>Inibidores:</u> Pouca ação coletiva Faltam parcerias fortes e duradouras Falta participação pública Dificuldade em fixar jovens e indivíduos em idade ativa. <u>Constrangimentos:</u> Reservas à ética dos governantes e à confiança entre os atores Baixas densidades
Técnicos/Empresários	<u>Positivo:</u> Papel das Associações TGB Associação de Empresários (recente) <u>Razoável:</u> Participação do setor privado (limitada pela dimensão) <u>Negativo:</u> Políticos querem a PP apenas para legitimação (ou por imposição) Opções de desenvolvimento dependentes de vontades pessoais Falta diálogo entre entidades Pouca articulação de estratégias conjuntas Pouco trabalho em rede Dificuldade em mobilizar e participar Não auscultação do pequeno empresariado (desigualdade) Governança é frágil Redes impostas (formato administrativo funcionalista)	<u>Contributos:</u> Compromissos mais permanentes Beneficia a governação, os políticos e as populações. Melhora os processos de desenvolvimento local <u>Necessidades:</u> Mais ética e transparência na participação pública Maior responsabilização dos políticos	<u>Potenciadores:</u> População unida Indivíduos e entidades com capacidade de lutar pelo território Bons exemplos: - TBG - Associação (recente) de empresários <u>Facilitadores:</u> Trabalho em parceria Benchmarkin local em experiências executadas	<u>Inibidores:</u> Falta no território: - visão conjunta - figuras de referência - quem faça a articulação - diálogo - planos articulados - objetividade Modelo de gestão não propicia maior participação Não há capacidade de decisão Agendas por entidade Câmaras receiam elementos «estranhos» <u>Constrangimentos:</u> Diminuição das expetativas em relação ao poder político Alguns conflitos Regulamentos, decretos-lei estrangulam a PP A participação obriga a maior transparência, esclarecimento e informação

Presidentes de Câmara	<u>Positivo:</u> Noção da necessidade de maior participação coletiva/ intermunicipal (da população e entidades) <u>Razoável:</u> Alguns participação a nível concelhio <u>Negativo:</u> Hábito de gestão em território fechado / visão restrita Comodismo Défice de parcerias Frac articulação institucional Falta de sinergias dos atores locais Pouca participação das populações e das entidades Excesso de presidencialismo	<u>Contributos:</u> Facilita objetivos comuns, importantes para o desenvolvimento do território <u>Necessidades:</u> Criar estímulos ao envolvimento das pessoas e instituições (Câmaras incluídas)	<u>Potenciadores:</u> Instrumentos de transparência e informação Estimular parcerias Práticas autárquicas de poderes partilhados Envolvimento das pessoas <u>Facilitadores:</u> Presidentes de Câmara A Escola	<u>Inibidores:</u> Pouca ousadia, visão e número nas parcerias Prazos limitados Parcerias muito institucionais e formais <u>Constrangimentos:</u> Falta visão superior, formação e educação diferente Falta de confiança entre parceiros Forma de interpretar a democracia representativa (por caução tetra-anual)
Atores chave	<u>Negativo:</u> Desaparecimento dos espaços tradicionais de participação nos assuntos locais Poucas oportunidades de debate Pouca participação coletiva Propensão à: - manipulação - passividade - falta de informação <u>Necessidades:</u> Monitorização dos processos participativos Transparência, legitimidade, ética, melhor resolução de conflitos de interesses Defesa de valores futuros Maior empenho dos atores líderes Maior participação Governanças locais mais fortes	<u>Contributos:</u> Fomenta relações de vizinhança e de entreajuda Ajuda à participação cidadã Gera parcerias mais fortes e duradouras Dinamiza atores e parcerias Fortalece a vitalidade do processo Fortalece o território em termos sociais e económicos <u>Necessidades:</u> Mais parcerias Valorizar da ética e dos comportamentos de partilha. Constituição de capital social Descentralização da informação Dar perspetiva global às parcerias /e aos políticos	<u>Potenciadores:</u> Capacitação e visão dos autarcas, dos decisores e dos cidadãos Articulação conjunta Criação de fóruns e pontos de encontro entre entidades e pessoas Elaboração de uma estratégia comum <u>Facilitadores:</u> A TBG (um exemplo) Proximidade e vizinhança Obrigação dos projetos terem uma componente de estratégia, de participação e de disseminação	<u>Inibidores:</u> Organização administrativa atual Municípios receiam perder poderes, competências e atribuições Má divulgação dos instrumentos de gestão territorial Falta de proximidade entre municípios Governança focalizada no Presidente de câmara Desinteresse dos Autarcas pelos municípios vizinhos Práticas de governança incipientes Falta de novas formas de governança local <u>Constrangimentos:</u> Funcionalismo, paternalismo e clientelismo Dificuldade em obter bons níveis de proximidade Falta organização supra municipal Dependência de eletividade com legitimação Possibilidade de eleição de autarcas pouco capacitados Sustentabilidade de longo prazo dependente de ciclos eleitorais curtos

Categorias / Sub Categorias Informantes	Dinâmicas de partilha e articulação de poderes																																																																			
Comunidade	Dos seguintes aspetos, quais considera que existem neste território? <table><tr><td>Aspetos</td><td>Sim</td><td>Não</td></tr><tr><td>As parcerias entre os atores locais</td><td>66,4</td><td>33,6</td></tr><tr><td>A ética na governança</td><td>38,6</td><td>61,4</td></tr><tr><td>A confiança entre os atores locais</td><td>35,8</td><td>64,2</td></tr><tr><td>A participação pública</td><td>28,1</td><td>71,9</td></tr></table> O nível de envolvimento dos indivíduos neste território é: <table><tr><td>Dimensões</td><td>Fraco</td><td>Médio</td><td>Forte</td><td>Médio + Forte</td></tr><tr><td>Na Participação Pública</td><td>57,6</td><td>39,2</td><td>3,2</td><td>42,4</td></tr><tr><td>Na Governança Local</td><td>54,0</td><td>41,5</td><td>4,5</td><td>46,0</td></tr><tr><td>No Desenvolvimento Local</td><td>44,6</td><td>50,9</td><td>4,5</td><td>55,4</td></tr></table> As boas práticas de governança local potenciam/facilitam o desenvolvimento sustentável ? Sim 96,3 %. Porquê? (Respostas aferidas da pergunta aberta): Só pode existir desenvolvimento sustentável se houver uma boa governação local. Garantem mais eficácia. Conhece uma boa parceria existente no território? <table><tr><td>Associações</td><td>70</td></tr><tr><td>Câmaras</td><td>26</td></tr><tr><td>Eventos /projetos</td><td>10</td></tr><tr><td>Outras OSC</td><td>7</td></tr><tr><td>Administração regional</td><td>3</td></tr><tr><td>Empresas</td><td>3</td></tr><tr><td>Escolas</td><td>3</td></tr><tr><td>Junta de freguesia</td><td>2</td></tr><tr><td>Imprecisos</td><td>18</td></tr><tr><td>TOTAL</td><td>142</td></tr></table> <table><tr><td>Sendo que são:</td><td></td></tr><tr><td>Intra municipais</td><td>79</td></tr><tr><td>Inter municipais</td><td>27</td></tr><tr><td>Inter regional</td><td>13</td></tr><tr><td>Transnacional</td><td>5</td></tr><tr><td>Imprecisos</td><td>18</td></tr></table>	Aspetos	Sim	Não	As parcerias entre os atores locais	66,4	33,6	A ética na governança	38,6	61,4	A confiança entre os atores locais	35,8	64,2	A participação pública	28,1	71,9	Dimensões	Fraco	Médio	Forte	Médio + Forte	Na Participação Pública	57,6	39,2	3,2	42,4	Na Governança Local	54,0	41,5	4,5	46,0	No Desenvolvimento Local	44,6	50,9	4,5	55,4	Associações	70	Câmaras	26	Eventos /projetos	10	Outras OSC	7	Administração regional	3	Empresas	3	Escolas	3	Junta de freguesia	2	Imprecisos	18	TOTAL	142	Sendo que são:		Intra municipais	79	Inter municipais	27	Inter regional	13	Transnacional	5	Imprecisos	18
Aspetos	Sim	Não																																																																		
As parcerias entre os atores locais	66,4	33,6																																																																		
A ética na governança	38,6	61,4																																																																		
A confiança entre os atores locais	35,8	64,2																																																																		
A participação pública	28,1	71,9																																																																		
Dimensões	Fraco	Médio	Forte	Médio + Forte																																																																
Na Participação Pública	57,6	39,2	3,2	42,4																																																																
Na Governança Local	54,0	41,5	4,5	46,0																																																																
No Desenvolvimento Local	44,6	50,9	4,5	55,4																																																																
Associações	70																																																																			
Câmaras	26																																																																			
Eventos /projetos	10																																																																			
Outras OSC	7																																																																			
Administração regional	3																																																																			
Empresas	3																																																																			
Escolas	3																																																																			
Junta de freguesia	2																																																																			
Imprecisos	18																																																																			
TOTAL	142																																																																			
Sendo que são:																																																																				
Intra municipais	79																																																																			
Inter municipais	27																																																																			
Inter regional	13																																																																			
Transnacional	5																																																																			
Imprecisos	18																																																																			
Técnicos/Empresários	“Existe já cooperação territorial em Portugal, um agrupamento com Espanha, que tem provocado DS. (...) Já há um agrupamento europeu. AAA. Incluindo Espanha.”“Terras do Xisto é um caso de sucesso.” “Os políticos têm de ter novas noções, o que querem legitimar usando os atos de PP. Tal como por vezes fazem com os técnicos, querem a opinião dos técnicos para legitimar as decisões. E em termos de conhecimento podem não ser as melhores para o território. “ “A TBG, já mostrou que o trabalho em parceria é proveitoso. A população junta-se quando há interesses para o território. A TBG é disso um exemplo. A recente criação da associação de empresários também.” A falta de diálogo entre as entidades que representam o BG, leva a conflitos entre elas. A ponte foi um processo de cooperação.” “Não há articulação entre os parceiros.” “As associações têm um papel preponderante. É difícil mobilizar, é difícil levar a as pessoas para tertúlias. As coisas têm de se estruturadas, ter contactos. As pessoas não têm disponibilidade. Estão																																																																			

	de costas, não trabalham em rede.” “O sector privado participa quando é muito grande! Há interesses! Nem todos são tratados da mesma forma! As empresas locais mais pequenas têm de ter a mesma dimensão de outras com mais capital ou cujos objetivos de investimento no concelho se adaptam mais àquilo que é a visão estratégica, ou que contribuam mais economicamente para os cofres da câmara. Há empresas que se associam para terem mais voz.” [Refere-se ao facto de que apenas os empresários mais influentes são incluídos no processo de governação, pelo que há empresas mais pequenas que se associam, para também conseguirem essa participação] “Essa união não existe!” [Refere-se ao facto de não haver parcerias] “A união parece-me difícil de se conseguir”. “A governança é frágil” “Nas empresas, quando se quer uma tomada de decisão, faz-se um estudo de mercado. Aqui nas câmaras, quando se decide qualquer coisa, é só as mentes iluminadas não se questionam os empresários”.
Presidentes de Câmara	“Há um histórico de capelinhas em Portugal (...) Há que lutar contra esses histórico e não é fácil! (...)” “Não, já disse que não tem havido essas parcerias (...) Não tem havido essa articulação. Não me estou a referir às Câmaras só! Estou-me a referir ao território! (...)” “Em termos de governança local procuro uma maior participação das populações e das entidades, das pessoas, de envolve-las mais” “Eu vejo com muito bons olhos, como disse há pouco; que a gestão seja o mais participada possível e também sou um adepto da regionalização e acho que isso diz um pouco tudo. (...) Eu não me vejo e não vejo a figura do Presidente de Câmara como aquele que tudo sabe e aquele que tudo decide e aquele que tudo dispõe, muito pelo contrário, nem das juntas de freguesias nem das várias entidades e penso que quanto mais participação coletiva houver melhor!”
Atores chave	“Se isto for acompanhado com educação, informação, investigação e desenvolvimento já é um bocadinho mais ambicioso, mas pelo menos as outras partes, se as pessoas tiverem informação para serem elas próprias, com os dados que vão tendo acesso e partindo do princípio que esses dados são dados que resultam do processo transparente, que são verdadeiros que não estão manipulados, etc. Essa pessoa a ser muito menos manipulada por indivíduos que têm outros interesses completamente distintos da defesa dos interesses públicos, do bem comum e passa ela própria a compreender” [Refere-se à criação de ambientes favoráveis à PP] “Se as pessoas que estão como representantes de instituições e conduzem estes processos e estão empenhados em desenvolver o bem comum, elas próprias criam condições para a participação ser maior, para a governança local ser mais forte e para o desenvolvimento sustentável poder consolidar-se.” “(...) levar uma assembleia de municipal a uma escola!? Para os mais novos perceberem, que há verbas para a escola, que com esse dinheiro podemos comprar equipamentos para a escola. E que a decisão de escolher o equipamento a comprar foi deles. Questões que possam entender. Há necessidade de lhes ensinar o que é a democracia. Os políticos têm de estar disponíveis para irem até às escolas. Não é por irem a Lisboa ao parlamento, que as crianças têm conhecimento da democracia. E quanto mais novos melhor! [Refere-se ao facto de que não se utilizar o espaço escola para a promoção da PP é um fator inibidor] “Por causa da televisão. As pessoas já não vão para ali, porque têm a televisão em casa, têm os programas. E a telenovela que já não largam tão de repente esse discurso...monologo absoluto. Cortou completamente toda a participação coletiva! É assustador!” “Isso desapareceu!” [Refere-se aos espaços tradicionais da PP – taberna, café-e que desapareceram,

	influenciando negativamente]. “Está a ser manipulado sem saber! E de uma forma sinistra! Completamente! E feliz porque está a participar! Pensa que está a participar.” [Refere-se ao facto das pessoas participarem em atividades através da net e portanto haver uma indução na sua participação.]

EVIDÊNCIAS

SUB TEMA: Redes

Categorias / Sub Categorias Informantes	Confiança
Comunidade Cf questionário	A “Confiança e a Ética nas práticas de governança local” são considerados muito importantes para as dinâmicas de governança em rede. Atendendo à especificidade do Baixo Guadiana, que importância atribui às parcerias? Muita 80,2 Neste território, em que entidades/organizações as parcerias são mais visíveis?: Associações de Desenvolvimento Sim: 7,5; Câmaras Municipais Sim: 5,4; Juntas de Freguesia Sim: 14,8; Outras associações/coletividades Sim: 1,3; Empresas Sim: ,2. As boas práticas de governança local geram mais confiança, justiça, motivação e vontade de participar no desenvolvimento do território, afirmam maioritariamente os inquiridos.
Técnicos/Empresários	“Contribuiria para criar laços de compromisso, todos envolvidos permanentemente, haveria ganhos para a governação. Os políticos e as populações.” [Refere-se ao facto destas relação ainda não existirem] “Pouca PP submetida a poucos processos; situações perversas; falta de ética e transparência; de valores e atitudes; de confiança, que são mais importantes para os processos de desenvolvimento, não acontecendo afasta as pessoas.” “Para criar relações de confiança era necessário que os políticos fossem responsabilizados como nós somos. Sem que haja essa responsabilização, eles tomam as atitudes que querem”
Presidentes de Câmara	(...) A confiança que as pessoas têm umas nas outras, o terem objetivos comuns, participarem conjuntamente nas coisas, trocarem informações, as câmaras, as associações, as juntas, as pessoas ...esses fatores são importantes para o desenvolvimento do território. (...)” Isso significa que todos nós temos que sair um bocadinho de um esquema absolutamente...temos que criar estímulos a nós próprios políticos e alargar a plataforma de envolvimento dos cidadãos.”(...) “Acho que é muito importante a confiança entre as pessoas, a confiança entre as entidades, entre as empresas, entre os empresários, as parcerias, as trocas de informação.” “(...) Que exista confiança entre as pessoas, entre os vários agentes económicos, os atores que estão no território. Acho que é absolutamente que haja, e que cada um saiba, tenha consciência do papel do outro.”
Atores chave	“As relações de vizinhança, o juntar de vontades, a entreaajuda, os valores sociais e culturais num território, a confiança, são fundamentais neste território, até porque é um território frágil e por isso esse fatores são ainda mais relevantes quer socialmente quer do ponto de vista económico. E são elementos que ajudam à própria participação, não àquela formal mas à verdadeira participação cidadã.” “a confiança entre eles é o que é normal, acontece aqui como acontece em outro local...umas coisas funcionam melhor, outras menos bem.(...)” [Refere-se à confiança entre os agentes] “Devemos sair da nossa zona de conforto para aumentar a massa crítica.” [Refere-se ao facto de que tem que haver maior confiança entre os agente, de forma a aumentar a sua capacidade de

	intervenção] “A confiança entre os atores determina a vitalidade do processo e a pujança do desenvolvimento.” “(…) de qualquer forma ter ali à mão uma pessoa em quem se tem confiança, em quem se pode pedir, em que se pode recorrer a problemas, não é? E está “à mão de semear”! Não é uma pessoa que está algures na já vila...não é uma pessoa que o velhote uma vez foi ou duas e nunca mais foi. Uma coisa completamente diferente.” [Refere-se à confiança que advém das freguesias] “Era fundamental porque primeiro criavam-se climas de confiança e partilha entre aqueles que estão cá a viver, e depois entrava também naquilo de alguns problemas que anteriormente falámos que é, o que tem a ver com o aproveitamento dos recursos.” [Refere-se ao facto de não haver estas relações de confiança entre os agentes]“Algumas existem” [Refere-se à existência de parcerias] “As muitas parcerias feitas nos últimos 20 anos de quadros comunitários, de parceria têm muito pouco, e quase nada trazem de riqueza ao território. “ “Há parcerias sim senhor!” “Temos maus políticos! Que não se adaptaram ao tempo atual. Gerem mal! E que ainda não se aperceberam que a concorrência de um município não é feita pelos outros 3. Temos de ser mais globais.” [Refere-se ao facto dos governantes não estimularem a partilha e articulação de saberes] “(…) os presidentes de câmara, veem quase sempre as associações empresariais como um contra poder. Não percebem que eles devem se parceiros.” “Há parcerias sim senhor! O exemplo que eu conheço: - As Terras do Baixo Guadiana! Tem feito mais pela economia daquele território do que se calhar os municípios todos juntos, e de uma forma não política” “Precisamente! Um dos principais eixos do projeto de Mértola foram as parcerias verticais e horizontais entre as várias instituições e mesmo entre pessoas. Sem isso, sem essa conjugação de interesses, nem metade tinha-mos feito. São essenciais para o desenvolvimento local. E só assim se mantém a sustentabilidade de qualquer projeto de desenvolvimento territorial.” “O problema hoje já não é tanto fazer a comparação com o passado, isso é mais que evidente, agora é: - Como defender aquilo que já foi de qualquer forma construído e mais ou menos cimentado através da tradição?! Esse é que é o problema grave neste momento! Quer dizer: - Nós estamos todos a sentir que este poder municipal está em perigo! Está anquilosado muitas vezes com problemas mais variados, está em perigo. Está a ser manipulado para outra coisa. E é o que vai acontecer a médio termo, infelizmente pode acontecer que a coisa desapareça completamente este tipo de participação. Porque ...hoje ainda, o poder municipal com a participação dos diferentes, tem mantido uma certa qualidade, e o perigo que agora eu sinto que pode acontecer, politicamente, são as câmaras mono color, que está na calha, que estão a preparar, aparentemente com o pretexto de eficácia, de eficiência e de economia, como é evidente, vai destruir completamente o velho, o fundamental poder autárquico. Porque toda esta participação, com todos os seus defeitos, com todos os seus problemas, é incomparável mais interessante que uma coisa nono color. Emue passa a haver outra vez uma estrutura que perde de repente.” “(…) o não depender daCâmara e nós também, o tentar perceber que não se pode depender da Câmara. Tem de haver autonomia. E essa autonomia obriga-nos também a uma maior criatividade a ir buscar. E surgiu, é curioso, essa obrigatoriedade, surgiu numa altura, em que, com o Pimentinha surgiram Associações Ambientalistas, apoiadas pelo poder. Foi a primeira vez, quando surgiu a necessidade de criar aqui uma Associação Ambientalista. Tinha de ser autónoma da Câmara. Foi aquilo que surgiu, já tinha havido outras ideias anteriores, outro tipo de associativismo, como fazer? Mas isso despoletou, despoletou a criação da ADPM.” [Refere-se às relações que existiram entre os atores, em Mértola, havendo a consciência coletiva

	(governação) de que as estruturas representativas da sociedade civil não deveriam depender do poder autárquico] “Isso teve um debate político grande, entre nós. Fizemos isso. Foi um debate aliás, foram várias noites lá em baixo no dispensário com o Serrão sobre essa questão. Em que media, em que o perigo que havia, que era o que ele levantava, que era poder depois haver um desvio político. Poder haver uma autonomia, e depois poder haver e portanto, como é que isso pode ser compensado e controlado e de forma é que uma associação entre nós, ficar autónoma, desviasse para um outro caminho. Isso foi muito pesadamente debatido e foi interessante esse debate. E todos nós aprendemos como é que é possível, o que é preciso fazer-se e sempre o jogo, foi aí que era fazer com qualidade. Uma coisa que funcione e com qualidade e haver um debate constante dos problemas, foi a chave desta questão.” [Refere-se aos debates que surgiram em Mértola, há 35 anos, a propósito de colocar técnicos da autarquia nos movimentos associativos que iam surgindo. A confiança entre os atores era tal, que isto foi possível e não foi inibitório nem prejudicial] “Tem de ter parcerias mais fortes e duradouras, com objetivos fortes em termos de desenvolvimento”. “É o jogo que existe muita informação mas está muito localizada em instituições territoriais, e mesmo dentro das instituições territoriais tipo; câmaras, está muitas vezes só num ou outro departamento ou sector, ou numa ou noutra pessoa, está nas universidades, está ao nível de algumas empresas que existe muita informação mas está muito localizada em instituições territoriais, e mesmo dentro das instituições territoriais tipo; câmaras, está muitas vezes só num ou outro departamento ou sector, ou numa ou noutra pessoa, está nas universidades, está ao nível de algumas empresas que trabalham na área do planeamento, do ordenamento.” [Refere-se às dinâmicas] “Para isso, agora, é preciso que as pessoas estejam motivadas na área motivacional, na área das éticas, dos comportamentos, que as pessoas independentemente de poderem ter as suas divergências, compreenderem que têm de trabalhar em conjunto e que têm de criar formas de partilhar informação e projetos. E essa constituição do capital social é que não está a acontecer.” [Refere-se às relações entre os agentes] “Está é a ser feito sempre com um bocadinho de desconfiança por parte das entidades territoriais, sobretudo dos municípios que têm sempre um pouco de receio de poder perder poderes, competências e atribuições dentro dos seus territórios.” [Refere-se à forma como os municípios articulam nas parcerias] “Não! Há uma evolução mas é pequena e é, está muito focalizada em projetos materiais, que também são importantes, e por exemplo: posso falar de um outro caso ligado a questões de comunicações, como o famoso exemplo da ponte do Pomarão e de uns ou outros intercâmbios ao nível de festas, de mostras de produtos, de turismo, de artesanato, de gastronomia. Quer dizer; coisas muito pontuais e algumas delas, no caso por exemplo das comunicações, foram de certo modelos decisivos não para uma estratégia local regional, mas sim para algo mais abrangente, que poderíamos dizer: de um nível que integra o próprio Alentejo, Algarve e Andaluzia. Os próprios trabalhos que levaram à definição de pontos de passagem transfronteiriços, resultou de trabalhos feitos por exemplo: nas juntas, com colaboração de CCDR’s e com pouca ou mínima integração das autarquias. Mas houve uma pequena evolução. Mas em vinte anos, que eu estou a reportar mais ou menos é isso com referência a este período, princípio da década de noventa foi muito maior.” [Refere-se à evolução das relações entre os atores] “Sim, é! Mas isso não é só aqui no Baixo Guadiana, é um mal generalizado do nosso país, quer dizer: é um dos outros, costuma-se dizer que a moeda tem duas faces, não é ?! Eu tenho a sensação, no BG, que a governação é muito focalizada principalmente no presidente de câmara.” “(…) coisas praticas que os municípios, eu penso que não estão a fazer, que é definir pelo menos agendas macro, agendas no início das atividades, no início dos anos resultantes dos planos de atividades”

EVIDÊNCIAS
SUB TEMA: Redes

Categorias / Sub Categorias Informantes	Fatores Potenciadores/Facilitadores
Comunidade	Estaria disposto a participar em iniciativas ou atividades de ação (cariz) coletiva que abrangessem o território da Baixo Guadiana? Sim (76,8 %); embora essa participação se traduzisse mais em ações de caráter lúdico, relacionadas com o património ou desenvolvidas por ADLs As formas de governança, baseadas em parcerias e organizadas em rede, favorecem o estabelecimento de entendimentos e a criação de ambientes de confiança (71.4%).
Técnicos/Empresários	“E os políticos querem o bem-estar deles, dos amigos mas, temos exceções. Há pessoas que lutam pelas populações.” “A TBG, já mostrou que o trabalho em parceria é proveitoso. A população junta-se quando há interesses para o território. A TBG é disso um exemplo. A recente criação da associação de empresários também.” [A existência de experiências de trabalho conjunto é um fator facilitador]
Presidentes de Câmara	“Independentemente da legislação, o presidente da câmara se quiser fazer uma governança participativa, envolvendo as pessoas, pode fazê-la.” “Em termos de governança local, VRSA tem um conjunto de instrumentos, já bastante importantes de transparência de informação aos cidadãos!” “Estimular as parcerias é um trabalho que tem de ser feito nos vários espaços, digamos, nos vários cenários em que a atividade se desenvolve. Mas eu penso que a maneira mais curta, mais rápida, e porventura mais sólida de lá chegar é através da escola.” E se a Câmara é a entidade, enfim, que mais peso tem e que é mais... não diria imitada, mas que é mais vista, que é mais olhada, que é mais seguida, acho que havendo essa vontade, possivelmente outras entidades também irão tentar fazer isso e cria-se, na minha opinião aquilo que pode ser esse sentimento de participação pública e de coesão no território, que as pessoas neste momento têm muito pouco ou nada!”
Atores chave	“O exemplo que eu conheço: - As Terras do Baixo Guadiana! Tem feito mais pela economia daquele território do que se calhar os municípios todos juntos, e de uma forma não política! “Tudo depende da qualidade e da visão dos autarcas, dos decisores e dos cidadãos.” “Quem conhece, ou quem sabe, quem viu, quem viveu, o que era antes do 25 de Abril. essa “porcarias” dessas freguesias é uma coisa incomparável! Incomparável a diferença” [Refere-se à importância das freguesias enquanto instrumento de governança] “Portanto, essa proximidade foi importantíssima precisamente para esse poder local, para essa forma, para essa contestação, para o conhecimento melhor da pessoa, esse, esse... junta de freguesia que ia depois a reuniões mais centrais, que trazia mais novidades era... ouvia” [Refere-se às relações de proximidade que advém das freguesias] “(...)Agora ainda não há estratégia conjunta para este território mas, está a haver um conjunto de iniciativas, que muitas vezes até são feitas ao contrario, mas ainda bem que estão a ser feitas, os projetos que estão a ser desenvolvidos, quase todos eles trazem, são obrigados a ter uma componente de estratégia e outra de obrigar a que haja participação e a que haja difusão dos resultados. Estes processos estão obviamente a criar fóruns, pontos de encontro entre entidades,

	peças, que vão trabalhando naquilo que é a necessidade de se criar um estratégia para estes territórios.” [Refere-se a alguns projetos que influenciam positivamente as relações entre os atores]

EVIDÊNCIAS

TEMA: Governança SUB TEMA: Redes

Categorias / Sub Categorias Informantes	Fatores inibidores/constrangimentos
Comunidade	No que se refere ao desenvolvimento do território, de uma forma geral acha que no Baixo Guadiana existe ação coletiva? Não 57,1% Conhece uma boa parceria existente no território? Não 60,4%
Técnicos/Empresários	“Nas últimas décadas, decadência do poder político. Porque os partidos políticos moldam as pessoas. “ “A falta de diálogo entre as entidades que representam o BG, leva a conflitos entre elas“. “Este modelo não propicia uma maior participação no território. Porque se os poderes políticos não se conseguem encontrar, jamais as populações se encontraram. “ [Refere-se ao atual modelo de gestão] “A governação estrangula a PP no território com regulamentos, decretos-lei... o envolvimento é estrangulado.” “Enquanto não for feita educação para a ética o envolvimento dos cidadãos é estrangulado.” “Cada entidade tem a sua própria agenda. Não há visão conjunta para o território. Há muitos planos mas que depois não se intervém. É ao contrário. Intervém-se mas cada um faz o trabalho à sua maneira sem articular uns com os outros” “Em relação com a governança: Eu tive de licenciar um projeto, para o conseguir tive de mentir. Levou 4 anos para o licenciamento. Demasiada legislação” “Canal direto e muito objetivo, direto para que as pessoas não se percam.” [Refere-se ao facto de que deveria haver mais transparência, menos burocracia] “A minha empresa faz parte de muitas associações e estou a cortar despesas. O que me vale a mim pertencer a uma série delas se não se vê o objetivo? É saudável se for extremamente objetivo e depois se tiver alguém que a seguir às associações seja extremamente objetivo. Tem-se perdido objetividade em relação a essa situação. “ [Refere-se ao facto de que as empresas, ou as suas associações, não são ouvidas nos processos de governança. Não têm influência. A governança existente (ou não existente) não as envolve] “O princípio fundamental que as câmaras nunca definiram, que é realmente o papel delas. Mesmo quem manda, manda o quê? As pessoas não sabem quais as funções dessas entidades.” “As câmaras não estão interessadas a ter um elemento “estranho” no meio dos processos. Estão habituadas a fazerem e a decidirem consoante a sua perspectiva de desenvolvimento. Uma associação, uma entidade que estivesse presente obrigaria a uma maior transparência, a um maior esclarecimento das decisões tomadas e consequentemente a uma governação melhor. Mas parece-me que para isso acontecer, teriam de ser obrigadas pela lei. Serem elas a fazer o convite, não me parece que isso possa vir a acontecer”. “Não há uma figura de proa neste território. A governança é frágil” “Por parte das entidades públicas, faz falta de uma palavra das instituições, um carinho. Mas até nas associações se perdeu. Criavam incentivo. As empresas sentiam-se queridas pelo poder, mas

	ninguém aparece!” “Não há capacidade de decisão nesta região, e é fundamental! E as câmaras têm de potenciar alguém, independentemente da cor política, com essa capacidade”
Presidentes de Câmara	“(…) Há que vencer estas mentalidades de capelinha, de interesses únicos do município, de egocentrismo.” “(…) Mais ações conjuntas! Os autarcas têm de ser superiores! Tem muito a ver com a estrutura do autarca. Se o autarca estiver envolvido em guerrinhas, nas baixezas, não há nada a fazer! Um autarca tem de ter uma visão superior! (...) Se um presidente de câmara quiser ser um ditador, não ouvindo nada nem ninguém, também o faz e também o há! Tem muito a ver com a formação de cada autarca!” “É um processo de educação, claro, e de formação.” [do autarca] “(…) acho que as parcerias são todas frágeis, desconfiadas, muito institucionais, muito formais, sempre com muita reserva(…)” “(…) onde falha esse elemento essencial ao desenvolvimento que é a confiança! É preciso de facto que exista confiança! Que isso falha muito!” “Mas às vezes também acontece, quando se entra para uma coisa, pensa que toda a gente contribui e depois vê que não é assim e os processos têm que ser decididos e tem que se dar andamento às coisas, as coisas têm que andar e a gente acaba por deixar de ter tantas ilusões em relação a isso.” “As pessoas ainda acham: “- o tipo que está lá na presidência é quem vai decidir sobre estes aspetos todos! Ele está para isso! Não é? Então se calhar até se encostam um bocado por comodismo em parte, por falta de interesse. Como disse há pouco. “ – Ele decide, se ele governar bem a gente continua, se não governar, a gente...” Seja Presidente de Câmara, seja de Junta de Freguesia ou outra coisa qualquer que tenha associados, os Bombeiros, “- Ele está lá, ele decide. Se não decidir bem, a gente no próximo troca.”
Atores chave	“Melhorar em todos aqueles itens que há pouco referimos, da governança” [Refere-se ao facto de que ainda há melhorias a fazer neste campo, o que é inibidor] “Eles são uma economia muito forte, que agora estão a atravessar um período difícil e complicado, mas têm estruturas para tudo isso!” [Refere-se ao facto dos espanhóis terem outro modelo de governação, o que estimula as relações entre os atores e no nosso caso, como isso não acontece, é um facto inibidor] “(…) os quadros comunitários serviram muito para fazer betão e muito pouco para fazer relação entre os municípios, para criar proximidade...” “Não se consegue ter com a organização administrativa que temos. O município sobrepõe-se a qualquer coisa! Temos redundância de estruturas. Não há uma organização supra municipal. Se não é eleita não tem poder! E os autarcas não se interessam muito pelo que se passa nos concelhos vizinhos. E isso vê-se também nos próprios concelhos, freguesias. Porque por não serem do mesmo partido, tornam as coisas às vezes um bocado absurdas. Vejo com grande dificuldade. Enquanto a nossa organização administrativa não for mais supra municipal, que se consiga fazer alguma coisa entre municípios! Apenas passeios e festas!” “E outro ainda, que é a perca completa destes micros poderes autárquicos que são as freguesias. A freguesia com todos os seus defeitos também, mas também teve um papel importante. (...) o drama principal agora, é o que está a acontecer, que podem fechar uma série delas, que aparentemente não têm interesse, mas eram decisivas para a manutenção de uma pequena comunidade.” “E o que obriga, obriga precisamente a pessoa a ter de manipular a tal os computadores para poder entrar em contacto, é impossível!” [Refere-se aos facto de, nestes meios rurais, as pessoas não terem nem os meios técnicos nem as competências necessárias para utilizarem o

	computador, principal instrumento de PP e governança]. “(…) parece-me que neste território, os instrumentos de gestão territorial não estão a ser bem divulgados. Falo de novas formas de governança local.” “O municipalismo, o problema do municipalismo que permite alguns casos de constituição de - ou utilizar os termos - no certo funcionalismo, paternalismos e muitas vezes clientelismos. E isso influencia o desenvolvimento do território pela negativa, na minha opinião! Inicialmente parece que ajuda a resolver problemas pontuais, dalgumas pessoas, dalgumas entidades, porque torna as coisas eventualmente mais céleres mas eventualmente em certos casos também pode ajudar alguns processos de decisão quando as relações predominantes são hierarquizadas, ajuda a resolver problemas mas, eu penso que para além dos perigos que incorre de aparecer gente fraca do que um grande líder. Em relação a um grande líder há muito mais probabilidades de aparecer gente fraca para esse território e então cria condições para esse território se arrastam também.”.

SUB TEMA PROCESSOS

Sub Tema	Categorias / Sub Categorias
	Estratégia (construção política e social)
	Instrumentos
	Desenvolvimento Territorial
	Legitimidade

Opinião das Comunidade

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Estratégia (construção política e social)	Relacionamento entre as organizações é baixo, sendo apenas razoável entre as Associações de Desenvolvimento e nos Agrupamentos de Escolas. Verifica-se ainda que é ao nível da Administração Pública Regional que os índices de relacionamento são mais baixos. Por outro lado os valores de relacionamento baixam em todas as entidades à medida que os parâmetros implicam maior articulação e relacionamento. Assim os parâmetros “ Governança/Gestão partilhada” e “Estratégia Comum” são, respetivamente, os que valores mais baixos apresentam em todas as organizações. A criação de uma estrutura coordenadora para todo o território é apontada como meio facilitador da participação pública no desenvolvimento do BG. É relativamente forte o sentimento de pertença e de identidade regional, sendo, pelo contrário, fraco, no que respeita à coesão social, a dinâmicas de participação coletiva, a processos de desenvolvimento comum e a articulação nos processos de planeamento e ordenamento do território.
Instrumentos	Para o futuro deste território, em termos de desenvolvimento local, é atribuída importância a ação coletiva, particularmente no que se refere às Associações de Desenvolvimento Local, à Sociedade Civil e às Câmaras Municipais. Formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede, que favoreçam consensos e criem ambientes de confiança, são apontados como meios facilitadores da participação pública no desenvolvimento do BG. Ética e boas práticas na governação local são substancialmente apontadas como motivadoras para a participação pública. A existência de diversidade de organizações da sociedade civil e o acesso facilitado à informação e consulta” por parte dos cidadãos nas questões de interesse

	público e coletivo são apontados como meios facilitadores da participação pública no desenvolvimento do BG.
Desenvolvimento Territorial	O desenvolvimento dos territórios depende sobretudo da capacitação dos atores para promoverem o seu próprio desenvolvimento. As duas questões referidas pelos inquiridos, que mais podem contribuir para o desenvolvimento local sustentável neste território são as que mais rentabilizem os recursos locais, as que promovam a igualdade de oportunidades e as que promovam a participação de todos os atores locais. É praticamente unânime que as boas práticas de governança local potenciam/facilitam o desenvolvimento sustentável, principalmente porque geram mais confiança, justiça, equidade, motivação e vontade de participar no desenvolvimento do território, é mais provável existir desenvolvimento sustentável se houver uma boa governação local. Por outro lado pressupõem maior conhecimento e eficácia na prossecução de políticas e são demonstrativas o que é muito importante em termos de acautelar o futuro.
Legitimidade	É praticamente consensual que a governança local será tanto mais legitimada quanto maior for a participação pública, principalmente porque se há mais cidadãos a tomar parte (mais opiniões), há mais legitimidade. Há menor margem de erro. É uma governança mais próxima dos cidadãos e é mais provável que as respostas sejam adequadas às necessidades e interesses dos cidadãos. Por outro lado, influencia as decisões sendo estas mais participadas e mais sustentadas. As pessoas revêem-se nas políticas adotadas pelo que as decisões são melhor aceites. É ainda salientado que a participação é uma espécie de fiscalização que obriga a governança local a ser realizada com mais cuidado. Exerce ação política. Há debate, informação e maior compreensão pelos problemas. Ajuda nas tomadas de decisão.

Opinião dos Técnicos e Empresários

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Estratégia (construção política e social)	As Câmaras do BG devem fazer um esforço para encontrar uma estratégia conjunta quer de participação pública quer de outras formas de envolvimento social da população. Aas câmaras têm de dar o exemplo, articular e desenvolver ações em conjunto. Valorizar as pessoas e as suas opiniões é uma forma de aumentar a participação pública. Estimular o sentido crítico das comunidades. É preciso mais capacidade de decisão e de fazer chegar aos sítios de tomada de decisão as preocupações do território. Encontrar um “provedor” para o território.
Instrumentos	Governar com decisão partilhada. Saber partilhar a decisão, saber ouvir a voz dos outros. Contrariamente, redes hierarquizadas fazem com que centralizem num só indivíduo e só a visão deste para o território. 3 Princípios fundamentais: liberdade, autonomia e independência torna as pessoas participativas. Concertação, nomeadamente: através de uma figura muito forte. Do lado dos empresários, junto das entidades de governação local, regional. Criar uma entidade que defendesse os interesses, muitas das vezes mediar até situações que são criadas, e que não fomentam desenvolvimento. Uma coisa organizada, as empresas centralizadas numa ou duas pessoas. Não temos ninguém que tenha acesso direto à decisão. Não há figura com essa capacidade. Importante para as empresas. Sabendo dos problemas, uma entidade que os resolvesse. Mas para todas as Câmaras e não cada um a pensar apenas para o seu lado. A governação pode estrangular a PP no território. A opinião pública permite juntar uma diversidade de ideias, permite ter perspetivas para um território e assim criar ambientes criativos. Não havendo articulação entre as instituições de topo não ajuda à PP e não abona nada a favor das populações.
Desenvolvimento Territorial	Redes hierarquizadas não servem para o desenvolvimento. Estratégias de baixo para cima são mais eficazes. Todos participam. A visão para um território não pode ser centralizada num só indivíduo. De facto a participação pública influencia ela própria a governação local. A participação estimula logo ao envolvimento dum maior número de cidadãos deste território que

	conta, que está dentro daquilo que se pode considerar como uma componente de governação local.
Legitimidade	É necessário que o envolvimento das empresas seja mais organizado para ser eficaz. Não temos ninguém que tenha acesso direto à decisão. Não há figuras com essa capacidade. As câmaras deviam ser mais interventivas no mundo empresarial criando condições para os negócios e deviam inteirar-se mais deste setor. Não o fazem e não estão por dentro mas querem intervir no desenvolvimento dos concelhos. Se não souberem de negócios, de empresas, de mercados, se não estiverem em articulação com esta área, com os empresários, que legitimidade têm para tomar decisões sobre a desenvolvimento e o futuro do território? Pouca ou nenhuma e isso reflete-se na participação dos empresários e, claro, no processo de desenvolvimento. Não articulam, decidem com a informação e visão que têm, às vezes até com interesses pouco claros e isso é um problema. A legitimidade só pode vir da participação e do envolvimento das comunidades e das forças vivas do território. Os políticos têm de ter novas noções se querem legitimar usando os atos de PP. É pela sua atitude e ponderação, pela frontalidade e honestidade nas decisões que se vê da legitimidade ou não das decisões. Quando têm outros interesses, que não são conhecidos, essa legitimidade já não existe, pelo menos a legitimidade moral e que é a verdadeira legitimidade. Este modelo não estimula uma maior participação no território muitas vezes porque as pessoas não se revêm nas decisões dos decisores, porque estes apesar de estarem mandatados para decidirem, não procuram que haja participação quando é necessário. Partem do princípio errado que podem decidir porque têm legitimidade democrática. Mas isso não chega. A legitimidade que têm é genérica e não específica para decidir o futuro dos territórios. Os governantes focalizam a pp segundo a sua visão, no tema seu interesse, no que é a sua visão para o território, o que é muito limitativo para a pp. Deverá fomentar a diversidade de participação sobre outros recursos. As associações estão reféns dos poderes, o que condiciona tremendamente a ação destas e quando assim é até podemos pôr em causa a legitimidade dessas associações. A estrutura administrativa pouco flexível, rígida, não ajuda à participação e deixa dúvidas em relação à legitimidade.

Opinião dos Presidentes de Câmara

Categorias / Sub Categorias	
Estratégia (construção política e social)	A forma com se gere a Câmara pode estimular uma maior ou menor participação dos cidadãos e mesmo das empresas. Perde-se muito tempo em ouvir e esclarecer as pessoas. Mas é importante estarem informadas. As Câmaras têm nisto tudo um papel bastante importante e sobretudo podem sempre incentivar e promover a participação pública, a discussão pública e tudo isso. Acho que tem de estar sempre no horizonte de cada um dos responsáveis municipais essa participação
Instrumentos	As Câmaras devem governar mais em articulação com as instituições, com as associações, com as empresas, com os munícipes, uma governação não é bem mais aberta, mas é mais envolvente, é o que se chama hoje...mais participada e tudo isso. É de facto uma gestão que incorpora o mais possível o sentir da comunidade local, dos vários agentes que estão em atividade nesse território. Informarem e encontrarem os melhores caminhos para envolver a população no desenvolvimento.
Desenvolvimento Territorial	Uma visão municipalista, territorial da área do município não leva a lado nenhum, a área da freguesia não leva a lado nenhum. Tem de haver uma abrangência territorial maior até para se ganhar escala, para se ganhar peso, para se ganhar opinião. Quanto mais participação coletiva houver melhor, quanto mais variada for a opinião sobre determinado assunto, mais enriquecido esse assunto sai e isso é um contributo para o desenvolvimento do território. E em termos de governança local as pessoas têm que decidir, têm

	que dar muito a sua opinião sobre aquilo que será governança local, sobre aquilo que lhes vai tocar diretamente Quanto mais as pessoas participarem e de um modo mais preparado estiverem nessa preparação, mais qualificado é o papel do território. Logo uma governança participada, envolvendo as pessoas, tem mais futuro, é mais eficaz, que um “iluminado” que impõe as suas orientações. A verdadeira participação pública e as boas práticas de governança contribuem também para o desenvolvimento.
Legitimidade	As decisões ficam mais legitimadas se as pessoas participassem e saía reforçado papel dos decisores em termos de legitimidade, em termos de reconhecimento da ação e as pessoas eram menos vulneráveis a críticas negativas, destrutivas e com fins distintos. Os autarcas e outros decisores desejam uma maior participação, porque havendo maior participação há mais ideias, mais discussão, certas medidas, certas opiniões nossa podem até ser melhor estruturadas e até um enriquecimento naquele tema. E até pode resultar numa melhor decisão. Embora a legitimidade um presidente de Câmara tem por via do ato eleitoral. Agora realmente sentir-me-ia mais descansado, mais confortável na minha posição se houvesse maior participação pública. Havendo menos, como é evidente posso estar tomando uma boa decisão embora sendo participada por poucas pessoas ficam sempre algumas dúvidas. Se for participada por mais, essa boa decisão pode ser ainda melhor, enriquecida nos seus aspetos e sobretudo estou mais descansado porque há uma participação maior dos munícipes.

Opinião dos Atores Chave

Categorias / Sub Categorias	Inferências
Estratégia (construção política e social)	Há uma relação claríssima entre a participação dos cidadãos, da governança e do desenvolvimento. São cúmplices umas das outras e influenciam-se mutuamente. Dificilmente um território como este terá um desenvolvimento adequado, sustentável, se não tiver a participação, o envolvimento dos seus cidadãos se no território falta debate, falta contraditório, luta por causas. As governações locais são importantes, porque podem desenvolver políticas que impulsionem esses fatores. Podem promover esse esclarecimento da opinião pública que pode muitas vezes não se tornar imediatamente participativo, mas é importante que exista, que as pessoas saibam. A PP não se faz só para hoje, constrói-se ao longo de muito tempo e a gestão de um território depende da qualidade dessa gestão, da forma como pode ser gerido, como pode ser incentivado e principalmente conforme o projeto que tenha em mente. As práticas da governação local são muito mais ponderadas, muito mais atentas se se sentirem que são observadas. A participação estimula o envolvimento dum maior número de cidadãos deste território, é uma componente de governação local. Mais contributos para parte dos cidadãos ajuda a encontrar mais pistas, mais orientações, mais ideias, mais chamadas de atenção, mais cautelas, para a forma como os recursos podem ou não ser aproveitados e isso havendo mais informação vai também permitir que o processo do desenvolvimento sustentável esteja mais garantido, porque há mais elementos relativamente à forma como podemos aproveitar os recursos do território. A chave da questão está numa dinâmica regional que tem que ter debate de ideias, um juntar esforços para tirar conclusões. É isso que vai ser necessário. E muito em breve para o futuro. As instituições tomarem consciência que precisam cooperar e de partilhar informação, conhecimento, projetos uns com os outros e não estarem à espera que não sejam só com base em apoios e em instrumentos financeiros. Não é o instrumento financeiro que deve estimular qualquer coisa em conjunto. O capital social, as várias entidades e indivíduos e pessoas que compõem esse capital social, haver ideias e projetos para avançar uns com os outros. Criar uma sinergia que vá para além do próprio local fechado.
Instrumentos	As autarquias e as escolas podem desenvolver políticas e práticas que estimulem os hábitos de participação. É por isso que as governações locais só importantes, porque podem desenvolver

	políticas que impulsionem esses fatores. Há necessidade de lhes ensinar o que é a democracia. A nossa arma é dar aos novos completa autonomia e ir criando grupos, projetos, coisas que tenham a sua completa autonomia. Quanto mais rico e mais abrangente for o envolvimento e mais descomprometido, melhor. Entram aqui as tais noções de transparência, de ética, de defesa de valores, a noção, ter também uma estratégia, ter a noção do primado do bem comum não pode estar submetido ao primado do bem privado ou dos interesses particulares. É ter noção que se deve apostar primeiro naquilo que é a dinamização, implementação dos recursos locais saber criar consensos e negociações em que todos ganham. O futuro deste território vai passar por outras formas das pessoas participarem umas com as outras. E vai estimular as várias formas de comunicação.
Desenvolvimento Territorial	As governações locais são importantes porque podem desenvolver políticas que impulsionem esses fatores que depois são tão necessários para o desenvolvimento. Há uma relação forte entre a participação dos cidadãos, da governança e do desenvolvimento. Se houver uma, será mais fácil que aconteçam as outras. São cúmplices umas das outras e influenciam-se mutuamente. Dificilmente um território como este terá um desenvolvimento adequado, sustentável, se não tiver a participação, o envolvimento dos seus cidadãos se não tiver uma gestão transparente, com todos. E a governança local também entra na participação, a própria governança local vai certamente fazer com que a participação vá ter que ser reforçada. A participação garante à partida mais atenção às práticas de governança local. É a sustentabilidade que fica mais salvaguardada. E isso não tem preço, é muito importante. A governança local e a participação ajudam a mitigar, a diminuir o peso de influências doutras áreas que podem ser também através da própria partidocracia. A própria partidocracia também tem as suas coisas perversas. Embora seja importante para um sistema. Boas práticas de governança local determinam muito num território. Da necessidade e utilidade em termos de desenvolvimento, dos processos de decisão envolverem as pessoas, os cidadãos, os atores locais, de estar logo preparado para esse processo seja no sentido de envolver melhor e mais possível, portanto: em termos quantitativos e qualitativos, os cidadãos, as entidades, instituições que também podem contribuir para o desenvolvimento deste sítio Mértola teve um processo muito ligado à questão da participação, da governança local, de práticas de envolvimento comunitário. Foi uma metodologia que acabou por dar resultados muito positivos. Foi uma experiência já neste território em como a participação e a articulação dos atores locais determinou como seria feito o desenvolvimento. Mértola, Tondela, e tantas outras onde se podem ver e encontrar práticas de governança local que dão fruto no desenvolvimento.
Legitimidade	As governanças locais são importantes, legitimam mais as decisões. Porque a decisão é partilhada e no processo de tomada de decisão e na sua implementação ganha-se legitimidade. Quando há participação pública há maior legitimidade mesmo que seja só moral para tomar decisões. Um presidente de câmara ou de uma associação, se as pessoas participam, dão contributo, isso reforça a legitimidade. Mais hipóteses de inclusão dos contributos de capital humano e do conhecimento tácito de coisas que escapavam, que iam para além daquilo que está codificado em trabalhos académicos e técnicos e de indivíduos que são competentes e são tecnocratas. São contributos muito grandes para esses territórios e o aumento do processo de participação vai contribuir para que todos no território, depois de encontrarem aquele que é o caminho, consensual ou de compromisso, aquele caminho que seja considerado pelo maior número de pessoas como o mais correto, ganha-se legitimidade para quem tiver a responsabilidade de conduzir o processo.

SÍNTESE DO SUB TEMA: PROCESSOS

Categorias / Sub Categorias Informantes	Estratégia (construção política e social)	Instrumentos	Desenvolvimento Territorial	Legitimidade
Comunidade	Relacionamento entre as organizações é baixo, sendo apenas razoável entre as ADLs e nos Agrupamentos de Escolas. Ao nível da Administração Pública Regional os índices de relacionamento são mais baixos. Os valores de relacionamento baixam em todas as entidades à medida que os parâmetros implicam maior articulação e relacionamento. Assim os parâmetros “Governança/Gestão partilhada” e “Estratégia Comum” são, os que valores mais baixos apresentam em todas as organizações. Uma estrutura coordenadora para todo o território é apontada como meio facilitador da participação pública no desenvolvimento do BG. É relativamente forte o sentimento de pertença e de identidade regional, sendo, fraco, no que respeita à coesão social, a dinâmicas de participação coletiva, a processos de desenvolvimento comum e a articulação nos processos de planeamento e ordenamento do território.	Importância da ação coletiva, particularmente no que se refere às Associações de Desenvolvimento Local, à Sociedade Civil e às Câmaras Municipais. Formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede, que favoreçam consensos e criem ambientes de confiança são apontados como meios facilitadores da participação pública no desenvolvimento do BG. Ética e boas práticas na governação local são substancialmente apontadas como motivadoras para a participação pública. A diversidade de organizações da sociedade civil e o acesso facilitado à informação e consulta constituem meios facilitadores da participação pública no desenvolvimento do BG.	Importância da capacitação dos atores para promoverem o seu próprio desenvolvimento. As questões referidas pelos inquiridos, que mais podem contribuir para o desenvolvimento local sustentável são as que mais rentabilizem os recursos locais, as que promovam a igualdade de oportunidades e as que promovam a participação de todos os atores locais. É praticamente unânime que as boas práticas de governança local potenciam/facilitam o desenvolvimento sustentável, principalmente porque geram mais confiança, justiça, motivação e vontade de participar no desenvolvimento do território, é mais provável existir desenvolvimento sustentável se houver uma boa governação local. Pressupõem maior conhecimento e eficácia na prossecução de políticas e são demonstrativas o que é muito importante em termos de acautelar o futuro.	É consensual que a governança local será tanto mais legitimada quanto maior for a participação pública, principalmente porque se há mais cidadãos a tomar parte (mais opiniões), há mais legitimidade. Há menor margem de erro. É numa governança mais próxima dos cidadãos é mais provável que as respostas sejam adequadas às necessidades e interesses dos cidadãos. Por outro lado, influencia as decisões sendo estas mais participadas e mais sustentadas. As pessoas revêm-se nas políticas adotadas pelo que as decisões são melhor aceites. É ainda salientado que a participação fiscaliza, o que obriga a governança local a ser exercida com mais cuidado. Exerce ação política. Há debate, informação e maior compreensão pelos problemas. Melhora nas tomadas de decisão.
Técnicos/Empresários	As Câmaras do BG devem fazer um esforço para encontrar uma estratégia conjunta quer de participação pública quer de outras formas de envolvimento social da população. Aas câmaras têm de dar o exemplo e articular e desenvolver ações em conjunto. Valorizar as pessoas e as suas opiniões é uma forma de aumentar a participação pública. Estimular o sentido crítico das comunidades. É preciso mais capacidade de decisão e de fazer chegar aos sítios de tomada de decisão as preocupações do território. Encontrar um “provedor” para o território.	Governar com decisão partilhada. Redes hierarquizadas centralizam num indivíduo a visão deste para o território. 3 Princípios fundamentais: - liberdade, autonomia e independência torna as pessoas participativas. Concertação, nomeadamente: através de uma figura muito forte. Criar uma entidade que defendesse os interesses, mediar, organizada, que tenha acesso direto à decisão. Não há figuras com essa capacidade. A governação pode estrangular a PP. A opinião pública permite juntar uma diversidade de ideias, ter perspetivas para um território e assim criar ambientes criativos. Não havendo articulação entre as instituições de topo não ajuda à PP e não abona nada a favor das populações.	Redes hierarquizadas não servem para o desenvolvimento. Estratégias de baixo para cima são mais eficazes. Todos participam. A visão para um território não pode ser centralizada num só indivíduo. A participação pública influencia ela própria a governação local. A participação estimula logo o envolvimento dum maior número de cidadãos deste território e isso é que conta, que está dentro daquilo que se pode considerar como uma componente de governação local.	Necessário envolvimento das empresas organizado para ser eficaz. Câmaras mais interventivas no mundo empresarial. A legitimidade só pode vir da participação, do envolvimento das comunidades e das forças vivas do território. Os políticos têm de ter novas noções e articular com os empresários para terem legitimidade. Este modelo não estimula uma maior participação no território porque as pessoas não se revêm nas decisões. Os políticos apesar de estarem mandatados para decidirem, não procuram a participação. Partem do princípio errado que podem decidir porque têm legitimidade democrática. A legitimidade que têm é genérica e não específica para decidir o futuro dos territórios. Os governantes focalizam a pp segundo a sua visão, nos temas do seu interesse, no que é a sua visão para o território, o que é muito limitativo para a pp e para a legitimidade efetiva.

Presidentes de Câmara	A forma com se gere a Câmara pode estimular uma maior ou menor participação dos cidadãos e mesmo das empresas. Perde-se muito tempo em ouvir e esclarecer as pessoas. Mas é importante estarem informadas. As Câmaras têm nisto tudo um papel bastante importante e sobretudo podem sempre incentivar e promover a participação e discussão pública. Tem de estar sempre no horizonte de cada um dos responsáveis municipais essa participação.	As Câmaras devem governar mais em articulação com as instituições, as associações, as empresas, os municípios. Uma governança local deve ser aberta, envolvente, é o que se chama hoje de novas governanças locais, mais participadas e que incorpore o sentir da comunidade, dos agentes em atividade nesse território, que informe e encontre os melhores caminhos para envolver a população no seu próprio desenvolvimento.	Uma visão só municipalista não conduz a estratégias de desenvolvimento fortes. Tem de haver uma abrangência territorial maior até para se ganhar escala e peso, para se ganhar opinião. Quanto mais participação coletiva melhor, quanto mais variada forem as opiniões mais enriquecida é a decisão e isso é um contributo para o desenvolvimento do território. E em termos de governança local as pessoas têm que decidir, têm que dar muito a sua opinião sobre aquilo que será governança local, sobre aquilo que lhes vai tocar diretamente. Quanto mais preparado, mais qualificado é um território. Logo uma governança participada, envolvendo as pessoas, tem mais futuro e é muito mais legítima. A legitimidade vem da verdadeira participação pública e as boas práticas de governança que contribuem para o desenvolvimento.	As decisões ficam mais legitimadas se as pessoas participassem e saía reforçado o papel dos decisores em termos de legitimidade, em termos de reconhecimento da ação. Havia menor vulnerabilidade a críticas negativas, destrutivas e com fins distintos. Os autarcas e outros decisores desejam (aparentemente) uma maior participação, porque há mais ideias, mais discussão, certas medidas, certas opiniões podem até ser melhor estruturadas e enriquecidas, podendo resultar numa melhor decisão. Um presidente de Câmara tem legitimidade por via do ato eleitoral. Mas a PP dá mais conforto, mais descanso. Havendo menos PP, uma boa decisão sendo participada por poucas pessoas, ficam sempre algumas dúvidas. Se for participada essa decisão pode ser ainda melhor, enriquecida nos seus aspetos e sobretudo estou mais descansado porque há uma participação maior dos municípios. E podemos dizer que tenho ainda mais legitimidade.
Atores chave	A PP não se faz para hoje, constrói-se ao longo de muito tempo e a gestão de um território depende da qualidade dessa gestão, da forma como pode ser gerido e incentivado. As práticas da governação local são muito mais ponderadas, e atentas se se sentirem observadas. E isso legitima-as. A participação estimula o envolvimento, é uma componente de governança local, ajuda a encontrar mais pistas, mais orientações, mais ideias, mais chamadas de atenção, mais cautelas e vai também permitir que o processo do desenvolvimento sustentável esteja mais garantido. A chave está numa dinâmica regional que tem que ter debate de ideias, um juntar esforços para definir uma estratégia. É isso que vai ser necessário. O capital social, as várias entidades e indivíduos e pessoas que compõem esse capital social, haver ideias e projetos para avançar uns com os outros. Criar uma sinergia que vá para além do próprio local fechado. É isso que dará legitimidade, mais do que as decisões, ao próprio modelo de desenvolvimento.	As autarquias e as escolas podem desenvolver políticas e práticas que estimulem os hábitos de participação. É por isso que as governações locais são importantes, porque podem desenvolver políticas que impulsionem esses fatores. Há necessidade de lhes ensinar o que é a democracia. E de como se legitimam as práticas democráticas. É preciso construir autonomia, criando grupos, projetos, coisas que tenham a sua completa autonomia. Quanto mais rico e mais abrangente for o envolvimento e mais descomprometido, melhor, mais legitimidade têm os processos. Entram aqui as noções de transparência, de ética, de defesa de valores. Apostar primeiro na dinamização, implementação dos recursos locais, saber criar consensos e negociações em que todos ganham. É assim que se legitimam decisões e processos de desenvolvimento territorial. O futuro deste território vai passar por outras formas das pessoas participarem umas com as outras. E vai estimular as várias formas de comunicação	As governações locais são importantes porque podem desenvolver políticas que impulsionem esses fatores que depois são tão necessários para legitimar e ser aceite o processo de desenvolvimento. Há uma relação forte entre a participação dos cidadãos, da governança e do desenvolvimento. Se houver uma, será mais fácil que aconteçam as outras. São cúmplices umas das outras e influenciam-se mutuamente. Dificilmente um território como este terá um desenvolvimento adequado, sustentável, se não tiver a participação, o envolvimento dos seus cidadãos se não tiver uma gestão transparente, com todos. E a governança local também entra na participação, a própria governança local vai certamente fazer com que a participação vá ter que ser reforçada. A participação garante à partida mais atenção às práticas de governança local. É a sustentabilidade de um território que fica mais salvaguardada. E isso não tem preço, é muito importante. A governação local e a participação ajudam a mitigar, a diminuir o peso de influências e conflitos de interesses. E isso reforça a legitimidade dos processos.	As governanças locais são importantes, legitimam mais as decisões. Porque a decisão é partilhada e no processo de tomada de decisão e na sua implementação ganha-se legitimidade. Quando há participação publica há maior legitimidade mesmo que seja só moral para tomar decisões. Um presidente de câmara ou de uma associação, se as pessoas participam, dão contributo, isso reforça a legitimidade. Mais hipóteses de inclusão dos contributos de capital humano e do conhecimento tácito de coisas que escapavam, que iam para além daquilo que está codificado em trabalhos académicos e técnicos e de indivíduos que são competentes e são tecnocratas. São contributos muito grandes para esses territórios e o aumento do processo de participação vai contribuir para que todos no território, depois de encontrarem aquele que é o caminho, consensual ou de compromisso, que seja considerado pelo maior número de pessoas como o mais correto, ganha-se legitimidade para quem tiver a responsabilidade de conduzir o processo.

ANÁLISE VALORATIVA SUB TEMA: PROCESSOS

Categorias / Sub Categorias Informantes	Estratégia (construção política e social)	Instrumentos	Desenvolvimento Territorial	Legitimidade
Comunidade	<u>Forte:</u> Sentimento de pertença e Identidade regional <u>Razoável:</u> Relacionamento entre as ADLs e nos Agrupamentos de Escolas <u>Fraco:</u> Relacionamento entre as organizações e ao nível da Administração Pública Regional Governança Gestão partilhada Estratégia Comum Coesão social Dinâmicas de participação Articulação Processos de desenvolvimento comum <u>Necessidades:</u> + articulação e relacionamento Estrutura coordenadora para o território BG	<u>Positivo:</u> Importância da ação coletiva (nas ADL's Sociedade Civil e CM's) Diversidade de organizações Acesso facilitado à informação e consulta Ética e boas práticas na governação local <u>Necessidades:</u> Governança baseada em parcerias Organização em rede Estratégias de consenso Ambientes de confiança	<u>Estímulos:</u> Capacitação dos atores para o DL Opções que : - rentabilizem os recursos locais - promovam a igualdade de oportunidades - promovam a participação de todos os atores locais Boas práticas de governança <u>Limitações:</u> Necessidade de + confiança e vontade de participar Aumentar o conhecimento sobre as políticas	<u>Forças:</u> PP = + legitimação PP = + fiscalização PP = - margem de erro PP = mais proximidade -> respostas + adequadas às necessidades e interesses PP = melhores decisões + participadas + sustentadas + informadas + entendidas PP Exerce ação política
Técnicos/Empresários	<u>Necessidades:</u> Câmaras do BG -> estratégia conjunta de: - participação pública - envolvimento social da população - ações conjuntas E devem: Valorizar as pessoas e as suas opiniões Estimular o sentido crítico das comunidades Encontrar um "provedor" para o território Ter + capacidade de decisão Difundir melhor as decisões	<u>Positivo:</u> Governar com decisão partilhada Diversidade de ideias da opinião pública <u>Negativo:</u> Redes hierarquizadas Centralismo Pouca articulação entre instituições Governança pode estrangular a PP <u>Necessidades:</u> Cumprir 3 Princípios fundamentais: - liberdade, autonomia e independência -> +PP + Concertação Lideranças fortes Novas entidades com poder de decisão Criar ambientes criativos	<u>Estímulos:</u> Estratégias de baixo para cima + eficazes Visão descentralizadas PP influencia governação PP aumenta o envolvimento <u>Limitações:</u> Redes hierarquizadas não servem o DL Visão centralizada	<u>Fraquezas:</u> Legitimidade atual é genérica e não específica Processos específicos precisam de nova legitimação pela PP Visão sobre aPP tendenciosa / interesseira <u>Necessidades:</u> Envolvimento organizado das empresas Câmaras: + interventivas no mundo empresarial + articulação + legitimidade Estimular + PP Maior ligação das pessoas às decisões Novo modelo de democracia participativa

Presidentes de Câmara	<u>Forte:</u> Papel dos Municípios na difusão de informação Promoção e incentivo à PP e discussão <u>Razoável:</u> Estímulo à participação dos cidadãos e empresas (depende do modelo de gestão, variável)) <u>Necessidades:</u> Responsáveis políticos terem empenho na PP Novas formas de auscultação e esclarecimento mais eficientes	<u>Positivo:</u> Governança local ser aberta e envolvente Incorporar o sentir da comunidade e dos agentes + participação <u>Necessidades:</u> + articulação das Autarquias com instituições, associações, empresas, municípios. Informar a população sobre caminhos para o seu desenvolvimento	<u>Estímulos:</u> Abrangência territorial (para ganhar escala, peso, opinião) + opiniões variadas + participação coletiva + capacitação melhores contributos Legitimidade que vem da participação pública e das boas práticas <u>Limitações:</u> Visão só municipalista	<u>Fraquezas:</u> Frac participação reduz a legitimidade das decisões Vulnerabilidade a - críticas negativas, destrutivas - outros interesses Dúvidas em caso de menor PP <u>Forças:</u> + PP = + ideias + discussão, melhor estruturação -> melhores decisões Legitimidade por via do ato eleitoral PP reforça a legitimidade
Atores chave	<u>Forte:</u> Relação entre: - participação, governança e desenvolvimento - qualidade da gestão do território e a PP - PP e legitimação - PP e envolvimento - PP e + ideias e + cautelas - PP e DL sustentável - PP e capital social <u>Necessidades:</u> Governanças locais que desenvolvam políticas que estimulem a PP Práticas da governação local devem ser ponderadas e fiscalizadas / observadas Criar uma dinâmica regional Com sinergias transversais + debate de ideias Unir esforços para definir uma estratégia	<u>Positivo:</u> Governanças locais participadas Envolvimento descomprometido Praticar a ética e a transparência Dinamização dos recursos locais <u>Necessidades:</u> Autarquias e escolas estimularem hábitos de participação Ensinar o que é democracia e legitimar Criar grupos de projeto Gerar consensos Fomentar novas formas de participação coletiva Desenvolver as formas de comunicação	<u>Estímulos:</u> Governanças locais favorecem e reforçam a participação e legitimação Participação dos cidadãos, governança e DL têm relação forte e trocam influências PP = + atenção à governança local <u>Limitações:</u> Sem PP, transparência, envolvimento não haverá DL sustentável Peso de influências Conflitos de interesses. .	<u>Positivo:</u> Governanças locais Partilha no processo de tomada de decisão e na sua implementação PP = + legitimidade moral PP -> inclusão dos contributos de capital humano e do conhecimento local / empírico PP gera consensos <u>Negativo:</u> Peso às vezes excessivo dos trabalhos académicos e técnicos / tecnocracia nos processos de DL

Categorias / Sub Categorias Informantes	Estratégia (construção política e social)																								
Comunidade	Como se pode inferir da análise dos dados,o relacionamento entre as organizações é baixo, sendo apenas razoável entre as Associações de Desenvolvimento e nos Agrupamentos de Escolas. Verifica-se ainda que é ao nível da Administração Pública Regional que os índices de relacionamento são mais baixos. Por outro lado os valores de relacionamento baixam em todas as entidades à medida que os parâmetros implicam maior articulação e relacionamento. Assim os parâmetros “ Governança/Gestão partilhada” e “Estratégia Comum” são, respetivamente, os que valores mais baixos apresentam em todas as organizações. A criação de uma estrutura coordenadora para todo o território é apontada como meio facilitador da participação pública no desenvolvimento do BG Considera que existem no território do Baixo Guadiana: <table><tr><th>Aspetos</th><th>SIM</th><th>NÃO</th><th>Aspetos</th><th>SIM</th><th>NÃO</th></tr><tr><td>Dinâmicas de participação coletiva</td><td>33.3</td><td>66.7</td><td>Um sentimento de pertença</td><td>65.3</td><td>34.7</td></tr><tr><td>Um processo de desenvolvimento comum</td><td>33.1</td><td>66.9</td><td>Uma coesão social</td><td>31.4</td><td>68.6</td></tr><tr><td>Articulação nos processos de Planeamento e Ordenamento</td><td>29.5</td><td>70.5</td><td>Uma identidade regional</td><td>65.2</td><td>34.8</td></tr></table>	Aspetos	SIM	NÃO	Aspetos	SIM	NÃO	Dinâmicas de participação coletiva	33.3	66.7	Um sentimento de pertença	65.3	34.7	Um processo de desenvolvimento comum	33.1	66.9	Uma coesão social	31.4	68.6	Articulação nos processos de Planeamento e Ordenamento	29.5	70.5	Uma identidade regional	65.2	34.8
Aspetos	SIM	NÃO	Aspetos	SIM	NÃO																				
Dinâmicas de participação coletiva	33.3	66.7	Um sentimento de pertença	65.3	34.7																				
Um processo de desenvolvimento comum	33.1	66.9	Uma coesão social	31.4	68.6																				
Articulação nos processos de Planeamento e Ordenamento	29.5	70.5	Uma identidade regional	65.2	34.8																				
Técnicos/Empresários	“É um problema de topo. Criar uma disciplina de cima para baixo, educar/esforçar as entidades públicas. As câmaras do BG têm de fazer um esforço conjunto para promover PP, valorizar, reconhecer e refletir e agradecer às populações senão vai haver menos ainda PP. Se não forem as câmaras a promover essa participação, a valorizá-la e a dar exemplos que a valorizam e a fazerem esse esforço de participação e a fazerem esforços para refletirem essa participação nas decisões. Se não fizerem isso cada vez vai haver menos participação. Se as câmaras não fizerem esse esforço de se juntarem, como se pode pedir às pessoas que o façam? Se não forem as câmaras a mostrar às populações que estão reconhecidas por essa participação e fazerem refletir essa participação nas decisões, as populações deixam de participar”. “Não há capacidade de decisão nesta região, e é fundamental! E as câmaras têm de potenciar alguém, independentemente da cor política, com essa capacidade.” “Eu opinava e criava controvérsia, criava conflitos com 1 ou 2 pessoas. Há falta de sentido crítico na região, acomodamo-nos. As pessoas são penalizadas pela participação e afastam-se. Temos de acabar com as mentes iluminadas que vêm com ideias megalómanas, porque temos noção das limitações que a região tem. Precisamos que as coisas sejam objetivas.”																								
Presidentes de Câmara	Há que ouvir as pessoas e esse é o dia-a-dia aqui na câmara! Não descobrimos nada!” [Refere-se à relação PP-Governança] “(…) A forma como governamos, como gerimos uma Câmara influencia, pode estimular uma maior ou menor participação dos cidadãos e mesmo das empresas. (...)” “Eu pessoalmente, procuro sempre exercer alguma pedagogia, sem qualquer tipo de pretensão, mas procuro sempre exercer alguma pedagogia junto das pessoas e às vezes tenho a sensação que perco tempo demais, porque o tempo é um recurso muito escasso, a procurar esclarecer as pessoas de determinadas coisas, porque acho que é útil, e que as pessoas quanto mais esclarecidas estão, melhor é...” “Eu acho que as Câmaras têm nisto tudo um papel bastante importante e sobretudo podem sempre incentivar e promover a participação pública, a discussão pública e tudo isso. Acho que tem de estar sempre no horizonte de cada um dos responsáveis (?) municipais essa participação.”																								
Atores chave	“Sim, uma relação claríssima. Há uma relação claríssima entre a participação dos cidadãos, da governança e do desenvolvimento. São cúmplices umas das outras e influenciam-se mutuamente. Dificilmente um território como este terá um desenvolvimento adequado, sustentável, se não tiver a participação, o envolvimento dos seus cidadãos se não tiver uma gestão transparente, com todos” “É por isso que as governações locais são importantes, porque podem desenvolver políticas que impulsionem esses fatores [Refere-se às práticas e políticas de participação] (...) Podem promover																								

esse esclarecimento da opinião pública que pode muitas vezes não se tornar imediatamente participativo, mas é importante que exista, que as pessoas saibam que no futuro isso pode ser importante.” [Refere-se às práticas de Governança].

“São aquelas que têm em conta as vontades, as aspirações e que conseguem que as pessoas participem e acompanhem.” [Refere-se à sua noção de Governança, que tem como ponto fundamental a participação] “A PP não se faz hoje, constrói-se ao longo de muito tempo!” [Refere-se à relação entre Governança e PP]“.”

“As pessoas deixam de participar! Para quê? Aquilo está garantido. Mesmo os escolhidos pelo mesmo partido para ir para lá, participam de uma forma anódina e mortiça, porque não há interesse, não há luta, não há debate, não há o contraditório fundamentalmente nesse debate. Portanto, é neste momento o perigo que está a acontecer.” [Refere-se à relação entre governança e PP]

“O contrário é mais dubitativo, porque a gestão de um território que pode, claro...depende da qualidade dessa gestão, da forma como pode ser gerido, como pode ser incentivado e principalmente conforme o projeto que tenha em mente.” [Refere-se à relação entre governança e PP] “As práticas da governação local são muito mais ponderadas, muito mais atentas se se sentirem que são observadas. E ganha-se.” “E a governança local também entra na participação, a própria governança local vai certamente fazer com que a participação vá ter que ser reforçada”. “Sim, uma relação claríssima. Há uma relação claríssima entre a participação dos cidadãos, da governança e do desenvolvimento. São cúmplices umas das outras e influenciam-se mutuamente. Dificilmente um território como este terá um desenvolvimento adequado, sustentável, se não tiver a participação, o envolvimento dos seus cidadãos se não tiver uma gestão transparente, com todos”

“(…) A participação estimula logo ao envolvimento dum maior numero de cidadãos deste território que conta, que está dentro daquilo que se pode considerar como uma componente de governação local, que é a entrada de mais contributos para parte dos cidadãos e isso vai também ajudar a encontrar mais pistas, mais orientações, mais ideias, mais chamadas de atenção, mais cautelas, para a forma como os recursos podem ou não ser aproveitados e isso havendo mais informação vai também permitir que o processo do desenvolvimento sustentável esteja mais garantido, porque há mais elementos relativamente à forma como podemos aproveitar a água aqui, se é mais importante ir para os golfs ou para as populações, ou se se faz uma barragem aqui, sim Sr., conta depois o caminho, navegabilidade dos barcos, mas se se faz um açude também pode cortar a entrada para as lampreias e isso tudo tem efeitos sobre a fauna, as questões das dinâmicas fluviais vai ter as suas consequências nas margens, vai ter as consequências na foz, a foz vai ficar... (…)

“É criar sim, aí é que está a chave da questão, é uma dinâmica regional que tem que ter apoios próprios e interações, haver tendencialmente, haver, como tem havido um certo encontro, um certo debate de ideias, um juntar esforços para tirar conclusões. É isso um pouco, o que poderia ser feito e que não tem sido feito nos últimos tempos, mas que vai ser necessário. E muito em breve para o futuro.”

“Para já as várias instituições tomarem consciência que precisam cooperar e de partilhar informação, conhecimento, projetos uns com os outros e não estarem à espera que não sejam só com base em apoios e em instrumentos financeiros. Não é o instrumento financeiro que aparece, uma subvenção, ou subsidio que aparece, que vai obriga-los a estimular qualquer coisa em conjunto. Não! Deveria estar logo definido ao ser trabalhado o tal capital social, as várias entidades e indivíduos e pessoas que compõem esse capital social, haver ideias e projetos para avançar uns com os outros. Porque vamos lá ver, certamente todas as entidades devem ter a sua agenda, os seus planos de atividade. É uma questão de ir moldando, ir adequando um percurso que vai ser daqui para a frente. Ou que deveria ser daqui para a frente, ter hábitos de quando começar a trabalhar, a fazer as previsões daquilo que quer avançar, começar a pensar que tem mais alguém do outro lado, que tem um território que tem continuidade, que pode ser aproveitado em conjunto, que se calhar a localidade ribeirinha não é só localidade ribeirinha aqui no troço superior do Baixo Guadiana navegável que pode ser trabalhado, recuperar, regenerada mas se calhar numa lógica que permita ser com as outras, neste projeto da recuperação das frentes fluviais ou das localidades ribeirinhas ser articulado com outros projetos também de regeneração do território, de dinamização económica, de iniciativas de eficiência coletivas de avançar com o estímulo de

	introdução nos eficiência coletivas de avançar com o estímulo de introdução nos conteúdos escolares desta região de coisas que sejam de interesse comum e que os jovens tenham conhecimento e saibam. Isto era criar uma sinergia que vá para além do próprio localzinho fechado.” [Refere-se à inexistência destes fatores.

EVIDÊNCIAS TEMA: Governança SUB TEMA: Processos

Categorias / Sub Categorias Informantes	Instrumentos
Comunidade	Para o futuro deste território, em termos de desenvolvimento local é atribuída importância à ação coletiva, particularmente no que se refere às Associações de Desenvolvimento Local, à Sociedade Civil e às Câmaras Municipais. Formas de governança baseadas em parcerias e organizadas em rede, que favoreçam consensos e criem ambientes de confiança são apontados como meios facilitadores da participação pública no desenvolvimento do BG. Ética e boas práticas na governação local são substancialmente apontadas como motivadoras para a participação pública. A “existência de diversidade de organizações da sociedade civil” e o “acesso facilitado à informação e consulta” por parte dos cidadãos nas questões de interesse público e coletivo são apontados como meios facilitadores da participação pública no desenvolvimento do BG.
Técnicos/Empresários	“Governança: Governar com decisão partilhada; saber partilhar a decisão; saber ouvir e muitas vezes ter a mente aberta para a humildade, para ouvir a voz dos outros.” “3 Princípios fundamentais: - Liberdade, autonomia e independência torna as pessoas participativas.” “Redes hierarquizadas fazem com que centralizem num só indivíduo e só a visão deste para o território” [Refere-se aos mecanismos a não utilizar] “Concertação, nomeadamente: através de uma figura muito forte. Do lado dos empresários, junto das entidades de governação local, regional.” [Refere-se aos mecanismos e formas que a governança deveria utilizar] “Canal direto e muito objetivo, direto para que as pessoas não se percam.” [Refere-se ao facto de que deveria haver mais transparência, menos burocracia/refere-se às formas da governança] “Levar o sucesso às câmaras municipais, para elas abrirem as portas. Caso da flor de sal: depois de 12 anos a CM de Castro Marim lembrou-se que o sal e a flor de sal são recursos e se disponibilizou para promover”. [Refere-se aos instrumentos e formas da governança] “Culturalmente, ainda subsiste a ideia que não devemos expor muito a nossa vida empresarial. Mas seria a forma mais viável. Criar uma entidade que defendesse os nossos interesses, muitas das vezes mediar até situações que são criadas, e que não fomentam desenvolvimento”. “Uma coisa organizada, as empresas centralizadas numa ou 2 pessoas. Não temos ninguém que tenha acesso direto à decisão. Não há figura com essa capacidade. Importante para as empresas. Sabendo dos problemas, uma entidade que os resolvesse. Mas para todas as Câmaras e não cada um a puxar para o seu lado.” “Concordo com um gabinete em que as pessoas possam lá ir.” “A governação estrangula a PP no território” “A opinião pública permite juntar uma diversidade de ideias, permite ter perspetivas para um

	território. (...) A solução do Luís é vital! (...) (...) Assim se criam ambientes criativos.” <u>[Relação entre Governança e PP]</u> “Não havendo articulação entre as instituições de topo não ajuda à PP e não abona nada a favor das populações.”
Presidentes de Câmara	“O presidente de câmara tem de conseguir destriçar o que é bom, do que não é! Em termos de investidores, há os bons e os especuladores. Não se podem dar as mesmas oportunidades a um especulador, que as que se dão a uma pessoa honesta.” “A nossa página na internet é absolutamente aberta. São decisões que estão publicadas; há um portal do município, que é para as pessoas contactarem em qualquer circunstância com o Presidente da Câmara e é uma resposta no máximo em 24 horas, não sei o que é que... Por exemplo: - Eu tenho, a população, acho que é uma coisa inovadora no país; - um dos critérios de avaliação dos funcionários da limpeza, são os inquéritos que nós fazemos à população. A população é que diz se a sua zona está a ser bem limpa, por A, B ou C. fazemos inquéritos periódicos. Temos também um gabinete de atendimento ao público na Câmara, expressamente para dar resposta à população. Os municípios de Vila Real e de Monte Gordo Vêm cá, a este gabinete e eu atendo também na freguesia de Cacula todas as semanas. Isso para garantir a fluidez da informação. Hoje foi dia de atender em Cacula. Às nove da manhã estava a fazer atendimento à população. Acabei às 11 horas da manhã, atendi 12 pessoas.” “As Câmaras devem governar mais em articulação com as instituições, com as associações, com as empresas, com os municípios, uma governação não é bem mais aberta, mas é mais envolvente, é o que se chama hoje...mais participada e tudo isso. É de facto uma gestão que incorpora o mais possível o sentir da comunidade local, dos vários agentes que estão em atividade nesse território.”
Atores chave	“As autarquias e as escolas podem desenvolver políticas e práticas que estimulem os hábitos de participação. É por isso que as governações locais só importantes, porque podem desenvolver políticas que impulsionem esses fatores” [Refere-se à participação como um instrumento da Governança e às autarquias e escolas como mecanismos] “Com várias outras atividades: levar uma assembleia de municipal a uma escola!? Para os mais novos perceberem, que há verbas para a escola, que com esse dinheiro podemos comprar equipamentos para a escola. E que a decisão de escolher o equipamento a comprar foi deles. Questões que possam entender. Há necessidade de lhes ensinar o que é a democracia.”“Quem conhece, ou quem sabe, quem viu, quem viveu, o que era antes do 25 de Abril essa “porcarias” dessas freguesias é uma coisa incomparável! Incomparável a diferença” [Refere-se à importância das freguesias enquanto instrumento de governança] “A nossa arma é dar aos outros, aos novos completa autonomia, e ir criando grupos, projetos, coisas que tenham a sua completa autonomia, sem haver um controleirismo, um controlo fundamental!” [Refere-se às formas da Governança]“Claro! É o que está a dizer! É por isso... eu penso que quanto mais rico e mais abrangente for o envolvimento e mais descomprometido, melhor. Portanto entram aqui as tais noções que deu de transparência, de ética, de defesa de valores, ter também a noção, ter também uma estratégia que é quando um indivíduo está a trabalhar imaginemos ou estamos a trabalhar para um espaço, sei lá... concelhio, ou regional, ter a noção do primado do bem comum não pode estar submetido ao primado do bem privado ou dos interesses particulares. É ter noção que se deve apostar primeiro naquilo que é a dinamização, implementação dos recursos locais! Sejam eles humanos, sejam eles bens produzidos localmente, sejam recursos agro silvo-pastoris, sejam recursos turísticos, quer dizer: há aqui alguns valores ligados ao local, ao sem comum, coisas que têm de ficar logo salvaguardados e ser tornado perfeitamente claro que este é... não impede de falarmos uns com os outros, porque os interesses são muito grandes mas quando uma instituição territorial vai para uma mesa de negociação, primeiro de tentar saber o que é que podem fazer todos em conjunto, mas depois se houver uma negociação que seja uma negociação “Win-Win!”, isto é: uma negociação que todos ganham, todos! Não há derrotados e não os que ganharam!” “(…) criar condições em fóruns e outros através dos próprios contactos pessoais, de estimular cada

	vez mais trabalhos em conjunto” “definir pelo menos agendas macro, agendas no início das atividades, no início dos anos resultantes dos planos de atividades, (...) Trocar uns com os outros; “olhe nós vamos fazer isto, vamos fazer aquilo!” em vez de ter o modelo que o outro vá repetir e vá fazer aquilo” “Vai passar por outras formas das pessoas participarem umas com as outras. E vai estimular as várias formas de comunicação. Comunicação física, de comunicação... Primeiro a questão das passagens, a questão contrato entre as pessoas, e depois as próprias pessoas terem as suas próprias redes as escolas também. Tal como o desporto”.

EVIDÊNCIAS TEMA: Governança SUB TEMA: Processos

Categorias / Sub Categorias Informantes	Desenvolvimento Territorial																												
Comunidade	O desenvolvimento dos territórios depende sobretudo da capacitação dos atores para promoverem o seu próprio desenvolvimento. As duas questões referidas pelos inquiridos, que mais podem contribuir para o desenvolvimento local sustentável neste território são as “que mais rentabilizem os recursos locais” , as “que promovam a igualdade de oportunidades” e as que “promovam a participação de todos os atores locais”. As boas práticas de governança local potenciam/facilitam o desenvolvimento sustentável ? Sim 96,3 %. Porquê? (Respostas aferidas da pergunta aberta): <table border="1"> <thead> <tr> <th>RESPOSTAS</th><th>TOTAL</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Geram mais confiança, justiça, motivação e vontade de participar no desenvolvimento do território</td><td>32</td></tr> <tr> <td>Só pode existir desenvolvimento sustentável se houver uma boa governação local. Garantem mais eficácia</td><td>28</td></tr> <tr> <td>Pressupõem maior conhecimento e eficácia na prossecução de políticas. São demonstrativas o que é muito importante</td><td>22</td></tr> <tr> <td>O futuro fica mais acautelado</td><td>17</td></tr> <tr> <td>Rentabilizam/potenciam mais os recursos/processos existentes no território</td><td>14</td></tr> <tr> <td>Promove uma gestão dinamizadora. Boas parcerias, bons resultados. Implicam melhor democracia e mais responsabilidade coletiva</td><td>13</td></tr> <tr> <td>Uma governança local transparente atrai mais investidores, logo gera mais desenvolvimento. As pessoas sabem o que podem fazer</td><td>13</td></tr> <tr> <td>Trabalhando em conjunto, percebem-se as falhas que existem. As tomadas de decisão e as atitudes são mais acertadas</td><td>11</td></tr> <tr> <td>Há participação de muitos atores e um acompanhamento constante. Anula a corrupção e o caciquismo. Aumenta a coesão social</td><td>10</td></tr> <tr> <td>As pessoas dão a sua opinião, sentem-se incluídas. Reforça a cidadania</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Estimulam a criatividade e a inovação local</td><td>8</td></tr> <tr> <td>Imprecisos</td><td>15</td></tr> <tr> <td>Total</td><td></td></tr> </tbody> </table>	RESPOSTAS	TOTAL	Geram mais confiança, justiça, motivação e vontade de participar no desenvolvimento do território	32	Só pode existir desenvolvimento sustentável se houver uma boa governação local. Garantem mais eficácia	28	Pressupõem maior conhecimento e eficácia na prossecução de políticas. São demonstrativas o que é muito importante	22	O futuro fica mais acautelado	17	Rentabilizam/potenciam mais os recursos/processos existentes no território	14	Promove uma gestão dinamizadora. Boas parcerias, bons resultados. Implicam melhor democracia e mais responsabilidade coletiva	13	Uma governança local transparente atrai mais investidores, logo gera mais desenvolvimento. As pessoas sabem o que podem fazer	13	Trabalhando em conjunto, percebem-se as falhas que existem. As tomadas de decisão e as atitudes são mais acertadas	11	Há participação de muitos atores e um acompanhamento constante. Anula a corrupção e o caciquismo. Aumenta a coesão social	10	As pessoas dão a sua opinião, sentem-se incluídas. Reforça a cidadania	10	Estimulam a criatividade e a inovação local	8	Imprecisos	15	Total	
RESPOSTAS	TOTAL																												
Geram mais confiança, justiça, motivação e vontade de participar no desenvolvimento do território	32																												
Só pode existir desenvolvimento sustentável se houver uma boa governação local. Garantem mais eficácia	28																												
Pressupõem maior conhecimento e eficácia na prossecução de políticas. São demonstrativas o que é muito importante	22																												
O futuro fica mais acautelado	17																												
Rentabilizam/potenciam mais os recursos/processos existentes no território	14																												
Promove uma gestão dinamizadora. Boas parcerias, bons resultados. Implicam melhor democracia e mais responsabilidade coletiva	13																												
Uma governança local transparente atrai mais investidores, logo gera mais desenvolvimento. As pessoas sabem o que podem fazer	13																												
Trabalhando em conjunto, percebem-se as falhas que existem. As tomadas de decisão e as atitudes são mais acertadas	11																												
Há participação de muitos atores e um acompanhamento constante. Anula a corrupção e o caciquismo. Aumenta a coesão social	10																												
As pessoas dão a sua opinião, sentem-se incluídas. Reforça a cidadania	10																												
Estimulam a criatividade e a inovação local	8																												
Imprecisos	15																												
Total																													
Técnicos/Empresários	“Redes hierarquizadas fazem com que centralizem num só indivíduo e só a visão deste para o território. “Em relação com a governança: Eu tive de licenciar um projeto, para o conseguir tive de mentir. Levou 4 anos para o licenciamento. Demasiada legislação, entretanto coincide com a crise instalada e agora estou a ser pressionado para construir, e de momento não tenho capital. E se não construir ficam-me com o terreno”. [Refere-se à relação entre governança e investimento/desenvolvimento] “Principalmente a governação local! Como é evidente e portanto, todo o resto, não é? Portanto, o saber o que se passa, quem é que tem o poder, quem é que manda, a pessoa nova que chega, quem																												

	se instala, e força e as formas culturais, [Refere-se à influência da PP na Governança] ”[Refere-se ao facto da PP influenciar a governança] “(...) parece-me, que de facto a participação pública influencia ela própria a governação local. ” “(...) a participação estimula logo ao envolvimento dum maior numero de cidadãos deste território que conta, que está dentro daquilo que se pode considerar como uma componente de governação local(...)”
Presidentes de Câmara	“Não se discute! Claro que uma governança participada, envolvendo as pessoas, tem mais futuro, é mais eficaz, que um ditador que impõe as suas orientações!” [Refere-se ao contributo para o DL] “(...) É fundamental! Completamente! Completamente de acordo, e as boas práticas de governança contribuem também para o desenvolvimento. Não tenho nenhuma dúvida disso. (...)” “Porque eu acho que quanto mais as pessoas participarem e de um modo mais preparado estiverem nessa preparação, mais qualificado é o nosso papel! “ [Refere qualificado no sentido de contributo para]. “Eu vejo com muito bons olhos, como disse há pouco; que a gestão seja o mais participada possível e também sou um adepto da regionalização e acho que isso diz um pouco tudo. Essa visão municipalista, territorial da área do município, isso não leva a lado nenhum, a área da freguesia não leva a lado nenhum, a área da freguesia não leva a lado nenhum. Tem de haver uma abrangência territorial maior até para se ganhar escala, para se ganhar peso, para se ganhar opinião e tudo isso. Eu não me vejo e não vejo a figura do Presidente de Câmara como aquele que tudo sabe e aquele que tudo decide e aquele que tudo dispõe, muito pelo contrário, nem das juntas de freguesias nem das várias entidades e penso que quanto mais participação coletiva houver melhor!” “Sim sem dúvida alguma! Quanto mais variada for a opinião sobre determinado assunto, mais enriquecido esse assunto sai e isso é um contributo para o desenvolvimento do território. E em termos de governança local é exatamente isso, nós, eu acho que as pessoas têm que decidir, têm que dar muito a sua opinião sobre aquilo que será governança local, sobre aquilo que lhes vai tocar diretamente.”
Atores chave	“É por isso que as governações locais só importantes, porque podem desenvolver políticas que impulsionem esses fatores [Refere-se às práticas e políticas de participação] que depois são tão necessários para o desenvolvimento. “ “Sim (...) [Refere-se à existência de uma relação positiva entre Governança e DL] “Há uma relação claríssima entre a participação dos cidadãos, da governança e do desenvolvimento. São cúmplices umas das outras e influenciam-se mutuamente. Dificilmente um território como este terá um desenvolvimento adequado, sustentável, se não tiver a participação, o envolvimento dos seus cidadãos se não tiver uma gestão transparente, com todos” “Porque quer a gente queira, quer não, o elemento eleitoral é muito importante. Se for só o concelho de Alcoutim, não tem importância nenhuma do ponto de vista eleitoral. Se for VRSA, já tem mais. Se forem os 4, tem muito mais peso. (...) Já era uma unidade económica com peso! (...) A Estremadura é um interlocutor mais disponível para a cooperação com Portugal. Eles são muito parecidos com a gente! Onde é que se ensina o português em Espanha com força? Em Cáceres e Badajoz! Não tem nada a ver com os andaluzes. A Andaluzia tem uma entidade muito forte! Os da Estremadura são muito...são quase alentejanos!” [Refere-se ao facto de que se houvesse um outro modelo de governança no território do BG, isso teria influência no DL, inclusive na negociação com Espanha] “Sim! Porque não há massa crítica no território que crie uma estrutura de concorrência salutar, que possa crescer por si, para que possa potenciar os políticos a mudar, ou a colaborar doutra forma!” [Refere-se ao papel das governanças no desenvolvimento do território] “Sim! É uma lógica de pescadinha de rabo na boca... Crias umas condições, tens outras.... Agora qual é que puxa a outra!? Se houver uma, haverá a outra!” [Relação entre Governança de DL]

	“Mértola teve um processo muito ligado à questão da participação, da governança local, de práticas de envolvimento comunitário. Foi uma metodologia que acabou por dar resultados muito positivos. Foi uma experiência já neste território em como a participação e a articulação dos atores locais determinou como seria feito o desenvolvimento. Mértola, Tondela, e tantas outras onde se podem ver e encontrar práticas de governança local que dão fruto no desenvolvimento.” “Claro! Eu acho que foi decisivo, não é!?” [Refere-se ao facto das boas práticas de governança terem sido decisivas no caso do PIM] “E a governança local também entra na participação, a própria governança local vai certamente fazer com que a participação vá ter que ser reforçada” “Como é evidente! Como é evidente!” [Refere-se ao facto de que transpor as aprendizagens do processo de governação de Mértola para o território do BG teria um impacto muito positivo no desenvolvimento] “É decisivo para esse cada vez mais, outros projetos que venham, outras ideias e está haver muitas, interessantes aqui!” [Refere-se à relação entre governação e DL] “É criar sim, aí é que está a chave da questão, é uma dinâmica regional que tem que ter apoios próprios e interações, haver tendencialmente, haver, como tem havido um certo encontro, um certo debate de ideias, um juntar esforços para tirar conclusões.” [Refere-se à relação governança/DL] “A participação garante à partida mais atenção às práticas de governança local. É a sustentabilidade que fica mais salvaguardada. E isso não tem preço, é muito importante.” “Boas práticas de governança local determinam muito num território.” “Da necessidade e utilidade em termos de desenvolvimento, dos processos de decisão envolverem as pessoas, os cidadãos, os atores locais, de estar logo preparado para esse processo seja no sentido de envolver melhor e mais possível, portanto: em termos quantitativos e qualitativos, os cidadãos, as entidades, instituições que também podem contribuir para o desenvolvimento deste sítio.” [Relação governança/Desenvolvimento] “Eu julgo que uma coisa transparente ajuda a definir isto agora se alguém perder, que não seja o bem comum, que é bom para as gerações atuais e também para aquelas que vêm também a seguir!” [Relação governança/Desenvolvimento] “Isto também vai melhorar aquilo que eu penso de certos lobbies, e inclusivamente dentro dos lobbies, se é que lhe podemos chamar assim: o peso das partidocracias, também funcionam elas próprias como grupo de pessoas que se juntam com certos interesses que podem ser mais legítimos, mais particulares, ou não, não interessa mas que depois também tem as suas reais políticas, as “real política coisas imposta por outras escalas de análise para um território, e eu aqui vejo como a governação local e a participação como algo a mitigar, a diminuir o peso destas influências doutras áreas que podem ser também através da própria partidocracia. A própria partidocracia também tem as suas coisas perversas. Embora seja importante para um sistema. “ [Refere-se ao papel da governação na construção de uma sociedade mais justa).

EVIDÊNCIAS SUB TEMA: Processos

Categorias / Sub Categorias Informantes	Legitimidade						
Comunidade	Acha que a governança local será tanto mais legitimada quanto maior for a participação pública? Sim 90,2 %. Porquê? (respostas abertas): <table border="1"> <thead> <tr> <th>PERGUNTAS</th><th>Frequências</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Se há mais cidadãos a tomar parte (mais opiniões), há mais legitimidade. Há menor margem de erro. É uma governança mais próxima dos cidadãos</td><td>38</td></tr> <tr> <td>É mais fácil e provável que as respostas sejam adequadas às necessidades e interesses dos cidadãos</td><td>31</td></tr> </tbody> </table>	PERGUNTAS	Frequências	Se há mais cidadãos a tomar parte (mais opiniões), há mais legitimidade. Há menor margem de erro. É uma governança mais próxima dos cidadãos	38	É mais fácil e provável que as respostas sejam adequadas às necessidades e interesses dos cidadãos	31
PERGUNTAS	Frequências						
Se há mais cidadãos a tomar parte (mais opiniões), há mais legitimidade. Há menor margem de erro. É uma governança mais próxima dos cidadãos	38						
É mais fácil e provável que as respostas sejam adequadas às necessidades e interesses dos cidadãos	31						

	<table> <tr> <td>Influencia as decisões. São decisões participadas e mais sustentadas. As pessoas revêem-se nas políticas adotadas pelo que as decisões são melhor aceites</td><td>29</td></tr> <tr> <td>A participação é uma espécie de fiscalização que obriga a governança local a ser realizada com mais cuidado. Exerce ação política</td><td>28</td></tr> <tr> <td>Há debate, informação e maior compreensão pelos problemas. Ajuda nas tomadas de decisão</td><td>18</td></tr> <tr> <td>A resolução/ tomada de decisão é feita de forma mais clara e transparente</td><td>16</td></tr> <tr> <td>Envolve todos e responsabiliza todos de forma equitativa. Credibiliza</td><td>15</td></tr> <tr> <td>Maior nível de democracia e mais responsabilidade para quem governa</td><td>13</td></tr> <tr> <td>Porque as pessoas sabem mais o que se passa no território. Os interesses dos cidadãos ficam mais salvaguardados</td><td>13</td></tr> <tr> <td>Imprecisos</td><td>27</td></tr> <tr> <td>TOTAL</td><td>159</td></tr> </table>	Influencia as decisões. São decisões participadas e mais sustentadas. As pessoas revêem-se nas políticas adotadas pelo que as decisões são melhor aceites	29	A participação é uma espécie de fiscalização que obriga a governança local a ser realizada com mais cuidado. Exerce ação política	28	Há debate, informação e maior compreensão pelos problemas. Ajuda nas tomadas de decisão	18	A resolução/ tomada de decisão é feita de forma mais clara e transparente	16	Envolve todos e responsabiliza todos de forma equitativa. Credibiliza	15	Maior nível de democracia e mais responsabilidade para quem governa	13	Porque as pessoas sabem mais o que se passa no território. Os interesses dos cidadãos ficam mais salvaguardados	13	Imprecisos	27	TOTAL	159
Influencia as decisões. São decisões participadas e mais sustentadas. As pessoas revêem-se nas políticas adotadas pelo que as decisões são melhor aceites	29																		
A participação é uma espécie de fiscalização que obriga a governança local a ser realizada com mais cuidado. Exerce ação política	28																		
Há debate, informação e maior compreensão pelos problemas. Ajuda nas tomadas de decisão	18																		
A resolução/ tomada de decisão é feita de forma mais clara e transparente	16																		
Envolve todos e responsabiliza todos de forma equitativa. Credibiliza	15																		
Maior nível de democracia e mais responsabilidade para quem governa	13																		
Porque as pessoas sabem mais o que se passa no território. Os interesses dos cidadãos ficam mais salvaguardados	13																		
Imprecisos	27																		
TOTAL	159																		
Técnicos/Empresários	“Governança Alguém que acha que tem energia e que pode trazer melhor qualidade de vida às populações. Dando o seu melhor e o melhor é o que a população quer! Tem de ser o pressuposto que a população quer desde que discutido amplamente para ter legitimidade” “A noção de governação: os políticos têm de ter novas noções, o que querem legitimar usando os atos de PP. É pela sua atitude e ponderação, pela frontalidade e honestidade nas decisões que se vê da legitimidade ou não das decisões. Quando têm outros interesses, que não são conhecidos essa legitimidades já não existe, pelo menos a legitimidade moral e que é a verdadeira legitimidade.” “Este modelo não propicia uma maior participação no território muitas vezes porque as pessoas não se revêem nas decisões dos decisores, porque estes apesar de estarem mandatados para decidirem, não procuram que haja participação quando é necessário. Partem do princípio errado que podem decidir porque têm legitimidade democrática. Mas isso não chega. A legitimidade que têm é genérica e não específica para decidir o futuro dos territórios. “ “Mas vamos muito ao sabor do governante. Quando o governante pretende organizar eventos de PP segundo a sua visão, focaliza-os no tema seu interesse, que é a sua visão para o território, o que é muito limitativo para a pp. Deverá fomentar a diversidade de participação sobre outros recursos.” “Não há proximidade! Na junta as pessoas participam mais que na câmara. E é verdade que os portugueses valorizam mais a forma que o conteúdo. A distância é de facto uma barreira à participação.” “As associações estão reféns dos poderes, o que condiciona tremendamente a ação destas e quando assim é até podemos pôr em causa a legitimidade dessas associações! “A estrutura administrativa pouco flexível, rígida, não ajuda à participação. E no BG é muito rígida. “A política que tem havido na região não tem conduzido ao desenvolvimento. As coisas não têm sido bem conduzidas, cada território faz por si.” [Refere-se ao facto do atual modelo não estimular a participação] “Uma coisa organizada, as empresas centralizadas numa ou 2 pessoas. Não temos ninguém que tenha acesso direto à decisão. Não há figura com essa capacidade. Importante para as empresas. Sabendo dos problemas, uma entidade que os resolvesse. Mas para todas as Câmaras e não cada um a puxar para o seu lado. Não há uma figura de proa neste território.” “As câmaras deviam ser mais interventivas no muno empresaria criando condições para os negócios e deviam inteirar-se mais deste setor. Não o fazem e não estão por dentro mas querem intervir no desenvolvimento dos concelhos.” (...) Se não souberem de negócios, de empresas, de mercados, se não estiverem em articulação com quem sabe disto e que são os empresários que legitimidade têm para tomar decisões sobre a desenvolvimento e o futuro do território? Nenhuma e por isso é que as coisas estão como estão. Não articulam, decidem com a informação e visão que têm, às vezes até com interesses pouco claros e isso é um problema”.																		
Presidentes de Câmara	“E claro que as decisões ficam mais legitimadas. (...)” (...) Sim! Sim! Obviamente! Fico muito mais legitimado! Sim claro! É evidente! (...)” “Eu acho que se as pessoas participassem que eu saía reforçado do meu papel. Em termos de legitimidade, em termos de reconhecimento da ação e as pessoas eram menos vulneráveis a críticas negativas, destrutivas e com fins distintos. (...)” “Eu acho que qualquer Presidente de Câmara, qualquer responsável autárquico tinha vontade que houvesse uma maior participação, porque havendo maior participação há mais ideias, mais discussão, certas medidas, certas opiniões nossa podem até ser melhor estruturadas e até um																		

	enriquecimento naquele tema. E até pode resultar numa melhor decisão.” “Legitimidade um presidente de Câmara tem por via do ato eleitoral. Agora realmente sentir-me-ia mais descansado, mais confortável na minha posição se houvesse maior participação pública. Havendo menos, como é evidente posso estar tomando uma boa decisão embora sendo participada por poucas pessoas ficam sempre algumas dúvidas. Se for participada por mais, essa boa decisão pode ser ainda melhor, enriquecida nos seus aspetos e sobretudo estou mais descansado porque há uma participação maior dos munícipes.”
Atores chave	“É por isso que as governações locais só importantes, (...) Já legitima mais as decisões.” Porque a decisão é partilhada” [Refere-se ao facto da PP legitimar a tomada de decisão] “E depois no processo de tomada de decisão e depois na sua implementação ganha-se legitimidade! E depois no processo de tomada de decisão e depois na sua implementação ganha-se legitimidade! A pessoa está de cabeça levantada”. “(…) quando há participação publica há maior legitimidade mesmo que seja só moral para tomar decisões. Um presidente de câmara ou de uma associação, se as pessoas participam, dão contributo, isso reforça a legitimidade.” “E depois permite outra coisa; permite também a inclusão há muito mais hipóteses de inclusão dos contributos de capital humano e do conhecimento tácito de coisas que escapavam, que iam para além daquilo que está codificado em trabalhos académicos e técnicos e de indivíduos que são competentes e são tecnocratas, são contributos muito grandes para esses territórios mas, não sabiam que o pescador tal, tal, o Sr. velhote que tinha as abelhas e elas dão-se melhor num sitio onde as oliveiras são de sequeiro relativamente às de regadio que estão a morrer todas e é preciso ver o que é que se passa ali e certamente isto aqui, o aumento do processo de participação vai contribuir para que todos no território, depois de encontrarem aquele que é o caminho, não vou dizer consensual, mas de compromisso, aquele caminho que seja considerado pelo maior numero de pessoas como o mais correto, ganha-se legitimidade quem tiver a responsabilidade de conduzir o processo”.

Anexo 12

ANEXO 12 - BREVE CURRÍCULO DOS ENTREVISTADOS

Cláudio Figueiredo Torres – Historiador

Fundador e Diretor do Campo Arqueológico de Mértola.

Fundador e Diretor da revista "Arqueologia Medieval"

Em 1993 foi investido pelo Presidente da República com a Grã Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

Doutor "*honoris causa*" pela Universidade de Évora (2001)

Desde 2006 Membro do Concelho Consultivo do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR).

Entre 1974 e 1986, docente de várias cadeiras ligadas à História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Entre 1986 e 1996, chefe da Divisão Sociocultural da Câmara Municipal de Mértola.

Entre 1996 e 2002 foi Diretor do Parque Natural do Vale do Guadiana.

Entre 1996 e 2007 foi Presidente da Comissão Nacional Portuguesa dos Monumentos e Sítios – ICOMOS.

Em 2004 foi Coordenador Nacional da Rede Portuguesa da Fundação Anna Lindh.

Arqueólogo e islamista, é o responsável pelo desenvolvimento do Campo Arqueológico de Mértola e pela notável investigação que tem trazido à luz a importância desta vila durante o período de ocupação islâmica.

Tendo recusado a carreira académica, foi sobretudo depois da volta de um exílio que durou catorze anos, de 1960 a 1974, que tomou a opção pelos estudos em Mértola. Estes já lhe valeram reconhecimento nacional e internacional com a atribuição do "Prémio Pessoa" (1991), "Prémio Rómulo de Carvalho" (2001), sendo ainda o Representante de Portugal no Comité do Património Mundial da UNESCO.

Tem desenvolvido a sua atividade científica em particular na área do património cultural, nomeadamente nos domínios da arqueologia, da investigação histórica e da museologia.

Da sua atividade museográfica destacam-se:

- Diretor do Museu de Mértola desde a sua fundação.
- Em 1988, organizou e dirigiu a equipa que montou na galeria Bab Oudaya em Rabat, Marrocos, a exposição "Mértola Almorávida e Almôada".
- 1997 Consultor científico da Exposição itinerante "Memórias Árabo-Islâmicas em

Portugal" organizada pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

- 1998 Membro da Comissão Científica do programa de incremento do turismo cultural "Moura Encantada" lançado pela Direção Geral de Turismo.
- 1998 Comissário (em colab.) da exposição itinerante "O Islão entre o Tejo e o Odiana."
- 1998 Comissário científico (em colab.) da exposição "Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo" aberta no Museu Nacional de Arqueologia até finais de Outubro.
- 1999 Comissário científico (em colab.) da exposição "As portas do Mediterrâneo" aberta em Tânger durante os meses de Setembro e Outubro e em Rabat durante os meses de Novembro e Dezembro do mesmo ano.

Entre muitos outros trabalhos publicados, salientam-se:

- "O Gharb al-Andaluz" in *História de Portugal* - (Vol. I), 1992 (direção de José Matoso), Círculo de Leitores
- "A arte islâmica no Ocidente Andaluz" (em colaboração) 1995 in *História da Arte Portuguesa* (direcção de Paulo Pereira)
- "O Legado Islâmico em Portugal" (em colaboração) 1998, Círculo de Leitores
- Seminário Efeitos sociais do património à escala local, Mértola, 27 a 28 de Abril de 2001 – *Caderno de Resumos*

Luís Filipe Soromenho Gomes – Presidente da Câmara de Vila Real de S. António

É licenciado em Engenharia do Território pelo Instituto Superior Técnico e Pós Graduado em Ciências Económicas e Empresariais pela Universidade do Algarve/Instituto Superior de Economia e Gestão. É mestrando na área do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional

Foi Docente na Universidade do Algarve e Consultor na área do Desenvolvimento Regional e Local

Foi Secretário Executivo da Associação para o desenvolvimento do Baixo Guadiana (Constituída pelos municípios de Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim)

Foi Deputado na IX Legislatura e Vereador da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António da qual é o atual Presidente

É Presidente da Comissão Política da Secção do PPD/PSD de Vila Real de Santo António

Jovem político, passou pelo mundo das Associações de Desenvolvimento Local, o que terá contribuído para um maior conhecimento do território do Baixo Guadiana e uma melhor preparação para a tomada de decisões de política na área da gestão da coisa pública bem como no que a se refere ao desenvolvimento local e regional. A formação académica aliada ao conhecimento do território, contribuem para a criatividade e diferenciação que imprime a muitas iniciativas e projetos que lidera enquanto Presidente da Câmara, muitas de carácter inovador e audaciosas pela dimensão ou notoriedade, particularmente nas áreas sociais, de saúde e do desporto. São exemplos os tratamentos oftalmológicos em a iniciativa “VRSA a Sorrir” visando a prestação de serviços de medicina dentária gratuitos aos munícipes mais desfavorecidos do concelho, a Casa do Avô, um centro de atividade sénior na área do desenvolvimento de competências, o Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta e o Mundialito de Futebol que junta milhares de jovens atletas.

Francisco Augusto Caimoto Amaral - Presidente da Câmara de Alcoutim

Possui Licenciatura em Medicina, na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, de 1975 a 1981, exercendo como Médico de Família do Centro de Saúde de Alcoutim de 1982 a 1993

Mas é na área política e de gestão autárquica, bem como na participação de associações da sociedade civil, que mais se tem protagonizado nas últimas duas décadas. Foi Deputado da Assembleia da República, Membro do Comité das Regiões da Europa, Presidente da Assembleia da Associação ALCANCE, Vice-presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim, Presidente da Assembleia Geral do Grupo de Alcoutim e Membro do Concelho de Administração da AMAL – Associação de Municípios do Algarve

Atualmente é Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim, cargo que ocupa desde Dezembro de 1993, Membro do Concelho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses e Membro da Junta Metropolitana do Algarve

É ainda dirigente da Associação ODIANA (Municípios de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António) e Médico Voluntário no Hospital Distrital de Faro

Tem um profundo conhecimento do território do Baixo Guadiana, tendo por variadíssimas vezes exercido pressão política e cívica em prol do desenvolvimento do território onde nasceu e tem vivido. A atividade profissional aproxima-o constantemente das populações e dos problemas que enfrentam, o que acrescenta sobremaneira o conhecimento da comunidade, fatores que determinam em muito a sua capacidade de intervenção social, cívica e política. Particularmente nas áreas de intervenção social e comunitária, são-lhe atribuídas políticas públicas locais de carácter inovador em territórios de baixa densidade de que é exemplo a implementação da Unidade Móvel Médico Social, a primeira a ser implementada no país.

José Fernandes Estevens – Presidente da Câmara de Castro Marim

Licenciado em direito pela Universidade Clássica de Lisboa exerceu a advocacia e consultoria jurídica, depois de breve passagem como professor do ensino secundário.

É presidente da Câmara de Castro Marim, facto que justifica o desempenho de diversos cargos de organismos locais e regionais nomeadamente da Assembleia Distrital de Faro,

das Águas do Algarve e da Algar. Desempenha igualmente funções em diversas associações locais nomeadamente na Direção da Associação Odiana, associação de Desenvolvimento que intervém no território de Vila Real, Castro Marim e Alcoutim. Tem um forte conhecimento do território do Baixo Guadiana sendo conhecidas muitas tomas de posição em defesa dos seus recursos naturais e patrimoniais.

Gere um território de transição entre o mar e a serra o que tem motivado uma maior diversidade de possibilidades, mas igualmente de dificuldades de equilíbrio social. É na endogeneidade do território que encontra e defende as oportunidades de desenvolvimento do território aliada às emergentes atividades que se apresentam fruto da geografia e da localização do concelho bem como da diferenciação de recursos humanos que ali se vêm fixando.

Jorge Paulo Colaço Rosa- Presidente da Câmara de Mértola

Presidente da Câmara Municipal de Mértola onde foi igualmente vereador. Exerceu a profissão de bancário no concelho, o que lhe permitiu conhecer o território. Possui o Curso Superior de Gestão Bancária. O concelho que dirige conheceu um dos mais interessantes processos de desenvolvimento local endógeno do país, sendo um caso de estudo em muitos aspetos, facto que lhe tem permitido uma forte aprendizagem em termos da utilização e usufruto dos recursos endógenos, em termos do desenvolvimento do território.

Por outro lado, a diversidade de agentes locais, parceiros da autarquia processo, alguns, de relevo nacional e internacional, têm igualmente contribuído para uma enorme capacitação dos recursos humanos no concelho, incluindo os dirigentes políticos. É aliás, apontada como uma das principais razões da implementação do conhecido projeto Mértola, Vila Museu, o envolvimento e participação das entidades locais na condução do desenvolvimento do concelho e, em momentos decisivos, envolvimento nos próprios processos de decisão.

Carlos Alfredo de Brito – político e escritor

Carlos Brito nasceu em Moçambique em 1933. Aos três anos foi viver para Alcoutim, onde passou a infância e parte da juventude e onde reside atualmente. Ainda muito novo, consciente da situação política e social dos portugueses, envolveu-se na luta estudantil e na ação oposicionista à ditadura.

Passou a infância e parte da juventude em Alcoutim, no Algarve. Estudou no ICL, atual ISCAL, e exerceu a profissão de contabilista. Muito cedo começou a escrever e a publicar em revistas de cultura e na imprensa regional, ao mesmo tempo que se envolvia profundamente na resistência à ditadura fascista. Em jovem chegou a colaborar no *Notícias do Algarve*, o que veio a criar, por motivos políticos, problemas ao Diretor do semanário.

A sua opção política levou-o à clandestinidade e à prisão, onde esteve por duas vezes, num total de oito anos, não sendo poupado à tortura. Foi dirigente destacado do PCP, antes e depois do 25 de Abril. Após a instauração da democracia, foi deputado à Assembleia Constituinte e depois, durante quinze anos, foi deputado à Assembleia da República, desempenhando, neste período, as funções de presidente do Grupo Parlamentar do PCP. Foi candidato à Presidência da República, em 1980, e diretor do jornal «Avante!», entre 1992 e 1998. Vive em Alcoutim onde participa no movimento associativo e escreve.

Foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante (1997) e a Ordem da Liberdade - Grande Oficial (2004). Tem 12 livros publicados de poesia, ficção, história, um ensaio sobre o Algarve e colaboração dispersa por obras coletivas e publicações nacionais e estrangeiras.

Atualmente vive naquela vila do Sotavento Algarvio, onde se tem dedicado a projetos de desenvolvimento regional através de várias associações, nomeadamente da Associação Terras do Baixo Guadiana, Associação Alcance e da Associação Transfronteiriça Alcoutim-Sanlúcar (ATAS), de que é dirigente.

É um dos 50 fundadores do movimento “Pró Futuro de Alcoutim”, que surgiu para alertar para o facto de o concelho estar no topo da lista dos mais envelhecidos do país. Há cada vez menos crianças nesta zona do Algarve. Os últimos Censos

mostram que em dez anos o concelho perdeu um quarto da população.

Poeta e romancista, tem vários livros publicados, alguns deles sobre Alcoutim, quer em prosa quer de poesia, nomeadamente:

Prosa

- Tempo de Subversão, 1998
- Vale a Pena ter Esperança, 1999
- A Páginas Tantas, 2000
- Águas do Meu Contar, 2002
- 25 Anos que mudaram o Algarve, 2005
- Álvaro Cunhal - Sete Fôlegos do Combatente

Poesia

- Anotação dos Dias, poemas da prisão, 1994
- Voz Ocasional, 1997
- Saudades de Alcoutim, 1998
- O Modo e os Lugares, 2004

Paulo Valêncio Martins Bernardo

Formado em Engenharia Alimentar e a frequentar o Mestrado Psicologia Clínica no INUAF, em Loulé, para além de professor e bancário, tem sobretudo desenvolvido a sua atividade profissional no campo do desenvolvimento local e regional quer como empresário quer como formador (Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve), consultor nas áreas da gestão de projetos nomeadamente de serviços comerciais, na promoção e dinamização de negócios, quer ainda como consultor em estudos de opinião e auditor de Qualidade e Segurança Alimentar. Foi também Coordenador Nacional do Sub- Projeto para a formação no Turismo.

Foi Diretor Geral da Globalgarve desde 2005 até 2011 onde coordenou e acompanhou as diferentes atividades interinstitucionais, através da dinamização de iniciativas e da realização de projetos estruturantes e inovadores, em parceria com as mais diversas entidades locais e regionais. Também aí desenvolveu a promoção da competitividade das atividades económicas regionais e a participação nos principais estudos e projetos inovadores de carácter estruturante para o Algarve. Atualmente, para além de colaborar na Alma Algarvia: Gestão de Organização Sem Fins Lucrativos, é ainda Coordenador da Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE) do Algarve e Membro do Grupo de Ação Local da Associação Terras do Baixo Guadiana.

Por razões profissionais e pessoais conhece de forma intensa o Baixo Guadiana onde tem desenvolvido um enorme trabalho na valorização dos seus recursos naturais e humanos. Destaca-se o seu papel interventivo no campo da dinamização empresarial, particularmente no apoio às pequenas e médias empresas neste território. A sua experiência profissional garante-lhe opiniões assertivas sobre o desenvolvimento do Baixo Guadiana.

Guilherme da Conceição Silveira Machado

Geógrafo de formação, vive e desenvolve toda a sua atividade profissional em Mértola e no território do Baixo Guadiana. Estudioso, e entusiasta do desenvolvimento integrado, tem acumulado uma imensa informação sobre o território do Baixo Guadiana. É um adepto fervoroso da gestão partilhada e da coresponsabilização de todos os atores nos processos de desenvolvimento, bem como da sustentabilidade dos territórios. Acompanha e participa ativamente, desde há muitos anos, o Projeto Integrado de Mértola, bem como a evolução que se tem registado no território do Baixo Guadiana, tendo participado em dezenas de colóquios e seminários alusivos a este espaço geográfico. Crítico acutilante, mas construtivo, relativamente a muitas estratégias e decisões de políticas públicas locais e nacionais relativamente ao desenvolvimento do interior do país, vê mais na sociedade civil que nas formações políticas, as oportunidades de futuro no que se refere à gestão dos territórios.

Técnico superior da Câmara Municipal de Mértola, tem partilhado várias experiências de valorização territorial, particularmente em projetos de cooperação transfronteiriça. Os seus pareceres técnicos são por norma, abalizados e consubstanciados em informação fidedigna, por um lado, e por uma intensa reflexão, por outro. Os seus imensos conhecimentos do território, aliado à formação científica que detém, referenciam-no como um dos técnicos mais competentes em termos de desenvolvimento local e regional do Baixo Guadiana, particularmente pela capacidade de sustentar cenários e oportunidades de desenvolvimento do território, ancorados em estratégias de eficiência coletiva e sustentados por matrizes históricas, de posicionamento geográfico, por fatores edáfo-climáticos, a que alia criatividade e inovação. Vê no património e nos recursos locais, aliados à capacitação individual e coletiva, uma forte possibilidade de desenvolvimento dos territórios rurais de baixa densidade.

Anexo 13

ANEXO 13 - LEVANTAMENTO DE PROJETOS NO BAIXO GUADIANA

Tipo de Entidade	Ator	Planos e projetos previstos e em execução
Entidade Municipal V.R.S.A.	CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	Plano Diretor Municipal. O Plano vigente desenvolve-se mediante o “Regulamento do plano diretor municipal de Vila Real Santo António” de 2009. PROVERE “Âncoras do Guadiana”. A Câmara Municipal projetou três atuações (recuperação da frente do mar em Monte Gordo, a requalificação do jardim da marginal e a Casa da Cultura de Vila Real de Santo António). As duas primeiras integraram-se noutros projetos, e a Casa da Cultura não se está a realizar. Projeto de Requalificação Urbana em Vila Real de Santo António e em Monte Gordo. Na atualidade um arquiteto de prestígio está desenhando um projeto de requalificação urbana em ambos os núcleos. O de Vila Real caracteriza-se por regenerar toda a frente costeira, desde o quebra-mar até à estrada de acesso ao núcleo desde Castro Marim. Criação de um Pavilhão Multiusos, onde se puderam realizar distintos eventos culturais e de outra índole. Projetos de cooperação transfronteiriça Espanha-Portugal: <u>Projeto Guaditer</u>: é interveniente deste projeto. O município está responsável pela Criação do Centro de Interpretação de Cacela Velha e pela requalificação do património fortificado. Também colaborará com a ODIANA em outras atividades, entre elas a implementação de um caminho para a Ecovia do Litoral que conectará com a futura Ecovia do Guadiana. <u>Projeto “Turismo Ativo do Guadiana (TAG)”</u>. Este novo projeto prevê atuações de melhoria das instalações desportivas, e uma série de atividades a desenvolver nos dois próximos anos (oficinas com jovens, intercâmbios desportivos, campus, edição de publicidade da zona etc.) e ações de difusão do turismo ativo do Guadiana (edição de folhetos, manutenção de página Web, assistência a feiras temáticas, etc.). <u>Projeto ANDALBAGUA</u>: Prevê-se a sua finalização no ano 2011. Contém a Requalificação do Porto Desportivo de Recreio de Vila Real de Santo António, que incluirá a recuperação do edifício da Alfândega como Museu do Mar, e requalificação da margem do sapal na entrada do município desde Castro Marim. <u>Projeto Guadiana mais acessível (G+A)</u>. Este encontra-se em processo de resolução. A empresa municipal de Vila Real de Santo António é parceira do

		projeto. Prevê a valorização de zonas costeiras (a situada ao sul do núcleo urbano), e ações de cooperação, dinamização e comunicação. <u>Turismo Sustentável do baixo Guadiana (UADITurS).</u> É parceiro deste projeto que se encontra em processo de aprovação. Entre as atividades mais importantes destacam-se; a Dinamização e valorização patrimonial do Baixo Guadiana (Requalificação do Centro Cultural António Aleixo), a criação de Rotas transfronteiriças e a Divulgação do Património. <u>PIDETrans - Plano Integral para o Desenvolvimento Empresarial Transfronteiriço.</u> É parceiro deste projeto que finaliza no ano 2011. A Câmara Municipal de Vila Real de Santo António atua como entidade executora responsável por criar um Centro de Desenvolvimento Empresarial.
Tipo de Entidade	Ator	Planos e projetos previstos e em execução
Entidade Municipal Castro Marim	CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM	Plano Diretor Municipal (em elaboração). O atual desenvolve-se mediante o “<i>Regulamento do plano diretor municipal de Castro Marim</i>” aprovado em 25 de Fevereiro de 1994. O PDM atual prevê o desenvolvimento de dois complexos turísticos (campo de golfe, instalações náuticas, ...) em zonas próximas à ribeira do rio. A crise económica atual impossibilitou a sua execução. PROVERE “Âncoras do Guadiana”. Previa-se que a Câmara Municipal fosse promotor das seguintes ações, algumas das quais já executadas: - Melhoria das condições de atraque no cais da Foz de Odeleite e de Almada de Ouro, em colaboração com IPTM - Centro de Interpretação do Sal e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António - Valorização dos arredores das Salinas de Castro Marim - Turismo Rural em Castro Marim (alojamento) - Plano de Proteção do núcleo de Castro Marim - Consolidação, reabilitação e requalificação do Castelo de Castro Marim - Casa da Cultura do Baixo Guadiana - Abastecimento de água e saneamento básico em Odeleite e Azinhal - Revitalização do Forte de São Sebastião - Requalificação da avenida da Igreja e do museu de Odeleite - Recuperação e conservação do património religioso - Zona de entretenimento de Castro Marim - Valorização de um caminho em redor das margens da ribeira de Odeleite - Requalificação do espaço público de Odeleite - Dinamização de equipamentos públicos e criação de produtos turísticos

		- Área de negócios do Sotavento Algarvio <u>Projeto ANDALBAGUA.</u> É parceiro deste projeto. Entre outras atuações destaca a requalificação do Espaço público de Almada de Ouro”(AZINHAL-CASTRO MARIM). <u>Projeto Guaditer:</u> É parceiro deste projeto. O município está encarregado da requalificação do património fortificado (Revelim de Santo António). Também colabora con ODIANA en otras actividades relacionadas con la cultura y con la implementación del sendero que unirá a Ecovía del Litoral con la del Guadiana. <u>Projeto Guadiana mais acessível (G+A).</u> Este encontra-se pendente de resolução. É parceiro deste projeto. Entre as atividades principais destacam-se: Melhoria e valorização dos núcleos costeiros e seus acessos (Recuperação do espaço público na Foz de Odeleite), e Melhoria das conexões costeiras transfronteiriças no rio Guadiana. <u>Turismo Sustentável do baixo Guadiana (UADITurS).</u> É parceiro deste projeto e encontra-se em processo de aprovação. Entre as atividades mais importantes destacam-se; a Dinamização e Valorização Patrimonial do baixo Guadiana (Conservação e Restauro dos elementos patrimoniais da Igreja do Revelim de Santo António), a criação de Rotas transfronteiriças e a Divulgação do Património. <u>Projeto “Turismo Ativo do Guadiana”.</u> É parceiro deste projeto. Prevê atuações de melhoria das instalações desportivas (Construção e ordenamento do Edifício do Centro de Apoio às Atividades Desportivas Radicais em Odeleite), uma serie de atividades a desenvolver nos dois próximos anos (oficinas com jovens, intercâmbios desportivos, campus, edição de publicidade da zona, etc.) e ações de difusão do turismo ativo do Guadiana (edição de folhetos, manutenção de página Web, assistência a feiras temáticas, etc.). <u>PIDETrans - Plano Integral para o Desenvolvimento Empresarial Transfronteiriço.</u> É parceiro deste projeto que finaliza no ano 2011. A Câmara Municipal de Castro Marim atua como entidade executora encarregada de criar um Centro de Desenvolvimento Empresarial.

Tipo de Entidade	Ator	Planos e projetos previstos e em execução
Entidade Municipal Alcoutim	CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM	Plano Diretor Municipal (em elaboração). O atual desenvolve-se mediante o “<i>Regulamento do plano diretor municipal de Alcoutim</i>” aprovado em 17 de Março de 1995 PROVERE “Âncoras do Guadiana. Na atualidade os projetos da Câmara Municipal mais avançados são: - Valorização das Barragens de Alcaria Cova, Galaxos e Várzea; - Parque de Merendas e Parque de Autocaravanas do Pereiro; - Realização de Abastecimento de água a Vaqueiros; - Rede de abastecimento de água e saneamento básico de Farelos e Clarines; - Exposição/itinerário cultural “Alcoutim terra de fronteira”. Projetos de cooperação transfronteiriça Espanha-Portugal: <u>ANDALBAGUA</u>. É parceiro deste projeto. Prevê as seguintes atuações: - Melhoria dos portos/cais de Alcoutim, Laranjeiras e Guerreiros do Rio; - Arranjo Paisagístico do cais de Guerreiros do Rio; - Arranjo Paisagístico do cais de Laranjeiras; - Arranjo Paisagístico do Jardim do Miradouro em Alcoutim. <u>Projeto GUADITER</u>: É parceiro deste projeto. O município é responsável pela requalificação do património fortificado (plataforma sobre a exposição do museu de Arqueologia de Alcoutim, requalificação da cobertura de uma parte do Castelo, proteção das muralhas do Castelo de Alcoutim e Requalificação exterior de edifícios de interesse relevante). Também colaborará com a ODIANA em outras atividades relacionadas com a cultura. <u>Turismo Sustentável do baixo Guadiana (UADITurS)</u>. É parceiro deste projeto que se encontra em processo de aprovação. Entre as atividades mais importantes destacam-se; a Dinamização e Valorização Patrimonial do Baixo Guadiana (<i>Criação de equipamento cultural na vila de Alcoutim: Auditório</i>), as Rotas transfronteiriças e a Divulgação do Património. <u>PIDETrans - Plano Integral para o Desenvolvimento Empresarial Transfronteiriço</u>. É parceiro deste projeto que finaliza no ano 2011. A Câmara Municipal de Alcoutim atua como entidade executora de elaborar o Projeto de Ampliação do Parque Empresarial de Alcoutim.

		Apesar de que participaram no projeto de cooperação “Baixo Guadiana: Zona Desportiva de Excelência e Desporto para Todos” (entre outras atuações realizou-se uma Melhoria do Campo de Futebol Sintético), não faz parte da segunda convocatória do projeto TAG.
Tipo de Entidade	Ator	Planos e projetos previstos e em execução
Entidade Municipal Mértola	CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA	Plano Diretor Municipal (em elaboração). Atualmente desenvolve-se mediante o “Regulamento do plano diretor municipal de Mértola” aprovado em 16 de Junho de 1995. PROVERE “Âncoras do Guadiana”. A Câmara Municipal está promovendo as seguintes ações: - Centro Internacional de Turismo e Natureza – Piscinas Municipais - Remodelação da ETAR de Mértola - Abastecimento e saneamento do Pomarão Projetos de cooperação transfronteiriça Espanha-Portugal: <u>ANDALBAGUA:</u> - Construção de uma área de lazer no Pomarão e melhoria do cais existente. - Elaboração dos projetos técnicos para a intervenção na Frente do Rio (Pomarão). <u>GUADITER:</u> Com respeito à criação de um itinerário das fortificações, está em elaboração: - Estudo de viabilidade, implementação e sinalização do troço do itinerário cultural do património fortificado da Raia do Baixo Guadiana no concelho de Mértola - Programa de divulgação do itinerário cultural do património fortificado da Raia do Baixo Guadiana - Compilação de informação para a Agenda Cultural Transfronteiriça, edição/impressões para distribuição no Alentejo - Organização de um evento transfronteiriço no Alentejo: Fórum Intercultural e Raid TT Com respeito à criação do itinerário ambiental do Baixo Guadiana: - Criação e dinamização da Ecopista do Minério (Mina de S. Domingos - Pomarão) - Observação de Aves no Baixo Guadiana (Monitorização das aves de
Entidade Municipal Mértola	CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA	

		forma contínua e dos habitats na IBA) - Dinamização e promoção turística: - Organização de viagem de familiarização <u>Projeto Guadiana mais acessível (G+A).</u> Este encontra-se em processo de resolução. É parceiro do projeto. Algumas das suas atividades principais são: Melhoria e valorização dos núcleos costeiros e seus acessos, Melhoria das conexões costeiras transfronteiriças no rio Guadiana (Recuperação da frente costeira do Pomarão em Mértola) e ações de cooperação, dinamização e comunicação. <u>Turismo Sustentável do baixo Guadiana (UADITurS).</u> É parceiro do projeto que se encontra em processo de aprovação. Entre as atividades mais importantes destacam-se; a Dinamização Patrimonial do baixo Guadiana, as Rotas transfronteiriças (Ecopista do minério e outras rotas já existentes) e a Divulgação do Património. <u>Projeto “Turismo Ativo do Guadiana”.</u> É parceiro do projeto. Prevê atuações de melhoria das instalações desportivas (Melhoramentos na Cobertura do Pavilhão Desportivo Municipal), uma serie de atividades a desenvolver nos dois próximos anos (oficinas com jovens, intercâmbios desportivos, campus, edição de publicidade da zona, etc.) e ações de divulgação do turismo ativo do Guadiana (edição de folhetos, manutenção de página Web, assistência a feiras temáticas, etc.).
Tipo de Entidade	Ator	Planos e projetos previstos e em execução
Entidade Supra municipal	ODIANA - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BAIXO GUADIANA	PROVERE “Âncoras do Guadiana”. Odiana é a entidade responsável por gerir e liderar o projeto. Aliás, é promotor do <i>Plano Intermunicipal de Mobilidade do baixo Guadiana</i> que ao dia de hoje não foi executado. Projetos de cooperação transfronteiriça Espanha-Portugal: <u>GUADITER</u>. É chefe de Filas deste projeto. Algumas das atuações mais importantes desenvolvidas pela ODIANA são: • Definição, implementação e sinalização do traçado do itinerário cultural do património fortificado da Raia do Baixo Guadiana na região do Algarve (nos concelhos de Alcoutim, Castro Marim e VRSA) • Consolidação do traçado da Ecovia do Guadiana (entre VRSA e

Entidade Supra municipal	ODIANA - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BAIXO GUADIANA	Alcoutim), elaboração de projeto técnico e programa de concurso. • Estudo e identificação de pontos de interesse e ramais / rotas temáticas complementares e respetivos pontos de interpretação/informação • Articulação com os parceiros envolvidos nesta atividade das ligações entre os três territórios (Algarve, Alentejo e Andaluzia) • Execução do 1º caminho piloto entre VRSA e Castro Marim • Sinalização e materiais de divulgação específicos da Ecovia e dos ramais / rotas complementares <u>Projeto Guadiana mais acessível (G+A).</u> É parceiro do projeto. Intervém exclusivamente nas atuações de cooperação e comunicação, não sendo beneficiário de atuações de melhoria e valorização dos núcleos costeiros e seus acessos, nem de melhoria das conexões costeiras transfronteiriças no rio Guadiana. <u>Projeto “Turismo Ativo do Guadiana” (TAG).</u> É o chefe de filas deste projeto. <u>Turismo Sustentável do baixo Guadiana (UADITurS).</u> Além da gestão como chefe de Filas, participa diretamente na atuação de divulgação do projeto (divulgação de rotas), de coordenação e de comunicação, sem ser beneficiário direto de atuações de dinamização e valorização do património. <u>PIDETrans - Plano Integral para o Desenvolvimento Empresarial Transfronteiriço.</u> Odiana é chefe de filas deste projeto que prevê a sua finalização em 2011, responsável por fornecer a cobertura regional.
Tipo de Entidade	Ator	Planos e projetos previstos e em execução
Entidade Supra municipal	ATBG. ASSOCIAÇÃO O TERRAS DO BAIXO GUADIANA	PRODER. Alguns dos projetos que se preveem ser apoiados pela ATBG são: - Apoio a um empresário para a compra de um barco que transportará veículos e pessoas entre Alcoutim e Sanlúcar de Guadiana. - Projetos de turismo rural (alojamento), dois dos quais se realizam sobre antigas casas quartel, e um terá um cais. PROVERE “Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo: uma Estratégia para as Áreas de Baixa Densidade do Sul de Portugal”. É parceiro desta iniciativa. Além disso, na atualidade está-se a apoiar um projeto empresarial de Turismo

		Cinegético. Por outro lado, ATBG e a ODIANA estão promovendo a criação da Rede Europeia de Turismo Ornitológico. Na atualidade estão a utilizar o PROVERE como selo de qualidade, e que, na receção de um pedido para financiar o PRODER, analisa-se se a candidatura está dentro do projeto PROVERE. Se estiver, isto confere-lhe mais valor.
Entidade Supra municipal	ALCANCE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE ALGARVIO	PROVERE “Âncoras do Guadiana”. É promotor de três projetos, nenhum dos quais se está a executar: - Valorização do Património: O interior do contrabando - Valorização do Património: Rota dos Montes do Rio - Valorização do Património: Rota dos castelos
Tipo de Entidade	Ator	Planos e projetos previstos e em execução
Entidade Supra municipal	ADPM - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA	PROVERE “Âncoras do Guadiana”. Embora seja promotor de várias ações (como por exemplo o Centro de Interpretação Cultural e Ambiental do Baixo Guadiana, a Agenda 21 para as terras do Baixo Guadiana, ...), na atualidade só está a desenvolver o estudo denominado “Desenvolvimento Turístico e Sustentabilidade no Baixo Guadiana: análise prospetiva para o ano 2025”. PROVERE “Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo: uma Estratégia para as Áreas de Baixa Densidade do Sul de Portugal”. É promotor de ações formativas, ações estratégicas de marketing, comercialização de produtos apícolas, formação especializada, inoculação de cogumelos e produção de plantas aromáticas e medicinais. Projetos de cooperação transfronteiriça Espanha-Portugal: <u>Projecto GUADITER</u>. É parceiro deste projeto. As atuações desenvolvidas pela ADPM são: - Estudo de identificação e caracterização das vias verdes vertebrais dos concelhos de Mértola, Beja e Barrancos e rotas temáticas complementares - Implementação de pequenas obras de interpretação da paisagem nas rotas complementares - Campanha escolar Espanha-Portugal para a promoção das rotas

		- Atividades abertas de observação de aves - Difusão e sinalética - Organização de encontro / seminário técnico-científico para a Promoção Turística do baixo Guadiana <u>Turismo Sustentável do baixo Guadiana (UADITurS).</u> É parceiro deste projeto que se encontra em processo de aprovação. É a continuação do projeto GUADITER. Entre as atividades mais importantes destaca-se a criação de Rotas transfronteiriças (concretamente a recuperação da Ecopista do minério e outras rotas já existentes, em coordenação com a Câmara Municipal de Mértola) e a Divulgação do Património. Micosilva. Gestão silvícola de áreas florestais produtoras de fungos comestíveis com fins ecológicos e económicos. Pertence à iniciativa comunitária SUDOE. Além da ADPM, colaboram neste projeto, entre outros, a Câmara Municipal de Mértola e o Parque Natural Vale do Guadiana. Altercexa- Medidas de Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas. É parceiro deste projeto enquadrado do POCTEP entre Estremadura e Alentejo. A ADPM está elaborando um estudo de viabilidade de aproveitamento de biomassa para utilizações múltiplas, particularmente de extração de borracha e azeites essenciais e queima para a produção de energia, e definição de uma metodologia de quantificação deste tipo de biomassa amplamente existente no território. Além disso, estão-se desenvolvendo atuações de divulgação sobre a aplicação das energias alternativas. RECURSUS “Exploração de Sistemas Agro-florestais na Margem Esquerda do Guadiana”. A ADPM, como parceiro deste projeto liderado pela Câmara Municipal de Barrancos, está desenvolvendo, entre outras ações, a elaboração de um guia sobre o uso múltiplo do Sistema Agro-silvo-pastoril e fichas de caracterização económica dos recursos, particularmente de Plantas Aromáticas e Medicinais, ervas comestíveis e cogumelos. Ações Demonstrativas de Reabilitação Ecológica em Linhas de Água Mediterrânicas. Financiado pelo INAlentejo, este projeto contempla ações de recuperação de linhas de água em áreas mediterrânicas, através de técnicas de restauração ecológica e engenharia natural, dirigidas à demonstração e sensibilização de agricultores, produtores florestais e escolas. Mosaicos Mediterrânicos: Modelo de Resiliência dos Ecossistemas

		Mediterrânicos Financiado pelo INAlentejo, o projeto pretende, de forma integrada, favorecer a gestão ativa dos espaços protegidos, atuando na bacia hidrográfica da Ribeira de Limas com o fim de manter e aumentar a resiliência destes habitats face às pressões existentes.
Tipo de Entidade	Ator	Planos e projetos previstos e em execução
Entidade Regional	CCDR ALGARVE - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE	Projetos de Cooperação Transfronteiriça (POCTEP): - <u>Projeto Gabinete de Iniciativas Transferenciais Andaluzia-Algarve-Alentejo</u>. É parceiro deste projeto, junto com a CCDR do Alentejo e a Consejería de Presidência da Junta de Andaluzia. Tal como se indicou anteriormente, apresentou-se um Projeto do GIT AAA à segunda convocatória de atuações do POCTEP que se desenvolverá entre 2011 e 2013. - <u>Andalbagua</u>. É parceiro deste projeto, participando ativamente no desenvolvimento das atuações de criação do Fórum Permanente para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana, de elaboração da Estratégia de Coerência Territorial do Baixo Guadiana e da Estratégia para a paisagem Fluvial do Baixo Guadiana. Programa Operativo FEDER Algarve. É a autoridade de gestão deste Programa. Define o Baixo Guadiana algarvio como zona de baixa densidade e, por tanto, zona prioritária de atuação. Assim, entre outras questões dentro do eixo de atuação denominado “território” levanta, por um lado, a navegabilidade do rio Guadiana e seu aproveitamento turístico e, por outro lado, a consolidação dos segmentos de náutica de recreio e de cruzeiros e o reforço das inter-relações com o Alentejo e com Espanha, com uma aposta na requalificação das conexões ao Alentejo e com o reforço das conexões ferroviárias à Andaluzia. PROT Algarve. Foi o responsável de elaborar o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, vigente na atualidade. Este condiciona o desenvolvimento territorial dos municípios de Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim, já que define uma estratégia específica sobre valorização do Baixo Guadiana onde se contemplam três medidas que têm a ver com o objetivo do nosso estudo: a navegabilidade do rio e valorização do ambiente e do seu aproveitamento turístico, a articulação inter-regional com Andaluzia e Baixo Alentejo e, por último, a dinamização de atividades económicas sustentáveis.

		PROVERE “Âncoras do Guadiana”. A CCDR Algarve participou na elaboração deste projeto que teve como objetivo criar uma Estratégia de Ação público-privado para o desenvolvimento sustentável dos municípios costeiros do Baixo Guadiana (desde Vila Real de Santo António até Mértola). Projeto Ecovias do Algarve. É um dos parceiros deste projeto. Na atualidade está-se desenhando a Ecovia do Guadiana. Prevê-se o seu financiamento a cargo do PO Algarve 2007-2013.
Tipo de Entidade	Ator	Planos e projetos previstos e em execução
Entidade Regional	CCDR ALENTEJO - COMISSÃO DE COORDENA ÇÃO E DESENVOLV IMENTO REGIONAL DO ALENTEJO	Projetos de Cooperação Transfronteiriça. <u>Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças – GITAAA</u>. É parceiro desta iniciativa. Na atualidade está-se implementando as ações correspondentes à primeira convocatória do POCTEP, e está-se a processar a aprovação da segunda convocatória. Além disso, é colaborador embora não beneficiário do projeto ANDALBAGUA. Plano Operacional do Alentejo (Inalentejo) 2007-2013. Este Plano desenvolve-se a partir do documento estratégico “Alentejo 2015”. Entre os seus eixos de atuação propõe-se uma “Valorização e requalificação ambiental da Bacia do Guadiana”, o qual, sem dúvida, define um modelo de desenvolvimento sustentável sobre o rio Guadiana passando por Mértola. Plano Regional do Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo), aprovado recentemente. Este plano define uma série de Subsistemas territoriais que afetam claramente o canal do rio Guadiana passando pelo município de Mértola, e que são: - Subsistema Ambiental. Se criará uma <u>Estrutura Regional de Proteção e valorização Ambiental (ERPVA)</u> na que o vale do Guadiana atuará no corredor ecológico e paisagístico de primeira ordem, sendo obrigatório preservar estas áreas. - Subsistema de desenvolvimento turístico –Zona D: Eixo do Guadiana/Baixo Alentejo. Propõe-se: a <u>potencialidade de turismo de natureza –touring, birdwatch, turismo cinegético, turismo ativo,...</u>- relacionado com os espaços protegidos (Parque Natural do Vale do Guadiana e de Castro Verde); a criação de um <u>Parque Geológico</u>

		(<u>GeOdiana Park</u>) que entre outros municípios afeta a Mértola; a <u>potencialização da navegabilidade do rio Guadiana para o desenvolvimento de atividades turísticas</u> associadas (pesca desportiva, canoagem, cruzeiros, ...); a valorização do património histórico, cultural e arqueológico, criando entre outras ações, o <u>Centro de Estudos Islâmicos do Mediterrâneo</u>; e o <u>Turismo Industrial</u>, recuperando, entre outros recursos as Minas de São Domingos. Plano de Ordenamento do Parque Natural do Guadiana. Participa na elaboração deste instrumento de planificação que determina os usos possíveis ordenando-os em função das condições ambientais, sociais e culturais do Parque.
Entidade Regional	ARH DO ALGARVE ADMINISTRAÇÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA DO ALGARVE, I.P.	Projetos de Cooperação Transfronteiriça (POCTEP): <u>RISE. Rede de Investigação do Sudoeste da Europa</u>. É parceiro deste projeto que está permitindo dinamizar atividades conjuntas e promover a transferência do conhecimento nas áreas Ambientais, Saúde, Agro-alimentar e Património com objetivo de incentivar a competitividade económica e social das regiões implicadas. Plano Albufeira de Odeleite (Plano da barragem de Odeleite). Está em elaboração e tratará de ordenar e regular os usos produtivos, recreativos e sociais em parâmetros de sustentabilidade. Realiza-se de forma coordenada com o INAG, autoridade nacional da água. PROVERE “Âncoras do Guadiana”. É parceiro da atuação de “Recuperação de áreas naturais degradadas em zonas de domínio público hídrico”, concretamente em torno da Reserva Natural de Castro Marim e Vila Real de Santo António. Esta atuação tem previsto a sua realização em coordenação com a ICNB.
Tipo de Entidade	Ator	Planos e projetos previstos e em execução
Entidade Regional	ARH DO ALENTEJO ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana (RH 7). Está a elaborá-lo em colaboração com o INAG, e substituirá o Plano Hidrológico atual. Planos de Ordenamento da Albufeira da Tapada Pequena e Albufeira da Tapada Grande. Estão a aguardar as aprovações. Tratarão de ordenar e regular os usos produtivos, recreativos e sociais em parâmetros de sustentabilidade. Realizam-se de forma coordenada com o INAG, autoridade nacional da água.

	ALENTEJO	
Entidade Regional	ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO ALGARVE	PROVERE “Âncoras do Guadiana”. É promotor das seguintes atuações, algumas das quais já se executaram: - Material Promocional da Rota do Sal. Este projeto na sua integralidade prevê a sua atuação em coordenação com outros parceiros. - Intervenção num Ponto de Informação Turística. - Tela interativa para a Rede de Postos de Turismo: Promoção da Via Algarviana. É parceiro deste projeto, responsabilizando-se pela promoção. Já se aprovou a fase 2. “Birdwatching para o Algarve”. Lidera este projeto de criação de um produto de turismo ornitológico que prevê ações até 2012. Estão incluídos os municípios de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António. Plano Regional de Turismo do Algarve. Estabelece o marco estratégico de atuação para o desenvolvimento turístico do Algarve, definindo para o Baixo Guadiana do interior uma estratégia de criação de ofertas baseadas na natureza e no património cultural e histórico dos seus municípios.
Entidade Regional	ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO ALENTEJO	Plano Operacional de Turismo de Alentejo (2010-2019). Este estabelece os eixos de atuação para os próximos anos da região a distintos níveis, os quais se sustentam em torno da Planificação Turística, à Promoção, à Dinamização e gestão de Produtos Turísticos regionais, à promoção da criação de oferta turística, e ao estabelecimento de acordos e à formação e qualificação dos funcionários. Algumas das atuações que já se estão implementando é o Observatório turístico do Alentejo. Há que destacar como este Plano prioriza o desenvolvimento dos Produtos regionais de Natureza e de Monumentalidade, que em Mértola, graças aos seus Parques Naturais e à sua Vila Museu está representado. Também com menos peso define um produto relacionado com o Turismo Mineiro, é ele que também desempenha um papel fundamental.
Entidade Estatal	INSTITUTO PORTUÁRIO E DOS TRANSPORT	Projetos de Cooperação Transfronteiriça (POCTEP): <u>Projeto ANDALBAGUA</u>. É parceiro deste projeto e está responsável pelo: • Estudo de Impacto Ambiental e o respetivo projeto de realização do troço do Rio Guadiana entre Vila Real de Santo António e o Pomarão. • Colaboração com a APPA na ação de dragagem da foz do rio Guadiana.

	ES MARÍTIMOS (IPTM)	<u>Projeto GUADIANA, UMA VIA NAVEGAVEL</u>. É chefe de Filas, e tem como objetivo melhorar a navegabilidade do rio Guadiana. Encontra-se em processo de aprovação. As atuações principais do IPTM são: - Melhoria da navegabilidade através da execução de dragagem, marcação e sinalização do canal de navegação, desde a Ponte Internacional do Guadiana até Alcoutim - Construção de dois Duques D’Alba no cais de Alcoutim para os cruzeiros de turismo fluvial PROVERE “Âncoras do Guadiana”. Participou neste projeto, definindo as atuações que finalmente se estão executando ou têm-se previsto realizar através do POCTEP.
Tipo de Entidade	Ator	Planos e projetos previstos e em execução
Entidade Estatal	CAPITANIA DO PORTO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	Forma parte do Grupo de Trabalho (GT) presidido pelo Comando Naval de Huelva, que está elaborando dois Regulamentos relativos aos usos do percurso internacional do rio Guadiana, concretamente: - Regulamento de Navegação e Náutica de Recreio - Regulamento de Pesca
Entidade Estatal	INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE, (ICNB)	Plano de Ordenamento da Reserva Natural (RN) do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António. Plano de Ordenamento da Parque Natural (PN) do Guadiana. PROVERE “Âncoras do Guadiana”. No marco deste projeto, o ICNB assumiu a realização das seguintes medidas, algumas das quais no têm sido desenvolvidas até este momento: - Plano de Requalificação das áreas de Salinas Tradicionais de Castro Marim - Recuperação de áreas naturais degradadas em zonas de domínio público - Ponto de valorização, gestão e divulgação dos recursos ictiológicos da Bacia do Guadiana (Parque Natural do Vale do Guadiana) - Valorização das estruturas de receção e alojamento de visitantes na Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António. - Valorização da mata nacional das dunas litorais de Vila Real de Santo António

		PROVERE “Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo: uma Estratégia para as Áreas de Baixa Densidade do Sul de Portugal”. É parceiro desta iniciativa, através do Parque Natural do Guadiana.
Universidade	INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA	• <u>PROVERE “Âncoras do Guadiana”</u>. Foi promotor da iniciativa denominada “Navegação e arqueologia no Baixo Guadiana”. • <u>PROVERE “Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo: uma Estratégia para as Áreas de Baixa Densidade do Sul de Portugal”</u>. É parceiro desta iniciativa. • <u>RISE. Rede de Investigação do Sudoeste da Europa</u>. É parceiro deste projeto transfronteiriço da primeira convocatória do POCTEP, o qual finaliza no presente ano de 2011.
Universidade	UNIVERSIDADE DO ALGARVE	• <u>RISE</u>. É parceiro desta iniciativa do POCTEP, destacando a sua participação no projeto “MEGASIG-IDT” • <u>DIMEAGUA</u>. É parceiro deste projeto enquadrado na primeira convocatória do POCTEP. • <u>ECOAGUA</u>. É parceiro deste projeto relacionado com os sistemas de aquicultura enquadrado na primeira convocatória do POCTEP. • <u>SPICOSA</u>. É parceiro deste projeto europeu através do CIMA, desenvolvendo um Estudo de Caso no Estuário do Guadiana com o objeto de melhorar a gestão deste estuário marcadamente antrópica. • <u>EVEDUS</u>. Através do CIMA desenvolve-se este projeto de investigação sobre a avaliação dos níveis do mar no estuário do Guadiana. • <u>PROVERE “Âncoras do Guadiana”</u>. O CIMA é promotor da investigação denominada “Caracterização químico-mineralógica do processo evaporativo nas salinas da Reserva de Castro Marim e Vila Real de Santo António”. A data de hoje não a tem sido realizada. • PROVERE “Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo: uma Estratégia para as Áreas de Baixa Densidade do Sul de Portugal”. É parceira desta iniciativa. Há que realçar como na atualidade foram sendo defendidas duas teses de doutoramento e estão a elaborar-se outras três cujo objetivo de estudo é o Baixo Guadiana / Estuário do Guadiana.
Tipo de Entidade	Ator	Planos e projetos previstos e em execução
Universidade	INUAF.	• <u>PROVERE “Âncoras do Guadiana”</u>. É parceiro destas duas iniciativas que se estão a desenvolver através do Centro de Investigação em Ciências do Ambiente e Empresariais (CICAE):

de	Instituto Superior Dom Afonso III. Centro Universitário primeiro	- Cultivo Sustentável de Plantas Halófitas na Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António (RNSCMVRSa) (Projeto submetido ao programa POAlgarve21, Ações de Valorização e Qualificação Ambiental no mês de Setembro de 2010, a aguardar decisão); - Demonstração da propagação de plantas aromáticas e medicinais espontâneas, na RNSCMVRSa; Além disso, o CICAe, está a desenvolver a iniciativa “<u>Gestão ecológica das salinas da RNSCMVRSa</u>”.
	Globalgarve	A Globalgarve, Cooperação e Desenvolvimento, S.A. é entidade parceira do projecto PIDETRANS, aprovado no quadro da 1.ª convocatória do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça (POCTEP) - Subprograma 5 - Alentejo-Algarve-Andalucia. No quadro deste projeto esta entidade é responsável pela execução do subprojeto "Rede regional sem Fios", que consiste, aquisição de equipamentos e serviços para a rede Municipal Wireless para interligação de Edifícios dos Municípios de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António. A infraestrutura a implementar destina-se a assegurar a conectividade da rede: providenciar a sua segurança e dos servidores; melhorar a disponibilidade e escalabilidade das aplicações a monitorizar e a gerir o funcionamento da rede. Deve ser um sistema flexível que permita adicionar componentes de acordo com as necessidades do sistema informático dos Municípios envolvidos. A aquisição dos equipamentos atrás referidos encontra-se em fase de adjudicação.

Fonte: Documentação diversa.

Anexo 14

Europass- Curriculum Vitae

Informação pessoal

Nome	Jorge José Horta Revez
Morada(s)	Rua 5 de Outubro, n.º 2 - 7750 – 333 Mértola
Telemóvel:	96 78 18 958
Correio(s) electrónico(s)	jorgerevez@cm-mertola.pt jorgerevez@adpm.pt
Nacionalidade	Portuguesa
Data de nascimento	20 de Julho de 1963
Sexo	Masculino
N.º de Cartão Cidadão	06560103 válido até 20/04/2016

Experiência profissional

Datas	Desde 2003
Função ou cargo ocupado	Técnico Superior de Sociologia da Câmara Municipal de Mértola, no Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento.
Principais atividades e responsabilidades	- Acompanhar projectos estratégicos a serem desenvolvidos pelo município ou em que este participe, concertando a participação dos diversos serviços em função das suas competências. - Acompanhar iniciativas, estudos e planos que tenham incidência no desenvolvimento local e regional. - Propor e acompanhar os procedimentos necessários ao levantamento, sistematização e divulgação de informação que constitua uma base de análise das tendências de desenvolvimento do concelho e que sirva de apoio a estudos ou decisões de fundo. - Pesquisar, compilar e tratar toda a informação e dados estatísticos de natureza demográfica, socioeconómico e ambiental. - Instruir e coordenar os processos sobre os quais haja sido contratada consultadoria pontual ou avançada externa em área multidisciplinar nomeadamente ao nível do planeamento estratégico e desenvolvimento local e regional. - Programar, desenvolver e acompanhar acções de apoio aos vários sectores de actividade económica. - Colaborar de modo a manter permanentemente actualizado um sistema de recolha, tratamento e gestão de informação geográfica. - Acompanhamento técnico do Plano Estratégico Municipal de desenvolvimento Turístico de Mértola, 2002/2003. - Coordenador do Projecto Agenda Local 21 (de Mértola), no âmbito do projecto RAIA 21, 2004 a 2006. - Participação no Plano de Progresso Local do Projecto Qualicities, 2008. - Acompanhamento dos estudos preparatórios da revisão do PDM, 2006/2007. - Coordenador do Encontro “Uma Agenda para as áreas Rurais de Baixa Densidade” realizado na Mina de S. Domingos, 2006 - Responsável pela implementação dos Projectos Integrados do Programa Agris Medida 7.1. “Terras do Pulo do Lobo”, 2003/2005. - Coordenador Técnico da Proposta de Criação da Intervenção Territorial de Mértola (ITI), 2007 a 2009. - Acompanhamento Técnico dos Programas Leader II e III das “Terras do Baixo Guadiana” e “Alentejo XXI”, 2002 a 2007. - Acompanhamento Técnico do programa INTERREG II e III, 2002 a 2007. - Acompanhamento Técnico do Projecto GUADITER no âmbito do Programa POCTEP, 2009. - Elaboração (em parceria) de um Estudo de Reflexão sobre os Principais Indicadores de Caracterização do Concelho de Mértola para a Elaboração de “Possíveis Cenários de Desenvolvimento para o Concelho de Mértola no horizonte 2009 – 2012”. GPD 2007. - Participação no Processo de Elaboração do Plano de Gestão do Parque Natural do Vale do Guadiana no âmbito do Plano de Ordenamento, 2007 a 2009. - Coordenação em parceria no processo de valorização de áreas Rurais de Baixa Densidade (Projecto Piloto Entre Mira e Guadiana) – Território Sustentável. 2007. - Preparação da Candidatura às Medidas Preparatórias e do Plano de Acção do PROVERE para o Baixo Guadiana, 2009/2010.

Nome e morada do empregador	Câmara Municipal de Mértola Praça Luís de Camões 7750 – 329 Mértola
Tipo de empresa ou setor	Sector Público
Datas	Desde 1997
Função ou cargo ocupado	Técnico Superior
Principais atividades e responsabilidades	- Coordenador de Projectos de Desenvolvimento Local em Portugal, Marrocos, Moçambique e Cabo Verde, 2003 a 2010. - Coordenador de Projectos de Cooperação e Educação para o Desenvolvimento em Moçambique e Cabo Verde, 2005 a 2010. - Coordenador de candidaturas ao Programa Agris: “Terras de Azinho” e “Sortes da Serra Mértola”, 2003/2004. - Organizador do I Encontro Internacional do Rio Guadiana. - Formador nas Áreas de Desenvolvimento Local, Intervenção e Animação Social, Planeamento, Ordenamento de Território, Associativismo, Sustentabilidade do Território, Património e Ambiente. - Coordena e desenvolve projectos de Desenvolvimento Local Sustentável e de Participação Pública - Participa regularmente em Colóquios, Conferências e Palestras com apresentações sobre projectos que desenvolve e coordena. - Coordenou o Projecto Carrefour – Centro de Informação e Documentação do Baixo Alentejo, 2003/2005 - Coordenador do Centro Europe Direct do Baixo Alentejo desde 2006. - Elemento da Direcção Técnico Pedagógica da ADPM desde 1998, tendo como co-responsabilidades a coordenação científica e pedagógica da actividade formativa/educativa. - Coordenador Geral da Candidatura para o Reconhecimento Formal como Estratégia de Eficiência Colectiva do projecto Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo.
Nome e morada do empregador	Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) Largo Vasco da Gama, s/n 7750 – 328 Mértola
Tipo de empresa ou setor	Privada sem fins lucrativos; ONGD.
Datas	1997 - 2001
Função ou cargo ocupado	Vereador da Câmara Municipal de Mértola nos pelouros da Cultura, Desporto, Saúde e Educação
Principais atividades e responsabilidades	- Co-coordenador do Projecto Centro Rural de Mértola. - Coordenador Técnico do processo de concepção e implementação do I Festival Islâmico de Mértola. - Coordenador da concepção e implementação da Viagem de Jovens (Primeiras três edições, 1999 – 2001) - Acompanhamento Técnico do programa INTERREG I. - Coordenador do processo de integração de Mértola na Rede AVEC. - Coordenador do processo da Assinatura do Município de Mértola na Carta de Aalborg. - Organização do I Encontro Anual de Idosos. - Organização da I Bienal Mert`Arte. - Coordenador da concepção e implementação do Projecto Cidades com História.
Nome e morada do empregador	Câmara Municipal de Mértola Praça Luís de Camões 7750 – 329 Mértola
Tipo de empresa ou setor	Sector Público
Datas	1981 a 1997
Função ou cargo ocupado	Técnico Profissional de Animação Sociocultural
Principais atividades e responsabilidades	- Concepção e implementação de projectos e acções de animação. - Formação e dinamização de Grupos de Teatro Amador, Colectividades e Associações Locais. - Concepção e dinamização de actividades em escolas (em todos os ciclos). - Responsável pela organização de actividades com jovens no país e no estrangeiro.
Nome e morada do empregador	Câmara Municipal de Mértola Praça Luís de Camões 7750 – 329 Mértola
Tipo de empresa ou setor	Sector Público
Formação académica	
Datas	2008

Designação da qualificação atribuída	Doutorando em Turismo
Principais disciplinas/competências profissionais	Tópicos Avançados de Metodologias de Investigação; Comportamento do Consumidor; Economia do Turismo; Planeamento e projecto em Turismo; Política e estratégia de Áreas de Destino; Marketing de Áreas de Destino; Qualidade em Turismo; Turismo e Ambiente; Gestão de Serviços em Turismo; Gestão Hoteleira e Turística; Economia do Lazer e do Turismo; Viagens, Espaços e Cultura; Análise Avançada de Dados.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Universidade do Algarve – Faculdade de Economia Campus de Gambelas - 8005 – 139 Faro
Datas	2001
Designação da qualificação atribuída	Pós-Graduação em Turismo, Ambiente e Identidades Locais
Principais disciplinas/competências profissionais	Sociologia; Introdução à Ecologia; Ecologia da Paisagem; Metodologia de Diagnóstico de Recursos Turísticos; Etnografia Portuguesa; Identidades Locais e Património; Economia e Gestão de Projectos de Turismo; Planeamento e Marketing Turístico; Alimentação e Ambiente; Animação Turística e Desenvolvimento Local; Seminário de Metodologias e Análise de Projectos Locais.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) Av.ª das Forças Armadas 1649 – 026 Lisboa
Datas	1997
Designação da qualificação atribuída	Licenciatura em Sociologia
Principais disciplinas/competências profissionais	Sociologia, Psicologia; Economia; Matemática; Métodos e Técnicas de Investigação Social; Políticas Sociais; Demografia; Planeamento e Gestão de Projectos; Antropologia.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Universidade de Évora Largo dos Colegiais 7004 – 516 Évora
Datas	1992
Designação da qualificação atribuída	Pós-Graduação de Técnicos de Planeamento e Desenvolvimento Regional
Principais disciplinas/competências profissionais	Planeamento e Ordenamento do Território; Desenvolvimento Local e Regional; Metodologias de Intervenção Territorial.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Associação Universidade Empresa do Sul
Formação profissional	
Datas	2012
Designação	Colóquio “A Convergência de diversos contributos e abordagens no processo de Desenvolvimento Sustentável da Mina de São Domingos”
Nome e tipo da organização	Câmara Municipal de Mértola
Datas	2012
Designação	Curso de Espanhol (Castelhano) - Avançado
Nome e tipo da organização	Associação de Defesa do Património de Mértola
Datas	2012
Designação	Formação interna de Informática: Módulo Outlook
Nome e tipo da organização	Câmara Municipal de Mértola
Datas	2012
Designação	II Encontro Internacional sobre o Desenvolvimento Local, realizado em São Tomé e Príncipe
Nome e tipo da organização	Associação In Loco, Terras Dentro e ADPM

Datas	2012
Designação	III Andalusíadas
Nome e tipo da organização	CCDR Alentejo
Datas	2011
Designação	Congresso Regional_Baixo Alentejo – O Desenvolvimento Sustentável nos Territórios de Baixa Densidade
Nome e tipo da organização	Câmara Municipal de Odemira
Datas	2011
Designação	Formação interna de Informática: Módulo Excel Nível 1
Nome e tipo da organização	Câmara Municipal de Mértola
Datas	2011
Designação	Seminário “Administração Pública Local e Estratégias do Território em Época de Crise”
Nome e tipo da organização	Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral
Datas	2010
Designação	<i>Workshop</i> Estratégias para a Competitividade dos Territórios Rurais Pós- 2013 – Reflexão a partir de um caso prático
Nome e tipo da organização	Associação de Defesa do Património de Mértola
Datas	2010
Designação	1º Congresso de Turismo do Alentejo
Nome e tipo da organização	Câmara Municipal de Beja
Datas	2010
Designação	Curso de Formação Pedagógica Contínua de Formadores
Nome e tipo da organização	Associação de Defesa do Património de Mértola
Datas	2009
Designação	Evento “Andalusíadas 2009: O passado e o futuro da cooperação transfronteiriça”
Nome e tipo da organização	
Datas	2008
Designação	Seminário Ibérico “Restauro de ecossistemas em Paisagens Mediterrânicas
Nome e tipo da organização	Associação de Defesa do Património de Mértola
Datas	2008
Designação	Seminário: Interculturalidade, Subculturas e Desenvolvimento Local
Nome e tipo da organização	Associação de Defesa do Património de Mértola
Datas	2008
Designação	Fórum Internacional “Mértola Capital Portuguesa do Diálogo Intercultural – 2008
Nome e tipo da organização	Câmara Municipal de Mértola
Datas	2008
Designação	14º Congresso – Alentejo XXI
Nome e tipo da organização	Câmara Municipal de Beja
Datas	2008
Designação	I Seminário Turismo e Planeamento do Território – Turismo, Inovação e Desenvolvimento
Nome e tipo da organização	Centro de Estudos Geográficos
Datas	2008
Designação	II Seminário “Educação, Empreendedorismo e Inovação”
Nome e tipo da organização	Escola Superior de Educação de Beja

Datas	2007
Designação	Acção de Formação de Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública
Nome e tipo da organização	Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral
Datas	2007
Designação	Seminário: O Associativismo no Desenvolvimento Local
Nome e tipo da organização	Associação de Defesa do Património de Mértola
Datas	2007
Designação	III Congresso de Estudos Rurais
Nome e tipo da organização	Universidade do Algarve
Datas	2007
Designação	Seminário: Desenvolvimento Local: Que Futuro para as suas Organizações?
Nome e tipo da organização	Associação de Defesa do Património de Mértola
Datas	2007
Designação	Encontro Nacional do Desenvolvimento Local – Afirmar o Terceiro Sector – Promover a Inovação
Nome e tipo da organização	ISCTE
Datas	2007
Designação	Curso de Inglês
Nome e tipo da organização	International Language Schools
Datas	2007
Designação	II Conferência Internacional: Alentejo e a Água – Por Um Guadiana Sustentável
Nome e tipo da organização	Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
Datas	2007
Designação	Acção de Formação de Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública
Nome e tipo da organização	Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral
Datas	2007
Designação	Fórum Cidadãos
Nome e tipo da organização	Centro Europe Direct do Baixo Alentejo
Datas	2006
Designação	Seminário “Áreas Rurais de Baixa Densidade – O Desenvolvimento de uma Metodologia de Intervenção”
Nome e tipo da organização	Associação de Defesa do Património de Mértola
Datas	2006
Designação	Seminário “A Paisagem como um conceito de base para a definição de uma Estratégia de Desenvolvimento Rural no âmbito do Plano de Desenvolvimento Rural (2007 - 2013)”
Nome e tipo da organização	Associação de Defesa do Património de Mértola
Datas	2006
Designação	Seminário “Cooperativismo/Associativismo”
Nome e tipo da organização	Cooperativa de Habitação Económica de Mértola
Datas	2006
Designação	Curso de “Inglês”
Nome e tipo da organização	Associação de Defesa do Património de Mértola
Datas	2006
Designação	Seminário Agenda 21 Local – Processos Participativos em Meio Rural

Nome e tipo da organização	Fundação Odemira
Datas	2006
Designação	Encontro “Uma Agenda para as Áreas Rurais de Baixa Densidade”
Nome e tipo da organização	Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães
Datas	2006
Designação	I Seminário Agenda 21 no Baixo Alentejo
Nome e tipo da organização	Tterra – Auditoria, Projecto e Técnicas Ambientais, Lda.
Datas	2005
Designação	Jornadas Transfronteiriças “Desafios ao Mundo Rural: Uma perspectiva transfronteiriça”
Nome e tipo da organização	Associação de Defesa do Património de Mértola
Datas	2005
Designação	Curso internacional de Verão – Da Tradição à Inovação, Agenda 21 Local, Borba
Datas	2005
Designação	Encontro de Educação para o Desenvolvimento “A ED e os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento”
Nome e tipo da organização	CIDAC, Instituto Marquês de Valle Flor, Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária e OIKOS
Datas	2005
Designação	“Jornadas sobre Naturaleza y Desarrollo Turístico Sostenible”
Nome e tipo da organização	Islantilha – Espanha
Datas	2005
Designação	Seminário de Apresentação do Plano Regional de Inovação do Alentejo
Nome e tipo da organização	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Datas	2005
Designação	Oficina Regional “Desenvolvimento Local no Alentejo, Desafios e Perspectivas”
Nome e tipo da organização	Ideia Alentejo – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Alentejo
Datas	2005
Designação	Curso de Formação Contínua de Formadores
Nome e tipo da organização	Associação de Defesa do Património de Mértola
Datas	2004
Designação	Os Fundos Comunitários para o Desenvolvimento Local e Regional
Nome e tipo da organização	Instituto Nacional de Administração
Datas	2004
Designação	Congresso Alentejo XXI – Semeando Novos Rumos
Nome e tipo da organização	Câmara Municipal de Montemor – o - Novo
Datas	2004
Designação	Curso de “Sistemas de Informação Geográfica”
Nome e tipo da organização	Associação de Municípios do Distrito de Beja
Datas	2004
Designação	I Congresso Internacional de Património e Identidade Local
Nome e tipo da organização	ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa
Datas	2004
Designação	Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico
Nome e tipo da organização	Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico

Datas	2003
Designação	Acção de Formação "Planeamento e Implementação da Agenda 21 Local"
Nome e tipo da organização	Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis
Datas	2003
Designação	Congresso da Serra do Caldeirão
Nome e tipo da organização	Associação de Municípios do Algarve
Datas	2003
Designação	Seminário Transnacional "Estratégias Territoriais de Desenvolvimento do Potencial Turístico: Turismo de Natureza e Turismo Termal" no âmbito da Cooperação Transnacional entre os projectos ANTE MARE – Turismo Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no Sudeste (Portugal) e a DALLE
Nome e tipo da organização	CLASSICHE TERME AD UNA REGIONE DI BENESSERE (Itália)
Datas	2002
Designação	Curso de Formação Profissional para Estagiários das Carreiras Técnica Superior e Técnico
Nome e tipo da organização	Centro de Estudos e Formação Autárquica - CEFA
Datas	2002
Designação	Encontro "Qualificação de Produtos Tradicionais"
Nome e tipo da organização	Associação de Defesa do Património de Mértola
Datas	2002
Designação	<i>Workshop</i> "Como Gostaria de Ver o Alentejo no Futuro"
Nome e tipo da organização	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Datas	2000
Designação	III Jornadas / Congresso da Revista Arquivo de Beja
Nome e tipo da organização	Câmara Municipal de Beja.
Datas	2000
Designação	12º Encontro Nacional de Museologia e Autarquias
Nome e tipo da organização	Câmara Municipal de Santarém
Datas	1999
Designação	11º Encontro de Museologia e Autarquias
Nome e tipo da organização	Câmara Municipal das Caldas da Rainha
Datas	1999
Designação	IIªs Jornadas de Planeamento Estratégico do Turismo Rural
Nome e tipo da organização	Ecomuseu
Datas	1993
Designação	Formação de Formadores para o Desenvolvimento
Nome e tipo da organização	Associação de Defesa do Património de Mértola
Datas	1990
Designação	1º Colóquio do Artesanato e das Pequenas Empresas
Nome e tipo da organização	Comité do IAPMEI
Datas	1988
Designação	Curso de Gestão Informatizada
Nome e tipo da organização	CESAI
Datas	1986
Designação	I Encontro de Arqueologia em Beja

Nome e tipo da organização	Associação para a Defesa do Património Cultural da Região de Beja
Datas	1986
Designação	I Encontro da Região Alentejo sobre Iniciativas Locais de Emprego
Nome e tipo da organização	Instituto do Emprego e Formação Profissional
Datas	1986
Designação	Seminário sobre Arqueologia da Indústria – Arqueologia Industrial e Arqueologia Mineira
Nome e tipo da organização	Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa
Datas	1985
Designação	Acção de Formação em Mértola sobre Técnicas de Restauro e Conservação de Documentos Antigos e Arquivos
Nome e tipo da organização	Associação de Defesa do Património de Mértola
Datas	1985
Designação	Acção de Formação "Situações, Problemas e Perspectivas da Juventude em Portugal"
Nome e tipo da organização	Instituto Franco Português
Datas	1985
Designação	Seminário de Animadores Culturais e Dirigentes Associativos
Nome e tipo da organização	Direcção Geral da Acção Cultural e Instituto Português para o Desenvolvimento
Datas	1985
Designação	Estágio de aperfeiçoamento de técnicas teatrais e sua utilização
Nome e tipo da organização	Centro Cultural de Évora
Datas	1984
Designação	Curso de Expressão Corporal
Nome e tipo da organização	Serviços Centrais do FAOJ
Datas	1984
Designação	Curso de Fotografia
Nome e tipo da organização	Associação de Defesa do Património de Mértola
Datas	1984
Designação	Curso "Livro Vivo"
Nome e tipo da organização	Serviços Centrais do FAOJ
Datas	1984
Designação	Seminário sobre Teatro/Animação
Nome e tipo da organização	Centro Cultural de Évora
Datas	1983
Designação	Curso sobre Técnicas de Conservação e Restauro de Madeiras Policromas
Nome e tipo da organização	Associação de Defesa do Património de Mértola
Datas	1983
Designação	Curso de Iniciação Teatral
Nome e tipo da organização	Associação de Teatro de Amadores do Distrito de Beja
Aptidões e competências pessoais	
Língua(s) materna(s)	Português

Outra(s) língua(s)										
Auto-avaliação										
Nível europeu (*)										
Inglês	Compreensão				Conversação				Escrita	
	Compreensão oral		Leitura		Interação oral		Produção oral			
	B1	Utilizador Independente	B1	Utilizador Independente	A2	Utilizador Elementar	B1	Utilizador Independente	A2	Utilizador Elementar
Francês	C1	Utilizador Experiente	C1	Utilizador Experiente	C1	Utilizador Experiente	C1	Utilizador Experiente	B2	Utilizador Independente
Espanhol	C2	Utilizador Experiente	C2	Utilizador Experiente	C2	Utilizador Experiente	C2	Utilizador Experiente	C1	Utilizador Experiente

(*) Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)

Aptidões e competências sociais	Boa capacidade de comunicação; Facilidade de trabalho em Equipa e de adaptação a contextos multifuncionais; capacidade de gerar consensos.
Aptidões e competências de organização	Forte experiência em gestão de projectos e equipas multidisciplinares; coordenador de vários estágios profissionais e curriculares; capacidade de liderança e de organização mesmo em contextos difíceis; experiência de formar equipas de trabalho; Experiência na Coordenação de processos de desenvolvimento local.
Aptidões e competências técnicas	Metodologia de participação pública; Avaliação de projectos; Elaboração de grelhas de análise e baterias de indicadores; Organização de eventos; Desenvolvimento Comunitário.
Aptidões e competências informáticas	Domínio do software Office (Word, Excel, Publisher e Powerpoint);
Aptidões e competências artísticas	Bons conhecimentos de fotografia e experiência de teatro.
Carta de condução	Carta de condução - categoria B Carta de Patrão Local
Informação adicional	Formador Certificado (CAP n.º EDF 7380/202 DA) 1984 - Orientador de acção de formação, destinada aos elementos do Grupo de Teatro de Amadores de Almodôvar – Apoio da Direcção Geral de Educação de Adultos e Câmara Municipal de Almodôvar Vereador da Câmara Municipal de Mértola, de 2005 a 2013 (sem pelouros). Vogal da Comissão Executiva da Região de Turismo Planície Dourada, de 2001 a 2003 Vereador da Câmara Municipal de Mértola nos pelouros da Cultura, Desporto, Saúde e Educação, de 1997 a 2001. Presidente da Associação de Defesa do Património de Mértola de 1986 a 1997 onde coordenou uma multiplicidade de projectos na área de desenvolvimento local e desempenhou diversos cargos ao nível do movimento associativo, tanto associado à defesa do ambiente como ao desenvolvimento, a nível regional e nacional. Coordenou o processo de criação do Parque Natural do Vale do Guadiana, entre 1985 e 1995. Presidente da Associação de Defesa do Património de Mértola desde 2003 Membro da Direcção da Associação Terras do Baixo Guadiana Vogal do Conselho da Administração da Ideia Alentejo Vogal da Direcção da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local - ANIMAR Artigo: "As Vias do Desenvolvimento Rural", Revista Ovibeja 2008. Artigo: "Mértola, A Princesa Encantada do Guadiana – O último Porto Navegável do Mediterrâneo", Revista Alentejo n.º 20, 2008.

Diversos Textos, pareceres e comunicações, sobretudo, sobre o Património Natural e Cultural, Desenvolvimento Local/Regional e Planeamento, Ordenamento do Território, Associativismo e Cultura (1988 – 2009)

Coordenação, concepção e realização do I Festival Islâmico de Mértola (2000)

Organizador do I Encontro Internacional do Rio Guadiana (1996)

Conferencista na I Conferência Europeia sobre o Artesanato e Pequenas Empresas – Avignon – França (1990).

Orador no Fórum Internacional “Mértola Capital Portuguesa do Diálogo Intercultural – 2008

Orador no III Congresso de Estudos Rurais – “Dinâmicas e Desafios Territoriais – O caso particular do Plano de Intervenção Terras do Pulo do Lobo: “Lugares com História, Plenos de Futuro” (Co-autoria) - 2007

"Animador Sócio - Cultural e Escola" (em colaboração) in Actas do II Congresso Sobre o Alentejo, Beja (1987).

Menção Honrosa do Prémio Nacional de Ambiente “Fernando Pereira” – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (2003/2004).

Sócio Honorário da Associação de Defesa do Património de Mértola.

Mértola, 1 de Janeiro de 2013